

*SCIENTIA ANTIQUITATIS*



*SALVAGUARDA ARQUEOLÓGICA*  
ARCHAEOLOGICAL SAFEGUARD

Título: SCIENTIA ANTIQUITATIS

Editores: Leonor Rocha/ Gertrudes Branco/ Ivo Santos

Local de Edição: Évora (Portugal)

Data de Edição: Junho de 2019

Volume: 1/ 2019

Capa: Trabalhos de salvaguarda no Palácio do Vimioso

(Foto: Leonor Rocha)

Director: Leonor Rocha

ISSN: 2184-1160

Contactos e envio de originais: Leonor Rocha/ Irocha@uevora.pt

Revista digital.

Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

## INDÍCE

O IV <sup>o</sup> CIAT e o estado da Salvaguarda Arqueológica em Portugal Leonor Rocha e Gertrudes Branco .....	5
Arqueologia Pública e a gestão do património arqueológico no contexto da construção de uma barragem: O caso da construção da barragem de Belo Monte (Brasil) Maria Clara Costa .....	25
Melhor conhecer é melhor proteger. Os contributos do projeto ARQUEOSIA Filipa Neto e Catarina Costeira .....	57
Estratégias para a gestão da salvaguarda arqueológica: as cartas de risco do património arqueológico dos Açores José Luís Neto, Carlos Luís Cruz e Pedro Parreira .....	77
O Risco das Políticas de Risco em Património Cultural - Proposta STORM para uma nova abordagem Filipa Neto, Sofia Pereira, Isabel Inácio, João Almeida Filipe .....	95
Gestão e salvaguarda do património arqueológico: o caso da Universidade de Évora (Portugal) Leonor Rocha, Jorge de Oliveira, André Carneiro e Carmen Balesteros	113
Ecclesia Sanctae Marinae de Cortegaza (Cortegaça, Ovar). Um contributo na Arqueologia de Salvaguarda Gabriel Pereira, Gustavo Santos e Mauro Correia .....	153
E quando as fábricas fecham? Reflexões sobre a salvaguarda do património arqueológico-industrial na cidade de Portalegre Susana Pacheco .....	183
A geofísica e salvaguarda do património arqueológico em meio rural. Vantagens e quando utilizar: o caso dos recintos de fossos António Valera e Tiago do Pereiro .....	203
A salvaguarda arqueológica: teoria e prática na Região Centro Gertrudes Branco .....	217
Salvaguarda arqueológica em Monforte: Percurso e estratégias de intervenção (Monforte, Portalegre, Portugal) Paula Morgado .....	251

Oliveira de Azeméis: Gestão de uma Carta de Salvaguardas Patrimoniais e de um projeto de investigação sobre a ocupação do território (POVOAZ) Adrian de Maan e João Tiago Tavares .....	295
A gestão de espólios arqueológicos no Algarve. Reflexão sobre o seu propósito na actividade arqueológica de salvaguarda Grupo de Arqueologia da Rede de Museus do Algarve .....	321
A Antropologia Biológica nos Açores: gestão e estudo das suas coleções osteológicas José Luís Neto, Joana Camacho e Pedro Parreira .....	331
Mosteiro de São Bento de Avis: da intervenção preventiva ao programa de estudo e valorização de fracção monástica Ana Cristina Ribeiro .....	355
Acompanhamento: o <i>Cadavre Exquis</i> da prática arqueológica (portuguesa) Gabriel Pereira, Mauro Correia e Gustavo Santos .....	385
Resultados preliminares do acompanhamento arqueológico da obra de conservação da Capela de Nossa Senhora de Entre Águas Ana Cristina Ribeiro .....	415
Minimizando impactos. Tavira Verde 2012/2014 Jaquelina Covaneiro e Sandra Cavaco .....	447
Estratégias de recuperação e salvaguarda do património histórico-arqueológico de Vouzela (Viseu, Portugal) após os incêndios florestais de outubro de 2017 Manuel Luís Real, António Faustino Carvalho, Catarina Tente, Daniel de Melo Branco, Luís André Pereira, Pedro Sobral de Carvalho e Tiago Ramos .....	461
Balanço dos Incêndios de 2017: Região de Lisboa e Vale do Tejo Filipa Bragança, Gertrudes Zambujo e Sandra Lourenço .....	477
La combinación de la investigación con la protección del patrimonio arqueológico rural en la provincia de Salamanca: el caso de Los Villares (Fresno Alhándiga, Salamanca) M <sup>a</sup> de los Reyes de Soto García e Verónica Pérez de Dios .....	491

## O IVº CIAT e o estado da Salvaguarda Arqueológica em Portugal

Leonor Rocha<sup>1</sup>  
Gertrudes Branco<sup>2</sup>

### Resumo

Desde 2011, data em que se realizou, na Universidade de Évora, o I Congresso de Arqueologia de Transição, que nos comprometemos em manter a regularidade desta iniciativa (equidistantes de 2 ou 3 anos, no máximo), assim como, a pertinência e actualidade das temáticas abordadas, sejam estas de âmbito estritamente científico, ou focadas em questões de ordem profissional e/ou deontológica.

Procuramos aqui apresentar uma síntese deste evento, conscientes que a evolução da ciência arqueológica se faz da publicação dos dados de natureza crono-cultural, mas também releva a contextualização da iniciativa que a originou.

**Palavras-chave:** Évora, CIAT, Salvaguarda Arqueológica, História da Arqueologia.

### Abstract

Since 2011, when the 1st Congress of Transitional Archeology was held at the University of Évora, we have sought not only to carry out this event regularly (equidistant from 2 to 3 years, at most) but also to try to approach themes that seem to us to be discussed whether they are of a strictly scientific nature or as a mix of professional and / or deontological issues.

We try to present a synthesis of this event because, the History of Archeology requires the publication of scientific data but also of the History of the Event.

---

<sup>1</sup> lrocha@uevora.pt - Univ.Évora/ECS. CEAACP/FCT/UALG (UID/ARQ/0281/2019)

<sup>2</sup> gertrudes.branco@gmail.com - Direção Regional Cultura do Centro. CHAIA/UÉ [2019] – Ref.<sup>a</sup> UID/EAT/00112/2013- FCT

**Keywords:** Évora, CIAT, Archaeological Safeguard, History of Archeology.

*“Se deste congresso não surgir reflexão sobre este assunto capital e decisão que resolutamente se oponha à depredação inconsequente do nosso património arqueológico, donde mais poderá vir? O silêncio é já conviência de que havemos de dar contas. Não queiramos ser réus em tal litígio!”*  
(Pina, 1971: 161)

## **1. Nota Introdutória do IV CIAT**

O final dos anos 90 do século passado marcou o início da alteração do panorama arqueológico nacional. A dinâmica marcada pelo binómio [desenvolvimento + salvaguarda] passou a dominar o panorama arqueológico nacional, resultando na inversão da polaridade das categorias associadas à realização de trabalhos arqueológicos (investigação < salvaguarda).

Este paradigma foi sendo paulatinamente reforçado pela adoção de legislação de matriz comunitária, que consolidou a importância do conhecimento arqueológico, seja em procedimentos de avaliação de impacto ambiental seja na elaboração de instrumentos de gestão e ordenamento territorial.

Na segunda década deste milénio, assistiu-se a uma deslocação das intervenções arqueológicas, do espaço rural e da dependência do investimento público, testemunhado pelo contributo maioritário dos projetos submetidos a avaliação de impacto ambiental, para o espaço urbano, dependente do investimento intermunicipal e, em larga escala, do investimento privado.

A forte procura do nosso país como destino turístico no mercado nacional e internacional justificará, pelo menos em parte, o forte investimento em infraestruturização e reabilitação urbana, apresentando pela maior parte das principais cidades portuguesas.

Este contexto evolutivo apresenta-se o ponto de partida para a realização do IV<sup>o</sup> Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição, no qual se pretendeu abordar a salvaguarda do Património Arqueológico, chamando a debate questões que consideramos pertinentes, entre elas a prática, a metodologia, a legalidade e a importância dos resultados obtidos para a evolução do conhecimento dos contextos histórico-arqueológicos.

Como tem sido hábito nos anteriores CIAT a discussão desta temática esteve aberta a todos os colegas que trabalham nesta área, independentemente da sua nacionalidade. Na realidade, consideramos que a partilha de experiências, informações e resultados, contribui para o aumento dos nossos conhecimentos e melhoria dos nossos procedimentos. Assim, este CIAT contemplou quatro sessões temáticas, a saber:

1. Gestão do património arqueológico;
2. Salvaguarda em ambiente urbano;
3. Salvaguarda em ambiente rural;
4. Salvaguarda de espólios arqueológicos e osteológicos.

## **2. Recomendações finais**

Na sequência dos trabalhos desenvolvidos, consideramos pertinente e frutuoso partilhar, com a tutela e com a restante comunidade científica, o resultado do debate e da reflexão efetuada sobre a temática da salvaguarda arqueológica, motivo pelo qual foi redigido, no âmbito da discussão plenária, um documento de "Recomendações", remetidas por e-mail em 8/5/2019, à Sr<sup>a</sup> Ministra da Cultura, Dr<sup>a</sup> Graça Gonçalves e que aqui reproduzimos, na íntegra:

"Nos dias 2 e 3 de maio de 2019 realizou-se, na Universidade de Évora, o *IV Congresso de Arqueologia* este ano subordinado ao tema "Salvaguarda Arqueológica", com 4 sessões:

1. Gestão do património arqueológico;
2. Salvaguarda em ambiente urbano;
3. Salvaguarda em ambiente rural;
4. Salvaguarda de espólios arqueológicos e osteológicos

No final dos trabalhos, atendendo aos problemas existentes atualmente em torno do Património, entenderam (a organização, congressistas e participantes) elaborar um conjunto de Recomendações, que agora remetemos a V. Ex<sup>a</sup>.

Évora, 8 de maio de 2019.

#### RECOMENDAÇÕES PARA A SALVAGUARDA PATRIMONIAL/ ARQUEOLÓGICA "PREVENÇÃO E NÃO REAÇÃO"

- 1) Articulação efetiva entre os diferentes agentes do Estado para todo o território/regiões, nomeadamente entre o Ministério da Cultura (Direção Geral do Património Cultural e Direções Regionais de Cultura), Ministério da Agricultura e Autoridade Florestal Nacional, Autarquias/ Associação de Municípios no que diz respeito à avaliação de impactes patrimoniais dos projetos de intervenção no território, nomeadamente o Florestal e o Agrícola emissão de pareceres com condicionantes patrimoniais;
- 2) No caso dos AIA que dependem da tutela da CCDR, as DRC devem integrar sempre a Comissão de Avaliação;
- 3) Maior investimento na Educação Patrimonial em todos os níveis de Ensino. Articulação entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação e Ensino Superior;
- 4) Formação Patrimonial para todos os agentes que, de alguma forma, têm atuação nesta área, nomeadamente GNR, Associações, Técnicos de autarquias, etc;
- 5) Obrigatoriedade de inserção de todos os sítios arqueológicos/ monumentos (e não apenas os classificados) nas Plantas de Ordenamento dos vários tipos de Planos de Ordenamento existentes (Direção Geral do Território); essa inserção deve ser poligonal, representando a área mais vasta conhecida para o local patrimonial;
- 6) Criação de Guia de Boas Práticas para a boa execução do Acompanhamento Arqueológico, consagrado legalmente apenas em 2014 (novo RTA) e hoje o tipo dominante de intervenção arqueológica, de acordo com o Endovélico;
- 7) Reativação do apoio do Ministério da Cultura aos projetos de investigação, nomeadamente os não integrados em Projetos de Investigação académicos, financiados por outras fontes;
- 8) Aumento de recursos humanos afetos à salvaguarda do património;

- 9) Reforço da rede de Reservas de Espólios Arqueológicos, existente a nível nacional, em articulação com o poder regional, local, universidades com atualização da informação para a investigação e partilha de informação digital em rede (possibilidade de projeto de modernização Administrativa nessa área);
- 10) Implementação de uma taxa sobre todos os empreendimentos (públicos e privados) com impacto no subsolo, de forma a constituir um fundo patrimonial de apoio à salvaguarda arqueológica.”

### **3. Ficha Técnica**

#### **Comissão Organizadora**

Leonor Rocha (CEAACP/ Universidade de Évora)  
Jorge de Oliveira (CHAIA/ Universidade de Évora)  
Gertrudes Branco (CHAIA/ DRCC)  
Cidália Duarte (DRCN)  
Ivo Santos (CIDHEUS/ Universidade de Évora)  
Daniela Anselmo (Museu Megalitismo Mora/ Universidade de Évora)  
André Carneiro (CHAIA/ Universidade de Évora)  
Rosário Fernandes (CHAIA/ Universidade de Évora)  
Paula Morgado (CHAIA/ C. M. Monforte)  
Inês Ribeiro (Aluna Arqueologia/ Universidade de Évora)  
António Diniz (Aluno Arqueologia/ Universidade de Évora)

#### **Comissão Científica**

Amílcar Guerra (Universidade de Lisboa/ FLL/ UNIARQ)  
Ana Arruda (Universidade de Lisboa/ FLL/ UNIARQ)  
Ana Rosa Cruz (Instituto Politécnico de Tomar)  
André Carneiro (Universidade de Évora/ ECS/ CHAIA)  
António Faustino (Universidade do Algarve/ CEAACP)  
Carlos Fabião (Universidade de Lisboa/ FLL/ UNIARQ)  
Catarina Tente (Universidade Nova de Lisboa)  
Cidália Duarte (DRCN)  
Enrique Cerrillo Cuenca (CSIC)  
Gertrudes Branco (DRCC/CHAIA)

João Carlos Caninas (Emerita/ CHAIA)  
João Pedro Bernardes (Universidade do Algarve/CEAACP)  
Jorge de Oliveira (Universidade de Évora/ ECS/ CHAIA)  
Leonor Rocha (Universidade de Évora/ ECS / CEAACP)  
Manuela Martins (Universidade do Minho)  
Mariana Diniz (Universidade de Lisboa/ FLL/ UNIARQ)  
Nelson Almeida (DRCAL/ CHAIA)  
Primitiva Bueno Ramírez (Universidad de Alcalá de Henares/ Area de Prehistoria)  
Rodrigo de Balbin Behrmann (Universidad de Alcalá de Henares/ Area de Prehistoria)  
Susana Gomez (Universidade de Évora/ ECS / CEAACP)

### **Organização**

CEAACP – Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (UID/ARQ/0281/2019).

CHAIA – Centro de História de Arte e Investigação Artística (CHAIA/UE [2019] - UID/EAT/00112/2013- FCT)

#### 4. Lista de Participantes

	Nome	Instituição
1	Adriaan de Man	Department of History and Archaeology, United Arab Emirates University
2	Alexandra Gradim	Museu de Alcoutim/ C.M. Alcoutim
3	Alexandra Pires	Museu de Loulé/ C.M. Loulé
4	Ana Cristina Martins	Univ. Évora.FCT / IHC-CEHFCI-UE-FCSH-UNL / SGL.
5	Ana Cristina Ribeiro	Câmara Municipal de Avis
6	Ana Martins	ECS/ Univ. Évora
7	Ana Soares	ECS/ Univ. Évora
8	Ana Ventinhas	ECS/ Univ. Évora
9	André Carneiro	CHAIA/ECS/ Univ. Évora
10	André Texugo	
11	Angelina Pereira	Centro Explicativo da Calçadinha/C.M.S. Brás Alportel
12	António Faustino Carvalho	CEAACP/ Univ. Algarve

13	António Valera	Era Arqueologia / ICArEHB-Unversidade do Algarve
14	Attari Nassereddine	
15	Bruno Leal	ECS/ Univ. Évora
16	Carlos Crisóstomo	
17	Carlos Luís Cruz	
18	Carolina Escada	ECS/ Univ. Évora
19	Carolina Felício	ECS/ Univ. Évora
20	Catarina Costeira	DGPC
21	Catarina Oliveira	CIIPC/C.M. Vila Real Stº António
22	Catarina Tente	FCSH/ Univ. Nova de Lisboa
23	Cidália Duarte	DRC Norte
24	Cláudio Torres	Campo Arqueológico de Mértola
25	Dahli Mohamed	
26	Daniel de Melo Branco	
27	Daniela Anselmo	Câmara Municipal de Mora
28	Daniela Rosindo	ECS/ Univ. Évora
29	Edite Martins de Sá	
30	Elena Mórán	Câmara Municipal de Lagos
31	Eunice Pimpão	
32	Eva Basílio	Câmara Municipal de Évora
33	Eva Guedes	ECS/ Univ. Évora
34	Fábio Capela	Câmara Municipal de C60Monchique
35	Filipa Bragança	DGPC
36	Filipa Neto	DGPC
37	Filipe Cavaco	
38	Filipe Soares Pinto	
39	Francisco Santos	
40	Gabriel Pereira	NEXO – Património Cultural, Lda.
41	Gertrudes Branco	CHAIA/ DRC Centro
42	Gertrudes Zambujo	DGPC
43	Guilherme Silva	ECS/ Univ. Évora
44	Gustavo Santos	
45	Hugo Oliveira	Museu de Olhão/ C.M. Olhão
46	Humberto Veríssimo	
47	Inês Amaral	ECS/ Univ. Évora
48	Isabel Inácio	DGPC
49	Ismael Medeiros	Museu de Lagoa/ C.M. Lagoa
50	Jaquelina Covaneiro	Museu de Tavira/ C. M. Tavira
51	Joana Camacho	DRC Açores
52	Joana Marques	ECS/ Univ. Évora
53	Joanita Soares	ECS/ Univ. Évora
54	João Antas	ECS/ Univ. Évora
55	João Tiago Tavares	Gabinete de Arqueologia e Museologia/ C.M. Oliveira de Azeméis
56	Jorge de Oliveira	CHAIA/ECS/ Univ. Évora

57	José Luis Neto	DRC Açores
58	José Santos	
59	Kaci Mebarek	
60	Leonia Alves	ECS/ Univ. Évora
61	Leonor Rocha	CEAACCP/ECS/ Univ. Évora
62	Lígia Rafael	
63	Luís André Pereira	
64	Luís Dias	ECS/ Univ. Évora
65	Luís Paulo	Museu de Albufeira/ C.M. Albufeira
66	Luís Rendeiro	
67	M. Dahli	
68	M <sup>a</sup> de los Reyes de Soto García	CSIC-Junta de Extremadura
69	Maria José Gonçalves	Museu de Silves/ C.M. Silves
70	M <sup>a</sup> Teresa Vieira	ECS/ Univ. Évora
71	Mafalda Monteiro	ECS/ Univ. Évora
72	Maissa Bezzeghoud	ECS/ Univ. Évora
73	Manuel Luís Real	
74	Maria Caixinha	ECS/ Univ. Évora
75	Maria Clara Costa	Univ. Porto
76	Maria de Fátima Palma	Campo Arqueológico de Mértola
77	Maria Lopes	ECS/ Univ. Évora
78	Mauro Correia	
79	Miguel Lago	Era Arqueologia
80	Munkhselenge Purevdorj	
81	Nassereddine Attari	
82	Nelson Almeida	DRC Alentejo
83	Nuno Teixeira	Museu de Faro/ C.M. Faro
84	Patrícia Leitão	
85	Paula Morgado	Câmara Municipal de Monforte
86	Paulo Lemos	
87	Pedro Parreira	DRC Açores
88	Pedro Sobral de Carvalho	EON - Indústrias Criativas, Lda
89	Rosária Leal	Câmara Municipal de Évora
90	Ricardo Soares	Câmara Municipal de Vila do Bispo
91	Ricardo Villegas	ECS/ Univ. Évora
92	Rui Parreira	DRC Algarve
93	Rute Palma	
94	Samuel Melro	DRC Alentejo
95	Samuel Neves	
96	Sandra Cavaco	Museu de Tavira/ C. M. Tavira
97	Sandra Lourenço	DGPC
98	Sara Rato	ECS/ Univ. Évora
99	Sofia Pereira	DGPC
100	Soraia Matins	Museu de Loulé/ C.M. Loulé

101	Souad Laoues	
102	Stéphane Mauné	
103	Susana Gómez Martínez	CEAACCP/ECS/ Univ. Évora
104	Susana Pacheco	
105	Tiago do Pereiro	Era Arqueologia
106	Tiago Ramos	
107	Vanda Luciano	
108	Vera Freitas	Museu de Portimão/ C.M Portimão
109	Verónica Pérez de Dios	
110	Virgílio Martins Lopes	Campo Arqueológico de Mértola

## 5. PROGRAMA

2 de Maio: Auditório do Colégio do Espírito Santo (Universidade Évora)

9:00–9:30 Receção e entrega da documentação

9:30–10:00 Sessão de Abertura

### **Conferências**

10:00–10:45 Concordâncias e discordâncias transitivas: o decreto 21 117, de Abril de 1932), e o património arqueológico em Portugal - Ana Cristina Martins

10:45–11:00 Pausa para café

### **Comunicações – SESSÃO I**

11:00–11:20 Arqueologia Pública e a gestão do património arqueológico no contexto da construção de uma barragem: O caso da construção da barragem de Belo Monte (Brasil) - Maria Clara Costa

11:20–11:40 A gestão do património arqueológico em Mértola. A experiência associativa - Susana Gómez Martinez, Virgílio Lopes, M<sup>a</sup> de Fátima Palma, Lígia Rafael & Cláudio Torres

11:40–12:00 Melhor conhecer para melhor proteger: a inovação do projeto ARQUEOSIA - Filipa Neto & Catarina Costeira

12:00–12:20 Estratégias para a gestão da salvaguarda arqueológica: as cartas de risco do património arqueológico dos Açores - José Luís Neto, Carlos Luís Cruz & Pedro Parreira

12:20– 12:40 O Risco das Políticas de Risco em Património Cultural - Proposta STORM para uma nova abordagem - Filipa Neto, Sofia Pereira & Isabel Inácio

12:30– 13:00 Debate

13:00– 14:30 Almoço (livre)

### **Conferências**

14:30– 15:00 A gestão do espólio humano no contexto arqueológico: mitos e realidades? - Cidália Duarte

15:00– 15:30 Gestão e Salvaguarda do Património Arqueológico em espaços da Universidade de Évora - Leonor Rocha, Jorge de Oliveira, André Carneiro & Carmen Balesteros (†)

### **Comunicações – SESSÕES II e III**

- 15:30– 15:50 O projecto World of Wine: novos dados para o conhecimento da ocupação Pré e Proto-histórica em Vila Nova de Gaia - Filipe Soares Pinto & Edite Martins de Sá
- 15:50– 16:10 A Ecclesia Sanctae Marinae de Cortegaza (Cortegaza, Ovar) – um contributo da Arqueologia de Salvaguarda - Gabriel Pereira, Mauro Correia & Gustavo Santos
- 16:10– 16:30 E quando as fábricas fecham? Reflexões sobre a salvaguarda do património arqueológico-industrial na cidade de Portalegre - Susana Pacheco
- 16:30– 16:40 Apresentação Posters
- 16:40– 16:50 Pausa para café
- Comunicações**
- 16:50– 17:10 A geofísica e salvaguarda do património arqueológico em meio rural: vantagens, como e quando utilizar - António Valera & Tiago do Pereiro
- 17:10– 17:30 A Salvaguarda do Património Arqueológico na nova paisagem alentejana - Samuel Melro
- 17:30– 18:00 Debate

3 de Maio: Auditório do Colégio do Espírito Santo (Universidade Évora)

### **Conferência**

- 9:00– 9:30 A salvaguarda arqueológica: teoria e prática na Região Centro - Gertrudes Branco

### **Comunicações – SESSÕES III e IV**

- 9:40 – 10:00 Salvaguarda arqueológica em Monforte: Percursos e estratégias de intervenção - Paula Morgado
- 10:00– 10:20 La combinación de la investigación con la protección del patrimonio arqueológico rural en la provincia de Salamanca: el caso de Los Villares (Fresno Alhándiga, Salamanca) - Ma<sup>a</sup> de los Reyes de Soto García & Verónica Pérez de Dios
- 10:20– 10:40 L'archéologie hydraulique romaine de Bejaia (Algérie), un patrimoine en perte de transition - Souad Laoues, Nassereddine Attari & Stéphane Mauné
- 10:40– 11:00 Estudos de Impacte Patrimonial e reconversões agrícolas: base estratégica para uma sustentável minimização de impactes - Miguel Lago & Tiago do Pereiro
- 11:00–11:20 Pausa para café**
- 11:20– 11:40 Identification et restitution d'un segment de l'aqueduc de la rive gauche de la Soummam - Mohamed Dahli & Kaci Mebarek
- 11:40– 12:00 L'Aqueduc de la tribu de Fénaia, un patrimoine archéologique en péril - Mohamed Dahli & S. Laoues
- 12:00– 12:20 Oliveira de Azeméis: Gestão de uma Carta de Salvaguardas Patrimoniais e de um projeto de investigação sobre a ocupação do território (POVOAZ) - João Tiago Tavares & Adriaan de Man
- 12:20– 12:40 A gestão de espólios arqueológicos no Algarve. Reflexão sobre o seu propósito na actividade arqueológica de

- salvaguarda - Grupo de Arqueologia da Rede de Museus do Algarve
- 12:40– 13:00 A Antropologia Biológica nos Açores: gestão e estudo de coleções osteológicas - Joana Camacho, José Luís Neto & Pedro Parreira
- 13:00–13:30 Debate**
- 13:30 Sessão de encerramento**

### **SESSÃO POSTER**

- Acompanhamento: o Cadavre Exquis da prática arqueológica (portuguesa) - Gabriel Pereira, Mauro Correia & Gustavo Santos
- Resultados preliminares do acompanhamento arqueológico da obra de conservação da Capela de Nossa Senhora de Entre Águas - Ana Cristina Ribeiro
- Mosteiro de São Bento de Avis: da intervenção preventiva ao programa de estudo e valorização de fracção monástica - Ana Cristina Ribeiro
- Minimizando impactos. Tavira Verde 2012/2014 - Jaquelina Covaneiro & Sandra Cavaco
- Monitorização dos sítios arqueológicos afetados pelos incêndios de 2017 na região de Lisboa e Vale do Tejo - Filipa Bragança, Gertrudes Zambujo & Sandra Lourenço
- Campo Arqueológico (Internacional) de Proença-a-Nova: da investigação à salvaguarda do Património - João C. Caninas, João Manso, Isabel Gaspar, Francisco Henriques, Mário Monteiro, Paulo Félix, Telmo Pereira, Fernando R. Henriques, Cátia Mendes, Emanuel Carvalho, Pedro Baptista, Hugo Pires, Carlos N. Carvalho, Gonçalo Ferreira, José Mirão, António Correia, Luís Bravo Pereira & Ana Carmona
- Estratégias de recuperação e salvaguarda do Património histórico-arqueológico de Vouzela (Viseu, Portugal) após os incêndios florestais de outubro de 2017 - Manuel Luís Real, António Faustino Carvalho, Catarina Tente, Daniel de Melo Branco, Luís André Pereira, Pedro Sobral de Carvalho & Tiago Ramos

## 6. Registo em imagens



Sessão Abertura: com Silvério Rocha e Cunha, Cidália Duarte e Leonor Rocha



Conferência de Gertrudes Branco



Conferência de Paula Morgado



Conferência de João Tiago Tavares (e Adriaan de Man)



Sessão Posters



Conferência de Pedro Parreira (Joana Camacho, José Luís Neto)



Conferência de Ana Cristina Martins



Secretariado (António Diniz e Inês Ribeiro)



Conferência de Filipa Neto, Sofia Pereira & Isabel Inácio



Conferência de Filipa Neto e Catarina Costeira



Conferência Maria Clara Costa



Conferência de Filipe Soares Pinto (e Edite Martins de Sá)



Conferência de Cidália Duarte



Conferência de Leonor Rocha (Jorge de Oliveira, André Carneiro & Carmen Balesterost)



Conferência de António Valera (e Tiago do Pereiro)



Conferência de Samuel Melro



## **Arqueologia Pública e a gestão do património arqueológico no contexto da construção de uma barragem: O caso da construção da barragem de Belo Monte (Brasil)**

Maria Clara Costa<sup>1</sup>

### **Resumo**

A construção da barragem de Belo Monte, no coração da Amazônia brasileira, foi um processo bastante complexo e permeado por diversos interesses políticos, económicos e sociais. As pesquisas de Estudo de Impacte garantiram que fosse elaborado um Plano de Valorização do Património para a área a ser atingida, e que dentro dele se estabelecesse um Programa de Arqueologia Preventiva. Seguindo uma análise interdisciplinar da bibliografia pública disponível, o objetivo deste texto é tentar criar uma utopia sobre como arqueologia pública poderia ter sido enquadrada na construção da barragem. E se haveria reflexos na gestão do património arqueológico.

**Palavras-chave:** Amazônia, arqueologia pública, barragem de Belo Monte, gestão do património arqueológico.

### **Abstract**

The construction of the Belo Monte dam, in the heart of the Brazilian Amazon, was a very complex process and permeated by political, economic and social interests. The Impact Studies ensured that a Heritage Valuation Plan was prepared for the area to be flood and a Preventive Archeology Program was established within it. Following an interdisciplinary analysis of available public bibliography, the aim of this text is to try to create a utopia about how public archaeology could have been framed in the construction of the dam. And if there were reflexes in the management of the archaeological heritage.

**Keywords:** Amazonia, archaeological heritage management, Belo Monte's dam, public archaeology.

---

<sup>1</sup> maria\_clar\_acosta@hotmail.com. Universidade do Porto

## 1. Introdução à Belo Monte

Desde o início do ano de 2011, Belo Monte era construída para ser a terceira maior barragem do mundo, atrás de Três Gargantas na China e Itaipú, na fronteira brasileira com o Paraguai. De acordo com dados oficiais, a área total de inundação da barragem é de 516 km<sup>2</sup>, sendo que destes, 134 km<sup>2</sup> serão do “Reservatório dos Canais” e 382 km<sup>2</sup> do “Reservatório do Rio Xingu”.

Uma das características distintas desse empreendimento é grande alteração do projeto original, elaborado no período ditatorial civil-militar, conhecido na época como barragem de Kararaô. A proposta atual, além da mudança do nome, reduziu drasticamente a área alagada (de quase 20 mil km<sup>2</sup>), e atingiria mais de 12 terras indígenas, além de outros grupos isolados, desalojando assim mais de uma centena de milhares de pessoas na região. Apesar da redução, os atingidos ainda são dezenas de milhares e só aumentam os impactos ambientais negativos dessa obra.

A barragem de Belo Monte durante a sua construção teve três canteiros de obras: Belo Monte, Bela Vista e Pimental. Foram elaborados canais de derivação, que desviam parte da água do rio para uma casa de força em outro local, separando vertedouros e casas de força. A principal casa de força fica no canteiro de Belo Monte, junto com um dos barramentos de rio, e no canteiro do Pimental há outra para complementar.

A capacidade de geração de energia total instalada na usina será de 11.233 Megawatts (MW), em picos sazonais, conforme as cheias do rio Xingu, mas sua geração média prévia é somente de 4.571 MW.

Como uma contradição, apesar de ser a terceira maior barragem do mundo e a maior do Brasil, Belo Monte será na relação entre a área alagada e a capacidade de geração, a terceira maior barragem brasileira, menor em potência do que as barragens de Xingó, nos estados de Sergipe e Alagoas e Paulo Afonso IV, no estado da Bahia.

Localizada no norte do país, mais propriamente no estado do Pará, e instalada no Rio Xingu, abarca cinco municípios: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingú, no que se convencionou chamar em um licenciamento ambiental de área de influência direta (AID) ou seja, área geográfica na qual são detectáveis os impactos de um projeto (Sanchez, 2008: 461).

A área de Belo Monte também é marcada por um grande empreendimento da época da ditadura civil-militar, a rodovia Transamazônica (BR-230). A transamazônica consistiu numa estrada feita para ligar o resto do país com a região Norte. Devido ao seu difícil acesso por conta de a região ser cortada por grandes rios e a floresta amazônica, a obra nunca foi completada.

Por toda a área atingida pelo empreendimento da barragem, em diferentes magnitudes e relevâncias, foi gerada alterações. Estudos diversos, oficiais inclusive, apontaram uma mudança radical no meio ambiente e nos modos de vida das populações que ali habitam. Em termos técnicos, essa mudança se deveu há muitos impactos ambientais, a grande maioria deles negativos e irreversíveis (Gimenes, 2018a:18).

Nesse sentido, o período de instalação da barragem poderia ser considerado como um momento de crise; de passagem entre o que era a região anteriormente, com as suas vazantes e cheias do Xingu e seus afluentes, para o que a região se tornaria depois, com uma cheia permanente a montante de uma barragem de concreto e uma vazão reduzida também permanente a jusante dessa barragem. Edificações desapareceriam e outras seriam erguidas. Mudanças de toda sorte intermediadas por um período transitório (Gimenes, 2018b: 18).

## **2. Luta e Resistência popular contra o *modus operandi* do Estado brasileiro: A história de Belo Monte**

A história da Barragem de Belo Monte começa oficialmente em 1975, com o início dos Estudos de Inventário da Bacia do Rio Xingu. Antes disso, porém, cabe ressaltar que em 1972 chegou a Altamira John Deyns Cadman. Esse engenheiro/geólogo canadiano foi um importante interveniente na história, como responsável pela primeira decisão que marcará para sempre o futuro do rio Xingu e da cidade de Altamira (Silva, 2015a: 121).

A decisão de se realizar o estudo de inventário remonta ao período de governo da Ditadura Civil - Militar no Brasil (1964-1985). O governo militar consolidou um modelo de Estado autoritário com uma dupla faceta: de um lado, excluiu os setores populares do campo político; de outro, modernizou a economia, acentuando o gerenciamento e planejamento do Estado central (Aquino *et al.*, 2007:697).

Vários foram os planos governamentais desenvolvidos, contudo foi no decênio de 1968-1979, em que o plano de construção de Belo Monte foi idealizado. Esse período foi marcado pela crise internacional do petróleo, e nacionalmente pela implementação de Planos Nacionais de Desenvolvimento (Carvalho, 2008: 58).

Então implementou-se o I e II Plano Nacional de Desenvolvimento, e a edificação destes planos representou um significativo fomento no setor de energia elétrica. Dentre todos os aspectos e objetivos destes planos, o setor energético constituiu indubitavelmente um dos eixos fundamentais, já que a crise energética mundial tornava a política energética uma peça decisiva na estratégia nacional.

O potencial hídrico amazônico tornou-se visado como uma possibilidade de acumulação, tanto no que se destinou à expansão da geração hídrica como para o fomento da exportação de produtos.

A iniciativa de se estudar o potencial hídrico da amazónia pode ser considerada uma entre diversas decisões que tiveram como foco a apropriação da região enquanto fronteira de recursos, no âmbito de se promover o desenvolvimento regional e a integração nacional.

A criação do Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Amazônia (Eneram), e o posterior estabelecimento de uma empresa de energia para a região Norte (Eletronorte) representaram importantes decisões tomadas durante o regime para a região Amazónica, e que viriam a influenciar de forma definitiva o destino do rio Xingu (Silva, 2015b:168).

Em outubro de 1975, a Eletronorte contratou o Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores (CNEC) para executar o estudo do Rio Xingu.

Na década de 1980 foi finalizado o relatório de Estudos de Inventário da Bacia do Rio Xingu. Segundo o relatório para o aproveitamento integral do rio, foram previstos sete barramentos que representariam o alagamento de 20.000 km<sup>2</sup> e atingiriam 12 terras indígenas, além de grupos isolados da região.

A partir das recomendações do relatório final, a Eletronorte iniciou os estudos de viabilidade técnica e económica do chamado Complexo Hidroelétrico de Altamira, que reunia as Barragens de Babaquara e Kararaô, que mais tarde viriam a ser chamadas, respectivamente, de Barragens Altamira e de Belo Monte.

No ano de 1986, foi concluído o Plano 2010 - Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010 (MME & ELETROBRÁS; 1987), que propunha a construção de 165 barragens até o ano de 2010, sendo 40 destas na amazónia.

Os estudos do Plano indicavam a barragem Kararaô como a melhor opção para iniciar a integração das futuras barragens do Rio Xingu ao Sistema Interligado Brasileiro (SNI). Ainda, de acordo com o projeto inicial, o reservatório de Kararaô seria formado por 1.225 km<sup>2</sup> de área alagada.

Já em meados da década de 1980, a população de Altamira e da Volta Grande do Xingu começou a dar-se conta da frequente presença de técnicos forasteiros na região. Publicamente ainda não se sabia o que estava a acontecer, mas estavam sendo elaborados os já citados Estudos de Inventário (Rosa, 2016a: 15).

Os estudos não foram acompanhados de quaisquer explicações oficiais, o que gerou uma grande incerteza na população local. Diante deste cenário, os indígenas e os movimentos sociais da região começaram a buscar informações sobre o que realmente estava a decorrer.

A notícia veio a público somente em 1986, quando veículos de imprensa noticiaram que em breve seria consolidada a obra pela Eletronorte. A partir de então a mobilização das populações indígenas e não indígenas da região se intensificou, de modo que no final da década de 80 a construção das barragens já eram assuntos debatidos em fóruns internacionais, especialmente a partir de denúncias feitas por lideranças indígenas.

Em janeiro de 1988 lideranças indígenas acompanhadas pelo etnobiólogo Darrel Posey, do Museu Emílio Goeldi (Pará), participaram de um simpósio na Universidade da Flórida, onde relataram que o Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) iria financiar o projeto de construção de barragens no Xingu que, sem qualquer espécie de consulta aos povos indígenas atingidos, inundaria sete milhões hectares e desalojaria 12 grupos indígenas (Rosa, 2016b: 17).

Após sua participação no referido simpósio, os mesmos foram convidados a repetir o relato em Washington, e assim o fizeram. Devido às suas declarações, os líderes indígenas da etnia Kaiapó foram processados e enquadrados na Lei dos Estrangeiros (Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980), sendo ameaçados de expulsão do Brasil. Após campanha de organizações da sociedade civil mobilizando a opinião pública contra a arbitrariedade sofrida pelos dois líderes, o Tribunal

Federal de Recursos acabou por conceder *habeas corpus*, garantindo a liberdade e também determinando o trancamento da ação penal (ISA, 2010a).

Diante da iminência do início do projeto, foi realizado em fevereiro de 1989 o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira. O evento tinha como objetivo protestar contra as decisões tomadas sobre a construção, sem a participação dos indígenas (Rosa, 2016c: 16).

Durante este encontro ocorreu uma das imagens mais marcantes do processo de luta contra a construção da barragem: o posicionamento da lâmina do facão da índia Tuíra sobre o rosto do diretor da Eletrobrás.

Na ocasião o diretor, José Muniz Lopes, anunciou que o nome da barragem não seria mais *Kararaô*, que significa um grito de guerra na língua *Kaiapó*. Os nomes de ambas as barragens foram mudados por se considerar a construção uma agressão aos povos indígenas.

No início da década de 1990, a Eletronorte enviou o Relatório Final dos Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidroelétrico de Belo Monte ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), sendo que em 1994 o projeto original foi remodelado de maneira a reduzir a área de impacto e alagamento (Sevá, 2015).

O reservatório foi reduzido de 1.225 km<sup>2</sup> para 400 km<sup>2</sup>, evitando a inundação da Área Indígena *Paquiçamba*, localizada na Volta Grande do Xingu.

Em 1996, a Eletrobrás solicitou autorização à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para, em conjunto com a Eletronorte, desenvolver o complemento dos Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidroelétrico de Belo Monte (ISA, 2010b).

Em 1999 após reestruturação do projeto inicial, foi apresentada a proposta com apenas uma barragem na Volta Grande, chamada nacionalmente Complexo Hidrelétrico Belo Monte (CHBM).

Já no ano 2000 foi firmado um acordo de cooperação técnica entre a Eletrobrás e a Eletronorte, através do qual foram realizados Estudos de Complementação da Viabilidade do Aproveitamento Hidroelétrico de Belo Monte (Fleury, 2013; ISA, 2010).

No mesmo ano a Eletronorte contratou a Fundação de Amparo e Desenvolvimento de Pesquisas (FADESP), vinculada à Universidade Federal do Pará, para elaborar os Estudos de Impacte Ambiental do Complexo Hidroelétrico Belo Monte. O Ministério Público Federal, que já acompanhava o andamento do projeto desde o ano de 1999, interpôs no ano de 2001 uma Ação Civil Pública com o objetivo de parar o processo de licenciamento ambiental (Pontes Jr. & Beltrão, 2005).

Em setembro de 2001, o Estudo de Impacte Ambiental foi paralisado mediante decisão liminar no corpo da referida Ação Civil Pública. Posteriormente, a ação foi julgada procedente, determinando assim que a competência para o licenciamento era do âmbito do órgão federal (Ibama), e também a necessidade de consulta ao Congresso Nacional para o prosseguimento dos estudos em terras indígenas.

No segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1998-2002), o governo apresentou o Plano Plurianual chamado Avança Brasil. No referido plano, Belo Monte surge como prioridade nacional.

Entre julho de 2001 e fevereiro de 2002, o Brasil sofreu com uma crise energética, provocando frequentes interrupções do fornecimento de energia e abrangendo grande parte do território nacional. Tal episódio ficou conhecido como a crise do apagão (Abreu & Azevedo, 2009).

No ano de 2002, em consequência da crise energética, o governo criou um grupo de trabalho formado por membros da Casa Civil da Presidência da República, Ministérios de Minas e Energia, Meio Ambiente, Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão, além de representantes da Eletrobrás, Eletronorte, Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), Furnas Centrais Elétricas S/A, Governo do

Estado do Pará e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O objetivo deste grupo de trabalho era viabilizar Belo Monte (Fleury, 2013).

A partir de então, os defensores do projeto Belo Monte enxergaram uma oportunidade de fazer com que a opinião pública passasse a apoiá-lo, sob o argumento da necessidade de evitar um novo apagão.

Ainda em 2002, as populações da região de Altamira e Volta Grande do Xingu estavam mobilizadas em torno das discussões e do avanço do projeto. Em março, as organizações Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) enviaram uma carta ao Presidente pedindo a suspensão das obras de grande impacto na amazônia, enquanto não houvesse uma discussão que envolvesse a sociedade local.

Esse ano também foi marcado por eleições para Presidência da República. Era o último ano de mandato de Fernando Henrique Cardoso, e a eleição foi polarizada em duas candidaturas antagônicas. De um lado o candidato José Serra do Partido Social Democrata (PSDB), que estava no poder e representava a continuidade do governo. Do outro lado, na oposição, estava Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, do partido dos trabalhadores (PT). O vencedor foi Lula, com um discurso histórico com orientações à esquerda e de diálogo com os movimentos sociais (Rosa, 2015d: 22).

A eleição de Lula para a Presidência da República, tendo em vista o programa de governo apresentado e o histórico desde a fundação do Partido dos Trabalhadores, trouxe esperança para os movimentos sociais e populações indígenas da amazônia, que reclamavam da falta de diálogo na tomada de decisões estratégicas envolvendo os seus territórios.

Entretanto os compromissos de campanha foram rapidamente abandonados pelo novo governo. Belo Monte passou assim a ser questão central para o projeto de desenvolvimento económico tanto nos governos de Lula como no de Dilma Rouseff, em um arranjo político entre novos e antigos atores atuantes no chamado setor elétrico.

O projeto Belo Monte e a luta das comunidades da região de Altamira e da Volta Grande do Xingu entram a partir do governo Lula, em uma nova fase.

A Eletrobrás e a sua subsidiária Eletronorte começam a investir fortemente em um lobby em favor do projeto. O objetivo da Eletronorte era vender a ideia do projeto Belo Monte. Primeiramente se aproximou de políticos da região. Depois buscou o apoio das associações de comerciantes. Também houveram iniciativas direcionadas as comunidades indígenas, aos movimentos sociais e as escolas, na tentativa de convencer a opinião pública de que Belo Monte era o caminho para o desenvolvimento da região, e que a oposição ao projeto representava o atraso e a pobreza.

Logo a seguir à criação do Consórcio Intermunicipal Belo Monte, a Eletronorte instalou na orla do cais de Altamira, um centro cultural com uma enorme maquete do que seria barragem.

Muitas comitativas de políticos, turmas de escolas e lideranças comunitárias foram convidados para visitas guiadas (com transporte, alimentação e estadia em hotéis pagos pela empresa) à barragem de Tucuruí, obra apresentada pela Eletronorte como um exemplo do desenvolvimento que seria levado à região (Sevá, 2005).

Mas nem todos compraram a tal ideia. Em meio à crescente pressão do poder público (capitaneado pelo Governo), em conjunto com setores da construção civil e da indústria mineradora (que são invariavelmente parte dos consórcios empresariais envolvidos nas construções das barragens no Brasil), os movimentos sociais e

indígenas que historicamente se opunham à construção de barragens na Amazônia também intensificaram a sua luta.

Uma série de encontros foram realizados entre movimentos sociais, ONG's socioambientais, movimento sindical, lideranças indígenas e associações de comunidades locais. Essas entidades seguiram enviando cartas aos agentes do poder público expondo suas preocupações e críticas aos projetos de barramentos nos rios da região.

Entretanto o diálogo foi inexistente. O governo ignorou completamente tudo o que foi apontado por essas entidades. A obra foi incluída no Plano Plurianual e, em seguida, no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) como uma obra prioritária. Tudo com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento.

Belo Monte já não dependia mais de financiamento internacional e ficava assim menos sujeita às pressões externas (como no caso da denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA).

A partir de então, o projeto Belo Monte andava a passos largos. A realização do Estudo de Impacte Ambiental foi determinada pelo governo.

O passo seguinte foi a realização da licitação para escolher o consórcio empresarial que iria gerir a obra e a usina, depois de construída.

Entretanto, no lado "invisível" desse debate, somaram-se aos movimentos sociais e populações indígenas que já estavam na luta desde a década de 1980, algumas associações acadêmicas, cientistas e o Ministério Público Federal.

Variadas publicações científicas questionaram a viabilidade da obra, tanto do ponto de vista técnico e económico quanto do ponto de vista social. Já no que diz respeito às questões jurídicas, o Ministério Público Federal propôs uma série de ações a obra.

Em dezembro de 2007, o Ibama emitiu o Termo de Referência definitivo para orientar a elaboração do Estudo de Impacte Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacte Ambiental.

Posicionando-se de forma crítica, um grupo de 38 cientistas vinculados a diversas instituições de ensino e de pesquisa publicou um documento chamado Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte (Magalhães & Hernandez, 2009).

Estes especialistas identificaram e analisaram, conforme a sua área de atuação, graves problemas e sérias lacunas no Estudo de Impacte Ambiental de Belo Monte.

Na medida em que o projeto avançava na burocracia brasileira, a luta contra o mesmo se intensificava no campo social. No ano de 2009 foram convocadas e realizadas quatro audiências públicas sobre Belo Monte.

O Ministério Público Federal apresentou recomendação de que mais treze audiências públicas fossem realizadas. Essa recomendação não foi seguida, e não houveram mais audiências públicas.

Como não foi seguida tal recomendação foi proposta nova ação judicial, que resultou na concessão de uma decisão liminar suspendendo o processo de licenciamento da obra, enquanto não fossem realizadas as audiências públicas de forma a abranger toda a população atingida. Meses depois, a decisão liminar foi revogada pelo Tribunal Regional Federal, e seguiu-se o processo de licenciamento.

Ainda em 2009, o projeto Belo Monte foi denunciado em audiência pública da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington. Posteriormente, o caso Belo Monte foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que expediu uma ordem para que fosse detida a construção até que se cumprisse a consulta aos povos indígenas prevista pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

O governo brasileiro, já durante o mandato de Dilma Roussef, reagiu violentamente à referida determinação, deixando pela primeira vez na sua história de comparecer a uma reunião de trabalho da Organização dos Estados Americanos, e suspendendo a sua

contribuição à entidade, ambas ações efetuadas como forma de retaliação.

Em 1º de fevereiro de 2010, o Ibama emitiu a Licença Prévia – para o Aproveitamento Hidroelétrico Belo Monte, atestando a viabilidade ambiental da obra e estabelecendo cerca de quarenta condicionantes a serem cumpridas para a emissão da próxima licença, a Licença de Instalação.

Permeado por polêmicas e disputas políticas e judiciais, com o aval do poder judiciário e do órgão de fiscalização ambiental, iniciam-se as obras em Belo Monte.

Na medida em que a construção da obra avança, os seus impactes são acentuados e tornam-se mais evidentes.

Os anos seguintes foram marcado por remoções da população atingida, desmatamento e início da inundação para a formação do lago, que atinge a região central de Altamira.

### **3. A Arqueologia no processo de Licenciamento Ambiental da Barragem de Belo Monte**

O licenciamento ambiental foi instituído no Brasil a partir da Lei Federal de nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Posteriormente a Resolução Conama nº 001, de 23 de janeiro de 1986, e outras normativas regulamentaram seus procedimentos e critérios.

Segundo informações fornecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o licenciamento ambiental é uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, compartilhada entre instituições de vários níveis.

É por meio do licenciamento que é exercido o controle necessário sobre todas as atividades humanas que interferem nas condições ambientais e devem ser conciliadas com o uso dos recursos naturais.

O IPHAN como órgão público responsável pela salvaguarda do patrimônio nacional exige uma série de providências. Uma delas é a elaboração de um Plano de Valorização do Patrimônio.

O Programa de Valorização do Patrimônio realizado em Belo Monte era composto por dois programas: O Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural; e o Programa de Arqueologia Preventiva, incluindo o Projeto de Educação Patrimonial, que fizeram parte do Plano Básico Ambiental do empreendimento, sendo este último apresentado ao IBAMA e ao IPHAN (Caldarelli & Caldarelli, 2014a: 2).

No Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural, originalmente previa a execução de pesquisas participativas de campo e gabinete, e de registros em vídeo tanto das referências culturais como das históricas, inclusive as orais, das áreas diretamente afetadas. A organização desse material tinha a finalidade de constituir o acervo de uma Casa da Memória a ser implantada na sede de um dos municípios atingidos pelo empreendimento, e para o uso nas ações de educação patrimonial (Caldarelli & Caldarelli, 2014b: 2).

O Programa de Arqueologia Preventiva tinha como objetivo principal evitar que o empreendimento destruísse os bens arqueológicos, bem como atender as exigências do IPHAN, expostas no Ofício nº 111/09 – GEPAN/DEPAM/IPHAN, dentre as quais podemos destacar a apresentação de um projeto específico para a inclusão de critérios arqueológicos na definição da Unidade de Conservação a ser criada, segundo disposto na Lei nº 9.985/2000 (Caldarelli & Caldarelli, 2014c: 2).

O Ofício nº111/09 também exigia o desenvolvimento de um Projeto de Educação Patrimonial. As atividades realizadas tinham como foco os profissionais ligados à implantação do empreendimento quanto outras populações atingidas diretamente pelo empreendimento.

Segundo Caldarelli (2014) as iniciativas de educação patrimonial com os trabalhadores do empreendimento tinham como função principal evitar danos aos bens arqueológicos ali existentes por desconhecimento. Essas iniciativas tinham como material de apoio folhetos, que deveriam ser distribuídos a todos. Também seriam realizados seminários destinados àquele público.

As iniciativas voltadas para a população visavam atingir dois públicos: a rede escolar, e as comunidades urbanas e rurais das áreas atingidas.

Foi planejado a elaboração de materiais didáticos, inclusive de vídeos, cujo conteúdo seria retirado das pesquisas levadas a efeito no âmbito dos Programas de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural, e de Arqueologia Preventiva; e a realização de oficinas educativas, exposições, visitas educativas e palestras.

Com o Ofício 083/11 CNA/DEPAM/IPHAN, o IPHAN aprovou o Plano de Valorização do Patrimônio elaborado pela empresa de arqueologia escolhida, e ainda prescreveu algumas exigências como: A incorporação no projeto de educação patrimonial de aspectos antropológicos e etnohistóricos referentes às áreas de influência direta e indireta do empreendimento; A realização de um inventário do patrimônio histórico-cultural e de estudo etnohistórico da cultura material e imaterial dos povos indígenas e populações ribeirinhas da área de influência direta do empreendimento; No Projeto de Valorização do Patrimônio Cultural, a implantação de duas casas de memória, preferencialmente entidades públicas, uma em Altamira e outra em Vitória do Xingu, além de um site na internet, contendo o inventário do patrimônio histórico-cultural, e realização de atividades de inserção digital nos municípios atingidos pelo empreendimento.

A execução do Plano de Valorização do Patrimônio começou no ano de 2011, com o Programa de Arqueologia Preventiva dividido em cinco projetos específicos: Projeto de Prospecções Arqueológicas

Intensivas; Projeto de Salvamento Arqueológico; Projeto de Registro e Análise das Inscrições Rupestres; Projeto de Modelagem Arqueológica Preditiva; Projeto de Educação Patrimonial. Também a área onde seriam realizados os trabalhos arqueológicos foi aumentada de 900 km<sup>2</sup> para cerca de 12.000 km<sup>2</sup>.

Com o aumento exponencialmente da área foram necessárias várias adaptações com relação a quantidade de membros as equipas técnicas tinham e com a própria metodologia a ser empregue durante a execução do projeto.

O Programa de Arqueologia Preventiva sofreu atrasos decorrentes da expansão da área do canteiro de obras, o que acarretou um aumento exponencial dos exemplares de cultura material retirados não só durante as atividades de prospecção, mas principalmente as de salvamento arqueológico, com forte impacto nas atividades ligadas ao laboratório (curadoria, análise e interpretação do material coletado, em função das características dos sítios arqueológicos). Por isso acabou por se estender até 2015, com a execução do Sítio escola.

Segundo dados divulgados pela empresa responsável pelo empreendimento a maior parte dos sítios arqueológicos (70,45% do total) foram encontrados nas localidades de Altamira e de Vitória do Xingu. Esses dados são um reflexo das pesquisas arqueológicas realizadas durante os estudos de viabilidade ambiental da antiga Barragem de Kararaô, e posteriormente os levantamentos arqueológicos realizados para o EIA/RIMA da Barragem de Belo Monte.

A maior concentração de sítios arqueológicos é em altos topográficos (38%). De acordo com a interpretação de Solange Caldarelli (2017) essa escolha se explica pela preferência por assentamentos de longa duração e por áreas livres de inundações. Foram descobertos uma grande diversidade de sítios arqueológicos, sendo o maior sítio arqueológico com uma área de 800.000 m<sup>2</sup>.

O sítio escola teve duração de dois meses, entre julho e setembro de 2015, e o seu principal objetivo foi dar oportunidade aos estudantes

de adquirir e/ou aprimorar conhecimento teórico e prático na área de arqueologia através da participação efetiva em um projeto de pesquisa de campo. Foram abordados três eixos temáticos nesse sítio escola: os sítios de Terra Preta Antropogénica, Sepultamentos Humanos e Gravuras Rupestres.

Com apoio de técnicos e professores as atividades de campo dar-se-ão associadas às pesquisas em andamento na área da barragem de Belo Monte. Essas atividades foram distribuídas em: Topografia e delimitação de sítios arqueológicos; estratégias para averiguar distribuição espacial intra-sítio dos vestígios arqueológicos e variações sedimentares em sub-superfície; definição de estratégias para escavações teste e de superfície ampla; técnicas de escavação, registo arqueológico e estratigráfico; documentação; coleta de amostras de solo; descrição estratigráfica; técnicas de escavação; e registo dos sepultamentos humanos (Scientia Consultoria Científica, 2015: 2).

Nos meses de julho e agosto foram escavados pelos estudantes os sítios arqueológicos associados a Terra Preta Antropogénica com ocupações associadas a sociedades ceramistas, assim como sítios mais antigos, associados a sociedades forrageiras que iniciaram a ocupação da região durante o holoceno, há dez mil anos atrás. Paralelamente foram efetuados os trabalhos de registo e documentação de gravuras rupestres e polidores que se encontravam ao longo do rio Xingu (Scientia Consultoria Científica, 2015: 2).

#### **4. Utopias, épistème e epistemologias do Sul**

*“E ai está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores” (Freire, 1987a: 17)*

O termo utopia é polissémico, usado desde a literatura à história, da filosofia à política, percorrendo todos os domínios e comumente associado ao significado de irrealizável (Rocha, 2016:a 170).

De acordo com Roger Mucchielli (1960) a formação de uma utopia comporta um processo complexo, surgindo muitas vezes de um sentimento de revolta perante uma situação histórica injusta, por uma observação lúdica e metódica da sociedade contemporânea considerada como um caso patológico, acompanhada de um grande pessimismo sobre as possibilidades de intervenção: desta tensão dolorosa surge, por necessidade compensatória a idealização de uma cidade imaginária.

Por isso que o discurso utópico desenvolve o máximo de agressão e globalize a crítica pela confrontação entre a coerência da cidade feliz e a irracionalidade radical do mundo falsamente real, em que a lógica utópica força pensar o ilogismo do *topos*. Daí que o imaginário presente nas utopias seja não somente constituído por situações, mas constituinte de situações; neste sentido, se a história faz as utopias, também as utopias fazem a história (Rocha, 2016b: 170).

Michel Foucault (2002: 217) desenvolve o conceito de épistème não como uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto de relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas.

O arqueólogo do saber assume como seu principal objetivo de análise a leitura do descontínuo no pensamento ocidental, procurando encontrar no mundo exterior a articulação do objeto e o poder de julgar. Para emergir um significado no objeto é necessário a ação da dimensão humana da relação Saber-Poder, transformando as características físicas das interações em significados. O significado vai interagir com o individual, em que o objeto deve ser pensado dentro do seu contexto histórico-cultural e social, revelando relações com outros objetos. Evidencia-se assim o poder da linguagem como

regulação da existência e produtora permanente do saber (Foucault, 2005).

Foucault traça então uma perspectiva epistemológica relacionada com o ceticismo em relação à consciência absoluta da razão ocidental à maneira cartesiana, capaz de conhecer e produzir conhecimento apenas a partir de intuições e distinções. O autor assume uma leitura desconstruída do conhecimento, pois implicou a queda da razão transcendental, imposta e aceite pelo pensamento ocidental por Platão, Descartes, Kant e Hegel.

Contrapondo a análise de um sujeito cognitivo profundamente marcado, quer pela inteligibilidade cultural, quer pela natureza exterior para libertar as marcas de uma memória que atravessa o Tempo, através de significações, pensamentos, desejos e ameaças na esfera do visível e invisível do poder do conhecimento. Assim o autor contrapõe uma perspectiva epistemológica da relação Saber-Poder através do conceito de *épistémé*, com o objetivo de analisar as ruturas entre as épocas, culturas e objetos do conhecimento, que possibilitam as mudanças de interesse, conceito e estratégias (Almeida, 2012: 39).

Já na pós-modernidade Boaventura de Sousa Santos, influenciado pelas ideias de Foucault desenvolve o conceito de Epistemologias do Sul.

As epistemologias do Sul referem-se à produção e validação de conhecimentos surgidos nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça, opressão e destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e patriarcado. Ou seja, se trata de um sul epistemológico e não geográfico.

O objetivo é permitir que os grupos sociais oprimidos representem o mundo como seu e nos seus próprios termos, pois apenas desse modo serão capazes de o transformar de acordo com as suas próprias aspirações.

Santos (2018a: 187) escreve que a ciência ocidental moderna foi um instrumento-chave para a expansão e consolidação da dominação moderna, questioná-la a partir da perspectiva das epistemologias do Sul implica questionar o seu caráter colonial (que produz e esconde a linha abissal criadora de zonas de não-ser), o seu caráter capitalista (a mercantilização global da vida através da exploração de dois não bens de consumo, o trabalho e a natureza) e o seu caráter patriarcal (a desvalorização dos corpos, das vidas e dos trabalho social das mulheres com base na desvalorização do seu ser social).

As Epistemologias do Sul reconhecem as práticas das da ciência pós-abissal, integram a essas outros conhecimentos e outras práticas de criação e de transmissão de conhecimento que ocorrem enquanto dimensão das práticas sociais de resistência e luta contra a dominação (Santos, 2018b:403).

As ecologias dos saberes visam articular conhecimento científico e conhecimentos artesanais, e como tal, constituem um desafio às instituições e às pedagogias que foram desenhadas para promover e transmitir apenas um tipo de conhecimento (Santos, 2018c:403).

## **5. Público versus Público**

Para entender o conceito de Arqueologia Pública é necessário primeiramente apontar os vários significados que a palavra *público* pode ter. De acordo com Melton (2001) a noção de público como algo que simbolize um coletivo de cidadãos, e que seja ao contrário do que é privado vem desde o império romano.

No caso do conceito utilizado na Arqueologia Pública podemos desdobra-lo em dois: o primeiro está associado com o Estado e as suas instituições, e o segundo está ligado a um grupo de pessoas que debatem questões importantes e consomem produtos culturais, e cujas reações formam a opinião pública (Merriman, 2003: 1).

Ao nos aprofundarmos podemos afirmar que o Estado assume a função de porta-voz do público, e age em prol do interesse público. Essa atitude do Estado pode ser comprovada na criação de museus, escolas e etc... No segundo conceito podemos englobar todo ou qualquer debate e opinião formada no seio da sociedade, ou seja, na população.

## **6. A busca por uma Arqueologia que valorize o público**

Como já notado anteriormente nesse texto, a demanda por abordagens acadêmicas mais próximas da população são comuns a todas as ciências sociais, principalmente a partir dos anos 60.

Utilizando por base as ideias epistemológicas aqui já ressaltadas, fazemos um contraponto com a interdisciplinaridade, tão importante para se compreender o surgimento dessa área da arqueologia.

A interdisciplinaridade, como integração entre campos do saber para a construção do conhecimento, aparece como ponto chave para a articulação de uma utopia. Como aponta Canclini (1989/2000a), as oposições entre tradicional e moderno, e entre popular e massivo não dão conta de um entendimento da cultura nos dias atuais. Há uma mistura desses elementos sendo necessário averiguar sua hibridação, “precisamos de ciências sociais nômades, capazes de circular pelas escadas que ligam esses pavimentos” (Canclini, 1989/2000b: 19).

Segundo Lima (2014) a Arqueologia é uma ciência social que busca compreender, sobretudo, as sociedades pretéritas em seus múltiplos aspectos (políticos, económico, social, cultural e religioso), a partir dos vestígios materiais e do registo arqueológico.

No entanto a Arqueologia nos dias de hoje precisa ir além da interpretação. Avançar sobre o seu próprio universo restrito ao campo, à interpretação e à publicação científica sobre os achados arqueológicos, e estabelecer-se enquanto uma disciplina também interessada nos aspetos públicos e na dimensão social.

Essa preocupação com a dimensão social e pública ficou evidente já na década de 70 com a publicação do livro *Public Archaeology* (1972), do arqueólogo Charles Robert McGimsey III, considerado um marco no estabelecimento de um novo campo de pesquisa: A Arqueologia Pública (Carvalho e Funari, 2009: 1).

A obra foi escrita como uma resposta a crescente destruição dos sítios arqueológicos, originada por diversos fatores, em especial, pela acelerada urbanização e industrialização do país, que ameaçaram os vestígios arqueológicos.

Cabe ressaltar que as questões levantadas por McGimsey nessa primeira obra tiveram origens mais remotas no contexto estadunidense. A apresentação pública da Arqueologia remonta ao *Antiquities Act*, elaborado em 1906, para regulamentar o tratamento dos sítios arqueológicos em terrenos públicos e assegurar o acesso do público aos resultados das pesquisas, num primeiro esforço de estabelecer um compromisso profissional da Arqueologia, uma vez que a destruição dos sítios era crescente (Carneiro, 2009a: 89).

Posteriormente foram divulgados decretos com apelo nacionalista pelo presidente Theodore Roosevelt, que reforçou a necessidade de conservar os recursos naturais e culturais do país. Dessa postura surgiram políticas que contribuíram para a causa do Movimento de Conservação.

Todas essas medidas acabaram por dar visibilidade à arqueologia, justamente pela causa da preservação, o que aumentou o interesse do público pela Arqueologia. Segundo Jameson (2004), se tornou acessível ao público um grande número de sítios arqueológicos e de monumentos históricos. Sendo assim, entre as décadas de 1940 e 1950, uma nova história de preservação dos recursos naturais e culturais foi estabelecida na esfera pública nos EUA, influenciada pela multiplicação de estudos arqueológicos acessíveis ao público.

Em 1966 foi publicada a *National Historic Preservation Act*, em 1969 o *National Environmental Policy Act* e o Decreto-Lei nº11.593/71.

Essa nova legislação impulsionou a transformação em relação ao papel da preservação e ao desenvolvimento da pesquisa arqueológica, mudando a maneira como a arqueologia era administrativamente conduzida (Carneiro, 2009b: 91).

Outra contribuição nos Estados Unidos foi a realização da *Cultural Resource Management* (Conferência de Recursos Culturais em português), em 1974 (Renfrew e Bahn, 1993: 494).

A CRM tornou-se referência principal para a gestão, cujos parâmetros de ação consistiram em planejar, organizar, dirigir, controlar e avaliar a preservação de importantes aspectos da herança cultural norte-americana (Fernandes, 2007: 11; Carneiro, 2009c: 92).

Nas últimas décadas, após a criação do *World Archaeological Congress*, em 1986, a Arqueologia “tem fomentado cada vez mais a diversidade e servido para estimular a responsabilidade social” (Funari *et al*, 2009: 120).

Tanto no primeiro *World Archaeological Congress* (WAC), como no *Taos Conference*, no Novo México, organizado em 1988 pela *Society for American Archaeology* (SAA) o tema da responsabilidade social da arqueologia foi amplamente discutido.

As discussões que decorreram no *Taos Conference* derivaram da formação de um *Public Education Committee* (PEC), dentro da própria *Society for American Archaeology*, com o objetivo de planejar ações de transferência e promover a conservação do património arqueológico (Salerno, 2012a: 12).

Em suma, pode-se dizer que tanto o Taos como o WAC contribuíram para viabilizar e legitimar a arqueologia pública como um campo científico de reflexão, ação e investigação dentro do campo disciplinar da arqueologia.

Em 1991 a mesma sociedade publica *Archaeology and Public Education*, publicação responsável por criar um espaço de comunicação para promover a conservação e prevenção do vandalismo, e saque dos sítios arqueológicos (Salerno, 2012b:12). Essas novas propostas

integraram um movimento americano que impulsionou a inclusão dos materiais arqueológicos nos estudos de gestão e manejo dos bens e recursos culturais.

É inegável que a presença da forte influência nesse processo da teoria arqueológica, advinda do marxismo e do pós-modernismo, que reconheceu, sobretudo, a possibilidade de múltiplas interpretações do passado, bem como o desenvolvimento da própria noção de múltiplas interpretações do passado, bem como o desenvolvimento da própria noção de cidadão como um indivíduo que participa, seleciona e é ativo, contribuíram para tala acontecimento (Merriman, 2004: 3-4).

No contexto europeu as relações entre a Arqueologia e a sociedade foram estabelecidas a partir da corrente pós-processualista, proposta por Ian Hodder na década de 1980, que incorporou a Arqueologia Pública no rol de discussões ao evidenciar, muito explicitamente, a importância do contexto histórico e social de produção do conhecimento arqueológico e o indispensável comprometimento dos arqueólogos com os grupos sociais (Carneiro, 2009d: 87).

Uma das principais questões colocadas pela arqueologia pós-processual reside nos significados simbólicos dos vestígios arqueológicos, que variam de contexto para contexto.

Os arqueólogos pós-processualistas colocam o indivíduo como ator social, cujo contexto dará o significado ao registo arqueológico. Essas abordagens aceitam assim, a falta de consenso nas interpretações do passado. (Moraes Winchers, 2010a: 47).

A palavra do arqueólogo é uma, dentre outras opiniões sobre o passado, pois há muitas e plausíveis interpretações sobre o registo arqueológico. As perspectivas pós-processuais defendem que o registo arqueológico é um texto polissêmico, podendo ser lido de diversas maneiras. No mundo contemporâneo, cada vez mais, narrativas multivocais têm conquistado espaços antes reservados aos

especialistas, donos de um pretenso conhecimento e verdade (Moraes Winchers, 2010b: 47).

Robrahn-González (2005) afirma que a Arqueologia vem sofrendo uma mudança essencial de foco, deixando de ser uma ciência com olhar voltado ao passado, para assumir sua responsabilidade na compreensão do presente e na promoção do futuro.

Finalizando podemos considerar a arqueologia pública como uma área de investigação, ação e reflexão de múltiplas possibilidades porque o seu escopo abrange discussões sobre responsabilidade social, ética e profissionalização da disciplina, preservação e conservação, políticas públicas, economia, turismo, gerenciamento do patrimônio arqueológico, processos de patrimonialização, representação sociais da Arqueologia do passado e do patrimônio, comunicação, divulgação científica, participação, colaboração, educação entre outros assuntos (Lima, 2014: 54).

## **7. Criando uma utopia para Belo Monte**

No Brasil com a implementação da Portaria 230/02 se estabeleceu uma obrigatoriedade da realização de ações educativas em projetos de arqueologia preventiva. Essa portaria, de 17 de dezembro de 2002, surgiu oportunamente, uma vez que havia carência quanto à normatização dos procedimentos arqueológicos durante as fases de Estudo de Impacte Ambiental (EIA) (Morais, 2006: 195).

É a partir de então que as trajetórias da Arqueologia Preventiva e da Educação Patrimonial se cruzam no âmbito dos projetos de licenciamento ambiental.

Um elemento importante de reflexão sobre a Educação Patrimonial é a distinção entre a aplicação e o uso do termo. Conceitualmente, a Educação Patrimonial é considerada toda e qualquer iniciativa educacional, desenvolvida em ambiente de educação Formal e não formal, que tem como foco o reconhecimento,

a preservação e a valorização do património cultural. Trata-se, portanto, de um conceito e de uma prática que aproxima Educação e Cultura, através dos mais variados formatos em que essa aproximação possa se dar: seja por meio de políticas públicas ou em ações locais (Polo e Lima, 2013: 121).

Mais do que falar sobre a magnitude e os resultados das descobertas arqueológicas originárias do megaempreendimento que foi Belo Monte, ou criticar como o projeto de arqueologia preventiva foi desenvolvido, o objetivo deste texto é elaborar uma utopia, a partir do implemento da arqueologia pública no processo de construção da barragem.

Reconhecendo que todo o processo de edificação foi polêmico e doloroso para todas as populações atingidas, porém imprescindível para os interesses do Estado, seria necessário pensar na elaboração de algo que unisse os interesses de ambos os lados.

Quiçá além de ter sido feito Estudo de Impacte Ambiental, deveria ter sido iniciada uma conversa ou até mesmo uma ação educativa com as comunidades a serem atingidas. Se o governo ou o consórcio construtor não assumisse essa “responsabilidade”, deveria ser a Arqueologia a assumir.

Seriam os próprios arqueólogos a efetuar as atividades nas escolas e associações. Essas atividades poderiam adotar a metodologia pedagógica desenvolvida por Paulo Freire.

Para Freire (1987) a concepção de uma prática de liberdade começa pelo diálogo entre o educador e o educando. As inquietações que dificultam a aprendizagem é a inquietação em torno do conteúdo programático da educação.

Paulo Freire (1987) divide as relações criadas a partir de sua experiência na educação em duas: A do Educandos-Educador e a do Educador-Bancário. O educador-bancário não dialoga pois já que o seu compromisso é com o programa sobre o qual dissertará aos seus alunos. Para o educador-educando o conteúdo programático da

educação não é uma doação ou uma imposição – um conjunto de informes a ser depositado nos educandos, mas a revolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo.

O autor também associa pensar a educação como algo fundamentado na Cultura, entendendo esse fato indispensável em qualquer contexto. Argumentou que, ao discutir sobre o mundo da Cultura e seus elementos, os indivíduos desnudariam a sua realidade e se descobririam nela. Nesse sentido, o Patrimônio Cultural e a cultura material poderiam tornar-se elementos do processo chamado de “alfabetização cultural” (Silveira e Bezerra, 2007: 82).

Ao traçar essa metodologia para ser usada nas atividades de Educação Patrimonial, os arqueólogos poderiam trazer todas as pesquisas feitas no âmbito da academia sobre arqueologia pública e aplica-la na realidade.

As atividades educacionais repetir-se-iam durante e depois da finalização do megaempreendimento. Durante todo o processo as populações poderiam opinar na organização das atividades, e quem sabe no próprio desenrolar das atividades profissionais.

Interpretações distintas com relação aos materiais arqueológicos encontrados seriam interessantes para compor uma narrativa menos técnica, contudo mais inteligível para a divulgação científica a audiências não especializadas.

Segundo preceitos da museologia social, desenvolvidos durante a mesa redonda de Santiago do Chile em 1972 pelo ICOM é importante proporcionar à comunidade uma visão de conjunto em seu meio material e cultural.

Portanto seria interessante pensar na preparação de uma narrativa expográfica em colaboração com as comunidades. Essa exposição seria feita com acervo arqueológico advindo de Belo Monte.

## 8. Conclusão

Nos dias atuais, em que situações como as que aconteceram em Belo Monte são cada vez mais comuns, os arqueólogos são obrigados a adotar uma postura mais “ativa” nas suas relações com a comunidade dos projetos.

Alguns países, como o Canadá, já desempenham atividades que transcendem as de uso comum na divulgação da arqueologia. Tanto que 97,9% da população desse país veem a arqueologia como algo importante para a sociedade canadiana (Pokotylo, 2002: 110).

No entanto são executadas atividades em conjunto e a partir de diálogo com a população local, e por isso há o aumento da opinião pública em favor da disciplina.

Com o crescente conservadorismo associado a pautas económicas liberais no mundo, atividades contraproducentes a este são cada vez mais indispensáveis.

Por isso investir em atividades sociais durante o trabalho com o património arqueológico pode ser o caminho para a preservação e gestão do património arqueológico. As populações locais ao serem “empoderadas” podem desempenhar um papel de guardiãs do seu património, e ao guarda-lo, o legarão às gerações futuras.

Tal como Freire (2001: 20) escreve a seguir, a Arqueologia deve assumir esse caminho: “Quanto mais me capacito como profissional, quanto mais sistematizo minhas experiências, quanto mais me utilizo do patrimônio cultural, que é de todos e ao qual todos devem servir, mais aumenta minha responsabilidade com os Homens”.

## Referências Bibliográficas

ALFONSO, Louise Prado (2012) - *Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

ALMEIDA, António Manuel Passos (2012) - Epistemologias do conhecimento em Michel Foucault: os museus e as suas coleções. *Ensaios e Práticas em Museologia*. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol 2, p.37-56.

BAHN, Paul (1996) - *The Cambridge Illustrated history of archaeology*. Cambridge/New York: Cambridge University Press.

BEZERRA, Márcia (2002) - *O Australopiteco Corcunda: as crianças em um projeto de Arqueologia Pública na escola*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

BINFORD, Lewis (1972) - *An Archaeological Perspective*. New York: Seminar Press.

CALDARELLI, Solange; CALDARELLI, Carlos (2014) - Efetividade do licenciamento ambiental: O caso do Patrimônio Cultural na implantação da UHE Belo Monte. In *Seminário Técnico Propostas para alterações no licenciamento ambiental no Brasil*. Ribeirão Preto: Congresso Brasileiro de Avaliação de Impacto Ambiental.

CALDARELLI, Solange (2017) - *A Arqueologia e a UHE Belo Monte: ontem e hoje*. Altamira: Feira Literária Internacional do Xingu.

CARNEIRO, Carla Gibertoni (2009) - Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia. São Paulo: Universidade de São Paulo.

FERREIRA, Lúcio Menezes (2010) - Arqueologia comunitária, arqueologia de contrato y educación patrimonial en Brasil. *Revista Jangwa Pana*. Santa Marta: Universidad del Magdalena. 95-102.

FLEURY, Lorena Cândido (2013) - *Conflito Ambiental e Cosmopolíticas na Amazônia Brasileira: a construção da usina hidrelétrica de belo monte em perspectiva*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FREIRE, Paulo (1987) - *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra Editora.

- FOUCAULT, Michel (2008) – *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu ed. (2006) - *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ICOM (1972) - *Mesa Redonda de Santiago do Chile*. Santiago: International Council of Museums.
- GIMENES, Carlos Eduardo Reinaldo (2018) - *...estou preocupado com o antes e o durante e o depois: narrativas e experiências de atingidos por Belo Monte*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- LIMA, Leilane Patrícia (2014) - *A Arqueologia e os Indígenas na Escola: Um estudo de público em Londrina – PR*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- MERRIMAN, Nick, ed. (2004) - *Public Archaeology*. New York: Routledge.
- POLO, Mário Junior Alves; LIMA, Leilane Patricia (2013) – *Caminhos entrecruzados: Educação Patrimonial, Museus e Preservação Cultural. Diálogos entre as licenciaturas e a educação básica: aproximações e desafios*. Londrina: Universidade de Londrina. 117-125.
- PONTES JR., Felício; BELTRÃO, Jane Felipe (2005) - *Xingu, Barragens e Nações Indígenas*. São Paulo: International Rivers Network.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion (2005) - *Sociedade e Arqueologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- ROCHA, Acílio da Silva Estanqueiro (2016) - *Utopia, ou a Função Política do Imaginário. UtopiaDiacrítica.indd*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho. 169-192.
- ROSA, Michel Fernandes da (2016) - *Os Atingidos de Belo Monte Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- SALERNO, Virginia (2012). *Pensar la arqueologia desde el sur. Complutum*. Vol 23 (2), 191-203.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2018) - *O fim do Império Cognitivo*. Lisboa: Editora Almedina.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA (2015) - *Sítio Escola Scientia 2015*. São Paulo: Scientia Consultoria Científica.

SEVÁ, Oswaldo (Org.) (2005) - *Tenotã-Mõ: Alertas Sobre as Consequências dos Projetos Hidrelétricos no Rio Xingu*. São Paulo: International Rivers Network.

SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher (1987) - *Social Theory and Archaeology*. Oxford: Polity Press.

SILVA, Alexandra Maria (2015a) - *MEGAPROJETOS, CONFLITOS E PROCESSO DECISÓRIO - a análise de uma controvérsia intemporal chamada Belo Monte*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

WINCHERS, Camila Azevedo de Moraes (2010) - *Patrimônio Arqueológico Paulista: preposições e provocações museológicas*. São Paulo: Universidade de São Paulo



## **Melhor conhecer é melhor proteger. Os contributos do projeto ARQUEOSIA**

Filipa Neto <sup>1</sup>  
Catarina Costeira <sup>2</sup>

*“(...) só se protege aquilo de que se gosta e só se gosta daquilo que se conhece. Por isso, o primeiro passo é conhecer”  
(Barbosa, 1998)*

### **Resumo**

No âmbito da modernização da administração pública, a Direção-Geral do Património Cultural desenvolveu o projeto Arqueosia com vista à otimização das ferramentas digitais utilizadas nos serviços de gestão e salvaguarda do património arqueológico e elaboração de novos conteúdos, permitindo uma maior aproximação e interação entre os cidadãos e este património.

Uma das vertentes deste projeto consiste na criação de uma interface no Portal do Arqueólogo vocacionada para o cidadão, na qual se disponibiliza informação sobre sítios arqueológicos visitáveis e com conteúdos em inglês. Esta nova área de pesquisas pretende disponibilizar informação de qualidade e promover o trabalho de entidades culturais que já se encontram no terreno, sendo mais uma ferramenta de dinamização turístico-cultural que estimula a interação das pessoas com o seu legado cultural.

Esta nova abordagem de divulgação do património pretende incentivar o cidadão a desempenhar um papel mais ativo na proteção do património arqueológico, seguindo as recomendações das políticas da Comissão Europeia e do Conselho da Europa, que promovem uma governança participativa e um novo paradigma para a sua salvaguarda.

---

<sup>1</sup> Arqueóloga, coordenadora do projeto Arqueosia, fneto@dgpc.pt

<sup>2</sup> Arqueóloga, colaboradora no projeto Arqueosia, catarinacosteira@dgpc.pt

**Palavras-chave:** Património Arqueológico, Sítios arqueológicos visitáveis, Divulgação, Modernização.

### **Abstract**

The Arqueosia project intends to optimize the digital tools used for management and safeguarding of archaeological heritage by General-Directorate of Cultural Heritage, with an intent to dematerialization of documents, improve processes analysis and data sharing between the different levels of public administration.

The project also includes the development of an interface in the Archaeologist's Portal dedicated to the citizen, which provides information about archaeological sites that can be visited. Looking for its internationalization, the contents are also available in English language. This new websearch area aims to provide quality information and promote the work of local cultural agents, working as another dynamic tool for cultural-tourism and stimulate people interaction with their cultural legacy. This new approach to dissemination of heritage will allow the discovery of the archaeological heritage by citizens, contributing to reinforce a more active participation in the protection and valorization of this heritage. It follows the recommendations of the European Commission and the Council of Europe on good practices to safeguarding and enjoying cultural heritage based on participatory governance.

**Keywords:** Archaeological heritage, Archaeological visitable sites, Dissemination, Digital tools.

## **1. O projecto Arqueosia: Apresentação e Antecedentes**

O projeto Arqueosia – Modernização dos Serviços Digitais de Arqueologia, financiado pelo SAMA 2020, e considerado pelo Ministério da Cultura como uma Medida Simplex+ 2018 e 2019, foi desenvolvido

pela área de inventário do Departamento de Bens Culturais da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) em parceria com as quatro Direções Regionais de Cultura (DRC) de Portugal Continental, entre Agosto de 2017 e Abril de 2019. Os principais objetivos deste projeto consistiam na optimização das ferramentas digitais utilizadas nos serviços de gestão e salvaguarda do património arqueológico da DGPC e na criação de novos conteúdos, que permitissem uma maior aproximação e interação entre os cidadãos e este património.

O progresso da atividade arqueológica nas últimas décadas contribuiu para um aumento exponencial de informação sobre património arqueológico e uma diversificação dos agentes envolvidos. Face a estas transformações, tem-se operado mudanças significativas nos regulamentos e procedimentos por parte da Tutela, permitindo uma maior flexibilização e adaptação dos modelos de gestão de salvaguarda arqueológica (Sousa, 2013). Assim, o projeto Arqueosia insere-se num processo mais vasto de modernização dos serviços de arqueologia, cujo início remonta à década de noventa do século XX, com a informatização, digitalização e operacionalização do inventário nacional de arqueologia (AA.VV, 2002; Bugalhão e Lucena, 2006) e se desenvolveu com a criação do Portal do Arqueólogo em 2012 (Gomes, *et al.*, 2012; Neto, 2015). Embora se tenha constituído como um processo lento e paulatino, os avanços tecnológicos operados têm permitido uma significativa melhoria no acesso à informação sobre património arqueológico, sobretudo a profissionais da área da arqueologia, património e cultura.

O projeto Arqueosia ao otimizar os mecanismos de inventariação e atualização da base de dados do património arqueológico, garantindo a sua divulgação alargada, permite o conhecimento e sensibilização dos cidadãos acerca do seu legado cultural e uma maior eficácia na gestão e proteção deste património.

## 2. O Portal do Arqueólogo – Novas funcionalidades

O Portal do Arqueólogo é uma plataforma digital dedicada à gestão da atividade arqueológica e à divulgação do património arqueológico. A criação deste Portal, em 2012, visa melhorar a relação entre a tutela (administração central e regional) e os profissionais de arqueologia (arqueólogos / empresas), respondendo às exigências de uma atividade profissional cada vez mais intensa e complexa a nível nacional (Bugalhão, 2009; Costa, et al., 2014), aos desafios impostos pelas sucessivas reestruturações administrativas e a algumas orientações contidas na Convenção de Faro (2005) e nas directivas base da União Europeia para o património cultural (Neto, 2015; Neto, et al.; 2007; Gomes, et al., 2012).

O Portal do Arqueólogo tem distintos níveis de acesso à informação:

- Acesso ao público em geral para pesquisa de património arqueológico.
- Acesso a profissionais habilitados a dirigir trabalhos arqueológicos (possibilidade de submissão de documentação técnica e administrativa) e outros profissionais que necessitem de informações mais detalhadas para o seu desempenho profissional.
- Acesso a entidades enquadrantes e contratantes de trabalhos arqueológicos científicos e profissionais para consulta.

Com excepção do primeiro nível de acesso, todos os outros necessitam de registo no Portal para a obtenção de credenciais.

Na sua primeira fase, o Portal do Arqueólogo permitiu o acesso a dados administrativos sobre os trabalhos e projectos arqueológicos e a informação técnico-científica sobre vestígios e sítios arqueológicos inventariados no Endovélico – Sistema de Informação e Gestão Arqueológica (AA.VV, 2002; Bugalhão e Lucena, 2006; Neto, 2015), bem como uma maior eficácia na gestão arqueológica e na interacção

entre os profissionais e a tutela, contribuindo para o início da desmaterialização dos procedimentos burocráticos (figura 1).



Figura 1. Primeira versão do Portal do Arqueólogo (2012 – 2019).

A informação sobre vestígios e sítios arqueológicos disponibilizada no Portal tem origem nos documentos técnicos existentes nos processos do Arquivo da Arqueologia Portuguesa (com início nas décadas de 40 / 50 do século XX) e na bibliografia especializada, sendo diariamente actualizada pela equipa do Inventário. Atualmente, o Portal do Arqueólogo contém mais de 34.500 registos, 80% dos quais georreferenciados, o que coloca grandes desafios à gestão e actualização desta informação.

Não obstante o carácter inovador e vanguardista desta ferramenta digital, registavam-se algumas limitações nos e-serviços disponibilizados e principalmente na relação e forma de comunicação com o público não profissional.

Assim, com a implementação do projeto Arqueosia pretendeu-se superar algumas destas fragilidades, estabelecendo mecanismos mais eficazes de partilha de informação entre técnicos e profissionais e diversificando os públicos-alvo, com a criação de conteúdos mais apelativos e atualizados.

Uma das principais inovações realizadas no âmbito deste projecto consistiu na alteração da imagem gráfica do Portal do Arqueólogo (figura 2), tornando-a mais apelativa e de navegação mais intuitiva, quer para os utilizadores especializados, quer para o público em geral.

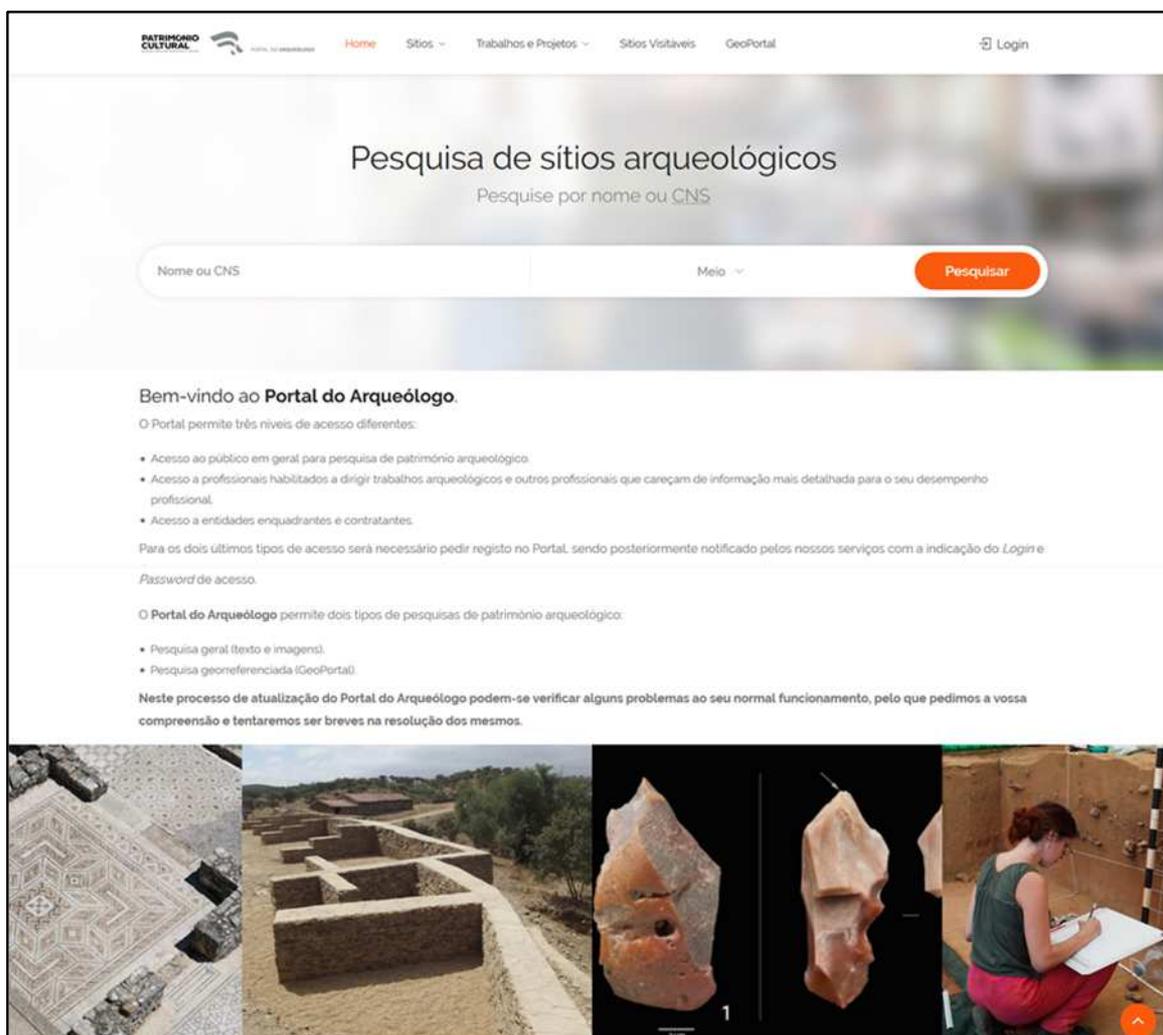


Figura 2. Nova imagem gráfica do Portal do Arqueólogo (2019).

Com a nova versão do Portal foi possível ampliar a sua conectividade e acesso, disponibilizando-se uma aplicação para dispositivos móveis, estando em desenvolvimento o registo através da autenticação com o cartão de cidadão. A nova versão permite ainda aos profissionais submeterem e re-submeterem, de forma mais eficiente, documentação técnica e administrativa, bem como amplia as opções de edição e pesquisa na intranet, nos seus perfis pessoais.

No que se refere aos conteúdos informativos disponibilizados, registam-se alterações na estrutura e informação de alguns campos, nomeadamente na tipologia, períodos e descrição dos sítios arqueológicos, no sentido de uma maior normalização. No caso do campo *Tipo de Sítio* considerou-se pertinente desdobrá-lo em dois: *Tipo Principal* e *Outros Tipos* para uma classificação mais rigorosa e uma ampliação das possibilidades de pesquisa. Foi também considerado importante rever e definir o glossário dos tipos de sítios, para que esta informação se tornasse mais consistente e replicável.

Procedeu-se ainda à atualização completa da informação das fichas dos sítios arqueológicos selecionados para serem incluídos na área de *Sítios Visitáveis*. Na descrição dos sítios arqueológicos a informação foi organizada em cinco partes (enquadramento geográfico e características de implantação, breve referência aos trabalhos / projetos arqueológicos e principais intervenientes, faseamento cronológico da ocupação do sítio, descrição das principais estruturas e contextos por fase de ocupação e contextualização do sítio no seu território, estabelecendo relações com sítios próximos, caso se justifique), mas salvaguardando sempre a especificidade de cada sítio e a diversidade de informação disponível. Estas alterações, bem como a actualização das referências bibliográficas pretendem melhorar a informação disponível para profissionais de arqueologia, estudantes e para o público em geral. Contudo, face ao colossal número de registos na base de dados e conseqüentemente no Portal do Arqueólogo, a actualização da globalidade destes campos excede o período de execução deste projecto, sendo a sua atualização realizada posteriormente pelo Inventário de Arqueologia e mantida na DGPC.

Na informação sobre os sítios e ocorrências arqueológicas, as imagens constituem o elemento mais frágil, uma vez que apenas estão disponíveis para um número muito reduzido de registos (cerca de 7500), situação que se pretende a médio prazo colmatar. A

optimização destes dados ficará para o desenvolvimento de outros projetos no futuro.

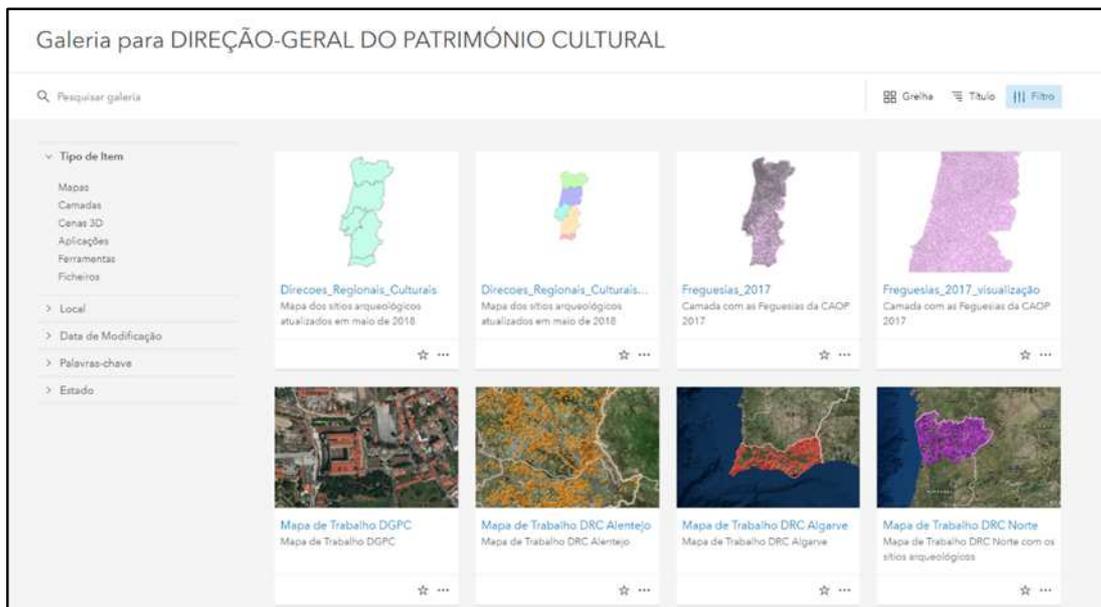


Figura 3. Galeria de Mapas da plataforma colaborativa DGPC / DRC no ArcGIS online.

A georreferenciação das ocorrências e sítios arqueológicos foi uma das questões mais trabalhadas neste projecto, não só na perspectiva da melhoria no acesso e divulgação dos dados, mas também na sua produção e actualização. Foi criada uma plataforma colaborativa para a actualização de informação geográfica entre a DGPC e as DRC, melhorando a análise e decisão dos processos. Com base na tecnologia ESRI- ArcGIS Online, esta plataforma permite a partilha de conteúdos, mapas, ideias e projetos de forma organizada entre as diversas instituições e a publicação de conjuntos e serviços de dados de acordo com a diretiva INSPIRE (figuras 3 e 4). A arquitectura desta plataforma procurou normalizar procedimentos de trabalho e de publicação de dados geográficos, com o intuito de solucionar os problemas recorrentemente detetados na localização de sítios arqueológicos.

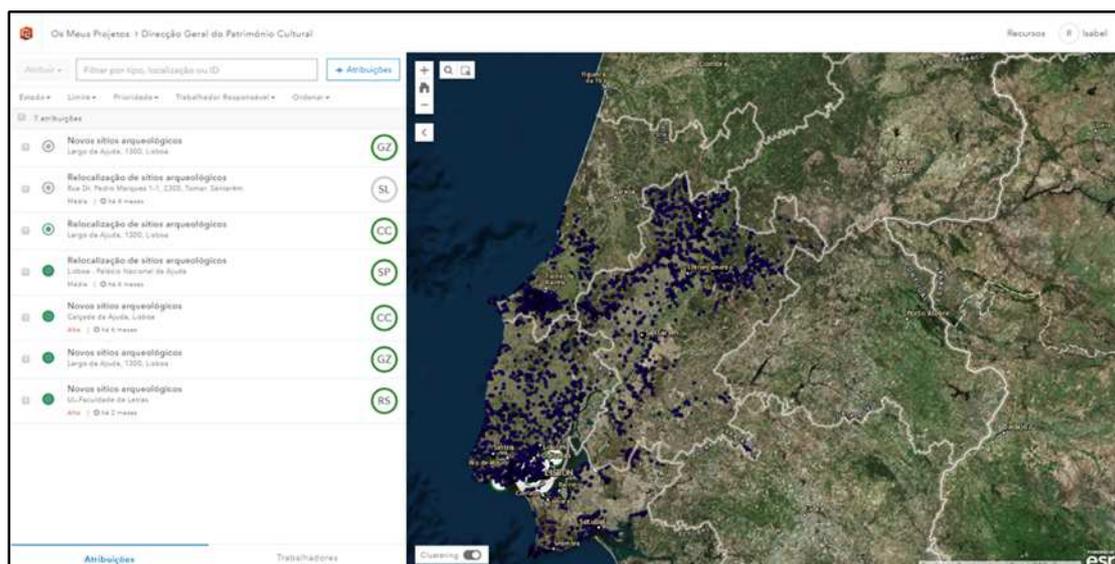


Figura 4. Mapa de Trabalho da Direção Geral do Património Cultural no ArcGis online.

Espera-se que as inovações neste tema conseguidas com o projeto Arqueosia, possam ser desenvolvidas no futuro e que incentivem um sério debate entre a tutela e os profissionais sobre a apresentação e sistematização dos dados geográficos dos sítios arqueológicos.

Na nova versão do Portal do Arqueólogo, toda esta informação geográfica é disponibilizada no Geoportal (figura 5), permitindo a pesquisa georreferenciada de sítios arqueológicos de forma mais intuitiva, rápida e aberta a todos os utilizadores.

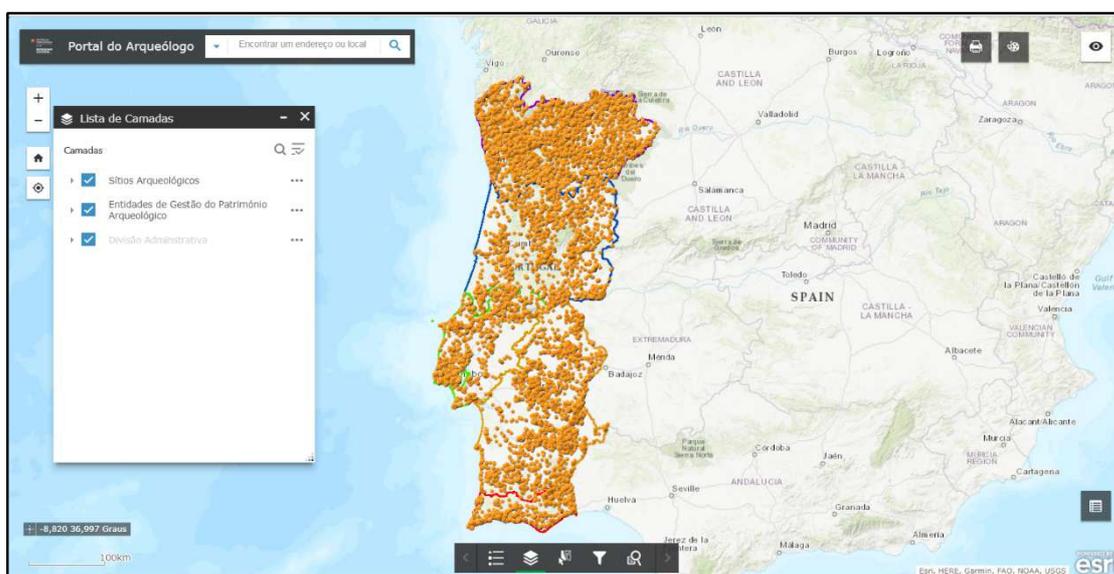


Figura 5: Mapa disponível no Geoportal.

### 3. A nova área vocacionada para o Cidadão – Sítios Visitáveis

A vertente mais inovadora do projeto Arqueosia consistiu no desenvolvimento de uma nova área no Portal do Arqueólogo, vocacionada para o cidadão. Nesta área, designada por Sítios Visitáveis, disponibiliza-se informação sobre sítios arqueológicos com condições de acesso e de visita, localizados em Portugal continental, contribuindo para uma maior aproximação dos cidadãos ao património arqueológico e promovendo uma participação mais ativa na sua proteção e valorização.

Deste modo, este projeto pretende colmatar uma das maiores fragilidades da arqueologia portuguesa (Valera, 2008; Costa, et al., 2014; Sousa, 2016; Marques e Neto, 2017), promovendo a disseminação do conhecimento arqueológico para a comunidade a nível local e nacional, e tornando-o acessível ao público internacional através da disponibilização de conteúdos em língua inglesa.



Figura 6. Mesas do Castelinho, Almodôvar, Portugal (©Samuel Melro).

O espaço *Sítios Visitáveis* apresenta conteúdos semelhantes ao separador dos sítios (designação, CNS, período cronológico, informação administrativa, descrição, meio, acesso, espólio, depositário, classificação e conservação), a que se somam conteúdos novos como tipo de visita, informações, horário, contactos úteis, websites de divulgação, documentos, notas e informação sobre rotas culturais / turísticas relacionadas. A informação disponibilizada sobre os sítios é baseada em trabalhos arqueológicos realizados por profissionais e investigadores, logo cientificamente validada, procurando-se adaptar a terminologia técnico-científica a uma linguagem mais acessível e - em inglês. No preenchimento dos conteúdos associados às condições de visita utilizou-se informação disponibilizada em publicações e websites de várias entidades como câmaras municipais, juntas de freguesia, serviços de turismo, empresas e associações de arqueologia e património, entre outras. Assim, este novo espaço virtual pretende funcionar como um agregador de informação sobre sítios arqueológicos com condições de acesso, podendo no futuro disponibilizar propostas de percursos ou rotas temáticas.

Na seleção dos sítios arqueológicos visitáveis definiram-se, com base na bibliografia (Mascarenhas, et al, 1986; Matos, 2008; Real e Branco, 2009; Raposo, 2016), critérios semelhantes para todas as regiões de Portugal continental (tabela 1), procurando-se colmatar a assimetria da informação disponibilizada e consolidar um motor de pesquisas de âmbito nacional. Deste modo pretende-se contribuir para a promoção de visitas e percursos turístico-culturais alternativos, privilegiando a qualidade e autenticidade.

<b>Critério</b>	<b>Definição</b>
<b>1-Estado de Conservação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estado de Conservação das estruturas.</li> </ul>
<b>2-Condições de acesso / Acessibilidade no sítio</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sítios com acessos bem planeados e seguros às estruturas ou vestígios.</li> <li>• Diversidade de acessos (veículos, pedestres, mobilidade reduzida).</li> <li>• Sinalização.</li> <li>• Sítios integrados em percursos pedestres homologados, uma vez que já reúnem condições de acesso favoráveis.</li> </ul>
<b>3-Informação sobre o sítio</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fontes documentais de valor científico.</li> <li>• Documentação impressa ou digital que forneça informação acessível e legível ao público em geral, seja do ponto de vista turístico e ou cultural.</li> <li>• Painéis informativos.</li> <li>• Fontes orais.</li> </ul>
<b>4-Importância do sítio arqueológico pelo seu valor cultural e patrimonial</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Significado histórico-cultural (associação do sítio a acontecimentos históricos destacados e / ou na herança cultural da região – importância para a construção da memória).</li> <li>• Raridade.</li> <li>• Tipicidade.</li> <li>• Valor estético e simbólico.</li> <li>• Dimensão / monumentalidade.</li> <li>• Proteção legal.</li> </ul>
<b>5-Inserção paisagística (qualidade da inserção do sítio na paisagem envolvente</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sítio enquadrado e em simbiose com a paisagem envolvente.</li> <li>• Sítio com a paisagem antropizada e espaço cénico envolvente transformado.</li> <li>• Sítio totalmente descaracterizado na paisagem envolvente.</li> </ul>
<b>6-Existência de Estrutura de Apoio</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sítios que se encontrem musealizados, associados a centros interpretativos e/ou incluídos em conteúdos museológicos mais abrangentes. Infra-estruturas adequadas que garantam o acesso público informado.</li> <li>• Sítios com visitas guiadas organizadas por marcação ou em determinadas fases do ano.</li> </ul>

Tabela 1. Critérios de seleção dos sítios arqueológicos a incluir no espaço dos Sítios Visitáveis do Portal do Arqueólogo

A disponibilização digital da informação sobre sítios arqueológicos pode ampliar a quantidade de sítios visitáveis e incentivar a visita a regiões mais isoladas e com menos oferta turística, dispensando a “informação analógica no local”. De facto, o acesso a informação digital pode auxiliar a preservação do sítio e das suas estruturas mais vulneráveis, uma vez que mesmo que algumas destas estejam tapadas, os contextos tornam-se inteligíveis. Podendo igualmente incentivar o desfrutar da paisagem / do local na sua

vertente patrimonial e ambiental, mesmo que nem todos os elementos estejam monumentalizados e visíveis.

Espera-se que esta área de pesquisas seja permanentemente actualizada, acompanhando as intervenções de valorização em sítios arqueológicos.

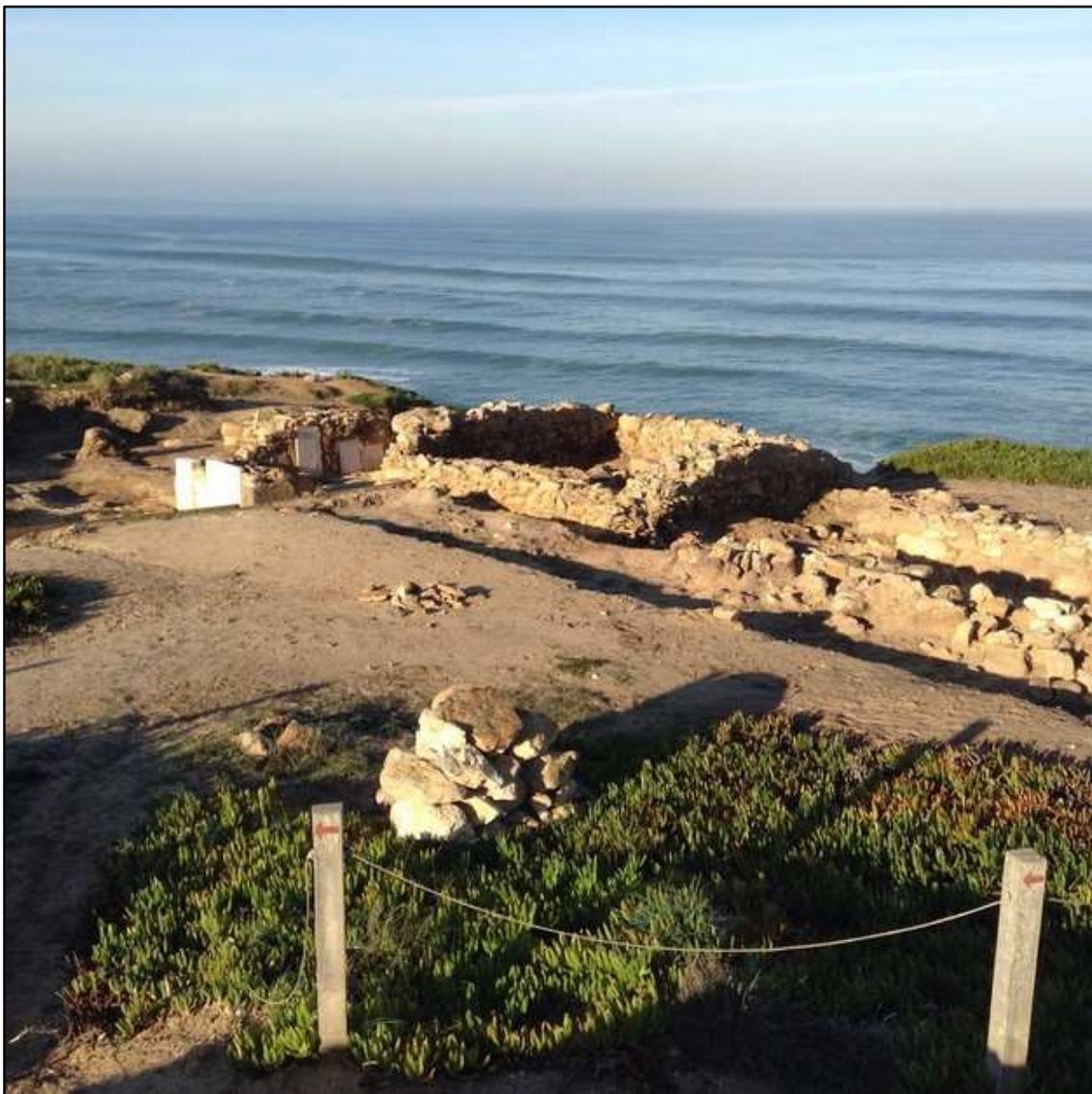


Figura 7. Alto da Vigia, Sintra, Portugal (©Ana Vale).

Para incentivar a utilização do Portal do Arqueólogo, em especial pelos cidadãos, foi disponibilizada uma APP para dispositivos móveis (IOS, Android e Windows), de acesso gratuito, que possibilita a obtenção por parte do viajante / visitante de toda a informação em tempo real. Esta ferramenta inovadora permitirá a desmaterialização da informação sobre os sítios visitáveis, tornando o património

arqueológico um conteúdo do quotidiano, aberto a toda a comunidade. Os utilizadores poderão construir os seus perfis de visita, de acordo com os seus interesses e capacidades, bem como interagir através das redes sociais.

Em suma, o projeto Arqueosia, através do reforço da utilização das tecnologias digitais, procurou melhorar a transmissão da informação arqueológica e incentivar a sua partilha por públicos diversificados, sem olvidar a materialidade que caracteriza a arqueologia e o seu património.



Figura 8. Castelo dos Mouros, Sintra, Portugal (©Sofia Pereira).

A melhoria do acesso à informação sobre o património arqueológico contribui para o desenvolvimento de uma maior consciencialização da necessidade da sua preservação e valorização ao reforçar o papel do património arqueológico para as sociedades. Assim, o património arqueológico torna-se um recurso fundamental para o

desenvolvimento sócio-económico e para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

No seio do desenvolvimento do Arqueosia está o conceito da humanização do património arqueológico, e o seu potencial como “valor primordial ou valor-fonte dos demais valores” (Oliveira Martins, 2016), seguindo os princípios promovidos pelo Conselho da Europa na Convenção Quadro sobre o valor do Património Cultural na Sociedade Contemporânea, assinada a 27 de outubro de 2005 (Conselho da Europa, 2005) e a Estratégia para o Património Cultural Europeu para o século XXI (Conselho da Europa, 2017). Estes importantes documentos jurídicos e políticos reconhecem “...*que cada pessoa no respeito dos direitos e liberdades de outrem, tem o direito de se envolver com o património cultural da sua escolha...*” e reforçam a importância da participação ativa dos cidadãos na interpretação do património e nos processos de salvaguarda e valorização dos bens culturais.



Figura 9: Cabeço do Pé da Erra, Coruche, Portugal (©Ana Catarina Sousa).

Assim, conhecer e entender o património arqueológico, não significa apenas recuperar as nossas raízes históricas e defender o testemunho deixado pelos nossos antepassados. Significa sobretudo percorrer, aceitar e compreender os nossos processos construtivos internos, sejam eles individuais, sociais ou nacionais, e olhar para o outro através do diálogo e do respeito pela diversidade. Recuperar as nossas memórias e identidades, através da vivência com a arqueologia, permite potenciar práticas de cidadania responsável, assentes no respeito pelos direitos humanos e estimular o pensamento reflexivo, crítico, sobretudo se sedimentado nos hábitos culturais desde as idades mais jovens. Participar ativamente na defesa, valorização e fruição do património arqueológico, é assim cooperar de forma consciente e criativa na construção da sociedade que queremos para o futuro.

### **Bibliografia**

AA.VV (2002) - Endovélico – Sistemas de Gestão e Informação Arqueológica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 5:1, 277 – 283.

BARBOSA, P. (1998) – *Preservação e memória*. In *Portugal local e regional: subsídios para um trabalho transdisciplinar*. Lisboa: Ministério da Educação, 24.

BUGALHÃO, J. (2009) - A Arqueologia Portuguesa nas últimas décadas em Portugal. *Arqueologia e Historia*. Associação dos Arqueólogos Portugueses. 60-61, Lisbon, 19 – 43.

BUGALHÃO, J.; LUCENA, A. (2006) - As Novas Tecnologias como Instrumento de Gestão e de Divulgação do Património: o exemplo do Endovélico – Sistema de Gestão e Informação Arqueológica. *Encontros Culturais do Baixo Tâmega. Património*. Actas, Baião: Câmara Municipal, 175 – 192

COELHO, M. (2016) – The General Directorate of Cultural Heritage's competencies in the contexto of safeguarding and promoting the Portuguese archaeological heritage. In FLORJANOWICZ, P. (ed.) –

When Valletta meets Faro. The reality of European archaeology in the 21<sup>st</sup> century. *EAC Occasional Paper*, N. 11, 89 – 94.

CONSELHO DA EUROPA (2005) - *Council of Europe Framework Convention on the Value of Cultural Heritage for Society* [Consultado a 17.01.2019 em <https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/rms/0900001680083746>].

CONSELHO DA EUROPA (2017) - *Recommendation of the Committee of Ministers to member States on the European Cultural Heritage Strategy for the 21<sup>st</sup> century* (CM/Rec(2017)1) [Consultado a 17.01.2019 em <https://rm.coe.int/european-heritage-strategy-for-the-21st-century-strategy-21-full-text/16808ae270>].

COSTA, C.; DUARTE, C.; TERESO, J.; VIEGAS, C.; LAGO, M.; GRILO, C.; RAPOSO, J.; DINIZ, M.; LIMA, A. (2014) - *Discovering the Archaeologists of Portugal 2012 – 2014*. APA.

DINIZ, M.; NEVES, C; MARTINS, A; CARVALHO, D.; ARNAUD, J. (2016) - Papéis, funções e disfunções do património arqueológico: o caso de Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal). *Arqueologia e História*. Lisboa, 68, 170 – 180.

DRIES, M. (2015) - From Malta to Faro, how far have we come? Some facts and figures on public engagement in the archaeological heritage sector in Europe. In SCHUT, A.; SCHARFF, D.; WIT, L. (eds.) - *Setting the Agenda: Giving New Meaning to the European Archaeological heritage*. *EAC Occasional Paper*, 10, 45 – 55.

GOMES, A; LEITE, S; NETO, F; OLIVEIRA, C; BRAGANÇA, F. (2012) - Inventariação e gestão do património imóvel na Direção-Geral do Património Cultural. *Doco 2012 Documentazione e Conservazione del Patrimonio Architettonico ed Urbano*. 5, n. 10, 3 – 8.

HARDING, A. (2007) - Communication in Archaeology. *European Journal of Archaeology*. 10 (2 – 3), 119 – 133.

HOLTORF, C. (2007) - Can you hear me at the back? Archaeology, communication and society. *European Journal of Archaeology*. 10 (2 – 3), 149 – 165.

- MARTÍN, M. (2001) - Sobre el necesario vínculo entre el patrimonio y la sociedad Reflexiones críticas sobre la Interpretación del Patrimonio. *Património e Estudos*. Lisboa, 1, 25 – 37.
- MARTINS, G. (2016) – *Património, Herança e Memória in Participação: Partilhando a Responsabilidade*. (ed.) Ana Carvalho, Acesso Cultura, Associação Cultural, 18-28.
- MARQUES, J.; NETO, F. (2017) – Steps towards public engagement with archaeological heritage – some Portuguese examples. In DEGRAEVE, A. (ed.) – Dare to choose. Making choices in archaeological heritage management. *EAC Occasional Paper*. 13, 83 – 88.
- MASCARENHAS, J. M; SOARES, J.; SILVA, C. T. (1986) – O património histórico-arqueológico e os estudos de impacte ambiental: proposta de metodologia para a avaliação do impacte de barragens. *Trabalhos de Arqueologia do Sul*. Évora: [s.n.]. 1, 7-16.
- MATOS, O. (2008) – Valorização de Sítios Arqueológicos. *Praxis Archaeologica*. 3. Almada.
- MIRANDA, M. (2009): Viajar no Tempo através do Património histórico e arqueológico do Concelho de Mafra. *Revista Pedra e Cal*. Anuário da Conservação do Património.
- MORAIS, L. (2010) – Contributos da valorização do património arqueológico para o desenvolvimento local. *Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia*. Porto, 1 – 14.
- NETO, F. (2015) - Struggle for pleasure: o Portal do Arqueólogo. *Revista Património*. 3, Lisboa: DGPC, 56 – 59.
- NETO, F; CALDEIRA, N; GOMES, A; BRAGANÇA, F. (2007) – Sistemas de Informação e Gestão Arqueológica: Endovélico e SIG. *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira – Perspectivas de Gestão de Bens Culturais*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 117-124.
- PALUDAN – MÜLLER, C. (2013) – Caring About the Past Requires Care for the Present. In LAGERLÖF, A. (ed.) – Who Cares? Perspectives on

Public Awareness, Participation and Protection in Archaeological Heritage Management. *EAC Occasional Papers*, 8, p. 87 – 92.

PARREIRA, R. (2007) – Una ruta por sitios arqueológicos del extremo Sur de Portugal. *In mus- A. Museos locales, naturaleza y perspectivas*, 8, 111 – 116.

RAPOSO, J. (2001) – Sítios arqueológicos visitáveis em Portugal. *Al-madan*. 10, série II, 100 – 157.

RAPOSO, J. (2016) – Sítios arqueológicos portugueses revisitados. *Al-madan*. 20, série II, 70 – 196.

REAL, F; BRANCO, G. (2009) – Critérios para quantificar o valor do património arqueológico. *Praxis Archaeologica*. 4, 15 – 19.

RICHARDSON, L. (2013) – *A digital public archaeology? Papers from the Institute of Archaeology*. 23 (1): 10, 1 – 12.

RODERS, A. P.; OERS, Ron (2011) – Editorial: bridging cultural heritage and sustainable development. *Journal of Cultural Heritage*.

SOUSA, A. C. (2013) - A revisão do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos e os contextos sociais da arqueologia portuguesa no século 21: uma breve reflexão. *Revista Património*. Lisboa, 1, 36 –42.

SOUSA, A. C. (2016) – Challenges and opportunities for disseminating archaeology in Portugal: diferente escenarios, diferente problems. In FLORJANOWICZ, P. (ed.) – When Valletta meets Faro. The reality of European archaeology in the 21 st century. *EAC Occasional Paper*, N. 11, 137 – 156.

SKYLLBERG, E. (2017) – Na Urgent but Difficult Task: Communicating Archaeological Results to the General Public. DEGRAEVE, A. (ed.) – Dare to choose. Making choices in archaeological heritage management. *EAC Occasional Paper*. 13, 89 – 91.

VALERA, A. (2008) – A divulgação do conhecimento em arqueologia: reflexões em torno de fundamentos e experiências. *Praxis Archaeologica*. 3, 9 – 23.

Websites: <http://arqueologia.patrimoniocultural>.



## **Estratégias para a gestão da salvaguarda arqueológica: as cartas de risco do património arqueológico dos Açores**

José Luís Neto<sup>1</sup>  
Carlos Luís Cruz<sup>2</sup>  
Pedro Parreira<sup>3</sup>

### **Resumo**

O conceito de cartas de risco do património arqueológico remonta à década de 1970, na Itália. Surge como mecanismo para acautelar a proteção do património arqueológico, em núcleos históricos. O principal objetivo é a ativação do caráter preventivo da atividade arqueológica, com vista ao incremento da proteção dos bens culturais. Nas décadas seguintes, passou por um processo de amadurecimento e mutação, estendendo-se a outros países, por todo o mundo ocidental. Com a publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2018/A, de 16 de maio, o Governo Regional dos Açores prevê a criação destas ferramentas, em articulação com os municípios. O processo encontra-se em curso, com vista à implementação de cartas de risco para todos os núcleos históricos do arquipélago.

**Palavras-chave:** gestão do património, arqueologia urbana, arqueologia preventiva, gestão e ordenamento territorial.

### **Abstract**

The archaeological risk assessment charts trace their existence back to the 1970's, in Italy, existing as a mechanism to ensure the correct protection of all archaeological heritage in historic urban centers. Over the following decades, these charts became more and more prevalent,

---

<sup>1</sup> jose.lp.neto@azores.gov.pt. Doutorado em Arqueologia Pós-medieval, Chefe da Divisão do Património Móvel e Imaterial e Arqueológico da Direção Regional da Cultura dos Açores.

<sup>2</sup> carluiscruz@hotmail.com. Doutorando em História Insular e Atlântica (Séculos XV a XX), Assistente de Investigação no CHAM - FCSH/NOVA-UAc.

<sup>3</sup> pedro.tc.parreira@azores.gov.pt. Mestrando em Património, Museologia e Desenvolvimento. Arqueólogo em regime de prestação de serviços na Direção Regional da Cultura dos Açores.

across the western world, and suffered many processes of improvement, regarding heritage management. As of may 16th, 2018, with the publication of new regional legislation, the Azores Regional Government has begun the process of creating these management instruments, and preparing their practical application, together with the municipalities. The goal is to extend this process to the entire archipelago.

**Keywords:** heritage management, urban archeology, preventive archeology, land management and planning.

## 1. Introdução

O conceito de "*Cartas de Risco do Património Arqueológico*" nasceu em Itália, na década de 70 do século XX, durante um momento de grande fulgor na criação de novos programas de gestão e proteção do património cultural. Desde a sua génese, podem afirmar que o interesse na elaboração destas ferramentas enquanto instrumentos preventivos e de salvaguarda patrimonial, com vista à sua aplicação, caso a caso, pautou pela criação de modelos que vieram a revelar-se como, acima de tudo, conjuntos de intenções, nunca devidamente aplicadas, no terreno, pelas entidades de gestão (Silva, 2012:79).

É na década de 1980 que alguns dos investigadores do "*Istituto Centrale per il Restauro*", baseando-se em princípios de conservação patrimonial elaborados pelo reputado patrimonialista, Cesare Brandi, avançam com propostas mais detalhadas de "*Cartas de Risco*", que visam a detalhada gestão e salvaguarda do património material existente no centro histórico de um povoado. Na época, assumiram-se como instrumentos de apoio à decisão tutelar, tendo por base informações multisetoriais, cujo propósito seria o de justificar a gestão política e económica dos seus ativos patrimoniais (Baldi, 2018:13-15). Permitiriam criar estratégias concertadas de intervenção, conservação e restauro dos bens culturais, de acordo com as suas determinadas

condicionantes científicas, técnicas e atendendo ao ambiente em que se enquadravam. Também nesta época, verificamos que o conjunto de intenções, ainda que altamente meritórias, demoraram muito mais tempo a encontrar base de apoio institucional para funcionarem. Ainda atualmente carecem de uma aplicação concertada, em território italiano.

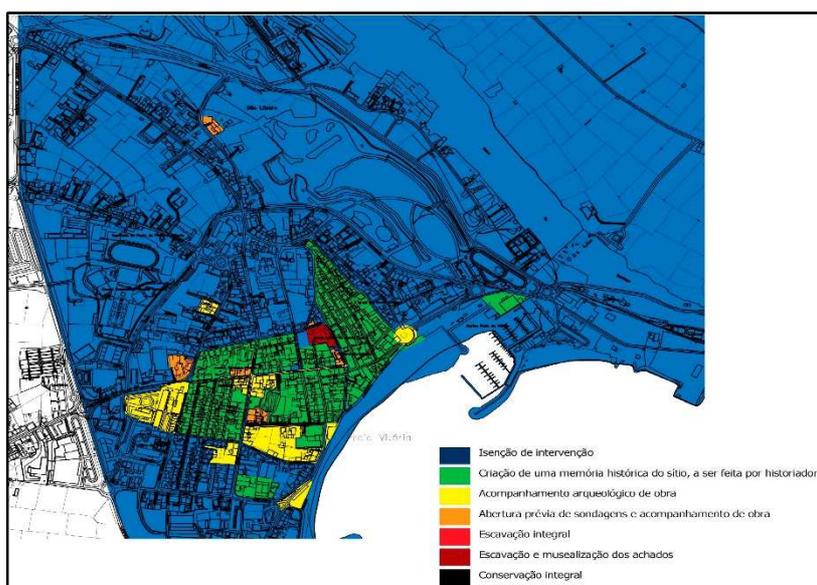


Figura 1. Primeira proposta de carta de condicionantes arqueológicos para o centro histórico do povoado da Praia da Vitória, ilha Terceira. (Direção Regional da Cultura dos Açores)

A herança italiana trouxe, acima de tudo, os preceitos preventivos do *Istituto Centrale del Restauro*, que se espalharam, ainda na década de 70 e, com maior intensidade, na seguinte, um pouco por toda a Europa. Desde o final da II Grande Guerra, a arqueologia, a conservação e o restauro, em centros históricos, haviam assumido um papel de grande preponderância, atendendo à destruição de muitas das mais antigas cidades do Velho Continente. Ao longo das décadas que se seguiram nasceram novos modelos de reconstrução dos povoados, destacando-se as estratégias formuladas pelas autoridades inglesas, no interesse em assumir uma preocupação pela proteção e salvaguarda do seu passado histórico. Sublinhamos o trabalho do *Museum of London* nas pessoas de William Grimes e Martin

Carver, ambos arqueólogos, que formaram a base do que veio a tornar-se na atividade arqueológica em contexto urbano, no Reino Unido (Madeira, 2011:13).

É em Inglaterra, com o trabalho dos citados investigadores, bem como com a colaboração de entidades académicas, como a Universidade de York e o *Archaeology Unity Camp*, em Birmingham, que nascem os modelos práticos de "cartas de risco" para o património arqueológico em contexto urbano. As bases teóricas, muitas delas alicerçadas nos trabalhos de Brandi, começam a ser postas em prática pelas equipas de arqueologia que investigam os centros históricos, sendo que, uma vez mais, se verifica uma grande disparidade na aplicabilidade da estratégia de gestão. Em Londres, são dezenas de exemplos, por cada ano, de intervenções executadas, baseadas num plano de condicionantes prévias de iniciativa municipal, efetuado em parceria com a equipa de arqueologia da instituição museológica da cidade. Todavia, a grande maioria dos centros históricos nunca chegou a prever a elaboração destes instrumentos.

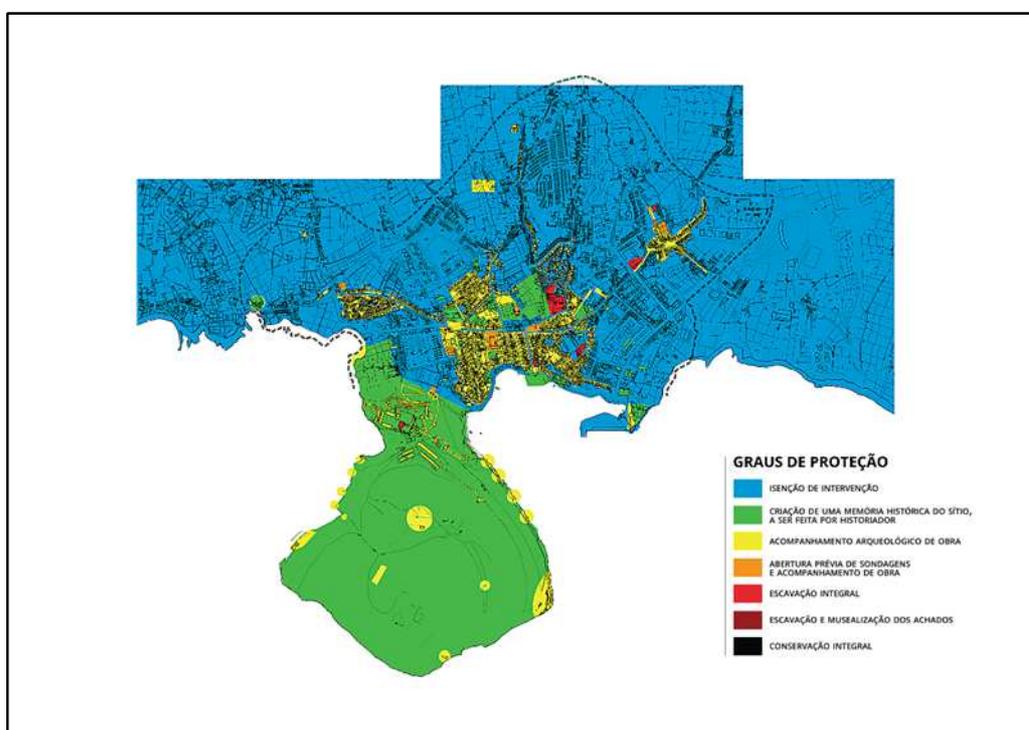


Figura 2. Primeira proposta de carta de condicionantes arqueológicas para o centro histórico do povoado de Angra do Heroísmo, ilha Terceira. (Direção Regional da Cultura dos Açores)

Outros exemplos da difusão da ideologia preventiva italiana encontram-se em França e, mais concretamente, na cidade de Paris, onde a propagação da arqueologia urbana, na década de 70 e, especialmente, nos anos 80, do século XX, levou ao surgimento de uma entidade de gestão municipal que, no final da centúria de novecentos, implantou um projeto de salvaguarda patrimonial, parcialmente inspirado nas "*cartas de risco*" italianas. A sua execução continuou a carecer de um esforço concertado, por parte de todas as instituições envolvidas, nunca tendo passado de um manifesto de intenções que, muito ocasionalmente, foi posto em prática (Madeira, 2011:14-15).

Um exemplo de maior aplicabilidade, porquanto se espalhou por mais pontos do território nacional, é o caso dos Estados Unidos da América. Em 1966, com a criação do *National Historic Preservation Act*, o Governo Federal assumiu como prioridade, no âmbito do património cultural, a salvaguarda daqueles valores considerados fundamentais para história do país. Tendo por base este documento, foram várias as cidades, espalhadas por diversos estados, que desenvolveram legislação específica, no âmbito da prevenção da destruição do património arqueológico. A título de exemplo, veja-se o trabalho dos gabinetes urbanos de arqueologia nas cidades de Boston, Massachusetts, ou de Annapolis, Maryland (Pendery:2012).

Encontramos um exemplo melhor estruturado, remontante já ao final da centúria passada, na vizinha Espanha. É, ainda durante a década de 1970, na Andaluzia, que nasce um esforço concertado, por parte das autoridades, e dos investigadores no âmbito da arqueologia, para criar um modelo de gestão do património cultural aplicável à prevenção da destruição desses valores patrimoniais nos centros históricos.

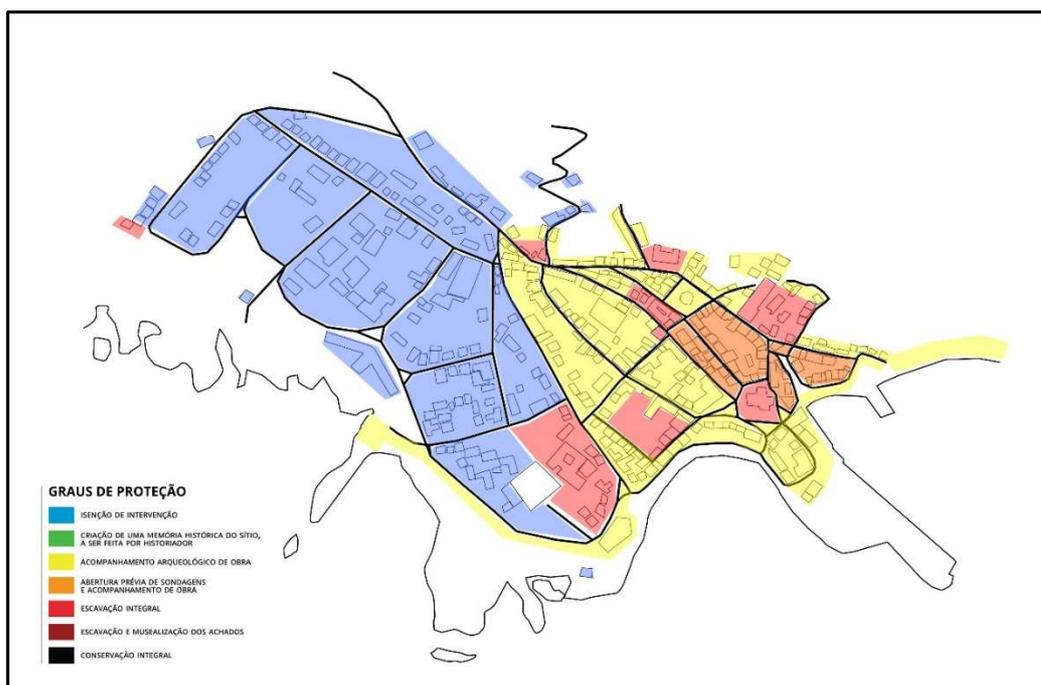


Figura 3. Primeira proposta de carta de condicionantes arqueológicas para o centro histórico do povoado de Velas, ilha de S. Jorge. (Direção Regional da Cultura dos Açores)

A importância do conceito de "*carta de risco*" no planeamento urbanístico da cidade de Córdoba assumiu, na década de 90, um papel fundamental para a sua execução. O património arqueológico imiscuiu-se nas ferramentas equivalentes aos planos diretores municipais portugueses, e passou a deter importantíssimo valor de decisão, no respeitante à planificação de medidas de alteração da paisagem urbana no centro histórico (Redondo *et al*, 1997:87-94). O mesmo aconteceu noutros povoados, de onde podemos destacar Madrid como outro bom exemplo, ainda que, tratando-se de uma cidade de muito maiores proporções, nem sempre seja possível salvar todo o património em risco de destruição pelo enorme manancial de empreitadas que lá decorrem em simultâneo (Muñoz, 1997:103-105).

Estas "*cartas*" correspondem, em última instância, à realidade mais bem preparada, a nível europeu, e àquela que maior aplicação eficaz tem registado, ao longo dos últimos vinte anos (Silva, 2012:79). Prever e assegurar medidas que impeçam a destruição do património arqueológico, na elaboração de instrumentos de gestão patrimonial

regionais e municipais encontra-se, portanto, numa fase ainda muito incipiente, no que concerne à realidade mundial que aqui apontamos, sucintamente. Ainda que seja uma das prioridades das autoridades competentes na matéria, desde, pelo menos a década de 1970, a aplicação prática vem sendo efetuada de forma esparsa e desconexa.

Para analisar a situação no arquipélago dos Açores, comecemos, portanto, por percorrer a realidade portuguesa, em traços gerais. A preparação de estratégias e instrumentos legais para a boa gestão da salvaguarda do património arqueológico encontra-se prevista, pelo menos, desde a elaboração da lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural (Lei 107/2001, de 8 de setembro), onde se constata, no ponto 1, do artigo 79.º, o seguinte manifesto de interesses: *"(...) deverá ser tida em conta, na elaboração dos instrumentos de planeamento territorial, o salvamento da informação arqueológica contida no solo e no subsolo dos aglomerados urbanos, nomeadamente através da elaboração de cartas do património arqueológico."*

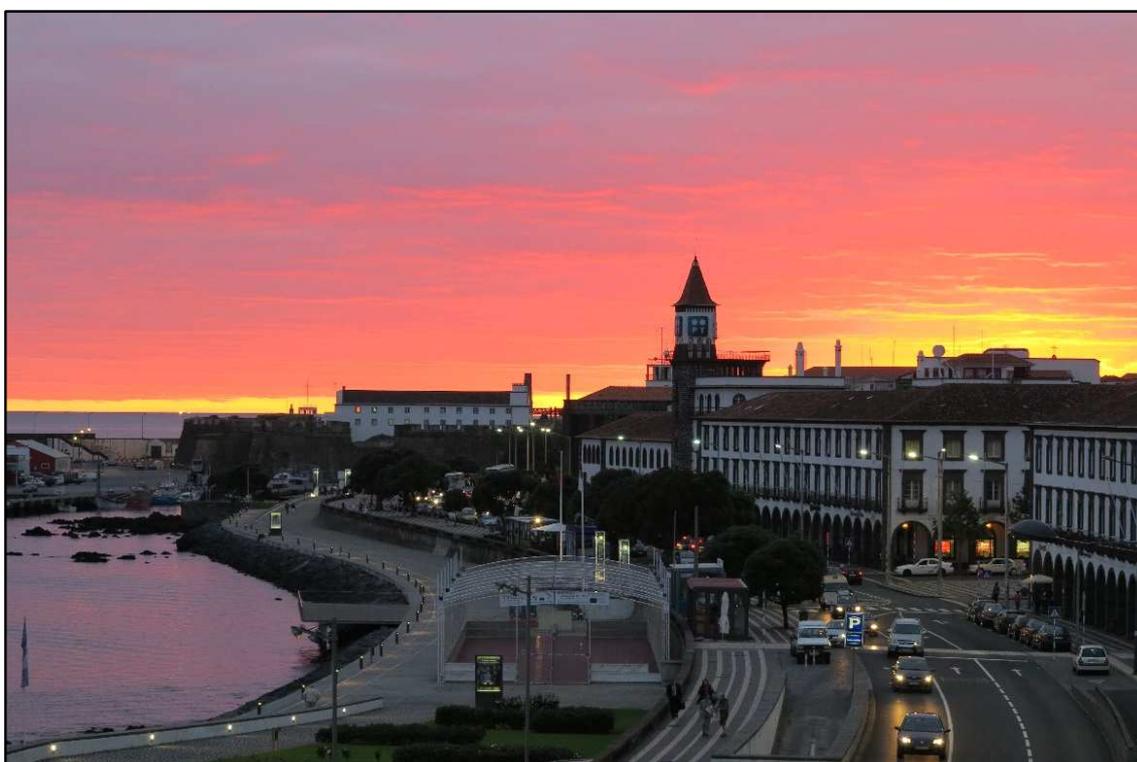


Figura 4. Centro histórico de Ponta Delgada, São Miguel. (Azoreshotos.visitazores – Autor: Turismo Açores)

Os Planos Diretores Municipais de cidades como Lisboa, Évora, Coimbra, Leiria e Braga, destacam-se por apresentar referências à gestão desse património, sendo que, nenhum desses municípios expõe uma estratégia concertada para proteger o seu património arqueológico e prever a sua destruição. A arqueologia permanece, essencialmente, reativa, funcionando como uma resposta à descoberta de achados patrimoniais, e não como uma atividade de estudo e valorização do património urbano do município. Trata-se de uma das atuais problemáticas, no seio da comunidade arqueológica portuguesa e na forma como esse património cultural é gerido pelas instituições responsáveis.

A atividade arqueológica realizada em contextos urbanos, no território português, foi marcada por um momento de profundas mudanças e de discussão ideológica, ao longo do final do século XX e da primeira década do século XXI. Com a criação e aprovação do Decreto-Lei 164/2014, de 4 de novembro, o novo regulamento de trabalhos arqueológicos procurou apresentar respostas a um conjunto de preocupações, que haviam sido levantadas pelos investigadores e académicos, nos anos anteriores, mas continuou a evidenciar um conjunto de lacunas, no que respeite à referida arqueologia urbana, bem como à gestão desse património e a sua aplicação em contextos de salvaguarda e emergência.



Figura 5. Centro histórico de Angra do Heroísmo, Terceira. (Fotografia de José Guedes da Silva, Direção Regional da Cultura dos Açores)

Quanto à Região Autónoma dos Açores, a tutela do património arqueológico enquadra-se no estatuto de autonomia governamental, aprovado pela Lei 19/2000, de 10 de agosto, que transferiu as competências no âmbito da adoção de medidas necessárias e indispensáveis para a realização de trabalhos arqueológicos, terrestres e subaquáticos, e para o levantamento, estudo, proteção, conservação e valorização do património cultural arqueológico, terrestre e subaquático, móvel e imóvel, e suas zonas envolventes, para o Governo Regional, através do seu órgão competente em matéria de cultura. Sobre a evolução da área, desde então, e sobre a sua influência na comunidade arquipelágica, veja-se o trabalho de José Luís Neto, *Arqueologia nos Açores – uma breve história* (2018).

Tendo por base esse estatuto de autonomia, bem como a Lei de Bases do Património, a 24 de agosto de 2004, é publicado o Decreto Legislativo Regional n.º 27/2004/A, que estabelece o regime jurídico de gestão do património arqueológico para a Região. O diploma foi, por

duas vezes, alvo de alterações, com vista a responder a determinadas questões, associadas à arqueologia subaquática e à gestão do património arqueológico, em terra. A mais recente alteração, efetuada pelo Decreto Legislativo Regional n.º6/2018/A, de 16 de maio, surge numa fase de grandes mutações no panorama da arqueologia insular. Para além da enorme importância do património arqueológico subaquático na estratégia de gestão do Governo Regional, o surgimento de cada vez mais intervenções de arqueologia terrestre e, em particular, de emergência, em contextos urbanos, obrigou a entidade governamental a prever a criação de instrumentos de gestão para responder a estas necessidades.

No artigo 21.º-A, do referido decreto, pode ler-se o seguinte:

*"Cartas de risco arqueológico*

*1 - As cartas de risco arqueológico aplicam-se aos conjuntos classificados como de interesse público e às respetivas zonas de proteção e às zonas de proteção de imóveis individualmente classificados como de interesse público, tendo por objetivo criar procedimentos preventivos e boas práticas que precedam operações urbanísticas, indicando os níveis de intervenção adequados à defesa e valorização do património arqueológico.*

*2 - Os níveis de intervenção referidos no número anterior são:*

- a) Elaboração de uma memória histórica do sítio, a ser feita por historiador;*
- b) Acompanhamento arqueológico de obra;*
- c) Abertura prévia de sondagens e acompanhamento de obra;*
- d) Escavação integral;*
- e) Escavação e musealização dos achados;*
- f) Estabelecimento de zonas de interdição de operações urbanísticas.*

*3 - As cartas de risco arqueológico são elaboradas pela direção regional competente em matéria de cultura, em parceria com os municípios, estando sujeitas a revisão quando os seus pressupostos sejam significativamente alterados."*



Figura 6. Centro histórico de Santa Cruz da Graciosa, Graciosa. (Azoresphotos.visitazores – Autor: drodrigues)

Ficou, então, plasmada legalmente, a iniciativa de criar e estabelecer estes instrumentos de gestão patrimonial, enquanto ferramentas indispensáveis para a defesa do património arqueológico insular, e mecanismos de assunção de uma mudança do paradigma na atividade, passando a arqueologia urbana a encarnar um papel preventivo, onde outrora se impusera como atividade reativa, no que concerne à destruição do património dos centros históricos no arquipélago.

As “cartas de risco arqueológico”, também chamadas “cartas de risco do património arqueológico” ou “cartas de condicionantes arqueológicas”, são instrumentos que prevêm a persecução de três diretrizes gerais, em curso por parte da entidade competente em matéria de cultura do Governo Regional dos Açores.



Figura 7. Centro histórico de Horta, Faial. (Azoresphotos.visitazores – Autor: Gustav)

Em primeiro lugar, a conservação e a devida proteção do património cultural, que ateste a longa diacronia ocupacional de um espaço urbano, com vista ao seu usufruto pela população em geral. Simultaneamente, propõem-se aumentar o conhecimento científico existente, sobre o núcleo ocupacional, vocacionando esses trabalhos para a comunidade de investigadores, académicos e patrimonialistas. São instrumentos que possibilitam a colocação do património cultural descoberto e preservado ao nível de uma mais-valia diferenciadora e potenciadora do crescimento económico de uma comunidade, através das atividades associadas ao turismo cultural, destinadas a fidelizar visitantes nacionais e estrangeiros.

Materializam-se através da criação de um mapa de condicionantes aplicáveis em todo o centro histórico, distribuídas ao longo do povoado, de acordo com a importância patrimonial atribuída a cada lote urbano, dividindo-se em diferentes categorias, de acordo com o legalmente inscrito na legislação supracitada. Essa carta será

sempre acompanhada por um documento, mais exaustivo, elaborado com o apoio de historiadores, patrimonialistas e consultores de outras áreas, que sejam designados essenciais, denominado “memória justificativa”, onde se visa explorar os motivos que levaram à atribuição das referidas condicionantes patrimoniais, em cada lote urbano, e compilar as informações históricas existentes sobre cada núcleo ocupacional.



Figura 8. Centro histórico de Praia da Vitória, Terceira. (Azoresphotos.visitazores – Autor: Turismo dos Açores)

A elaboração de uma “*Carta de Risco do Património Arqueológico*”, nos Açores, baseia-se, em primeiro lugar, nos princípios da arqueologia da paisagem, aplicáveis ao mundo urbano, no contexto da evolução das urbes, expressos pelos trabalhos de José Luís Neto, na sua dissertação, *A Idade do Ouro Branco: O contributo da Arqueologia Pós-Medieval para o conhecimento de Setúbal* (2010) e Gustavo Portocarrero, em *Braga na Idade Moderna: paisagem e identidade* (2010). Para compreender um centro histórico, no contexto insular, é, igualmente, essencial entender os princípios do urbanismo

da Idade Moderna, destacando-se, para tal, o trabalho de Walter Rossa, *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português* (2002), que avança com um modelo aplicável a toda a realidade arquipelágica.

Atendendo a essas bases epistemológicas, cada documento elaborado centra-se no conceito do núcleo histórico de cada povoado onde, de acordo com a sua ocupação secular, historicamente documentado, é possível caracterizar depósitos estratigráficos que testemunham a evolução de cada urbe. São páginas de um livro onde se conta a sua génese, as transformações diversas que sofreu, as catástrofes e as diferentes realidades por que cada cidade passou até alcançar a atual identidade dos que lá habitam.

Esta complexidade estratigráfica corresponde a uma das maiores condicionantes para a elaboração de um instrumento como uma "*carta de risco*". Dentro de cada povoado, existem várias realidades, e é necessário atender a todas, antes de poder formular um mapa de condicionantes para a futura gestão desse património arqueológico.

Outra questão de grande importância para a elaboração de critérios patrimoniais é a forma como cada achado arqueológico deverá ser valorizado. A preservação pelo registo, seguida da destruição do património, deverá ser assumida, quando necessário, mas não deverá ofuscar a necessidade de manter *in situ*, alguns dos mais importantes achados, tornando-os ativos turísticos e patrimoniais. O próprio conceito de intervenção arqueológica carece ainda de uma melhor fundamentação, porquanto ainda não se encontram delineados os critérios que se aplicam a um acompanhamento arqueológico de empreitada ou a uma intervenção de arqueologia parietal, sendo que esses trabalhos devem ser igualmente previstos, na elaboração das "*cartas de risco*".

A principal condicionante que a criação destes documentos de gestão enfrenta é a existência de diversos agentes e entidades envolvidas no mesmo processo. As equipas associadas a intervenções

privadas, bem como as autoridades municipais e governamentais deverão estar todas cientes da necessidade de consenso, pelo que a elaboração de uma "*carta de risco*" e respetiva memória justificativa só poderá terminar, verdadeiramente, quando a mesma for submetida a consulta pública, e reunir pareceres positivos por parte de todas as entidades envolvidas.

Uma vez apresentadas ao público, não se tratam de documentos fechados, devendo estar em permanente atualização e reconstrução, à medida que as intervenções arqueológicas vão sendo realizadas e, à medida que, em resultado das mesmas, o conhecimento do solo e subsolo se torne mais fiável e previsível, libertando determinadas áreas de constrangimentos inicialmente impostos.

A premissa inicial deverá sempre partir do presente, adotando uma perspetiva diacrónica e sincrónica. A análise dos elementos que compõem o espaço urbano deve ser feita de uma forma mais global possível, contemplando tanto os elementos emergentes e visíveis da cidade (o seu edificado), como os vestígios soterrados, que podem, até, condicionar o visível. É o próprio substrato arqueológico a criar hierarquias que se coadunem com as categorias culturais das épocas em questão, sendo que, por norma, os pretéritos espaços públicos tinham maior importância para a comunidade do que os espaços privados, os espaços sagrados tinham maior relevo que os profanos, e assim sucessivamente.

Com essa premissa em mente, as "*cartas de risco*" não surgem com o intuito de limitar qualquer evolução natural de uma cidade, mas antes contribuir para que essa tendência não seja impeditiva, mas que ganhe outras mais-valias. Quaisquer realidades subjacentes às grandes obras em centros históricos urbanos serão sempre confrontadas com contextos de períodos anteriores, que irão envolver decisões de gestão patrimonial e urbanística. A elaboração de um modelo pré-existente assume-se como uma tentativa de facilitar e

agilizar toda esta evolução urbana, sem descurar a defesa do património, cientes de que o mesmo faz parte de um progresso natural.



Figura 9. Centro histórico de Velas, São Jorge. (Azoresphotos.visitazores – Autor: Rick Freitas)

O Governo Regional dos Açores avançou já com a criação de um conjunto de diversas propostas de cartas e memórias justificativas associadas, para vários centros históricos do arquipélago. No decorrer do ano de 2019, decorre a primeira fase de consensualização das mesmas, com os municípios, e restantes entidades envolvidas. A sua aplicação tratar-se-á de um passo na direção de uma estratégia concertada entre todas as partes, para prevenir a destruição do património arqueológico, e gerir as intervenções sobre esses ativos patrimoniais, de forma sustentável e eficaz, para todos os centros históricos urbanos.

## **Bibliografia**

- BALDI, Pio (2018) – *Umbria: Patrimonio culturale a rischio. Esperienze e proposte per una politica di prevenzione*. Umbria: Laboratorio di Diagnostica per I beni Culturali
- MADEIRA, Sérgio Pedro Freitas (2011) – *O Museum of London e a Arqueologia Urbana. Um exemplo de gestão arqueológica do espaço urbano e sua possível aplicação ao território português*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- MUÑOZ, Pilar Mena (1997) – *L`arqueologia en la rehabilitación de la ciudades históricas: el caso de Madrid Capital. Recuperar la memòria urbana. L'Arqueologia en la rehabilitació de les ciutats històriques*. Tarragona: Universitat Rovira I Virgili.
- NETO, José Luís (2010) – *A Idade do ouro branco: O contributo da arqueologia pós-medieval para o conhecimento de Setúbal, uma cidade portuária portuguesa*. Salamanca: Universidad de Salamanca.
- NETO, José Luís (2018) – *Arqueologia nos Açores – Uma breve história*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.
- PENDERY, Steven (2012) – *Urban archaeology. The Oxford companion to archaeology*. Oxford: Oxford University Press.
- PORTOCARRERO, Gustavo (2010) – *Braga na Idade Moderna: paisagem e identidade. Arkeos – perspetivas em diálogo*. n.º 27. Tomar: CEIPHAR – Centro Europeu de Investigação Pré-Histórica de Mação.
- REDONDO, Juan F. Muillo *et al.* (1997) – *Intervención arqueológica. Recuperar la memòria urbana. L'Arqueologia en la rehabilitació de les ciutats històriques*. Tarragona: Universitat Rovira I Virgili.
- ROSSA, Walter (2002) – *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livrarias Almedina.
- SILVA, Maria Antónia Lucas da (2012) – *Planeamento urbanístico e gestão do património arqueológico: a zona intra muros do centro histórico de Coimbra*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.



## O Risco das Políticas de Risco em Património Cultural - Proposta STORM para uma nova abordagem

Filipa Neto <sup>1</sup>  
Sofia Pereira <sup>2</sup>  
Isabel Inácio <sup>3</sup>  
João Almeida Filipe <sup>4</sup>

### Resumo

O *STORM - Safeguarding Cultural Heritage through Technical and Organizational Resources Management* teve como objetivo desenvolver uma abordagem integrada para uma melhor gestão dos riscos, que afetam património cultural, tendo sido criadas metodologias e ferramentas tecnológicas para facilitar a tomada de decisão nos momentos de crise ou catástrofe natural.

Após a análise de documentação e bibliografia especializada, e levantamento de necessidades junto dos agentes do património cultural, proteção civil e bombeiros, o STORM apresentou um conjunto de propostas que, espera-se, permitam contribuir para a sensibilização dos governos na criação de políticas públicas de salvaguarda do património arqueológico, tendo em conta as vulnerabilidades dos bens culturais, a cooperação e capacidade de adaptação dos serviços e o envolvimento dos cidadãos.

**Palavras-Chave:** Salvaguarda, Património Cultural, Gestão de Riscos.

### Abstract

STORM - Safeguarding Cultural Heritage through Technical and Organizational Resources Management aims to develop an integrated approach to improve risk management in cultural heritage, through the creation of technological methodologies and tools to support decision making in times of crisis or in case of natural catastrophes.

---

<sup>1</sup> fneto@dgpc.pt

<sup>2</sup> sofiapereira@dgpc.pt

<sup>3</sup> isabelinacio@dgpc.pt

<sup>4</sup> jalmeidafilipe@gmail.com

The analysis of specialised documentation and bibliography, and a survey of cultural heritage agents, civil protection and firefighters needs, allowed the STORM project to present a set of proposals that can contribute to archaeological heritage safeguarding as well as governmental awareness, namely the creation of public policies that consider the vulnerabilities of cultural assets, cooperation and services adaptive capacities, citizen's involvement, in order to promote participatory governance.

**Keywords:** Safeguarding, Cultural Heritage, Risk Management.

## 1. O Projeto STORM

O projeto STORM - *Safeguarding Cultural Heritage through Technical and Organizational Resources Management* é um projeto internacional, co-financiado pelo programa europeu Horizonte 2020, tópico *DRS-11-2015 - Disaster Resilience & Climate Change topic 3: Mitigating the impacts of climate change and natural hazards on cultural heritage sites, structures and artefacts*. Decorreu entre junho de 2016 e maio de 2019.

A criação de um consórcio europeu, como o do STORM, veio contribuir para a proposta de soluções de proteção do património cultural europeu, que se encontra grandemente exposto ao efeito das alterações climáticas e dos perigos naturais, e assim responder ao desafio internacional lançado aos governos, e às comunidades, pelas agências internacionais. Neste sentido, este projeto teve por objetivo desenvolver uma abordagem integrada, para uma melhor gestão destes riscos, através da criação de metodologias e ferramentas tecnológicas (ecológicas, inovadoras e sustentáveis) passíveis de serem adaptadas a diferentes situações e de forma a facilitar a tomada de decisões nos momentos de crise, ou catástrofe natural.

Os resultados do projeto visam contribuir para a sensibilização das entidades gestoras do património cultural, bem como da sociedade

civil, promovendo a resiliência dos bens culturais. Pretendeu-se criar um quadro de recomendações de novos procedimentos de conservação e proteção de monumentos e sítios arqueológicos, centrados em ações de prevenção e em medidas de emergência. No sentido de reforçar a implementação destes processos, procurou-se promover uma rede, entre organizações e entidades europeias, que incentivasse a partilha de conhecimento e de boas práticas.

De modo a testar as metodologias e ferramentas preconizadas, foram selecionados cinco sítios piloto, que espelham diferentes cronologias e tipologias construtivas, alvo de diferentes impactos naturais negativos: Termas de Diocleciano, Roma Itália; Conjunto Patrimonial de Mellor, Manchester, Reino Unido; Ruínas Romanas de Troia, Grândola, Portugal; Centro Histórico de Retimno, Creta, Grécia; Ephesus, Anatólia, Turquia.

O consórcio foi constituído por uma equipa multidisciplinar, com parceiros em seis países: Portugal, Itália, Grécia, Reino Unido, Áustria e Turquia.

<b>PARCEIROS</b>	
<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>
Entidades de gestão de sítios arqueológicos	Mellor Archaeological Trust
	Troia Resort
	Ephorate of Antiquities of Rethymno
	Soprintendenza Speciale per il Colosseo, il Museo Nazionale Romano e l'Area archeologica di Roma
Autoridade nacional da tutela de património cultural	Direção-Geral do Património Cultural
Universidades, Institutos e Centros de investigação	Instituto de Novas Tecnologias
	Foundation for Research and Technology
	Piraeus University of Applied Sciences (Technological Educational Institute of Piraeus)
	Università degli Studi della Tuscia
	University of Stuttgart
	University of Salford
Serviços de Proteção Civil	Bogazici University
	Corpo Nazionale dei Vigili del Fuoco

	Serviços Municipal de Proteção Civil de Grândola
Serviço de Meteorologia e Geodinâmica	Zentralanstalt für Meteorologie und Geodynamik
Grandes empresas	Engineering Ingegneria Informatica
Pequenas e médias empresas	ResilTech
	KPeople
	Sparta Digital
	Nova Conservação
Parceiros associados	ICCROM
	Pompei (Soprintendenza di Pompei Ercolano e Stabia)

Tabela 1. Parceiros do consórcio do projeto STORM.

A mais-valia deste projeto deveu-se à sua multidisciplinariedade, dado que reuniu profissionais de diferentes áreas de conhecimento, que contribuíram para a criação de ferramentas técnicas, tecnológicas e metodológicas, que seguidamente serão abordadas.

Reconhecendo a necessidade de implementação de um léxico comum entre os profissionais envolvidos nas intervenções das diferentes fases da gestão de riscos, o STORM desenvolveu um Glossário de referência, para diferentes áreas de conhecimento (STORM CONSORTIUM, 2017a). No âmbito desta uniformização de linguagem foram criadas classificações de perigos de ação rápida e perigos de ação lenta, e definidas as etapas e os intervenientes no contexto de situações de desastres naturais, funcionando como ferramentas metodológicas no apoio ao planeamento. Todos estes documentos estão acessíveis on-line, no website oficial do projeto e foram elaborados em conformidade com documentação internacional, essencialmente produzida pela UNISDR, UNFCCC, IPPC, FEMA, UNESCO, ICCROM e recorrendo também à ISO 31000 (STORM CONSORTIUM, 2017b; STORM CONSORTIUM, 2017c).

O desenvolvimento de soluções tecnológicas foram igualmente consideradas, uma vez que se afiguram como ferramentas indispensáveis no apoio à tomada de decisão para conservação de sítios patrimoniais em perigo. Deste modo, instalaram-se nos sítios

piloto, sensores e outros equipamentos tecnológicos, de natureza sustentável (por exemplo, alimentados a painéis solares), não invasiva e não destrutiva, a fim de reunir um maior conjunto de dados que auxiliem as práticas de monitorização regular. A recolha, e análise, deste tipo de dados são fundamentais para avaliações de risco mais eficazes e precisas, que por sua vez permitem uma seleção, mais informada, de medidas de proteção e salvaguarda.

Um dos grandes contributos do projeto foi o desenvolvimento de uma metodologia de avaliação e gestão de riscos, adaptável a diferentes tipos de sítios arqueológicos e uma metodologia de custo-eficácia (*cost-effectiveness*) para suporte nas decisões dos métodos de conservação a aplicar em sítios arqueológicos.

Estas metodologias foram desenvolvidas para funcionar em plataformas digitais, de modo a operacionalizar e agilizar os procedimentos de resposta e facilitar a comunicação entre os diferentes intervenientes. Para tal, foi desenhada uma plataforma colaborativa que contempla o armazenamento de dados sobre o sítio, nomeadamente a localização dos sensores instalados, intervenções efetuadas (arqueológicas, de conservação e restauro e de reabilitação), entre outras funcionalidades, auxiliando a monitorização dos perigos e fornecendo informação de uma forma mais expedita aos profissionais, em situações de emergência.

Ao nível de recomendações, para melhorias nas políticas e procedimentos de salvaguarda patrimonial, a DGPC identificou exemplos de boas práticas, bem como necessidades e problemas, nas políticas públicas internacionais e nos países parceiros, de modo a construir um quadro de referência para futuras ações dos decisores políticos e culturais. Em seguida serão brevemente referidas algumas das iniciativas desenvolvidas pelas principais instituições internacionais em prol da salvaguarda do património em risco.

## **2. Políticas europeias e internacionais de gestão de riscos e de adaptação às alterações climáticas**

Internacionalmente, a discussão acerca da vulnerabilidade de pessoas e bens, expostas ao impacto dos desastres naturais e das alterações climáticas, principalmente em zonas sensíveis como a orla costeira, encontra-se na ordem do dia. Esta preocupação está refletida no grande número de documentos emitidos por organizações intergovernamentais e não-governamentais, como a UNESCO, a UNISDR, o ICCROM, o ICOMOS e o Conselho da Europa, onde se sublinha a importância da salvaguarda do património cultural e da sua estreita relação com o desenvolvimento sustentável e com abordagens participativas.

Em virtude de uma longa tradição na promoção da conservação e da proteção de património cultural, a UNESCO destaca-se como uma das primeiras organizações a alertar para a necessidade de elaboração de políticas de prevenção destinadas a bens culturais em risco. No sentido de sensibilizar os governos, foram emitidos dois documentos: *Strategy for Risk Reduction at World Heritage Properties* (UNESCO, 2007) e *Policy Document on the Impacts of Climate Change on World Heritage Properties* (UNESCO e WHC, 2008), onde se sublinha a necessidade da criação de uma cultura de prevenção. As áreas prioritárias de intervenção, definidas nestes documentos, adotaram os princípios expressos no acordo internacional para a redução de riscos, conhecido como *Hyogo Framework for Action 2005-2015: Building the Resilience of Nations and Communities to Disasters* (UNITED NATIONS, 2005), adaptando-os às especificidades do património mundial. A este quadro de ação de Hyogo, previsto para 10 anos, seguiu-se o *Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030* (UNITED NATIONS, 2015), envolvendo 112 estados membros das Nações Unidas. Nele sublinha-se o papel dos governos como principais impulsionadores da implementação de políticas de redução de risco e do envolvimento dos

vários setores da sociedade. O documento pretende fomentar a tomada de ações governativas e comunitárias, através do incentivo ao desenvolvimento de estratégias nacionais, elaboração e revisão dos planos setoriais, definição de políticas, normativos, acordos colaborativos, entre entidades e sociedade civil, e à partilha de conhecimento.

No seguimento deste movimento, a Comissão Europeia, efetuou um estudo no âmbito do *Work Plan for Culture (2015-2018)*, com o objetivo de promover instrumentos destinados à proteção de património cultural, no âmbito da prevenção e avaliação de risco. Deste, resultaram recomendações, alguma das quais centradas na cooperação e na integração do património cultural nas políticas de proteção civil e de outros setores (VINTZILEOU et al, 2018).

Para o período entre 2019-2022, já no âmbito do novo *Work plan for culture*, que segue os mesmos temas do anterior, apresenta-se um novo tópico dedicado à adaptação às alterações climáticas, refletindo assim algumas das prioridades já identificadas por outras entidades internacionais, como a UNESCO e o Conselho da Europa (Conselho da União Europeia, 2018). Desta forma, o património cultural tem ganho visibilidade como elemento fundamental a incluir na agenda política internacional para a redução e riscos e adaptação às alterações climáticas.

O Conselho da Europa, como organização intergovernamental responsável pelo aconselhamento e orientação de 47 países membros, tem exercido um papel essencial, que merece aqui ser destacado. Entre as iniciativas que tem promovido, saliente-se a *Recommendation CM/Rec(2018)3 of the Committee of Ministers to member States on cultural heritage facing climate change: increasing resilience and promoting adaptation*. Nesta recomendação é mais uma vez reforçada a necessidade da criação de políticas de prevenção, que devem ser acompanhadas por ações de formação dos profissionais de património nas ações de adaptação às alterações climáticas. Um ponto-chave do

documento é também o reconhecimento do papel das universidades, e instituições de investigação, na criação de conhecimento científico e da sua utilidade nas políticas públicas nacionais e nas estratégias de gestão de património cultural (CONSELHO DA EUROPA, 2018).

Numa vertente menos teórica e mais prática, o ICCROM tem contribuído para criação de programas de formação, focados nas várias fases de gestão de risco, designadamente nos procedimentos de estabilização e evacuação dos bens afetados por catástrofes. Estes programas são direcionados para profissionais de diferentes áreas e incluem uma forte componente formativa prática, na qual se integram atividades como os simulacros, permitindo capacitar, de forma mais completa, os intervenientes no teatro das operações de emergência (ICCROM.s.d.a, s.d.b).

De igual modo o ICOMOS tem vindo também a participar na criação de programas de sensibilização e de formação em teorias, práticas e metodologias de conservação e proteção de património em risco. Como tal implementa a sua ação através de grupos temáticos, como o recém-criado grupo internacional - *Working Group on Climate Change and Cultural Heritage*, que reúne a comunidade científica e os gestores de património cultural, com o objetivo de influenciar as ações e políticas internacionais, propor a atualização do *Policy Document on the Impacts of Climate Change on World Heritage Properties*, e criar uma *Carta* dedicada à relação entre as alterações climáticas e o património cultural. (ICOMOS, 2017).

### **3. Estratégias, ações e medidas implementadas nos países do STORM – bons exemplos**

Numa primeira análise das políticas e dos procedimentos atuais nos países parceiros do STORM, foi possível identificar a inexistência de mecanismos de gestão de riscos que garantam uma efetiva proteção do património cultural. Apesar desta ausência algumas soluções

desenvolvidos, de forma pontual, podem destacar-se como exemplos a seguir e/ou a melhorar:

- Em Itália existe desde os anos 90, uma Carta Nacional de Risco e desde 2012 uma Unidade de Crise para o património cultural, enquadrada no MIBACT, que congrega a atuação da proteção civil, dos bombeiros, das forças de segurança e outras entidades públicas e privadas, de modo a garantir uma resposta concertada em momentos de crise ou desastre (STORM CONSORTIUM, 2016). Esta unidade, única a nível europeu, tem vindo a operar nos vários episódios de catástrofes ocorridos na última década, e a experiência adquirida torna-a numa referência a seguir para um melhor futuro na gestão de riscos em património cultural. A elevada consciência patrimonial existente em Itália, reflete-se também em outras iniciativas, como a inclusão de medidas de proteção de bens culturais na Estratégia Nacional de adaptação às alterações climáticas, coordenada pelo Ministério do Ambiente, e que resulta de uma ação transversal e de consultas públicas, incluindo Universidades. (BONAZZA, 2018)
- Na Turquia e Grécia destaca-se uma legislação centrada na redução de risco sísmico, promovendo medidas preventivas, com o objetivo de aumentar a resiliência dos bens imóveis. Ainda na Grécia, foi também estabelecido um *Memorandum* entre a proteção civil e os gestores de sítios de património, permitindo uma resposta mais eficiente contra incêndios e inundações (STORM CONSORTIUM, 2016).
- No Reino Unido o *Historic Environment Adaptation Working Group* surge como bom exemplo na área da cooperação para a proteção de património cultural ameaçado pelos efeitos das alterações climáticas, na medida em que

integra diferentes parceiros das áreas do património cultural, do ambiente e da Igreja de Inglaterra. A este nível de cooperação sobrepõe-se um outro de âmbito nacional, com o intuito de definir e implementar o *National Adaptation Programme*, que conta ainda com a participação de entidades como o *Historic England*, *English Heritage* e a *National Trust*. O estabelecimento de modelos de gestão multi-sectorial e transversal, constitui-se assim como a base na definição de medidas de adaptação num clima em mudança (Fluck, 2018). Finalmente em Portugal, entre outras medidas, destaca-se o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural, criado em 2009, que contempla o financiamento de intervenções para a proteção de património cultural em risco (STORM CONSORTIUM, 2016).

Dos exemplos expostos, conclui-se que na prática não existe uma abordagem global e estruturada que permita uma proteção efetiva dos bens culturais expostos a perigos naturais.

#### **4. Principais problemas identificados**

Os resultados demonstram que tem havido um esforço para a integração de medidas de proteção dos bens culturais ameaçados, no planeamento da prevenção e resposta. Contudo estas iniciativas estão maioritariamente vocacionadas para proteção de pessoas, tornando-se necessária a criação de sinergias entre as entidades envolvidas nos processos de gestão de risco.

Este estado da arte deve-se a um conjunto de constrangimentos, alguns comuns à generalidade dos países, que a seguir se apresentam:

- Falta de estratégia nacional – na maioria dos casos, os ordenamentos jurídicos não incluem um plano nacional de

gestão de risco, nem de adaptação às alterações climáticas, para o património cultural;

- Falta de coordenação: a inexistência de políticas de gestão de risco para o património cultural reflete-se na ausência de cooperação entre as autoridades responsáveis pela proteção civil, pelo património cultural e pelo ambiente, onde se inclui o ordenamento do território;
- Falta de capacitação: a incapacidade de implementar medidas de prevenção para o património cultural deve-se à inexistência de recursos humanos e financeiros, nos quais se incluem fundos vocacionados para financiar medidas preventivas.

## **5. Os 5 C's da Gestão de Risco em Património**

Como resultado do trabalho desenvolvido no projeto STORM identificaram-se um conjunto de áreas-chave, relevantes para a melhoria de políticas e procedimentos, definidas como os 5 C's da Gestão de Risco em Património (*5 C-words in heritage risk management*)

### **CONSERVATION (CONSERVAÇÃO)**

A promoção e desenvolvimento de programas de gestão de risco de desastres, devem incluir obrigatoriamente a dimensão de património cultural, seguindo os atuais princípios deontológicos da conservação e respeitando o valor cultural dos bens. As metodologias de conservação a aplicar, são essenciais para permitir o controlo dos riscos – prevenindo e possibilitando a resolução de danos ou impactos nos bens culturais - e como tal devem ser incluídas em fases iniciais de qualquer estratégia de tratamento de riscos em património cultural. Estas estratégias devem dar prioridade às abordagens preventivas, baseadas em ações de manutenção e monitorização de periodicidade

regular, em detrimento de abordagens reativas e pontuais. O uso de um glossário, que estabeleça uma linguagem comum ao nível de princípios, conceitos e terminologias interdisciplinares, é igualmente uma ferramenta crucial, já que permite harmonizar a informação, e conseqüentemente, a compreensão das ações/procedimentos necessários para a redução do risco em património cultural. As medidas a implementar em planos ou estratégias de gestão de risco nos sítios patrimoniais devem ser apoiadas por análises de custo eficácia, que permitam a ponderação dos custos em relação aos benefícios ou à eficácia das diferentes opções.

### **COMMUNICATION (COMUNICAÇÃO)**

A comunicação entre o meio académico, os gestores de património cultural e os decisores políticos é essencial para uma eficaz salvaguarda de sítios em risco. Esta colaboração deverá ser especialmente incentivada para que a dimensão cultural comece a integrar os programas de investigação centrados nas alterações climáticas. Deve ser dado especial destaque ao estudo sobre o comportamento dos materiais e eventuais necessidades de adaptação, para fazer face às incertezas do clima. A recuperação de conhecimentos tradicionais, a realização de avaliações de risco (tendo por base simulações de modelos regionais climáticos de alta-resolução) e a utilização de conhecimentos de várias áreas (engenharia, arquitetura, arqueologia, conservação e etnologia), refletem novas abordagens multidisciplinares, essenciais para uma eficaz proteção do nosso legado cultural. Ambos os conhecimentos, científico e empíricos, devem ser adequadamente divulgados através de uma comunicação compreensível e aberta, para que sejam tidos em consideração no planeamento e na conceção de estratégias, nacionais e locais, de adaptação às alterações climáticas e de gestão de riscos.

### **COPING and adaptive capacities (Capacidade de adaptação e de reação)**

Uma resposta eficaz aos desafios das alterações climáticas exige um planeamento adequado, com base em avaliações de riscos, bem como atividades de preparação para situações de emergência (como por exemplo simulacros). A capacidade de adaptação e de reação das instituições de gestão de património cultural, a situações adversas, depende de uma multiplicidade de fatores, como o contexto político e jurídico; os recursos financeiros, tecnológicos e humanos existentes; ou a capacidade de atualização e de aprendizagem. Neste sentido, torna-se essencial uma abordagem colaborativa que permita colmatar as necessidades sentidas pelos diferentes intervenientes.

### **COOPERATION (COOPERAÇÃO)**

A cooperação entre os diferentes setores, como a proteção civil e os gestores de património cultural deverá ser acautelada no desenvolvimento de políticas nacionais de salvaguarda de bens culturais, bem como nas políticas preventivas e de emergência. Esta articulação entre entidades, públicas e/ou privadas, deve-se basear numa rede de troca de conhecimentos e de experiências, que permitam partilhar informação acerca dos perigos e vulnerabilidades do património cultural e dos procedimentos de emergência, para uma clara definição dos papéis e tarefas dos intervenientes.

### **CAPACITY BUILDING (Capacitação/ Construção de capacidades)**

A construção de capacidades entre os profissionais de gestão de património é um fator essencial para o sucesso das estratégias de redução de risco de desastres e para criação de uma cultura de prevenção. Este objetivo pode ser alcançado através de programas de formação, especificamente concebidos para as necessidades do património cultural, que incluam temas como a avaliação de risco,

estratégias de adaptação às alterações climáticas, comunicação do risco ou avaliação de danos. Estas iniciativas devem contar não só com a participação de profissionais de património, mas também com outros envolvidos nos processos de gestão, como os agentes da proteção de civil e os especialistas em estudos do clima.

As Universidades poderão ter um papel relevante na criação de competências, no âmbito de licenciaturas ou mestrados, através conteúdos formativos que contemplem a climatologia, bem como os impactos das alterações climáticas no património cultural.

## **6. Recomendações STORM**

Procurando sensibilizar os governos para a criação de políticas públicas de risco em património cultural, nos vários níveis de governação nacional, regional, intermunicipal/municipal, o STORM propõe 7 ações/medidas, de natureza abrangente, que podem ser implementadas em cada país e adaptadas aos respetivos contextos legais:

1. Estabelecimento de um compromisso político, ao nível nacional, regional e local, com o intuito de reduzir a vulnerabilidade do património cultural ameaçado;

2. Criação de um fórum intersectorial permanente, e de alto nível, para promover orientações e execução de tarefas, assegurar a articulação entre a administração central e o poder local, assim como a capacitação dos agentes envolvidos;

3. Implementação nos processos de classificação, e de inventário de património cultural, da informação proveniente de avaliações de risco;

4. Envolvimento das comunidades na salvaguarda de património através de modelos de gestão participativa;

5. Criação de Plano-quadro de âmbito local, com o objetivo de reunir toda a documentação legal, planos setoriais e boas práticas, que devem ser tidas como referência no planeamento territorial;

6. Implementação de uma cartografia nacional de riscos como prática corrente nos processos de gestão de património;

7. Constituição de fundo(s) vocacionado(s) para o financiamento das medidas preventivas, com uma linha dedicada a projetos de gestão e prevenção.

## **7. Considerações Finais**

Como nota final, é fundamental a sensibilização dos governos para a criação de políticas públicas para a proteção de património cultural, que deve ser vista como uma responsabilidade transversal a vários setores, como o ambiente, a proteção civil e o planeamento e infraestruturas. As estratégias desenvolvidas deverão contemplar a intervenção do governo, a nível nacional, regional, intermunicipal e local, os quais deverão estar em permanente comunicação. Por outro lado, as Universidades, como instituições criadoras e transmissoras de conhecimento, poderão desempenhar um papel fulcral na atualização da informação, essencial à produção e reformulação de estratégias, planos e formação de recursos humanos. Cabe ainda um papel a todos os cidadãos, para quem a defesa do património cultural é, não só, um dever, mas sobretudo um direito, de participação na vida cultural, e um recurso essencial ao desenvolvimento humano.

Neste sentido, apenas com uma gestão integrada será possível promover o aumento da capacidade de adaptação e de reação, fatores indispensáveis para uma eficaz proteção do património em risco.

### **Acrónimos**

ICOM – International Council of Museums

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites

ICCROM – International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property

FEMA – Federal Emergency Management Agency

IPPC – Intergovernmental Panel on Climate Change

ISO – International Organization for Standardization

MIBACT - Ministero per i beni e le attività culturali

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change

UNISRD - United Nations Office for Disaster Risk Reduction

USICOMOS - United States Committee, International Council on Monuments and Sites

### **Bibliografia**

BONAZZA, Alessandra (2018) - Cultural Heritage in the Italian Strategy for Adaptation to Climate Change. *Cultural Heritage Facing Climate Change: Experiences and Ideas for Resilience and Adaptation*. Bari: Edipuglia.

CONSELHO DA EUROPA (2018) - *Recommendation CM/Rec(2018)3 of the Committee of Ministers to Member States on Cultural Heritage Facing Climate Change: Increasing Resilience and Promoting Adaptation*. Conselho da Europa. Acessível em: [https://search.coe.int/cm/Pages/result\\_details.aspx?ObjectId=0900001680791160](https://search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?ObjectId=0900001680791160)

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA (2018) - *Draft Council Conclusions on the Work Plan for Culture 2019-2022*. Bruxelas: União Europeia. Acessível em: <http://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-13948-2018-INIT/en/pdf>

FLUCK, Hanna (2018) - *Climate Change and Heritage policy*. Conferência apresentada no Seminário "in the eye of the STORM: Climate change & Heritage, in the UK and beyond", a 11 de Dezembro de 2018 em Mellor, Reino Unido.

ICCROM. (s.d.a) - "Disaster Risk Management of Cultural Heritage." Acessível em: <https://www.iccrom.org/courses/disaster-risk-management-cultural-heritage-2>.

ICCROM. (s.d.b) - "First Aid to Cultural Heritage in Times of Crisis 2018." Acessível em: <https://www.iccrom.org/courses/first-aid-cultural-heritage-times-crisis-2018>.

ICOMOS (2017) - *Resolution on "Mobilizing ICOMOS and the Cultural Heritage Community To Help Meet the Challenge of Climate Change"* 19º ICOMOS Triennial General Assembly, Delhi: ICOMOS. Acessível em: <https://www.usicomos.org/icomos-passes-resolution-on-climate-change-and-cultural-heritage/>.

STORM CONSORTIUM (2016) - *D2.1 - State of the art policies on government of Cultural Heritage against natural disasters and climate changes*. Project STORM - Safeguarding Cultural Heritage through Technical and Organisational Resources Management. <http://www.storm-project.eu/>

STORM CONSORTIUM (2017a) - *STORM Project Glossary of Terms*. Projecto STORM - Safeguarding Cultural Heritage through Technical and Organisational Resources Management. Acessível em: [https://drive.google.com/file/d/0B5\\_IcxHSqyOhbTR3RWNZc0dxb1U/view](https://drive.google.com/file/d/0B5_IcxHSqyOhbTR3RWNZc0dxb1U/view)

STORM CONSORTIUM (2017b) - *Heritage Disaster Risk Reduction phases, Conservation intervention processes & Relevant Actors: Definitions within Project STORM*. Projecto STORM - Safeguarding

Cultural Heritage through Technical and Organisational Resources Management. Acessível em:

[https://drive.google.com/file/d/0B5\\_IcxHSqyOhdG8teXk1OGNUcIE/view](https://drive.google.com/file/d/0B5_IcxHSqyOhdG8teXk1OGNUcIE/view)

STORM CONSORTIUM (2017c) - *STORM Classification of Hazards and Climate Change-related Events*. Projecto STORM - Safeguarding Cultural Heritage through Technical and Organisational Resources Management. Acessível em:

[https://drive.google.com/file/d/0B5\\_IcxHSqyOhWnd6M3cySUZOLTA/view](https://drive.google.com/file/d/0B5_IcxHSqyOhWnd6M3cySUZOLTA/view)

UNESCO (2007) - *Strategy for Reducing Risks from Disasters at World Heritage properties: World Heritage Committee thirty first Session*. Christchurch: UNESCO. Acessível em:

[whc.unesco.org/archive/2007/whc07-31com-72e.pdf](http://whc.unesco.org/archive/2007/whc07-31com-72e.pdf)

UNESCO e WHC (2008) - *Policy Document on the Impacts of Climate Change on World Heritage Properties*. Paris: UNESCO World Heritage Centre. Acessível em: <http://whc.unesco.org/archive/2007/whc07-16ga-10e.pdf>

UNITED NATIONS (2005) - *Hyogo declaration and Framework for Action 2005-2015: Building the Resilience of Nations and Communities to Disasters*. Kobe: United Nations. Acessível em: <https://www.unisdr.org/2005/wcdr/intergover/official-doc/L-docs/Hyogo-framework-for-action-english.pdf>

UNITED NATIONS (2015) - *Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015 - 2030*. Acessível em: [http://www.preventionweb.net/files/43291\\_sendaiframeworkfordrren.pdf](http://www.preventionweb.net/files/43291_sendaiframeworkfordrren.pdf)

VINTZILEOU, Elizabeth; HANUS, Christian; DRDÁCKÝ, Miloš; MAXWELL, Ingval e BONAZZA, Alessandra (2018) - *Safeguarding Cultural Heritage from Natural and Man-made Disasters. A Comparative Analysis of Risk Management in the EU*. Luxembourg: Publications Office.

## **GESTÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO: O CASO DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA (PORTUGAL)**

Leonor ROCHA<sup>1</sup>  
Jorge de OLIVEIRA<sup>2</sup>  
André CARNEIRO<sup>3</sup>  
Carmen BALESTEROS (†)

### **Resumo**

Interessou-nos, para o presente estudo, as questões inerentes à arquitetura dos edifícios que hoje pertencem à Universidade de Évora, e que desde 1979 tiveram várias obras de requalificação com o intuito de melhorar instalações, acessibilidades, colocar e/ou remodelar infraestruturas ou outro tipo de apoios. De salientar que a maioria das obras ocorridas nestes espaço[s] até aos finais do séc. XX, apesar de terem envolvido modelações do terreno (como no Jardim de Granito), encerramento de noras/poços, abertura de valas para passagem de tubagens e cabos, não tiveram qualquer acompanhamento arqueológico. Pretende-se assim, por um lado recuperar memórias perdidas e, por outro, dar conhecimento dos resultados obtidos com os acompanhamentos arqueológicos realizados nos últimos anos, em edifícios da Universidade de Évora.

**Palavras-chave:** Salvaguarda Arqueológica, Património, Universidade de Évora, Portugal

### **Abstract**

We are interested, for the present study, the issues inherent to the architecture of these spaces that today belong to the University of Évora, and that since 1979 have had several works of requalification with the intention of improving spaces, accessibility, to place and / or

---

<sup>1</sup> lrocha@uevora.pt; UÉ/ECS. CEAACP/FCT/UALG (UID/ARQ/0281/2019). (CHAIA/UÉ [2019] – Ref.ª UID/EAT/00112/2013- FCT)

<sup>2</sup> joli@uevora.pt; UÉ/ECS. (CHAIA/UÉ [2019] - Ref.ª UID/EAT/00112/2013- FCT)

<sup>3</sup> ampc@uevora.pt; UÉ/ECS. (CHAIA/UÉ [2019] - Ref.ª UID/EAT/00112/2013- FCT). CECH/FLUC

remodel infrastructures or other type of supports. It should be noted that most of the works that took place in this space until the end of the 19th century. XX, in spite of the fact that they involved land modulations (such as in the Granite Garden), the closing of wells, the opening of ditches for the passage of pipes and cables, did not have any archaeological accompaniment. We aim, on the one hand, to recover lost memories and, on the other hand, to give knowledge of the results obtained with the archaeological accompaniments realized in recent years, in buildings of the Évora University.

**Keywords:** Archaeological Safeguard, Patrimony, Évora University, Portugal.



Claustro grande do Colégio do Espírito Santo (©Leonor Rocha)

## 1. Introdução

A criação de uma Universidade, em Évora, remonta ao ano de 1550, altura em que se inicia a construção de um colégio (atual Espírito Santo) a partir do Pátio da Botica, composto por salas, oficinas, capela e claustro, no piso térreo e celas, no piso superior (Conde et al, 2012; Lobo, 2009, 2012). Esta obra começa desde logo a sofrer ampliações para albergar mais celas (1553), construção de uma nova igreja (atual Sala de Atos, 1556), construção do claustro grande rodeado por galerias em arco com colunas de mármore (1561), construção do Noviciado (1564), construção de uma terceira igreja, de grandes dimensões (atual Igreja do Espírito Santo), a partir de 1566, a qual implicou a demolição de outras edificações existentes (casas e uma ermida) e também a construção de um novo bloco com orientação N-NE, em que uma das paredes assenta sobre a muralha medieval.

Até ao ano de 1724 continuam a registar-se remodelações de interiores (construção de corredores, abóbadas, decoração com azulejos) e de exteriores (construção de fontes, jardins, hortas, entre outras) em todo o espaço que abrange o atual edifício do Colégio do Espírito Santo (Idem, Ibidem).

Após a sua extinção, em 1759, e durante cerca de dois séculos, o edifício do CES acabou por ter diferentes funcionalidades, o que se foi traduzindo em novos trabalhos de remodelação e/ou ampliação. Na primeira metade do séc. XX, este espaço passa por diversas obras com vista à sua adaptação ao ensino Liceal (Liceu Nacional de Évora, Casa Pia) que se traduziram em adaptações, ampliações, construção de ginásios e campos de jogos (Moniz, 2012)

Em 1964, inicia-se o retorno deste espaço a funções ligadas ao ensino superior, com a criação de uma instituição particular, o Instituto Superior Económico e Social de Évora. Em 1973, o Governo português considera essencial criar *“um plano de expansão e diversificação do ensino superior (.../...) para corresponder à necessidade de assegurar*

*o desenvolvimento social e económico do País, que exige um número cada vez mais elevado de cientistas, técnicos e administradores de formação superior”* (Decreto lei nº 402/ 73, de 11 de Agosto, Preâmbulo).

A criação do Instituto Universitário de Évora e da Universidade de Évora (Decreto-Lei nº 482/79, de 14 de Dezembro) acabam por afetar definitivamente estes espaços ao ensino superior, nos anos 70 do séc. XX.

É também nesta década que outros edifícios são adquiridos para instalação dos diversos cursos que vão sendo criados, como o Palácio dos Condes de Vimioso. Trata-se de um edifício do séc. XV que foi passando por diversas reformas e remodelações, sendo as últimas grandes alterações realizadas na década de oitenta do século XX, quando se necessitou de adaptar este espaço a salas de aulas e gabinetes de serviços.

Interessa-nos assim, para o presente estudo, as questões inerentes à arquitetura destes espaços que hoje pertencem à Universidade de Évora, nomeadamente o do Colégio do Espírito Santo, o Palácio do Vimioso e a Casa Cordovil, que desde 1979 tiveram várias obras de requalificação com o intuito de melhorar instalações, acessibilidades, colocar e/ou remodelar infraestruturas ou outro tipo de apoios. De salientar que a maioria das obras ocorridas até aos finais do séc. XX, apesar de terem envolvido modelações do terreno (como o Jardim de Granito), encerramento de noras/poços, abertura de valas para passagem de tubagens e cabos, não tiveram qualquer acompanhamento arqueológico, por não ser ainda uma obrigação legal. A partir de 1986, com a classificação da cidade de Évora a Património da Humanidade e com a criação do Instituto Português de Arqueologia, em 1997, entra-se definitivamente numa nova fase no que diz respeito à salvaguarda do Património.

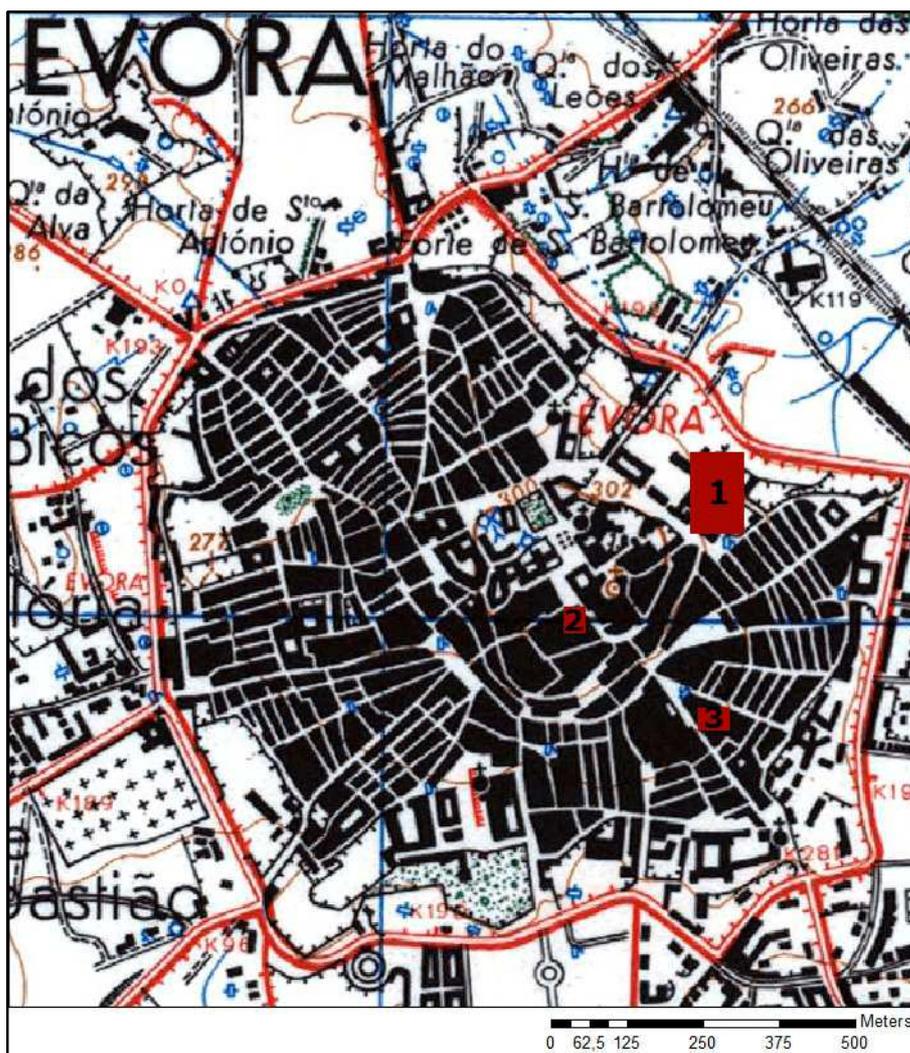


Figura 1. Localização dos espaços referidos neste documento, na CMP 460. 1- Colégio Espírito Santo; 2- Palácio do Vimioso; 3- Casa Cordovil

## 2. Edifício do Colégio do Espírito Santo (CES)

Nos últimos anos, realizaram-se algumas obras de requalificação dos espaços do Edifício do Colégio do Espírito Santo (ver Fig.1), doravante designado apenas na sua sigla (CES), com o intuito de melhorar acessibilidades, infraestruturas ou outro tipo de apoios, alguns dos quais tiveram acompanhamento arqueológico e/ou escavações.

### 2.1. Poço Cisterna no Campo de Jogos, no CES

Apesar de não existir informação no Portal do Arqueólogo e de não dispormos de qualquer informação nos arquivos do Laboratório de

Arqueologia Pinho Monteiro, temos conhecimento que entre 1983/1984 ocorreram diversas obras nesta área, então utilizada como campo de jogos, com modelações do terreno (Fig. 2) e entulhamento de um poço-cisterna com alcatruzes em cerâmica que foram, em parte, recolhidos, encontrando-se alguns em exposição no Centro Interativo de Arqueologia, sito no Palácio do Vimioso. Atualmente denomina-se como Jardim de Granito.



Figura 2. Vista atual do denominado Jardim do Granito (1) e de alcatruzes recolhidos (2) (©Leonor Rocha).

## 2.2. Intervenção Arqueológica de Emergência no Colégio Espírito Santo (CNS 16151. Processo: S – 16151)

De acordo com a informação existente no Portal do Arqueólogo e sobre a qual não dispomos de qualquer informação nos arquivos do Laboratório de Arqueologia Pinho Monteiro, Olívio Caeiro realizou nos anos de 1984/85 uma intervenção em frente à porta lateral de acesso ao CES, devido ao abatimento de um esgoto. Desta intervenção terão resultado essencialmente materiais dos séculos XVII/ XVIII, composto por faianças e azulejos figurativos de reduzida dimensão. A área foi tapada depois do arranjo da conduta de esgoto. Este local voltou a ser posteriormente intervencionado em 1993 e 2000, pelos mesmos motivos. Os últimos trabalhos realizados tiveram uma escavação em área que permitiu obter novos dados sobre a sua ocupação (ver pontos 2.3 e 2.5).

### 2.3. Piso da varanda fronteiro a uma das entradas do CES (CNS 16151. Processo: S – 16151)

De acordo com a informação existente no Portal do Arqueólogo e sobre a qual apenas dispomos de uma cópia do Relatório, em mau estado, no Laboratório de Arqueologia Pinho Monteiro, Olívio Caeiro realizou, em 1993, uma escavação de emergência, na sequência do abatimento do piso da varanda fronteiro a uma das entradas da universidade devido a problemas com um esgoto. Desta vez foi realizado um acompanhamento arqueológico com a abertura de dois sectores A e B. *“O primeiro, encontrava-se repleto de entulho grosseiro (terra, material de construção e tijolo), surgindo ainda uma quantidade diminuta de algum espólio arqueológico datável do século XVIII (fragmentos de cerâmica comum e de azulejaria). Depois de retirado o entulho surgiu uma fornalha adossada ao muro oeste e à cloaca medieval. Seguiram-se depois mais dois momentos construtivos do espaço ocupado pela capela, de cuja funcionalidade não se sabe nada. No sector B, junto á parede do edifício surgiram os dados científicos mais interessantes, sujeitos a confirmação - na parede da 1ª fase de construção do Colégio (que reaproveitou a muralha fernandina) corre uma caleira, a um nível superior a cloaca medieval”* (Caeiro, 1993: 5). A área foi mais uma vez tapada depois do arranjo da conduta de esgoto. Este local voltou a ser intervencionado, pelos mesmos motivos, no início do séc. XXI mas, desta vez, com uma escavação em área que permitiu obter novos dados sobre a ocupação desta área (ver ponto 2.5).

### 2.4. Acompanhamento da abertura de caixa para colocação de ar condicionado no Parque de Estacionamento do CES.



Figura 3. Infraestruturas de climatização do CES (©Leonor Rocha).

Apesar de não existir informação no Portal do Arqueólogo e de não dispormos de qualquer informação nos arquivos do Laboratório de Arqueologia Pinho Monteiro, temos conhecimento que entre 1998/99, Carmen Balesteros procedeu ao acompanhamento arqueológico da abertura de caixa (Fig.3) para colocação de ar condicionado, na face Norte do auditório do CES (atual Parque de Estacionamento). Esta intervenção não terá identificado quaisquer níveis arqueológicos preservados.

2.5. Capela de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Modéstia (?)/ Presépio(?). (CNS 16151. Processo: S – 16151).

Sobre este local, que também se encontra inserido no Portal do Arqueólogo com o mesmo CNS e número de processo e sob a designação de "Acompanhamento arqueológico de remoção de terras escavadas em 1993", dispomos de ampla documentação nos arquivos do Laboratório de Arqueologia Pinho Monteiro, legado deixado por uma das signatárias deste trabalho (CB†). (Balesteros e Sarantopoulos, 2000).

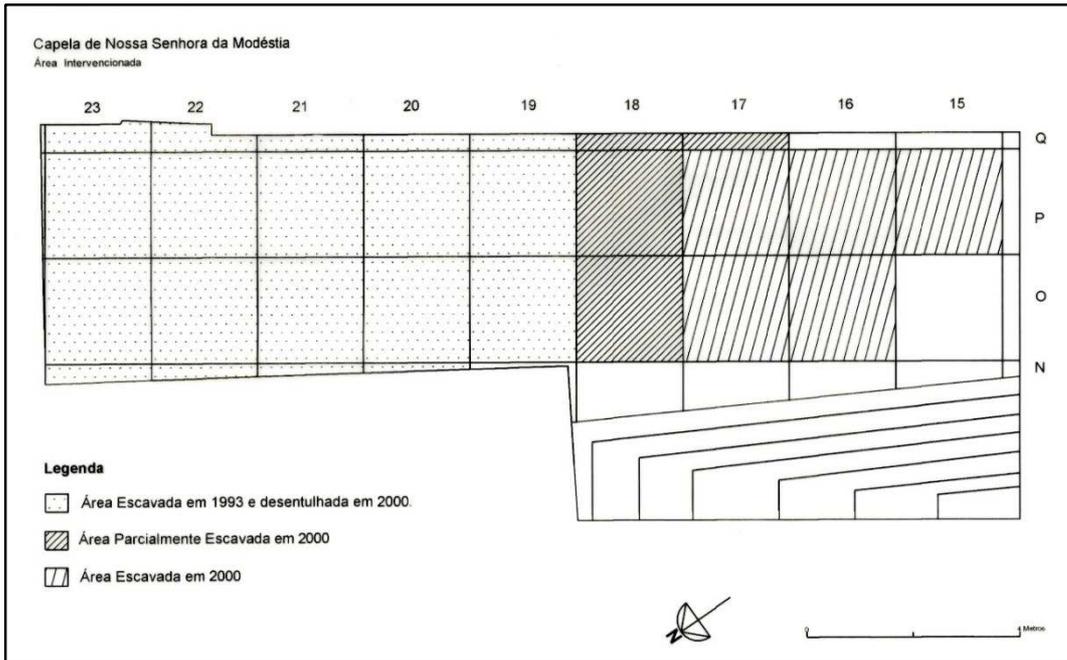


Figura 4. Planta das com indicação das áreas intervencionadas em 1993 e 2000 (sgd. Balesteros e Sarantopoulos, 2000)

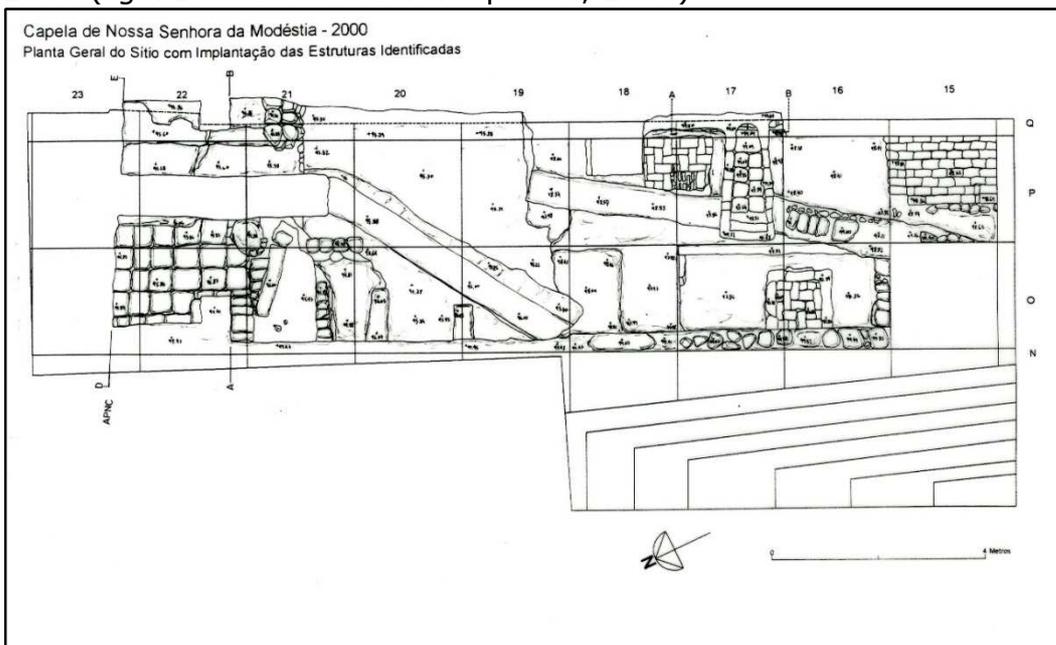


Figura 5. Planta geral da área intervencionada com as estruturas identificadas (sgd. Balesteros e Sarantopoulos, 2000).

A intervenção realizada no ano 2000 incidiu na entrada poente do edifício do CES e resultou também da rotura de canos de esgoto (à semelhança do que ocorreu em 1983/1984 e 1993) mas, desta vez, a Reitoria da Universidade de Évora optou por realizar uma intervenção de maior envergadura, com o intuito de avaliar o potencial da área e,

eventualmente, proceder à musealização das estruturas da Capela que se haviam anteriormente identificado (Fig.4 e 5).

A capela de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Modéstia, de pequenas dimensões, era a mais antiga das duas capelas do noviciado jesuíta existentes no Colégio do Espírito Santo. A sua construção ter-se-á iniciado em finais do séc. XVII com abertura ao culto a 2 de fevereiro de 1700, por ser o dia litúrgico da Apresentação e Purificação de Jesus no templo, segundo António Gromicho “...o dedicou em 2 de Fevereiro a Nossa Senhora da Modéstia o Pe. Provincial Miguel Dias, dizendo Missa, dando comunhão aos Noviços, e fazendo conferência espiritual de que foi matéria porque aquela capelinha se havia de consagrar a Nossa Senhora da Modéstia, em dia de Purificação” (Gromicho, 1944, p. 5).

A intervenção de 2000 foi dividida em duas partes, uma que correspondia à área escavada em 1993 (onde se procedeu à remoção das terras para visualização das estruturas então identificadas) e a segunda, ao alargamento para Sul, num total de cerca de 36m<sup>2</sup> (Fig.4).

Desta intervenção acabaram por resultar mais dúvidas do que certezas. De facto, a não continuação dos trabalhos no local, com o alargamento da área como propunham os responsáveis da intervenção de 2000, acabou por não permitir esclarecer se se trataria efetivamente da Capela de N. Sr<sup>a</sup> da Modéstia ou de outra capela. De acordo com as fontes escritas então compiladas existiam duas capelas, ambas no piso superior, a Capela de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> dos Mártires, consagrada no dia 6 de janeiro de 1678 e a outra, consagrada no dia 2 de Fevereiro de 1700, a de N. S<sup>a</sup> da Modéstia. Esta última poderia ainda existir em 1966, uma vez que é descrita por Túlio Espanca (Espanca, 1966).

*“Assim, as estruturas arqueológicas identificadas desde 1993 e que parecem ter pertencido também a uma Capela, terão pertencido a outra que não a de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Modéstia. Esta, adossando-se à fachada poente do Conventinho e apresentando o piso original a uma cota, significativamente, mais baixa do que o piso térreo do Conventinho, deverá ser construção de época posterior, ainda que não distante, da*

daquele. Julgamos mesmo, ser possível que a construção desta estrutura religiosa possa ter uma cronologia de inícios da centúria de seiscentos, atendendo às características de algum do material azulejar recolhido na intervenção anterior.

Ainda que sem outros elementos que o possam confirmar ou contestar, colocamos a hipótese de que a estrutura identificada em 1993 e agora desaterrada possa ter sido a Capela dedicada ao Presépio (.../...) a qual desapareceu nas obras estruturais, feitas no séc. XIX, aquando da adaptação do Edifício a Casa Pia” que ocorreu a partir de 1836” (Balesteros e Sarantopoulos, 2000: 4).



Figura 6. Imagem geral no início dos trabalhos (1) e de pormenor das estruturas identificadas (2) (sgd. Balesteros e Sarantopoulos, 2000).

De realçar ainda que esta Capela sofreu bastantes alterações, com remodelações e reaproveitamentos de materiais de construção do edifício primitivo e de outras estruturas anteriores, como a Cerca Nova da cidade, que pode ter sido parcialmente desmantelada para construção desta Capela – alguns dos silhares existentes na parede poente poderão corroborar esta hipótese (Fig. 7). No século XIX este espaço ainda poderá ter sido utilizado como forja (Balesteros e Sarantopoulos, 2000).



Figura 7. Pormenores das estruturas identificadas (sgd. Balesteros e Sarantopoulos, 2000).

O espólio recolhido nesta intervenção, cronologicamente situado entre os séculos XVII e XX, é constituído por faianças, algumas das quais com decorações de cariz religioso (inscrições, anagramas IHS, cruzes, siglas) destacando-se as faianças de produção exclusiva do Colégio da Companhia de Jesus (Fig.8 e 11); cerâmica comum (Fig.9 e 10); cabeças de imagens religiosas, em terracota; contas; botões em osso; medalhas (maioritariamente católicas, destacando-se uma de Santo Inácio de Loyola); anéis; moedas (com destaque para um meio vintém de prata do reinado de D. Manuel I) malhas de jogo; fragmentos de azulejo; ossos de animais, escórias, entre outros.

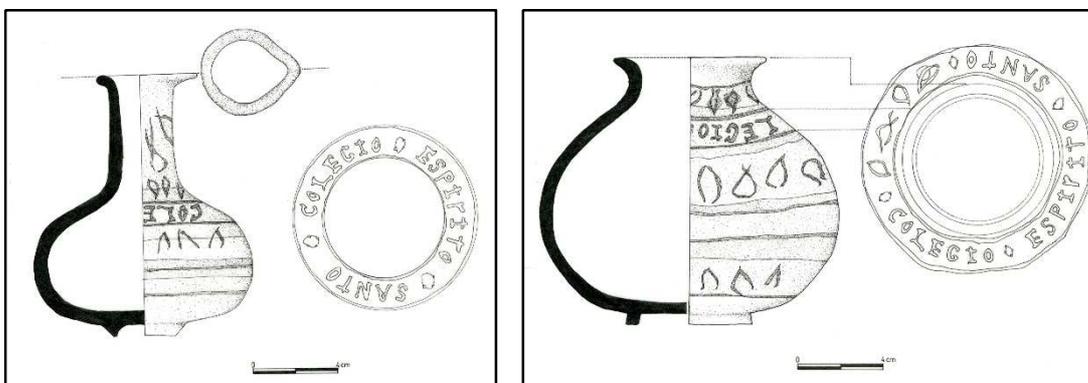


Figura 8. Faianças de produção exclusiva do Colégio Espírito Santo (sgd. Balesteros e Sarantopoulos, 2000)

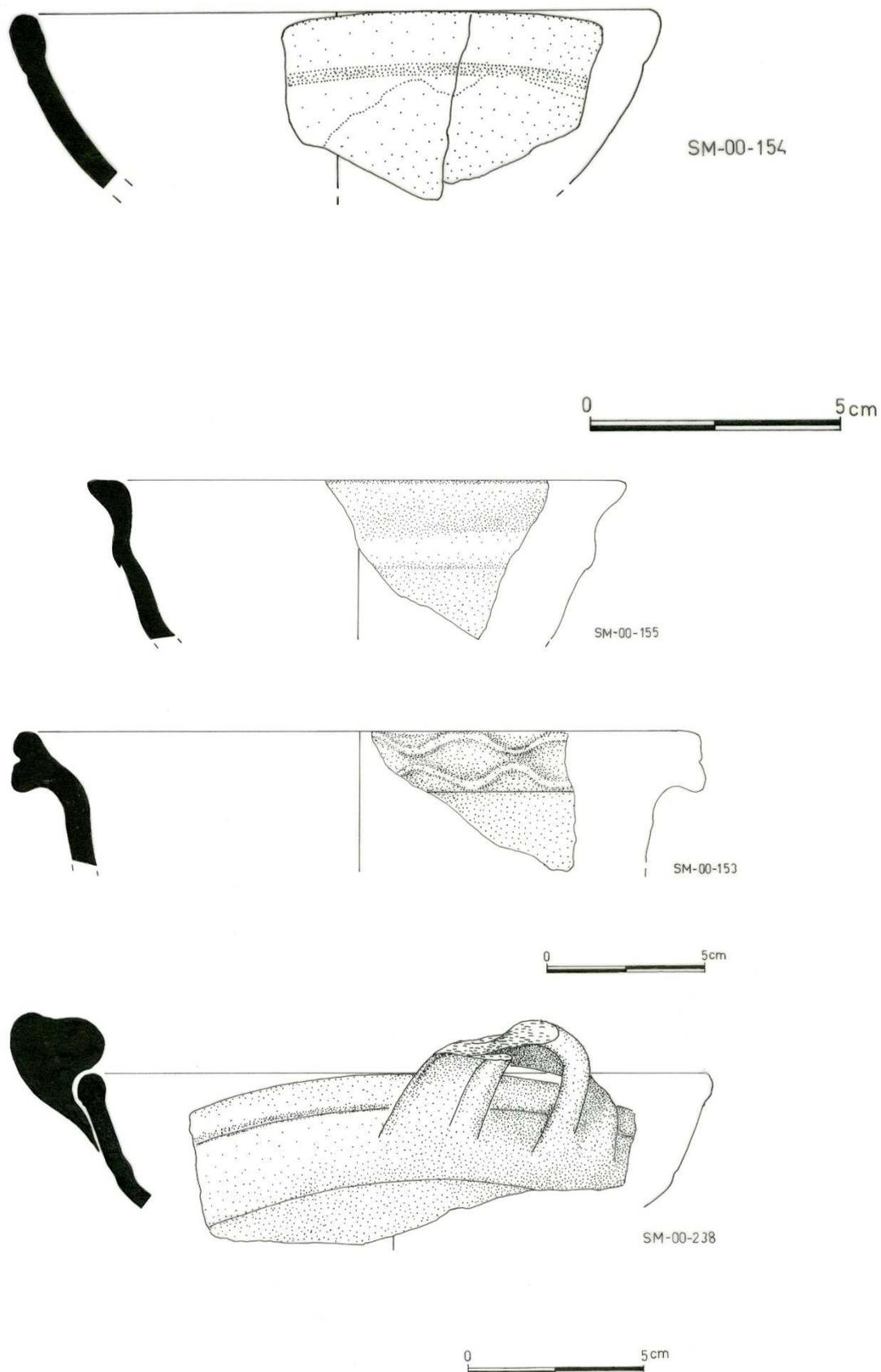


Figura 9. Cerâmica comum, de mesa e de cozinha (sgd. Balesteros e Sarantopoulos, 2000)

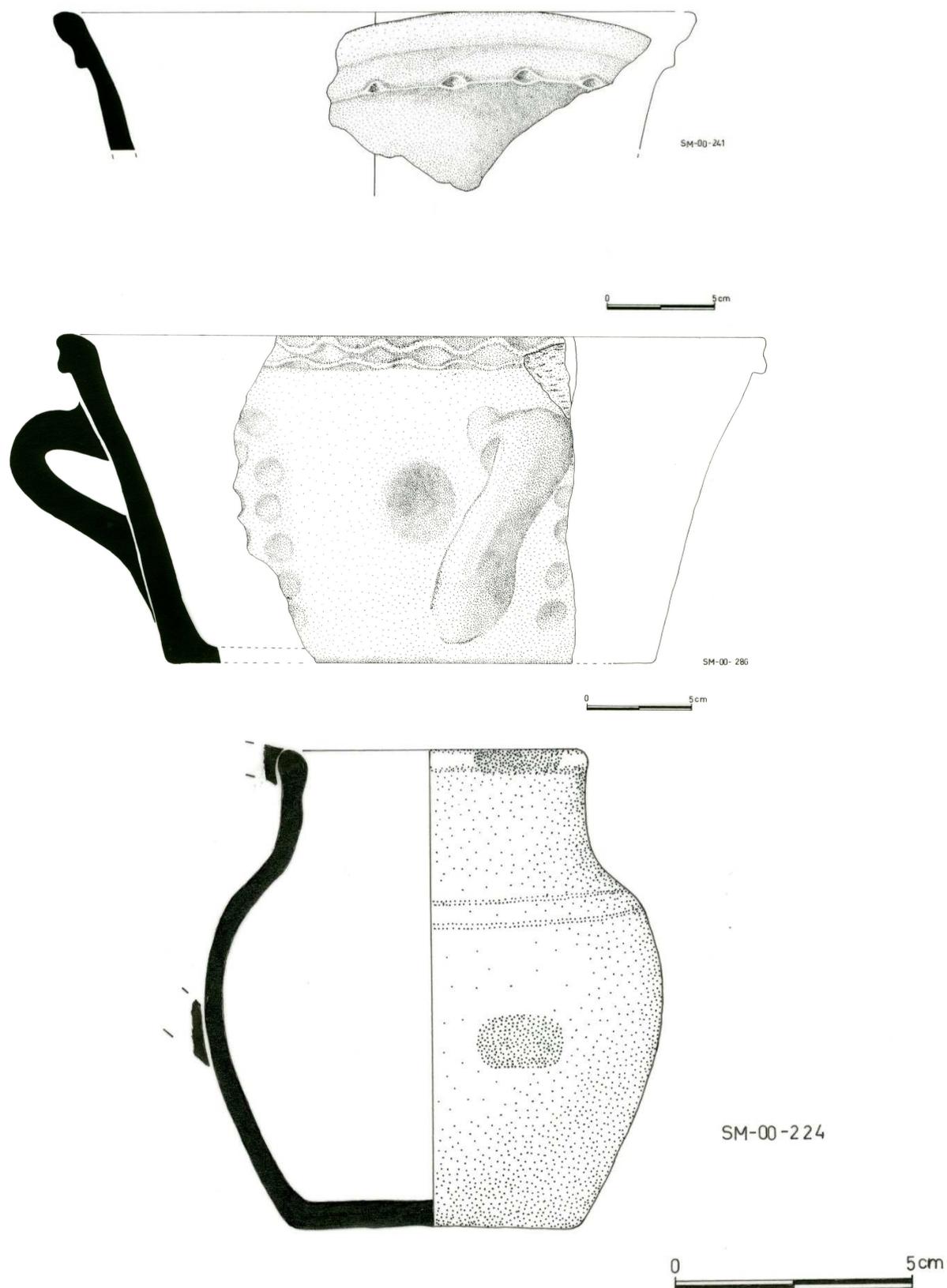


Figura 10. Cerâmica comum, de mesa e de cozinha (sgd. Balesteros e Sarantopoulos, 2000)

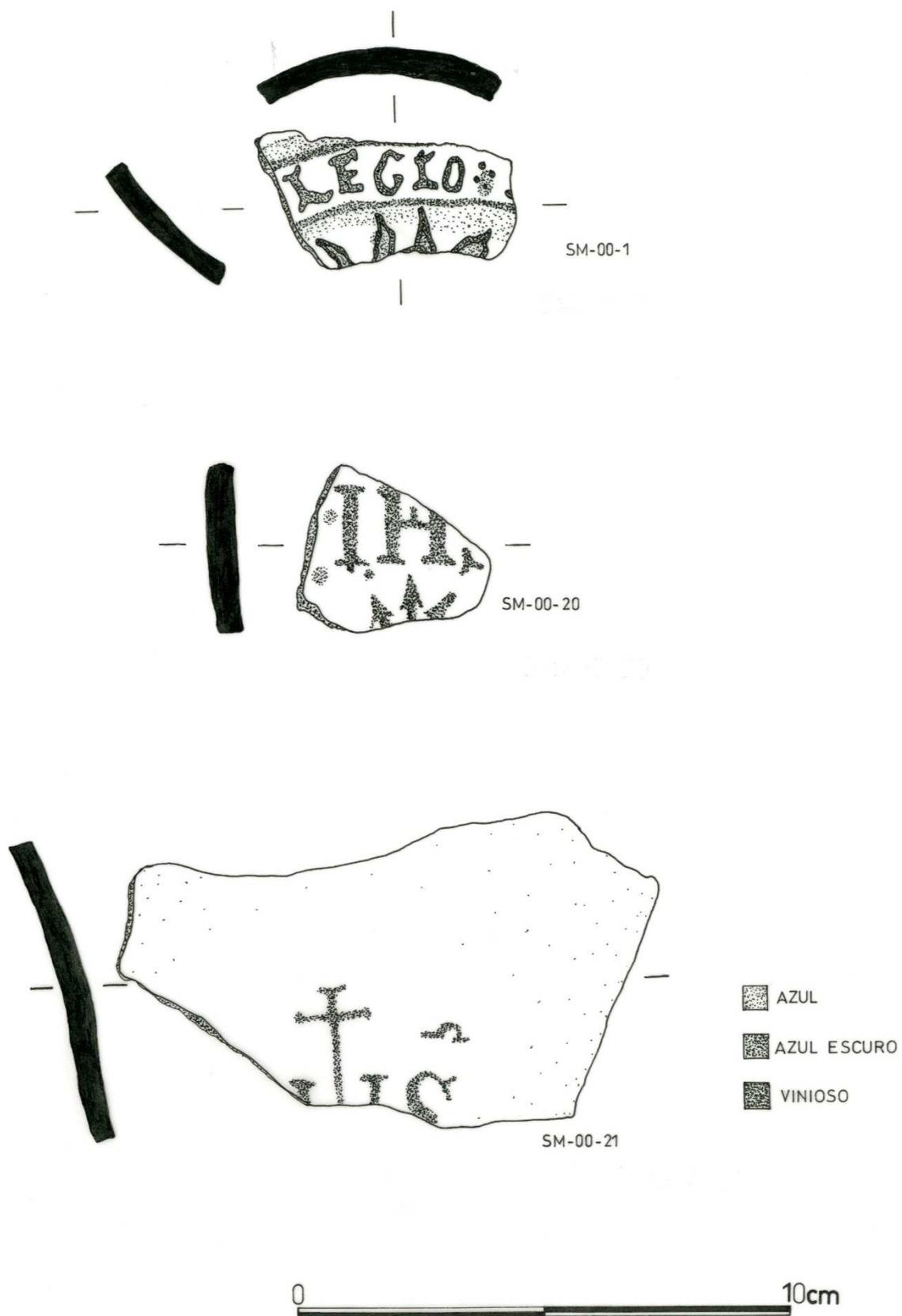
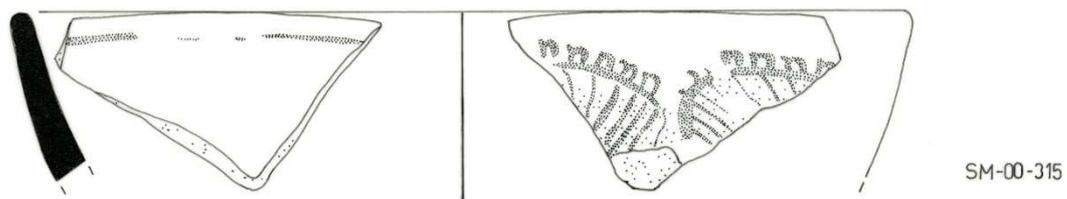
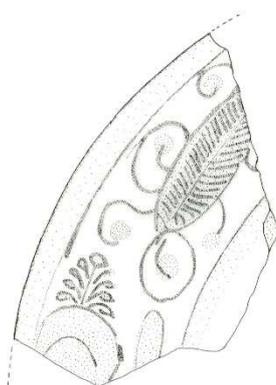


Figura 11. Faianças (sgd. Balesteros e Sarantopoulos, 2000)

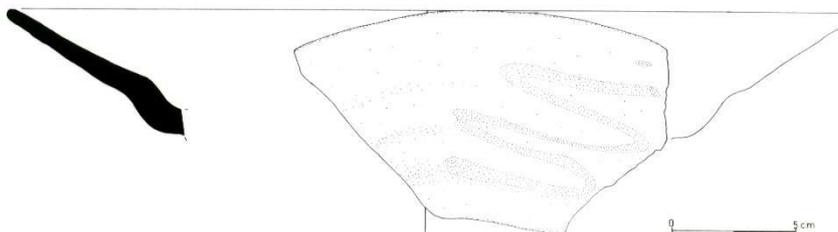


□ AZUL  
▨ VINIOSO

0 5cm



□ AZUL CLARO  
□ AZUL ESCURO  
▨ VINIOSO



□ AZUL CLARO  
□ AZUL ESCURO  
▨ VINIOSO

0 5cm

Figura 12. Faianças (sgd. Balesteros e Sarantopoulos, 2000)

2.6. Abertura de valas na Secção de Reprografia do Colégio do Espírito Santo (CNS 16151. Processo: S – 16151).

De acordo com a informação existente no Portal do Arqueólogo e sobre a qual não dispomos de qualquer informação nos arquivos do Laboratório de Arqueologia Pinho Monteiro, José Carlos Caetano (†) realizou, em 2001, um acompanhamento arqueológico para registar as estruturas postas a descoberto, na sequência da abertura de valas na Secção de Reprografia do Colégio do Espírito Santo (Fig.13). Aparentemente não existe nenhum relatório destes trabalhos.



Figura 13. Vista do exterior dos espaços referidos em 2.6 e 2.7. (©Leonor Rocha)

2.7. Trabalhos de emergência no Colégio do Espírito Santo (CNS 16151. Processo: S – 16151).

De acordo com a informação existente no Portal do Arqueólogo e sobre a qual não dispomos de qualquer informação nos arquivos do Laboratório de Arqueologia Pinho Monteiro, Carmen Balesteros e Panagiotis Sarantopoulos realizaram, em 2001, o acompanhamento arqueológico de abertura de uma vala dentro da sala de informática adjacente às escadas do restaurante (Fig.13). Apesar de não existir

informação específica no Portal do Arqueólogo, os trabalhos foram visitados por um dos signatários (JO) pelo que temos conhecimento de que se tratou de uma intervenção muito superficial, com levantamento de pavimento para instalação de cabos elétricos, não tendo atingido quaisquer níveis arqueológicos.

#### 2.8. Jardim superior do Restaurante Cozinha do Cardeal.

Apesar de não existir informação no Portal do Arqueólogo e de não dispormos de qualquer informação nos arquivos do Laboratório de Arqueologia Pinho Monteiro, temos conhecimento que em 2002/2003, José Carlos Caetano procedeu ao acompanhamento arqueológico da cobertura do Restaurante da Cozinha do Cardeal (Fig. 14) devido à necessidade de recolocar tela isolante sobre a abóboda do restaurante. Este trabalho consistiu na remoção integral das terras que se encontravam depositadas na cobertura e que, naturalmente, não estavam contextualizadas, razão pela qual não poderia existir níveis arqueológicos *in situ*.



Figura 14. Aspeto atual da cobertura do Restaurante Cozinha do Cardeal. (©Leonor Rocha)

2.9. Projeto das Pedras Tumulares nas Capelas Laterais da Igreja do Espírito Santo, Évora (CNS 16151. Processo: S – 16151).

De acordo com a informação registada no Portal do Arqueólogo, em 2012, foram realizados trabalhos arqueológicos e antropológicos na Igreja do Espírito Santo, coordenados por Carla Dias e Teresa Matos Fernandes. Este espaço, que se encontra agregado ao Colégio do Espírito Santo não integra, contudo, a Universidade de Évora pelo que, apesar ter o mesmo CNS e número de processo, não será considerado no âmbito deste trabalho.

2.10. Construção de campos de Padel na Rua Cardel d`El Rei. (Processo: 2014/1(228)

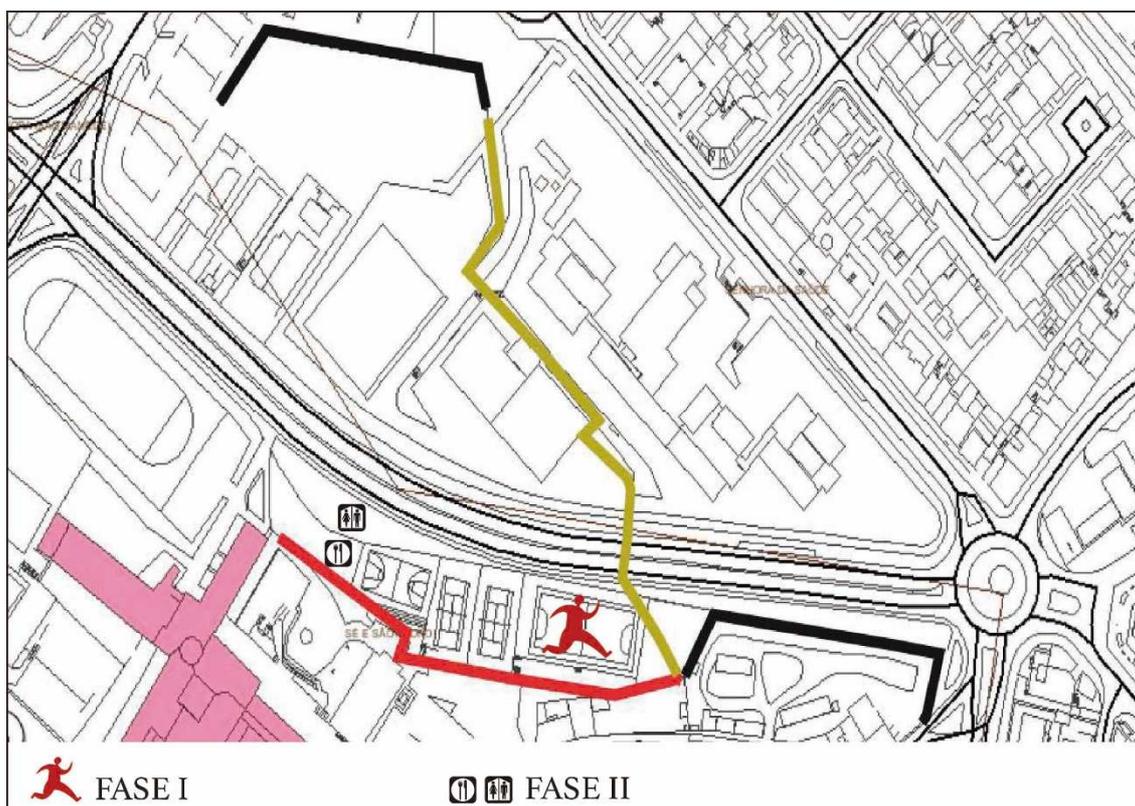


Figura 15. Planta de localização da obra (adaptada Maia, 2015)

O acompanhamento arqueológico realizado na remodelação dos campos de ténis e basket existentes nas instalações de um dos edifícios da Universidade de Évora (CES) para transformação num Centro Padel, foi realizado por um dos signatários (LR) na sua 1ª Fase que

correspondia, de acordo com a Memória Justificativa e Descritiva do Projeto de Arquitetura, às escavações a realizar em torno dos campos, para colocação dos lintéis de suporte dos campos e do betão poroso destinado à base de cada um dos campos, bastante superficiais – no máximo 0,40m de profundidade (Fig.16).

Os trabalhos realizados no contexto desta obra permitiram perceber que se trata de um local profundamente alterado por intervenções anteriores, nomeadamente a construção dos campos de jogos existentes à data, que se encontram dispostos em patamares.

Nesta fase, não se identificaram quaisquer níveis arqueológicos e/ou estruturas. As terras removidas comportavam maioritariamente os restos do pavimento (camada inicial) e os entulhos recentes, decorrentes das obras da década de oitenta, saibros e areão para enrocamento, sem qualquer interesse arqueológico (Rocha, 2015).



Figura 16. Aspeto dos trabalhos realizados nos campos, na 1ª Fase (©Leonor Rocha).

A 2ª Fase destes trabalhos, que consistia na construção das estruturas de apoio aos campos de jogos (Cafetaria, Receção, Loja e

Balneários) foi acompanhada por uma empresa de Arqueologia – ArkeoHabilis. Esta fase teve, em termos de registo na DRC Alentejo, outra designação, “Évora Sports Center” e foi realizada entre Setembro e Outubro de 2015 (Maia, 2015).

No âmbito deste trabalho, como seria expectável dada a sua dimensão (6m largura x 15m de comprimento atingindo cerca de 3m de profundidade) e localização (1,40m da muralha medieval), encontraram-se diversos vestígios arqueológicos (Fig.17), *“colocou em evidência a muralha barbacã e ainda uma necrópole. A identificação do espaço funerário revelou um conjunto de 3 sepulturas bem delimitadas num conjunto de 4 indivíduos, sendo que nenhum deles foi exumado. Todas as sepulturas se apresentam abertas no substrato geológico sem qualquer tipo de diferenciação para cada uma delas”* (Maia, 2015:14)

Em termos estratigráficos foi registada a seguinte sequência: i) no topo, logo abaixo da camada superficial, humosa, vestígios de um derrube da muralha medieval; ii) subjacente a estes derrubes, vestígios de uma antiga calçada de circulação que foi também, em parte, cortada pelas sepulturas; iii) necrópole; iv) substrato geológico (sgd. Maia, 2015)

Em relação às sepulturas, estas foram parcialmente escavadas por uma equipa de Antropologia da U.É, coordenada por Cláudia Relvado e Teresa M. Fernandes. Atendendo a que se procedeu à alteração do projeto, devido à existência da barbacã, os restos osteológicos não foram integralmente escavados tendo-se, no entanto, verificado que existiam *“esqueletos em conexão anatómica, ossos desarticulados e material osteológico não humano”* (Relvado e Fernandes, 2015: 4).



Figura 17. Aspetto dos trabalhos realizados nos campos, na 2ª Fase (sgd. Maia,2015).

Dos quatro enterramentos identificados, sepultados em decúbito dorsal, três eram indivíduos adultos e o outro um adolescente, com idade à morte estimada entre os 17 e os 20 anos. Em termos de diagnose sexual, todos pareciam ser do sexo masculino, atendendo aos atributos analisados no terreno (Relvado e Fernandes, 2015).



Figura 18. Vista geral das estruturas de apoio construídas nos Campos Padel. (©Leonor Rocha)

Atendendo às estruturas e necrópole identificada na área o projeto foi alterado, com a construção de uma estrutura mais simples e superficial (Fig. 18).

#### 2.11. Abertura de vala no Colégio do Espírito Santo/ Universidade de Évora (CNS:.. Processo)

A obra para abertura de uma vala para colocação/substituição de infraestruturas no CES teve o acompanhamento arqueológico de dois dos signatários (JO e LR). O local onde se abriu a vala encontra-se em zona periférica do antigo colégio e foi múltiplas vezes afetado com movimentações de solos nos últimos 50 anos, porque por aí passam as principais condutas de águas, esgotos, eletricidade e gás. Situa-se entre o corpo antigo do Colégio e o denominado Jardim de Granito, anteriormente referido (Fig.19).

O piso encontrava-se revestido por calçada regular de paralelepípedos. A vala atingiu uma profundidade que variou entre os 0,80m e 1,15m, com uma largura média de 0,85m e de 1,20m, nos locais onde se implantaram as caixas de visita. Para cotagem geral dos registos foi estabelecido, como ponto de cota 100,00m, a soleira da porta que dá acesso à reprografia e escada de acesso ao 1º piso do Colégio do Espírito Santo (Oliveira e Rocha, 2016).

Não se podendo considerar que se tratavam de Unidades Arqueológicas propriamente ditas uma vez que toda a área já havia sido aberta anteriormente, no contexto de outras obras, elencamos, para memória futura, os elementos identificados, por altimetria (do topo à base):

1.Sob o pavimento de calçada regular com paralelepípedos de granito, identificou-se uma camada de saibro e areia, com uma potência média de 0,12 m que servia de regularização da calçada;

2.Imediatamente abaixo entrou-se num nível de terras com abundantes entulhos recentes onde ocorriam sacos de plásticos, fragmentos de telhas e tijolos, assim como porções de rebocos com cal

e pedras de calibres diversos. Ao longo de toda a vala foram-se identificando tubagens de águas, esgotos e cabos elétricos, assim como abundantes raízes das três árvores que se erguem ao longo deste espaço.

Até à cota que se atingiu na abertura desta vala os testemunhos materiais encontrados remontam à 2ª metade do século XX, sem qualquer interesse patrimonial. Concluída a escavação procedeu-se à instalação das tubagens e à sinalização das mesmas com fita identificadora e cobertura com manta geotêxtil (Oliveira e Rocha, 2016) (Fig.20).



Figura 19. Pormenor de uma das tubagens de esgoto identificadas (sgd. Oliveira e Rocha, 2016).



Figura 20. Vista geral final da obra (sgd. Oliveira e Rocha, 2016).

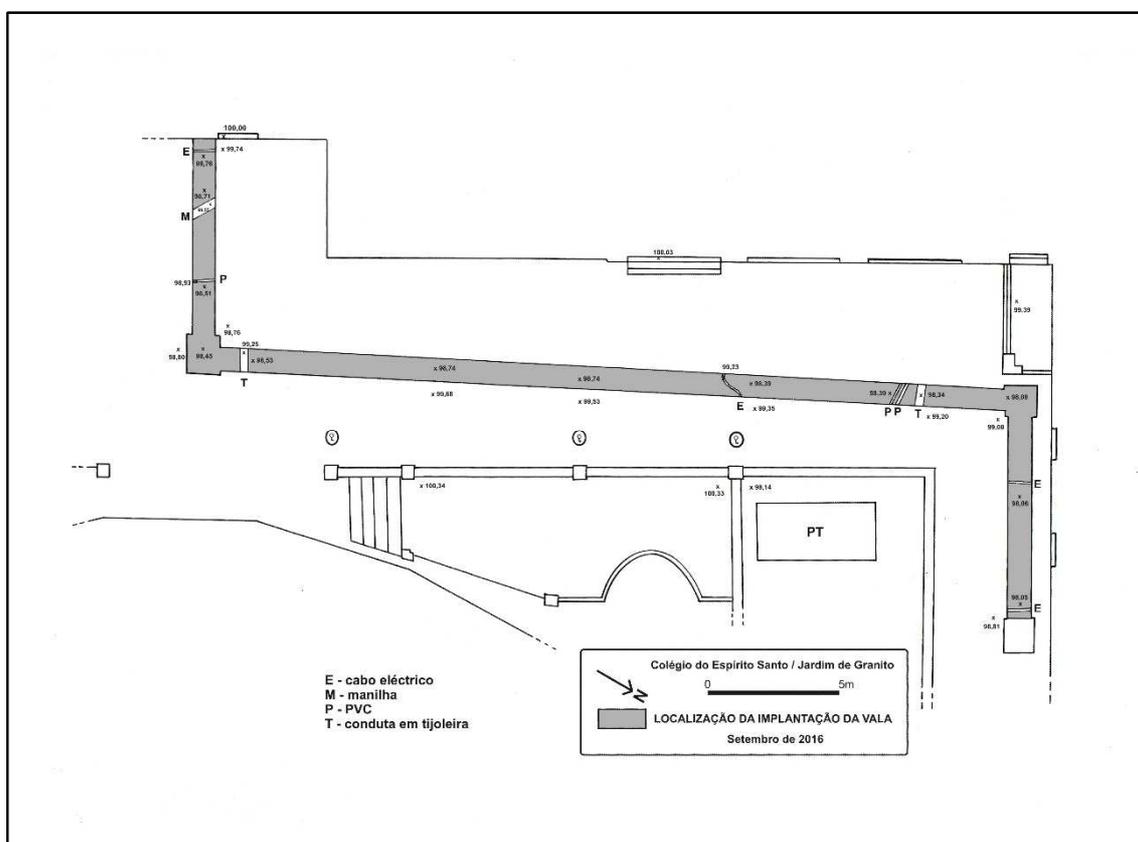


Figura 21. Planta final da obra (sgd. Oliveira e Rocha, 2016).

## 2.12. Instalação de Elevador exterior

A obra para a instalação de um elevador exterior no CES, em 2018, encontrava-se abrangida pelo “Programa Valorizar – Linha de apoio ao Turismo Acessível”, promovido pelo Turismo de Portugal e, neste caso, com a Universidade de Évora, por forma a dar cumprimento à legislação sobre a colocação de infraestruturas para pessoas com dificuldades de mobilidade (Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 Agosto).

O acompanhamento arqueológico realizado por um dos signatários (LR) abrangeu a abertura do poço para colocação do elevador (Fig.21). A intervenção realizada coincidia, em grande parte, com outra realizada em Setembro de 2016 (ponto 2.11) onde se constatou que toda a área se encontrava profundamente afetada, com vários cabos e condutas recentes a intercepar a vala e sem níveis arqueológicos preservados (Oliveira e Rocha, 2016).

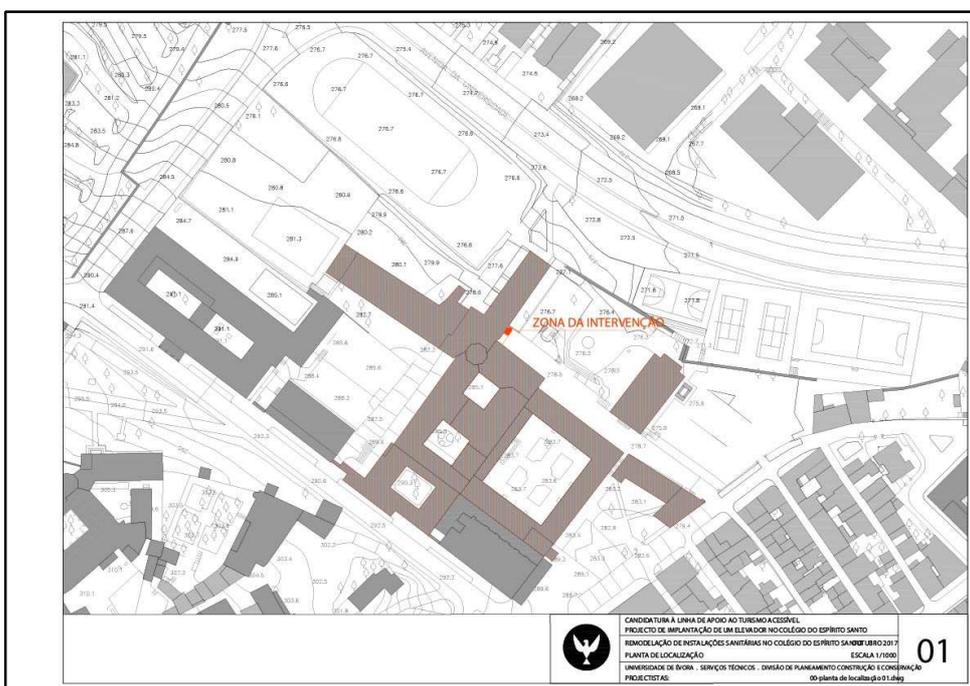


Figura 22. Localização da zona de intervenção.

No âmbito deste trabalho e atendendo ao conhecimento que se possuía da área, procedeu-se ao acompanhamento dos trabalhos realizados de forma manual (pico, picareta, maceta e martelo elétrico – este para partir as estruturas de cimento construídas em 2016), não

se tendo identificado quaisquer níveis arqueológicos preservados (Rocha, 2019).



Figura 23. Aspeto da vala aberta em 2016 (1) e da área deste projeto (2) (sgd. Oliveira e Rocha, 2016).

Os primeiros trabalhos consistiram na remoção da calçada existente e delimitação da área necessária para o poço do elevador, que correspondia a um retângulo com cerca de 3m x 2,25m e deveria atingir uma profundidade de 1,55m.

Posteriormente, procedeu-se à escavação manual desta área, com a remoção de todos os equipamentos que haviam sido construídos nas últimas décadas.



Figura 24. Aspeto final do poço, com visualização das infraestruturas anteriores, cortadas (©Leonor Rocha).

Não se podendo considerar que se tratavam de Unidades Arqueológicas propriamente ditas uma vez que toda a área já havia sido aberta anteriormente, no contexto de outras obras, elenca-se, para memória futura os elementos identificados, por altimetria (do topo à base) (Rocha, 2019):

1. Calçada com blocos de granito;

2. Camada de tuvenam, onde assentava a calçada;

3. Caixa construída em 2016, com tijolos de cimento e tubos de plástico cinzento, circulares que iriam servir para a passagem de cabos (3 tubos de 160mm e 3 tubos de 125mm do lado NE. Do lado Este, são 2 tubos de 160mm e 1 tubo de 125mm). Caixa de cimento a que estariam associados os tubos de plástico mas que não a intersectavam tem a base interior a 1m de profundidade. Na realidade esta estrutura nunca chegou a ser utilizada porque a caixa de cimento estava completamente fechada e cheia de areia.

4. Caleira construída com tijolo burro e argamassa que, nalguns locais, tem cimento e que atravessa a área, paralela à parede principal do edifício. Encontrava-se entulhada com diferentes tipos de materiais, desde pedras, a pedaços de tijoleiras recentes, mosaicos antigos (modernos), tijolo burro de diferentes espessuras, etc, para permitir a colocação da calçada. Apresenta-se revestida, pelo interior, com argamassa de areia e cal. Tem conservada 3 fiadas de tijolo burro, com 0,25cm de altura, pelo lado exterior. Encosta ao pilar central do edifício pelo que será posterior a este. Medidas: 3m comprimento (mas continua no sentido NE, paralela à parede), 0,66m de largura interior, 0,20m de espessura (corresponde à largura do tijolo burro utilizado) e 0,25m de altura conservada (lado exterior, que corresponde à altura de 3 tijolos burro).

5. Tubo metálico de para-raios com cabo de cobre no interior;

6. Tubo plástico (1) que sai da parede principal e continua paralelo a esta, com direção NE, por cima da caleira. Deverá ter cabos elétricos no seu interior;

7. Tubo plástico (2) que sai da parede principal e continua paralelo a esta, com direção N. Deverá ter cabos elétricos no seu interior;

8. O canto Este apresentava terra virgem, extremamente compacta;

9. Por baixo da caleira, entre a caixa de 2016 e a parede do edifício encontrava-se i) uma camada de areão seguida de um ii) nível de seixos (possível calçada) que se encontrava muito deteriorada. A parede mestra desta ala assenta sobre a muralha – que se encontra cerca de 0,05/0,10m para o interior, sendo o espaço entre as duas estruturas sido preenchido com cimento.

10. De seguida e até à base da cota de afetação, encontravam-se terras muito negras, pastosas, húmidas e muito compactas (foram parcialmente removidas com martelo elétrico) as quais encostavam à parede estrutural do edifício (muralha).

11. No canto NE encontraram-se ainda 4 fragmentos de tijolo burro que assentavam em terra. Toda a área envolvente se encontra completamente revolvida, aparecendo fragmentos de telha de meia cana, lixos (plásticos e papel), fragmentos de tijolo burro e paralelos de granito.

Em termos gerais, o espólio recolhido no decurso deste acompanhamento corresponde sobretudo a lixos e entulhos de cronologias recentes de telha de meia cana, lixos (plásticos e papel), fragmentos de tijolo burro, paralelos de granito, tijoleira, tampas, metal (parafusos, caricas, latas), entre outros.

Em relação às estruturas, o dado mais relevante desta intervenção foi, sem dúvida, a confirmação da existência da muralha, sobre a qual assenta a parede sul desta ala que foi construída no séc.

XVIII para albergar, no piso inferior, um grande refeitório e, nos superiores, mais celas (Lobo, 2012).



Figura 25. Espólio identificado nesta intervenção (©Leonor Rocha).

### 3. Casa Cordovil

O edifício conhecido como Casa Cordovil localiza-se no Centro Histórico de Évora (ver Fig.1), no topo sul do largo das Portas da Moura, em área exterior ao perímetro das muralhas alto-medievais.



Figura 26. Pátio interior na Casa Cordovil (@Marco A. Martins)

3.1. Trabalhos Arqueológicos na Casa Cordovil. (CNS 4226. Processos: S - 04226 e S - 12564)

De acordo com a informação existente no Portal do Arqueólogo e sobre a qual não dispomos de qualquer informação nos arquivos do Laboratório de Arqueologia Pinho Monteiro, realizaram-se em 1989 trabalhos arqueológicos de escavação, coordenados por T. Matos Fernandes e V. Hipólito Correia.

Durante as obras de renovação no interior de um edifício surgiram duas sepulturas escavadas na rocha e dois silos. Estas descobertas levam a considerar que se trata de uma zona de necrópole em funcionamento durante o século XII e inícios do século XIII (informação: Portal do Arqueólogo).

#### 4. Palácio do Vimioso

O acompanhamento arqueológico realizado no Palácio do Vimioso, localizado no Centro Histórico de Évora (ver Fig. 1) decorreu de forma faseada entre 2011 e 2013 e foi realizado por três dos signatários (JO, LR e AC), abrangendo toda a Ala Poente do edifício (Oliveira, Rocha e Carneiro, 2014).



Figura 27. Aspeto das obras realizadas no interior (1) e exterior do edifício (2) (sgd. Oliveira, Rocha e Carneiro, 2014).

O Palácio dos Condes de Vimioso, também conhecido apenas por Palácio do Vimioso, remonta ao séc. XV, tendo sofrido, ao longo dos tempos, diversas reformas e acrescentos. Em meados da década de oitenta do século XX, este espaço foi objeto de profundas remodelações, obrigando ao rebaixamento de todo o piso térreo para enterramento das infraestruturas de saneamento e eletricidade, não tendo estas tido qualquer acompanhamento arqueológico.

A Ala Poente é a mais recente de todo o edifício, provavelmente construída nos finais do século XVIII, ou inícios do século XIX. Aqui se localizavam as estrebarias e “casa da malta” do palácio. Em 2013 este espaço teve uma intervenção profunda (Fig.27), com o objetivo de melhorar as instalações, nomeadamente de sala de aulas/laboratório de Arqueologia, gabinetes de docentes e de criar um pequeno Centro Interpretativo (Oliveira, Rocha e Carneiro, 2014).



Figura 28. Elementos identificados no decurso deste trabalho (sgd Oliveira, Rocha e Carneiro, 2014).

As únicas peças recolhidas resumem-se a dois fragmentos de azulejos “hispano-árabes” com técnica de “corda-seca” e desenho geométrico (Fig. 28). Na parede interna da denominada cavaliariça, ao proceder-se à remoção do reboco, apareceu um grande cachorro de granito, aparentemente reutilizado para suporte, na face exterior, duma pequena varanda do piso superior. Embora a peça pareça remontar à fase inicial do palácio terá sido instalada no local que agora ocupa já no século XIX, data da grande reforma do palácio já na

propriedade da "Família Soares". Esta peça manteve-se no local e ficou visível na parede sul do Centro Interpretativo.

As obras de reabilitação desenvolvidas não ultrapassaram a cota de afetação atingida na década de oitenta, de cerca de 0,30m, pelo que o trabalho de acompanhamento arqueológico resumiu-se à verificação das terras de novo mobilizadas para renovação das canalizações de esgotos e água e instalação elétrica (ver Fig.27). Os trabalhos arqueológicos acompanharam igualmente a remoção dos rebocos e descarga das abóbodas. No exterior, entenda-se no pátio do palácio, procedeu-se ao acompanhamento duma vala para ligação de esgotos que também não ultrapassou a cota dos revolvimentos da década de oitenta do século XX, data em que foi montada a calçada que hoje reveste todo o pátio.



Figura 29. Pormenor de uma das paredes.

A remoção do reboco das paredes permitiu identificar alguns arcos, tapados, construídos com tijolo burro, que não foram afetados nesta intervenção (Fig.28). Em termos gerais, as paredes são construídas com este tipo de aparelho, com misturas de pedras e, nalguns casos, com tijolo recente.

## **5. Outras intervenções**

Para além dos trabalhos anteriormente referidos existiram intervenções em, pelo menos, outros dois locais da Universidade: i) na zona do atual Parque de Estacionamento (Fig.13) onde existe uma grande cisterna, eventualmente ligada à existente no Poço Cisterna do atual Jardim do Granito, que foi objeto de levantamento por uma equipa de arqueologia subaquática, no início do séc. XXI. A entrada para este espaço encontra-se sob as escadas que ligam o parque de estacionamento ao CES, junto ao Auditório. Estes trabalhos permitiram definir toda a sua planta (mas não possuímos qualquer registo do mesmo); ii) trabalhos realizados no Colégio Luís Verney, que consistiram em abertura de valas, sem dados arqueológicos relevantes e tiveram o acompanhamento de Carmen Balesteros.

## **6. Conclusões**

Os projetos de construção e/ou reabilitação urbana colidem, quase sempre, com o nosso passado, uma vez que o subsolo das cidades é um repositório de memórias, de vivências de um passado mais ou menos recuado, que importa salvaguardar e, dentro do possível, preservar.

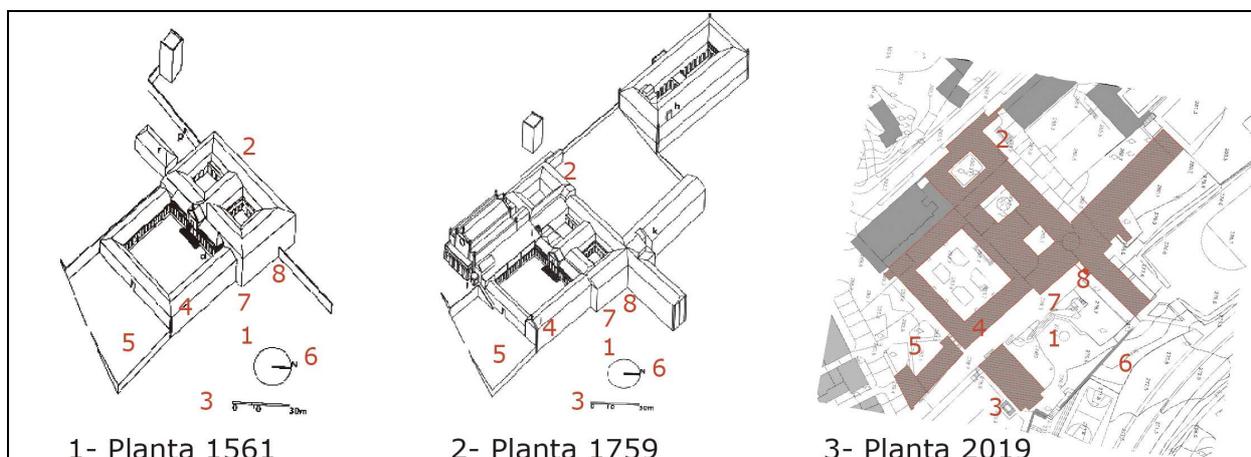


Figura 30. Planta com a evolução do edifício do Colégio do Espírito Santo, com identificação das intervenções; nº 1 e 2 adaptado de Lobo, 2012; nº 3 dos Serviços Técnicos da UÉ.

Os trabalhos arqueológicos efetuados nos finais do século XX e primeiras décadas do século XXI, por força da legislação em vigor, contribuíram para um melhor conhecimento da dinâmica construtiva dos espaços da cidade.

O Poço Cisterna (Fig.30, nº 1) estaria situado na área exterior do Colégio do Espírito Santo, entre este e a muralha medieval, provavelmente na zona de horto, tal como o local onde se procedeu à instalação do sistema de ar condicionado (Fig. 30, nº 3). Este poço assim como as inúmeras cisternas conhecidas no CES atestam, sem dúvida, a preocupação pelo abastecimento de água a todo o edifício.

As duas obras realizadas dentro do edifício do CES (ponto 2.6 e 2.7) para colocação de infraestruturas (Fig. 30, nº 4) não terão, segundo as informações que conseguimos obter, identificado quaisquer níveis arqueológicos, talvez por terem sido muito superficiais ou por se tratar de uma ala do edifício construída logo na fase inicial, provavelmente sobre terrenos agrícolas. Também a vala aberta no exterior desta ala (ponto 2.11) não forneceu dados significativos. Foram identificadas condutas de esgoto provavelmente construídas em

meados do séc. XIX (Fig.30, nº 7) e outras infraestruturas (água, eletricidade, telefone, etc) que atestam que esta área foi múltiplas vezes afetada com movimentações de solos nos últimos 50 anos.

Adjacente a esta ala do edifício, do lado sul, foi realizado outro acompanhamento arqueológico (ponto 2.8) que, naturalmente, não poderia ter qualquer evidência arqueológica. De facto, como se pode observar na Fig. 30 (nº 5) toda a zona de restauração foi construída em área que correspondia à entrada principal do CES, com profundas alterações a nível da topografia, uma vez que o terreno foi rebaixado em cerca de 4m, encontrando-se a cobertura do edifício à cota do jardim superior. Após o término da obra, a cobertura foi revestida com tela impermeabilizante e terras para se poder criar um espaço verde (Fig. 14). Foram estas terras que tiveram de ser removidas em 2002/2003, para resolver problemas de infiltrações existentes no teto do restaurante.

Em termos gerais, das intervenções realizadas no Colégio do Espírito Santo, apenas três acabaram por trazer dados de evidente valor arqueológico.

A primeira corresponde à área da entrada poente do CES (Fig. 30, nº 2) que teve três intervenções, todas elas motivadas por problemas de abatimento do piso devido aos esgotos. No entanto, apenas as duas últimas permitiram obter dados sobre a ocupação desta área, como se referiu anteriormente (ponto 2.2, 2.3 e 2.5). Destas intervenções resultou a identificação de uma estrutura religiosa que, não obstante as reutilizações posteriores, se encontra ainda em bom estado de conservação. Independentemente das dúvidas sobre a sua designação (Capela da Sr<sup>a</sup> da Modéstia ou do Presépio), os materiais encontrados permitiram, por exemplo, perceber que o Colégio dispunha de faianças e medalhas exclusivas, identificadas com a sua designação. De realçar ainda que apesar da importância que este espaço religioso teve, ele não aparece representado em nenhuma das plantas conhecidas (ver figura 30, nº2).

A segunda intervenção que forneceu dados importantes para o conhecimento da ocupação humana na cidade de Évora, foi a realizada na área dos atuais campos de jogos da Universidade (ponto 2.10). Apesar de também ser evidente que se trata de uma área que sofreu profundas alterações para construção dos primitivos campos de jogos e ginásio do liceu (atual edifício do Auditório), com diferentes modelações do terreno, a área onde se equacionava construir os edifícios de apoio, junto à muralha medieval, permitiu identificar uma calçada exterior que corria paralela a esta, um troço da barbacã e ainda uma necrópole de cronologia indeterminada, mas que é inequivocamente posterior à calçada uma vez que a intersecta (Fig. 30, nº 6).

No limite SE deste espaço de jogos, encostado ao baluarte, temos informação que na década de sessenta do séc. XX, foram postas a descoberto um conjunto de colunas de mármore, aparentemente idênticas às existentes no claustro grande. Tanto quanto sabemos nunca terão sido removidas, encontrando-se atualmente cobertas.

Por último, os trabalhos realizados em finais de 2018, para construção de um elevador externo ao edifício do CES, apesar da sua localização coincidir, em parte, com outra intervenção (ponto 2.11), acabou por confirmar um dado importante. De facto, era referido em textos antigos que uma das paredes desta ala poente do edifício tinha sido construída sobre um troço da muralha medieval, situação que se encontra representada nas plantas de 1561 e de 1759 (Lobo, 2012) (Fig. 30). Esta intervenção permitiu não só confirmar esta informação como perceber que a parede que assenta sobre a muralha é a virada a sul.

Os trabalhos arqueológicos referidos neste texto englobaram três dos edifícios da Universidade de Évora, existentes intra muros. A Casa Cordovil permitiu identificar um espaço de necrópole em uso, nos séc. XII e XIII e dois silos, e o Palácio do Vimioso, não forneceu dados relevantes. Mas, o grande espaço de referência desta instituição, o

Colégio do Espírito Santo, contou-nos uma história diferente, de construções, reconstruções, remodelações, de usos e reusos em função das diferentes vivências que já teve, desde a sua fundação, em 1550.

## **Bibliografia**

AAVV (1959) – *Número comemorativo do Quadricentenário de Fundação da Universidade de Évora*. Évora: Comissão Municipal de Turismo.

BALESTEROS, C; SARANTOPOULOS, P. (2000) – *Relatório da Escavação Universidade de Évora – Conventinho Capela de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Modéstia (?)*. Ano 2000. Acessível nos Arquivos da DGPC, Lisboa, Portugal.

BORGES, A.M. (1988) – *Colégio do Espírito Santo*. Alguns elementos sobre a sua fundação. Évora: Universidade de Évora.

CAEIRO, J.O. (1993) – *Intervenção arqueológica de emergência no Colégio do Espírito Santo*. Acessível nos Arquivos da DGPC, Lisboa, Portugal.

CONDE, A; SOARES, J; RODRIGUES, P. (2012) – *Os colégios da Universidade de Évora: Recriação, Evocação e Capricho*. Universidade de Évora (1559-2009). 450 anos de modernidade educativa. Coord. Sara M. Pereira e Francisco L. Vaz. [s.l]: Chiado Editora, p. 447- 472.

ESPANCA, T. (1966) – *Inventário Artístico de Portugal*. Concelho de Évora. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes.

GROMICHO, A. B. (1944) – *Da Universidade de Évora*. Évora: [s.n].

LEAL, A.P. (s.d) – *Diccionario Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Editora Mattos Moreira & Companhia.

LOBO, R. (2009) – *O Colégio-Universidade do Espírito Santo de Évora*. Évora: CHAIA/Universidade de Évora.

LOBO, R. (2012) – *“Fica este grande pateo tam aparatoso à vista”*. *O Colégio-Universidade do Espírito Santo de Évora*. *Os colégios da*

- Universidade de Évora: Recriação, Evocação e Capricho*. Universidade de Évora (1559-2009). 450 anos de modernidade educativa. Coord. Sara M. Pereira e Francisco L. Vaz. [s.l.]: Chiado Editora, p. 473 - 488.
- MAIA, M<sup>a</sup> C. (2015) – *Acompanhamento arqueológico "Évora Sports Center"*. Relatório final de trabalhos arqueológicos. Acessível nos Arquivos do DGPC. Lisboa, Portugal, pp.42.
- MENDEIROS, J. F. (Mons) (s.d.) – *Roteiro Histórico dos Jesuítas em Évora* [s.l.: s.n.]
- MONIZ, G. C (2012) - *Do Colégio ao Liceu: a construção do Programa Liceal. Os colégios da Universidade de Évora: Recriação, Evocação e Capricho*. Universidade de Évora (1559-2009). 450 anos de modernidade educativa. Coord. Sara M. Pereira e Francisco L. Vaz. [s.l.]: Chiado Editora, p. 567 - 588.
- OLIVEIRA, J; ROCHA, L. (2017) - *Acompanhamento arqueológico da abertura de vala no Colégio do Espírito Santo – Universidade de Évora*. Relatório Final. Acessível nos Arquivos da DGPC, Lisboa, Portugal.
- OLIVEIRA, J; ROCHA, L; CARNEIRO. A. (2014) – *Palácio dos Conde de Vimioso - Évora. Trabalhos de Acompanhamento das obras na Ala Poente*. Relatório Final. Acessível nos Arquivos da DGPC, Lisboa, Portugal.
- RELVADO, C; FERNANDES, C. (2015) – *Relatório Antropológico do Parque Desportivo do Colégio do Espírito Santo, Évora*. Acessível nos Arquivos da DGPC, Lisboa, Portugal, pp. 26
- ROCHA, L. (2015) – *Relatório do Acompanhamento Arqueológico dos Campos de Padel, na Rua Cardel d`El Rei (Évora)*. Relatório Final. Acessível nos Arquivos da DGPC, Lisboa, Portugal.
- ROCHA, L. (2019) – *Relatório do Acompanhamento Arqueológico da Instalação de elevador no Colégio do Espírito Santo da Universidade de Évora (Évora)*. Relatório Final. Acessível nos Arquivos da DGPC, Lisboa, Portugal.
- SANTA MARIA, A. (Frei) (1711) – *Santuário Mariano e História das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora*. Lisboa: [s.l.]



## ***Ecclesia Sanctae Marinae de Cortegaza (Cortegaça, Ovar). Um contributo na Arqueologia de Salvaguarda***

Gabriel Pereira<sup>1</sup>  
Gustavo Santos<sup>2</sup>  
Mauro Correia<sup>3</sup>

### **Resumo**

A construção da atual Igreja Matriz de Cortegaça foi iniciada no começo do século XX, sob projeto de Manuel Soares de Almeida, em substituição de um templo anterior, demolido em 1918, localizado no largo que hoje se abre diante da fachada da atual. Concomitantemente e de acordo a historiografia local existem algumas referências, datadas do século XII, que direta e indiretamente referem uma “Igreja de Cortegaça”.

Desconhecendo-se se esta seria a primitiva origem da Igreja Velha e qual o potencial arqueológico deste espaço, a Entidade de Tutela recomendou como medida preventiva o acompanhamento arqueológico de «todas as ações necessárias à execução do projeto, que impliquem revolvimentos no subsolo» no sentido de «observar e registar todas as ocorrências que possam consubstanciar algum tipo de informação patrimonial».

Os trabalhos arqueológicos de prevenção e salvaguarda possibilitaram a identificação de vestígios relacionados com a ocupação do espaço, entre a atualidade e momentos anteriores, enquadráveis, pelo menos, desde a Idade Média. Além de vestígios cerâmicos foi observado um conjunto de estruturas arqueológicas no local apontado como sendo o da Igreja “Velha”, bem como outras situadas no extremo poente do atual cemitério, de difícil interpretação, que indiciam para uma

---

<sup>1</sup> pereira.gr@gmail.com | NEXO – Património Cultural, Lda.

<sup>2</sup> gus.msantos@protonmail.com

<sup>3</sup> maurocrorreia@gmail.com

construção de planta retangular que terá sido demolida nos inícios da época moderna.

**Palavras-Chave:** Arqueologia, Prevenção, Acompanhamento Arqueológico, Vestígios.

### **Abstract**

The construction of the present Church of Cortegaça began in the twentieth century, under Manuel Soares de Almeida's project, replacing an earlier temple, demolished in 1918, located somewhere in front of today's church.

According to local historiography there are some references, dating from the XII century, that directly and indirectly refer a "Church of Cortegaça".

It was not known if this site corresponded to the primitive Church location and what the archaeological potential of this area. In this sense it was recommended as a preventive measure the archaeological watching brief of "all the necessary actions to the execution of the project, that involve underground revolts" in order to "observe and record all occurrences that may constitute some kind of patrimonial information".

The archaeological works of prevention and safeguarding allowed the identification of vestiges related to the occupation of space, between the actuality and previous moments, at least since the Middle Ages. In addition to ceramic remains, a set of archaeological structures was observed, as well as others located at the western end of the present cemetery, more difficult to interpret, and that suggest a rectangular plant construction that would have been demolished in the early modern period.

**Keywords:** Archaeology; Prevention; Archaeological Watching Brief; Remains.

## 1. Enquadramento Geral

A área de intervenção situa-se no distrito de Aveiro, concelho de Ovar, na Freguesia de Cortegaça, tendo como coordenadas geográficas centrais (WGS 84) Lat. 40° 56' 34" N e Long. 08°37'33" W.

Em relação ao projeto objeto de condicionante refira-se, de forma sucinta, que considerava a requalificação e a reorganização do espaço envolvente à Igreja Matriz, designadamente a Alameda Padre Manuel Dias da Silva e parte dos arruamentos: Rua Padre Manuel Pereira; Rua Padre Pereira Resende; Rua do Moinho do Passal, Rua das Gias, Carreteira e Rua da Lavoura (Fig. 1).

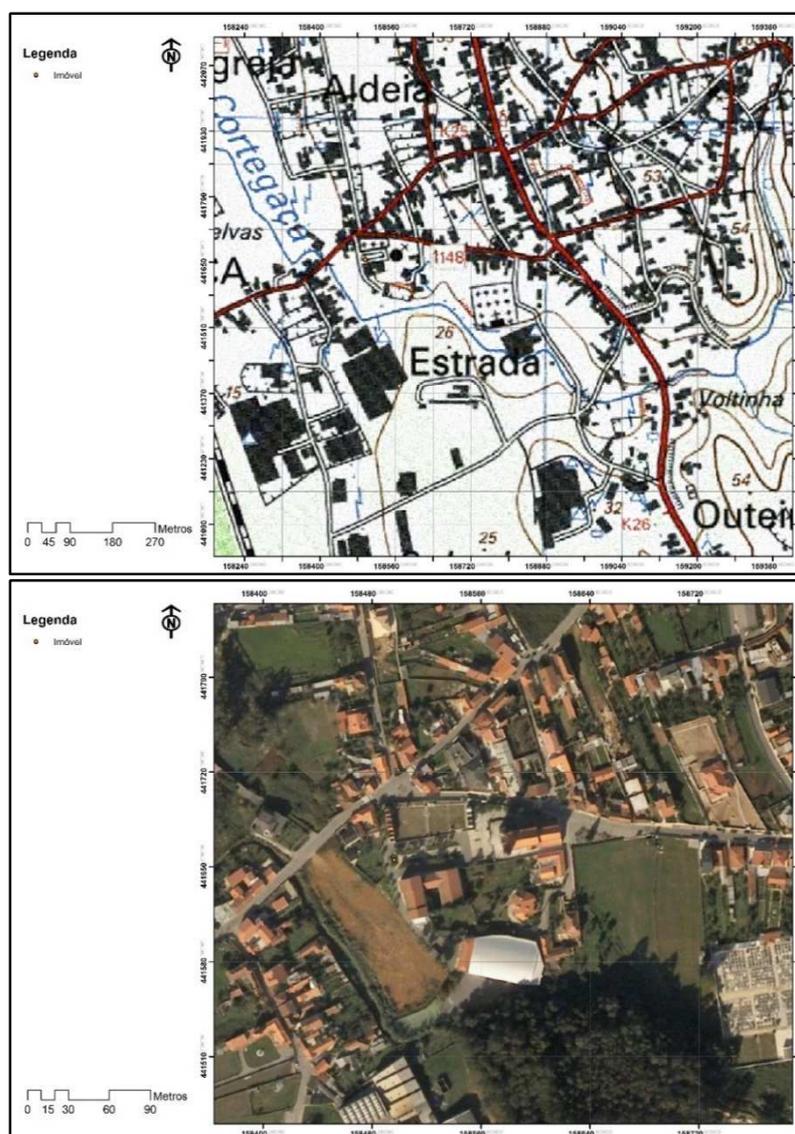


Figura 1. Localização da área de intervenção. Excerto da Carta Militar de Portugal à esc. 1/25 000 – fl. 143.

## **2. O Acompanhamento Arqueológico: um método de abordagem**

O presente estudo teve por base um conjunto de procedimentos técnicos destinados à salvaguarda da informação e da realidade existente na área intervencionada. Em fase anterior aos trabalhos de Acompanhamento Arqueológico procedeu-se a uma caracterização prévia dos locais a intervir, ao mesmo tempo que se iniciou a recolha e análise, a mais exaustiva possível, de documentação histórica, cartográfica e fotográfica que direta ou indiretamente referenciasse o sítio, de modo a evidenciar sucessivas ocupações e/ou reformulações do local.

No que concerne ao Acompanhamento Arqueológico, os trabalhos foram realizados de acordo com as recomendações da Circular Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental – 10 de Setembro de 2004 – de modo «efectivo, continuado e directo» de todos os movimentos e afectações do solo, até níveis considerados estéreis, sem qualquer tipo de manifestação antrópica. Além da observação dos trabalhos de escavação e mobilização de solos, procedeu-se, dentro do possível, à recolha do espólio detectado na área do desaterro e sua envolvência imediata, tendo em conta as necessárias condições de segurança. Para facilitar a detecção de eventuais ocorrências patrimoniais, procurou-se assegurar que a escavação fosse efectuada, na medida do possível por níveis horizontais, com paragens pontuais de modo a que fossem efectuadas inspecções dos terrenos escavados e acções de registo com a correspondente caracterização estratigráfica e arqueológica de determinados achados (Figs. 2 e 3).

O registo diário de Acompanhamento Arqueológico foi sistematizado em fichas de campo, criadas e adaptadas à natureza e contextos da obra, anotando-se as ações realizadas e os registos

efetuados, designadamente por fotografia e/ou mais específicos, relacionados com vestígios de interesse arqueológico detetados.



Figura 2. Trabalhos de Acompanhamento Arqueológico: Inspeção de superfícies escavadas.

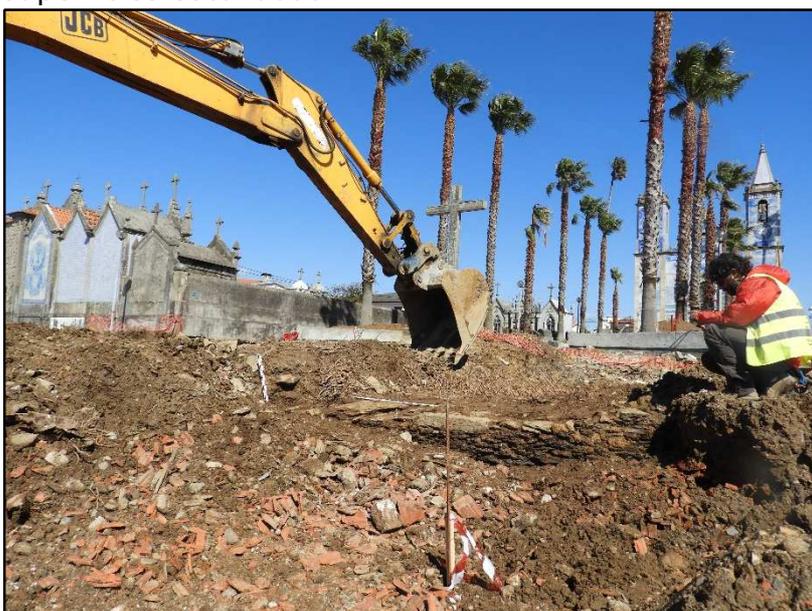


Figura 3. Trabalhos de Acompanhamento Arqueológico: Registo fotográfico de estruturas.

Foi, também, considerada a possibilidade de implementação de medidas complementares na eventualidade de se identificarem vestígios de potencial arqueológico cuja afetação pelo projeto seria parcial ou total. A sua implementação poderia passar pela realização

de trabalhos de escavação arqueológica e de antropologia biológica, sendo sempre sujeita a aprovação prévia da entidade tutelar.

### **3. A Ocupação Humana e o Espaço - Síntese Histórica**

A construção da atual Igreja Matriz ocorreu nas primeiras décadas do século XX, sob projeto de Manuel Soares de Almeida. Veio substituir um templo anterior, demolido em 1918, que se situaria no largo que se abre diante da fachada principal da atual. Deste antigo edifício preserva-se, ainda hoje, uma cruz de granito fixada a uma das paredes do batistério da atual Igreja.

Desconhece-se se esta seria a primitiva origem da Igreja Velha, o que poderia fazer recuar a ocupação humana deste espaço até finais do século XII, na medida que não se conheciam quaisquer indícios que comprovassem a existência de vestígios arqueológicos, com exceção de algumas referências documentais (PEREIRA et al no prelo).

Concomitantemente, a documentação coligida refletia um conjunto diversificado de obras, particularmente evidentes a partir de finais do século XIX e centúria seguinte. Sendo igualmente evidente, através da análise de cartografia antiga, que o espaço envolvente ao atual adro foi sendo ocupado pelo edificado a partir de finais da década de 60/70 do século XX.

Neste sentido, e tendo essencialmente por base a documentação histórica disponível, foi elaborada uma planta evolutiva do espaço e que funcionou como um mapa de risco ou de sensibilidade arqueológica, na qual se assinalou, a diferentes cores, as cronologias construtivas de que o lugar havia sido objeto (Fig. 4).

Do conjunto de obras que foram sendo realizadas, aquela que mereceu especial atenção, quer pela cronologia quer pelo grau de incidência no solo, correspondia com um projeto realizado a partir de finais dos anos 80 do século XX e no qual foram identificados vestígios de muros, eventualmente relacionados com a antiga Igreja matriz. A

execução desse projeto correspondia, em boa medida, ao estado atual do local, tendo-se ainda identificado um muro de propriedade datado de 1984.



Figura 4. Plantas referentes à área do projeto e interpretação evolutiva da malha urbana e de definição de áreas de potencial arqueológico

A documentação consultada não permitia precisar com alguma segurança a localização do templo, neste sentido e de forma a identificar-se eventuais anomalias no subsolo que pudessem confirmar ou não a existência de vestígios arqueológicos, procedeu-se à realização de estudos de prospecção geofísica (Fig. 5). Os resultados deste estudo permitiram a identificação de infraestruturas, de cronologia recente, a profundidades variáveis entre os 0.40 e os 0.50m, bem como assinalar depósitos de derrube e até traçar possíveis alinhamentos, associados a estruturas de interesse arqueológico.

Estas acções prévias possibilitaram uma abordagem mais sólida dos trabalhos de acompanhamento arqueológico lançando pistas para zonas de maior sensibilidade arqueológica.

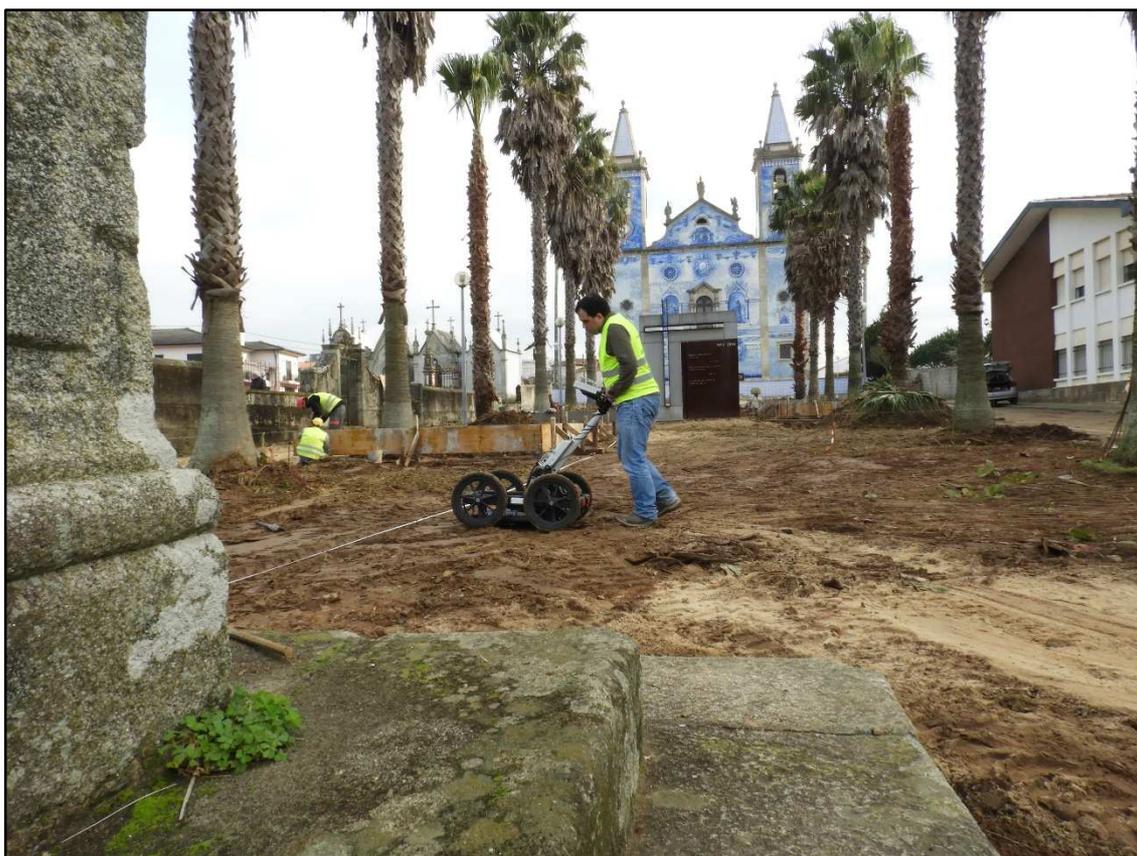


Figura 5. Trabalhos de prospecção geofísica na área do Adro

#### **4. O Acompanhamento Arqueológico: método, prática e resultados**

O Acompanhamento Arqueológico foi encarado como um programa de investigação arqueológica cujos objetivos procuravam observar e registar todas as ocorrências que pudessem consubstanciar algum tipo de informação de interesse arqueológico.

Durante os trabalhos foram atribuídas, no cômputo geral, mais de uma centena de unidades estratigráficas, expondo o terreno, em algumas áreas, uma possança estratigráfica máxima na ordem dos dois metros de profundidade.

Uma parte substancial dos depósitos sedimentares observados correspondia a níveis de aterro com materiais de cronologia moderna-contemporânea. Além dos aterros foram observadas, no decurso dos trabalhos, algumas estruturas, depósitos de interesse arqueológico e áreas de enterramentos (Fig. 6 Estas observações resultaram de uma inspeção minuciosa dos terrenos escavados, onde a maior parte dos alinhamentos se apresentavam preservados, somente, ao nível dos embasamentos. Em relação aos depósitos de interesse arqueológico, salienta-se a identificação de um conjunto de sedimentos de características argilosas e tonalidade variável, entre o castanho acinzentado e o castanho claro, de que se recolheram fragmentos cerâmicos integráveis na Proto-história bem como alguns sedimentos com carvões para eventual análise. Com base na observação dos cortes estratigráficos e na recolha dos materiais arqueológicos foi igualmente possível determinar uma área de dispersão de materiais, circunscrevendo-se, aparentemente, sob o cemitério e parte do adro da atual igreja.

Em relação às estruturas, à excepção do adro no qual se identificaram vestígios de alinhamentos possivelmente relacionados com a antiga igreja e adro, observaram-se, na área sobrance do projeto, ruínas de antigos muros divisórios de propriedade, de

cronologia moderna-contemporânea, em alvenaria ordinária de xisto (Fig.7). Estes alinhamentos pétreos foram, em sede de Acompanhamento Arqueológico, objeto de registo exaustivo (gráfico e fotográfico), sendo posteriormente protegidos com manta geotêxtil e aterro.

Durante o acompanhamento dos trabalhos de escavação, com vista à preparação do local para a futura capela mortuária, identificou-se um conjunto significativo de estruturas numa superfície de 192 m<sup>2</sup> (Fig.8). O aparecimento destes vestígios despoletou a realização de ações complementares de limpeza, caracterização e registo das respetivas estruturas. Os elementos pétreos identificados correspondem maioritariamente a estruturas de cronologia moderna-contemporânea, relativos a um edifício demolido em fase prévia ao projeto. Bem como, ao antigo muro de delimitação/contenção do adro da igreja primitiva, objeto de várias ações de reformulação ao longo de finais do século XIX e observado e caracterizado em diferentes tramos (Fig. 9).

Deste conjunto importa destacar os alinhamentos pétreos perpendiculares, na medida que se desconhecem a sua cronologia e funcionalidade. Trata-se de dois muros em alvenaria de xisto, distanciados entre si aproximadamente 7.00m, alinhados no sentido E-W, com cerca 0.70m de largura. Atendendo ao facto de se encontrarem paralelos foi colocada a hipótese de se tratar de um edifício.. Neste sentido, realizaram-se duas microsondagens de 1m<sup>2</sup> cada, a fim de avaliar e caracterizar com maior detalhe os alinhamentos. Contudo, após a remoção do depósito que se apoiava nestas estruturas, foi observada, a cerca de 0.10-0.20m de profundidade, a rocha de base (Fig. 10).

## **5. E quando apareceram vestígios osteológicos? (Medidas Complementares)**

No decurso destes trabalhos veio a identificar-se a presença de vestígios osteológicos humanos, que legalmente exigiram uma equipa especializada em Antropologia Biológica (Fig. 11). Atendendo que os vestígios se estendiam além dos limites da área afetada pelo projeto foi proposta a escavação de uma área de 16 m<sup>2</sup> (Fig. 12), de forma a colocar-se a descoberto a totalidade da superfície dos covachos onde foram depositadas estas inumações e proceder-se à sua exumação integral de acordo com o legalmente exigível.

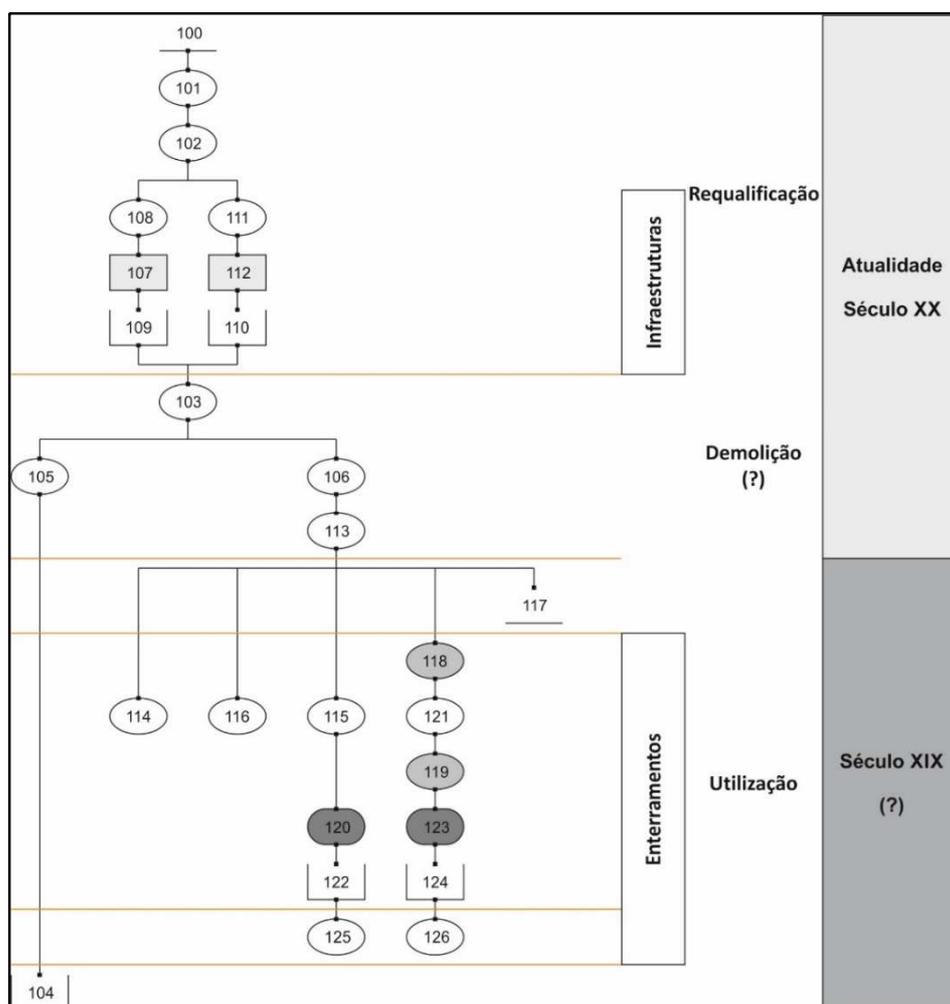
A escavação propriamente dita iniciou-se após a remoção mecânica dos depósitos de cronologia recente - [100], [101], [102] e [103] – relacionados com o pavimento atual e respetivos depósitos de preparação e regularização. Estes trabalhos foram devidamente acompanhados pela equipa de arqueologia, tendo-se procedido ao desaterro mecânico na ordem de 0.40 metros de profundidade.

Após a respetiva limpeza manual da área a avaliar, seguiu-se a de deteção de um conjunto de depósitos – [107], [108] [109], [110], [111] e [112] – que se associam com ações construtivas de cronologia recente, balizadas nos finais do século XX, relacionadas com o arranjo urbanístico do adro.

Seguiu-se à remoção destes enchimentos e respetivo registo, a identificação de dois depósitos de aterro – [105] e [106], que consideramos pertencerem a um outro evento – a demolição da antiga igreja. O primeiro depósito – [105] – encontrava-se confinado ao limite norte de sondagem e era caracterizado pela presença de um conjunto de sedimentos de coloração amarelo acastanhado, heterogéneos, com a inclusão de xistos de pequeno/médio calibre, argamassas, saibros e restos de materiais de construção. Já o segundo – [106] – desenvolvia-se pela restante área sendo caracterizado por uma coloração castanho escuro e sedimentos argilo-limosos, heterogéneos, igualmente

compostos por xistos e seixos de pequeno/médio calibre, argamassas, fragmentos cerâmicos e restos de materiais de construção. Durante a sua remoção foi identificada uma estátua (Fig. 13), que havia sido depositada sobre um segundo depósito de aterro [113] de características sedimentares análogas ao anterior, ainda que a sua coloração fosse ligeiramente mais clara.

Com base nas características sedimentares destes depósitos – [105], [106] e [113] – consideramos tratar-se eventualmente de aterros resultantes da demolição da antiga igreja. Concomitantemente, a circunscrição espacial do depósito [105], no interior de uma vala, leva-nos a equacionar a possibilidade de este enchimento além de resultar da demolição da antiga igreja, preenchia um negativo, de orientação W-E, referente a um alinhamento daquele edifício ou de outro a ele adossado – torre sineira (?).



Quadro 1 - Sequência Estratigráfica – Sondagem 01

Após a remoção do depósito – [113] – identificou-se um conjunto de enchimentos relativos a eventuais sepulturas – [114], [115], [116] e [121] – bem como um possível nível de circulação – [117] – composto por sedimentos saibrosos bastante prensados. Deste conjunto de enchimentos, importa-nos sobretudo os depósitos – [115] e [121] – na medida que os restantes não foram objeto de escavação arqueológica. Embora mereça algum destaque o enchimento [114], pois ainda preservava algumas das lajes de cobertura (Fig. 14).

Assim, no decurso da remoção do depósito [115] foi identificada uma sepultura [120]. Trata-se de uma inumação primária, orientada sensivelmente W-E, na qual o indivíduo depositado se encontrava em decúbito dorsal, tendo o crânio voltado para nascente, os braços flectidos em um ângulo de 45° sobre o torax e os membros inferiores estendidos paralelos entre si (Fig. 15).

Já sobre o depósito [121] refira-se a identificação de um ossário composto exclusivamente por ossos longos [118], que havia sido colocado sobre este enchimento. Após a sua escavação, verificou-se uma reutilização – [119] – que consistia num segundo ossário disposto sobre o indivíduo – [123] – que havia sido sepultado. Desta reutilização, importa mencionar, que alguns dos ossos ainda se encontravam em conexão. Em relação à inumação, tratava-se, também, de um enterramento primário, no qual o indivíduo havia sido depositado em decúbito dorsal à semelhança do anterior. Em relação às práticas funerárias refira-se que apenas se verificou uma ligeira diferença quanto ao posicionamento do crânio – [123] – eventualmente fruto de ações naturais. Embora não tenhamos um indicador cronológico seguro para estes enterramentos, consideramos que possam corresponder a uma fase antiga do cemitério de época moderna (Séculos XVII-XVIII).

Após a exumação dos indivíduos e limpeza e registo das respetivas valas de enterramento – [122] e [124] – atribuíram-se duas

unidades aos solos que haviam sido cortados pelas sepulturas – [125] e [126] – e deram-se por concluídos os trabalhos de escavação, na medida que a afetação do projeto não iria causar qualquer impacto sobre a área, procedeu-se à colocação de manta geotêxtil e posterior aterro.

Além desta área de escavação, os serviços de Antropologia foram igualmente prestados em uma outra vala, localizada no limite SW do muro do cemitério. A identificação desta inumação resultou igualmente dos trabalhos de Acompanhamento Arqueológico, tendo-se procedido ao perfilhamento do corte estratigráfico resultante da afetação do projeto a fim de se proceder à exumação do indivíduo.

## **6. O espólio arqueológico**

O espólio recolhido durante os trabalhos arqueológicos atingiu um volume de cerca de um milhar de objetos, sendo maioritariamente constituído por fragmentos cerâmicos enquadráveis em três grupos cronológicos: Época Moderna e Contemporânea (Séc. XVII-XX); Moderno-Idade Média (Séc. XVI - XIII); e Idade Média-Proto-história.

No que concerne a cerâmica de cronologia moderna-contemporânea, o grupo mais significativo é o da louça vermelha com 22,9% de representatividade (Fig. 16). De pastas algo diversificadas, identificaram-se algumas das formas tradicionais neste género de louça, nomeadamente, tigelas, alguidares, borretos, jarras, pratos e cântaros de dimensões variáveis. A decoração, se bem que rarefeita, está presente em alguns fragmentos, enquadráveis entre o século XVII e inícios do século XIX, com motivos brunidos e pintados em tons de branco, típicos da cerâmica desta índole para este período (Barreira et al 1998:166-173). Refira-se, ainda no campo decorativo, a presença de fragmentos decorados por intermédio de incisões verticais de cronologia mais recente, balizada entre os inícios do século XIX e todo o século XX. Neste conjunto poderá igualmente enquadrar-se um

pequeno conjunto de louça não esmaltada, 0,7%, que sugere tratar-se de louça de uso estético, como vaso de plantas.

De acordo com a nossa contabilização segue-se o grupo das faianças, com 3,9%, e cronologia compreendida entre os séculos XVII e XX. Deste conjunto distinguem-se alguns fragmentos de pratos de fundo raso e covo, tigelas e fundos de canecas. De notar a recolha de faianças de tipo "brioso", da série com filetes azuis e vinoso –1ª metade século XVIII (Dordio et al 2001). Por último, ainda no que se refere às faianças, merece igual destaque as produções datáveis do século XVII (Fig. 17).

Segue-se o grupo da louça preta, em tons de cinza, com 2,3%, de representatividade. No que concerne este tipo refira-se que as peças identificadas integram uma baliza cronológica mais alargada, entre os séculos XVIII e XX. Podendo ser atribuídas algumas destas produções aos centros oleiros de Aradas, Vale de Cambra, Prazo e Resende (Barreira et al 1997; Ribeiro & Silva 2010). Ao nível do seu reportório formal destaca-se a presença de algumas das formas tradicionais neste género de louça nomeadamente caçoilas, panelas e potes e um fragmento de asa perfurado, possivelmente pertencente a um assador (Fig. 18). Surge depois o grupo dos vidrados de chumbo com 1,5%, de cronologia balizada entre os séculos XVII e XX, seguido da porcelana com 0,1% e do grés com 0,1%.

No que respeita ao período Moderno saliente-se, por último, a recolha de um conjunto significativo de fragmentos de cerâmica de construção (433 fragmentos), de cronologia alargada entre a Idade Média e o século XX, de restos de reboco (24) e de fragmentos de azulejos (31), maioritariamente de cronologia recente, merecendo particular nota um fragmento hispano-árabe exumado durante a escavação arqueológica (Fig. 19).

Os restantes períodos considerados integram uma quantidade residual de materiais cerâmicos, com incidências percentuais variáveis entre 4,4% "Moderno-Medieval" e 11,2% "Antigo". Tratam-se

maioritariamente de fragmentos de cerâmica comum, de pequenas a médias dimensões.

No conjunto “Moderno-Medieval”, com 4,4% de representatividade, os fragmentos recolhidos sugerem uma cronologia balizada entre os finais da Idade Média e os inícios da Época Moderna. Este conjunto é composto por pastas argilosas, bem depuradas e de alisamento cuidado, de coloração variável entre o bege, o alaranjado e o cinza-acastanhado, vendo-se nos cernes e nas superfícies fragmentos de quartzo, feldspato e patilhas de mica de pequena dimensão. Neste grupo são escassos os elementos que exibem qualquer tipo de decoração, sendo um fragmento de asa com decoração incisa o melhor indicador cronológico (Fig. 20).

Em contrapartida no segundo grupo, com 11,2% de representatividade, os materiais identificados parecem inserir-se num momento mais antigo, possivelmente de inícios da Idade Média ou talvez, ainda que nos pareça uma hipótese mais remota, na Proto-história (Fig. 21). Tratam-se, na maior parte dos casos, de louça muito fragmentada, de pastas argilosas, por vezes mal cozidas, de coloração entre o alaranjado e o cinzento-acastanhado, vendo-se nos cernes e nas superfícies fragmentos de quartzo e patilhas de mica de média dimensão. Em termos formais reconhecem-se dois fragmentos de bordo, pertencentes a potes de perfil sinuoso(?), e um fragmento de fundo plano.

Neste conjunto, refira-se ainda alguns fragmentos de “barro de construção”, destinado por certo ao revestimento do solo (pisos de circulação) ou calafetagem de estruturas murárias, composto por frações de apreciável calibre. A este conjunto de cronologia “antiga” associa-se um fragmento metálico e dois objetos líticos em xisto, com indícios de perfuração.

Dos restantes grupos – vidro, metal, malacofauna e outros – merece igual nota de destaque um conjunto de contas de madeira

identificado em contexto sepulcral e uma peça de estatuária religiosa, fragmentada, enquadrável no século XVII.

Embora a maioria dos materiais tenha sido recolhido em sede de Acompanhamento Arqueológico, face a diversos condicionalismos de obra, não deixa de ser interessante uma pequena nota relativa à distribuição dos achados por época cronológica. Com base nas recolhas efetuadas e suas relações estratigráficas foi possível estabelecer o seguinte conjunto de mapas de dispersão (Fig. 22):

### **7. A (re)construção de Memória(s) e a Salvaguarda pelo Registo**

A presente metodologia de trabalho permitiu a observação de vestígios relacionados com a ocupação do espaço, entre a atualidade e momentos anteriores enquadráveis, pelo menos, na Idade Média. Além dos vestígios materiais que confirmam a ocupação do espaço foi identificado um conjunto de estruturas arqueológicas no local considerado da Igreja “Velha”, relacionado com o antigo templo e a sua demolição em 1918. Possibilitou, também, a definição de uma área de enterramento – antigo adro – certamente relacionada com aquele espaço de culto. No que concerne às sepulturas refira-se que consistem em covachos abertos diretamente no solo, sem qualquer elemento de delimitação física ou de identificação. De acordo com os materiais arqueológicos recolhidos, estes enterramentos terão sido praticados entre o primeiro quartel do século XVII e meados da centúria seguinte. Saliente-se ainda, ao nível das práticas funerárias, que os indivíduos seriam depositados envoltos em uma simples mortalha, facto que a ausência de restos de vestuário e de vestígios de madeira parece confirmar.

Foram ainda identificadas duas estruturas murárias situadas na extrema poente do cemitério, de difícil interpretação dada a exiguidade da área escavada e o facto de os mesmos se situarem no limite da

intervenção. Estas estruturas indiciam um edifício de planta retangular que terá sido demolido nos inícios da época moderna.

Paralelamente, refira-se, a observação e registo de outros elementos pétreos identificados ao longo dos arruamentos intervencionados e que interpretamos como antigos muros divisórios de propriedade, na medida que se localizavam nos limites dos arruamentos.

Por fim, durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico, designadamente da inspeção de cortes estratigráficos, saliente-se a observação e recolha de materiais cerâmicos de fabrico manual, integráveis, hipoteticamente, na Proto-história. Estes vestígios, ainda que descontextualizados, sugerem a possibilidade de nas proximidades poderem existir níveis preservados e/ou estruturas.

Ainda que a natureza dos dados seja, nesta fase, fragmentária importa reter que a metodologia adoptada contribuiu, em nosso entender, para a criação de Memória(s), através da identificação e estudo de evidências e artefactos, seja por intermédio do registo de salvaguarda seja pela preservação e integração de ruínas.

## **Bibliografia**

AMARAL, L. C. (1994) - *São Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV: estudo de gestão agrária*. Lisboa: Edições Cosmos

BARREIRA, P.; DORDIO, P.; TEIXEIRA, R. (1997) - A presença de louça preta no mercado do Porto (Séc. XVI a XVIII). *A louça preta em Portugal: Olhares cruzados*. CRAT.

BARREIRA, P.; DORDIO, P.; TEIXEIRA, R. (1998) - 200 Anos de Cerâmica na Casa do Infante: do séc. XVI a meados do séc. XVIII. *Actas das 1. Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela

BASTOS, M. P. (1984) - *O Concelho de Ovar nas "Memórias Paroquiais" (1758)*. Ovar: Paróquia de Ovar.

CARANDINI, A. (1983) - *Storie della terra. Manuale dello scavo archeologico*. Bari.

- CASIMIRO, Tânia (2013) - Faiança Portuguesa: datação e evolução crono-estilística. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 16.Lisboa.
- COSTA, A. C. (1708) - *Corografia portuguesa, e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal*.
- DÓRDIO, P.; TEIXEIRA, R. J.; SÁ, A. (2001) - Faianças do Porto e Gaia: o recente contributo da arqueologia. *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*. Porto: Museu Nacional de Soares dos Reis.
- DURAND, R. (1971) - *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastere de Grijo (XI-XIII Siecles)*. Fundação Calouste Gulberkian. Centro Cultural Português, Paris.
- FERNANDES, A. G. (2011) - *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média: Dos alvares de Trezentos à Congregação de Santa Cruz*. Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- HARRIS, E. C. (1979) - *Principles of Archaeological Stratigraphy*. London.
- OLIVEIRA, Pe. M. (1943) - Cortegaça e a "Ribeirinha". *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Vol.IX, Nº36, p. 266-272
- OLIVEIRA, Pe. M. (1940) - Igrejas nas Terras de Santa Maria no ano de 1320. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Vol.VI, Nº24, p. 284-288
- PARDINHAS, A. A. (1980) - *Monografia de Cortegaça*. 2ª ed. [s/l]: Edição de autor.
- RIBEIRO, M.; SILVA; A. M. S. P. (2010) - Louça preta moderna e contemporânea de contextos arqueológicos da cidade do Porto. *Olaria: Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnográficos*. 2ª Série, 04; Barcelos.
- SILVA, F. R. (2001) - A terra de Ovar e os seus Forais Manuelinos. *Dunas Temas & Perspectivas*. Ano 1, n.º1; Ovar; pp. 3-18
- VECHINA, S. N. (2017) - *Dinâmica Artística na Antiga Comarca Eclesiástica da Feira*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte

Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto.

VECHINA, S. N. (2010) - *Arte & Documentação da Antiquíssima Paróquia de Cortegaça*. Cortegaça: Paróquia de Cortegaça.

VECHINA, S. N. (2007) - Inventariação da Arquitetura religiosa de Função Paroquial das Freguesias de Cortegaça, de Esmoriz e de Ovar. *Dunas Temas & Perspectivas*. Ano 7, n.º7; Ovar; pp. 41-74

### **Fontes Documentais**

#### **Arquivo Nacional Torre do Tombo**

ANTT – Igrejas do Padroado de Grijó. Cónegos Regulares de Santo Agostinho. Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 51, traslados de c. 1749  
CRUZ, P. Dom Marcos da – Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó, 1634, 2 Vols.

#### **Arquivo Episcopal do Porto**

AEP – Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill<sup>o</sup> R<sup>o</sup> Abadde de St<sup>a</sup> Maria de Vallega, 1824-1864, liv. 088, fl. 64v.

AEP- Inquérito à Diocese do Porto (1954)

AEP- Inquérito à Diocese do Porto (1821)

#### **Arquivo Junta de Freguesia de Cortegaça**

AJFC - Actas das Sessões da Junta da Parochia de Cortegaça (1872-1956)

#### **Arquivo Municipal de Ovar**

AMO – Processo para arrematação e construção das obras de reparos na Igreja Matris da Freguesia de Cortegaça deste concelho da Feira (1871) – fl. 1-13v

#### Periódicos

Regenerador Liberal, 19 de Maio de 1910, Ano I, n.º 36

O Ovarense, 4 de Abril de 1909, Ano 24, n.º 1313

O Ovarense, 14 de Janeiro de 1912, Ano 28, n.º 1456

Jornal de Cortegaça, 27 de Dezembro de 1914, Ano 1

Jornal de Cortegaça, 17 de Janeiro de 1915, Ano 1, n.º 4

João Semana, Ovar, 11 de Agosto de 1918, V Ano, n.º232

## Figuras e Legendas

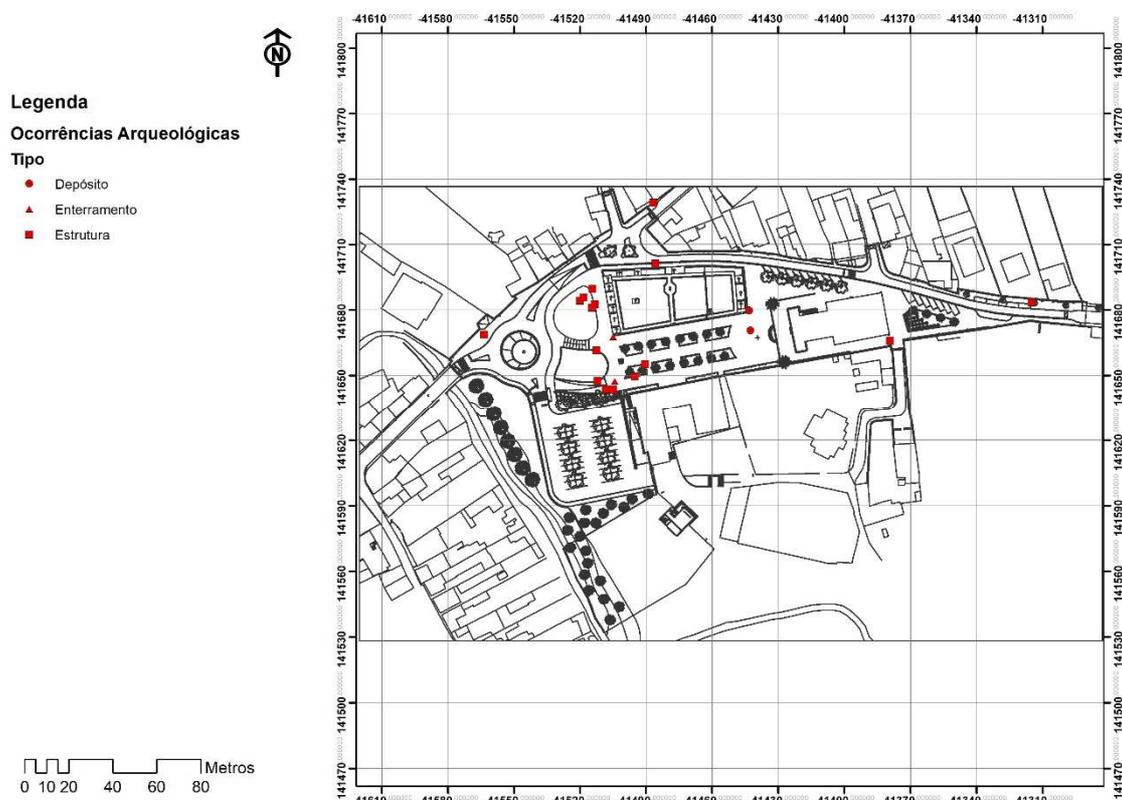


Figura 6 – Planta de ocorrências arqueológicas



Figura 7 – Pormenor de algumas das estruturas identificadas



Figura 8 – Panorâmica das estruturas identificadas a poente do cemitério.



Figura 9 – Planta dos vários alinhamentos identificados a poente do cemitério.



Figura 10 – Vista aérea das estruturas após a realização das duas microsondagens.



Figura 11 – Pormenor dos trabalhos de inspeção de vala e que deu origem a trabalhos de antropologia biológica.



Figura 12 – Panorâmica da área de escavação em fase prévia à exumação dos enterramentos.



Figura 13 – Estatuária religiosa.

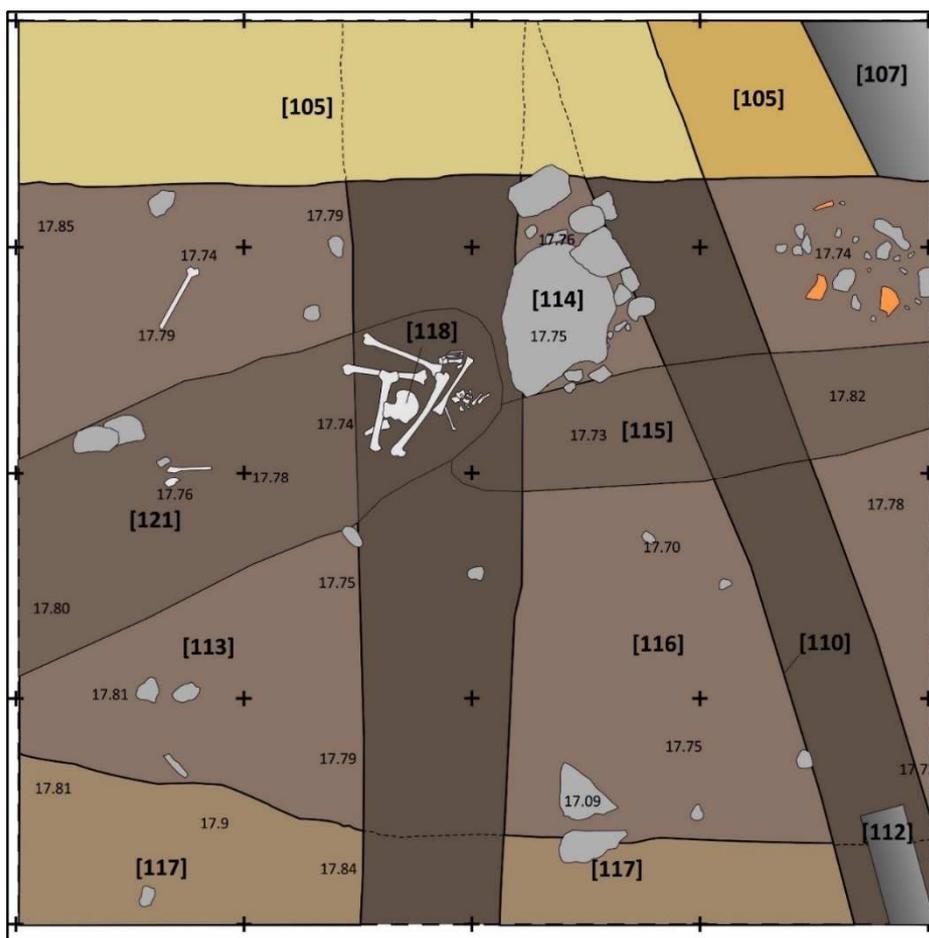


Figura 14 - Levantamento planimétrico inicial (16m<sup>2</sup>)

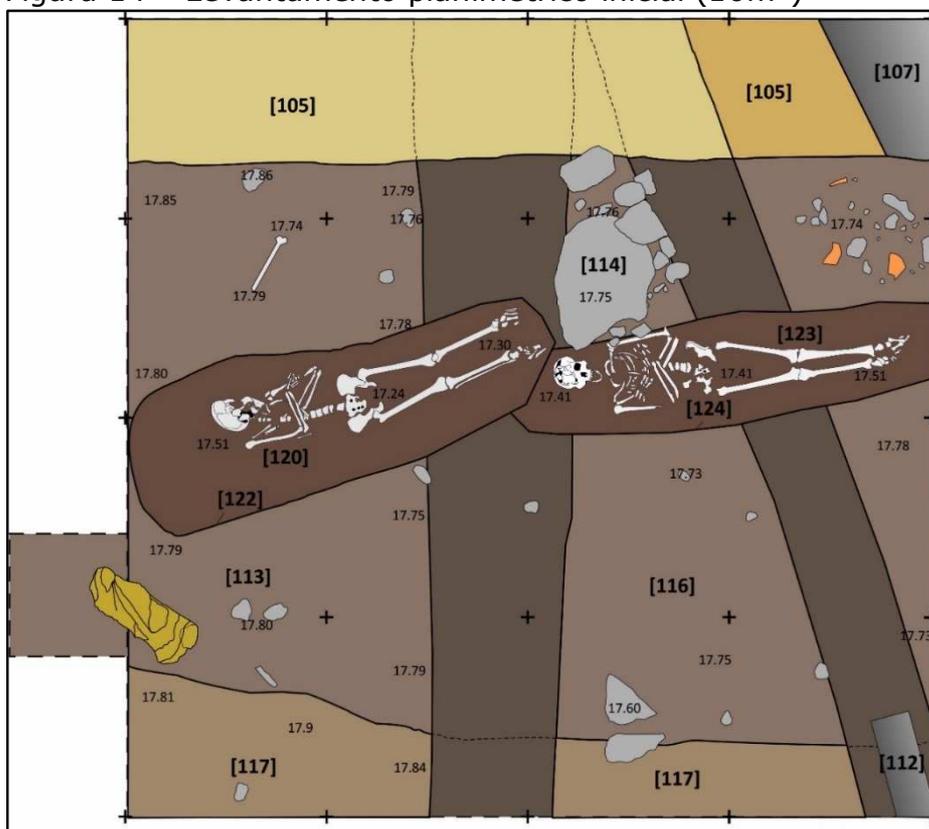


Figura 15 - Levantamento planimétrico dos enterramentos [120] e [123].



Figura 16 – Fragmentos de louça vermelha (Sécs. XVII – XX)



Figura 17 – Fragmentos de faianças (Sécs. XVII – XX)



Figura 18 – Fragmentos de louça preta.



Figura 19 – Fragmentos de azulejo hispano-árabe



Figura 20 – Fragmento de asa medieval (Séc. XII-XIII)



Figura 21 – Cerâmica comum "antiga".



Figura 22 – Plantas de dispersão de espólio

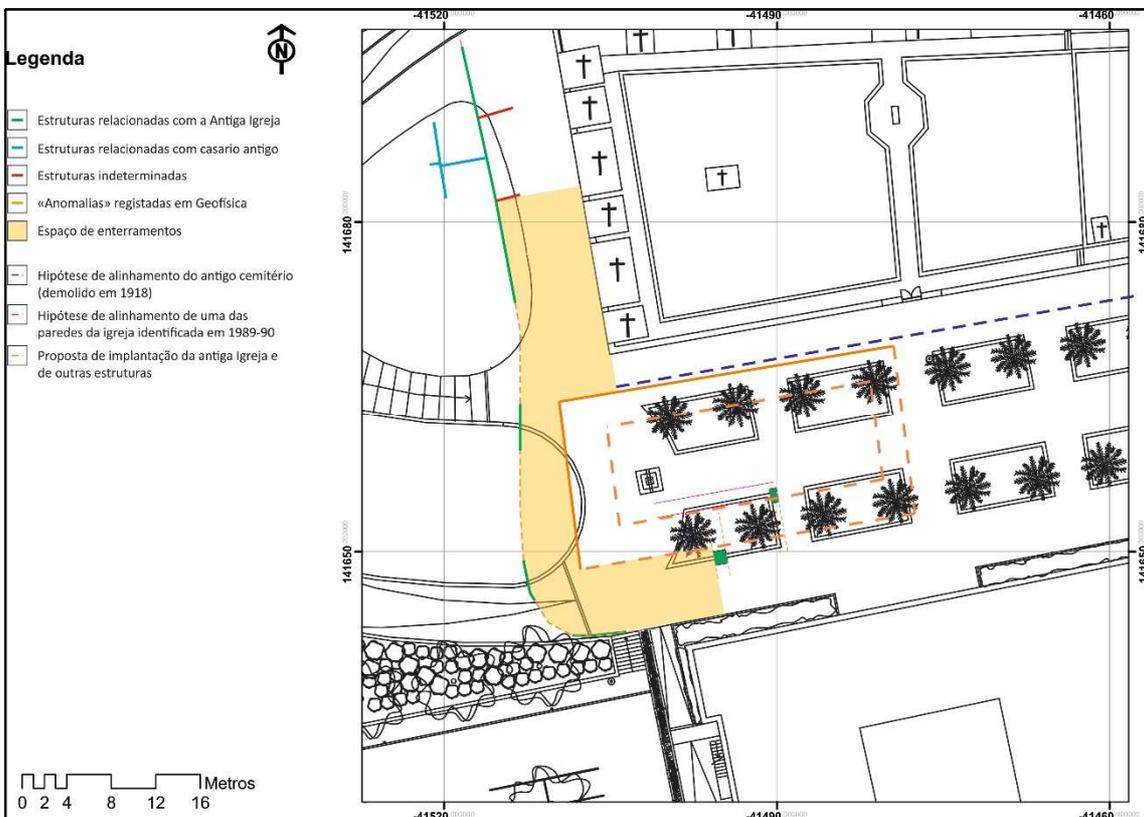


Figura 23 – Planta dos vestígios identificados no Adro com interpretação hipotética.



## **E quando as fábricas fecham? Reflexões sobre a salvaguarda do património arqueológico-industrial na cidade de Portalegre**

Susana Pacheco<sup>1</sup>

### **Resumo**

Em tempos conhecida como a Capital Industrial do Alentejo, Portalegre não foi imune ao processo de desindustrialização. Assim, coloca-se uma grande questão, o que fazer às antigas fábricas entretanto encerradas definitivamente?

Quando falamos da salvaguarda de património arqueológico-industrial não podemos esquecer que este apresenta características muito próprias, que dificultam a tarefa.

No caso de Portalegre a memória da indústria insiste em não desaparecer. Apesar das várias indústrias que aqui existiram, destacam-se os lanifícios e a cortiça.

Sabemos que é impossível preservar tudo, mas não deveria ao menos ser estudado? Ser alvo de trabalhos arqueológicos aquando das intervenções?

O que pretendemos é analisar algumas problemáticas associadas à salvaguarda do património arqueológico-industrial na cidade de Portalegre.

**Palavras-chave:** Património Industrial; Arqueologia Industrial; Unidades Fabris; Arqueologia Urbana

### **Abstract**

Once known as Alentejo's Industrial Capital, Portalegre wasn't immune to deindustrialization process. So, a big question comes up, what to do with the old factories shut permanently?

---

<sup>1</sup> susanalfsdpacheco@hotmail.com

When we talk about industrial heritage safeguard, we can't forget that it has specific characteristics, that make this task difficult.

In Portalegre's case the industry's memory doesn't go away. Besides the several industries that existed here, we highlight the textiles and the cork.

We know it's impossible to preserve everything, but it shouldn't at least be studied? Shouldn't be object of archaeological works during interventions?

What we intend to analyse are some problematics associated to archaeological-industrial heritage's safeguard in Portalegre.

**Keywords:** Industrial Heritage; Industrial Archaeology; Factory Units; Urban Archaeology

## 1. Introdução

A cidade de Portalegre, actualmente bastante envelhecida e pouco desenvolvida do ponto de vista económico e industrial, sendo actualmente a menor capital de distrito do país, em termos populacionais, foi em tempos (segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX) considerada a capital industrial de todo o Alentejo. Tudo isto graças, essencialmente, a dois tipos de indústria, os lanifícios e a transformação de cortiça, havendo ainda outras actividades industriais de menores dimensões, entre elas as sedas, produtos alimentares, componentes automóveis, e outras.

No entanto, esta importante cidade industrial não sai ileza do processo de desindustrialização a que se assiste um pouco por todo o território português, caminhando de forma bastante rápida para a situação em que se encontra actualmente (a fábrica Robinson apenas encerrou portas há precisamente 10 anos).

A partir de 1772 assiste-se ao impulso/desenvolvimento da indústria em Portalegre, com a instalação, por decisão do próprio Marquês de Pombal (o que lhe vai valer a designação de Fábrica Real),

da manufactura de lanifícios no antigo Colégio de São Sebastião que, com a expulsão dos Jesuítas de Portugal em 1759 ficou “livre”, sendo nacionalizado.

Cerca de três quartos de século mais tarde, em 1848, é fundada em Portalegre a sua segunda grande indústria, a da transformação da cortiça (ainda que esta não fosse totalmente desconhecida na cidade, existindo já pequenas oficinas pelo menos uma década antes). É assim que, com a chegada da família Robinson, em particular de George William Robinson, de Inglaterra, Portalegre assiste a um segundo impulso na sua indústria, com a criação da Fábrica Robinson.

Com estas duas grandes indústrias perfeitamente implantadas em Portalegre, esta cidade alentejana testemunha um período áureo da sua história.

Ainda no século XIX, em data desconhecida, estabelece-se uma segunda unidade fabril dedicada aos lanifícios, que mais tarde, em 1939, se passa a designar por Fino's – Fábrica de Lanifícios de Portalegre (aquando da sua aquisição por esta notável figura portalegrense, o Sr. Guy Fino), que viria a ter uma importância significativa na economia e vida portalegrenses até aos inícios do século XXI sendo, a par com a Fábrica Robinson as principais empregadoras da cidade.

Como mencionado anteriormente, em Portalegre existiram ainda outras indústrias, mas que nunca atingiram a importância destas duas que aqui se abordam, pelo que não serão aqui analisadas, no entanto não podemos deixar de mencionar, ainda que de forma breve, a manufactura das tapeçarias de Portalegre, um dos produtos mais conhecidos da região.

A história desta manufactura começa exactamente um século depois da criação da Fábrica Robinson em Portalegre, em 1948, sendo que ao contrário das restantes esta continua a funcionar, mas numa pequena escala, com uma importância apenas simbólica e não económica.

Contudo nada dura para sempre, e qualquer uma destas três unidades que aqui se abordam se viu forçada a encerrar portas a dado momento da sua história. A primeira foi a Fábrica Real, em 1974 quando foi intimada a cessar as suas actividades pela Direcção Regional da Indústria, devido às deficientes condições das instalações, sendo relocizada, o que nos conduz à segunda unidade, a Fino's, que acaba por englobar as duas unidades fabris dedicadas aos lanifícios, desta cidade.

Esta segunda unidade, ou seja, a Fino's – Fábrica de Lanifícios de Portalegre encerra portas definitivamente num período bem mais tardio, já no início do século XXI, no ano de 2003. A partir desta data começa-se a assistir ao decréscimo da economia portalegrense assistindo-se, em 2007 ao encerramento de uma outra fábrica, a Johnson Controls (que, como mencionado anteriormente, não será aqui abordada, até por se tratar de uma indústria bem mais recente na região, sendo apenas uma dependência de uma multinacional americana) e dois anos mais tarde, em 2009, encerra portas a Fábrica Robinson, considerada por muitos “o último grande reduto da indústria portalegrense”.

A partir daqui, os principais sectores económicos desta cidade passam a ser a agricultura e os serviços, em particular a Câmara Municipal, que se apresenta actualmente como a principal empregadora, o que diz bastante sobre o estado de uma cidade.

Assim, actualmente debatemo-nos com uma grande questão, e para a qual não há uma resposta correcta ou consensual. O que fazer com estes edifícios que ficaram vazios/desocupados com o encerramento das unidades fabris que lá funcionaram?

É esta questão que pretendemos analisar ao longo deste artigo, esperando-se, no final, obter alguma resposta ou conclusão sobre um assunto tão complexo e delicado como este.

Quando falamos de património industrial, como o são os edificadoss ou complexos que costumavam albergar unidades fabris, temos de ter

em consideração as suas especificidades relativamente a outros conjuntos patrimoniais, destacando-se as suas enormes dimensões, que tanto podem ser vistas como um enorme entrave à sua preservação ou, por outro lado, como um grande impulso ao seu aproveitamento, uma vez que permitem a adaptação a uma série de outras utilizações, o que não se verifica de forma tão fácil/acessível com outros edifícios patrimoniais como os de carácter militar, por exemplo.



Figura 1. Colégio de São Sebastião/Real Fábrica de Lanifícios actualmente (Fotografia da Autora).

O primeiro edifício/complexo que iremos abordar é o do Colégio de São Sebastião/Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre (Figura 1). Inicialmente construído para alojar um colégio e igreja da Companhia de Jesús (Jesuítas), fundado em 1605. Este era constituído por dois corpos, a Igreja de São Sebastião, situada a Este, de maior volume, construída nos séculos XVI/XVII, seguindo a tipologia de Igreja-Salão e um segundo, o Colégio de São Sebastião, adossado à lateral da igreja para Oeste, estando provavelmente ainda em construção no início do século XVIII.

Já na segunda metade do século XVIII este edifício foi remodelado e adaptado, como mencionado anteriormente, passando aqui a funcionar a Real Fábrica que estava organizada em três pisos, o que demonstra que se tratava de um importante empreendimento manufactureiro, pensado com o rigor necessário a uma obra deste género (Matos, 2001: 99).

Obviamente que as necessidades de uma unidade manufactureira não eram as mesmas de um colégio religioso, pelo que tiveram de existir algumas alterações no edifício original, que passaram por algumas demolições, remoções, destruições, entaipamentos e aberturas de vãos e portas, entre outras.

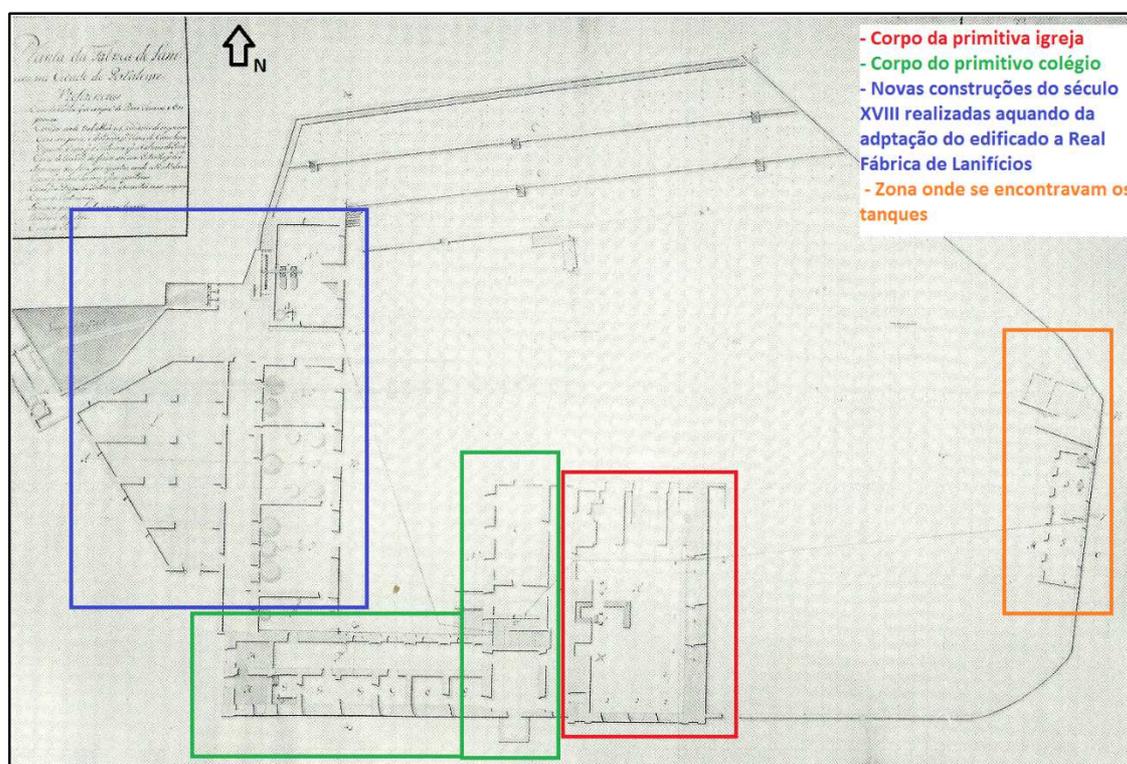


Figura 2. Planta da Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre no século XVIII, com as várias áreas assinaladas. Esc. 100 palmos. BN, CO cx. 124 nº 138. (CUSTÓDIO, 1992: 306).

Além das alterações mencionadas brevemente, no século XIX houve ainda a necessidade de construir um novo edifício, a Este da primitiva igreja (Figura 2), provavelmente por falta de espaço na antiga fábrica, uma vez que esta teve um crescimento significativo nesta

época, tendo aumentado bastante a quantidade de maquinaria (Custódio, 1992: 324).

Este novo edifício, com mais de 50 metros de comprimento, consiste essencialmente numa grande nave com 11,5 metros até à altura do beirado e 17,5 metros à altura da cumeeira, dividido em três pisos, com praticamente 800m<sup>2</sup> em espaço aberto em cada um deles, a ainda um sótão, tendo o edificado uma área total de 2400m<sup>2</sup> (Tavares e Mendes, 2003: 24).

Pelas dimensões apresentadas nota-se o enorme potencial deste espaço para uma adaptação a novas funções aquando do seu término como unidade de produção.

Neste caso concreto essas características foram bastante favoráveis para a adaptação que aqui se verificou, tendo o presente edifício sido alvo de mais uma grande intervenção, já no século XXI, entre 2003 e 2005. Desta vez o projecto de recuperação e reabilitação do edificado tinha como objectivo a refuncionalização do mesmo para receber as instalações da Câmara Municipal de Portalegre.

No entanto, a reabilitação de um edifício histórico nem sempre é algo completamente positivo, e este é um desses casos, vejamos porquê. Neste projecto, os arquitectos tinham como objectivo primordial a restituição tipológica do edificado, ou seja, “devolver” o edifício o mais possível à sua estrutura espacial original sendo, para tal, necessário anular a sua fragmentação, sub-divisões e pisos intermédios (efectuada aquando da sua adaptação a unidade manufactureira), que os arquitectos classificam como “elementos de construção pobre” (Tavares e Mendes, 2003: 9).

Note-se que ao efectuar as alterações que foram aqui realizadas pelos arquitectos, estamos, pura e simplesmente, a anular, ou pelo menos a tentar anular, uma parte da história do edificado, que é algo que nunca se deve fazer aquando da intervenção num edifício histórico, pois não podemos pura e simplesmente eliminar uma parte da história só porque não concordamos com ela ou não achamos assim tão

interessante como outras que a antecederam, contribuindo isto para que o edifício histórico deixe de fazer sentido como um todo.

Acresce o facto de que na realização de obras de reabilitação de qualquer edifício histórico deve-se proceder sempre à elaboração de estudos prévios de arqueologia, não esquecendo também a arqueologia da arquitectura, o que aqui não se verificou em momento algum. Toda a obra foi feita sem qualquer acompanhamento arqueológico pois, como o edifício não estava (e continua a não estar) classificado, estes trabalhos não eram uma exigência imposta para a possibilidade da realização das referidas obras. Este aspecto tornou-se, de certa forma, conveniente, não só para os arquitectos, que tinham total liberdade de criar a partir da estrutura pré-existente sem que ninguém intereferisse no desenvolvimento dos seus trabalhos, mas também ao nível do financiamento, porque a não obrigatoriedade da contratação de uma equipa de arqueólogos também acaba por tornar o projecto menos dispendioso.

Obviamente considera-se que nada disto deveria ser possível, e que a intervenção num edifício desta natureza e com esta importância (estamos a falar talvez de um dos edifícios mais relevantes desta cidade) nunca deveria ser efectuada sem qualquer acompanhamento técnico especializado, de modo a que situações destas não se pudessem verificar.

Ainda relativamente à análise deste complexo da Real Manufatura de Lanifícios de Portalegre e à sua salvaguarda, considera-se importante referir a existência de uma cisterna considerada como “uma obra magistral da engenharia hidráulica manufactureira portuguesa da 2ª metade do séc. XVIII” (Custódio, 1992: 316), que servia para o abastecimento de água à fábrica através de uma levada e canalizações de cerâmica (desconhecendo-se a sua existência ou não na actualidade, devido à falta de intervenções arqueológicas nesta zona da cidade).



Figura 3. Cisterna/"Lago" da Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre (Fotografia da Autora).

No entanto, apesar de se desconhecer a situação das canalizações, sabe-se que a cisterna ou lago (como era conhecida na época) ainda existe actualmente (Figura 3), estando por baixo de construções posteriores (designadamente um parque infantil), sendo propriedade da Câmara Municipal de Portalegre. Considera-se que este espaço que, de acordo com as plantas conhecidas da época da sua construção, terá uma configuração quadrangular com uma área que rondará os cerca de 426m<sup>2</sup> (Custódio, 1992: 317) está extremamente subaproveitado. Pensa-se que este espaço poderia ser utilizado esporadicamente para certas actividades culturais, tais como a sua abertura para visitas ocasionais contribuindo-se, desta forma, para a valorização e conhecimento do património da cidade de Portalegre pelos próprios cidadãos portalegrenses que, muitas vezes, desconhecem o seu próprio património.

Tratadas as questões relativas à salvaguarda (ou falta dela, em alguns aspectos) relativas ao edifício da Real Fábrica de Lanifícios de

Portalegre, passar-se-à agora à análise de um edifício, ou conjunto de edifícios bem mais complexo e envolvendo questões também elas muito mais complexas, a Fábrica Robinson.



Figura 4. Postal "Portalegre - Fábrica de Rolhas" da União Postal Universal, Edição de Bartholomeu da Guerra Conde. Coleção Particular. Disponível em: [https://www.delcampe.net/en\\_US/collectibles/search?country=&currency=all&display\\_ongoing=ongoing&display\\_only=ongoing&ended\\_hours=&excluded\\_terms=&is\\_searchable\\_in\\_descriptions=0&is\\_searchable\\_in\\_translations=0&max\\_price=&min\\_price=&order=&search\\_mode=all&seller\\_localisation=&show\\_type=all&started\\_days=&started\\_hours=&term=portalegre&view=&page=13](https://www.delcampe.net/en_US/collectibles/search?country=&currency=all&display_ongoing=ongoing&display_only=ongoing&ended_hours=&excluded_terms=&is_searchable_in_descriptions=0&is_searchable_in_translations=0&max_price=&min_price=&order=&search_mode=all&seller_localisation=&show_type=all&started_days=&started_hours=&term=portalegre&view=&page=13) (Consultado a 20/03/2019).

Esta fábrica fundada por um industrial inglês no final da primeira metade do século XIX aproveitou parte de um antigo convento, o Convento de São Francisco (o mais antigo da cidade, datado do século XIII), onde anos antes já se tinha instalado uma pequena oficina de transformação de cortiça de uma outra família inglesa, a família Reynolds (com uma grande ligação aos vinhos, nomeadamente na região de Estremoz). Estes aspectos terão facilitado a aquisição do espaço e de alguns terrenos envolventes por George William Robinson, de modo a poder desenvolver aqui uma fábrica de transformação de cortiça para rolhas (Figura 4), subsidiária da empresa que já detinha

em Halifax (Inglaterra) com os seus irmãos, a Robinson Brothers & Cork Growers Ltd.

Esta fábrica laborou, com apenas alguns pequenos interregnos, até ao ano de 2009, quando se viu forçada a encerrar definitivamente devido a uma série de questões bastante complexas e que continuam a afectar bastante a população portalegrense, principalmente aqueles que aqui trabalharam, alguns deles vidas inteiras, e que de um dia para o outro se viram sem nada.

Quando esta fecha definitivamente grandes questões/problemas se colocam, nomeadamente qual a utilização a dar a este gigantesco espaço, com uma área de sete hectares, englobando um conjunto de 12 edifícios que, devido à evolução urbanística de Portalegre a partir da segunda metade do século XIX e durante o século XX, a colocaram praticamente no centro da cidade.

É neste contexto e prevendo já o triste futuro que esta unidade fabril viria a ter (até porque tendo em conta que a unidade nunca foi modernizada, ou pelo menos não o foi desde os anos 1940, em termos arquitectónicos e de maquinaria, o seu futuro estava já traçado há algum tempo) que surge a Fundação Robinson, com o objectivo específico da “preservação do espólio arqueológico-industrial da Sociedade Corticeira Robinson Bros S.A. e de qualquer outro espólio cuja preservação lhe seja confiada”, como prevêm os seus estatutos (Gouveia ed., 2007: 57).

Assim, quando a fábrica encerra, em 2009, todo o complexo já pertence à Fundação Robinson, que o adquiriu em 2005, impedindo-se que este fosse vendido em lotes ou que os edificadros fossem demolidos para dar lugar a novas construções, fossem elas de que natureza fossem.

Na época o futuro do património industrial da antiga Sociedade Corticeira Robinson Bros. parecia bastante promissor, havia um projecto dos arquitectos Eduardo Souto Moura e Graça Correia para a total reabilitação do espaço (ainda que este seja discutível, como

veremos seguidamente), prevendo uma série de utilizações diversificadas que iriam certamente dinamizar o complexo e dar uma nova vida a toda a cidade. Desde espaços museológicos diversos, a uma Escola de Hotelaria e Turismo, passando por residências artísticas, auditórios, um centro de realidade virtual, um condomínio de luxo, espaços de lazer para a população, espaços onde as várias associações do concelho se pudessem instalar, restaurantes, estacionamento, zonas de espectáculos, entre tantas outras, tudo estava previsto neste projecto extremamente ambicioso (Figura 5).

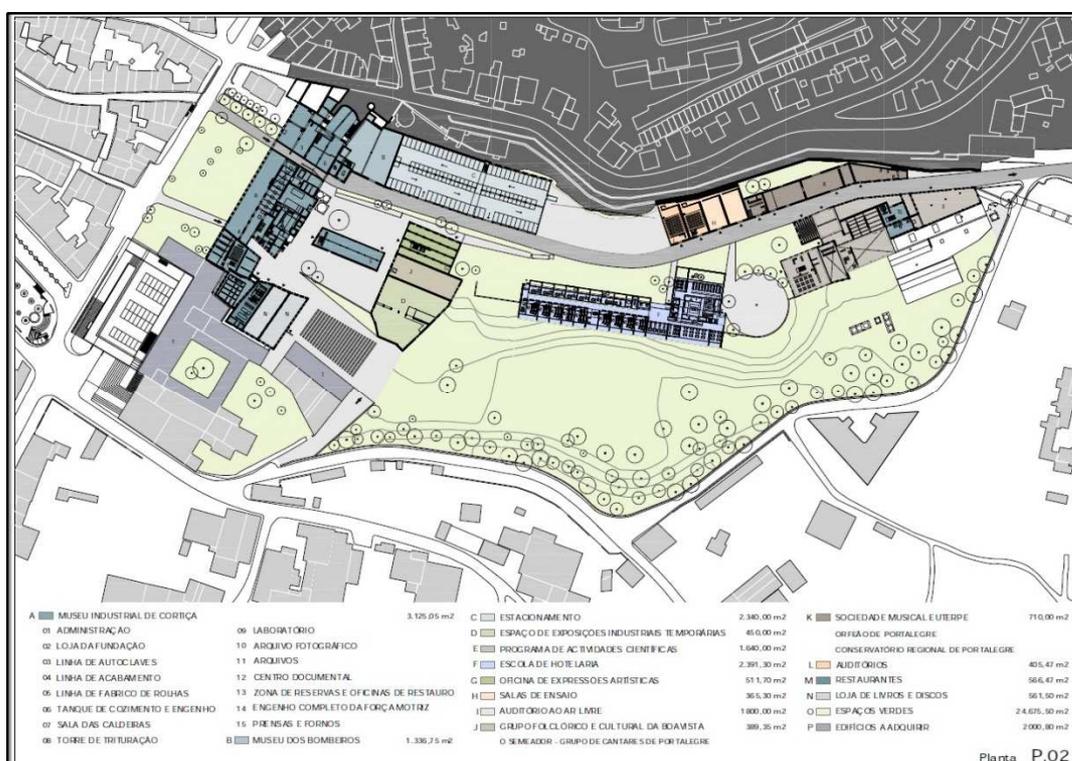


Figura 5. Espaço Robinson. Projecto dos Arquitectos Eduardo Souto Moura e Graça Correia. (Arquivo da Fundação Robinson).

No entanto, como referido, muito do que o arquitecto projectava é discutível do ponto de vista da salvaguarda patrimonial e do respeito pelas “pré-existências” (termo frequentemente utilizado pelos arquitectos que reabilitam património), ou seja, pelo edifício histórico. De acordo com este projecto alguns edifícios teriam de ser demolidos, pois na sua óptica não valorizariam o espaço, ou seriam dispensáveis, para a criação de espaços verdes; seria rasgado um vão na fachada

principal, de modo a abrir uma rua direita que ligasse os dois extremos da fábrica, sem se verificar o impacto que isto teria no património, pois inclusive este novo vão iria destruir o único tanque de cozer cortiça sobrevivente do conjunto de pelo menos três que em tempos terão existido nesta fábrica, de acordo com a iconografia (Planta Geral das Instalações Fabris da Sociedade Corticeira Robinson Bros. SARL de 28 de Fevereiro de 1956 - Arquivo da Fundação Robinson) (Figura 6).

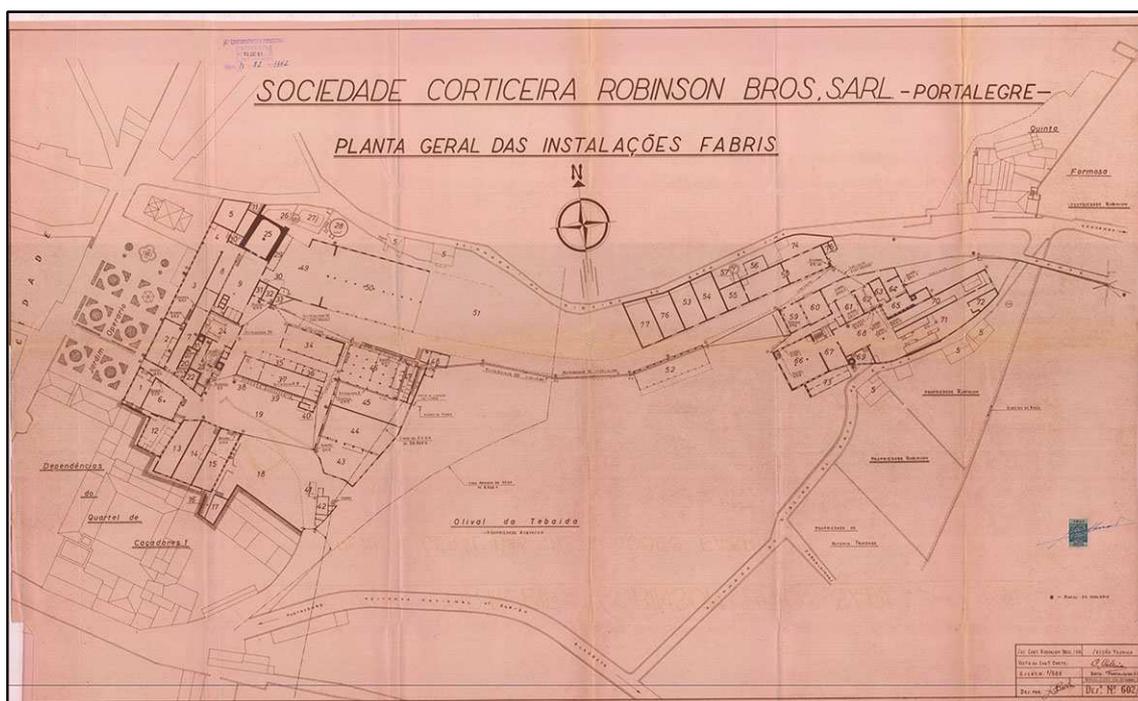


Figura 6. Planta Geral das Instalações Fabris da Sociedade Corticeira Robinson Bros. SARL de 28 de Fevereiro de 1956 (Arquivo da Fundação Robinson).

Todavia, já se passaram treze anos desde a elaboração do projecto de reabilitação do Espaço Robinson e ao entrarmos no complexo, rapidamente percebemos que ainda muito pouco foi feito, havendo ainda um longo caminho a percorrer para que esta importantíssima unidade fabril na região possa ter o futuro que merece. Com excepção da Escola de Hotelaria e Turismo (que envolveu a demolição de parte do edificado do complexo – mais particularmente um edifício de escritórios – por exigência do autor do projecto); do centro de realidade virtual (ICTVR), actualmente fechado e que pouco tempo

chegou a funcionar, sendo que a maior parte das salas deste edifício não chegaram sequer a ser estreadas; de um auditório construído de raiz, inspirado num dos peneiros vibratórios associados à trituração da cortiça (mas sem quaisquer condições de segurança – note-se, por exemplo, a inexistência de uma saída de emergência eficaz ou de acessos para pessoas de mobilidade reduzida); e de um parque de estacionamento, o resto do complexo continua por intervir.

No ano de 2012 assistiu-se à classificação do Espaço Robinson (Fábrica Robinson e Igreja do Convento de São Francisco) e do Convento de São Francisco propriamente dito, como Conjunto de Interesse Público o que, de certa forma, acaba por proteger, ainda que por vezes mais na teoria do que na prática, todo o complexo, pois se até aqui tinha sido possível fazer as obras previstas no projecto apenas seguindo as vontades do arquitecto, a partir daqui a situação altera-se, sendo necessário pareceres da tutela (DGPC) para a realização de qualquer intervenção no espaço, assim como o respectivo acompanhamento técnico, ou pelo menos assim o deveria ser. Todavia, isto nem sempre se verifica, como o atesta a demolição de um edifício deste complexo, sem qualquer parecer ou acompanhamento, no início deste ano, o que originou uma grande polémica na cidade.

Salienta-se ainda a falta de acompanhamento arqueológico nas intervenções já realizadas no espaço, com excepção para a Igreja de São Francisco, onde de facto ocorreram escavações (mas cujos materiais continuam armazenados num dos espaços da fábrica, por estudar) e de uma parte exterior do Convento de São Francisco, aquando da construção de um parque de estacionamento subterrâneo. No entanto, para o património industrial, que é o principal foco do artigo que se desenvolve, assiste-se a uma total inexistência de trabalhos arqueológicos, com excepção do inventário sistemático de toda a maquinaria existente no espaço.

Há ainda muito trabalho pela frente para que se possa compreender em pleno o conjunto de edificados aqui existente e que

deveria ser feito antes que fosse demasiado tarde, pois à velocidade a que o património se está a deteriorar e sem as medidas de salvaguarda ou intervenções que deveriam ser efectuadas e não são (questionando-se se estas virão sequer a ser realizadas com a brevidade necessária). Acredita-se que, infelizmente, este conjunto patrimonial não terá uma vida muito mais longa, havendo inúmeras situações de perigo um pouco por todo o conjunto, pelo que se reforça a necessidade urgente do seu estudo, antes que se perca toda a informação que ele nos pode fornecer, e sem a qual desaparece uma grande parte da história recente da cidade de Portalegre.

Não se defende a musealização integral do espaço, até porque se acredita que esta não deve ser a principal solução para a salvaguarda do património arqueológico-industrial, por motivos óbvios de logística e financiamento. Deve-se sim optar uma reabilitação e refuncionalização dos espaços, de modo a que a população possa usufruir deles, pois temos a plena consciência que vivemos numa sociedade em que os museus não são tão visitados como se desejaria, principalmente numa cidade com as características de Portalegre, completamente afastada dos grandes centros urbanos e consequentemente dos grandes pólos turísticos do nosso país. Assim, acredita-se que a solução deveria passar pela adaptação do espaço a novos usos, tais como sedes de empresas, como por exemplo start-ups, ou outros usos rentáveis, tendo sempre em atenção a preservação do património imóvel, móvel e arquivístico, que jamais pode ser descurado, permitindo-se desta forma uma auto-subsistência que irá, em simultâneo, facilitar a concretização de intervenções de reabilitação e preservação do espaço.

O último exemplo que se irá aqui abordar também é algo complexo. Trata-se da Fino's – Fábrica de Lanifícios de Portalegre, fundada em 1939, como mencionado anteriormente e que permaneceu em laboração até ao início do século XXI, mais precisamente ao ano de 2003.

Contudo a história de uma fábrica de lanifícios neste local, conhecida então como “Fábrica Pequena”, é bastante mais antiga, remontando ao século XIX. Ainda que não se saiba a data da sua fundação, sabe-se que esta foi adquirida pelo industrial George Wheelrose Robinson (filho do fundador da Fábrica Robinson) no ano de 1897 ao Sr. António Francisco Ribeiro Ferreira, tendo permanecido nas suas mãos até ao ano de 1920, quando foi vendida ao Sr. José d’Oliveira Meca. Convém aqui mencionar que esta poderosa família inglesa possuiu também (adquirida no ano de 1897) a Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre, conhecida na época como “Fábrica Grande”, assim como a cisterna/“lago” e todas as nascentes e canalizações que abasteciam ambas as fábricas (Cf. Venda que fazem os Snrs. George W. Robinson e esposa ao Snr. José d’Oliveira Meca por 300\$000\$00).

Quando esta fechou (2003), à semelhança da Fábrica Robinson, passou por um processo de insolvência complicado, sendo actualmente propriedade privada, mas estando de certa forma algo abandonada, com excepção de uma pequena parte logo junto da entrada, que foi cedida ao Banco Alimentar Contra a Fome de Portalegre.

Todavia, apesar do processo de encerramento ser relativamente parecido, esta unidade fabril teve “mais azar” do que a corticeira, na medida em que ficou vazia, ou seja, sem o enorme conjunto de espólio (maquinaria, outros bens e os arquivos) que em tempos a integrava e que lhe conferia a sua identidade. Felizmente existem vídeos datados do ano 2000 (disponíveis no Youtube), que nos permitem, de certa forma, observar as máquinas lá existentes e entender o seu funcionamento.

Actualmente não existem quaisquer previsões para dar uma nova vida a este espaço, até porque o processo de insolvência ainda não parece estar completamente resolvido, sendo estas sempre questões bastante complicadas de solucionar.

Considera-se lamentável se este espaço não for aproveitado, tratando-se de um espaço com uma área significativa (Figura 7),

extremamente bem localizado na cidade de Portalegre, numa zona bastante central, o que lhe confere um potencial enorme.

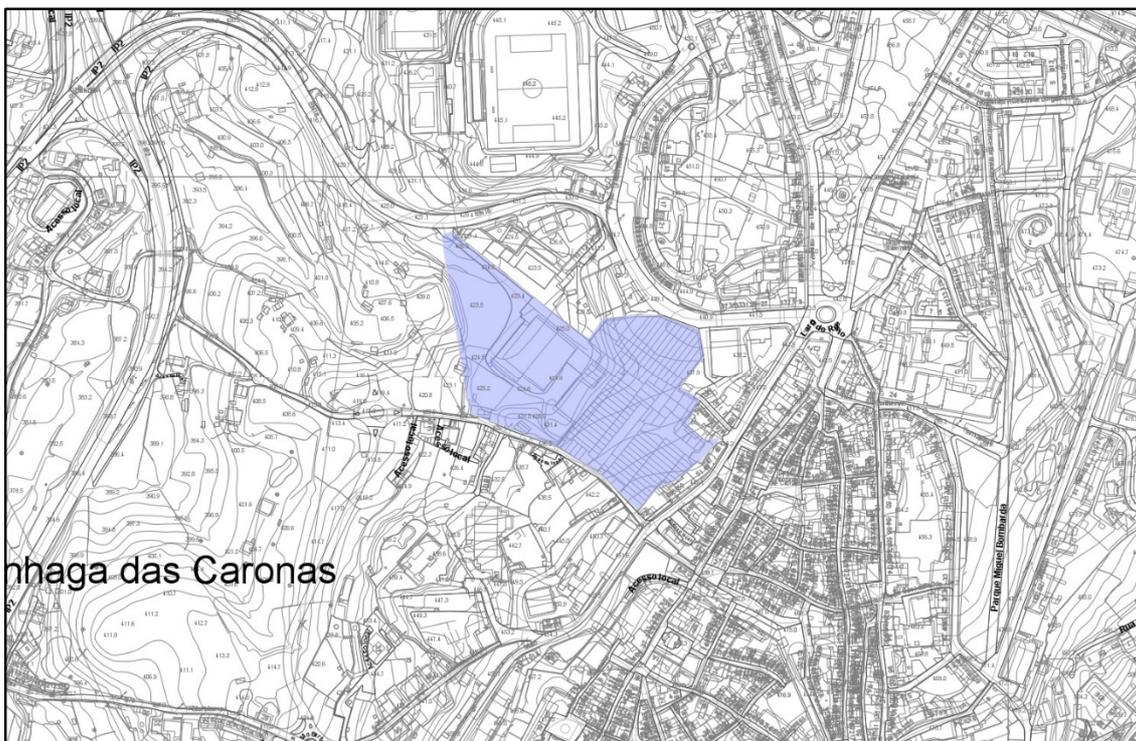


Figura 7. Área ocupada pela Fino's - Fábrica de Lanifícios de Portalegre (Arquivo da Câmara Municipal de Portalegre).

Assim, considera-se que este espaço, tal como o da antiga Fábrica Robinson poderiam representar um papel fundamental no desenvolvimento de Portalegre, podendo inclusive ser um estímulo ao desenvolvimento da sua economia e que esta cidade tanto necessita. Vejam-se alguns casos de sucesso, como o do Fundão, que soube refuncionalizar o seu património entretanto desactivado, tendo-se tornado num dos principais pólos do nosso país no que concerne à área das tecnologias e não só. Actualmente esta pequena cidade do interior do nosso país é a sede de variadíssimas Startups, algumas delas multinacionais. Dito isto, considera-se que Portalegre poderia ter um futuro semelhante, se se alinhassem as vontades e alguns investimentos necessários fossem efectuados.

Vários aspectos podem ser apontados para que o património industrial não seja reabilitado como deveria, salientando-se, obviamente, os aspectos financeiros, pois logicamente a

refuncionalização de espaços com estas características e dimensões acarreta custos elevadíssimos, no entanto estes não são os únicos factores a dificultar a tarefa.

Ao contrário de outros edifícios históricos de épocas mais recuadas, o património industrial continua bastante presente nas memórias das populações que lá trabalharam, por vezes vidas inteiras, e que aquando do encerramento das unidades, em muitos dos casos, perderam a sua única fonte de rendimento. Nestes casos em particular, da cidade de Portalegre, essas situações são flagrantes, sendo frequente dizer-se que nesta cidade toda a gente tem algum tipo de ligação à Robinson, à Lanifícios ou a ambas.

Estas questões levantam imensos problemas, pois a população apresenta alguma reticência à mudança, pois têm a memória do tempo que passaram nesses locais. Independentemente dos tempos difíceis que muitas vezes lá passaram, esses sítios, ou seja, as unidades fabris, não deixam de fazer parte das suas histórias e memórias, o que por vezes dificulta o processo de reabilitação e refuncionalização dos edifícios, sentindo-se isso particularmente em comunidades pequenas e fechadas como a portalegrense.

Apesar de já terem sido realizadas algumas intervenções no que diz respeito à salvaguarda do património industrial da cidade de Portalegre, há ainda um longo caminho a percorrer e alguns aspectos que, infelizmente, devido às intervenções sem o devido acompanhamento técnico, nunca mais poderão ser recuperados.

Assim, resumidamente, considera-se que o património arqueológico-industrial da cidade de Portalegre poderia ter um papel crucial no desenvolvimento desta cidade. Contudo, nunca se podem descurar os aspectos relacionados com o seu estudo e salvaguarda, pelo que aquando das possíveis intervenções a realizar nos referidos espaços, é fundamental o cumprimento da lei, ou seja, a obtenção de um parecer favorável da tutela e o acompanhamento técnico especializado, nomeadamente por arqueólogos, se necessário

conservadores-restauradores, ou até outros técnicos que se considere relevante, de forma a recolher/registar (caso não seja possível preservar in situ) toda a informação que estes espaços têm para nos transmitir.

### **Bibliografia**

CUSTÓDIO, Jorge (1992) – “A Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre. Algumas achegas iconográficas e documentais”, in A Cidade, Revista Cultural de Portalegre. Portalegre: Edições Colibri. Nº7 (Nova Série), 283 – 331.

GOUVEIA, António Camões, ed. (2007) – Publicações da Fundação Robinson Nº 0. Para a história da Fundação. Portalegre: Publicações da Fundação Robinson.

MATOS, Ana Cardoso (2001) – “A Indústria dos Lanifícios no Alentejo (finais do século XVIII a finais do século XIX)”. Ler História. Lisboa: [s.n.]. Nº40, 95-125.

TAVARES, Jorge Catarino e MENDES, Fernando Sequeira (2003) – Câmara Municipal de Portalegre. Real Fábrica de Lanifícios – Projecto de Execução. Recuperação e Reabilitação para Centro de Monitorização Ambiental, Serviços Municipais e Serviços Municipalizados. Lisboa: [s.n.].

### Fontes:

Afonso Armando de Seixas Vidal (1920) - Venda que fazem os Snrs. George W. Robinson e esposa ao Snr. José d'Oliveira Méca por 300\$000\$00. Escritura de Venda. Arquivo Distrital de Portalegre: ADPTG, CNPTG07, mç. 10, liv. 65, fl. 6v.-9v.



## **A geofísica e salvaguarda do património arqueológico em meio rural. Vantagens e quando utilizar: o caso dos recintos de fossos**

António Valera<sup>1</sup>  
Tiago do Pereiro<sup>2</sup>

### **Resumo**

Os desafios provocados pela implementação e desenvolvimento do regadio na região do interior alentejano e de outros projectos de forte impacto no território têm levado à implementação de novas metodologias orientadas para a detecção, inventariação, registo e minimização de impactes sobre o património arqueológico, as quais ocorreram em paralelo com desígnios estabelecidos em projectos de investigação programada.

Uma dessas técnicas é o recurso à prospecção geofísica aplicada à arqueologia. A utilização desta ferramenta permite um rápido e eficaz acesso às plantas dos sítios determinando a sua extensão e tipologia, assim como serve de auxílio à planificação de outros trabalhos arqueológicos. No entanto nem sempre é possível aplicar esta técnica. Com base em imagens e plantas de diferentes recintos de fossos, recolhidas em diversos âmbitos, são apresentados e comentados criticamente alguns procedimentos de salvaguarda e minimização, nomeadamente no que respeita às condições que têm que ser garantidas para um adequado registo de plantas através da geofísica em contexto de trabalhos de arqueologia preventiva e de minimização e serão inumeradas algumas das suas potencialidades ao nível da gestão patrimonial.

**Palavras-Chave:** Geofísica, salvaguarda patrimonial, gestão, recintos de fossos, metodologia.

---

<sup>1</sup> Era Arqueologia / ICAREHB-Universidade do Algarve [antoniovalera@era-arqueologia.pt].

<sup>2</sup> Era Arqueologia.pt [tiagodopereiro@era-arqueologia.pt]

## **Abstract**

The development of the system of water supply in the Alentejo region and of other projects with strong impact in the territory has called for the implementation of new methodologies designed to detect, record and minimize the impacts over archaeological heritage.

One of those techniques is geophysics applied to Archaeology. The use of this tool allows a quick and effective access to site plans, defining their extension and typology, helping the planning of other archaeological works. However, these techniques cannot always be applied.

Based on images and plans of different ditched enclosures, heritage safeguard procedures are presented and critically commented, namely regarding the conditions that need to be guaranteed for a adequate use of geophysics in the context of preventive archaeology and the potential of this approach for heritage management.

**Key-words:** Geophysics, heritage safeguard, management, ditched enclosures, methodology.

## **1. Introdução**

Nos últimos anos a região Sul do país tem assistido a profundas transformações no sector agrícola, resultado da extensão da rede de rega de Alqueva, as quais têm tido um significativo impacto no património, seja ele cultural, paisagístico, ambiental ou arqueológico. Não será arriscado dizer que, desde as “Campanhas do Trigo” dos anos 30/40 do século passado, a região não sofria uma reconversão agrícola de tamanha magnitude, com a agravante de o potencial destruidor, mormente no que ao património arqueológico respeita, ser hoje maior. Isso fica a dever-se à capacidade tecnológica instalada e aos ritmos acelerados que esta permite, e que dificultam a prontidão da resposta, seja na prevenção, seja na minimização.

Neste contexto, a par de alterações legislativas necessárias e urgentes, que permitam uma adequada informação e acompanhamento dos projectos agrícolas por parte das entidades com responsabilidades na área do património, por forma a atempadamente serem aplicadas as convenientes medidas de salvaguarda, estas têm igualmente de obedecer a critérios de exigência que efectivamente defendam esse património e, simultaneamente, compatibilizem essa preservação com o necessário e desejável desenvolvimento económico da região.

Na base dessa salvaguarda e compatibilização deverá estar o conhecimento. Parece óbvio, mas nem sempre a prática é suficientemente informada, e não é infrequente reagir em vez de agir, remediar em vez de evitar, e decidir sem conhecimento da real natureza e dimensão dos problemas.

Um caso paradigmático desta situação tem sido o dos recintos de fossos pré-históricos, o qual serve aqui apenas de exemplo, pois os problemas são extensíveis (por vezes até com agravantes) a praticamente todos os tipos de sítios arqueológicos.

Trata-se de um património cuja relevância científica e patrimonial, construída apenas nas duas últimas décadas, é tão surpreendente quanto extraordinária. De facto, o Alentejo não só apresenta hoje uma das maiores concentrações deste tipo de sítios a nível peninsular (Valera, 2013), como estes revelam características únicas a nível europeu (caso das plantas padronizadas à base de lóbulos semi-circulares) (Valera, 2012) e preservam uma riqueza informativa que os transforma nos mais notáveis arquivos sobre as populações Neolíticas e Calcolíticas deste território. Contudo, o curto historial da sua investigação e a característica invisibilidade de muitos deles tornam-nos particularmente vulneráveis a estes impactos extensivos e rápidos. São, pois, um bom exemplo para discutir o que deve ser um adequado protocolo de intervenção de salvaguarda de património arqueológico no contexto vertente.

## 2. Identificação

Como dito acima, uma decisão tomada em desconhecimento ou conhecimento muito parcelar só por acaso poderá ser uma boa decisão. Assim, o passo inicial terá necessariamente que passar pela construção de um quadro de conhecimento seguro e consistente. Recorrer às bases de dados, sejam de cariz nacional ou autárquico, é ainda hoje insuficiente. Sejam honestos: não estão actualizadas, em muitos casos as localizações de sítios não são rigorosas e a delimitação dos sítios não existe (são apenas pontos num mapa). Ou seja, a quantidade e qualidade da informação armazenada é insuficiente e não permite sustentar processos de decisão adequados.

Assim, a realização de estudos de Avaliação Patrimonial (com esta ou outra designação, o nome aqui pouco importa) é a melhor resposta a este problema e deve seguir um conjunto de premissas com vista a assegurar a qualidade das decisões.

Primeiro, devem ser feitos com antecedência aos trabalhos agrícolas. Outro óbvio que frequentemente não se cumpre, porque não existem legalmente mecanismos que façam circular, pelas diversas entidades com competências reguladoras na área do património, a informação relativa aos processos de reconversões agrícolas. Há, pois, um ponto prévio legal a alterar, mas esse não é o centro do debate que se pretende com este texto.

Segundo, o trabalho realizado deverá ter a dupla perspectiva de salvaguardar o património em relação ao empreendimento, mas igualmente a de potenciar uma adequada convivência entre os dois (património e empreendimento).

Assim, um rigoroso levantamento da informação existente deverá ser seguido de um igualmente rigoroso e exigente trabalho de campo. Nestes trabalhos, para além de prospecções que visem o reconhecimento no terreno das realidades constantes das bases de dados e a identificação de novos contextos, dever-se-á realizar um

trabalho detalhado de caracterização e delimitação dos sítios e, simultaneamente, uma análise de imagens aéreas e de satélite, cobrindo toda a área de cada projecto agrícola.

A análise destas imagens tem demonstrado ser uma prática com resultados notáveis no caso dos recintos de fossos, permitindo a identificação de vários destes sítios (Valera, Pereiro, 2013), na totalidade ou em parte do seu desenho arquitectónico (Figura 1), mas tem tido resultados igualmente significativos em contextos de outros períodos históricos, como acontece, por exemplo, como o acampamento militar romano junto ao aeroporto de Beja, ou em estruturas ortogonais de cronologia ainda desconhecida, no concelho de Reguengos de Monsaraz (Figura 2).

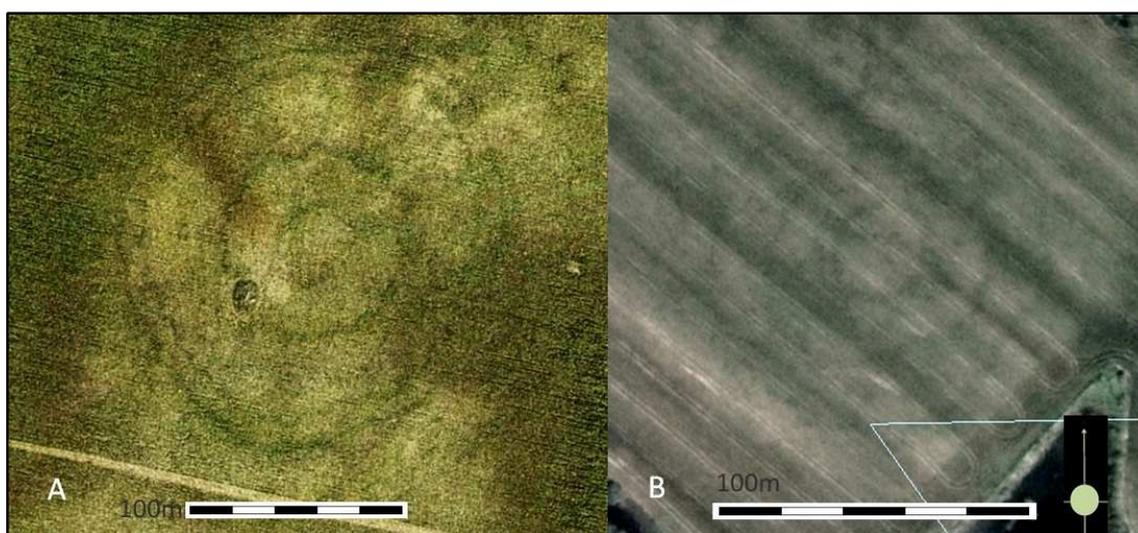


Figura 1 – Recintos de fossos identificados em imagens aéreas. A – Folha do Ouro (Serpa); B – Monte de Corte Ripas 5. (Fonte das imagens A – Edia SA; B – Google Earth).

Quanto à correcta delimitação das áreas abrangidas pelos sítios arqueológicos, ela é uma das ferramentas centrais para a boa decisão que visa a compatibilização do empreendimento com a salvaguarda patrimonial, cumprindo com o ideal de um desenvolvimento sustentado. Esta delimitação deverá ancorar-se em boas e informadas observações de terreno (o que implica competências adequadas), que levem em conta aspectos variados como os topográficos, geomorfológicos, geológicos e arqueológicos, incluindo, sempre que se

justifique, a realização de mapas de distribuição superficial de materiais arqueológicos e a realização de prospecções geofísicas. Assim se contruirá um conhecimento que permita delimitar e proteger sítios de forma consistente e fundamentada.

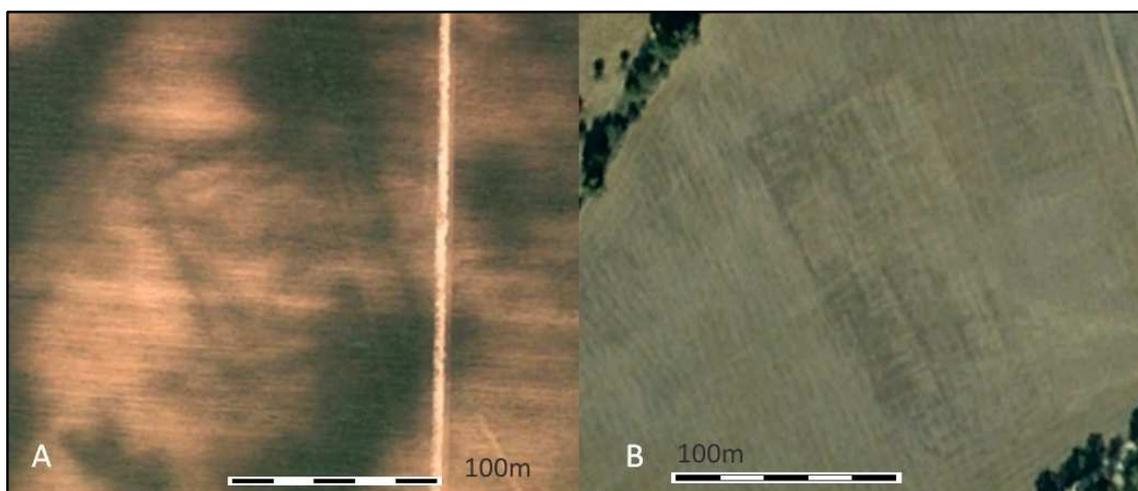


Figura 2 – Estruturas históricas identificadas em imagens aéreas. A – Acampamento romano junto ao aeroporto de Beja; B – Estruturas de cronologia indeterminada em Reguengos de Monsaraz. (Fonte das imagens Google Earth).

### **3. Aplicação das medidas de levantamento geofísico**

Incompreensivelmente, estes procedimentos não são ainda uma prática comum, nomeadamente no que respeita à realização de prospecções geofísicas. De facto, e apesar dos avanços observados nos últimos anos, a aplicação dos métodos de prospecção geofísica continua a ser reduzida na Arqueologia portuguesa, seja ao nível da investigação programada, seja ao nível da salvaguarda e minimização. A falta de tradição portuguesa nesta área de intercepção disciplinar, a da aplicação de métodos geofísicos à Arqueologia, fez com que até recentemente nunca se tenham desenvolvido no país projectos com um grande suporte nestas técnicas, tendo as mesmas sido aplicadas pontualmente, ao sabor de colaborações internacionais ou de experimentalismos nacionais.

Contudo, a investigação que o Núcleo de Investigação da Era Arqueologia (NIA) tem vindo a realizar sobre os recintos de fossos alentejanos mudou este paradigma. Primeiro em colaboração com Helmut Becker e mais recentemente com competências técnicas e humanas próprias, esta investigação demonstrou de forma inequívoca as virtualidades desta abordagem que, se conhecidas há muito noutros países europeus, continuava (e de certa forma continua) arredada da prática arqueológica portuguesa. Na publicação fundadora desta linha de investigação (Valera, Becker, 2011), em que se apresentavam os notáveis resultados obtidos para o recinto de Xancra, em Cuba, Beja (Figura 3), já se anunciava “que esta metodologia (como já tinha sido evidenciado noutros contextos europeus) pode ser muito produtiva na obtenção de imagens globais dos contextos, com reflexos importantes ao nível da sua interpretação. (...) Constituem sobretudo uma notável ferramenta de gestão, tanto da investigação como da salvaguarda e valorização patrimonial que, indiscutivelmente, o sítio merece. Mas este é apenas o primeiro de um conjunto de sítios a serem trabalhados neste projecto. Os resultados não serão fáceis de igualar, mas é evidente que vale a pena investir neste tipo de abordagem.” (Idem: 23 e 31).

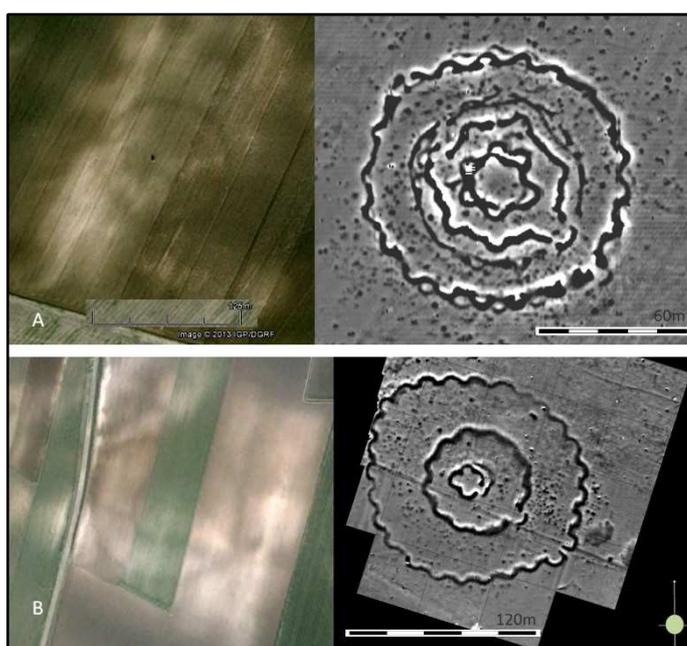


Figura 3 - A - Imagem Google Earth do recinto de Borralhos (Serpa) e respectivo magnetograma

(geofísica de Tiago do Pereiro – Valera, Pereiro, no prelo); B- Imagem Google Earth do recinto de Xancra e respectivo magnetograma (geofísica de Helmut Becker - Valera, Becker, 2011).

De facto, a geofísica permite, em condições adequadas, a obtenção de imagens das realidades estruturais dos contextos arqueológicos, possibilitando analisá-las espacialmente na sua extensão e delimitá-las com mais rigor, fazendo-o sem qualquer interferência destrutiva. É igualmente a única técnica que permite obter este tipo de informação para áreas extensas, de forma rápida e financeiramente comportável. Os resultados que proporciona, não só têm inequívoca relevância científica, como importância para a orientação de intervenções intrusivas posteriores e para tomada de decisões de gestão patrimonial. A realização das tradicionais sondagens arqueológicas responde a questões mais concretas e pontualmente localizadas. Procurar delimitar um sítio começando com sondagens arqueológicas obriga à realização de várias, nunca se sabendo exactamente quantas serão necessárias para uma delimitação minimamente adequada. É um trabalho mais demorado, financeiramente pesado e com os riscos associados a uma abordagem que tem uma dimensão de “jogo da batalha naval”. E se o sítio for amplo, uma abordagem tradicional em escavação pura e simplesmente não produzirá os resultados necessários à tomada de decisão, tanto do ponto de vista financeiro como em tempo útil. Assim, sempre que a geofísica possa ser feita previamente, a realização de sondagens deverá ser uma ferramenta de “segunda fase”, e ser utilizada em função dos resultados proporcionados pela geofísica para esclarecimentos de dúvidas pontuais ou caracterização cronológico-cultural mais detalhada dos contextos em causa.

### 3.1 – A utilização da geofísica em contextos de minimização

Os métodos geofísicos hoje disponíveis são vários, sendo vulgarmente utilizados a magnetometria (que mede as variações no

campo magnético), a resistividade eléctrica (ER) e o georadar (GPR). Todos apresentam vantagens e desvantagens em função das condições de jazida, condições periféricas, e tempo/financeiras. Porque medem realidades físicas distintas proporcionam resultados diferentes, os quais são frequentemente complementares. A escolha do método ou métodos a implementar deve, pois, ser ponderada em função destas variáveis.

Dos três métodos, a magnetometria é o que apresenta a melhor razão entre resultados/área prospectada/tempo/condições do terreno. As suas limitações prendem-se sobretudo com geologias fortemente magnéticas, ou com circunstâncias periféricas em que a presença de metal ou outros elementos fortemente magnéticos (ex. linhas de alta tensão) ocorra. Porque realizada a alguma distância do solo (cerca de 50cm), pode ser feita em condições de alguma irregularidade de terreno, e a medição é feita de forma mais rápida, o que permite mais área medida na mesma unidade de tempo. O georadar pode ser utilizado nas condições magnéticas em que a magnetometria não pode, mas é mais lento e, porque faz a medição junto ao solo, exige uma limpeza e um aplanamento mais intenso do terreno, pelo que na maior parte das vezes tem dificuldades em ser utilizado, sobretudo em grandes áreas agrícolas. A resistividade eléctrica é sobretudo usada em áreas restritas, pois é um método mais lento, que implica a espaçada penetração do solo por eléctrodos. Tendo em conta as diferentes vantagens / limitações, a magnetometria é o método que tem sido mais utilizado no contexto de projectos de salvaguarda / minimização em vários países europeus, o mesmo acontecendo ultimamente nos trabalhos que têm sido realizados em Portugal, surgindo o georadar como a segunda opção.

Mas para além da escolha do método é fundamental ter em conta o momento da realização dos trabalhos, no sentido de maximizar os resultados obtidos.

A questão da limpeza dos terrenos é central. Um terreno com vegetação alta, mesmo que pouco densa, pode dificultar ou mesmo inviabilizar a realização da prospecção, não permitindo a implantação das grelhas de medição ou uma adequada tomada de medições (mesmo quando a grelha pode ser dispensada por utilização de GPS associado à tomada de medições). Se a desmatagem está prevista, esta deverá ser realizada antes da prospecção geofísica.

Mas esta, por sua vez, deverá ser realizada antes de qualquer revolvimento do solo, pois este, por pouco profundo que seja, interfere nos resultados, como se pode ver na imagem de geofísica do recinto dos Perdigões, comparando a nitidez do magnetograma na área surribada com a da área lavrada a menor profundidade (Figura 4).

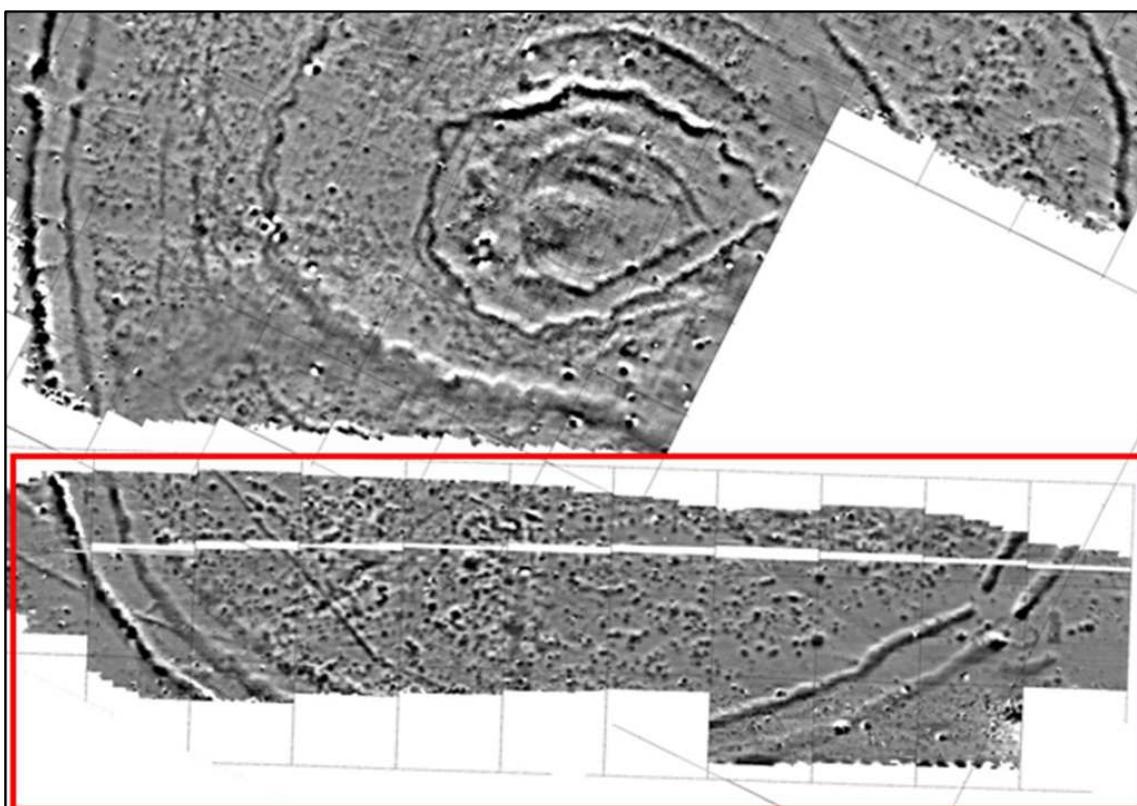


Figura 4 – Excerto do magnetograma dos Perdigões (modificado de Márquez Romero et al. 2011). Rectângulo vermelho sinaliza a área não surribada e apenas lavrada mais superficialmente. Quadrados de 40m.

Se o revolvimento do terreno perturba a qualidade da imagem obtida, essa perturbação será muito maior no caso da implantação de

infra-estruturas, as quais podem interferir drasticamente nos resultados. A Figura 3 reporta-se a levantamentos geofísicos de recintos de fossos de terrenos apenas superficialmente lavrados e a Figura 5 à realização de geofísica em recintos onde já tinham sido implantadas condutas de água da EDIA. As diferenças são óbvias, revelando estas últimas um forte impacto das infra-estruturas na informação e leitura dos magnetogramas. Por outras palavras, a realização de geofísica deve ser uma medida a aplicar antes dos trabalhos de revolvimento, de implantação de infra-estruturas e até de plantação serem efectuados.

A adequada utilização destas metodologias permitirá a obtenção de mais e melhor informação para sustentar decisões relativamente à salvaguarda do património arqueológico e à sua compatibilização com os empreendimentos (agrícolas ou outros) e, simultaneamente, obter resultados com forte relevância científica. Nesse sentido, deverá ser uma abordagem a que se deverá fazer recurso de forma mais sistemática, entrando nos procedimentos normais como ferramenta de diagnóstico e de assistência à decisão, estando para a Arqueologia como um normal Raio-X, TAC ou Ressonância Magnética estão para a tomada de decisões em medicina.

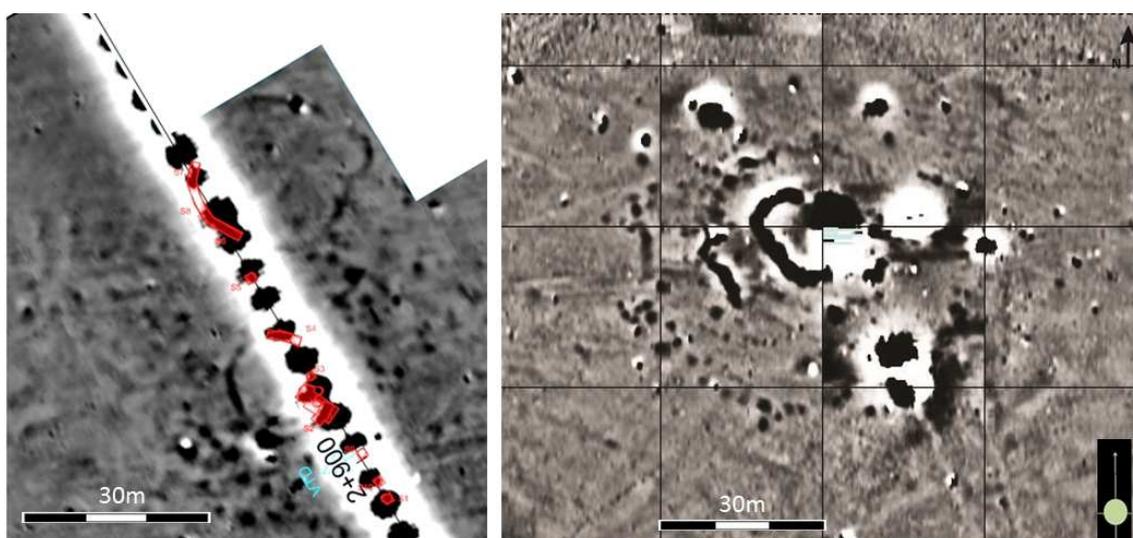


Figura 5 – Magnetogramas de recintos de fossos com infra-estruturas já colocadas. À esquerda Coelheira 2/3 e à direita Horta do Albardão 3 (Valera, Pereiro, no prelo).

#### **4. Conclusões**

A noção de um desenvolvimento sustentável implica a conciliação do crescimento das actividades económicas com as necessidades de preservação de recursos, ambiente e património cultural. A pressão que as condições socio-económicas em cada momento histórico exercem, quando desreguladas e não monitorizadas, tem efeitos devastadores, contrariando os próprios desígnios de desenvolvimento em que se inscrevem. Num mundo cada vez mais tecnologicamente assistido, em que as transformações são mais aceleradas, criando dificuldades ao controlo (legal e efectivo) dessa própria mudança, a consciencialização da necessidade de adopção de boas práticas e de uma postura de exigência são fundamentais para a manutenção dos equilíbrios que preservem recursos, nomeadamente os não renováveis, como é o caso do património arqueológico.

Deste modo, é hoje exigível, sem prejuízo dos necessários ajustamentos legislativos de que este texto não trata, a introdução de um conjunto de práticas e metodologias num quadro de maior recorrência e aplicação equitativa, o qual permita a obtenção de informação mais detalhada e consistente sobre o património arqueológico existente em meio rural, viabilizando decisões mais adequadas e fundamentadas nos processos de salvaguarda e minimização. É preciso que os agentes que actuam na área do património, nas suas variadas vertentes de intervenção, pugnem por um efectivo desenvolvimento sustentado, exigindo, não em nome ou benefício próprio, mas enquanto elementos que representam um interesse colectivo e civilizacional, a aplicação das melhores práticas e metodologias hoje existentes e que permitem um maior equilíbrio e compatibilização entre benefícios só aparentemente paradoxais.

## **Referências Bibliográficas**

Márquez, J.E.; Valera, A.C.; Becker, H.; Jiménez, V. e Suárez, J. (2011) – El Complejo Arqueológico dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz, Portugal). *Prospecciones Geofísicas – Campaña 2008-09, Trabajos de Prehistoria*, 68(1), Madrid, p.175-186.

Valera, A.C. (2012) – Fossos sinuosos na Pré-História Recente do Sul de Portugal: ensaio de análise crítica, *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, Município de Almodôvar*, p. 25-38.

Valera, A.C. (2013) - Recintos de fossos da Pré-História Recente em Portugal. *Investigação, discursos, salvaguarda e divulgação, Almadan, Segunda Série*, 18: 93-110.

Valera, A.C., Becker, H. (2011) - Cosmologia e recintos de fossos da Pré-História Recente: resultados da prospeção geofísica em Xancra (Cuba, Beja), *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 7: 23-32.

Valera, A.C., Pereiro, T. do (2013) – Novos recintos de fossos no sul de Portugal: o Google Earth como ferramenta de prospeção sistemática, *Arqueologia em Portugal 150 anos. Actas do I congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, AAP*: 345-350

Valera, Pereiro, (no prelo) – Novas abordagens geofísicas a recintos de fossos do interior alentejano: os casos de Santa Vitória (Campo Maior), Coelheira 3 (Beja), Horta do Albardão 3 e Borralhos (Serpa), *Actas do X Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, Zafra*.



## **A salvaguarda arqueológica: teoria e prática na Região Centro**

Gertrudes Branco<sup>1</sup>

### **Resumo**

O património cultural, incluindo o património arqueológico, é reconhecido como um elemento primordial na construção da identidade europeia; é de interesse comum e a sua transmissão às gerações futuras é uma responsabilidade partilhada; é um recurso único, frágil, não renovável e inamovível contribuindo para a atratividade e para desenvolvimento da Europa e, fundamentalmente, para o estabelecimento de uma sociedade mais pacífica, mais justa e solidária. O presente artigo analisa os dados resultantes da salvaguarda arqueológica efetuada na Região Centro, no decurso do ano de 2018. Este ambiciona ser um contributo para a reflexão sobre a adequação da prática arqueológica nacional aos desafios colocados pelo desenvolvimento das sociedades contemporâneas, fundamental para a sua afirmação enquanto instrumento de gestão e garante da preservação para futuro dos testemunhos arqueológicos e do conhecimento produzido.

**Palavras-chave:** Arqueologia, salvaguarda, região centro.

### **Abstract**

Cultural heritage, including archaeological heritage, is recognized as a key element in building European identity; is of common interest and its transmission to future generations is a shared responsibility; is a unique, fragile, non-renewable and immovable resource that contributes to the attractiveness and development of Europe and,

---

<sup>1</sup> gertrudes.branco@gmail.com. Direção Regional Cultura do Centro. CHAIA/UE [2019] – Ref.ª UID/EAT/00112/2013- FCT

fundamentally, to the establishment of a more peaceful, fairer and more solid society.

This article analyzes the data resulting from the archaeological safeguard carried out in the Central Region during the year 2018. It aims to contribute to the reflection on the adequacy of the national archaeological practice to the challenges posed by the development of contemporary societies, important for its affirmation as a management tool and guarantees the preservation of archaeological testimonies and knowledge produced for the future.

**Key words:** Archaeological heritage, archaeological safeguard.

## 1. Introdução

A expressão – *archaeological heritage* – aparece pela primeira vez num documento internacional, numa recomendação da UNESCO<sup>2</sup> que versa sobre um conjunto de princípios dedicados à gestão do património arqueológico, reconhecido como uma fonte de conhecimento que favorece a construção da história da Humanidade.

Neste documento a UNESCO, define escavação arqueológica como sendo: “*any research aimed at the discovery of objects of archaeological character, whether such research involves digging of the ground or systematic exploration of its surface or is carried out on the bed or in the subsoil of inland or territorial waters of a Member State*” (UNESCO, 1956: 41). Esta surge a par de um conjunto de preocupações com a gestão da atividade arqueológica.

É recomendado que essa gestão garanta o controle e a fiscalização do Estado sobre as intervenções arqueológicas, através da concessão da autorização prévia a instituições, representadas por arqueólogos qualificados, ou a pessoas que ofereçam sérias garantias

---

<sup>2</sup> *Recomendação sobre os Princípios Internacionais Aplicáveis a Escavações Arqueológicas*, elaborada na sequência da 9.<sup>a</sup> conferência geral da UNESCO, realizada em Nova Deli entre 5 de novembro e 5 de dezembro de 1956.

científicas, morais e financeiras. Assunto que ontem (1956), como hoje permanece atual.

Sobre esta temática o Conselho da Europa<sup>3</sup> viria acrescentar à lista de preocupações a falta de profissionalismo associado à investigação arqueológica, a necessidade de se observarem metodologias científicas em escavações, prospeções e outras ações relacionadas com a recuperação de vestígios antrópicos, de forma a afastar a disciplina do excessivo diletantismo, da “caça ao tesouro” e da utilização descontrolada do uso de detetores de metais.

À necessidade de afirmar a arqueologia como disciplina, minimizando a ação destrutiva causada pela inobservância de uma metodologia científica, crescem (1989) preocupações com a salvaguarda do património arqueológico no âmbito dos processos de desenvolvimento das cidades e do ordenamento do território<sup>4</sup>.

Nesta data o Comité dos Ministros do Conselho da Europa viria a considerar que o aumento das construções e das obras públicas colocam problemas à proteção do património arqueológico, entendido como um fator importante para o desenvolvimento cultural, económico e turístico, recomendando que: (i) os Estados Membros mantenham atualizados um sistema nacional de inventário; (ii) adotem medidas legais e administrativas necessárias a garantir que a informação arqueológica seja considerada nos projetos de ordenamento do território; (iii) promovam alterações aos projetos suscetíveis de causar grandes impactes em sítios arqueológicos, ou garantam o tempo e os

---

<sup>3</sup> Conselho da Europa:

*Recomendação n.º 848 sobre o Património Cultural Subaquático*, texto adotado pela Assembleia, a 4 de outubro de 1978;

*Recomendação n.º 872, referente à Arqueologia Industrial*, emitida pela Comissão Permanente agindo em nome da Assembleia, em 28 de junho de 1979;

*Recomendação n.º 921 relativa aos detetores de metais e à arqueologia*, emitida pela Comissão Permanente agindo em nome da Assembleia, em 01 de julho de 1981;

<sup>4</sup> *Recomendação n.º R (89) 5 relativa à Proteção e Valorização do Património Arqueológico no Contexto da Cidade e das Operações de Ordenamento do Território*, adotada pelo Comité de Ministros, a 13 de abril de 1989.

recursos suficientes para o estudo e publicação dos resultados das intervenções arqueológicas.

Em conformidade, o papel destrutivo dos grandes planos de ordenamento do território será um dos principais enfoques da Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico (revista), aberta para assinatura em Lá Valetta (Malta), a 16 de janeiro de 1992 e ratificada por Decreto do Presidente da República (n.º 74/97, de 16 de Dezembro).

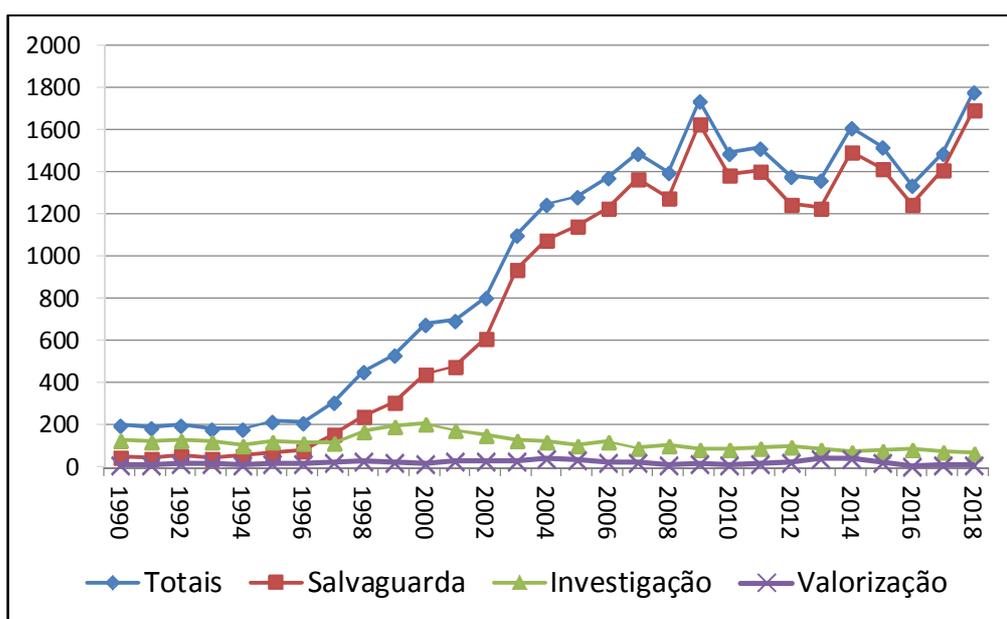
Esta sintetiza o conjunto das principais preocupações expressas pelo Conselho da Europa, refletindo, simultaneamente, a evolução dos objetivos e dos conceitos, em matéria de património arqueológico, e constituindo-se como o principal documento orientador dos artigos da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, relativa à *"lei de bases da política do património cultural"* (Nabais, 2010:101) que permanece, ainda hoje, como o principal diploma legal de salvaguarda do património arqueológico.

É neste contexto de crescente afirmação da importância do património arqueológico, subscrita por organizações de direito internacional, como a UNESCO ou o Conselho da Europa, que fazem publicar um conjunto de normativos e recomendações subscritas pelo Estado Português que, nos finais dos anos 90 do século passado, se reúnem as condições económicas e políticas para o aumento exponencial da atividade arqueológica e consequente alteração do seu paradigma de base.

Esta alteração conjuntural é indissociável da identificação do complexo de arte rupestre do Vale do Côa e da criação do Instituto Português de Arqueologia. Esta fundamentou a importância de uma tutela interventiva que garantisse a articulação entre a salvaguarda do património arqueológico e o desenvolvimento económico, potenciado pelo início de grandes obras públicas como a construção da Barragem de Alqueva e de todas as infraestruturas associadas.

Como tivemos oportunidade de redigir (Branco, 2017), o ano de 1997 marca o início de um crescendo no volume de trabalhos arqueológicos, desenvolvidos em território nacional, acompanhado pela inversão na categorização dos trabalhos arqueológicos autorizados.

Se até esta data se verifica uma relativa estabilidade no número de autorizações anuais concedidas, com a supremacia dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos no âmbito de projetos de investigação, a partir desta data, as ações efetuadas no âmbito da designada arqueologia preventiva e de salvaguarda vai-se superiorizar, num crescente exponencial até 2009, quando atinge valores muito próximos da totalidade das autorizações concedidas nesse ano civil.



[Gráfico 1] – Categorização das autorizações concedidas por ano civil.

Neste ano os valores da salvaguarda representavam 94% das autorizações concedidas, comparativamente com os 5% das autorizações provenientes de trabalhos de investigação e valorização, percentagens que atualmente assumem a mesma ordem de valores. Estas representam cerca de 7 autorizações concedidas por dia útil.

Esta alteração acompanha a alteração do paradigma subjacente à realização de trabalhos arqueológicos. A retração do investimento público, decorrente da crise de 2008, foi compensado pelo forte investimento em infraestruturação e reabilitação urbana, ocorrido nas principais cidades portuguesas.

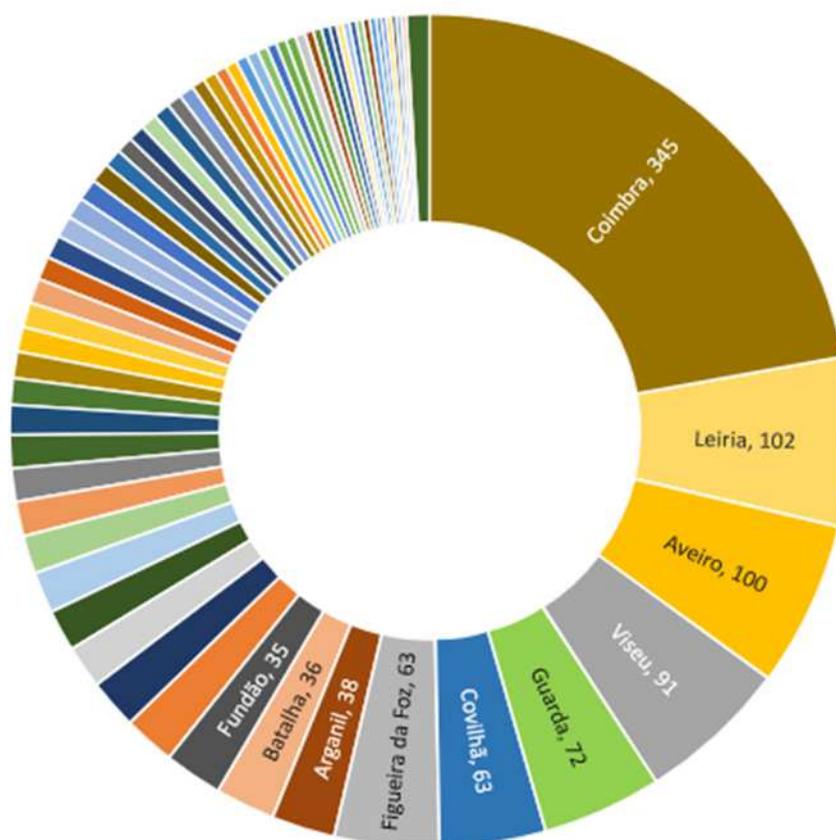
Desta forma, assiste-se, claramente, na segunda década deste milénio, a uma tendência de deslocalização das intervenções arqueológicas, do espaço rural e da dependência do investimento público, testemunhado pelo contributo maioritário dos projetos submetidos a avaliação de impacto ambiental, para o espaço urbano, dependente do investimento intermunicipal e, em larga escala, do investimento privado.

## **2. A realidade da região centro**

Analisadas, em linhas gerais, a evolução da atividade arqueológica em território nacional, focamos a nossa atenção na caracterização da realidade arqueológica documentada na região centro.

Para o efeito, analisamos um total de 1.558 processos de salvaguarda relativos ao território abrangido pela Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC), durante o ano de 2018, com o objetivo de identificar aspetos significativos, como seja, a origem das condicionantes, a filiação dos promotores e a categoria e natureza dos trabalhos arqueológicos realizados.

A Direção Regional de Cultura do Centro abrange um território composto por 77 municípios, integrados nos distritos de Aveiro, Coimbra, Leiria, Castelo Branco, Guarda e Viseu.



[Gráfico 2] – Municípios com maior número de processo tramitados no decurso de 2018.

Da análise do [Gráfico 2] depreende-se que a maioria dos processos analisados provém das capitais de distrito localizadas na Beira Litoral – Coimbra, Leiria e Aveiro. No território interior, essa preponderância é assumida por Viseu e pela Guarda, com os municípios da Covilhã e do Fundão a sobreporem-se, em número de processos, à capital de distrito – Castelo Branco.

Por uma questão de organização e interpretação de resultados, dividimos os pareceres em duas grandes categorias: arquitetura e arqueologia.

<b>Categoria</b>	<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
<b>Arquitetura</b>	Pareceres	<b>859</b>	<b>55</b>
	AIA	53	3
	Pareceres	36	2
	Notas técnicas	26	2
	Outros	53	3
<b>Arqueologia</b>	PATA	<b>297</b>	<b>19</b>
	Ordenamento	10	1
	Investigação	7	1
	Relatório final	<b>161</b>	<b>10</b>
	Relatório preliminar	8	1
	Relatório de progresso	48	3

Quadro 1 – Divisão dos pareceres por categoria e tipo de parecer.

### 2.1 Arquitetura

Os pareceres de arquitetura representam 55% (859) da totalidade dos pareceres emitidos, no decurso do ano de 2018. A sua maioria (94%) respeita a análise de projetos relativos a propostas de construção ou alteração estrutural (demolição, reconstrução, reabilitação...) de edifícios e espaços públicos localizados dentro das zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação. Nesta categoria enquadra-se, igualmente, as intervenções efetuadas sobre bens culturais imóveis.

De acordo com a legislação em vigor (n.º 4 do artigo 43.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro) as zonas de proteção dos imóveis classificados em vias de classificação são servidões administrativas, nas quais não podem ser concedidas pelo município, nem por outra entidade, licenças para obras de construção ou quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cêrceas e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios, sem prévio parecer favorável da administração do património cultural competente.

Do ponto de vista legal, a atuação da DRCC encontra-se enquadrada pelo disposto na alínea a), do n.º 3, do artigo 2º, do

Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio que estabelece as missões e atribuições das direções regionais de cultura.

De acordo com este enunciado, compete às direções regionais de cultura, no caso a DRCC, *“pronunciar -se, nos termos da lei, sobre planos, projetos, trabalhos e intervenções de iniciativa pública ou privada a realizar nas zonas de proteção dos imóveis classificados ou em vias de classificação”*.

Tratando-se de obras ou intervenções sobre bens culturais classificados ou em vias de classificação, de acordo com a alínea c) do mesmo articulado, deverá a DRCC pronunciar -se e submeter a apreciação da DGPC os estudos, projetos, relatórios, relativos a essas intervenções.

Considerando esta vinculação legal, os pareceres emitidos sobre projetos localizados fora destas áreas específicas de intervenção, no caso 6%, foram emitidos a título consultivo.

Relativamente à filiação dos projetos, individualizaram-se três tipologias: *“Projetos de instituições do Estado”*, *“Projetos promovidos pelas autarquias”* e *“Projetos de obras particulares”* cuja preponderância se encontra representada no [Gráfico 3].



[Gráfico 3] – Distribuição do número de projetos, de acordo com a filiação dos requerentes.

Entre as *“instituições do Estado”* encontra-se a própria DRCC, requerente num conjunto de projetos, aprovados pelo programa Centro 2020, para conjuntos e monumentos classificados como Monumento Nacional entre os quais se encontra, por exemplo, o projeto de reabilitação e beneficiação da Casa da Rua de D. Duarte (Viseu) e a proposta de conservação e restauro das coberturas da Sé Velha (Coimbra). Nesta categoria de requerentes enquadra-se, igualmente, a Universidade de Coimbra, que subscreveu a apreciação um conjunto de projetos, conducentes à manutenção e reabilitação do seu património, como seja a instalação de um sistema de sombreamento de vãos exteriores, das fachadas sul e poente, na Faculdade de Medicina.

Os projetos requeridos por *“instituições do Estado”* representam 4% das intenções de investimento expresso nos projetos de arquitetura analisados.

Os *“Projetos promovidos pelas autarquias”* representam 18% das intenções de investimento. A maior percentagem é assumida pelo município de Coimbra, que submete um conjunto de projetos ao abrigo do programa *“Coimbra com mais encanto”*, destinado a contribuir para a melhoria da paisagem visual do concelho e para a menor degradação do edificado.

Em termos gerais a maioria dos projetos apresentados pelos municípios versaram a requalificação de espaços públicos, a reabilitação de património municipal e a melhoria de infraestruturas urbanas.

De acordo com a nossa contabilização, 78% dos processos de arquitetura tramitados na DRCC, no decurso do ano de 2018, correspondem a *“Projetos de obras particulares”* localizados na área de proteção de imóveis classificados e/ou em vias de classificação.

Este investimento foi mais significativo na cidade de Coimbra (24%), sobretudo, no interior da área circunscrita pelo conjunto da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, inscrito na Lista do Património

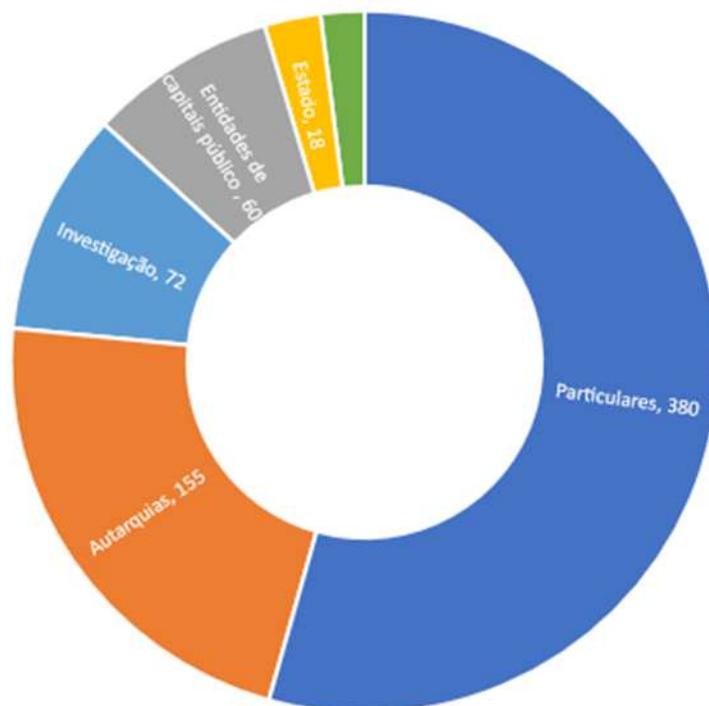
Mundial na 37.<sup>a</sup> sessão do Comité do Património Mundial da UNESCO (2013).

Neste capítulo importa referir que os processos de arquitetura são analisados conjuntamente entre arquitetos e arqueólogos, sempre que o projeto analisado envolva alterações no edificado e/ou no subsolo. Excluem-se desta análise conjunta aspetos restritos do domínio da arquitetura, como p.e, a colocação de anúncios luminosos ou a colocação de caixilharias.

## 2.2. Arqueologia

No decurso da nossa pesquisa individualizamos 699 processos específicos de salvaguarda arqueológica. Salientado, no entanto, como já referimos anteriormente, que os processos relativos a projetos de arquitetura incorporam a análise e, sempre que aplicável, medidas de salvaguarda de natureza arqueológica.

Para uma melhor compreensão dos dados trabalhados, estes foram divididos em dois grupos em função da sua origem. O primeiro grupo considera os pareceres emitidos, por solicitação de entidades externas, vinculadas pelo cumprimento de legislação em matéria de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), ordenamento do território (PDM) e outra. O segundo grupo resulta dos pareceres emitidos sobre a documentação resultante da atividade arqueológica, como sejam pedidos de autorização de trabalhos arqueológicos (PATA), relatórios, notas técnicas, entre outras.



[Gráfico 4] – Distribuição do número de processos, de acordo com a sua origem e financiamento.

### 2.2.1. Avaliação de Impacte Ambiental

A legislação nacional e internacional advoga, desde a sua fase inicial, a integração da componente ambiental humana no procedimento de avaliação de impacte ambiental, requerendo a caracterização, avaliação e minimização de impactes sobre o património arquitetónico e arqueológico, cuja evolução resultou na criação de mecanismos legais que permitem à tutela, acompanhar e participar em todo o procedimento.

O atual regime jurídico de avaliação de impacte ambiental (AIA) encontra-se instituído pelo Decreto-lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro que transpõe para a ordem jurídica interna a diretiva n.º 2014/52/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente.

Este diploma estabelece a necessidade de se identificar, descrever e avaliar, de forma integrada, os efeitos significativos de um projeto sobre os *“bens materiais, o património cultural, arquitetónico e arqueológico e a paisagem”* (art.5º, alínea iv)).

Estas ações – que visam o conhecimento e a proteção do património arqueológico em contexto de avaliação de impacte ambiental - insere-se na definição legal de trabalhos arqueológicos, os quais devem ser obrigatoriamente efetuados por arqueólogos, devidamente autorizados para o efeito (art. 77º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro).

Esta é a primeira forma de participação da tutela no procedimento de avaliação de impacte ambiental. Garantir, no processo de autorização, que a metodologia proposta para a identificação, descrição e avaliação do património arquitetónico e arqueológico, se encontra conforme, e que o relatório produzido e as medidas de minimização indicadas garantem a salvaguarda patrimonial, atendendo à especificidade do projeto e à natureza do património identificado.

A segunda forma de participação advém da possibilidade de a tutela integrar as comissões de avaliação (CA), promovidas pela autoridade de AIA de forma a assegurar a interdisciplinaridade da avaliação em função da natureza do projeto e dos seus potenciais impactes ambientais.

A integração de um representante da entidade com competência em matéria de gestão do património arqueológico e arquitetónico em todas as CA dos projetos submetidos a avaliação de impacte ambiental, embora desejável, não é obrigatória. Esta é impreterível: *“sempre que o projeto possa afetar valores patrimoniais ou se localize em zonas definidas como sensíveis, nos termos da legislação aplicável às áreas de proteção dos monumentos nacionais e dos imóveis de interesse público”* (alínea d, n.º 2, art.9º, do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro).

Participar nos procedimentos de avaliação de impacto ambiental é uma competência da DGPC (alínea h, n.º 2, Decreto-Lei n.º 115/2012 de 25 de maio). Contudo, quando a autoridade de AIA é uma das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, a DGPC delega essa participação na Direção Regional da Cultura afeta a esse território.

Excluindo a participação nas CA, a tutela do património arquitetónico e arqueológico tem sempre a possibilidade de dar o seu contributo no período legalmente definido para a consulta pública, sendo frequentemente convidada a fazê-lo pela autoridade de AIA.

No ano passado foram emitidos 51 pareceres, referentes a 40 procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental, requeridos pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro (CCDRC), enquanto autoridade de AIA.

A maioria dos pareceres (75%), ainda que se reportem à área de intervenção da DRCC, no cumprimento da legislação em vigor, foram emitidos pela DGPC que, na totalidade dos procedimentos, integrou a CA. Esta situação inverte-se significativamente quando a autoridade de AIA é a CCDRC. Nestes casos o parecer da tutela foi solicitado em fase de Consulta Pública. Em apenas dois procedimentos a DRCC integrou a Comissão de Avaliação. Situação que consideramos potencialmente danosa para a salvaguarda patrimonial considerando que o parecer é emitido após a declaração de conformidade do procedimento.



[Gráfico 5] – Distribuição do número de processos, de acordo com a sua origem e financiamento.

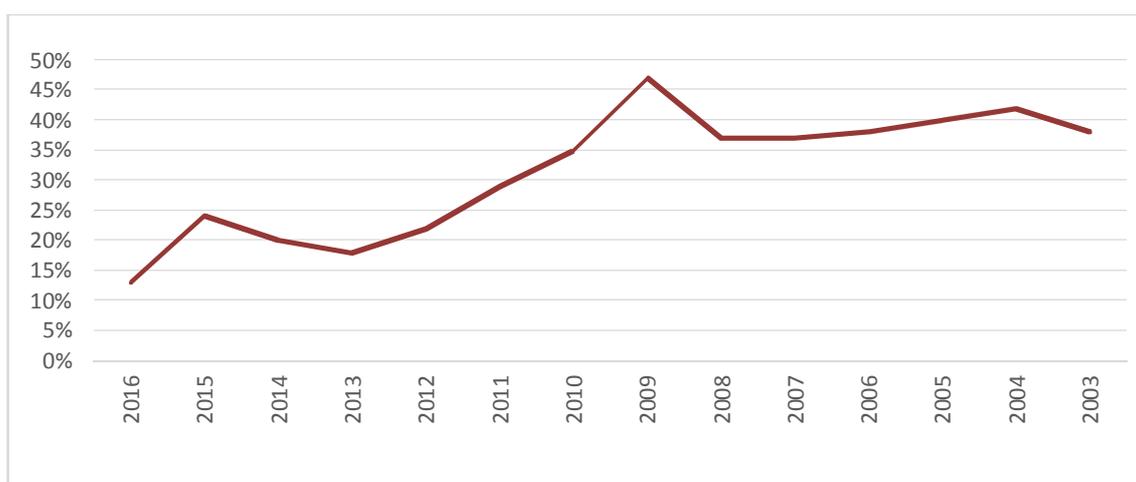
A tipologia dos projetos abrangidos pelo procedimento de avaliação de impacto ambiental encontra-se definida pela legislação em vigor (Anexo I e II do Decreto-lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro). Na região centro a maioria dos pareceres emitidos respeitou investimentos particulares [Gráfico 5]. Tratam-se fundamentalmente de projetos relacionados com a indústria extrativa (pedreiras), a indústria de energia (parques eólicos), a criação de aves (aviários) e projetos turísticos.

Os investimentos do Estado e das Autarquias afigura-se bastante residual. No primeiro caso respeita a intervenção da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) como proponente no projeto integrado do Núcleo de Exploração de Pedreiras de Cabeça de Veada, Porto de Mós e Santarém e no projeto da Pedreira "Cabeça Denta". No segundo caso, do projeto de Desassoreamento da Albufeira do Açude Ponte de Coimbra e da Expansão da Zona Industrial da Pereira.

Em 2017 tivemos a oportunidade de referir (Branco, 2017) o decréscimo das intervenções arqueológicas associadas a estudos de impacto ambiental, comparativamente com as intervenções de salvaguarda realizadas no âmbito da implementação de infraestruturas

(redes de gás, eletricidade, telecomunicações, etc...) e recuperação de prédios urbanos, que contabilizavam, em 2016, aproximadamente, 64% das autorizações concedidas a nível nacional.

Esta realidade associada ao desinvestimento do Estado em obras públicas e ao investimento privado em reabilitação urbana encontra paralelo nos registos analisados para a Região Centro, em 2018 (Gráfico 6).



[Gráfico 6] – Representação percentual das autorizações concedidas anualmente para a realização de trabalhos arqueológicos, promovidas por estudos de impacte ambiental. Fonte: *Endovélico. (ibidem)*

### 2.2.2 Ordenamento do Território

A lei de bases da política de ordenamento do território e de urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio) estabelece como um dos seus principais objetivos promover a defesa, a fruição e a valorização do património cultural (art. 2.º, alínea h), assim como a reabilitação e a revitalização dos centros históricos e do património cultural classificados (art. 37.º, alínea h.).

Estes princípios encontram desenvolvimento no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT)<sup>5</sup> que justifica a

<sup>5</sup> Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

identificação dos vestígios arqueológicos nos programas e planos territoriais como testemunhos da história da ocupação e do uso do território com interesse relevante para a memória e a identidade das comunidades (art. 17.º).

Os diferentes planos e programas de gestão territorial – nacionais, regionais e municipais – devem fundamentar as suas opções e determinações com base no conhecimento sistematicamente adquirido sobre o património arquitetónico e arqueológico existente, estabelecendo as medidas indispensáveis à sua proteção e valorização e assegurando, igualmente, o uso dos espaços envolventes.

Desta forma, os instrumentos de gestão territorial constituem-se como um veículo privilegiado para a defesa, gestão de valorização do património cultural (Martins, 2011: 41): *“cabe-lhes orientar o desenvolvimento territorial e da edificação gerindo recursos territoriais onde se incluem o património arquitetónico e arqueológico, fixar parâmetros que visam proteger e salvaguardar os bens existentes”*.

Em conformidade com o previsto nos regimes jurídicos de ordenamento do território, a tutela do património cultural possui como atribuição: *“pronunciar -se sobre planos, projetos, trabalhos e ações de iniciativa de entidades, públicas ou privadas, no âmbito do ordenamento do território, do ambiente, do planeamento urbanístico, do fomento turístico e de obras públicas, bem como promover ou participar na elaboração desses planos e projetos, nomeadamente nos planos de pormenor de salvaguarda e propor formas de articulação da DGPC com as entidades competentes da área da administração do território e do ambiente para a salvaguarda do património cultural arquitetónico e arqueológico”* (alínea c., n.º 2, art. 2º, Portaria n.º 223/2012, de 24 de julho)

Na prática esta competência tem-se materializado na presença de representantes da tutela do património cultural nas comissões de acompanhamento da elaboração e revisão dos planos de ordenamento do território, permitindo uma troca de mútua de informações,

privilegiando a interdisciplinaridade e conjugando os objetivos e as pretensões dos planos com a salvaguarda e defesa dos interesses patrimoniais.

Encontram-se atualmente em processo de revisão na Região Centro 30 (dos 77) planos diretores municipais. No decurso do ano de 2018, a DRCC esteve diretamente envolvida no processo de revisão do plano diretor municipal de Aveiro, Góis e Mortágua.

De uma breve análise aos 77 planos atualmente em vigor, sobressai a heterogeneidade dos conteúdos patrimoniais que constituem (Regulamento e Planta de Ordenamento) e acompanham (Carta de Património Arquitetónico e Arqueológico) os planos diretores municipais.

A este facto não deve ser alheia a diferente cronologia dos processos de revisão, as especificidades e os conhecimentos disponíveis para cada um dos concelhos, assim como, a subjetividade dos diferentes técnicos envolvidos no processo, perante a inexistência de diretivas específicas sobre esta matéria.

O "*Guia Orientador - Revisão do PDM*" (2016) recomenda a integração dos Espaços Culturais - áreas de património histórico, arqueológico, arquitetónico e paisagístico - na Planta de Ordenamento. Contudo, alguns planos diretores anteriormente revistos, e atualmente em vigor, por exemplo, o PDM de Pampilhosa da Serra (2009), PDM do Sátão (2013) ou o PDM de Nelas (2014), possuem cartas de património que acompanham os planos diretores municipais, não integram os elementos constituintes dos mesmos.

Ainda que se constituam como elementos dos planos, através da Planta de Ordenamento, é importante atender à forma de representação dos sítios arqueológicos. Numa grande percentagem de casos, por exemplo no PDM de Tondela (2011) e no PDM de Coimbra (2014), os sítios encontram-se representados em planta sob a forma de símbolo. Ao contrário dos símbolos, os sítios arqueológicos possuem áreas e devem ser representados sob a forma de polígono aproximado

à da sua máxima extensão. Ainda que as áreas, por desconhecimento, não representem a totalidade do sítio arqueológico, possuem um potencial de salvaguarda superior ao do símbolo, que é meramente indicativo.

Alguns planos diretores municipais procuram colmatar esta lacuna definindo, no Regulamento, perímetros de salvaguarda em torno do símbolo, ou mesmo das áreas definidas. Por exemplo, o PDM de Águeda (2010) estabelece: *“nos elementos referentes ao património arqueológico, e no raio de 50 m em torno destes”*.

Outra das questões abordadas de forma heterogénea na maioria dos planos diretores municipais em vigor relaciona-se com a identificação e regulamentação de *“sítios arqueológicos”* e *“áreas de potencial arqueológico”*. Existem planos que contemplam exclusivamente a salvaguarda dos sítios arqueológicos e outros que estendem essa salvaguarda às áreas de potencial arqueológico.

O Plano Diretor de Mangualde (2013) define como sítio arqueológico: *“todos os locais onde se identifique a presença de vestígios de evolução humana, cuja preservação e estudo permitam traçar a história da humanidade, e cuja principal fonte de informação seja constituída por escavações, prospeções e outros métodos de pesquisa arqueológica”*. Entende como *“áreas de sensibilidade arqueológica (capelas, igrejas e área envolvente, ou respetivos adros) todos os locais para os quais existe uma forte probabilidade de ocorrência de enterramentos humanos, cuja existência ainda não foi comprovada pela identificação e recolha de vestígios materiais e ou osteológicos”*. Atribui a ambas as categorias a obrigatoriedade da realização de trabalhos arqueológicos, sempre que existir impacte no subsolo.

O PDM de Figueira da Foz (2017) vai mais longe ao distinguir: *“Zonas de Potencial Valor Arqueológico e Zonas de Potencial Localização Arqueológica, correspondem a áreas de território onde se encontram ruínas ou foram encontrados objetos arqueológicos, ou*

*onde se suspeita que estes possam estar enterrados ou submersos com base em indícios decorrentes da investigação histórico -arqueológica ou em evidências como o tipo de solo ou a configuração geomorfológica."*

Podíamos ser mais exaustivos nos exemplos citados, contudo, importa salientar a consciência crescente que a salvaguarda do património arqueológico, no âmbito dos planos diretores municipais, abarca diferentes categorias de vestígios, sejam eles sítios arqueológicos, com espólio arqueológico e/ou estruturas confirmadas, sejam áreas delimitadas em função de indícios bibliográficos, toponímicos e geomorfológicos, ou capelas e igrejas construídas até final do séc. XIX, pela possibilidade de encerrarem vestígios antropológicos.

Por último, uma referência aos artigos de salvaguarda constantes dos regulamentos. O Regulamento *"é um dos documentos que constituem o PDM e cumulativamente com a Planta de Ordenamento, estabelece as regras e orientações a que devem obedecer a ocupação, o uso e a transformação do solo no território municipal e os critérios a utilizar na execução do plano."* (Grego e Gabriel, 2016: 30).

No que refere o património arqueológico, este condiciona as ações que impliquem revolvimentos ou remoção de solos á realização de trabalhos arqueológicos, como expresso, por exemplo, no PDM de Ílhavo (2014) ou no PDM de Leiria. Noutros casos, como seja, o PDM de Manteigas (2015) refere a necessidade das intervenções se encontrarem sujeitas a parecer da entidade da tutela, replicando o conteúdo da lei geral (art. 79º, da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro). Existem ainda regulamentos que especificam a tipologia de trabalho arqueológico, citando o Regulamento do PDM de Montemor-o-Velho (2015): *"qualquer impacto a nível do subsolo deverão ser objeto de acompanhamento arqueológico, podendo, de acordo com os resultados obtidos, implicar a realização de escavações arqueológicas,*

*enquanto medida cautelar dos eventuais vestígios arqueológicos detetados”.*

Preocupante afigura-se o regulamento de alguns planos diretores municipais que remetem para a realização de trabalhos de *“avaliação de impacte arqueológico”* cujo natureza e definição não se encontra especificada na legislação patrimonial em vigor, nem no conteúdo do regulamento que os determina. Por exemplo, Castanheira de Pêra (2015) determina: *“todas as intervenções que envolvam obras de edificação, obras de demolição, operações de loteamento, obras de urbanização e trabalhos de revolvimentos ou remoção de solos, à superfície ou em meio submerso, devem ser precedidos de avaliações de impacte arqueológico”*

O PDM de Pombal (2014) refere: *“as operações urbanísticas que ocorram nas áreas identificadas como património arqueológico (...) apenas podem ser concretizadas desde que precedidas de um relatório subscrito por um técnico com habilitação adequada, que avalia a implicação da operação nos bens arqueológicos eventualmente existentes e as medidas a adotar nas fases subsequentes”.*

Para finalizar uma referência ultima ao Regulamento do PDM de Coimbra (2014) este refere no artigo 17º, relativo ao Património Arqueológico, somente os sítios com potencial arqueológico, nos quais: *“o licenciamento ou admissão prévia de operações urbanísticas que impliquem o revolvimento do solo devem ser precedidos da avaliação de impacte arqueológico de forma a permitir uma antevisão do potencial arqueológico da área afetada e fundamentar a metodologia de intervenção mais adequada”.*

Os planos diretores municipais refletem a preocupação da tutela em garantir que os estudos sectoriais integram a totalidade do conhecimento arqueológico existente e o representam adequadamente nos elementos que constituem os planos (Regulamento e Planta de Ordenamento). Contudo, na documentação analisada para o ano de 2018, foram escassos os pareceres solicitados em função do

cumprimento das condicionantes expressas nos regulamentos de planos diretores municipais. Estes restringem-se aos municípios de Viseu, Figueira da Foz, Arganil e Penela, num total de 14 pareceres emitidos.

Destes números não podemos inferir a ineficácia dos planos diretores municipais, antes afirmar, como vimos no capítulo da arquitetura, que o conjunto das intervenções com impacte no património arqueológico ocorrem maioritariamente em espaço urbano. Neste, à exceção do subsolo da cidade de Viseu, classificada pelo PDM como “*sítio arqueológico*” é dada primazia às áreas de servidão administrativa dos imóveis classificados em vias de classificação.

Neste capítulo integramos ainda os pedidos de parecer emitidos sobre planos de gestão florestal (PGF) regulamentados pelo Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro, que aprova o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal.

As normas técnicas respeitantes à elaboração dos PGF (2009) determinam como “*Restrições de Utilidade Pública*” a listagem de todas as restrições e servidões relevantes para a gestão florestal, entre as quais se inclui o património arqueológico.

Os pedidos de parecer foram solicitados pela Autoridade Florestal Nacional (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.) a quem compete consultar as entidades que entender por convenientes para a aprovação do plano (n.º 2, artigo 21º, do Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro).

Os pareceres emitidos respeitam o Plano de Gestão florestal de Enxames (Fundão), Plano de Gestão Florestal - ZIF de Monforte da Beira e Malpica do Tejo (Castelo Branco) e Plano de Gestão Florestal para a ZIF de Campelo (Figueiró dos Vinhos).

Sobre esta matéria cumpre-nos referir que, à exceção do município de Vila Nova de Paiva, não foram solicitados pareceres relativos a ações de (re)florestação num território terrivelmente

fustigado incêndios de outubro de 2017. Por exemplo, não foi emitido nenhum parecer relativo à florestação do território de Pedrogão Grande ou Vouzela.

De acordo com o diploma que estabelece o regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearborização (Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho) Estão sujeitas a autorização do ICNF, I. P., todas as ações de arborização e rearborização com recurso a qualquer espécie florestal. Este organismo consulta as câmaras municipais que, no caso de Vila Nova de Paiva, nos remete o pedido para parecer.

O ICNF, I.P. pode solicitar, e solicita, através da sua plataforma eletrónica, os demais pareceres previstos por lei que garantam, nomeadamente, a salvaguarda do Património Cultural. Esta possibilidade é residual na listagem dos pareceres emitidos no decurso de 2018. Aplica-se, por exemplo, ao pedido de florestação da Quinta das Pitanças (Alhadas) onde, o PDM da Figueira da Foz, assinala a presença de um sítio arqueológico.

Assim, os pedidos de parecer para ações de arborização e rearborização salvaguardam os sítios arqueológicos registados nos planos diretores municipais, ignorando que estes instrumentos de gestão territorial expressam o conhecimento existente à data da sua elaboração e não a totalidade dos sítios arqueológicos existentes no seu território.

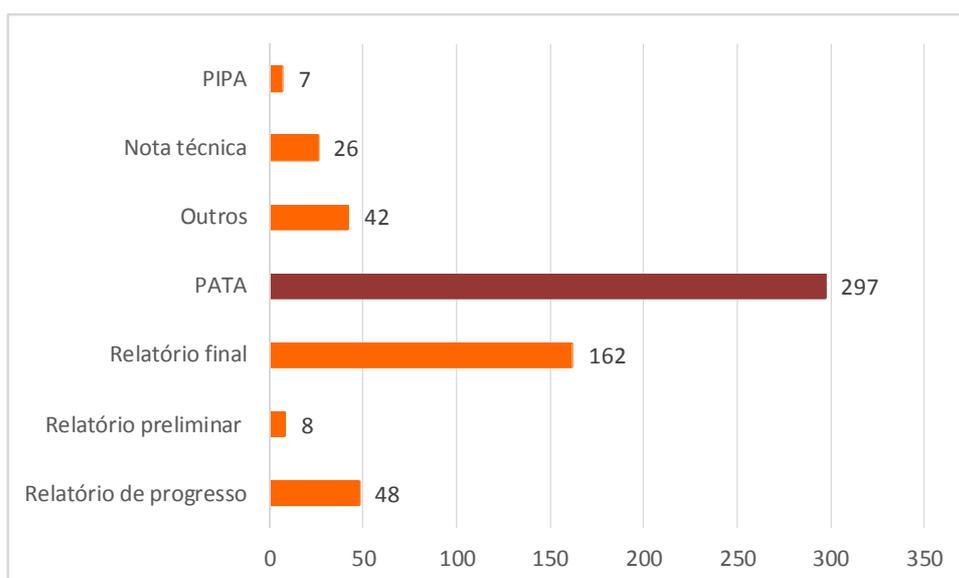
Para terminar o capítulo relativo ao ordenamento do território é devida uma referência ao Programa Especial do Parque Natural da Serra da Estrela, que abrange os concelhos de Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia e cuja representação, na comissão consultiva, se encontra a ser assegurada pela DGPC, de acordo com o disposto no Despacho n.º 4907/2017, de 5 de junho, do Gabinete da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza.

#### 2.2.4 Atividade arqueológica

O exercício da atividade arqueológica encontra-se regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro. Este estabelece as normas a observar pelos arqueólogos na realização de trabalhos arqueológicos, entre as quais se encontra a obrigatoriedade de submeter à apreciação da tutela um pedido de autorização (PATA) e produzir um conjunto de documentos (relatório final, progresso e preliminar), quando aplicáveis, relativos aos trabalhos desenvolvidos e resultados obtidos, os quais passaram a integrar o Arquivo da Arqueologia Portuguesa.

A autorização para a realização dos trabalhos arqueológicos e a aprovação os respetivos relatórios é uma competência da DGPC (Portaria n.º 223/2012, de 24 de julho) que decide sobre a instrução prévia das direções regionais de cultura (Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio).

Neste capítulo consideramos a documentação – pedidos de autorização, relatórios, notas técnicas, projetos de investigação e outros – instruída pela DRCC no decurso do ano de 2018, como contributo para a compreensão e fundamentação da atividade arqueológica nacional.



[Gráfico 7] – Contabilização dos processos analisados, relacionados com a atividade arqueológica

## 2.1 Zonas com servidão administrativa

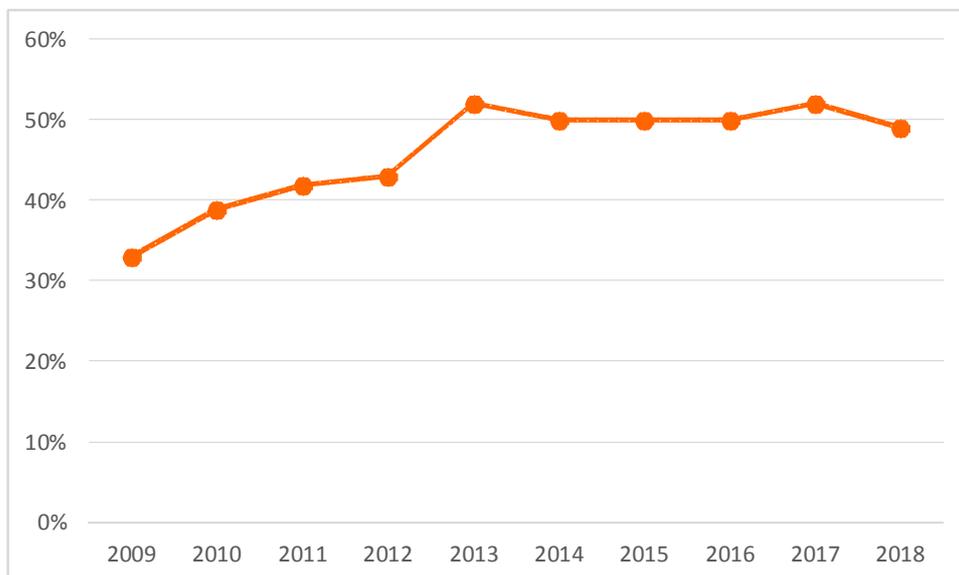
Os pedidos de autorização para a realização de trabalhos arqueológicos (PATA) na região centro representam a maioria (53%) dos processos analisados, relacionados com o exercício da atividade arqueológica (Gráfico 7). Estes correspondem a 1,2 pedidos de autorização analisados por dia útil do ano de 2018. Representam 17% do total das autorizações concedidas pela DGPC a nível nacional (total de 1780), à razão de 7 autorizações concedidas por dia útil. Este valor representa um aumento significativo em relação ao ano de 2017, durante o qual se concederam 6 autorizações por dia útil, num total de 1492 autorizações anuais.

Os projetos de obras particulares submetidos a trabalhos arqueológicos estão na origem da maioria (61%) dos pedidos de autorização apreciados. Estes respeitam fundamentalmente trabalhos de acompanhamento arqueológico (56%) e sondagens arqueológicas (16%), realizados nas áreas de servidão administrativa dos imóveis classificados e em vias de classificação (77%). As intervenções financiadas por privados fora das áreas de servidão administrativa correspondem a trabalhos de caracterização patrimonial, a inserir no relatório síntese dos estudos de impacte ambiental.

No computo geral das autorizações apreciadas pelos técnicos da DRCC (independente da natureza do projeto) a maioria (88%) dá cumprimento às condicionantes resultantes da apreciação de projetos de arquitetura inseridos dentro de áreas de servidão administrativa. Na Região Centro o acompanhamento arqueológico, inserido na Categoria C do *Regulamento de Trabalhos Arqueológicos*, respeitante às ações de preventivas e de minimização de impactes representa a maioria (50%) dos trabalhos autorizados, seguido pelas ações de prospeção arqueológica (23%), maioritariamente associada a procedimentos de avaliação de impacte ambiental e sondagem e escavação arqueológica (22%), fundamentalmente, em espaço urbano.

A percentagem de autorizações apreciadas na DRCC relativas ao acompanhamento arqueológico é coincidente com as autorizações concedidas a nível nacional (49%), encontrando-se em percentagem inferior relativamente à escavação e sondagens arqueológicas que, a nível nacional, representam cerca de 34% das autorizações concedidas.

Como tivemos oportunidade de referir (Branco, 2017) até 1998 as ações de salvaguarda eram dominadas pela escavação arqueológica de emergência, com o acompanhamento arqueológico a manter-se em níveis inferiores a 10%. Esta tendência inverte-se em 2002 quando o acompanhamento arqueológico passa a dominar o panorama arqueológico nacional, correspondendo, por exemplo, a 52% do total das autorizações concedidas a nível nacional no ano de 2013, valores que, como podemos comprovar [Gráfico 8] se mantêm relativamente estáveis até ao presente.



[Gráfico 8] – Percentagem das autorizações para trabalhos de acompanhamento arqueológico, concedidas nos últimos dez anos. Fonte: *Endovélico*.

Sobre esta matéria, considerando a importância que o acompanhamento assume no panorama arqueológico nacional, importa efetuar algumas considerações, a mais importante referente à

ausência de documentação que reflita as boas práticas a considerar no âmbito desta matéria.

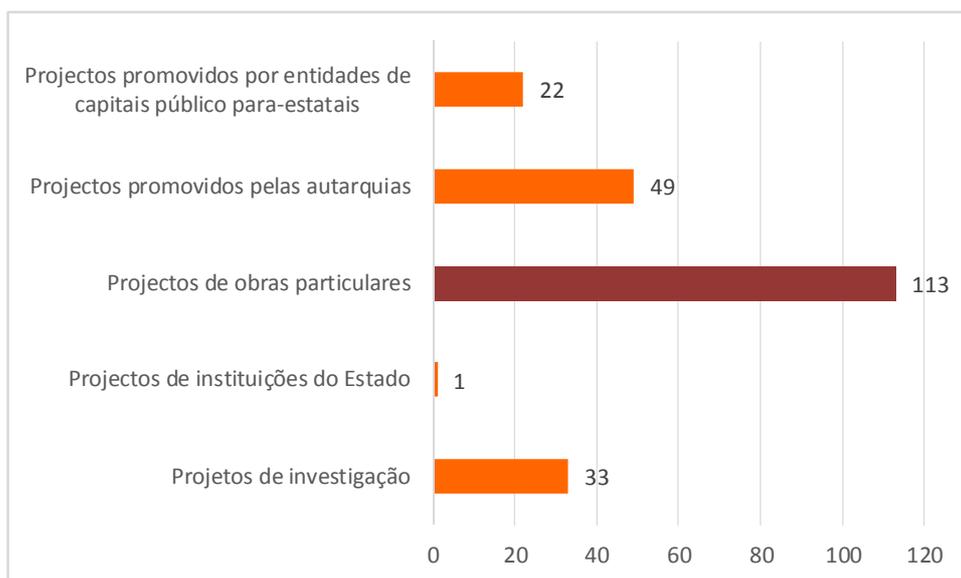
O Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, introduz pela primeira vez o acompanhamento arqueológico definição de «*trabalhos arqueológicos*» conjuntamente com todas as ações que, através de metodologias próprias da arqueologia, visem a identificação, registo, estudo, proteção e valorização do património arqueológico.

Contudo, remonta a uma nota de rodapé constante na circular de 2004 – *Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental* – a única referência tutelar ao desempenho do acompanhamento arqueológico: “(...) *qual deverá ser sempre efetivo, continuado e direto de todas as mobilizações de solo. No capítulo das medidas de minimização deverá constar que, na circunstância da obra se desenvolver em mais do que uma frente em simultâneo, se garanta a presença dum arqueólogo por frente de obra (...)*”

Esta, perante o peso e a importância que o acompanhamento arqueológico assume no computo do panorama arqueológico nacional é, claramente, insuficiente para garantir a uniformidade de critérios conducentes à adequada salvaguarda do património arqueológico nacional.

Abordando a questão dos relatórios resultantes do exercício da atividade arqueológica, o seu conteúdo encontra-se definido no Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, assim como os prazos de entrega. O relatório final é obrigatório para todas as categorias e deve ser entregue um ano após a conclusão dos trabalhos de campo. O relatório de progresso, aplica-se no caso dos trabalhos inseridos nas Categorias A, B e C. No caso dos trabalhos de duração plurianual o prazo é anual, nos restantes casos este pode ser solicitado ou determinado por despacho da tutela. O relatório preliminar apresenta sumariamente os resultados obtidos, aplica-se às Categorias C e D, é

elaborado por solicitação da tutela, devendo ser remetido num prazo de 15 dias.



[Gráfico 9] – Distribuição dos relatórios em função da natureza dos projetos.  
Fonte: *Endovélico*.

À semelhança dos pedidos de autorização a maioria dos relatórios analisados correspondem a trabalhos realizados no âmbito do desenvolvimento de projetos de obras particulares, inseridos em áreas de servidão administrativa de imóveis classificados e em vias de classificação (54%) [Gráfico 9].

Reportando-nos aos dados nacionais relativos a 2016 e 2017 (atendendo ao prazo legal de entrega dos relatórios finais) constatamos que, respetivamente, 52% e 64% das autorizações concedidas não possui resultados reportados.

Estes valores superam os anteriormente reportados (Branco, 2014), assim como os indicados por Jacinta Bugalhão (2011) que aponta o facto das quase 8000 autorizações concedidas entre 2003 e 2006, cerca de 35% não reportaram os resultados obtidos. Concorda-se com a autora quando esta refere: “*não entregar relatórios de um trabalho arqueológico realizado é guardar para nós o que não nos*

*pertence e não cumprir o mínimo dos mínimos das nossas obrigações deontológicas e sociais”* (Bugalhão, 2010:24).

A entrega e aprovação dos relatórios é uma das condições fundamentais para a concessão de novas autorizações, de acordo com a legislação nacional. O incumprimento desta premissa, por parte dos arqueólogos, e a incapacidade da tutela em fazer prevalecer este artigo fundamental, acarreta graves consequências para a atividade arqueológica e para a salvaguarda do património arqueológico.

A arqueologia preventiva e de emergência fundamentam-se pelo princípio legal da “*conservação pelo registo científico*”. É o registo científico que sustenta a salvaguarda, a sua ausência representa a conivência, do arqueólogo e da tutela, com uma destruição arqueologicamente assistida e remunerada.

No capítulo da atividade arqueológica, e ainda que não se tratem de processos de salvaguarda, uma referência devida aos projetos de investigação plurianual de arqueologia (PIPA) e aos projetos de valorização.

Os PIPA para além do enquadramento fornecido pelo *Regulamento de Trabalhos Arqueológicos*, este foram objeto da Circular n.º 1/2015, de 27 de abril, que estabelece o âmbito, os prazos e o processo de avaliação e apreciação dos mesmos. Estes podem ser total, ou parcialmente, financiados pela DGPC, mediante a abertura de um concurso próprio para o efeito. Contudo, este financiamento encontra-se interrompido desde 2007.

Foram analisados 54 processos relacionados com 14 projetos de investigação plurianual de arqueologia, em curso na região centro durante ao ano de 2018. Estes representam a minoria (7,7%) dos processos analisados – 3,1% se considerarmos apenas os PATA - não obstante a importância do seu contributo para a evolução da ciência e do conhecimento arqueológico. Quando analisados os valores nacionais constatamos que estes não ultrapassam os 3,7% do total das autorizações concedidas.

Os processos analisados em resultado de trabalhos arqueológicos efetuados no âmbito de ações de valorização são, igualmente, restritos. Respeitam fundamentalmente intervenções efetuadas em Conimbriga, nas Ruínas da Bobadela, no Castro de Santa Eulália e no Parque do Barrocal (Castelo Branco). Infelizmente a preocupação e o investimento em espaços vocacionados para a fruição pública do património arqueológico continuam residuais no computo das intervenções efetuadas.

### **3. Conclusão**

A importância da arqueologia enquanto disciplina científica que favorece a preservação dos vestígios antrópicos pretéritos, fundamentais para a construção da história da Humanidade, aparece expressa, de forma veemente, nas recomendações internacionais, emitidas a partir de meados do século passado, as quais alertam para os crescentes riscos de destruição associados à crescente antropização do espaço.

Esta crescente consciencialização da importância do Património Arqueológico, associada à preocupação com os riscos de destruição provenientes da crescente antropização do espaço foram fundamentais para o estabelecimento de um quadro legal que, nos últimos 20 anos, favoreceu a afirmação da designada "*arqueologia preventiva e de salvaguarda*".

Os trabalhos arqueológicos inseridos nesta categoria atingem atualmente valores muito próximos da totalidade das autorizações concedidas, a nível nacional.

A realidade documentada para a Região Centro, no decurso do ano de 2018, é categórica sobre este assunto. A maioria dos processos analisados ocorrem nas capitais de distrito localizadas nas zonas litorais – Coimbra, Leiria e Aveiro – e respeitam intervenções realizadas em espaços urbanos e periurbanos, localizados dentro das áreas de

servidão administrativa, decorrentes da execução de ações de salvaguarda, executados no âmbito de projetos promovidos por entidades particulares.

Neste computo as intervenções em espaço urbano promovidas por autarquias versam a requalificação de espaços públicos, a reabilitação de património municipal e a melhoria de infraestruturas urbanas.

Os processos de avaliação de impacte ambiental que se adequam tipologicamente a intervenções em espaço rural, decorrentes de investimentos públicos, tornaram-se nos últimos anos pouco expressivas. Na totalidade dos 77 concelhos abrangidos pelo território da região centro, tramitou-se a documentação relativo a 40 procedimentos de avaliação de impacte ambiental.

A participação da DRCC nesta matéria faz-se, fundamentalmente, em fase de consulta pública, não sendo entendida pela autoridade de AIA (CCDR) como benéfica para o acompanhamento da totalidade do procedimento.

Mais uma vez, os procedimentos resultam de projetos promovidos por entidades privadas. O desinvestimento do Estado em obras públicas e conseqüente decréscimo dos procedimentos de AIA e o acréscimo do investimento privado em reabilitação urbana, registados na região centro, acompanham a tendência registada a nível nacional.

A salvaguarda arqueológica fez-se cumprindo três condicionantes fundamentais: áreas de servidão administrativa, procedimentos de avaliação de impacte ambiental e instrumentos de gestão territorial e ordenamento do território.

Os últimos, com relevo para dos planos diretores municipais, são instrumentos fundamentais para o garante da salvaguarda arqueológica. É a partir deles que se gerem os recursos territoriais, e neles inclui-se o património arqueológico.

Neste capítulo sobressai a heterogeneidade e a ausência de normativos e/ou guias de boas práticas que permitam utilizar este importante instrumento como reforço de uma política coesa de salvaguarda patrimonial, condicente e adequada ao cumprimento da legislação em vigor.

Os sítios arqueológicos são parte integrante de um território e é nessa gestão concertada de recursos, planeamento e gestão que devemos encontrar uma solução para a preservação patrimonial.

Neste capítulo não podemos deixar de reafirmar, à semelhança do que ocorre nos instrumentos de ordenamento do território e avaliação de impacte ambiental, a pouca interação da tutela em organismo cujo regime jurídico advoga a salvaguarda do Património Cultural, como seja a Autoridade Florestal Nacional.

Na prática perante a dimensão do território da Região Centro, objeto de frequentes ações de reflorestação são residuais os pedidos de parecer emitidos, dependentes da informação constante nos planos diretores municipais, a maioria dos quais desatualizados no que respeita a localização de sítios arqueológicos. Esta solução não considera a natureza dos sítios arqueológicos nem sempre visíveis ou fáceis de identificar.

No que respeita a atividade arqueológica de salvaguarda continua a privilegiar-se a produção documental requerida pelo *Regulamento de Trabalhos arqueológicos*. Na qual os pedidos de autorização seguem a linha demarcada pelos restantes procedimentos, com a maioria a adequar-se ao cumprimento das condicionantes emitidas para o desenvolvimento de projetos particulares, em áreas de servidão administrativa, localizados em área urbana.

Alarmante continua o número de relatórios técnico científicos, representantes exclusivos do registo científico que sustenta a salvaguarda arqueológica que permanecem em falta.

Em síntese, a atividade arqueológica testemunhada pelos trabalhos de salvaguarda arqueológica na Região Centro, no decurso

do ano de 2018, atribui cada vez mais o ónus da destruição e o mérito da salvaguarda às entidades particulares.

O cumprimento é-lhes exigido, o retorno em conhecimento histórico e fruição pública permanece dívida do Estado, presente no incumprimento parcial do *Regulamento de Trabalhos Arqueológicos*, no que respeita a exigência da entrega de relatórios, publicação dos resultados e entrega do espólio para produção de conhecimento e fruição pública.

#### **4. Bibliografia**

Branco, Gertrudes (2014) – *Avaliação de Impacte Ambiental. O Património Arqueológico no Alentejo Central*. Évora: Universidade de Évora. 268 p. Tese de Doutoramento.

BRANCO, Gertrudes (2015) - A atividade arqueológica e a salvaguarda do património arqueológico em avaliação de impacte ambiental. *ARPI – Arqueologia y prehistória del interior peninsular*, 2: 14 - 31.

BRANCO, Gertrudes (2017) – A arqueologia nacional: valores de referência. *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. P. 33-40.

BUGALHÃO, Jacinta (2011) – A arqueologia portuguesa nas últimas décadas. *Arqueologia e História. Dossier "Materiais para Um Livro Branco da Arqueologia Portuguesa"*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 19-43.

GREGO, Maria Alexandra e GABRIEL, Maria da Graça (2016) – Guia Orientador-Revisão do PDM. Coimbra: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

MARTINS, Ana Margarida Nunes (2010) – *A protecção do património arqueológico: proteger o quê, como e porquê. Reflexões a partir do Direito do Património Cultural e do Ambiente*. Trabalho apresentado no âmbito do Curso de Pós-Graduação em Direito da Cultura e do Património Cultural, 2009/2010. Instituto das Ciências Jurídico-Políticas, Faculdade de Direito de Lisboa.

Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2009) - NORMAS TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO FLORESTAL disponível em: <http://www.afn.min-agricultura.pt/>

NABAIS, José Casalta (2010) – *Introdução ao Direito do Património Cultural*. 2.ª Ed. Coimbra: Almedina.

SARRAZOLA, Alexandre (2017) Acompanhamento arqueológico em Lisboa- lei des(ordem) e procrastinação. *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses P.249-256

SARRAZOLA, Alexandre (2006) Regulamento legal associado a trabalhos de acompanhamento arqueológico (ou da arte de caçar com gato). *Praxis Archaeologica*. N.º 1, APA (Associação profissional de Arqueólogos). P.52-67.

**SALVAGUARDA ARQUEOLÓGICA EM MONFORTE:  
PERCURSO E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO (Monforte,  
Portalegre, Portugal)**

Paula Morgado<sup>1</sup>

**Resumo**

O processo de salvaguarda arqueológica no concelho de Monforte teve início nos anos 40 do século XX, com os primeiros grandes trabalhos de escavação arqueológica programada. A partir do ano 2000 e até ao presente assistimos a uma alteração na prática arqueológica que, apesar de não deixar de se refletir nos projetos de investigação, se direciona para as intervenções de cariz preventivo e de emergência, sobretudo nos núcleos urbanos, em contexto de obras públicas e privadas. Faz-se uma síntese do percurso da salvaguarda arqueológica em Monforte e dos trabalhos desenvolvidos em meios rurais e urbano, numa estratégia concertada de gestão territorial.

**Palavras-chave:** Salvaguarda arqueológica, Monforte, Obras públicas, Investigação, Valorização.

**Abstract**

The process of archaeological safeguarding in the municipality of Monforte began in the 1940s, with the first major archaeological excavation programmed. From the year 2000 on, we have witnessed a change in the archaeological practice that, despite reflecting the research projects, is directed towards preventive and emergency interventions, especially in urban centers, in the context of works public and private. We summary the course of the archaeological safeguard in Monforte and of the works developed in rural and urban environments, in a territorial management strategy.

**Keywords:** Archaeological safeguard, Monforte, Public works, Investigation, Appreciation.

---

<sup>1</sup> Arqueóloga do Município de Monforte



professor Manuel Heleno (1948-1962)<sup>4</sup>, e mantiveram-se em curso por várias campanhas, ainda que de forma descontinuada e promovida por distintas equipas de trabalho (D. Fernando de Almeida, até 1971 e Stephanie Maloney, de 1983 a 2000<sup>5</sup>), por um período de tempo de cerca de 50 anos. À luz da arqueologia praticada na altura em que ocorreu a descoberta, deu-se especial destaque aos singulares pavimentos de mosaicos figurativos, cuja estratégia de proteção, entendida no contexto da política cultural da época, se efetivou na sua retirada do contexto original e no transporte para Lisboa, para a então instituição museológica de referência da Arqueologia portuguesa, o Museu Etnológico do Dr. José Leite de Vasconcelos, atual Museu Nacional de Arqueologia, numa ação programada de salvamento de espólio arqueológico.

As estruturas conservadas *in situ* foram progressivamente valorizadas com trabalhos de conservação e restauro à medida que as escavações arqueológicas se concluíam, e foi já por intervenção do IPPAR, nos anos 90 do séc. XX, que como medida de proteção do amplo conjunto de estruturas colocadas a descoberto, face ao inevitável efeito nefasto da exposição aos agentes erosivos, se construiu uma cobertura sobre a ala residencial da *villa*, a que se seguiu, em 2010, a construção do Centro Interpretativo na zona de entrada do sítio arqueológico (Fig. 3 - 7). Esta nova estrutura de receção, apoio e informação aos visitantes, recebeu uma exposição de carácter permanente, constituída por textos sobre as circunstâncias da descoberta, a evolução dos trabalhos e a história da *villa*, em resultado dos estudos produzidos ao longo das várias décadas de trabalhos arqueológicos. Esta exposição foi complementada com alguns materiais recolhidos no decurso das escavações e constituem o único testemunho de património móvel presentemente existente no concelho (Fig. 8).

---

<sup>4</sup> Heleno (1962)

<sup>5</sup> Maloney (2000)



Figura 3 - *Villa* romana de Torre de Palma (termas)



Figura 4 - *Villa* romana de Torre de Palma (basílica paleo cristã)



Figura 5 – Villa romana de Torre de Palma - Cobertura de protecção na



Figura 6 – Villa romana de Torre de Palma - Peristilo



Figura 7 – Villa romana de Torre de Palma (Centro Interpretativo)



Figura 8 – Centro Interpretativo da villa romana de Torre de Palma (exposição)

Os primeiros trabalhos arqueológicos na *villa* romana de Torre de Palma, a que se seguiu uma outra intervenção num sítio próximo, o povoado do Cabeço de Vaiamonte (Fig.9-10), com ocupação do neolítico até época romana, também sob a orientação do prof. Manuel Heleno, tornaram a prática arqueológica familiar à população do concelho, até porque a mão-de-obra local foi amplamente recrutada para a execução de ambos os trabalhos.



Figura 9 – Perspectiva do Cabeço de Vaiamonte



Figura 10 – Localização da villa romana de Torre de Palma (1) e Cabeço de Vaiamonte (2)

A par destes dois sítios, localizados na freguesia de Vaiamonte, um outro sítio mereceu também destaque no campo da investigação histórica e arqueológica, o troço da via romana localizada a norte do concelho, na freguesia do Assumar, localmente conhecida como "Canada do Alicerce" (Fig.11 e 12). Com o intuito de devolver a este caminho a sua função de via pública, ao longo do tempo apropriada indevidamente e integrada em propriedades privadas, assiste-se no início do século XX a um trabalho notável, por parte do estado português, de identificação rigorosa deste troço de via, a partir de vestígios conservados no terreno<sup>6</sup>, num acto de clara defesa dos interesses públicos e de salvaguarda patrimonial cujos efeitos, infelizmente, não se chegaram a verificar na prática. Esta via, mencionada já por Leite de Vasconcelos<sup>7</sup>, e estudada posteriormente no âmbito da obra pioneira produzida na década de 40 por Mário Saa<sup>8</sup>, e alvo de estudos recentes nos últimos anos<sup>9</sup>, permanece atualmente integrada em algumas propriedades privadas e mantém o seu percurso visível sobretudo ao longo da faixa que funciona como limite entre concelhos. A população local é a verdadeira guardiã e defensora da sua inalterabilidade ao longo dos anos, tanto pela continuidade da sua utilização como nas prontas ações de denúncia de situações que colocam em perigo a sua preservação física.



Figura 11 – Troço da via romana de Assumar ou "Canada do Alicerce"

<sup>6</sup> MORGADO e ROCHA (2017)

<sup>7</sup> VASCONCELLOS (1929)

<sup>8</sup> SAA (1956)

<sup>9</sup> CARNEIRO, (2008); MORGADO e ROCHA (2017)

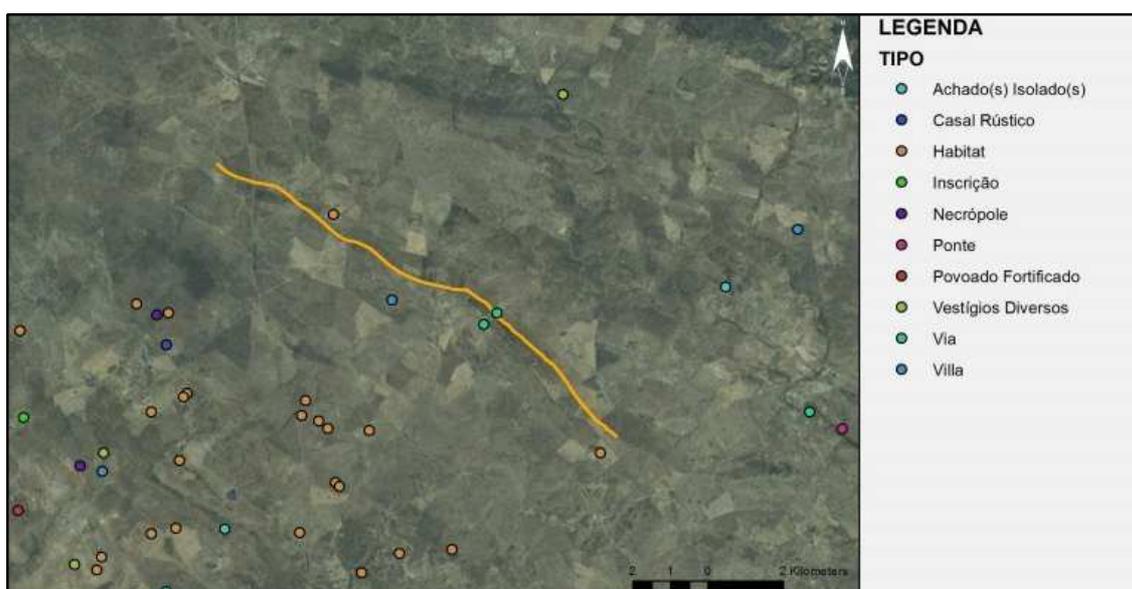


Figura 12 – Mapa com o traçado da via romana do Assumar, dentro dos limites do concelho de Monforte (Mapa de G. Branco).

Estes marcos da arqueologia do concelho, somados ao património megalítico (Fig.13), sobretudo antas, disperso um pouco por todo o território de Monforte e alvo de trabalhos de investigação e de salvaguarda pelo registo, desde o contributo do Prof. José Leite de Vasconcelos a partir dos anos 20<sup>10</sup>, do casal Leisner nos anos 50<sup>11</sup>, até recentes trabalhos de escavação arqueológica<sup>12</sup>, contribuíram para que os habitantes do concelho se fossem familiarizando com o discurso da Arqueologia e promovessem pelo conhecimento e pela consciencialização da importância patrimonial dos vários testemunhos históricos, a preservação e a salvaguarda dos marcos da presença humana no seu território. Os monumentos megalíticos têm sido preservados pelos próprios proprietários, que respeitam um perímetro de segurança em torno das antas sempre que procedem a lavras dos terrenos e, ainda que com pouca frequência, são feitas denúncias pelos cidadãos de situações de risco para o património histórico, ao mesmo tempo que quando ocorrem achados ocasionais de objetos

<sup>10</sup> VASCONCELLOS, (1929)

<sup>11</sup> LEISNER e LEISNER, (1959)

<sup>12</sup> BOAVENTURA, (2006); ROCHA e MORGADO, (2013) (2015) (2016).

arqueológicos, é contactado o Serviço de Arqueologia do Município. Este é um panorama que resulta da construção de um discurso patrimonial, mas que, longe de ser ainda o ideal, é um processo contínuo de aprendizagem e melhoria.



Anta do Velho

Anta da Rabuje 1

Anta da Serrinha

Menir do Sete

Figura 13 – Alguns monumentos megalíticos do concelho de Monforte

O conceito de arqueologia e de acesso ao passado, bem como o próprio conjunto de referências patrimoniais do coletivo humano é ampliado a partir do momento em que a Arqueologia assume um papel estruturante como atividade de gestão territorial e se assume como garante de articulação entre agentes transformadores do património e a salvaguarda dos próprios valores patrimoniais.

É na sequência da afirmação pública de um discurso arqueológico abrangente, que a nível do poder local se constatam algumas alterações relativamente à integração de quadros técnicos na área do património cultural.

Em época relativamente recente, já nos anos 90 do séc. XX, o Município de Monforte começa pela primeira vez a integrar técnicos da área da história e arqueologia na sua estrutura, ainda que de forma temporária e sem projetos estruturantes que justificassem a sua permanência continuada. Em 1994, este Município promove por iniciativa própria, o que terá sido a primeira ação de salvaguarda em contexto de obra em meio urbano no concelho, de um sítio arqueológico, identificado no decurso de obras realizadas no Centro de Recuperação de Menores do Assumar, em concreto na envolvente verde do complexo de edifícios desta instituição de solidariedade social,

construído em meados do século, na proximidade do sítio com o topónimo de S. Lourenço<sup>13</sup>. A intervenção do técnico do Município consistiu na recolha de informação e de materiais no terreno mas o facto de não ser conhecido nenhum relatório dos trabalhos dificulta a caracterização do sítio. Os materiais daí provenientes, em depósito na Reserva de Arqueologia de Monforte são os únicos testemunhos a partir dos quais é possível deduzir que tipo de sítio seria quando não resta nenhuma outra prova material da sua existência. Resta o registo da existência de um sítio arqueológico total ou parcialmente destruído, de época romana, e a identificação de uma área em que qualquer obra a realizar futuramente será objeto de intervenção arqueológica e alvo de parecer por parte do Serviço de Arqueologia do Município.

Em 1996, no decurso do projeto que previa a construção de um gasoduto que atravessaria parcialmente o concelho de Monforte, foram realizados trabalhos de prospeção arqueológica promovidos pela Transgás, ao abrigo de um protocolo entre esta empresa e o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR). No âmbito destes estudos, vocacionados para a salvaguarda do património arqueológico, foi identificado um sítio com ocupação romana e moderna, designado Sardos, que de outra forma não teria sido sinalizado para intervenção. O sítio foi escavado para caracterização e delimitação da área, o que possibilitou determinar dois momentos de ocupação humana em épocas distintas, e algumas estruturas conservadas pertencentes a essas ocupações<sup>14</sup>. Embora as escassas informações não tenham possibilitado a caracterização concreta do sítio romano, os vestígios de superfície, concretamente nódulos de *opus signinum*, um peso de lagar e silhares de granito, apontam para a existência de uma possível quinta com estruturas de transformação de produtos agrícolas, que no séc. XVII, XVIII volta a ter nova ocupação, com construções que reaproveitaram os materiais de época

---

<sup>13</sup> S. Lourenço: CNS 4660; Processo 95/1(223)

<sup>14</sup> BUGALHÃO (1998), (2004)

romana. Embora seja indeterminada a data de abandono do sítio, não foram identificados materiais que testemunhem mais algum tipo de ocupação até ao presente e o local manteve exclusivamente uma utilização agrícola desde então. Na área a ser afetada pelos trabalhos do gasoduto não se registou a ocorrência de estruturas ou vestígios arqueológicos que implicassem alterações ao projeto, mas o contributo da arqueologia preventiva e de salvamento reverteu para o conhecimento sobre o povoamento rural do território, com a obtenção de novos dados acerca de um sítio arqueológico que de outra forma não teria sido objeto de uma intervenção desta natureza.

A criação do Instituto Português de Arqueologia (IPA)<sup>15</sup> e consequentemente das Equipas Territoriais, também nos anos 90 do séc. XX, aproximou ainda mais o discurso arqueológico, entretanto em afirmação, das esferas do poder político local. A constituição destas estruturas descentralizadas e a presença regular dos técnicos no terreno, aliada à sua capacidade de atuação quase imediata, contribuiu de forma marcante para a salvaguarda arqueológica em contexto de obras públicas e privadas, sobretudo em territórios como o do norte Alentejano que à data não contava com a presença nos quadros dos técnicos municipais de nenhum arqueólogo a tempo inteiro, num conjunto de 15 Municípios. Neste espaço geográfico, a extensão territorial do Crato, do IPA, desenvolveu um amplo trabalho de sensibilização e gestão do património arqueológico junto dos municípios, o qual nem sempre recebeu a melhor receptividade e foi durante bastante tempo olhado com desconfiança, mas que ao longo de anos de persistência começou a dar frutos quando os arqueólogos começam a ser definitivamente integrados como técnicos municipais. O Município de Monforte é o primeiro a fazer, neste contexto, a integração definitiva de um arqueólogo, mas apenas em 2005, a que se seguiram os municípios de Alter do Chão e Avis.

---

<sup>15</sup> Decreto-Lei n. 117/97 de 14 de Maio

A partir de 2001, com a criação do Gabinete Técnico Local (GTL) de Monforte, o qual pretendeu dotar o Município de um conjunto de técnicos para atuação direta ao nível da organização urbana do centro histórico, é integrado um técnico superior de Arqueologia e iniciou-se um processo novo de articulação entre o serviço de obras do Município e a Arqueologia, em concreto na salvaguarda do património arqueológico no Centro Histórico. Para isso foi fundamental a definição dos limites do Centro Histórico e a definição de regras de atuação entre técnicos atuantes no processo do licenciamento de obras e o Arqueólogo. Todas as obras públicas ou particulares a realizar no Centro Histórico passaram a remeter diretamente para análise do GTL, aquando da entrada dos pedidos de licenciamento das obras nos serviços municipais, competindo ao arqueólogo a emissão de pareceres técnicos e a realização de trabalhos arqueológicos, fiscalizados pelos técnicos do Instituto Português de Arqueologia.

Em 2001, a **obra de adaptação do antigo Convento do Bom Jesus de Monforte a Biblioteca Municipal**<sup>16</sup>, representou uma mudança substancial na forma como o papel da arqueologia passou a ser encarado no contexto das obras públicas concelhias, desde logo porque os moldes de realização da intervenção se distanciavam dos tradicionais trabalhos de campo, tanto em termos de método como de procedimentos adotados. O convento localizava-se no Centro Histórico da vila de Monforte (fig. 14), no âmbito de atuação do Gabinete Técnico Local da Autarquia, pelo que o projeto de adaptação do edifício foi remetido para análise dos técnicos do Gabinete.

---

<sup>16</sup> Morgado (2001) - Convento do Bom Jesus (Monforte). Relatório de trabalhos arqueológicos apresentado ao Instituto Português de Arqueologia

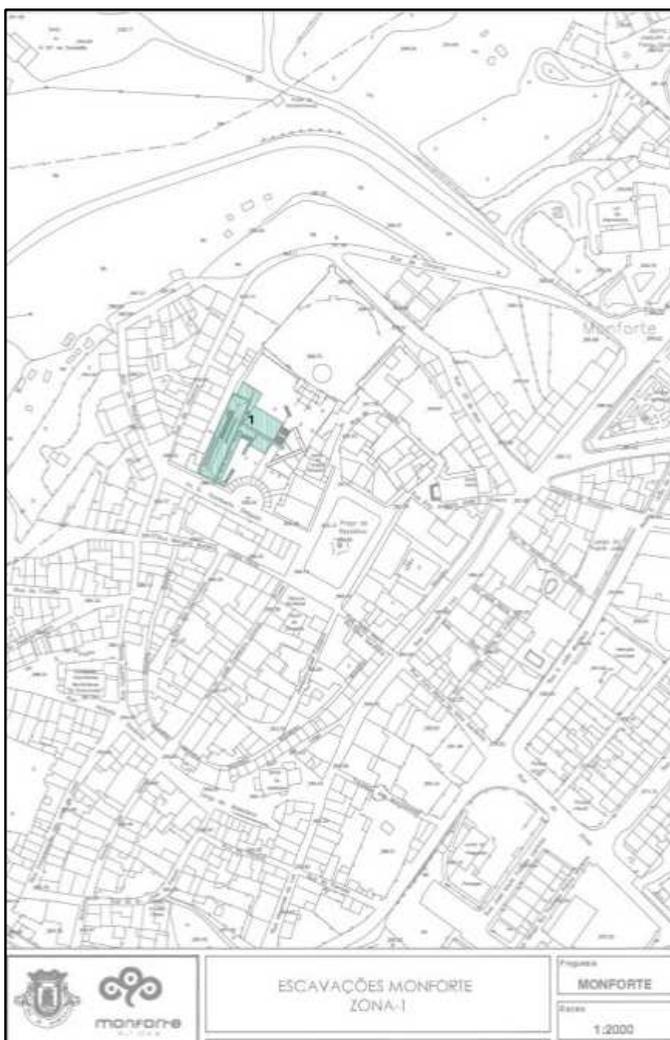


Figura 14 – Planta de localização do convento do Bom Jesus de Monforte na malha urbana

Apesar deste espaço ter sido anteriormente intervencionado, nos anos 40 do século XX, pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), aquando da construção de uma escadaria de acesso do centro da vila à plataforma do castelo, os relatórios da época registaram apenas os aspetos referentes aos materiais utilizados e medições realizadas, ignorando no processo de desmontagem do terreno, a ocorrência de vestígios ou estruturas arqueológicas. Esta ausência de informação acerca de aspetos decisivos para o conhecimento prévio da realidade arqueológica do espaço, condicionou a estratégia de atuação no âmbito do projeto, que foi faseada numa primeira etapa avaliativa em que se realizaram sondagens arqueológicas e numa segunda fase de acompanhamento integral dos

trabalhos, numa área em que era previsível a existência de vestígios conservados no subsolo.

Esta intervenção decorreu da necessidade de requalificar a área parcialmente ocupada pelo antigo convento do Bom Jesus de Monforte integrando-a no espaço público da vila ao promover a ligação entre o castelo e a Praça da República (fig. 15). A construção da Biblioteca Municipal surge da dupla necessidade de aproveitamento de um espaço votado ao abandono e da necessidade de dotar a vila de um espaço cultural desta natureza.



Figura 15 – Convento do Bom Jesus de Monforte antes da intervenção

As estruturas identificadas no decurso dos trabalhos arqueológicos, tanto na fase de realização de sondagens preventivas como na fase posterior de acompanhamento de obra foram conjuntamente avaliadas pela equipa Territorial do Crato do IPA e pelo arqueólogo municipal, de forma a determinar se a sua importância como testemunho histórico justificava a sua preservação. Concluiu-se que correspondiam na sua maioria a uma ala de dormitório acrescentada tardiamente ao convento já durante o século XVIII. Contudo, os vestígios encontravam-se muito à superfície relativamente à cota inicial do terreno e estavam conservados apenas ao nível da base, que assentava diretamente sobre o substrato geológico (Fig. 16 - 18). O grau de destruição das estruturas resultou da conjugação de

dois fatores que foram, por um lado as obras de construção, ampliação ou remodelação do próprio convento a partir do século XVI e por outro, as obras realizadas no século XX para a construção de uma escadaria que rasgou parcialmente o antigo convento no sentido nordeste. A reabilitação do espaço previa escavações profundas e considerou-se, após uma avaliação pormenorizada entre o que era o valor histórico dos testemunhos arqueológicos e o interesse social e cultural do projeto, não efetuar qualquer alteração ao projeto de arquitetura inicialmente previsto.



Figura 16 – Imagens das estruturas identificadas no âmbito dos trabalhos arqueológicos no convento do Bom Jesus de Monforte

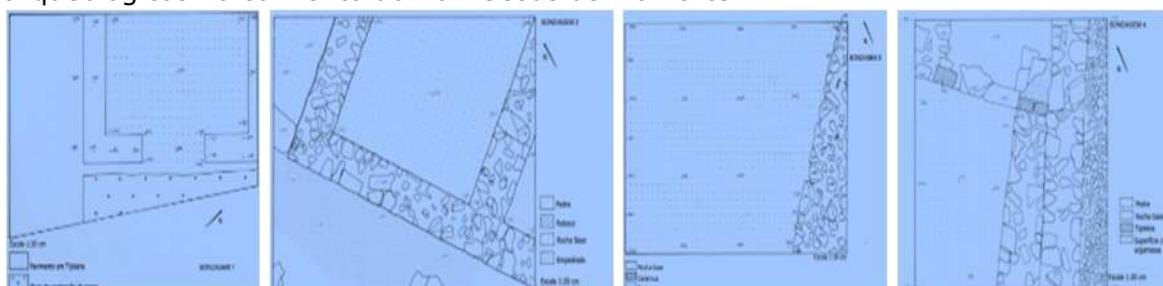


Figura 17 – Plantas das estruturas identificadas no âmbito dos trabalhos arqueológicos no convento do Bom Jesus de Monforte

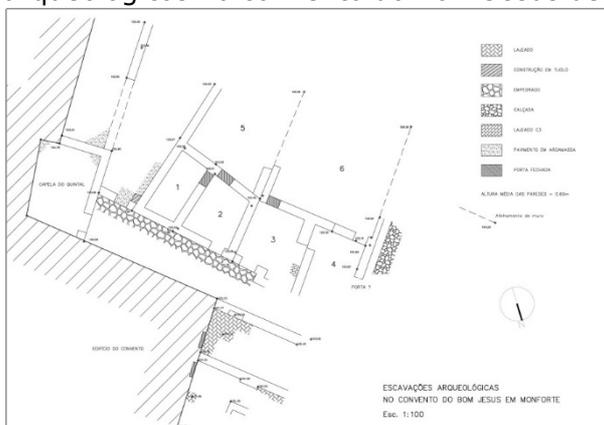


Figura 18 – Planta geral das estruturas identificadas no âmbito dos trabalhos arqueológicos no convento do Bom Jesus de Monforte

O projeto de adaptação do edifício histórico foi pensado para preservar o mais possível a antiga traça do edifício do convento, respeitando o facto de encostar à muralha medieval, pelo que a mesma foi deixada à mostra e assumida como uma das paredes do novo edifício. Relativamente aos trabalhos arqueológicos foram feitos todos os registos fotográficos, gráficos e descritivos considerados necessários para se obter o máximo de informação a partir da realidade observada. Todas as estruturas identificadas, como muros e pavimentos, foram removidas para possibilitar as escavações necessárias à estabilidade do novo edifício, e as escavações no âmbito da obra de reconstrução incidiram sobretudo no rebaixamento do substrato rochoso sobre o qual se alicerçavam as estruturas arqueológicas colocadas a descoberto. Recolheu-se um amplo e diversificado conjunto de materiais arqueológicos, testemunho da utilização do espaço ao longo dos séculos, em contexto de grandes revolvimentos de terras, como no caso da recolha de um machado pré-histórico de pedra polida em associação com faianças e porcelanas. Apesar das grandes alterações ocorridas ao nível da estratigrafia arqueológica, o conjunto expressivo, ainda que disperso, de faianças e porcelanas (sobretudo tigelas, pratos e taças) enquadráveis entre os séculos XVI e XVIII remetem para a ampla utilização que tiveram no universo da vida conventual. Estes materiais foram depositados na Reserva Municipal de Arqueologia onde se encontram presentemente. Todos os procedimentos para concretizar a intervenção arqueológica, tanto numa fase prévia de planeamento de estratégia de intervenção como no decurso dos mesmos e na fase final de avaliação de vestígios foram articulados entre o GTL, em representação do Município e a Extensão Territorial do Crato do IPA, enquanto entidade da tutela, tendo decorrido de forma a cumprir os procedimentos legalmente exigidos.

Em resultado deste enquadramento que o GTL fez da arqueologia na Câmara Municipal de Monforte, seguem-se algumas intervenções ao

nível do Centro Histórico, a partir das quais se iniciou de forma sistemática a caracterização arqueológica da vila de Monforte.

Também em 2001, na sequência de um projeto que visava melhorar o acesso ao **castelo de Monforte** (Fig.19 - 20), a partir da via que o contornava pelo exterior e que fazia a ligação entre o rossio da vila e o Centro histórico, foi iniciado um conjunto de sondagens arqueológicas de cariz preventivo, cuja implantação se realizou apenas na área a ser afetada pelas obras. Os trabalhos a desenvolver previam a colocação de uma escadaria metálica numa zona da muralha que ruíra já após as intervenções que a DGMN realizou naquele espaço nos anos 50 do séc. XX (reconstrução de ameias e construção miradouro sobre o troço este da muralha) e a colocação de sinalética explicativa junto à porta de acesso à alcáçova a partir da vila, o que significava proceder à remoção de terras, com desconhecimento completo da realidade arqueológica daquela área. Nestas primeiras sondagens não se verificou a ocorrência de estruturas que impossibilitassem a prossecução do projeto, até porque a construção de uma estrutura de apoio à atividade de "tiro aos pratos", nos anos 80, tinha já alterado eventuais contextos conservados e deixado uma ampla área coberta de entulhos de pedra e terras revolvidas.

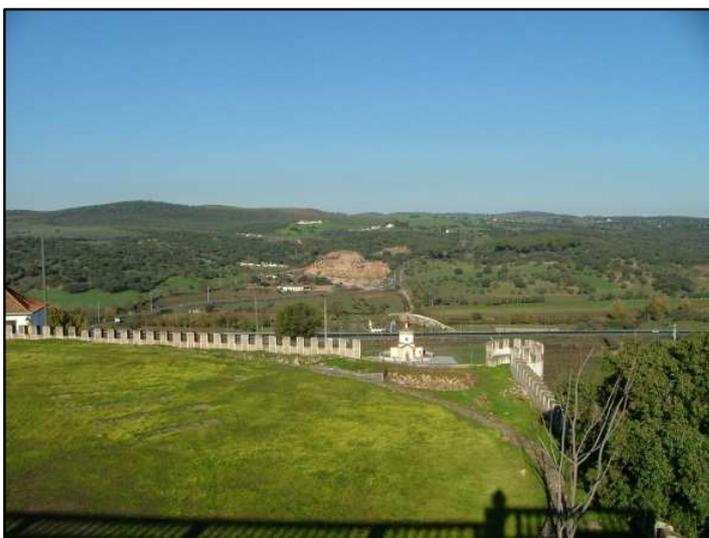


Figura 19 – Castelo de Monforte

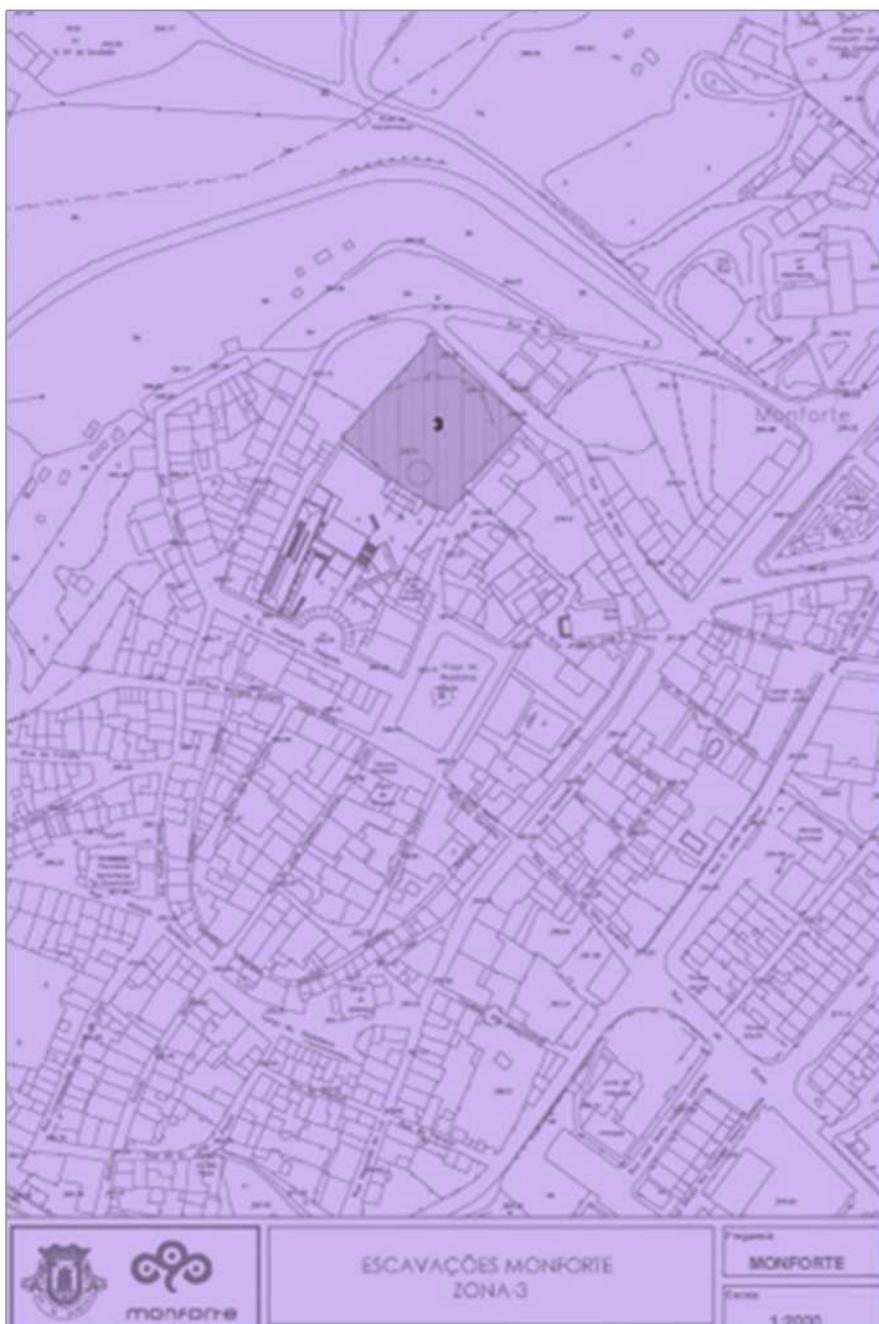


Figura 20 – Planta de localização do castelo de Monforte na malha urbana

Na mesma altura em que têm lugar estes primeiros trabalhos arqueológicos no castelo, e na sequência da obra de reabilitação do antigo convento do Bom Jesus, foi apresentado pelo GTL um projeto de arquitetura paisagista que visava a criação de um espaço verde na zona da alcáçova do castelo de Monforte. A primeira avaliação feita pela arqueologia, cingira-se a sondagens junto à muralha (Fig. 21), em áreas pequenas e bem delimitadas, mas este novo projeto visava

abranger a totalidade do espaço e previa a abertura de valas e fossas para plantações de espécies verdes de médio e grande porte, pelo que implicou rever a estratégia de planeamento da intervenção, condicionada à partida pela prévia análise arqueológica, numa área que se afigurava tão sensível quanto à ocorrência de vestígios.



Figura 21- Sondagens arqueológicas no castelo de Monforte

Um conjunto significativo de obras desenvolvidas entre 1945 e 1949 provocaram movimentações expressivas de terras, acumulação de entulhos e a terraplanagem da área da alcáçova, com demolições parciais do troço sul da muralha e com a sobreposição de um miradouro ao troço Este da mesma<sup>17</sup>. A intervenção arqueológica consistiu na realização de uma nova sondagem preventiva (sondagem 4), em 2003, implantada estrategicamente junto ao atual miradouro do castelo e abrangendo um muro semicircular visível à superfície, com o objetivo de verificar de que forma este muro se alicerçava e se existiam outras estruturas associadas. Constatou-se que a estrutura correspondia a obras recentes de nivelamento da plataforma do castelo, mas verificou-se a existência de um conjunto de estruturas antigas que assentavam sobre o afloramento rochoso e que, grosso modo correspondiam às construções assinaladas em planta por Duarte Darmas (Fig. 22 – 25). A prossecução dos trabalhos revelou, a par da existência de estruturas conservadas, diversos enterramentos humanos, que levaram à redefinição da estratégia de escavação e à articulação com o Laboratório de Antropologia Biológica da Universidade de Évora no

<sup>17</sup> Morgado (2006) - Castelo de Monforte (Monforte). Relatório de trabalhos arqueológicos apresentado ao Instituto Português de Arqueologia.

sentido de se proceder à escavação, levantamento e estudo dos mesmos (Fig. 26). Por vicissitudes várias, as escavações foram apenas concluídas em 2006, mas a partir do momento em que se constatou que havia estruturas arqueológicas conservadas e que o espaço foi utilizado, ainda que parcialmente, como necrópole, o arranjo paisagístico planeado inicialmente foi reformulado e optou-se por uma solução não intrusiva no subsolo, sem plantações ou sobreposição de novas estruturas, ficando o espaço do castelo como reserva arqueológica, passível de ser intervencionado em futuros projetos de investigação e valorização patrimonial.

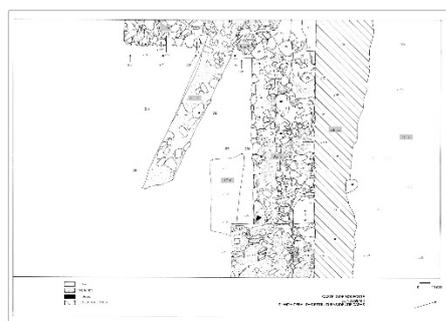


Figura 22 – Aspecto geral da sondagem 4

Figura 23 – Planta geral da sondagem 4

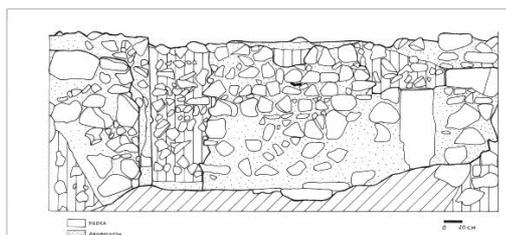
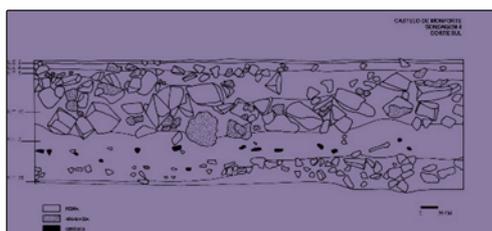


Figura 24 – Pormenor da sondagem 4



Figura 25 – Pormenor de assentamento das estruturas no substrato geológico



Figura 26 - Enterramentos no castelo de Monforte

Em 2002 é realizado um trabalho de acompanhamento arqueológico, no âmbito de uma obra de construção de garagem, que previa um desaterro junto à muralha da vila - **Acompanhamento de obra na Av. General Humberto Delgado, n.º 4, Monforte**<sup>18</sup> (Fig. 27). O acompanhamento desta obra representou a possibilidade de caracterização da implantação da muralha da vila pelo seu exterior, ainda que anteriores escavações no antigo convento do Bom Jesus tivessem permitido uma primeira avaliação da implantação da muralha pelo seu interior. Os trabalhos de remoção de terras inicialmente previstos foram realizados com recursos a máquina retro escavadora, até uma cota de cerca de 50cm de profundidade, em que começou a surgir o substrato rochoso, caracterizado por granito que na sua parte superior se encontrava em desagregação. Ao definir-se o

<sup>18</sup> Morgado (2002) - Av. General Humberto Delgado, n.º 4 (Monforte). Relatório de trabalhos arqueológicos (acompanhamento de obra).

embasamento da muralha de forma manual, verificamos que, pelo menos naquela área em concreto, a mesma se alicerça sobrepondo-se à modelação natural da rocha, sem alicerce ou reforços estruturais (Fig. 28). Esta análise permitiu definir algumas regras de atuação em termos de obras civis, com vista à segurança pública, nomeadamente quando eram previstas novas construções ou reabilitações de edifícios pré existentes junto à muralha.

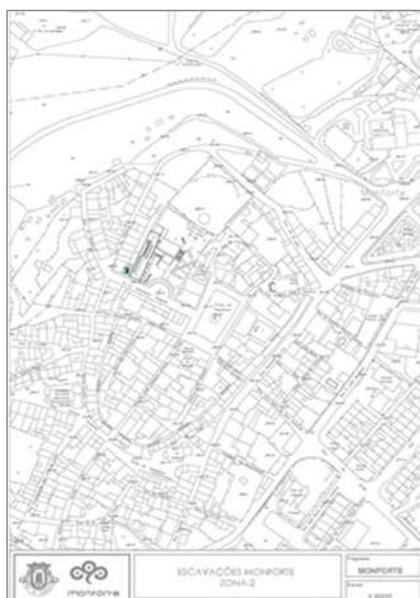


Figura Monforte 27 —  
Localização do n.º 4 da Av.  
General Humberto Delgado na  
malha urbana de



Figura 28 – Pormenor do embasamento  
da muralha de Monforte

Em 2004 os trabalhos de salvaguarda arqueológica consistiram no **Acompanhamento de obra no âmbito do Projeto de Remodelação de infraestruturas e Pavimentos de Monforte**<sup>19</sup>, o que se traduziu na escavação de todas as ruas do centro histórico e na substituição das canalizações antigas. Os relatórios de obras realizados na primeira metade do séc. XX, quando foi criada a primeira rede de abastecimento público de água e saneamento em Monforte são

<sup>19</sup> Morgado, (2004) - Acompanhamento de obra no âmbito do Projeto de Infraestruturas e Pavimentos de Monforte. Relatório de trabalhos arqueológicos.

completamente omissos relativamente à ocorrência de património arqueológico. Após estas primeiras intervenções, seguiram-se trabalhos de reparação, substituição ou ampliação da rede, ao longo dos anos 50, registados nos relatórios então redigidos, com algumas referências a largura e profundidade das valas e dos materiais utilizados na obra, a que se seguiram novas reparações ao longo dos anos 70, muitas vezes sem qualquer tipo de projeto ou registo escrito. As fontes de informação mais fidedignas quanto à forma como os trabalhos de abertura das valas decorreram e que tipo de vestígios foram observados e/ou destruídos na época, foram os testemunhos orais passíveis de recolha numa fase imediatamente antes do início do acompanhamento arqueológico. Foi no entanto possível perceber a ocorrência de situações de destruição de património arqueológico e preparar a estratégia de intervenção no sentido de registar todos os testemunhos que pudessem ainda funcionar como indicadores contextuais da ocupação do espaço no Centro Histórico da vila.

A reabertura de valas coincidiu com o traçado das antigas canalizações, o que reduziu o risco de destruição de estruturas e contextos ainda conservados, tendo-se verificado de forma clara como a rede de águas e esgotos anteriormente construída influiu negativamente na conservação do património arqueológico. Essas primeiras obras de saneamento causaram a destruição parcial de algumas estruturas (sobretudo silos) e provocaram um profundo remeximento do subsolo.

O acompanhamento das obras permitiu a identificação de algumas realidades arqueológicas e confirmar registos orais acerca de “achados” ocorridos durante a construção da primeira rede de infraestruturas da vila de Monforte, com referências a túneis, poços e grandes potes enterrados nas ruas. Foi identificado um antigo poço, escavado na rocha, cuja localização aproximada se conhecia através de relatos orais. Este poço, localizado junto ao antigo Hospital da Misericórdia de Monforte, tem cerca de 7 metros de profundidade por

2 de diâmetro, e foi utilizado até há poucas décadas pela população de Monforte para retirar água e refrigerar bebidas e alimentos. A preservação desta estrutura implicou apenas um ligeiro desvio da vala e foi-lhe colocada por cima uma tampa que permite a sua identificação e o acesso ao interior, reservando-se a possibilidade de uma futura musealização (Fig. 29).

Junto à porta de acesso ao castelo, a partir do interior da vila, quando se procedia à abertura de um ramal de ligação ao depósito de abastecimento de água da vila de Monforte, identificou-se, ainda que parcialmente destruída por obras anteriores, parte da antiga muralha do séc. XIV. O aparelho de construção desta estrutura, parcialmente revestido com argamassa à base de cal, é semelhante ao que se observa nos vários troços de muralha ainda bastante bem preservados na sua configuração medieval, apesar de completamente integrada nos edifícios do Centro Histórico da vila. A identificação desta realidade permitiu confirmar a orientação da muralha e verificar como as obras ocorridas nos anos cinquenta se orientaram e por vezes estruturaram em função e fazendo o aproveitamento de estruturas pré existentes.

Identificaram-se ainda diversos 16 silos escavados no substrato rochoso, com perfil em saco e sem nenhum tipo de revestimento, em locais onde a rocha é relativamente branda, mas suficientemente resistente para permitir a sua escavação, ainda que pontualmente se tenha observado o seu reforço com muros de pedra que rematam as estruturas ao nível da boca. Nas ruas com estas características, o aproveitamento do substrato rochoso foi intensivo, ao ponto de haver silos que distam apenas alguns centímetros de distância em relação a outros.

As obras ocorridas durante o século XX danificaram consideravelmente alguns destes vestígios, sobretudo os mais superficiais. Em alguns casos, observou-se apenas a destruição da boca dos silos, que apresentavam ainda fragmentos da tampa em xisto, perfurada ao centro, enquanto noutras situações a destruição foi

quase total. É um conjunto de estruturas muito semelhantes, cuja boca mede cerca de 40 cm de diâmetro, podendo o diâmetro e profundidade máximas alcançar os 200 cm, embora estas medidas tenham sido extrapoladas a partir dos silos que foi possível medir com alguma segurança (Fig. 30-31). Estes silos terão sido parcialmente esvaziados aquando da sua destruição nos anos 50, e calculamos que não tenha sido apenas na medida exata das necessidades de colocação de canalizações, mas muito provavelmente por curiosidade em conhecer o conteúdo destas estruturas e até procurar objetos com algum valor. A estes remeximentos sucederam-se ações de entulhamento com pedras, fragmentos de cerâmica e terras mal compactadas. Não foi possível escavar os silos, devido à falta de condições de segurança, nomeadamente do desmoronamento frequente das paredes, mas efetuaram-se os registos fotográficos, gráficos e descritivos necessários à caracterização das estruturas e à sua localização exata. Os materiais que se encontravam associados (sobretudo cerâmicas comuns e algumas escassas faianças) enquadram-se em contextos de tal forma remexidos e alterados que não foi possível determinar uma cronologia rigorosa, se bem que aparentemente sejam materiais utilizados no preenchimento dos silos em fase de fim de vida destas estruturas. O estudo dos materiais e o cruzamento de dados permite situar a construção destas estruturas num momento anterior ao séc. XVIII, prolongando-se a sua utilização por um período de tempo indeterminado, mas que possivelmente não foi além do final do séc. XIX. A sua localização, maioritariamente no eixo de atuais ruas com circulação automóvel, a par da fragilidade do estado de conservação impossibilitou que fossem deixados visíveis para fins de musealização. Contudo, os registos efetuados e o mapeamento de áreas sensíveis no Centro Histórico, resultou num documento informativo, de apoio ao planeamento de obras públicas futuras.



Figura 29 — Poço cisterna identificado no decurso dos trabalhos



Figura 30 - Pormenor de silos identificados no decurso da obra



Figura 31 - Estado de conservação dos silos na fase de reabertura

Em 2005, a articulação entre dois projetos, um deles promovido pelo Município de Monforte, designado “Requalificação e Valorização da Ponte de Monforte – Corredor Eco-fluvial da Ribeira Grande” e o “Programa de Pontes Históricas do Alentejo”, promovido pelo IPPAR mas com colaboração do Município, resultou na valorização da envolvente da ponte romana de Monforte. A manutenção e arranjo paisagístico em torno deste monumento, classificado como Imóvel de Interesse Público (Decreto-Lei n.º 29/90 de 17 de Julho), implicava algumas movimentações de terras e modulação do terreno junto à ponte. Os desaterros planeados previam libertar visualmente o monumento da terra e vegetação acumuladas ao longo dos anos e

determinar a existência e estado de conservação de vários arcos totalmente soterrados em resultado do assoreamento da ribeira e do encurtamento das margens. Dos 12 arcos que supostamente existiam no séc. XVIII, tendo em consideração os dados documentais, apenas 5 eram visíveis à data de elaboração do projeto de requalificação da área.

No contexto dos trabalhos preparatórios da intervenção, estava prevista a retirada de terras e vegetação invasiva acumuladas em torno da estrutura, tanto a montante como a jusante, o que implicou e justificou o acompanhamento arqueológico dos trabalhos. O projeto da obra previa a integração da componente ambiental, com a plantação de espécies vegetais autóctones, com a componente patrimonial, materializada na ponte romana sobre a ribeira Grande (Fig.32).

No âmbito da intervenção arqueológica que sucedeu ao projeto, designada **Intervenção arqueológica na envolvente da ponte romana (Monforte)**<sup>20</sup>, verificou-se um conjunto de situações que conduziu a algumas alterações no planeamento inicial do arranjo paisagístico, nomeadamente ao ser observada uma estrutura de reforço da ponte quando se começaram a retirar as terras em seu redor. Ao colocar em causa a estabilidade do monumento, optou-se por não prosseguir com a retirada de terras naquela zona, apesar de não se poderem libertar visualmente os arcos da ponte, entretanto soterrados pelas terras que a água arrastou (Fig.33). Também a jusante da ponte, numa área destinada à plantação de árvores foi necessário alterar o projetado, quando se identificou um antigo forno de tijolo bastante bem conservado ao nível da fornalha, no local exato de passagem de valas para plantações (Fig.34). O projeto de arquitetura paisagista foi sendo adaptado a estas vicissitudes decorrentes da intervenção e análise arqueológicas, e salvaguardaram-se para futuras intervenções programadas os vestígios identificados. O

---

<sup>20</sup> Morgado, (2005) - Intervenção arqueológica na envolvente da ponte romana (Monforte). Relatório de trabalhos arqueológicos (acompanhamento de obra) apresentado ao Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico.

mapeamento dos vestígios arqueológicos consistiu em assinalar em planta as zonas sensíveis de ocorrência de estruturas e materiais e em definir áreas de proteção em torno das mesmas, com delimitação no terreno do espaço que ficaria salvaguardado de qualquer plantação ou intervenção a nível do subsolo.



Figura 32 — Ponte romana de Monforte



Figura 33 - Intervenção no espaço envolvente da ponte romana de Monforte



Figura 34 — Forno de tijolo identificado na envolvente da ponte romana de Monforte

Também em 2005, numa intervenção de registo para salvaguarda, promoveu-se a limpeza da ponte do Cubo<sup>21</sup>, estrutura com cerca de 15 m de comprimento por 2 m de largura, situada nas proximidades da ponte romana de Monforte, e completamente invadida e oculta por vegetação ao longo dos anos (Fig. 35). O estado em que se encontrava fez com que tenha passado despercebida durante muito tempo, não figurando sequer nos registos da Carta Militar de Portugal 384, edição de 1970. O único elemento construído que consta da carta, na área de localização da ponte, é a fonte do Cubo, pequena fonte de mergulho que ainda hoje se conserva. O antigo caminho que passava pela ponte é apenas vestigial e foi cortado ao longo dos anos por cercas de propriedade e praticamente eliminado pelas sucessivas lavras do terreno. Relativamente à data de construção da ponte não se possuem dados seguros, até porque as únicas referências que se conhecem até ao momento são as constantes da Monografia Geral do Concelho de Monforte<sup>22</sup>. Presentemente, e sem dados fiáveis, considera-se esta ponte como medieval/moderna.

A ação de limpeza da ponte foi desenvolvida no âmbito do “Curso de técnicos de restauro e trabalho arqueológico”, promovido pelo Município em parceria com a Associação de Desenvolvimento Local ADITC (Associação de Desenvolvimento Integrado Terras do

<sup>21</sup> Morgado (2005). Trabalhos de valorização da ponte do Cubo (limpeza e registo). Relatório de trabalhos arqueológicos.

<sup>22</sup> CUNHA (1985) *Monografia Geral sobre o concelho de Monforte*. Monforte, Câmara Municipal de Monforte, p.121, p.173

Condestável) e possibilitou a limpeza integral do monumento da vegetação que a ocultava e o primeiro registo gráfico (alçados e planta) de que temos conhecimento e que serviu de base para a avaliação de conservação e restauro que lhe sucedeu (Fig. 36 - 38). O documento que a partir daqui foi elaborado, do qual constam campos como a história, cronologia, localização, dimensões, características construtivas, estado de conservação, assume um papel de ferramenta de apoio ao planeamento territorial em concreto na análise de projetos de pequenas construções hídricas em meio rural, situação que nos últimos anos se tem verificado com alguma frequência no concelho de Monforte.

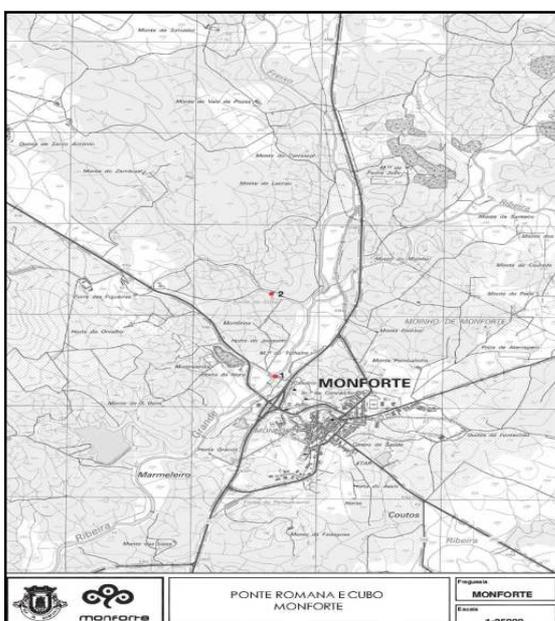


Figura 35 — Localização da ponte romana de Monforte (1) e ponte do Cubo (2)



Ponte do Cubo - vista de SW

Ponte do Cubo - vista de SE

Ponte do Cubo - vista de NW

Ponte do Cubo - Vista a partir do leito da ribeira, de jusante para montante

Figura 36 — Vistas gerais da ponte do Cubo antes da intervenção



Ponte do Cubo – vista de SW



Ponte do Cubo - vista de W

Figura 37 - Ponte do Cubo após intervenção

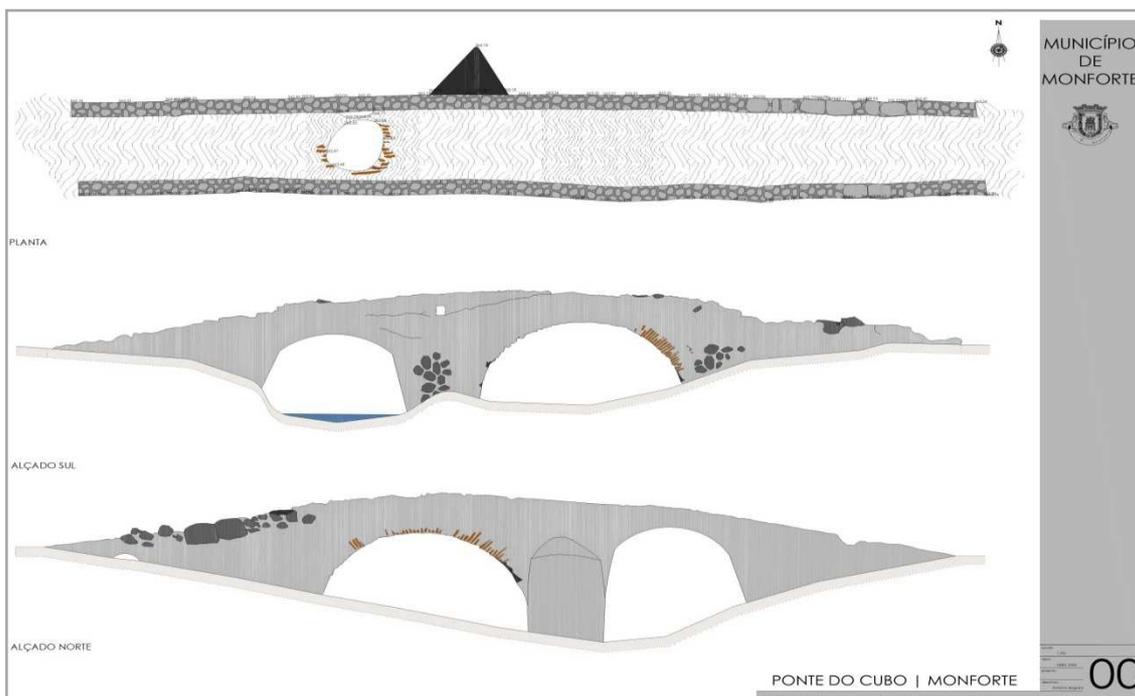


Figura 38 — Levantamento gráfico da ponte do Cubo

Em 2017, a concretização de projetos de reabilitação de espaços históricos, concretamente no espaço do antigo hospital e igreja da Misericórdia de Monforte e na envolvente da igreja Matriz de Monforte, implicaram grandes movimentações de terras e produziram efeitos diretos ao nível da preservação do património arqueológico.

Os trabalhos arqueológicos que decorreram no âmbito do projeto de **construção do Centro de Educação e Formação e Universidade Sénior/Hospital Velho (CEFUS)** foram faseados em duas etapas, uma primeira de acompanhamento da demolição de estruturas pertencentes ao antigo Hospital da Misericórdia de Monforte

e das escavações mecânicas e remoção de terras naquele espaço, e uma segunda de realização de sondagens preventivas no interior da igreja da Misericórdia. O local da intervenção, designado Hospital Velho, correspondia ao edifício do antigo hospital da Misericórdia de Monforte, cuja data de construção remonta ao séc. XVI. Este edifício em ruínas, propriedade do Município de Monforte, situava-se no interior do perímetro definido pela muralha, dentro da área do Centro Histórico de Monforte, numa das extremidades norte da praça central da vila (Fig. 39). À data de início do projeto subsistiam apenas as paredes exteriores e algumas divisórias interiores em avançado estado de ruína. O único espaço minimamente conservado era a antiga igreja do hospital, edifício anexo, para a qual foram antecipadamente previstos trabalhos de conservação e restauro, em resultado de uma estratégia abrangente de salvaguarda patrimonial.

A primeira fase dos trabalhos arqueológicos, de acompanhamento das demolições, permitiu verificar a reutilização de materiais pétreos de construções anteriores (blocos de granito aparelhados) e inclusivamente de cabeceiras de sepultura medievais. Numa abordagem arqueológica da arquitetura, identificou-se ainda um lava-mãos em mármore, que se encontrava no interior de uma parede, no local onde se situaria a antiga sacristia da igreja anexa ao Hospital da Misericórdia, bem como diversas evidências de portas e janelas entretanto entaipadas, que testemunham várias fases de utilização e readaptação dos espaços ao longo da vida útil dos edifícios (Fig. 40).

Durante o processo de movimentação de terras realizado após a demolição das estruturas, identificaram-se algumas situações coerentes com a utilização do espaço como hospital, em concreto uma zona de lixeira numa área marginal e exterior aos edifícios, onde se recolheram frascos de vidro de medicamentos, e um conjunto de objetos de metal bastante danificados, entre os quais pratos com a inscrição "sopa dos pobres" e bacios destinados aos utentes, com as iniciais H.M., correspondente a Hospital da Misericórdia (Fig.41). O

substrato geológico encontrava-se a pouca profundidade em relação ao pavimento da rua e ao próprio pavimento do antigo edifício do Hospital da Misericórdia, pelo que a potência estratigráfica era muito reduzida e não se observaram contextos conservados. A grande dureza da rocha, que se observou em toda a área intervencionada dificultaria a construção de estruturas negativas, o que poderá estar relacionado com a ausência desse tipo de vestígios. Esta é, aliás, uma situação que podemos constatar noutra tipo de intervenções realizadas no centro histórico, em que apenas se observam estruturas negativas, concretamente silos, quando a dureza da rocha permite a escavação. À exceção de um pequeno poço parcialmente escavado na rocha e entulhado com fragmentos de cerâmica relativamente recentes (Fig. 42), não se registaram outro tipo de vestígios anteriores naquele espaço, que terá sido profundamente descaracterizado com a construção de edifícios durante o séc. XVI. Atendendo a estas condicionantes, a escavação e remoção previstas em cede de projeto, de cerca de 100 cm abaixo da cota do pavimento, decorreu quase integralmente com recurso à remoção de rocha compacta.

A obra a realizar no edifício anexo da antiga igreja do hospital da Misericórdia, em concreto ao nível do pavimento, foi pensada de forma a alterar o menos possível o espaço e os materiais que se encontravam conservados, até porque atendendo às características do espaço, a probabilidade de ocorrência de enterramentos era elevada no caso de se proceder a intrusões no subsolo. Foi por isso prevista a simples substituição do pavimento de tijoleira, que se encontrava extremamente degradado, por outro material adequado ao espaço. Contudo, a simples remoção das primeiras tijoleiras, efetuada no âmbito de uma pequena sondagem avaliativa, deixou à vista fragmentos de ossos humanos indiciadores de enterramentos no local, o que veio a ser confirmado com a prossecução dos trabalhos. Constatou-se a existência de enterramentos a escassos centímetros de profundidade em relação à cota do pavimento, cuja preservação física

seria afetada pela compactação do solo necessária à colocação do novo pavimento. Por esse motivo, e numa estratégia concertada de salvaguarda e preservação dos vestígios biológicos humanos, optou-se pela escavação integral do espaço. Sob o pavimento da igreja identificou-se uma necrópole escavada na rocha, com 20 sepulturas conservadas, reutilizadas ao longo do tempo, à qual se sobrepôs o edifício no séc. XVI, como pudemos verificar pelas várias sepulturas com enterramentos que se prolongam sob os muros da construção (Fig.43). Por questões de preservação dos vestígios, optou-se por remover todos os enterramentos, à exceção de dois que foram objeto de um projeto museológico e que passaram a integrar o novo espaço. A necrópole foi coberta com manta geotêxtil e saibro para proteção destas estruturas antes dos trabalhos de assentamento do novo pavimento (Fig.44).

A musealização parcial dos vestígios foi alvo de avaliação e ponderação entre os vários técnicos envolvidos no projeto, tanto da área da arquitetura e engenharia, como da arqueologia, antropologia e conservação e restauro, tendo-se optado por manter esses testemunhos à vista numa ótica de registo da utilização do espaço ao longo do tempo e de articulação com a capela dos ossos existente a poucos metros de distância desta igreja. Estes espaços, que refletem o tema da morte, foram integrados na rede de pontos turísticos de interesse na vila de Monforte (Fig. 45).



Figura 39 — Localização do Hospital e igreja da Misericórdia de Monforte



Figura 40 - Trabalhos de demolição do Hospital Velho da Misericórdia de Monforte e elementos recuperados



Figura 41 - materiais recolhidos em contexto de lixeira do Hospital



Figura 42 - Poço identificado no âmbito dos trabalhos de acompanhamento



Figura 43 - Necrópole identificada na igreja do Hospital Velho da Misericórdia de Monforte



Figura 44 - Proteção da necrópole da igreja após levantamento dos enterramentos



Figura 45 - Musealização de enterramentos na igreja do Hospital Velho da Misericórdia de Monforte

A intervenção arqueológica exigida pela construção da Casa Mortuária de Monforte, localizada a escassos metros de distância da igreja da Misericórdia e junto à igreja Matriz, decorreu numa área utilizada ao longo das últimas décadas apenas como quintal da igreja (Fig.46). À semelhança das grandes alterações arquitetónicas no centro histórico, ocorridas durante os anos 40 e 50 do século XX, também nessa época e naquele espaço foi construído um edifício de apoio à igreja e efetuadas movimentações de terras, algumas das quais para abrir várias caldeiras para árvores, que terão alterado contextos arqueológicos aquela data ainda conservados. Apesar de ser previsível o anterior remeximento do subsolo, mas por se tratar de uma área sensível quanto à possibilidade de existência de vestígios osteológicos humanos, optou-se por realizar sondagens com carácter preventivo, anteriores ao acompanhamento arqueológico em fase de obra.

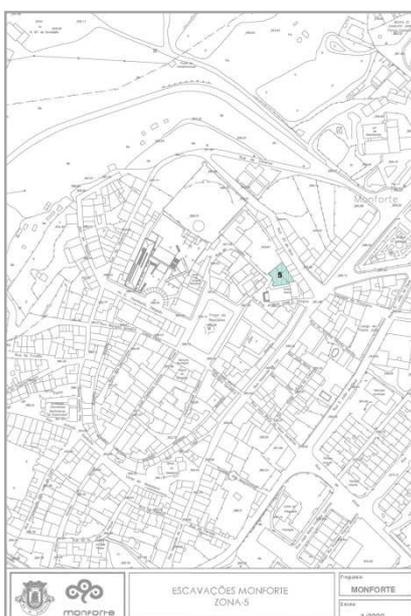


Figura 46 — Localização do quintal da Igreja Matriz de Monforte na malha urbana da vila

Logo a partir dos primeiros trabalhos de escavação, num espaço delimitado pela muralha medieval e que se encontrava sobre-elevado em relação à área envolvente, verificou-se a presença de ossos humanos descontextualizados e, a apenas alguns centímetros de profundidade, constatou-se a existência de enterramentos *in situ*. Face a esta situação e atendendo a que não era possível deslocar o edifício por falta de espaço, optou-se por escavar toda a área a ser afetada pela nova construção. Foi realizada a escavação e levantamento de um amplo conjunto de enterramentos, que se sobrepunham em camadas, maximizando o espaço disponível, em simples fossas abertas na terra. O espólio associado era pouco expressivo e resumiu-se a um anel, um rosário e algumas moedas de liga metálica em contextos de revolvimento, que apontam para uma cronologia tardo medieval, moderna (Fig. 47). Ao chegar ao substrato geológico, e ao atingir-se a cota de escavação da obra, identificou-se uma necrópole com sepulturas escavadas na rocha, à qual se sobrepôs a muralha do séc. XIV (Fig. 48). Efetuou-se a sua localização em planta e escavou-se apenas uma delas, situada no espaço de implantação de um pilar do edifício projetado para o local, deixando-se em reserva arqueológica as restantes, por não apresentarem risco de destruição (Fig.49).

As sepulturas anteriormente identificadas na antiga igreja do Hospital da Misericórdia e já parcialmente musealizadas, e as que se identificaram no espaço de construção da nova casa mortuária fariam parte de uma mesma necrópole escavada na rocha, parcialmente cortada pela construção de edifícios e arruamentos que se lhe sucederam no tempo.



Figura 47 - Trabalhos de escavação no Quintal da Igreja Matriz de Monforte



Figura 48 - Identificação de necrópole escavada na rocha, com muralha sobreposta



Figura 49 - Sepultura escavada na rocha

As opções tomadas nestas duas últimas intervenções, relativamente à escavação ou não de espólio humano, tiveram em consideração as possibilidades de alteração e/ou adaptação dos projetos de arquitetura e a salvaguarda da integridade material desses mesmos vestígios, numa estratégia de articulação entre preservação e valorização patrimonial e a concretização das obras públicas.

Em todas as situações em que se constatou não existir risco para a preservação física dos vestígios, e tendo presente a noção da

destruição que a própria escavação arqueológica comporta, optou-se por não realizar qualquer tipo de intervenção, mantendo os contextos inalterados para memória futura.

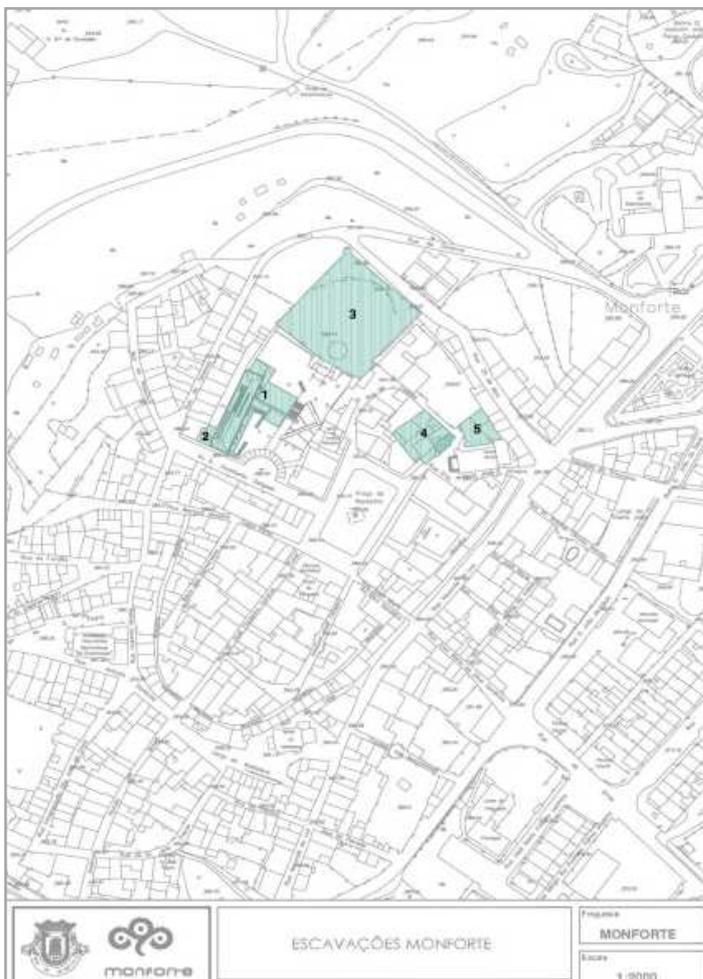


Figura 50 - Localização das várias intervenções arqueológicas no Centro Histórico de Monforte: 1 - Convento do Bom Jesus; 2 - Av. General Humberto Delgado, n.º 4; 3 -Castelo; 4 - Hospital e igreja da Misericórdia; 5 - Quintal da Igreja Matriz de Monforte

## 2. Considerações finais

A descoberta da villa romana de Torre de Palma e os trabalhos de escavação e valorização que se lhe seguiram, constituem o primeiro marco relevante no processo de salvaguarda arqueológica no concelho de Monforte, que até ao presente conheceu diversas etapas e estratégias de intervenção, modeladas de acordo com as políticas

oficiais de intervenção no Património e com a crescente sensibilização do poder local para a gestão integrada dos centros urbanos e do território.

A ação das equipas territoriais do Instituto Português de Arqueologia, criado em 1997, refletiu-se numa aproximação das políticas culturais produzidas pelo poder central aos Municípios e às esferas do poder local. Em resultado dessa ação, todas as obras públicas realizadas em Monforte a partir dessa altura passam a ser alvo de intervenção arqueológica por parte de técnicos municipais, o que constituiu uma oportunidade de aproximação entre a prática arqueológica em meio urbano e as obras públicas. A ação direta do GTL (Gabinete Técnico Local de Monforte), em articulação com os técnicos do IPA, significou uma mudança na forma como a arqueologia era tradicionalmente vista, e uma nova visão do papel do arqueólogo enquanto técnico interventivo na preparação e acompanhamento dos procedimentos de obras públicas.

Em Monforte, apesar da reduzida pressão urbanística e da inexistência de grandes obras viárias ou outras com impacto significativo ao nível do património arqueológico, o trabalho desenvolvido a nível interno pelo Município, no campo da Arqueologia, permitiu começar a esboçar um mapa arqueológico do Centro de Monforte, a partir de escavações e acompanhamentos realizados na sequência de obras de construção e/ou remodelação de edifícios e espaços públicos.

O crescimento de dados provenientes de trabalhos arqueológicos realizados em Monforte tem contribuído de forma determinante para a ampliação do conhecimento sobre o património arqueológico do concelho. Este conhecimento vem reforçar o papel e o discurso da arqueologia junto da população e do poder político local e contribui de forma determinante para a construção progressiva da memória histórica coletiva e consequentemente para a salvaguarda do património arqueológico.

## Bibliografia

- ALARCÃO, J. de (1988) - *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Phillips, 1988. 4 vol. Vol. 1: Introduction. Vol. 2 (fasc. 1): Porto, Bragança, Viseu. Vol. 2 (fasc. 2): Coimbra, Lisboa. Vol. 2 (fasc. 3): Évora, Lagos, Faro. BA: PI/Ala.
- BOAVENTURA, Rui (2006) - Os IV e III milénios a.n.e. na região de Monforte, para além dos mapas com pontos: os casos do cluster de Rabuje e do povoado com fossos de Moreiros 2. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 9:2.
- BUGALHÃO, Jacinta (1998) – O povoamento rural romano no Alentejo: contribuição da arqueologia preventiva. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 1:2, p. 123 - 136.
- BUGALHÃO, Jacinta (2004) – O núcleo de povoamento rural dos Sardos, Monforte. *Arqueologia na rede de transporte de gás: 10 anos de investigação. Trabalhos de Arqueologia*. 39 Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 109-150.
- CARNEIRO, André (2008) - Itinerários Romanos do Alentejo. Uma releitura de "As Grandes Vias da Lusitânia – O itinerário de Antonino Pio" de Mario Saa, cinquenta anos depois. Lisboa.
- CUNHA, A. M. (1985) - *Monografia geral sobre o concelho de Monforte*. Monforte: Câmara Municipal de Monforte.
- HELENO, Manuel (1962) - A Vila lusitano-romana de Torre de Palma (Monforte). *O Arqueólogo Português*. Lisboa, vol.IV, 2 série, p. 313-338.
- LEISNER, Georg e LEISNER, Vera (1959) - *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel: der Westen*. Madrider Forschungen. Berlim: Walter de Gruyter & Co. (Madrider Forschungen, Bd. 1:2).
- MALONEY, Stephanie (2000) - As escavações da Universidade de Louisville na Villa de Torre de Palma, Portugal 1983-2000: alguns

resultados preliminares. *A Cidade, Revista Cultural de Portalegre*. N.º 13/14 (Nova Série) 1999-2000, pp. 105-120.

MARTINS, Ana Margarida Nunes (2012) - A salvaguarda do património arqueológico no âmbito dos processos de avaliação de impacto ambiental e de ordenamento territorial: reflexões a partir do direito do património cultural, do ambiente e da gestão do território. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, Vol.15, p.219-256.

SILVA, J. (2001) - *O Centro histórico da vila de Monforte: evolução histórica, problemáticas de conservação e vias de animação cultural*, Lusíada. Arqueologia, História da Arte e Património. Lisboa, Universidade Lusíada, 213-253.

MORGADO, Paula (2001) - *Convento do Bom Jesus (Monforte)*. Relatório Técnico-científico final. Acessível nos Arquivos do DGPC. Lisboa, Portugal.

MORGADO, Paula (2002) - *Av. General Humberto Delgado, n.º 4 (Monforte)*. Relatório Técnico-científico final. Acessível nos Arquivos do DGPC. Lisboa, Portugal.

MORGADO, Paula (2004) - *Acompanhamento de obra no âmbito do Projeto de Infraestruturas e Pavimentos de Monforte*. Relatório Técnico-científico final. Acessível nos Arquivos do DGPC. Lisboa, Portugal.

MORGADO, Paula (2005) - Arqueologia Urbana no Centro Histórico de Monforte. *Arqueologia do Norte Alentejano, Comunicações das 3ªs Jornadas*, p.425-430.

MORGADO, Paula (2005) - Trabalhos de valorização da ponte do Cubo (limpeza e registo). Relatório Técnico-científico final. Acessível nos Arquivos do DGPC. Lisboa, Portugal.

MORGADO, Paula (2005) - Intervenção arqueológica na envolvente da ponte romana (Monforte). Relatório de trabalhos arqueológicos (acompanhamento de obra) apresentado ao Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.

MORGADO, Paula (2006) - Castelo de Monforte (Monforte). Relatório Técnico-científico final. Acessível nos Arquivos do DGPC. Lisboa, Portugal.

MORGADO, Paula; ROCHA, Leonor (2017) – Caminhos antigos do concelho de Monforte: A Canada do Alicerce. SCIENTIA ANTIQUITATIS, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 287-308.

MORGADO, Paula; ROCHA, Leonor (2013) – Carta Arqueológica de Monforte. Primeiros dados. VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular. Villafranca de los Barros (Badajoz). Art. 25. 35pp.

ROCHA, Leonor; MORGADO, Paula (2018) - O “Menir” dos Sete (Monforte): Dados Arqueológicos. Atas do VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular. Serpa: Câmara Municipal de Serpa, p. 47-52.

ROCHA, Leonor; MORGADO, Paula (2016) – O “Menir” dos Sete (Monforte): Dados arqueológicos. Actas do VIII Encontro de Arqueologia Peninsular, 2014.

ROCHA, Leonor; MORGADO, Paula (2015) – A anta do Monte Velho (Monforte, Portugal). Arqueologia de Transição o Mundo Funerário. BRANCO, G; ROCHA, L; DUARTE, C; OLIVEIRA, J; BUENO RAMÍREZ, P. (Ed.) Évora: CHAIA, p. 71-77.

ROCHA, Leonor; MORGADO, Paula (2015) – Anta da Serrinha (Monforte) – Relatório Técnico-científico final. Acessível nos Arquivos do DGPC. Lisboa, Portugal.

ROCHA, Leonor; MORGADO, Paula (2013) – Anta do Monte Velho – Velho 1 (Monforte) – Relatório Técnico-científico final. Acessível nos Arquivos do DGPC. Lisboa, Portugal.

SAA, Mário (1956) – *As grandes vias da Lusitânia – O Itinerário de Antonino Pio*. Tomo I, Livro IV, Lisboa [Edição de autor].

VASCONCELLOS, José de Leite de (1929) - Antiguidades do Alentejo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1ª série: 28, p. 158 – 200.



## **Oliveira de Azeméis: Gestão de uma Carta de Salvaguardas Patrimoniais e de um projeto de investigação sobre a ocupação do território (POVOAZ)**

Adriaan de Man<sup>1</sup>  
João Tiago Tavares<sup>2</sup>

### **Resumo**

A gestão do património arqueológico ao nível autárquico passa pela criação de cartas de salvaguardas patrimoniais vertidas para os Planos Diretores Municipais.

A eficácia dessa cartografia está dependente da informação existente. Em Oliveira de Azeméis a informação disponível aquando da elaboração do PDM em vigor desde 2013 era, sobretudo, de cariz bibliográfico.

A apresentação do PIPA POVOAZ (Povoamento em Oliveira de Azeméis) veio permitir começar a colmatar o défice de informação proveniente da realização de trabalhos arqueológicos.

Este projeto forneceu dados sobre a ocupação dos sítios e, apesar de na maior parte dos sítios se tratar de uma pequena amostragem, permite afinar o espectro cronológico, demasiado amplo, plasmado nas fichas de sítio que acompanham a Carta de salvaguardas patrimoniais.

**Palavras-chave:** Salvaguarda; Investigação; PDM; POVOAZ

### **Abstract**

The management of the archaeological heritage at the autarchic administrative level is based on the creation of Heritage Safeguards Maps for the Plano Diretor Municipal (PDM).

The effectiveness of this mapping is dependent on existing information. In Oliveira de Azeméis, the information available for the preparation of the PDM in force since 2013 was mainly of a bibliographic nature.

---

<sup>1</sup> Associate Professor Chair of the Department of History and Archaeology, United Arab Emirates University; [adriaandeman@uaeu.ac.ae](mailto:adriaandeman@uaeu.ac.ae)

<sup>2</sup> Gabinete de Arqueologia e Museologia, Município de Oliveira de Azeméis; [joao.tavares@cm-oaz.pt](mailto:joao.tavares@cm-oaz.pt)

The presentation of PIPA POVOAZ (Settlement in Oliveira de Azeméis) allowed us to begin to fill the *deficit* of information from archaeological field works.

This project provided data on site occupancy and, although for most of sites we are dealing with small sampling areas, allows closing the chronological spectrum reflected in the site information accompanying the Heritage Safeguards Map.

**Keywords:** Safeguard; Research; PDM; POVOAZ

Apesar da existência de um conjunto de vestígios que remetem para uma ocupação do território desde a pré-história, nomeadamente um grupo de monumentos megalíticos e um conjunto de povoados, suficientemente conhecidos para merecerem a atenção de Frei Bernardo de Brito, que associa ao Castro de Ossela uma epígrafe na qual se celebraria a realização de combates de gladiadores (Carqueja, 1908: 10), não há no espaço correspondente ao Município de Oliveira de Azeméis, uma tradição da realização de campanhas sistemáticas de trabalhos arqueológicos.

Da bibliografia e dos jornais locais ressalta apenas a realização de uma campanha de escavações no Castro de Ossela, dirigida por Rocha Peixoto em 1908 (Carqueja, 1908: 5-7), um conjunto de campanhas no Castro de Ul dirigidas por José Augusto Maia Marques, na década de 1980 (Marques, 1989: 65-89), e as campanhas de escavação da Mamoia do Castelo, dirigidas por Fernando A. Pereira da Silva (Silva, 1994: 23-58), também na década de 1980, a que se juntam pequenas intervenções em monumentos megalíticos (Mamoia da Baixa de Ul, Mamoia de Silvaes) ao longo das décadas seguintes até à sua morte.

Paradoxalmente, são abundantes as referências a achados de peças avulsas ao longo do século XX, nem sempre ficando muito claro o contexto em que tal sucedia. Refira-se a título de exemplo o Padre

Carrelhas (Carqueja, 1908: 2), em cuja casa devorada por um incêndio estavam guardados uma série de objetos que havia recolhido pelo concelho, ou o abade João Domingos Arêde, que com os materiais que recolheu criou na sacristia da igreja de Cucujães um pequeno museu arqueológico.

Isto sem esquecer aquele que será o achado isolado de maior relevo, um conjunto de braceletes em ouro encontradas no lugar das Baralhas, em inícios do século XX (Vasconcelos, 1896: 86-88).

Mesmo a existência de testemunhos epigráficos de época romana, um miliário e um *terminus augustal*, não foram suficientes para o desenvolvimento de projetos de investigação neste território. É certo que estes testemunhos foram alvo de interesse por diversos investigadores, que os publicaram, mas acabam por ser integrados no estudo de problemáticas mais amplas, sem que seja feita uma correlação direta com o território envolvente.

A ausência de dados provenientes de trabalhos de investigação, conjugada, acreditamos nós, com o facto de se situar numa zona de transição para o mundo castrejo, tem como consequência o pouco relevo que lhe é dado em trabalhos de síntese.

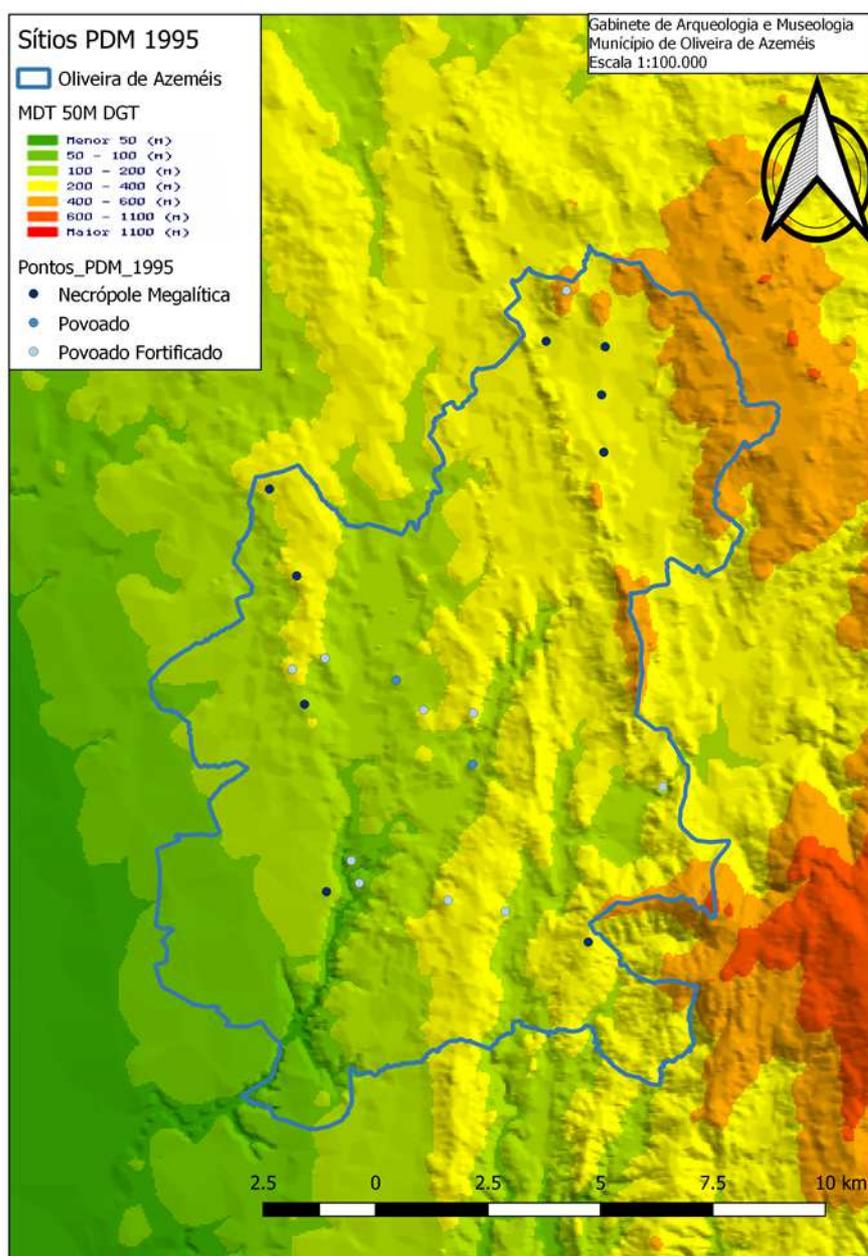
Mesmo trabalhos de âmbito regional, como o de António Manuel Silva (Silva, 1995: 429-439), que poderiam ter ajudado a inverter essa tendência, acabaram por se focar nos territórios interiores do entre Douro e Vouga.

Deste modo, foi sendo criada, uma imagem de ausência de vestígios e de uma conseqüente falta de interesse deste território do ponto de vista arqueológico, que tem como conseqüência a criação, junto da população, da ideia de que não há nada de muito antigo, ou que as coisas mais antigas são pouco relevantes, no concelho.

Os trabalhos realizados no Castro de Ul, por Maia Marques, que poderiam ter alavancado o desenvolvimento de trabalhos noutros pontos do território, tendo sido completamente abandonados após 4

anos de campanhas (Marques, 1989: 65-89) reforçaram essa ideia da falta de interesse dos sítios arqueológicos do concelho.

A obrigação legal de elaborar Planos Diretores Municipais surgida na década de 1990, poderia ter contribuído para modificar esta visão. O trabalho, levado a cabo por Fernando Pereira Silva, que viria a ser publicado numa revista local (Silva, 1995: 9-52) tem o mérito de sistematizar, pela primeira vez, a informação sobre os sítios existentes no concelho implantando-os na cartografia e fazendo uma breve descrição de cada um.



Mapa 1: Os sítios identificados por Fernando Pereira da Silva no âmbito do PDM 1995.

Desconhecemos as condições disponibilizadas para a concretização do levantamento, mas tendo em conta as descrições apresentadas, julgamos ser bastante seguro afirmar que, resultarão essencialmente da compilação de notícias dispersas sobre os sítios arqueológicos acompanhada, eventualmente, de visitas aos locais para uma tentativa de confirmação da sua existência.

A orografia do território, conjugada com o coberto vegetal resultante de uma densa mancha florestal de eucalipto e pinheiro, já existente na década de 1990, dificultam sobremaneira os trabalhos de prospeção pedestre neste território.

A título de exemplo, consideramos pertinente referir aquilo que sucedeu no Monte Calvo, onde nos deslocámos em diversas ocasiões, durante a elaboração do PDM 2013, sem ter conseguido recolher um único fragmento de cerâmica e onde, depois de um incêndio em 2014 e de uma ação de reflorestação em 2015, se tornou possível recolher cerâmica à superfície, sem qualquer tipo de dificuldade.

Importa, ainda assim, reter que a criação de uma Carta de Património Arqueológico não serviu de impulso ao desenvolvimento de trabalhos de investigação que permitissem um melhor conhecimento do território. Nem sequer levou a que, fosse preenchido um lugar num serviço de arqueologia criado na orgânica do município. Apenas teve a virtude de criar condições para a realização de alguns trabalhos de mitigação de impactos no âmbito de obras particulares e/ou municipais.

Era este o panorama quando em 2009, se verificou a necessidade de atualizar a informação com vista, à elaboração de uma nova Carta de Salvaguardas Patrimoniais, no âmbito do processo de revisão do PDM.

Este trabalho, já feito sob a responsabilidade de um dos signatários, acabou por ser vítima de um conjunto de constrangimentos que impossibilitaram uma melhoria significativa na qualidade da informação sobre a generalidade dos sítios. Podemos

elencá-los em três grandes áreas: tempo; recursos disponíveis e condições do terreno.

O tempo disponível será, quase sempre, um constrangimento, mas num contexto em que a base era a elencada acima, fazer iniciar em agosto um trabalho que deveria estar concluído até ao final do ano, é trabalhar em contra relógio, procurando compilar informação e fazer a sua confrontação com o que é visível no terreno.

Os meios disponibilizados não eram os suficientes para que um trabalho de confirmação de indícios pudesse ser feito com a qualidade que se espera num processo deste género. Dependente de transporte disponibilizado por outros serviços, sem poder contar com outras pessoas para as saídas de campo, não foi possível fazer uma prospeção sistemática dos sítios para os quais tínhamos uma referência cartográfica e, menos ainda, procurar localizar sítios para os quais as referências bibliográficas não davam uma localização muito precisa.

As condições do terreno, já foram descritas através do exemplo acima apresentado. Com uma orografia acidentada o território do concelho apresentam um conjunto de áreas densamente urbanizadas, com as inerentes alterações topográficas que decorrem da necessidade de construção, e uma mancha florestal densa de eucalipto e pinheiro, que cria, por um lado um coberto vegetal que impossibilita a visualização do solo e que, por outro, fruto do abandono dos espaços florestais, é coberto por uma camada de arbustos que por si só impede a circulação.

Apesar dessas circunstâncias, foi possível fazer a relocalização dos sítios arqueológicos que constavam do levantamento efetuado por Fernando Pereira da Silva.

Tomou-se como critério a manutenção de todos os sítios (num total de 21) por ele elencados, mesmo se, em alguns casos, nomeadamente no que respeita às mamoadas, apresentavam, já em 1995 indícios de um elevado grau de destruição.

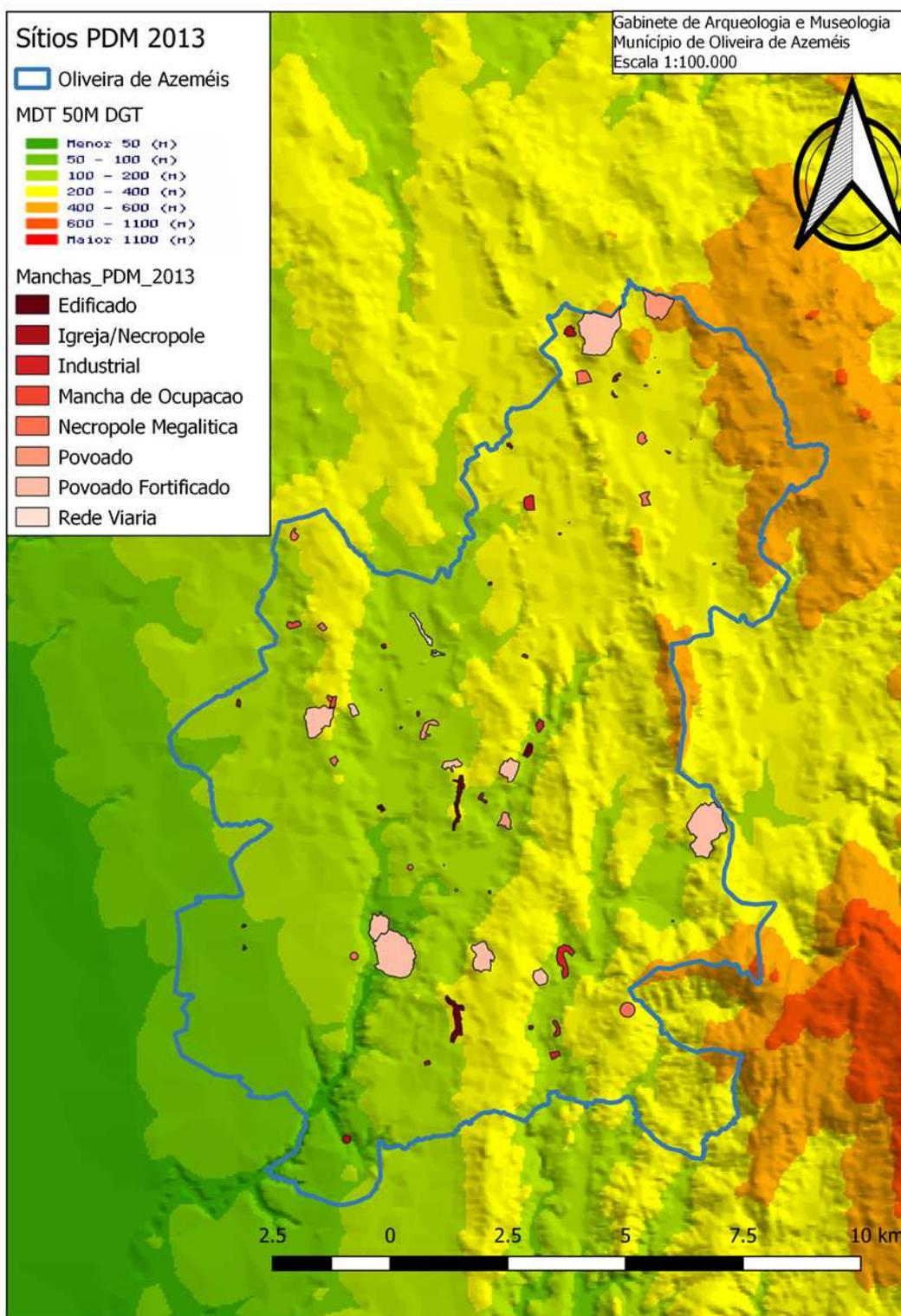
A estes juntaram-se, aqueles (quatro) que haviam sido, entretanto, identificados como resultado de trabalhos arqueológicos.

Por último, acrescentaram-se 41 áreas de sensibilidade arqueológica no concelho. Esta designação serviu para enquadrar um conjunto de sítios de diferentes tipologias e cronologias, para os quais tínhamos indícios documentais mas onde não há notícia de terem sido realizados trabalhos arqueológicos.

Integraram-se nesta designação as igrejas, onde há notícia da existência de necrópoles; elementos da rede viária; espaços relacionados com atividades industriais; e dois núcleos urbanos, Oliveira de Azeméis e Bemposta que correspondem, o primeiro, à atual sede do concelho e, o segundo, à sede do concelho de Figueiredo e Bemposta, extinto no século XIX.

A utilização de *software* SIG tornou possível a construção de uma carta, onde os tradicionais pontos sobre a carta 1:25000, foram substituídos por polígonos. Esta metodologia possibilitou um maior rigor na delimitação dos sítios e das áreas de sensibilidade e permitiu a sua integração no Portal Geográfico do Município, tornando acessível a qualquer munícipe o conhecimento dos locais onde existem condicionantes nas operações que envolvem o revolvimento dos solos.

Esta solução não permite, pelo menos por enquanto, a inclusão de informação textual sobre os polígonos, pelo que não fornece informação imediata sobre o tipo de sítio a que corresponde cada um. Acresce que, nem no portal geográfico, nem na página do Município, está disponível, o documento que compila as fichas de sítio elaborado para acompanhar a cartografia.



Mapa 2: Polígonos que delimitam as áreas assinaladas na Carta de Salvaguardas Patrimoniais do PDM publicado em 2013.

Essa base georreferenciada pode, apesar dessas limitações, ser utilizada em futuras revisões do PDM, procurando-se soluções que permitam aumentar o volume de informação que lhe está associado.

Mas é também uma ferramenta de trabalho que nos permite ter uma noção do território e procurar estabelecer estratégias de estudo do mesmo.

Claro que a utilização a fundo dos programas de SIG está dependente da formação de base dos seus utilizadores e, no caso em apreço, essa formação foi obtida em contexto de trabalho, não permitindo ainda tirar partido de todas as funcionalidades desse *software*.

Ainda assim, conseguimos ter uma noção da visibilidade dos locais e das suas áreas de influência, bem como calcular os caminhos ótimos entre sítios, o que possibilita uma abordagem diferente ao território e tentar estabelecer áreas de trabalho de prospeção prioritária.

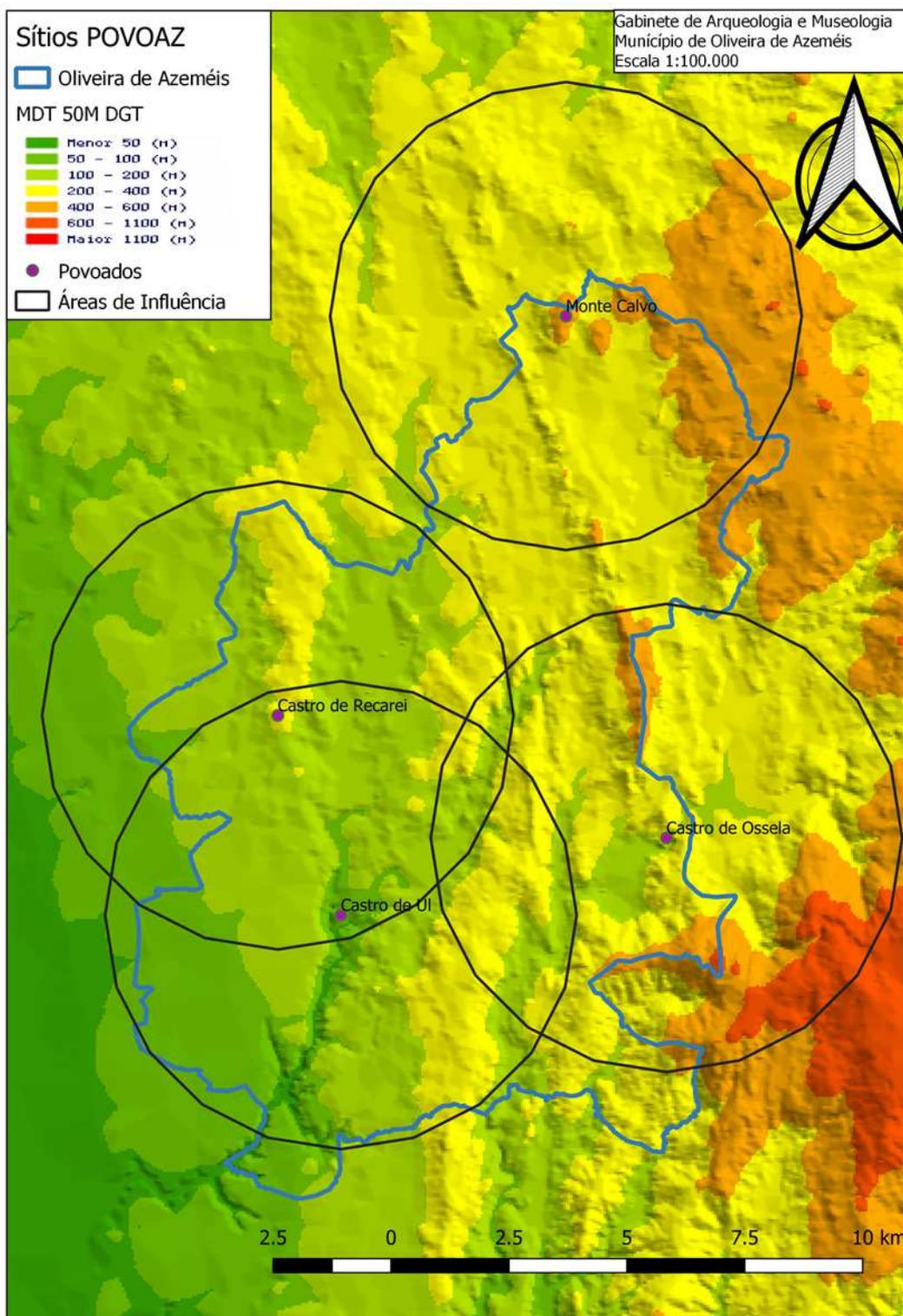
Ainda antes do processo de revisão do PDM, o Gabinete de Arqueologia do Município tinha-se associado ao projeto PROBA, com o intuito de desenvolver alguns trabalhos no Castro de Ul, entre 2011 e 2014 (De Man *et al*, 2018a: 593-596). Previa-se a realização, sobretudo de trabalhos de limpeza e consolidação das estruturas resultantes das escavações realizadas por Maia Marques.

Porém, com a aprovação do PDM e a definição de áreas com alguma dimensão, nomeadamente no que dizia respeito aos povoados, tornava-se imperativo avançar com trabalhos que permitissem a sua caracterização com um maior detalhe do que aquele que resultava, essencialmente, da informação proveniente da bibliografia.

Ainda que, não tenha existido uma reação negativa, em sede de discussão pública, ao estabelecimento dessas áreas, tanto ao nível dos decisores políticos como dos munícipes, exceção a uma reclamação sobre existência de um dos sítios já constantes no PDM anterior, percebia-se a necessidade de tornar mais evidentes os vestígios dos sítios arqueológicos assinalados.

Na sequência disso, foi decidido avançar com a elaboração de um Projeto de Investigação Plurianual de Arqueologia, o POVOAZ

(Povoamento em Oliveira de Azeméis) que teve lugar entre 2015 e 2018.



Mapa 3: Implantação e área de influência dos povoados que integram o projeto POVOAZ.

Esse projeto visava uma primeira abordagem, com um cariz diagnóstico na maior parte dos casos, uma vez que os recursos disponíveis não permitiam um trabalho continuado em cada um dos sítios.

De entre aqueles que constavam no levantamento de Fernando Pereira da Silva (Silva, 1995: 9-52), foram selecionados os que nos pareceram mais promissores, na obtenção de resultados.

Nessa escolha tivemos em conta o potencial que a bibliografia nos permitia antever para cada sítio, conjugada com a intenção de ter uma amostra de diferentes pontos do território, bem como os recursos de que dispúnhamos.

Considerámos que o Castro de Ul, por já ter integrado o PROBA e ter tido alvo de trabalhos na década de 1980, deveria ter um maior investimento do Município, com a realização de trabalhos, de forma continuada, para demonstrar que não se tratava de uma intervenção inconsequente.

Para os restantes sítios, tínhamos projetado que o Castro de Ossela, por se tratar do único sítio classificado deveria ser alvo de duas intervenções, mas uma ação de reflorestação no Monte Calvo, levou-nos a reajustar as intenções.

A quantidade de cerâmicas à superfície fez-nos considerar que estaríamos perante um povoado de grandes dimensões que, nunca tinha sido alvo de trabalhos arqueológicos, e resolvemos prever ali duas campanhas de escavação.

O último sítio escolhido foi Castro de Recarei, onde haviam sido recolhidos em diferentes ocasiões materiais à superfície que permitiam apontar para uma ocupação durante a Idade do Ferro e época Romana.

Em termos de caracterização, com base na bibliografia estes quatro sítios teriam tido uma cronologia de ocupação bastante longa, que se estenderia, eventualmente com hiatos, desde o Bronze Final à Idade Média.

Os dados de Maia Marques relativamente ao Castro de Ul (Marques, 1989: 65-89) parecem ter servido de modelo à descrição de todos os sítios com uma orografia similar. Povoados em cabeços, com um relativo domínio da paisagem e uma boa defensabilidade.

Esta caracterização parecia-nos o resultado da falta de trabalhos sistemáticos nos outros sítios, procurando replicar os únicos dados resultantes de trabalhos de escavação recentes, num território, criando uma uniformização da sua ocupação proto-histórica.

Os trabalhos do POVOAZ, apesar de serem, na maior parte dos casos, apenas uma pequena amostra do potencial dos sítios, permitem pintar uma realidade ligeiramente distinta.

No Castro de Ul, a campanha inicial de escavações teve lugar na plataforma de topo do cabeço, na vertente nascente, junto a uma área escavada na década de 1980, onde tinham sido identificadas estruturas que corresponderiam a uma ocupação de época romana (Marques, 1989: 65-89) Uma estratigrafia demasiado revolvida, conjugada com um espólio incipiente e a realização de uma campanha de prospeção magnética, levou-nos a mudar o local das intervenções subsequentes.

Passámos para uma plataforma intermédia, que a população local designa como corredoura, onde os resultados foram substancialmente mais interessantes.

Ainda que as três campanhas de escavação tenham sido concretizadas com recurso a equipas pequenas (4/5 pessoas) maioritariamente inexperientes, foi possível exumar um conjunto de estruturas, que atestam a ocupação do sítio e cuja atribuição cronológica apesar de não ser muito segura, parece estar relacionada com uma fase final de ocupação do sítio apontando-se para o século III/IV da nossa Era.

Uma das estruturas exumadas corresponderá a uma das linhas de muralha identificada por Maia Marques (Marques, 1989: 65-89) e Fernando Pereira da Silva (Silva, 1995: 9-52). Nesta estrutura foi possível identificar uma porta que parece servir de passagem entre a

corredoura e a plataforma abaixo, na encosta poente. As restantes estruturas que encostam a esta primeira podem corresponder a tentativas do seu reforço em momentos posteriores, uma vez que estão assentes sobre camadas onde se recolheram materiais arqueológicos. Não podemos, no entanto, excluir que uma delas seja um compartimento, algo que só conseguiremos apurar quando tivermos a possibilidade de alargar a área escavada (De Man *et al*, 2018b: 75-89).



Figura 1: Castro de Ul – 2018 – porta na estrutura que julgamos corresponder à muralha identificada por Maia Marques na sua sondagem.

Os materiais recolhidos ao longo destas campanhas não foram muito numerosos e resultam de camadas que apresentam algum revolvimento. Ainda assim, parecem coerentes com uma ocupação Romana Imperial do povoado (De Man *et al*, 2018b: 75-89).

As campanhas realizadas no Monte Calvo permitem desenhar uma realidade distinta. Ao contrário do esperado, não recolhemos qualquer indício de uma longa diacronia de ocupação.

As quatro sondagens distintas realizadas ao longo das duas campanhas, não permitiram identificar qualquer tipo de estrutura,

fosse ela positiva, ou negativa. O espólio cerâmico recolhido, bastante numeroso, com formas maioritariamente esféricas, e pastas redutoras ou de cozedura mista apresenta uma grande coerência e enquadra-se numa cronologia do Bronze Final (De Man *et all*, 2018b: 75-89).



Figura 2: Fragmento de bordo e pança recolhido na intervenção de 2015 no Monte Calvo.

Apesar de não termos recolhido indícios da sua existência, não excluímos a possibilidade de uma pequena ocupação medieval, com a construção de uma atalaia no afloramento rochoso do topo do cabeço. A posição do cabeço com um vasto domínio de paisagem sobre os vales agrícolas envolventes faria dele um local ideal para a observação do território.

O que não conseguimos encontrar são indícios de ocupação durante a Idade do Ferro e da Romanização, apesar das publicações locais fazerem essa associação ao sítio arqueológico, chegando a referir a existência de casas de planta circular, apesar da referência mais antiga que conhecemos (Carqueja, 1908: 246) dizer expressamente que ao contrário do que acontecia em Romariz ali não se observava

esse tipo de vestígios. Nem sequer identificámos, em escavação, as duas linhas de muralhas concêntricas referidas nos Anais do Município (Carqueja, 1908: 246), apesar de isso se poder dever ao facto de não termos escavado junto a zonas de talude.

Ainda que a área escavada, 100 metros quadrados, não se possa considerar muito grande, no contexto da dimensão do cabeço, a coerência estratigráfica e do tipo de espólio recolhido levam-nos a sugerir que o povoado do Monte Calvo, ainda que tenha tido uma dimensão razoável, tendo em conta a dispersão de materiais à superfície após a reflorestação, terá sido abandonado no primeiro milénio a.C. Fica por perceber, e esta é uma limitação de lidarmos com fronteiras administrativas atuais, o papel que o Castro de Romariz teve no abandono do Monte Calvo, uma vez que distam, em linha reta, aproximadamente 2,5 quilómetros.

O Castro de Ossela apresenta-nos uma realidade distinta. Desde logo, nas suas imediações, no lugar das Baralhas, foi encontrado em 1896 (Vasconcelos, 1896: 86-88) um conjunto de braceletes em ouro que remete para o mundo da Idade do Bronze. Porém, os trabalhos de Rocha Peixoto, em 1908, descrevem uma realidade com maior amplitude cronológica. As escavações exumaram estruturas de planta circular e ortogonal – atribuídas a ocupações da Idade do Ferro e época Romana – bem como um conjunto de sepulturas cujo espólio associado remetia para uma ocupação de época moderna.

Uma intervenção de emergência realizada em 2013 (Tavares, 2014: 14-27) tinha permitido recolher um fragmento de cerâmica que indiciava a possibilidade de existir uma ocupação do sítio no século V. Porém, tratando-se de um único fragmento, e sem um contexto seguro, foi tomado apenas com um indício que carecia de posterior confirmação.

A realização de prospeções magnéticas em 2016 (Tavares, 2017:17) veio reforçar a possibilidade, avançada na sequência da intervenção de 2013 da existência de estruturas positivas naquela

plataforma, tendo por base a existência de um conjunto de anomalias detetadas nesse espaço.

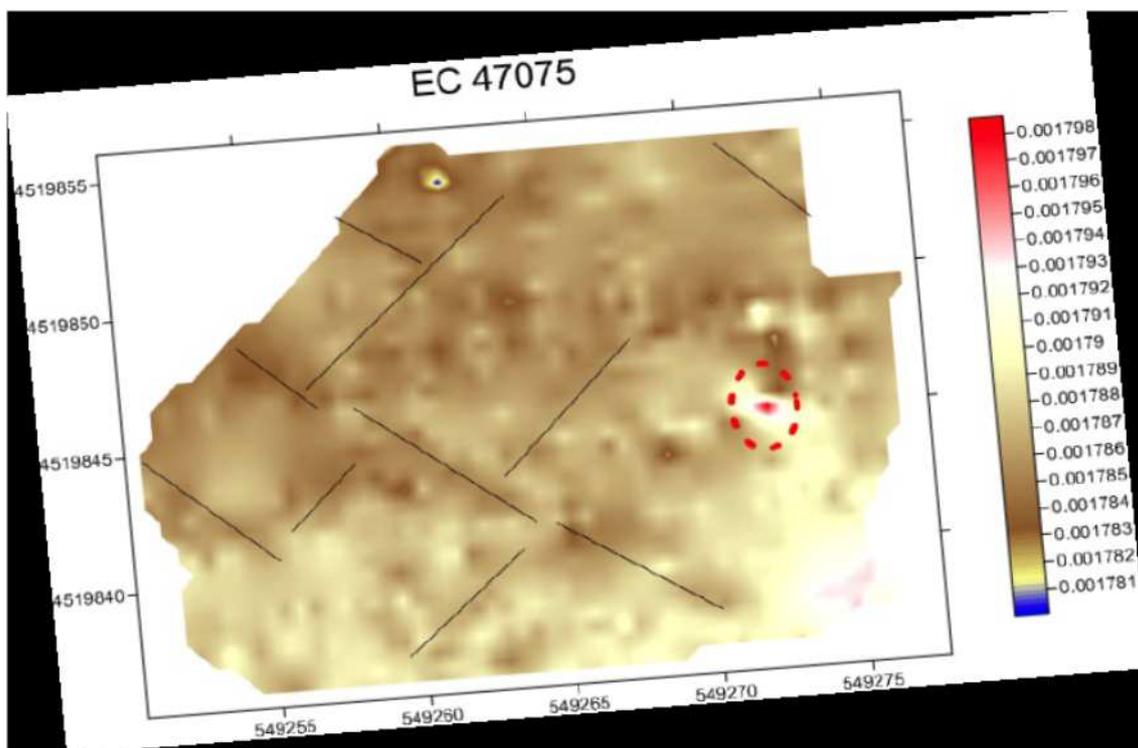


Figura 3: Planta com a localização de anomalias com potencial arqueológico no Castro de Ossela.

A campanha realizada em 2017 acabou por confirmar apenas uma parte das expectativas com que partíamos. Identificámos, na sondagem, uma área de necrópole que, apesar de não ter sido escavada, poderá corresponder à cronologia proposta por Rocha Peixoto. Não foi possível, no tempo programado para a intervenção, perceber se as anomalias detetadas na prospeção magnética tinham efetiva correspondência com a realidade. Por sua vez, o espólio recolhido parece ser bastante homogéneo e indiciar uma ocupação medieval ou moderna, sem que haja elementos que apontem para ocupações mais antigas. Embora tal não possa ser excluído, os resultados da campanha não o permitem afirmar. Porém, na encosta do cabeço da Senhora do Castro são visíveis, nomeadamente nos taludes dos caminhos, restos de cerâmica enquadrável no mundo castrejo e cerâmica de construção associável à época romana (De Man *et al*, 2018b: 75-89).



Figura 4: Sondagem no Castro de Ossela, sendo visíveis na metade Este as sepulturas que julgamos correspondem às que Rocha Peixoto havia identificado como fazendo parte de uma necrópole de época Moderna.

Em aberto, está uma outra hipótese que só o desenvolvimento de novos trabalhos poderá vir a viabilizar. O cabeço a Norte daquele onde se situa a capela da Senhora do Castro, que fica a uma cota mais elevada e que tem na sua base o lugar das Baralhas, poderá ter ocupação, podendo esta corresponder a uma fase mais antiga do povoado admitindo-se a hipótese de em épocas mais recentes as populações se terem fixado mais próximas do rio e do vale agrícola de Ossela. Apesar da dificuldade na prospeção terrestre, durante uma das visitas feitas ao local foi possível recolher alguns fragmentos cerâmicos de cozeduras redutoras e mistas que apresentavam grandes semelhanças à cerâmica de Monte Calvo.

Por último o Castro de Recarei. A intervenção teve lugar no último ano do POVOAZ e produziu resultados interessantes, ainda que neste momento não possamos avançar muito sobre o espólio por ainda se encontrar em fase inicial de tratamento. O Castro de Recarei corresponderá à primeira grande elevação que se encontra, a partir da

linha de costa. A recolha de materiais no cabeço dos muros, assim designado pelos habitantes locais, é recorrente ao longo do século XX, sendo referido por diversos autores a existência de materiais à superfície.

Mesmo nós, em visita ao local, nomeadamente naqueles locais onde sejam visíveis revolvimentos de terra em resultado do corte ou plantação de árvores, tivemos oportunidade de recolher espólio que se enquadra cronologicamente numa ocupação da Idade do Ferro e da Romanização.

Foi com essa base que partimos para a intervenção levada a cabo em 2018. Os resultados obtidos são prometedores quanto à importância do povoado e quanto ao relativo grau de conservação do espólio. Apesar de não termos conseguido identificar estruturas positivas, identificaram-se uma série de estruturas negativas, para as quais a atribuição de uma funcionalidade será, nesta fase, essencialmente especulativa.



Figura 5: Escavação de estruturas negativas, nalguns casos preenchidas com argila e pedras, que parecem corresponder aos calços usados para sustentar um poste em madeira.

No espólio cerâmico recolhido, ao contrário daquilo que acontece no Monte Calvo e no Castro de Ossela, predominam as cerâmicas de cozedura oxidante e recolheu-se um número interessante de fragmentos decorados, tanto por decoração plástica, como por incisões. Nas camadas superficiais, o conjunto é composto por algumas dezenas de fragmentos de cerâmica de época moderna/contemporânea. Nas camadas menos revolvidas, ou cujo remeximento é mais distante no tempo o conjunto é igualmente coerente, parecendo apontar para uma ocupação pré-romana, com alguns elementos que podem indiciar contactos orientalizantes.



Figura 6: Fragmento de cerâmica estampilhada, enquadrável na Idade do Ferro recolhido em 2018.

Parece-nos significativo assinalar a ausência quase absoluta de cerâmica de construção enquadrável no período romano, apesar de noutros pontos do povoado já a termos recolhido à superfície.

Também é interessante notar que os fragmentos recolhidos, em quantidade assinalável, apresentam, genericamente, dimensões razoáveis e arestas relativamente vivas, o que indicia não terem sofrido grande deslocação *post deposicional*. Num caso, foi mesmo possível recolher grande parte de um recipiente de armazenamento cujos fragmentos colapsaram sobre o seu fundo.

No entanto, não foi possível identificar nenhum piso, apesar de terem sido recolhidos alguns fragmentos de barro que poderiam corresponder a fragmentos de uma estrutura desse tipo.

Também não parece possível fazer uma associação direta entre as estruturas negativas e esses fragmentos de argila, uma vez que as estruturas negativas são numerosas e não ocupam, aparentemente, um espaço central onde pudesse assentar uma cobertura.

Em suma, estes quatro anos de trabalho não permitem dar uma resposta definitiva sobre a ocupação do território, na transição entre o primeiro milênio e a nossa era, mas abrem um paradigma de variabilidade local que nos permite, hoje, ter a certeza de que o padrão cronológico Bronze Final – Idade Média, aplicado à descrição dos povoados por Fernando Pereira da Silva (Silva, 1995: 9-52) e replicado na bibliografia que o toma como referência está desajustado da realidade.

Dos povoados estudados, e com base estritamente nos resultados das campanhas de escavação, nenhum apresenta essa cronologia. Se considerarmos, todos os dados disponíveis, apenas o Castro de Ul parece ter elementos que confirmem essa continuidade, e mesmo nesse caso com reservas quanto à ocupação medieval. Admissível, no entanto, se tivermos em conta que a encosta nascente do cabeço tem ocupação ainda nos nossos dias.

Como se referiu acima, tratando-se de um projeto do Município as ações de divulgação/comunicação não dependem da vontade estrita dos responsáveis científicos, pelo que têm de ser enquadradas numa política de comunicação municipal.

Essa situação constrange a criação de plataformas de divulgação e interação tanto com o público em geral como com os pares, por exemplo no que respeita às redes sociais. Toda a informação carece de ser veiculada nos meios do Gabinete de Comunicação do Município. Exceção feita às comunicações em eventos científicos, onde os responsáveis pelo projeto podem participar sempre que se justifique.

A consequência mais imediata desta circunstância é tornar o projeto quase invisível, transmitindo uma sensação de imobilidade e de ausência de trabalho, o que, não correspondendo à realidade, será

a percepção de quem desconhece esta limitação que resulta do enquadramento orgânico do projeto.

Ainda assim, foi possível criar alguns contactos junto de pessoas interessas pelas temáticas patrimoniais o que levou à identificação de novos sítios, alguns dos quais podem vir a ser integrados em novos projetos de investigação.

Para isso contribuiu, igualmente o projeto Memórias de OAZ, que se consubstanciou num portal e numa monografia. Esta última apresenta uma síntese histórica sobre o território do Município desde a pré-história, à atualidade, enquanto a plataforma online permite o acesso a fichas de sítio, do património arqueológico, do património arquitetónico e, também, a fichas de elementos do património imaterial. Esta ferramenta, permite-nos ir tornando públicos os dados, mesmo que mais genéricos, dos resultados dos trabalhos realizados nos sítios constantes daquela plataforma.

Nalguns casos, essa ferramenta, serviu para dar visibilidade, quase imediata, a alguns dos sítios que nos tinham sido referenciados por munícipes.

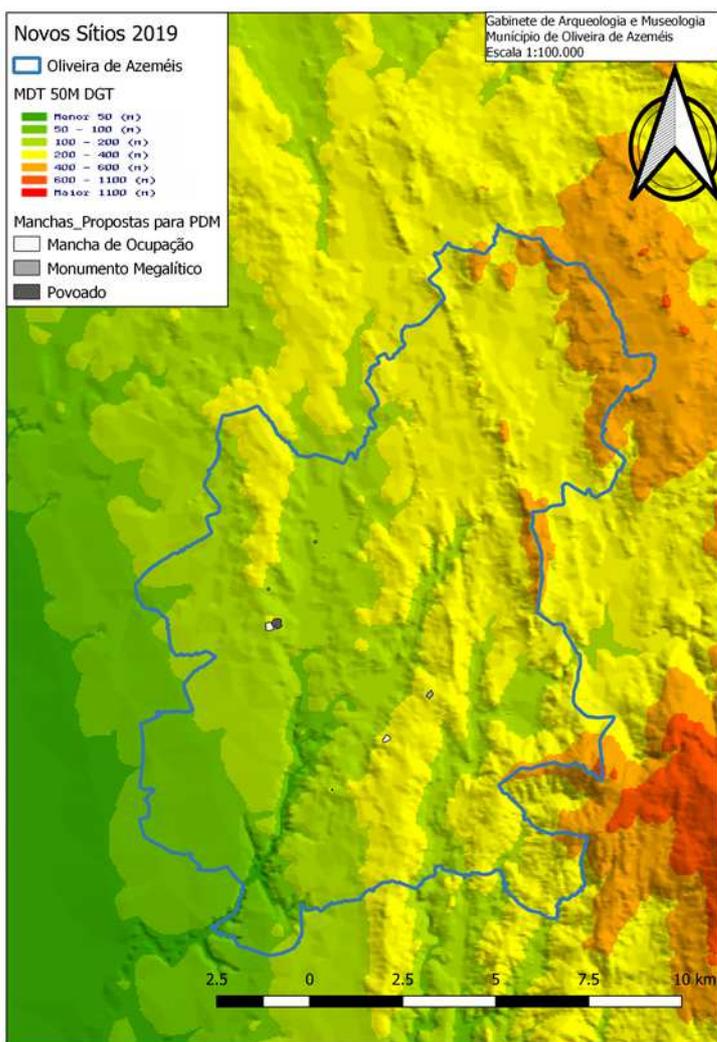
Estes sítios inéditos enquadram-se, tanto quanto é possível perceber, nas tipologias de sítios que tinham sido estabelecidas aquando da elaboração da Carta de Salvaguardas Patrimoniais do PDM 2013: monumentos megalíticos; povoados e manchas de ocupação.

Os monumentos megalíticos correspondem à tipologia mais numerosa e apresentam-se em graus de conservação que vão desde a presumível destruição, ao seu revolvimento parcial. A mamoa da Aguincheira terá sido quase totalmente destruída com as movimentações de terra para a plantação de eucaliptos, tendo sido, ainda assim, possível recolher um espólio cerâmico com alguma dimensão.

Nas restantes, é possível identificar, em algumas, a existência de fossas de violação dos monumentos, algo que se poderá relacionar com as lendas associadas à presença de tesouros neste tipo de sítios.

Nestas, tendo em conta a densidade do coberto vegetal e/ou da manta morta, não são visíveis materiais associáveis à utilização dos monumentos.

Os restantes corresponderão a um povoado, Fonte do Soldado 1, numa zona de vertente cujos materiais recolhidos à superfície remetem para uma ocupação proto-histórica e que se situa a meio caminho entre o Castro de Ul e o Castro de Recarei. Os restantes foram classificados como manchas de ocupação por não nos ser possível ter uma noção mais concreta do tipo de ocupação a que poderiam corresponder. Em Fonte do Soldado 2 temos alguma cerâmica de construção romana e um fragmento de cerâmica *sigillata*, e no Outeiro, alguns fragmentos de cerâmica numa zona de vertente, com algum declive, que parecem enquadrar-se numa cronologia proto-histórica.



Mapa 4: Polígonos correspondentes a sítios identificados durante a vigência do projeto POVOAZ.

Este conjunto de sítios localiza-se na faixa central de território do Município e nas bacias hidrográficas dos rios Ul e Antuã. Não se afasta, assim, do panorama visível na carta de salvaguardas patrimoniais em que a maior prevalência se encontra nessas mesmas áreas, bem como no noroeste do concelho. Até à data, nessa área limite do concelho não foram identificados novos sítios, embora não seja de excluir essa possibilidade.

A existência de novos sítios, identificados como consequência de trabalhos de salvaguarda ou de projetos de investigação, apesar de solidificar a imagem de que o território possui uma maior importância em termos patrimoniais e, nomeadamente, arqueológicos, representa, simultaneamente uma preocupação.

Apesar da reduzida visibilidade do projeto é hoje mais fácil demonstrar e justificar, junto dos decisores políticos a necessidade de salvaguardar as áreas assinaladas na Carta de Salvaguardas Patrimoniais.

Falta, no entanto, conseguir que estes tenham a perceção da necessidade de integrar os sítios que vão sendo identificados na cartografia, sem ter de aguardar pelos processos de revisão, algo que ao não ser feito, os deixa à mercê de eventuais ações de destruição

Seria para tal necessário que a própria legislação que enquadra a elaboração dos Planos Diretores Municipais, tivesse em conta a especificidade do património arqueológico cujo grau de conhecimento, como julgo que o exemplo do território do concelho de Oliveira de Azeméis deixa perceber com clareza, é muito dependente da quantidade e qualidade dos trabalhos que foram realizados num território, até àquele momento.

O POVOAZ, com todas as suas limitações, e tendo a noção que é uma primeira abordagem ao território, permitiu, ainda assim, demonstrar que um quadro pouco preenchido não significa inexistência de vestígios, mas antes e sobretudo a ausência de trabalhos que os coloquem em evidência.

A manutenção do POVOAZ, em novas versões, ao longo dos próximos anos solidificará este conhecimento e possibilitará ter uma informação mais concreta, e comprovada por trabalhos de campo, da ocupação do território ao longo do tempo.

Essa informação poderá ser canalizada, tanto para o Portal Geográfico, como para o portal Memórias de OAZ, plataforma onde se divulgam os patrimónios arqueológico arquitetónico e imaterial do município. A interligação entre os dois será, porventura, a solução mais fácil, permitirá associar a um polígono localizado com a precisão do portal geográfico uma descrição, complementada com imagens e outros recursos gráficos.

Não podemos, no entanto, deixar de expressar a nossa preocupação, até pela efemeridade com que estamos confrontados no que diz respeito à passagem dos decisores políticos, com a impossibilidade dos sítios arqueológicos serem integrados na cartografia dos Planos Diretores Municipais, de forma imediata à sua identificação.

A necessidade de aguardar o processo de revisão do PDM implica o decurso de vários anos entre o momento de identificação e a sua salvaguarda na cartografia, o que pode conduzir a situações em que, por falta de uma salvaguarda legal, os sítios são afetados na sua integridade.

Pressupor que, nos casos e que os sítios foram identificados, mas que não estão integrados na cartografia, serão salvaguardados através da aplicação de medidas de minimização é pressupor uma bondade dos promotores que não tem paralelo com a realidade.

Importa pois, que a legislação seja revista nesse âmbito, prevendo a necessidade de salvaguardar os sítios de forma expedita.

## **Bibliografia**

CARQUEJA, Bento (ed.) (1909) - *Annaes do Município de Oliveira de Azeméis*. Porto: Livraria Chardron.

DE MAN, Adriaan, TAVARES, João Tiago (2018A) - The Roman hilltop site of Ul. *Atas do VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa, p. 593-596.

DE MAN, Adriaan, TAVARES, João Tiago (2018B) - A gestão arqueológica e um projeto de investigação – um primeiro balanço do POVOAZ. *Patrimónios de OAZ*. nº 1, p. 75-89.

MARQUES, José Augusto Maia (1989) - Escavações no castro de Ul (Oliveira de Azeméis). Primeira notícia. *Revista de Ciências Históricas*. p. 65-89.

SILVA, António Manuel S. P. (1995) - Ocupação proto-histórica e romana no entre Douro e Vouga litoral: breve balanço de uma investigação em curso. *Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. 1, Porto. vol. 2, p. 429-439.

SILVA, Fernando A. Pereira (1994) - MAMOA 1 DA MOURISCA. Fajões-Oliveira de Azeméis. Resultado da escavação arqueológica. *Ul-Vária*. tomo 1 (1-2), p. 23-58.

SILVA, Fernando A. Pereira (1995) - Contributo para a carta arqueológica do concelho de Oliveira de Azeméis. Da pré-história à romanização. *Ul-Vária*. tomo 2 (1-2), p. 9-52.

TAVARES, João Tiago (2014) – *Relatório Final da Intervenção de Emergência no Castro de Ossela - 2013*. Gabinete de Arqueologia e Museologia do Município de Oliveira de Azeméis.

TAVARES, João Tiago (2017) – *Relatório Final TRABALHOS DE DETECÇÃO ELECTROMAGNÉTICA NO CASTRO DE OSSELA [POVOAZ] 2016*. Gabinete de Arqueologia e Museologia do Município de Oliveira de Azeméis.

VASCONCELOS, José Leite de (1896) - Novo achado de braceletes pre-romanos. *O Archeologo Português*. Lisboa. vol. 2, pp. 86-88.



## **A gestão de espólios arqueológicos no Algarve. Reflexão sobre o seu propósito na actividade arqueológica de salvaguarda**

Grupo de Arqueologia da Rede de Museus do Algarve:

Vera Teixeira de Freitas<sup>1</sup>, Sandra Cavaco<sup>2</sup>, Jaquelina Covaneiro<sup>3</sup>, Fábio Capela<sup>4</sup>, Maria José Gonçalves<sup>5</sup>, Alexandra Gradim<sup>6</sup>, Soraia Martins<sup>7</sup>, Ismael Medeiros<sup>8</sup>, Helena Moran<sup>9</sup>, Catarina Oliveira<sup>10</sup>, Hugo Oliveira<sup>11</sup>, Rui Parreira<sup>12</sup>, Luis Paulo<sup>13</sup>, Angelina Pereira<sup>14</sup>, Alexandra Pires<sup>15</sup>, Ricardo Soares<sup>16</sup> e Nuno Teixeira<sup>17</sup>.

### **Resumo**

Num período em que se discutem as boas práticas na gestão dos espólios arqueológicos e em que se encontra em debate público o documento "Recomendações de boas práticas na gestão de espólios arqueológicos: recolha, selecção e descarte", o Grupo de Arqueologia da Rede de Museus do Algarve apresenta um ponto de situação relativo aos espólios provenientes de intervenções arqueológicas realizadas na região.

---

<sup>1</sup> Museu de Portimão - vera.freitas@cm-portimao.pt

<sup>2</sup> Museu de Tavira - scavaco@cm-tavira.pt

<sup>3</sup> Museu de Tavira - jcovaneiro@cm-tavira.pt

<sup>4</sup> Município de Monchique - fabio.capela@cm-monchique.pt

<sup>5</sup> Museu de Silves - maria.goncalves@cm-silves.pt

<sup>6</sup> Museu de Alcoutim - arqueologia@cm-alcoutim.pt

<sup>7</sup> Museu de Loulé - soraiam@cm-loule.pt

<sup>8</sup> Município de Lagoa - ismael.medeiros@cm-lagoa.pt

<sup>9</sup> Município de Lagos - elena.moran@cm-lagos.pt

<sup>10</sup> Centro de Investigação e Informação do Património de Cacela - Vila Real de Santo António - catarina.oliveira@cm-vrsa.pt

<sup>11</sup> Museu de Olhão - hmoliveira@cm-olhao.pt

<sup>12</sup> Direcção Regional de Cultura do Algarve - rparreira@culturalg.gov.pt

<sup>13</sup> Museu de Albufeira - luis.paulo@cm-albufeira.pt

<sup>14</sup> Centro Explicativo da Calçadinha - S. Brás de Alportel - angelina.pereira@cm-sbras.pt

<sup>15</sup> Museu de Loulé - alexandra.pires@cm-loule.pt

<sup>16</sup> Município de Vila do Bispo - ricardo.soares@cm-viladobispo.pt

<sup>17</sup> Museu de Faro - nteixeira@cm-faro.pt

**Palavras-chave:** Materiais arqueológicos, reservas, gestão de espólios

**Abstract**

At a time when good practices in the management of archaeological remains are being discussed and the document "Recomendações de boas práticas na gestão de espólios arqueológicos: recolha, seleção e descarte" is being discussed, the Grupo de Arqueologia da Rede de Museus do Algarve presents a status report on the spoils coming from archaeological interventions in the region.

**Key-words:** Archaeological remains, reserves, management of spoils

**1. Introdução.**

Desde 2011, o Grupo de Arqueologia da Rede de Museus do Algarve (RMA-ARQ) tem desenvolvido várias actividades no âmbito dos materiais arqueológicos, nomeadamente ao nível do diagnóstico da situação dos espólios (2017) e das reservas (2014) existentes no Algarve.

Considerando a discussão pública do documento "Recomendações de boas práticas na gestão de espólios arqueológicos: recolha, selecção e descarte" (o qual não parece reunir consenso entre os profissionais da área) pareceu-nos oportuno trazer a público os resultados do trabalho desenvolvido pelo grupo, os quais espelham a realidade algarvia.

**2. A Rede de Museus do Algarve e o grupo de Arqueologia**

Criada em Outubro de 2007, a Rede de Museus do Algarve (RMA) é uma estrutura informal constituída por museus integrados na Rede

Portuguesa de Museus, outros museus municipais, entidades museológicas do Estado Português (Museu da Marinha) e privadas (Museu do Trajo de São Brás de Alportel). Inclui também projectos museológicos em constituição, os quais pretendem acompanhar, participar e cooperar nas actividades da RMA.

A RMA assenta a sua acção numa “Carta de Princípios” com as seguintes orientações: liberdade de adesão, cooperação em rede, serviço público e ética profissional, informação e comunicação, formação, inovação e programação museológica.

Um grupo de coordenação, actualmente eleito de dois em dois anos e em rotatividade dos museus, dinamiza as reuniões e os projectos comuns. A entrada de novos museus é livre e implica a aceitação da “Carta de Princípios” pela tutela e presença de responsável técnico.

A RMA pretende desenvolver projectos de cooperação entre os museus e promover acções das quais resultem maior eficácia e economia de meios, através da partilha equilibrada e objectivada dos recursos disponíveis.

Posteriormente foram criados vários grupos de trabalho, entre eles o grupo RMA-ARQ. Actualmente o grupo integra técnicos de arqueologia da Direção Regional de Cultura do Algarve e dos municípios de Albufeira, Alcoutim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, S. Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

O grupo reúne-se periodicamente (três a quatro vezes por ano), trocando informação e experiências, definindo formas de colmatar necessidades formativas e estabelecendo projectos futuros.

Foram promovidas várias sessões de trabalho/formação de âmbito diverso, das quais destacamos, a título de exemplo, “Estruturas arqueológicas musealizadas – problemas de conservação”, “Registo, levantamento e Inventário de espólios arqueológicos. Conceitos e

Práticas” e “Sistemas de Informação Geográfica – Iniciação ao Quantum GIS” e GPS.

### **3. As reservas algarvias**

O grupo RMA-ARQ levou a cabo um projecto de maior vulto decorrente da necessidade de conhecer a situação dos espólios arqueológicos no Algarve. O projecto, cuja premissa era a de possibilitar uma reflexão sobre boas práticas de conservação e gestão de vestígios arqueológicos incluídos em equipamentos culturais, passou pela elaboração de dois inquéritos, um destinado aos museus da rede, o segundo, às empresas de Arqueologia, sendo que apenas o primeiro se encontra concluído.

*O Inquérito para caracterização das reservas de arqueologia do Algarve* realizou-se em 2014 e pretendeu efectuar um levantamento, caracterização e diagnóstico da situação das reservas arqueológicas no Algarve, abordando-se questões como a caracterização da entidade responsável, das instalações, dos meios humanos e técnicos afectos, o equipamento disponível, as condições ambientais, a organização das colecções, bem como as categorias de materiais depositados e a origem dos mesmos (projectos de investigação, obras decorrentes de licenciamentos público/privados, proveniência desconhecida, etc).

A análise detalhada efectuada ao inquérito encontra-se disponível em:

<https://issuu.com/museusdoalgarve/docs/inqueritoreservasarqueologia>.

### **4. Os espólios**

Em 2017 iniciamos o levantamento e diagnóstico da situação actual do espólio e das colecções arqueológicas provenientes de

trabalhos arqueológicos no Algarve, trabalho concluído em 2018. Este levantamento foi efectuado pelos técnicos das autarquias representadas no grupo de arqueologia da RMA, não se incluindo os dados relativos a Aljezur, Lagos e Castro Marim.

Através deste diagnóstico foi possível verificar que a situação dos espólios regionais é bastante heterogénea, estando o espólio proveniente de intervenções arqueológicas realizadas na região do Algarve depositado em:

- museus algarvios, cinco integrados na Rede Portuguesa de Museus (RPM) e muitos na RMA;

- museus fora da região (MNA/Lisboa; Museu Arqueológico do Dr. António dos Santos Rocha/Figueira da Foz; Museu de Évora, entre outros), integrados (ou não) na RPM;

- espaço afecto à entidade de tutela (Direção Regional de Cultura do Algarve - DRCAIlg);

- centros interpretativos/espços museológicos regionais (Castelo de Alcoutim, Castelo de Castro Marim, Quinta de Marim, Centro Explicativo da Calçadinha de São Brás, Castelo de Salir);

- unidades de investigação de universidades portuguesas para estudo ao abrigo de afectação dos espólios aos seus «fiéis depositários», tal como definido no Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (RTA) em vigor, mas frequentemente estando já ultrapassados todos os prazos legais e razoáveis para o respectivo estudo, publicação e disponibilização à comunidade científica (Universidade do Algarve; Uniarq/Lisboa; IAFLUC/Coimbra; Departamento de Antropologia/Coimbra; Departamento de Antropologia/Évora; Universidade Nova de Lisboa);

- associações regionais de defesa do património (Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur/ADPHA; Campo Arqueológico de Tavira - actualmente com actividade suspensa);

- arqueólogos e/ou empresas de arqueologia para estudo ou por falta de uma indicação da Tutela ao abrigo de afectação dos espólios aos seus «fiéis depositários», tal como definido no RTA em vigor;

- privados (colecções particulares, achados).

Contabilizaram-se os elementos em falta nos serviços autárquicos referentes às intervenções arqueológicas decorridas nos respectivos concelhos de 2000 a 2018, nomeadamente o espólio, os relatórios e os registos produzidos no âmbito da intervenção.

Analisando o número de Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos (PATA) concedidos no Algarve entre 2010 e 2017, únicos anos para os quais possuímos dados, é possível verificar que as situações de carência de depósito de espólio correspondem entre 2% a 17% do total de intervenções realizadas.

Estatisticamente, as situações de incumprimento no depósito do espólio não parecem relevantes. Não obstante, estas correspondem, na sua maioria, às intervenções das quais resultou um maior volume de espólio, o que nesta situação torna uma análise meramente estatística pouco conclusiva.

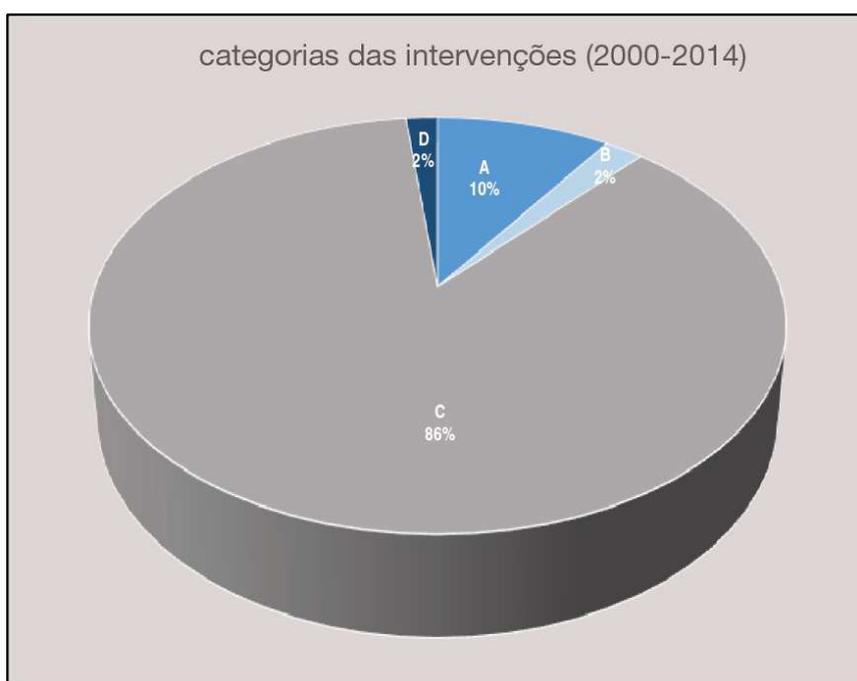


Gráfico 1 - Categorias das Intervenções Arqueológicas realizadas entre 2000 e 2014.

A categoria de intervenção arqueológica mais comum no Algarve (2000-2014), à semelhança do resto do território, é a C - acções preventivas e de minimização de impactes (Gráfico 1), sendo que o tipo de intervenção em que são mais frequentes as situações de incumprimento de depósito do espólio corresponde às intervenções de sondagens e/ou escavação arqueológica, denotando-se uma diminuição desta tendência no que diz respeito às prospecções e acompanhamentos arqueológicos, situação que deriva essencialmente deste tipo de intervenções resultar num menor volume de espólio.

Outro dado que foi possível aferir é que as referidas situações de incumprimento são mais frequentes no caso das intervenções efectuadas por empresas, observando-se uma relativa uniformidade no tipo de elementos não depositados nas reservas arqueológicas algarvias, com uma ligeira prevalência dos registos produzidos no decurso dos trabalhos de campo e gabinete, em comparação com os relatórios ou o espólio recolhido (Gráfico 2).

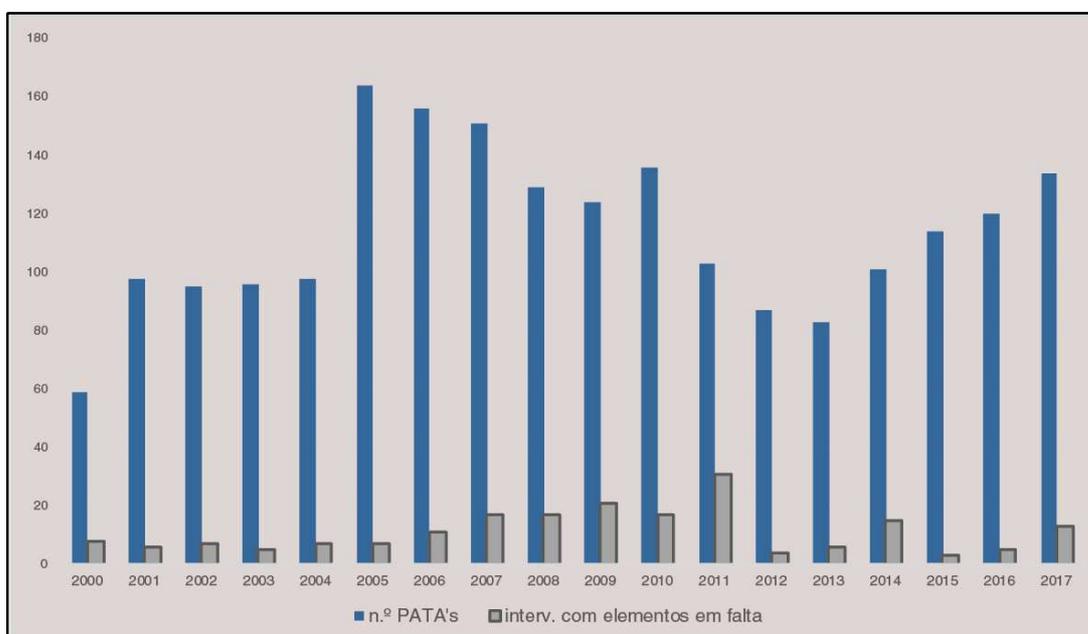


Gráfico 2 - Relação entre o número dos PATA e o número de intervenções com elementos em falta entre 2000 e 2017.

A ausência de depósito de documentação e espólios impede a sua transformação em conhecimento científico, condicionando a sua utilização em diversos âmbitos, nomeadamente ao nível do planeamento e gestão territorial, bem como no que diz respeito à valorização e divulgação patrimonial.



Gráfico 3 - Incumprimento de depósitos por tipo de interveniente.

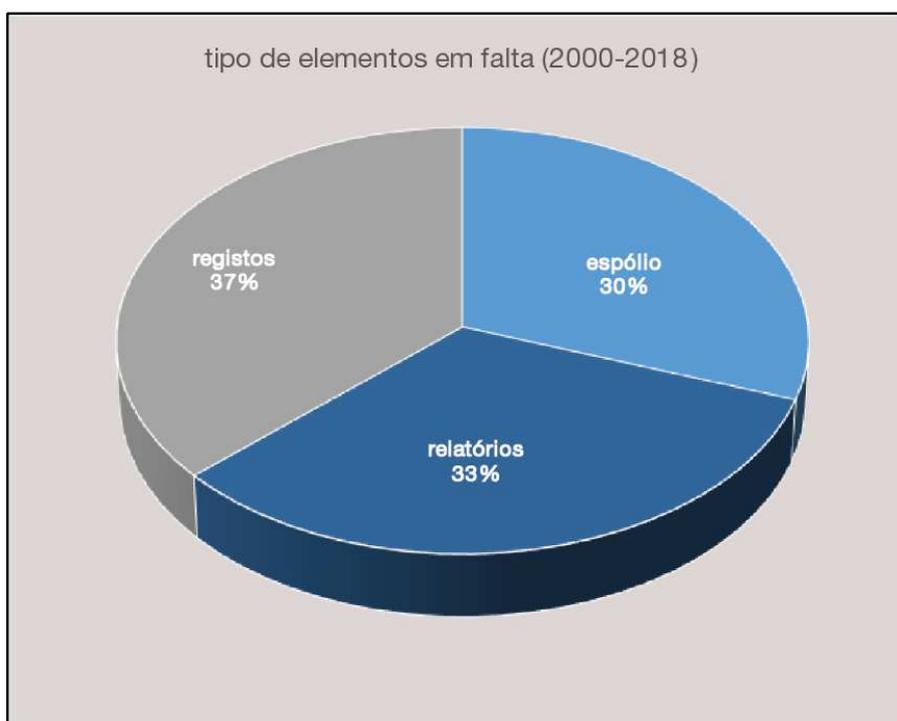


Gráfico 4 - Tipo de elementos em falta entre 2000 e 2018.

Face a este paradigma considera-se como pertinente, uma reflexão sobre os procedimentos previstos pelas entidades de tutela e autarquias, de modo a criar condições para a integração desses espólios nas instituições capacitadas para tal e, desta forma, possibilitar o devido retorno social da actividade arqueológica de salvaguarda.

## **5. Outras considerações**

Considerando os resultados do Inquérito para caracterização das reservas de arqueologia do Algarve, bem como do levantamento e diagnóstico da situação actual do espólio e colecções arqueológicas provenientes de trabalhos arqueológicos no Algarve, podemos adiantar algumas conclusões.

Em primeiro lugar, e contrariamente ao que acontece noutros locais do país, a opção de descarte, agora em discussão, é evitável no caso algarvio, visto que existe ainda capacidade de receber materiais nas diversas reservas da região. Consideramos como mais premente a definição de uma estratégia para a regularização de espólio e colecções arqueológicas, o que deverá passar pela normalização de critérios e procedimentos para depósito e incorporação de espólio e colecções arqueológicas.

De mencionar, ainda, que a maioria dos materiais arqueológicos provenientes de intervenções realizadas no Algarve encontra-se meramente depositado, e não incorporado, nas instituições museológicas da região. Algumas destas instituições já formalizaram o pedido de incorporação dos materiais junto da Tutela, mas o procedimento é moroso e muitos dos processos aguardam decisão.

## **6. Conclusões**

Pretendeu-se realizar um balanço regional sobre os espólios e a documentação que lhe deve estar associada aquando do depósito nas instituições museológicas algarvias, com especial enfoque nas intervenções cujo vazão de informação é total.

Parece-nos que para o caso algarvio, no momento actual, é mais urgente o debate sobre aspectos normativos relativos ao espólio e situação das reservas, nomeadamente os consagrados pela própria DGPC, de modo a criar condições para a integração dos espólios nas instituições capacitadas para tal. Só dessa forma é possível concretizar o retorno social da actividade arqueológica de salvaguarda, seja ao nível da gestão territorial, seja ao nível da fruição/educação patrimonial.

A componente de caracterização e diagnóstico da situação das reservas e espólio arqueológico do Algarve encontra-se efectuada no âmbito dos trabalhos do grupo RMA-ARQ, impondo-se agora uma concentração de esforços na regularização dos incumprimentos de depósito e incorporação de espólio arqueológico, bem como na definição de normativos relativos ao modo como estes depósitos/incorporações são efectuados, à credenciação de reservas e à organização de colecções. São estas as problemáticas que pretendemos trabalhar, em estreita colaboração com as entidades de tutela.

## **A Antropologia Biológica nos Açores: gestão e estudo das suas coleções osteológicas**

José Luís Neto<sup>1</sup>

Joana Camacho<sup>2</sup>

Pedro Parreira<sup>3</sup>

### **Resumo**

A Antropologia Biológica, nos Açores, remonta a sua génese ao século XIX, com o trabalho de Francisco de Arruda Furtado, publicado em 1884. Durante os mais de cento e trinta anos seguintes, a Região foi acumulando coleções osteológicas humanas, em várias das suas instituições museológicas, resultado de diversos trabalhos arqueológicos, bem como de achados pontuais. Encontram-se registadas treze coleções, distribuídas por cinco das nove ilhas dos Açores. Desde 2018, a Direção Regional da Cultura dos Açores avançou com uma estratégia de gestão desse património, que abrange o mapeamento e estudo de todo esse espólio.

**Palavras-chave:** Salvaguarda de património osteológico humano; Açores; Antropologia Biológica; Gestão do património.

### **Abstract**

Biological Anthropology, in the Azores, goes back to the XIX century, with the work published by Francisco de Arruda Furtado, in 1884. For more than a century, the Azores gathered human osteological collections at its museums, as a result of archaeological excavations, as

---

<sup>1</sup> jose.lp.neto@azores.gov.pt (Doutorado em Arqueologia Pós-medieval, Chefe da Divisão do Património Móvel e Imaterial e Arqueológico da Direção Regional da Cultura dos Açores)

<sup>2</sup> joana.cm.camacho@azores.gov.pt (Mestre em Antropologia Biológica, Estagiária em antropologia na Direção Regional da Cultura dos Açores)

<sup>3</sup> pedro.tc.parreira@azores.gov.pt (Mestrando em Património, Museologia e Desenvolvimento, Arqueólogo em regime de prestação de serviços na Direção Regional da Cultura dos Açores)

well as random findings. There are thirteen collections known, distributed over five of the nine Islands of the Azores. Since 2018, the Regional Cultural Directory has included human osteological heritage in its global strategy for managing archaeological and historical evidences, starting by locating and studying these collections.

**Key words:** Human osteology patrimony safeguard; Azores; Biological Anthropology; Heritage management.

### Enquadramento

Corria o ano de 1884 quando, na Tipografia Popular, localizada em Ponta Delgada, ilha de São Miguel, arquipélago dos Açores, Francisco de Arruda Furtado dava à estampa uma invulgar investigação intitulada "*Materiais para o estudo antropológico dos povos açorianos. Observações sobre o povo micalense*". Classificamo-la como incomum, não pelo título denunciatoriamente positivista, tão pouco por tal estilo de estudo de antropologia ser surpreendente para a época em questão, mas sim pela originalidade das ideias nele contidas, que ao contrário das investigações suas contemporâneas, nas quais se funda e inspira, ter chegado a conclusões distintas, nalguns momentos mesmo diametralmente opostas, das dos seus contemporâneos.

Nascido em Ponta Delgada a 1 de setembro de 1854, faleceu na Fajã de Baixo, próximo da cidade, a 21 de junho de 1887. Com uma profunda inclinação a acompanhar o evidente gosto pelas ciências naturais, desde os dezanove anos colaborou com Carlos Machado, contribuindo, por essa via, para a fundação do Museu, integrando o grupo dos naturalistas açorianos seus coevos. Apesar de se ter dedicado fundamentalmente à biologia, ensaiou, para o arquipélago, a abordagem da Etno-História, para além de ter sido o divulgador desta disciplina, na ilha de São Miguel.

Nesse livrinho, para lá de explicitamente se referir ao penhor que sentia por Gustave Le Bon – aplaudido, à época, pela sustentação das

ideias de nacionalismo, racismo e manipulação de massas, que propôs -, a Francisco de Paula e Oliveira – antropólogo físico da *Comissão dos Serviços Geológicos* -, a Adolfo Coelho e Teófilo Braga – filólogos - e a Leite de Vasconcelos – antropólogo, arqueólogo, fundador do Museu Nacional de Arqueologia -, apresenta a metodologia típica e expectável, predominante nesses anos - o positivismo, o nacionalismo, o descritivismo metodológico, o evolucionismo único multilinear, e as explicações de carácter migracionista – subdividindo o estudo entre antropologia cultural e física (valorizando a última), tendo por objetivo esclarecer, através dos indícios anatómicos/biológicos, da avaliação da evolução física e do desenvolvimento mental, os índices da organização racial e social, à maneira da paleontologia natural.

Para além do grupo dos Serviços Geológicos, que havia organizado em 1880 o *IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas*, Francisco Ferraz de Macedo trabalhava à época, nesta área, em Lisboa, Bernardino Machado encabeçava o grupo que a lecionava em Coimbra e, no Porto, Ricardo Severo e Rocha Peixoto agitavam o grupo da *Portugália*, relevante periódico científico portuense dedicado à Etno-História, onde antropologia física e arqueologia andavam de mãos dadas.

Ou seja, Francisco de Arruda Furtado não foi inovador nas questões da Etno-História, mas foi precursor no seu uso aplicado ao arquipélago dos Açores, pois que procurava desvelar de qual província de Portugal teriam sido originários os micalenses, chegando à conclusão, o que é absolutamente contracorrente face à época: "*porque acresce que a população micalense tem visivelmente uma grande variedade de pequenas origens antropológicas e étnicas*", revelando "*Dissemos que o documento histórico da colonização popular falta completamente. Em nenhum livro, dos muitos que tratam da descoberta e colonização das ilhas dos Açores, se encontra com efeito uma só palavra a respeito da origem do povo micalense. Nem os registos paroquiais, nem os mais antigos títulos de aforamento, nos*

*podem dar também indicação alguma, porque uns e outros não são anteriores a 1600, quando a ilha se achava colonizada há século e meio”* (Furtado, 1884: cap. VI, s/p), concluindo que, após a mensuração de menos de uma centena de crânios, que para lá de uma evidente presença algarvia, alentejana e minhota, houve contributos espanhóis, mouros e celtas, mas não flamengos – porque os traços do Benelux se resumem a uns náufragos holandeses, que deixaram descendentes na zona dos Arrifes.

A pretensa superioridade dos micaelenses face aos demais açorianos não ficou, portanto, demonstrada, antes o seu contrário, não tendo qualquer legitimidade científica qualquer supremacia, ou desejo autonomista, que se pretendia inicialmente apoiar, pelo que não foi de admirar que as suas conclusões, junto da sociedade intelectual micaelense, o tenham votado desde então à marginalidade. Um ano depois da publicação, já Francisco de Arruda Furtado se havia mudado para Lisboa, onde trabalhou no Museu de História Natural.

As mesmas questões e conclusões, que fazem com que Francisco de Arruda Furtado nos pareça que tenha correspondido a mais do que um mero reflexo insular e periférico de um movimento intelectual e científico nacional, animaram numerosos investigadores desde então, que recorreram às mais diversas disciplinas para, com semelhantes perguntas, ensaiarem novas respostas. Um deles, Manuela Lima, conseguiu obter dados para todo o arquipélago, através da análise de dois indicadores presentes na população ora existente, o DNA mitocondrial – herdado por via feminina e o cromossoma Y – herdado por via masculina, que ainda desafiam mais as ousadas perspetivas de Furtado, desvelando o contributo relevante não só do Magrebe, mas também dos contingentes populacionais subsaarianos e do próximo oriente – judeus sefarditas, na genética açoriana (Lima, 2013: 71–80), cuja distribuição não foge ao padrão geral da atual população portuguesa.

Essas influências no povoamento do arquipélago têm sido analisadas tanto na história (Matos, 1989:176-188), como na etnografia (Costa, 1989:420), bem como estudos sistemáticos têm sido realizados sobre as minorias norte-africanas e subsaarianas (Gregório, 2013:55 – 69 e Neto, 2014:51-64), existindo mesmo estudos de arqueologia sobre muçulmanos magrebinos (Gomes *et al*, 2017: 409-420) e negros subsaarianos (Neto *et al*, 2018:80-87).

A questão do povoamento está indissociavelmente associada ao início da atividade arqueológica terrestre nos Açores, de caráter científico, logo, teremos de recordar o fundamental contributo de Manuel de Sousa d'Oliveira, filho de açorianos emigrantes, que nasceu nos Estados Unidos da América, em 1961, mais precisamente no Estado de Massachussets. Regressaria a São Miguel, acompanhado dos seus pais e irmão, onde viria a frequentar o Liceu Antero de Quental, em Ponta Delgada, em 1928. Oito anos mais tarde, Sousa d'Oliveira iniciou estudos superiores em Coimbra, mais precisamente na Faculdade de Letras, obtendo a licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas com grande distinção, em 1942. Frequentou também os cursos de Ciências Pedagógicas e o de Bibliotecário Arquivista. Em 1951 foi nomeado Diretor do Museu Regional de Viana de Castelo, cargo onde permaneceu doze anos (Bento, 1990:27-28).

Realizou escavações arqueológicas em Viana do Castelo, Monção, Vale do Lima, entre outros locais (Bento, 1990:31-32), tendo participado em diversas palestras e congressos de Arqueologia, não só em Portugal, como no estrangeiro, mercê da ligação estreita a Abel Viana, membro da subsecção dedicada à arqueologia, da Junta Nacional de Educação, que estava a par do interesse central em promover intervenções arqueológicas também nas Ilhas Adjacentes e Ultramar, desde a década de 50 (Coelho, 2018:83), mas por decreto, a partir de 1965 (Coelho, 2018:76).

É natural que essa influência próxima e direta, de um membro da Mesa, órgão que decidiu as políticas e as estratégias da arqueologia

nacional durante o Estado Novo, tenha pesado no interesse de Sousa d'Oliveira por Vila Franca do Campo. A particularidade de Vila Franca do Campo, que havia sido o povoado principal da ilha de São Miguel até ao sismo de 1522, ter ficado soterrada, já lhe tinha valido o apodo de "Pompeia açoriana", desde os anos 30, dado pelo padre Ernesto Ferreira (Sousa, 2011:78 e Neto, 2018:10-22). Não consistiu, pois, surpresa, que Sousa d'Oliveira, micaelense, tenha começado por aí as suas escavações, em 1967, com o patrocínio da Câmara de Vila Franca do Campo. Na sequência destas campanhas arqueológicas, por iniciativa da Delegação Regional do F.A.O.J. e da Casa de Cultura da Juventude de Ponta Delgada, abriu-se um "*Curso de Iniciação à Arqueologia*", sob orientação do próprio, destinado a jovens com idades entre os 14 e os 20 anos. As escavações em Vila Franca do Campo, iniciadas em agosto de 1967, prologaram-se até outubro de 1982.

Foi na quarta campanha, realizada nas "Terras do Engenho", em setembro de 1976, que foi encontrado o primeiro esqueleto humano completo proveniente de trabalhos arqueológicos, conjuntamente com três crânios muito fragmentados. Relativamente ao material arqueológico associado, foram exumados fragmentos de uma vasilha de barro vermelho, cavilhas de ferro e fragmentos de telha.

Sousa d'Oliveira recorreu a António Hermano de Melo, médico micaelense, que se encontrava de férias em Vila Franca do Campo, que se deslocou até ao local do achado e classificou-o como um esqueleto de adulto. Descreve o processo, no seu diário de campo, de 1976: "(...) *perante o esqueleto, considerou-o, anatomicamente de um adulto; classificou os vestígios dentários, que lhe mostrei, dizendo tratar-se da parte superior de um canino, e de outras partes superiores de dois dentes; viu, igualmente, os resíduos, que consegui recolher ao lado do crâneo.*" (d'Oliveira: 1976, s/p).



Figura 1 – Esqueleto exumado em Vila Franca do Campo durante os trabalhos de escavação arqueológica coordenados por Manuel Sousa d’Oliveira (Bento, 1990:120).

O esqueleto foi levantado e depositado na cave da antiga Escola Básica Professor António Santos Botelho, na Rua Engenheiro Artur Canto Resende, em Vila Franca do Campo. Contudo, aquando a transição definitiva desta escola, para a atual Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo, na Rua Vila do Porto, perdeu-se o conhecimento da localização do material osteológico humano.

Apesar de mais recente, a investigação arqueológica para a localização da Porta Alegre, visa, também ela, o mesmo propósito, desta vez na ilha Terceira. A 21 de março de 1450, por carta, fez o Infante D. Henrique a doação da ilha Terceira, ou de Jesus Cristo, a um flamengo, de nome Jácome de Bruges. É a partir dessa data que o

agraciado organiza a pioneira expedição para povoar a ilha. O primeiro povoado fora criado na zona de Porto Judeu e São Sebastião, denominado de Porta Alegre, fundado pelo próprio donatário, aí erigindo a primeira igreja, cuja evocação era de Santana, cerca de 1455, tendo a ocupação deste primeiro povoado durado cerca de cem anos.

Entre 2013 e 2015, uma equipa, que engloba o primeiro signatário, desenvolveu ações de prospeção no Paul, uma área vasta, localizada entre a Serra da Ribeirinha e a Serra do Cume, com aproximadamente 30 km<sup>2</sup>, com vista à deteção de indícios do povoado que se havia denominado de Porta Alegre. Em fevereiro de 2015, desenvolveu-se a primeira campanha oficial, de prospeção, com uma equipa constituída por José Luís Neto, Luís Borges, Magda Peres e Pedro Parreira, cuja metodologia utilizada foi a de prospeção sistemática, com batida de campo exaustiva, com intervalos entre corredores de dois metros. Realizou-se o registo das ocorrências patrimoniais, tanto em cartografia, como em fotografia, a sua georreferenciação, bem como se procedeu à recolha de materiais de superfície associados às eventuais estruturas existentes, tendo-se produzido o "*Relatório da prospeção arqueológica realizada no povoado da Porta Alegre*", cuja conclusão foi a de, com algum grau de probabilidade, se ter encontrado a zona onde havia existido o povoado, génese do povoamento da ilha Terceira.

Entre os dias 8 e 29 de agosto de 2016, com a duração de 14 dias úteis, realizou-se uma primeira campanha de sondagens de verificação e caracterização da estratigrafia, do lugar de Santana, que pese embora tenha fornecido cultura material móvel contemporânea do povoado, não detetou qualquer estrutura (Neto et al: 2018a). Os trabalhos de investigação prosseguem.

A expansão europeia, no dealbar do século XV, iniciou um novo mundo, em que os continentes se interligaram, tendo, até ao início do século XX, um quase sempre mesmo destino – os múltiplos estados da

Europa. Fosse com o propósito de rumar ao Próximo ou ao Extremo Oriente, fosse para Sul, tanto para África, como para a Oceânia, ou fosse ainda para o Ocidente, rumo às Américas ou às Filipinas, nos tempos da navegação à vela, aquando da viagem de regresso, todas as embarcações em trânsito pelo mundo que procuravam alcançar a casa-mãe, antes de divergirem novamente para o porto de destino, passavam necessariamente pelos mares dos Açores, porquanto o arquipélago fica situado no Atlântico Norte, sensivelmente a meio caminho entre continentes, favorecido que é pela corrente do Golfo, via de acesso privilegiada à Europa.

Nos mares dos Açores passaram Vasco da Gama, Cristóvão Colombo e os navios de Magalhães; esses mares foram secularmente ponto de contacto e encruzilhada única das Rotas das Especiarias, da Plata, do Ouro, dos Escravos, do Açúcar, do Chá. Todas essas rotas cruzaram o Índico, o Pacífico e o Atlântico na procura de construir a expansão comercial europeia. Apesar de pertencer a Portugal, o arquipélago correspondeu, em quase toda a sua história, a um território de trânsito e comércio livre, por onde todas as bandeiras puderam navegar. Sem o arquipélago como ponto de apoio às grandes navegações, a expansão europeia teria sido, necessariamente, muito diferente.

Se imaginarmos o mundo ampulheta, a Europa como uma das bases e os demais continentes a outra, no período da navegação à vela transcontinental, todas as embarcações que regressavam, destinadas às diversas nações europeias, nos Açores pararam, estrangulamento do mundo.

### **Antropologia biológica nos Açores**

Revela-se, pelas razões aludidas, evidente o potencial de interesse do contributo da antropologia biológica na compreensão concreta, palpável e mensurável de qual foi, a cada momento histórico,

o papel destas ilhas porto-de-abrigo, no meio do Atlântico. Porém, o contributo da antropologia biológica no auxílio à arqueologia e à história, na construção do conhecimento passado sobre os Açores, apesar de tão prometedora iníciio, tem sido, até hoje, relativamente mínimo.

No que respeita à ilha de Santa Maria, entre os dias 2 e 4 de fevereiro de 2018, uma equipa da Divisão do Património Móvel, Imaterial e Arqueológico da Direção Regional da Cultura, deslocou-se a uma obra, a pedido do Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, porquanto, durante a mesma se havia descoberto ossadas humanas. Constatou tratar-se de um ossário, com 1,80 x 2,00 x 0,40 metros, entre duas paredes de pedra seca, heterodoxamente colocado num pátio murado, exterior ao templo, associado ao espaço hospitalar.

O seu interior estava, maioritariamente preenchido com ossadas humanas, complementada por diversos materiais orgânicos e inorgânicos. As ossadas foram retiradas manualmente e colocadas na igreja, para posteriormente serem acondicionadas em caixas para transporte. Os ossos superficiais estavam em boas condições de conservação, apesar de alguns estarem quebrados, devido à queda de pedras, durante as obras. À medida que se aprofundou, verificou-se que os ossos estavam soterrados nos detritos, estavam muito mais frágeis e quebradiços, muitos deles desfazendo-se ao toque, e os ossos mais frágeis estavam já pulverizados, confundindo-se com os detritos do interior do ossário.



Figura 2 – Uma parte do espólio exumado durante a intervenção arqueológica na Igreja da Misericórdia de Vila do Porto, Santa Maria (fotografia de Joana Camacho)

Os materiais orgânicos revelam provir, muito provavelmente, de um carneiro da igreja. Aproveitando um vão, talvez que de uma primitiva escada interior de acesso ao primeiro piso, construiu-se uma parede falsa, emparedando os ossos, de modo a que estes se mantivessem próximo do local onde secundariamente haviam sido transladados. Este ossário é, conseqüentemente, uma deposição terciária, sendo que, atendendo a que apresenta os restos mortais de cento e vinte e três indivíduos, representados parcelarmente, maioritariamente por crânios e ossos longos, conforme ao habitual em carneiros, podemos calcular que pertenceram a mortos anteriores ao ano de 1805/6. O *ante quem* da sua representatividade não é calculável, evidentemente, mas é seguramente posterior a 1536, data da fundação da igreja.



Figura 3 – Pormenor da limpeza e inventariação do material exumado na intervenção arqueológica da Igreja da Misericórdia de Vila do Porto, Santa Maria (fotografia de Joana Camacho)

Relativamente à ilha de São Miguel, para além do caso já descrito para Vila Franca do Campo, foram exumados materiais osteológicos de outros quatro locais.

Manuel de Sousa d'Oliveira aplicou a metodologia de campo que utilizara, anteriormente, em Vila Franca do Campo, nos terrenos do antigo mosteiro de Jesus da cidade da Ribeira Grande, em 1988. Sucederam-se várias campanhas, até ao ano 2000, com a colaboração do historiador Mário Moura e do geólogo Nicolau Wallenstein. Foram efetuadas valas de sondagem, e prospeção de superfície, exumando-se um vasto conjunto de espólio arqueológico onde se detetaram fragmentos de ossadas humanas. Em 2019, a segunda signatária analisou esse espólio osteológico, tendo constatado a presença de, no mínimo, vinte e cinco indivíduos, sendo que pelo menos vinte são adultos e outros cinco, não adultos, cujas idades à morte variam entre os dezoito meses e os dezoitos anos. Parâmetros bioantropológicos, como a estatura e a ancestralidade, não foram analisados, atendendo ao estado de fragmentação das ossadas. Verificaram-se várias lesões indicativas de stress fisiológico como, por exemplo, escorbuto, anemia,

alterações degenerativas articulares e não articulares, e lesões compatíveis com a presença de patologias infecciosas.

Outro conjunto osteológico proveniente de trabalhos arqueológicos na ilha de São Miguel corresponde ao material exumado durante um acompanhamento arqueológico das obras de construção no antigo recolhimento de Santa Bárbara, em Ponta Delgada. Todo o espólio exumado foi sumariamente inventariado, pelos arqueólogos responsáveis pela intervenção, e depositado na reserva do Museu Carlos Machado. Em 2018, no âmbito do projeto de estudo das coleções osteológicas do arquipélago dos Açores, as ossadas foram analisadas pela antropóloga Ana Cristina Pelicano, tendo-se verificado que, se encontravam em avançado estado de degradação, não permitindo uma leitura eficaz e conclusiva dos dados. Ainda assim, a investigadora retirou algumas informações que indicam tratar-se de, no mínimo, quatro indivíduos, dois deles adultos, e dois não adultos.

A igreja de Santo António, da freguesia de Santo António – além Capelas, concelho de Ponta Delgada, foi alvo de um trabalho de reabilitação, e requalificação do espaço, que implicou a remoção do piso, e escavação de terras no interior. Após alerta da realização desses trabalhos, sem o devido acompanhamento arqueológico, foi efetuada uma vistoria ao espaço, sendo que se detetaram fragmentos osteológicos, na terra que fora removida. Analisados esses montes, constatou-se a presença de material osteológico, em avançado estado de fragmentação. Não permitiu, metodologicamente, apresentar um número mínimo de indivíduos presentes. Todavia, constatou-se a presença de adultos e crianças, de idades muito distintas, permitindo identificar algumas características das populações que ali foram exumadas entre o século XVIII e o final do século XIX, pois que os enterramentos em igreja se prolongam, nas comunidades rurais, muito para além da lei dos cemitérios (CAA 150-A, Neto *et al*, 2018b).



Figura 4 – Alguns do espólio descoberto durante os trabalhos de requalificação da igreja de Santo António – além – Capelas, Ponta Delgada, São Miguel (CAA 150-A, Neto *et al*, 2018b)

O antigo convento feminino de Nossa Senhora da Conceição, atual Palácio da Conceição, em Ponta Delgada, foi intervencionado, em 2016, no âmbito dos trabalhos de minimização de impactos arqueológicos, durante a empreitada de remodelação do imóvel com vista a acolher a futura *Casa da Autonomia*. Durante o acompanhamento arqueológico, foi detetado um conjunto de ossadas, posteriormente estudado pela segunda signatária, que verificou tratar-se de uma inumação secundária, ossário, com ossos de, no mínimo, três adultos, sendo, pelo menos, um deles, do sexo feminino. O estudo paleopatológico revelou uma patologia oral (cárie dentária) e algum desgaste dentário, com pouca expressão.

No que respeita à ilha Terceira, a primeira coleção osteológica exumada em contexto arqueológico, de que temos conhecimento, corresponde ao conjunto de ossadas levantadas em 1991. Nesse ano, aquando das obras de reforço estrutural da igreja de Nossa Senhora da Guia, do antigo convento de São Francisco, em Angra do Heroísmo, procedeu-se a uma pesquisa de natureza arqueológica, realizada pelos

técnicos do Museu de Angra do Heroísmo. Foram abertas onze sondagens no corpo da igreja, de dimensões variáveis, bem como duas redes de valas de escavação, igualmente no corpo da igreja e três valas de escavação na capela-mor. Desse trabalho, exumou-se um conjunto de espólio arqueológico, bem como, foram detetadas várias inumações, levantando-se as suas ossadas, que acabaram por ser depositadas em conjunto global, perdendo-se o contexto arqueológico individual de cada sepultura. O estudo do ossário foi efetuado, em 2018, pela segunda signatária, que verificou que o número mínimo de indivíduos é de 9, todos eles adultos. Percentualmente, a grande maioria foi identificada como sendo do sexo masculino, com a análise paleopatológica a revelar que, muito provavelmente, faleceram já em avançada idade.

A igreja da Misericórdia de Angra do Heroísmo, gravemente danificada no sismo de 1980, carecia de obras de reabilitação, que avançaram entre 1996 e 1997. A empreitada foi acompanhada por técnicos da área do património, do Gabinete de Gestão da Zona Classificada da cidade, que registaram, durante a escavação do interior do templo, um conjunto de sepulturas, datadas dos séculos XVIII e XIX. Uma boa parte do espólio osteológico foi destruído, ou altamente danificado, pela maquinaria pesada. O que foi possível recolher, foi acondicionado, sendo alvo de um tratamento e análise, cerca de uma década volvida, em 2008. O estudo envolveu o cruzamento de dados gerais, das ossadas em melhor estado de conservação, com informação genética, com vista a procurar reconhecer a realidade dos antepassados daqueles que ali tinham sido enterrados. Atendendo às condições do levantamento e acondicionamento do material, não foi possível retirar conclusões científicas sobre os dados disponíveis (CAA 051-A, Dias *et al*, 2014).

Em 2007, na freguesia da Fonte do Bastardo, concelho da Praia da Vitória, decorreram trabalhos de reabilitação da ermida de S. José, sita junto ao cemitério local, em parceria com técnicos de conservação

e restauro. Durante a empreitada, o trabalho de repavimentação do interior do templo revelou a presença de testemunhos arqueológicos, nomeadamente, fragmentos de ossadas humanas e um negativo de uma possível sepultura, parcialmente danificada pelos trabalhos de obra. O espólio osteológico foi exumado, com o apoio da arqueóloga Ana Catarina Garcia, e depositado junto do Departamento de Biologia da Universidade dos Açores, com vista a ser estudado. Através de uma análise cuidada, por parte do antropólogo Javier Jordana, verificou-se estar perante um conjunto de ossadas pertencentes a dois enterramentos. Um dos indivíduos, que reunia maior número de fragmentos, foi identificado como sendo do sexo masculino, com uma idade compreendida entre os 40 e os 60 anos, correspondente a uma inumação primária, orientada a noroeste, com vestígios de tecido do sudário. Atendendo ao número reduzido de fragmentos, e ao estado de degradação, não foi possível tirar conclusões acerca do segundo enterramento (CAA 063-A, Jordana, 2007).

O arqueólogo Ricardo Erasun Cortés coordenou uma intervenção arqueológica de emergência, no adro da igreja matriz de Santo António, freguesia do Porto Judeu, concelho de Angra do Heroísmo, com vista a minimizar o impacte de uma empreitada de requalificação do espaço, que se efetuou no segundo semestre de 2008, contando com a assessoria científica do antropólogo Javier Jordana. Identificaram-se 30 sepulturas em fossa simples, orientadas no sentido oeste-este, à exceção de um indivíduo, muito provavelmente, um clérigo. A análise do espaço, e das ossadas exumadas, indicou a reutilização do espaço de inumação, porquanto foram identificados 59 indivíduos, dos quais 6 eram mulheres, 5 homens e 1 infante indeterminado, para além dos restantes, não identificáveis. Registaram-se várias medalhas com santos de devoção, e fragmentos de peças do vestuário, que permitiram enquadrar os enterramentos entre o século XIX e o XX, algo que foi aferido, documentalmente (CAA 102-A, Cortés, 2008).

Entre o mês de fevereiro de 2007 e setembro de 2008, decorreu uma intervenção arqueológica para caracterização e investigação do Convento de São Gonçalo de Angra do Heroísmo, que implicou a realização de picagens de paredes e aberturas de sondagens em várias salas do rés-do-chão. No decorrer desse trabalho, foram identificados vários enterramentos, que foram intervencionados e devidamente estudados por uma equipa de arqueologia. A escavação dividiu-se por uma área total de 40 m<sup>2</sup> e abrangeu um conjunto de fragmentos que permitiram identificar um número mínimo de 43 indivíduos e 22 ossários, enquadrados, cronologicamente, entre a segunda metade do século XVI e o século XVIII (Ferreira *et al*: 2008). Em momento posterior ao estudo deste espólio, todo o material exumado foi reenterrado, de acordo com a informação fornecida, oralmente, pelos responsáveis pelo espaço do antigo convento.

No que respeita à ilha do Pico, em 2009, junto à igreja da Prainha, freguesia da Prainha do Norte, concelho de S. Roque, aquando da abertura de uma vala, a 1,10 metros de profundidade, foram descobertas algumas ossadas humanas na área do antigo adro. Estando uma arqueóloga a estagiar no Museu do Pico, foi ao local, fazer uma avaliação da situação para a Direção Regional da Cultura, a 11 de abril. As conclusões por si apresentadas revelaram que: "1 – o achado corresponde a uma zona aberta no decurso de uma abertura de vala e encontra-se fora do alcance de mais intervenções da obra; 2 – Evidencia tratar-se de uma sepultura ou ossário; 3 – As ossadas aparentam ter sido já removidas, numa anterior intervenção, não se encontrando por isso *in situ*; 4 – Encontram-se numa concavidade junto a um muro recente e cortadas por este; 5 – A obra não afetará mais o local, não havendo qualquer necessidade de remoção, pela ameaça de destruição." (CAA 115/A, Garcia, 2009). Perante o parecer, a Direção Regional da Cultura solicitou apenas que se cobrissem os vestígios com geotêxtil e uma camada de areia fina e se realizasse o

registo cartográfico e fotográfico dos mesmos, libertando a obra de mais condicionantes.

No que respeita à ilha do Faial, em 2017, os arqueólogos João Gonçalves Araújo e N'Zinga Oliveira, conjuntamente com a antropóloga Marla Silva, dirigiram uma intervenção arqueológica de minimização de impactos, no decorrer da empreitada de requalificação da frente de mar da cidade da Horta. Uma das áreas afetadas pelos trabalhos de escavação de terras, compreendia o adro da igreja de Nossa Senhora das Angústias, onde foram detetados vários enterramentos, tendo sido exumado um conjunto de espólio arqueológico para estudo, em gabinete, após adequado registo técnico-científico. Registaram-se 22 enterramentos, 14 em fossa simples, escavada na terra, e 1 em caixão de madeira, com os restantes 7 em contexto não determinável. A análise espacial permitiu aferir que as sepulturas se dividiam em dois núcleos, um mais antigo e outro mais recente, correspondentes a dois momentos cronológicos da ocupação do espaço pela igreja.



Figura 5 – Sepultura descoberta durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico no adro da Igreja de Nossa Senhora das Angústias, Horta, Faial (Araújo *et al*, 2017)

O núcleo mais antigo encontrava-se associado à primitiva igreja paroquial e, possivelmente, à ermida que ali se encontrava, remontando, cronologicamente, ao século XVI, e mantendo a sua ocupação até ao XVIII. O núcleo mais recente enquadrava-se, cronologicamente, na fase de transição entre a segunda metade do século XVIII e o momento em que cessam os enterramentos naquele espaço, com a lei dos cemitérios, no século XIX. O espólio arqueológico exumado revela que se tratavam de indivíduos de aparente condição social mais modesta. Analisados os conjuntos de ossadas, o contexto e o espólio arqueológico, foi possível retirar várias conclusões sobre a evolução da ocupação do espaço, não obstante o estado variável de degradação do espólio osteológico (Araújo *et al*, 2017).



Figura 6 - Enterramento descoberto durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico no adro da Igreja de Nossa Senhora das Angústias, Horta, Faial (Araújo *et al*, 2017)

## Conclusões

Pese embora a antropologia biológica se tenha desenvolvido em Portugal desde o último quartel do século XIX, tenha colaborado em investigações de arqueologia desde então e a longo de todo o século XX, foi somente com o Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de julho, que se tornou obrigatória a colaboração entre arqueólogos e antropólogos físicos/biológicos, aquando da descoberta de vestígios osteológicos humanos em escavações.

Contudo, com a publicação Lei n.º 19/2000, de 10 de agosto, foram transferidas as competências de gestão do património arqueológico para a região autónoma dos Açores, que, por manifesta carência de profissionais residentes no arquipélago que dominassem a área, não adotou essa prática.

A Direção Regional da Cultura dos Açores, em 2013, preparou um esboço de síntese dos trabalhos efetuados no arquipélago, em formato de cartazes expositivos, com vista à sua divulgação junto do público infantojuvenil, nas escolas da Região. Essa exposição, intitulada "*À procura dos antepassados*", tem vindo a percorrer estas instituições, no âmbito da educação não-formal do público mais jovem.

Apenas recentemente, com a publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2016/A, de 22 de novembro e do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2018/A, de 16 de maio, se tornou obrigatória a incorporação dos bens arqueológicos em museus, o que, por inerência, regulamenta igualmente o património osteológico humano.

Nesse sentido, desde o início de 2018, que se tem estado a localizar, levantar, caracterizar, analisar e estudar, de forma sistemática, todas as coleções de ossadas humanas, provenientes de trabalhos arqueológicos, que já decorreram no arquipélago dos Açores, desde 1976. Com a conclusão deste primeiro rastreio, que durará até ao final de 2019, espera-se criar conhecimento suficiente para determinar um mais bonançoso futuro para estes materiais, criar

estratégias e ações para adotar esta área no quotidiano dos trabalhos arqueológicos e, naturalmente, dignificar a área da antropologia biológica enquanto interventora nas áreas do património cultural.

## **BIBLIOGRAFIA**

ARAÚJO, João Gonçalves; OLIVEIRA, N'Zinga e SILVA, Marla (2017) – *O adro da igreja de Nossa Senhora das Angústias – Horta*. Horta: Relatório final da intervenção arqueológica para a associação *HistóriaSábias, Património Cultural, Artístico e Arqueológico*.

BENTO, Carlos Melo (1990) – *Escavações arqueológicas em Vila Franca do Campo. 1967 – 1982*. Ponta Delgada: Associação Arqueológica do Arquipélago dos Açores.

COELHO, Rui Gomes (2018) – *O arqueólogo cordial. A Junta Nacional de Educação e o enquadramento institucional da arqueologia portuguesa durante o Estado Novo (1936-1974)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

COSTA, Francisco Carreiro da (1989) – *Etnologia dos Açores*, 1.º volume. Lagoa: Câmara Municipal da Lagoa.

CORTÉS, Ricardo Erasun (2008) – *Adro de Santo António do Porto Judeu. Carta Arqueológica dos Açores*, processo 102-A. Angra do Heroísmo: Direção Regional da Cultural dos Açores.

DIAS, Francisco Maduro *et al* (2014) – *Igreja e hospital de Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo. Carta Arqueológica dos Açores*, processo 051-A. Angra do Heroísmo: Direção Regional da Cultural dos Açores.

FERREIRA, A. e GODINHO, R. (2008) – *Escavação arqueológica na necrópole do Convento de São Gonçalo, Angra do Heroísmo, ilha Terceira, Açores*. Lisboa: Relatório dos trabalhos Arqueológicos para a *ERA arqueologia*.

FURTADO, Francisco Ferreira (1884) – *Materiais para o estudo antropológico dos povos açorianos. Observações sobre o povo micaelense*, Ponta Delgada: Tipografia Popular.

GARCIA, Ana Catarina (2009) – Prainha do Norte. *Carta Arqueológica dos Açores*, processo 115-A. Angra do Heroísmo: Direção Regional da Cultural dos Açores.

GOMES, Rosa Varela; CASIMIRO, Tânia Manuel e NETO, José Luís (2017) – Acerca do consumo do cuscuz na alimentação açoriana – achegas para o seu estudo. *Atlântida – revista de Cultura*, vol. LXII. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura. 409 – 420.

GREGÓRIO, Rute Dias (2013) – Construindo a história da escravatura nos Açores: projetos, fontes e primeiros resultados. *Subsídios para a história da escravatura insular, séculos XV a XIX*. Ponta Delgada: Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores. 55 – 69.

JORDANA, Javier (2007) – Ermida da Fonte do Bastardo. *Carta Arqueológica dos Açores*, processo 063-A. Angra do Heroísmo: Direção Regional da Cultural dos Açores.

LIMA, Manuela (2013) – Influência africana no povoamento dos Açores: o contributo da genética. *Subsídios para a história da escravatura insular, séculos XV a XIX*. Ponta Delgada: Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores. 71 – 80.

MATOS, Artur Teodoro de (1989) – Povoamento e colonização dos Açores. *Portugal no Mundo*, vol. 1. Lisboa: Alfa. 176-188.

NETO, José Luís (2014) – Escravos nos Açores nos Séculos XV e XVI – algumas questões. *Atlântida – revista de Cultura*, vol. LIX. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura. 51 – 64.

NETO, José Luís (2018) – *Arqueologia nos Açores. Uma breve história*, Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.

NETO, José Luís *et al* (2018a) – O lugar de Santana – Resultados da prospeção e primeiras sondagens de verificação e caracterização. *Actas do Encontro Internacional Relações transatlânticas entre a Europa, América e as Ilhas Atlânticas (séculos XV- XX)*. Machico: CEAM-Centro de Estudos de Arqueologia Moderna. 80 – 87.

NETO, José Luís *et al* (2018b) – Igreja de Santo António. *Carta Arqueológica dos Açores*, processo 150-A. Angra do Heroísmo: Direção Regional da Cultural dos Açores.

OLIVEIRA, Alexandre Manuel Teixeira Guedes da Silva (1997) – O contributo da antropologia física em Portugal como ciência inter e transdisciplinar — uma possível síntese histórica até finais do século XIX. *Revista de Guimarães*, n.º 107. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento. 243-283.



## **Mosteiro de São Bento de Avis: da intervenção preventiva ao programa de estudo e valorização de fracção monástica**

Ana Cristina Ribeiro<sup>1</sup>

### **Resumo**

Erguido no século XIII para albergar a Ordem de Avis, o Mosteiro de São Bento de Avis define a imagem urbana que a vila hoje ostenta. Ao longo da última década têm vindo a ser realizadas diversas intervenções em fracções monásticas como forma de assegurar a reutilização destes espaços e garantir a salvaguarda da morfologia, permitindo, simultaneamente, a fruição pública de áreas cujo acesso tem sido limitado pela sua função habitacional ou estado de abandono. No âmbito dessas intervenções, foram desenvolvidos diversos trabalhos arqueológicos de cariz preventivo, alguns dos quais com resultados determinantes para o estudo do conjunto monástico. Das intervenções realizadas em contexto de obra destaca-se o acompanhamento arqueológico, iniciado em 2012, da empreitada de conservação da ala poente do claustro velho e espaço adjacentes. As características de um dos espaços intervencionados e as ocorrências registadas determinaram uma abordagem alargada que está na origem de um programa de estudo e valorização da fracção monástica. Apresentam-se os resultados prévios dos trabalhos realizados, assim como as linhas gerais do programa de estudo e valorização da fracção monástica.

**Palavras-chave:** Mosteiro de São Bento de Avis – intervenção arqueológica – estudo – valorização

---

<sup>1</sup> ana.ribeiro@cm-avis.pt. Centro de Arqueologia de Avis

## Abstract

Founded in the 13th century to house the Order of Avis, the Monastery of St. Benedict defines the urban image that the village today bears. Over the last decade have been carried out several interventions in monastic fractions as a way to ensure the reuse of these spaces and the safeguarding of morphology, allowing the public fruition of areas which access has been limited by housing function or abandonment.

In those interventions were developed several archaeological works of preventive nature, some of which with decisive results for the study of the monastery, as is the case of the archaeological intervention, started in 2012, as part of the work of conservation of the west wing of the old cloister and adjacent spaces. The characteristics of one of the spaces determined a wider approach that is at origin of a program of study and valorization of this monastic fraction.

The preliminary results of the work developed are now presented, as well the outlines of the program of study and valorization of this monastic dependence.

**Keywords:** Monastery of St. Benedict of Avis – archaeological intervention – research - valorization

## Contextualização histórica<sup>2</sup>

Na zona de confluência da ribeira Grande com a ribeira de Seda localiza-se a actual vila de Avis. A sua posição geográfica e a sua implantação estratégica, ocupando o topo de um outeiro cercado a nascente pela ribeira Grande, garantiu à vila excelentes condições de defesa: *“Esta villa pella parte do nascente he inexpugnavel por natureza não so pella aspereza do sitio mas porque junto aos muros se precipita hum monte tão elevado ingreme e alcatilado que a faz por aquela parte inconquistável”* (Rego, 1985, p. 21, fl. 8).

---

<sup>2</sup> Síntese do estudo efectuado no âmbito do *Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Avis*. Ribeiro, 2004, p. 89-132



Figura 1 – Envolvente da vila de Avis, ribeira Grande. 1938 (Arquivo fotográfico do Município de Avis)

A ribeira aumenta as suas potencialidades defensivas, constituindo um fosso natural em torno do aglomerado urbano: *“toda a villa he cercada de huma ribeira (...) Não só por este fosso que lhe pos a natureza, mas também, pellos inasçesiveis penascos que a rodeão”* (ANTT, 1758, p. 930).

As características do local determinaram a ocupação, de carácter marcadamente militar, onde o espaço se ajusta ao relevo, procurando tirar o máximo partido das condições naturais do território.

A instabilidade sentida na área fronteiriça, nomeadamente na linha do Tejo, derivada das investidas almóadas nos anos de 1190 e 1191, leva à atribuição de grandes domínios territoriais às ordens militares, com o objectivo principal de recuperar os territórios perdidos, atenuar a pressão muçulmana e garantir a Lisboa e Santarém uma defesa eficaz (Pereira, 1998/1999, p.16).

É neste contexto que se integra a doação do lugar de Avis, por D. Afonso II, à Milícia dos Freires de Évora em 1211, com a condição com a condição de aí construírem um castelo e de o povoarem (*“Castrum edificetis et populetis”*, *idem*, 1998/1999, p.16, nota 45).

Apesar do território de Avis ter sido doado em 1211, tudo leva a crer que só em 1214 é que se verifica a tomada de posse do local pelo

Mestre Fernando Anes (Rego, 1985, p. 17-18), tendo sido nessa altura que se iniciou a construção da fortificação, embora alguns autores defendam que se trata do fim da sua edificação (Costa, 1982, p. 3). Em 1223 conclui-se a transferência para Avis, formando-se, assim, a Ordem de São Bento de Avis (Pereira, 1998/1999, p. 17).

A construção da fortificação marca uma nova fase de ocupação do território, onde a defesa e consolidação do novo domínio eram condições fundamentais, sobretudo quando ainda se sentia uma forte presença de forças muçulmanas.

A vila passa a estar *“cercada de bom muro e o castelo dela é sobre si com sua fortaleza e torre de menagem alta e forte”* (AHMF, 1950, p. 43). O espaço muralhado divide-se em duas áreas: uma de maior dimensão, ocupando 2/3 do espaço amuralhado, onde se desenvolve a vila, e uma outra mais reduzida, localizada na extremidade Este, onde se iria instalar a sede da Ordem de Avis.



Figura 2 – Vista panorâmica da vila de Avis (Município de Avis\_Visit Avis)

### **O Mosteiro de São Bento de Avis: uma breve caracterização**

O Mosteiro de São Bento de Avis, classificado como Imóvel de Interesse Público (Decreto 37 450, DG 129, de 16-06-1949), localiza-se na freguesia e concelho de Avis, distrito de Portalegre.

O conjunto monástico está situado na zona nascente da vila, tendo sido fundado no século XIII e secularizado pelo Decreto de 30 de Maio de 1834. As várias campanhas a que foi sujeito, sobretudo entre os séculos XV e XVII, introduziram diversas sobreposições estruturais que dificultam a apreensão da sua traça primitiva. O conjunto monástico é composto por vários edifícios correspondentes:

- ao núcleo primitivo do Mosteiro, constituído por dormitórios, cozinha, refeitório e claustro, situado a Norte da Igreja;
- à Igreja, estrutura que surge como o “elemento ordenador de todo o conjunto, em função da qual todas as outras construções se organizam” (Macedo, 1995, p. 34);
- ao “Mosteiro Novo”, constituído por várias dependências, datadas dos séculos XVI e XVII, localizadas a Sul da Igreja, integrando todo um volume de dimensão considerável, actualmente em ruína, e um amplo claustro – Claustro Novo –, também ele com profundas alterações em relação à sua função e forma.

A área mais imponente do Mosteiro terá sido construída, nos séculos XVI e XVII, sobre o Castelo, ocupando toda a zona a Este, a partir do momento em que a função militar da Ordem se diluiu, verificando-se a substituição das muralhas pelas paredes monásticas, com a ampliação do mosteiro primitivo para sul, com a construção do Claustro Novo e do Dormitório de São Lamberto.



Figura 3 – Vista geral do Mosteiro (Município de Avis\_Visit Avis)

Na encosta que se desenvolve para Norte e Este, em direcção à ribeira Grande, situa-se a Cerca, que delimita os terrenos pertencentes ao Mosteiro. Era aqui que se localizavam as “*hortas, moinhos e azenhas, pequenas áreas de pasto para gado*” (*idem*, 1995, p. 35), assim como a Casa de Fresco. Subsistem alguns paramentos do que provavelmente terá sido a cerca original.

Dentro da Cerca, e junto à ribeira, existe um altar localizado numa cavidade, de dimensões reduzidas, formada no afloramento de xisto, na vertente nascente do Mosteiro, designado por Lapa de São Bento, a qual é referida por alguns autores como um local pré-histórico cristianizado (*idem*, 1995, p. 37). Deste espaço conserva-se um altar de pedra e alvenaria, decorado com conchas e pedras pequenas de diversas cores (*idem*, 1995, p. 37). A sua localização torna difícil o acesso, sendo uma zona actualmente submersa pela albufeira de Maranhão.

Toda esta área seria, certamente, definida por um conjunto de caminhos que ligavam as diversas áreas da Cerca, assim como por vários socalcos, que modelavam toda esta zona e que são ainda perceptíveis.

O Mosteiro sofreu diversas alterações, desde a sua fundação até à extinção das ordens religiosas, em 1834, detendo, a par do castelo

e fortificação, uma presença dominante na fisionomia que Avis hoje ostenta, marcando, de forma significativa, a sua malha urbana.

Apesar da sua importância patrimonial, o Mosteiro de São Bento de Avis não foi alvo da atenção merecida, pelo que é evidente a sua degradação, resultado, não só da acção do tempo, mas, e sobretudo, do esquecimento e abandono, assim com da ocupação para fins habitacionais, serviços e estabelecimentos comerciais. Estas utilizações introduzem factores de adulteração dos espaços e de destruição de elementos notáveis, o que, progressivamente, tende a apagar a imagem e monumentalidade de um local tão relevante como o Mosteiro de Avis.

De forma a contribuir para a valorização deste conjunto, que marca, de forma determinante, a história de Avis, o Município tem desenvolvido um conjunto de acções que visam a reabilitação de algumas das dependências monásticas e espaço envolvente.

### **O conjunto monástico e o contributo da Arqueologia: apontamentos das intervenções realizadas desde 2006**

Ao longo de mais de uma década, e decorrente da iniciativa autárquica, têm vindo a ser realizadas diversas intervenções em fracções monásticas como forma de assegurar a reutilização destes espaços e garantir a salvaguarda da morfologia, permitindo, simultaneamente, a fruição pública de áreas cujo acesso tem sido limitado pela sua função habitacional ou estado de abandono.

No âmbito dessas intervenções, foram desenvolvidos trabalhos arqueológicos de carácter preventivo, alguns dos quais com resultados determinantes para o estudo do conjunto monástico.

Em 2006 foram acompanhadas as empreitadas de valorização da Envolvente ao Mosteiro e Muralhas de Avis e de instalação da rede de fibra óptica dos serviços municipais.

Na primeira, os trabalhos desenvolveram-se na zona Norte e Este da vila, no perímetro exterior das muralhas e mosteiro, tendo sido identificado um troço de cerca monástica, cuja preservação foi assegurada com adequação do projecto aos vestígios.



Figura 4 – Cerca monástica

No segundo caso, foram identificados, no claustro norte, integrado no mosteiro primitivo, vestígios do deambulatório da ala poente. Ainda no âmbito desta obra, refere-se também a identificação de um troço de muralha sob a actual entrada na Rua Dr. Manuel de Arriaga, cuja presença confirma a separação física entre a zona monástica e a restante vila, posteriormente alterada com a abertura da passagem.

As ocorrências registadas no decurso desta obra foram preservadas com os necessários ajustes ao projecto inicial.

Com a instalação do Centro Interpretativo da Ordem de Avis foi possível regressar, em 2009, ao claustro norte e assim recuperar a planta do deambulatório da ala poente, cujos primeiros indícios haviam sido registados em 2006, assim como confirmar a continuidade da arcaria da ala sul.



Figura 5 e 6 – Estruturas identificadas no claustro Norte

Ainda no decurso desta obra, foi descoberto um conjunto de estruturas no largo Cândido dos Reis, na envolvente à Igreja do Mosteiro, cujos vestígios se conservam sob a antiga hospedaria e enfermaria, edifício construído entre os finais do século XVI e início do século XVII (Pombo, Corte e Cunha, 2001, p. 58).



Figura 7 e 8 – Estruturas identificadas no Largo Cândido dos Reis

A presença destes vestígios poderá relacionar-se com as dependências monásticas no interior das muralhas, organizadas ao longo da Rua Porta do Anjo (AHMF, 1950, p. 44), provavelmente desactivadas pelo crescimento para Este do mosteiro, e que correspondiam à hospedaria, celeiro, estrebaria, amassadouro e casa do pão (Coelho, 1986, p. 204-207 e anexo – Avis 1556-1564). Informações orais relatam o aparecimento, em meados do século XX, de “*uma rua e casas enterradas*” em pleno largo, cuja presença não foi, no entanto, confirmada nesta intervenção.

Em 2010, foram efectuadas movimentações de terra para reformulação de infraestruturas no Pátio das Cisternas, implantado no Claustro do Novo. Pelo carácter dos trabalhos realizados, não se identificaram dados relevantes.

A empreitada de conservação da Ala Poente do Claustro Velho e Espaços Adjacentes, iniciada em 2012, teve um impacto significativo nos espaços monásticos. A tipologia das acções desenvolvidas, em particular na Rua das Lages, onde se localizaria o antigo dormitório, e na fracção contígua ao Museu Municipal, actual Museu do Campo Alentejano, pôs em evidência testemunhos de estruturas anteriores ao edifício que se conserva, relacionadas com a fase primitiva do mosteiro ou, eventualmente, com uma ocupação anterior.



Figura 9 e 10 – Estruturas identificadas na Rua das Lages

A primeira fase dos trabalhos arqueológicos decorreu em contexto de obra, mas a excepcionalidade dos achados fez com que a fracção contígua ao Museu fosse retirada da empreitada e se transformasse em objecto de análise arqueológica, com a implementação de um plano de intervenção alargado para avaliação do potencial desta área e o seu respectivo estudo.

Em 2017, foi efectuado o acompanhamento da obra de conservação para instalação de Galeria Municipal. A fracção integra-se no “Mosteiro Novo”, no cunhal Nascente/Norte deste volume, numa zona de sobreposição entre as estruturas pré-existentes e este novo volume do conjunto monástico. As acções previstas na empreitada não tiveram um impacto significativo no edifício e os resultados vieram confirmar algumas questões relacionadas com aspectos constructivos.



Figura 11 e 12 – Aspectos constructivos em fracção monástica

## Intervenção arqueológica em fracção monástica

Como já foi referido, as ocorrências registadas no decurso da obra de conservação da Ala Poente do Claustro Velho e Espaços Adjacentes em 2012 justificaram a implementação de um plano de trabalhos arqueológicos, com vista à escavação da sala contígua ao então Museu Municipal.

A dependência em estudo integra-se na estrutura primitiva do mosteiro e estava a ser utilizada como arquivo dos serviços municipais. Localizada na extremidade Norte do edifício, a sala tem cerca de 48m<sup>2</sup> e encontra-se sob a entrada da ala do dormitório dos monges, situada no piso superior, correspondendo a um dos espaços regulares ladeiam o claustro mais antigo.

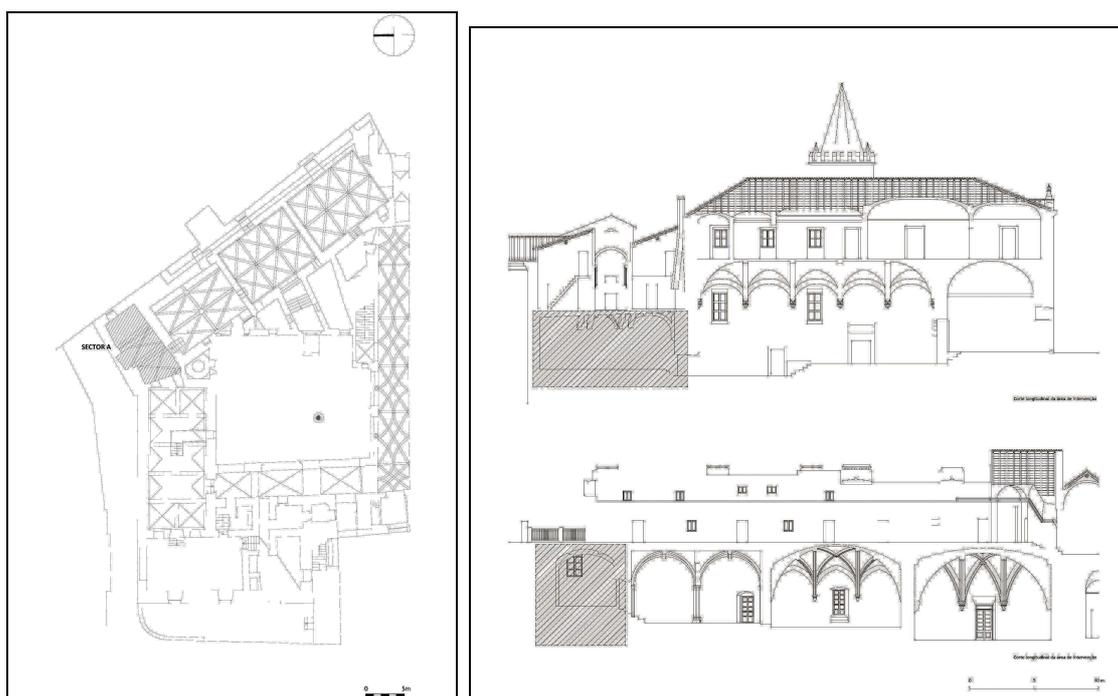


Figura 13 e 14 – Localização da dependência no mosteiro primitivo

Contrariamente ao que se verifica para as dependências contíguas, para as quais as leituras disponíveis são concordantes na classificação desses espaços, que corresponderiam à sala dos monges, refeitório e calefatório, não existem referências precisas para este

compartimento. Poderia corresponder à zona da cozinha (Macedo, 1995, vol. II, planta 6.1) ou da sala de noviços (Pombo, Corte e Cunha, 2001, p. 33), de acordo com as interpretações da organização funcional e distribuição espacial dos mosteiros cistercienses aplicada a Avis.

O espaço não evidenciava elementos notáveis, com excepção de vestígios das abóbodas de nervuras, assentes em mísulas, das quais se conservam quatro exemplares, no alçado sul.



Figura 15 – Aspecto geral do espaço antes da obra

Estes elementos encontram-se parcialmente descaracterizados por intervenções posteriores, nomeadamente pela construção de arcos de reforço e sustentação do piso superior.

Para a área de intervenção estava inicialmente prevista, no âmbito das obras de conservação, a remoção de rebocos, a consolidação das paredes e tectos, a instalação de rede eléctrica e o nivelamento com o museu, o que implicaria o rebaixamento de cerca de 140 cm em toda a sala.



Figura 16 – Aspecto geral do espaço após a remoção de rebocos

Considerando que esta opção não foi sujeita a uma avaliação arqueológica prévia, sendo conhecida apenas em contexto de obra, foi totalmente desaconselhada, uma vez que iria ter um impacto significativo numa área de elevado potencial arqueológico e cuja intervenção era claramente incompatível com os prazos previstos para a execução da empreitada.

A obra teve início com a remoção de rebocos e do pavimento existente, em betonilha, o que permitiu colocar a descoberto um conjunto de realidades, de cronologia distinta, das quais se destaca o troço da parede original que define, a nascente, o limite do Mosteiro e que poderá corresponder a parte da muralha medieval.



Figura 17 – Aspecto geral da sala após a remoção do pavimento

A restante área era ocupada por vestígios de um pavimento em tijoleira rectangular, do qual se conservava a sua base assentamento. A sua remoção pôs a descoberto um conjunto de estruturas que careciam de trabalho de definição e avaliação arqueológica, claramente incompatível com o ritmo imposto pela frente de obra que aí estava instalada.



Figura 18 e 19 – Estruturas identificadas

Numa avaliação prévia era evidente a incompatibilidade da execução projecto com as descobertas, inviabilizando, assim, o rebaixamento pretendido do nível do pavimento nesta sala.

Reconhecendo a importância das ocorrências registadas e perante a oportunidade de se promover o estudo de uma dependência monástica, a fracção foi retirada da empreitada, proporcionando a realização de uma intervenção arqueológica programada e em regime de continuidade.

O Centro de Arqueologia de Avis (CAA) tem desenvolvido, desde 2014, trabalhos neste espaço, com o objectivo de avaliar o seu

potencial estratigráfico, a definição de estruturas e a recolha de elementos que auxiliem a caracterização cronológica e cultural dos níveis intervencionados. A intervenção conta com a participação de um conjunto de colaboradores e voluntários que, ao longo do tempo, têm contribuído para o desenvolvimento dos trabalhos<sup>3</sup>.

A relevância científica e cultural das evidências colocadas a descoberto fazem deste espaço um dos eixos prioritários de investigação do CAA, e incorpora obrigatoriamente um programa de valorização desta área.

### **Notas preliminares sobre os resultados**

Os trabalhos já realizados colocaram a descoberto um conjunto de estruturas, cuja antiguidade é já evidente.

A remoção total dos rebocos revelou-se também determinante para a caracterização do compartimento.

Confirmou-se a presença de elementos notáveis, associados às abóbodas nervuradas, construídas em tijolo maciço a cutelo assentes sobre mísulas, e que se integram nas campanhas quinhentistas (Macedo, 1995, p. 53).

---

<sup>3</sup> Eduardo Miguel Borrecho Pinto, Filipe Miguel Correia de Oliveira, Inês Franco Ruivo, João Pedro Augusto Pinto, Mariana Damião Correia, Nuno Jorge Martins Jerónimo, Orlando António Bragança Martins, Rita Alexandra Correia Madeira, Rita Alexandra Simas Bastos, Rui Pedro Martins da Conceição, Sofia Franco Ruivo, Susana Isabel Nicolau Milheiras, Vânia Isabel Saruga Melitão, Tiago João Paulino Lageira.



Figura 20 – Pormenor da sobreposição das estruturas do tecto

A informação recuperada indicia que a sala teria originalmente três abóbodas com esta tipologia, tendo-se verificado a destruição parcial da sala, com o colapso da abóboda da junto ao alçado Este, a qual foi substituída por abóboda simples.



Figura 21 – Soluções construtivas registadas ao nível dos tectos

As paredes reforçam esta possibilidade, uma vez que apresentam um aparelho onde predomina o tijolo maciço, contrastando com o aparelho em xisto, evidente nas zonas mais antigas da sala.

Não foram registadas ocorrências, o decurso da escavação, que documentassem o abatimento de parte do tecto. Este facto prende-se certamente com a limpeza do local aquando da reconstrução da abóboda.

O colapso parcial da sala poderá estar associado ao terramoto de 1755, onde são relatados, em 1758, danos em todo o mosteiro, incluindo esta zona:” (...) *O dormitório velho, ficou mais arruinado, porque as suas celas quazi todas, estão incapazes de se viver nella. (...) Estas ruínas estão sem reparo (...)*” (ANTT, 1758, p. 930).

Das mísulas originais, que seriam doze, restam quatro, conservadas no alçado sul da sala. Estes elementos encontram-se pintados, pelos que não foi ainda possível determinar o material, mas possivelmente deverão ser em granito ou calcário, materiais empregues nas salas do mesmo período.



Figura 22 – Pormenor da abóboda

Persistem troços de alvenaria de pedra de xisto, aparelhada em espinha, assim como a presença de um possível cunhal ou vão,

rematado a pedra calcária, cuja relação com os restantes espaços não foi ainda determinada.



Figura 23 – Cunhal em pedra calcária

Verificou-se existirem divergências de orientação entre a planta do mosteiro e alguns dos elementos construtivos e estruturais registados após a remoção dos rebocos e em contexto de escavação. Uma análise mais detalhada poderá revelar-se determinante para uma nova leitura da organização do espaço monástico e da sua evolução arquitectónica.

Ao nível da estratigrafia, os dados já disponíveis permitem distinguir, de forma sucinta e provisória, as seguintes fases de utilização:

- 1) Fase mais recente, associada à afectação do espaço a serviços diversos. A área foi preenchida e nivelada, permitindo a construção de um pavimento em tijoleira cerâmica, documentado pela argamassa de assentamento, e,

posteriormente, um pavimento de betonilha, removido com os trabalhos de conservação deste espaço.

2) Fase de utilização intermédia, associada à construção de estruturas sobre pré-existências e marcada por um nível de incêndio documentado em toda a área da fracção.

3) Fase mais antiga, registada até ao momento, associada à construção, utilização e abandono das estruturas que se começam a definir. Poderá corresponder à fase primitiva do mosteiro ou a uma ocupação anterior.



Figura 24 – Aspecto geral da área de intervenção

Ao longo da intervenção tem vindo a ser recuperado um conjunto de elementos que retratam as vivências nos diferentes momentos de ocupação. Estes vestígios foram objecto de tratamento e inventário, o que possibilitou uma primeira análise do conjunto artefactual. No entanto, o estudo das peças, em particular dos materiais recolhidos nos níveis mais antigos, revela-se fundamental para a obtenção de indicadores crono-culturais.

As cerâmicas constituem o espólio mais numeroso, integrando sobretudo cerâmicas domésticas, estando igualmente presentes, embora em número reduzido, exemplares de cerâmica de armazenamento e de iluminação. A faiança foi também registada, principalmente nas fases recentes e intermédia. As restantes recolhas dividem-se por instrumentos e utensílios, arquitectura, mineração e metalurgia, ecofactos, vidro, numismática, objectos de adorno e outros.

As cerâmicas incluem, de forma genérica, bordos, paredes decoradas, asas e fundos. Foram recolhidos alguns recipientes completos ou que permitem a sua reconstituição gráfica.



Figura 25 – Púcaro

A maioria das peças evidencia superfícies alisadas, registando-se alguns exemplares que evidenciam decoração. Predominam os motivos incisos, com linhas paralelas e, com menor frequência, onduladas. Registaram-se também caneluras, engobe vermelho e pintura branca. O vidrado está também presente, destacando-se as peças em vidrado

verde aplicado sobre pasta alaranjada ou beje recolhidas no mesmo contexto estratigráfico e que poderão remeter para uma cronologia anterior à construção do mosteiro.



Figura 26 – Taça com superfícies vidradas

Uma das peças corresponde a um candil de cerâmica, da tipologia dos candis de pé alto, coberto, em ambas as faces, por vidro verde. O fragmento conservado corresponde ao depósito, que se apresenta aberto e de forma trilobada, com o bordo afeiçoado em bico. Do lado oposto, e ligando à base do depósito, estaria uma asa que se desenvolvia a partir do lábio da peça. O fundo apresenta-se plano, evidenciando a ligação ao pé, inexistente.

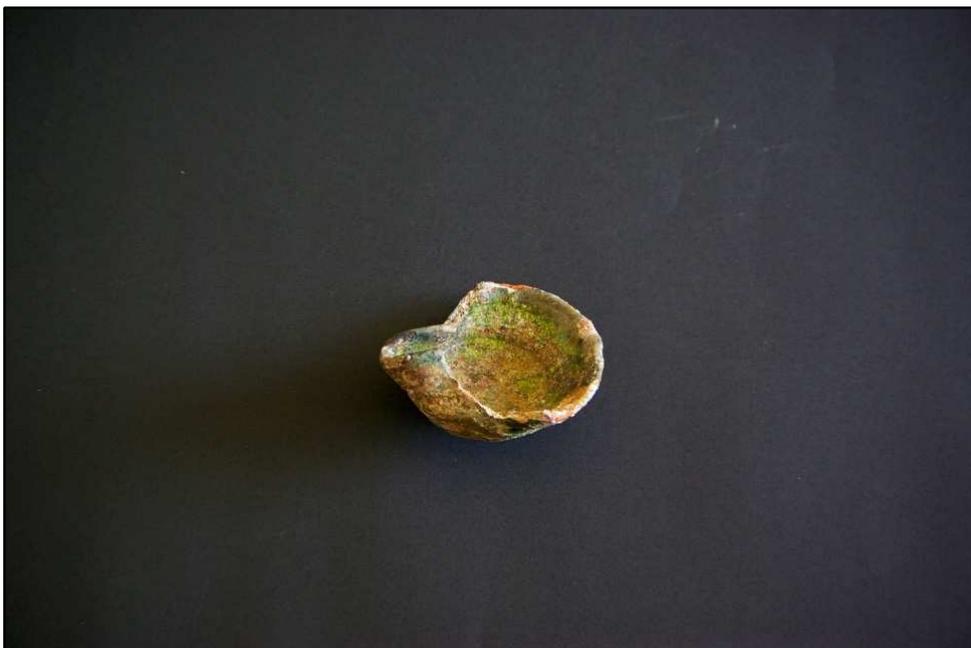


Figura 27 – Candil

Estas peças surgem associadas a contextos islâmicos, dos séculos XII-XIII (Gómez Martínez, 2001: 160-161), constituindo um dos primeiros indicadores cronológicos recolhidos até ao momento. Contudo, só a continuação dos trabalhos de escavação e o estudo exaustivo do material recolhido poderá confirmar a existência de níveis associados ao período medieval islâmico.

Dos restantes materiais, destacam-se os pingos metálicos e escória, de ligas de cobre, e a utensilagem metálica, que parece marcar o nível intermédio de ocupação desta área, caracterizado pelas evidências de incêndio.

Foram recolhidos diversos fragmentos de cerâmica sujeita a temperaturas elevadas, assim como exemplares metálicos disformes, resultantes da exposição intenso ao fogo.



Figura 28 – Material exposto a temperaturas altas

Destacam-se ainda dois elementos arquitectónicos decorativos em cerâmica, possivelmente associados a uma das estruturas, um alfinete de cabelo em metal e três moedas, cujo estado de conservação impossibilita a respectiva leitura.

Os restos de fauna ocorrem em número significativo e incluem animais de médio porte, aves, peixes e moluscos. Estes vestígios estão associados aos níveis de entulho, destinados ao preenchimento e nivelamento da sala em diferentes momentos.

Atendendo a que a intervenção arqueológica se encontra a decorrer, os elementos reunidos são ainda parciais e carecem de uma leitura conjunta. Por conseguinte, é fundamental dar continuidade à escavação da área em estudo, no sentido de recolher novos dados que contribuam para uma definição e uma caracterização mais detalhadas dos vestígios aí identificados, os quais eram, até ao início destes trabalhos, totalmente desconhecidos.

## **Perspectivas para o estudo e valorização da fracção monástica**

A intervenção em curso veio reafirmar o valor patrimonial do mosteiro e tem colocado a descoberto um conjunto de evidências determinantes para o estudo da estrutura monástica e das vivências que lhe estão associadas, em particular para a fase primitiva.



Figura 29 – Aspecto geral da área de intervenção

Da inicial acção de carácter preventivo, realizada em contexto de obra, passou-se para um plano de intervenção que privilegia a investigação desta dependência e a sua integração na organização funcional do mosteiro, e onde a valorização dos achados foi assumida, desde a decisão de se desenvolver trabalhos alargados, como uma componente fundamental.

A relevância das evidências justifica a implementação de um programa de musealização, que permita a fruição pública deste espaço e o acesso à informação que aí foi recolhida.

Neste plano pretende-se articular a continuação dos trabalhos arqueológicos com uma intervenção de conservação da sala e a criação

faseada de condições que permitam uma leitura e uma vivência do espaço.

A continuidade da intervenção arqueológica permitirá reunir novos elementos caracterizadores das fases de ocupação, em particular para os níveis mais antigos, que começaram a ser intervencionados recentemente.

A definição de estruturas e a recuperação da respectiva planta assumem-se como determinantes nestes trabalhos, podendo acrescentar elementos ao estudo da arquitectura do edifício monástico primitivo.

O estado de conservação desta fracção constitui motivo de preocupação, uma vez que é evidente a degradação de alguns elementos constructivos.

Os elevados níveis de humidade e as más condições ambientais que, durante anos foram uma constante, deixaram, juntamente com as intervenções pouco cuidadas, marcas consideráveis.

A remoção dos rebocos, maioritariamente em cimento, deixou a descoberto as paredes e os tectos, onde o xisto, matéria-prima local, domina ao nível das paredes, e a cerâmica de construção é utilizada nas abóbodas, remate de vãos e preenchimento de lacunas. As infiltrações debilitaram sobretudo as cerâmicas de construção, mais evidente nas abóbodas, e as argamassas de união.

A ventilação do espaço tem contribuído para a diminuição dos problemas relacionados com a humidade, o que permitirá, a curto prazo, uma intervenção ao nível das paredes e tectos com a aplicação de rebocos adequados. Nesta operação, pretende-se seleccionar áreas que apresentem elementos particulares para ficarem visíveis.

O melhoramento das condições ambientais é também uma prioridade, pois só assim será garantida a manutenção dos níveis de humidade baixos e a preservação dos elementos que se conservam na sala.

Outro factor a considerar é a iluminação, fundamental para a continuidade dos trabalhos e posteriormente para a criação de uma linguagem expositiva das evidências arqueológicas.

A consolidação das estruturas postas a descoberto será também fundamental e nesse sentido pretende-se implementar acções conservação e restauro direccionados exclusivamente para esses elementos.

Tendo por base os resultados decorrentes da intervenção arqueológica e o melhoramento das condições da sala, será possível devolver estes fragmentos da história local à comunidade.

Para isso, foi delineado um projecto de musealização da dependência monástica, desenvolvido em duas fases complementares. A primeira, a implementar a curto prazo e ainda em contexto de escavação, e a segunda após a conclusão dos trabalhos arqueológicos.

A intervenção aposta, assim, no retorno social dos trabalhos arqueológicos, devolvendo o espaço ao público que, através da requalificação desta dependência, poderá conhecer um pouco mais da história de Avis.

Deste modo, os resultados extravasarão a componente científica e tornar-se-ão acessíveis e inteligíveis a um público alargado que poderá aceder directamente ao local de origem da informação. Tornar o espaço acessível e criar uma zona interpretativa são, por isso, as duas componentes fundamentais do programa de musealização.

Com a valorização deste espaço será possível promover a relevância patrimonial e simbólica do Conjunto Monástico de São Bento de Avis e enriquecer o circuito de visita disponível no espaço monástico que corresponde, neste momento, ao Museu do Campo Alentejano e ao Centro Interpretativo da Ordem de Avis, que ocupam um conjunto de dependências em torno do claustro velho, e ao Centro de Arqueologia e à Galeria de Arte *Officina Mundi*, associados ao espaço monástico de séculos XVI/XVII, onde se encontram igualmente

acessíveis outras duas fracções, ocupadas por estabelecimentos de restauração.

Os testemunhos reunidos na intervenção arqueológica revelam-se determinantes não só para uma leitura evolutiva da estrutura primitiva do conjunto monástico, mas também para o próprio conhecimento da evolução do tecido urbano do Centro Histórico de Avis durante o período medieval.

Com efeito, estes trabalhos poderão vir confirmar a tese de uma ocupação anterior à instalação do mosteiro, associada ao período islâmico que, apesar de diversos dados avulsos que apontavam para esta possibilidade (Pereira, 1998/1999, p. 14-16; Ribeiro, 2004, p. 93-101), careciam de dados arqueológicos.

Abre-se, assim, uma nova perspectiva sobre a história de Avis.

Março de 2019

## **Bibliografia**

ANTT (1758) - *Memórias Paroquiais. 1758*. Tomo 5, n.º 63, p. 925-935.

AAVV (1999) - *Terras da Moura Encantada. Arte Islâmica em Portugal*. Porto, Editora Civilização.

ALMEIDA, João de (1948) - *Roteiro dos monumentos militares Portugueses*. Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, vol. III.

BARROS, M.ª Filomena Lopes de (1999) - "A Ordem de Avis e a minoria muçulmana". In *Ordens militares: guerra, religião, poder e cultura*, «Actas do III Encontro sobre Ordens Militares», Lisboa, Ed. Colibrí/Câmara Municipal de Palmela, vol. 2, p. 167-173.

CATARINO, Helena (1996) - "A ocupação Islâmica". In *História de Portugal*, dir. João MEDINA, Clube Internacional do Livro, vol. III, p. 47-92.

*Idem* (1997/1998) - *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica*. «Al-Ulyã», Loulé, Câmara Municipal de Loulé, n.º 6.

- CHUECA GOITIA, Hernando (1992) - *Breve história do urbanismo*. Lisboa, Editorial Presença.
- COELHO, António Borges (1986) - *Quadros para uma viagem a Portugal no século XVI*, Lisboa, Ed. Caminho.
- CORREIA, Fernando Branco (1998), "Fortificações Islâmicas no Garb". In *Portugal Islâmico*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, p. 193-202.
- COSTA, Alexandre de Carvalho (1983) - *Avis. Suas freguesias rurais. Compilação do que se tem escrito a respeito da origem dos seus nomes*. Estremoz, Câmara Municipal de Avis.
- COSTA, M.<sup>a</sup> Clara Pereira da (1982) - *A vila de Avis Cabeça da Comarca e da Ordem. Século XVI a XVIII. Tombos de Direitos, Bens e Propriedades*. Lisboa, Revista do Instituto Geográfico e Cadastral, n.º 2, p. 83-107.
- Idem* (1984) *A vila de Avis Cabeça da Comarca e da Ordem. Século XVI a XVIII. Tombos de Direitos, Bens e Propriedades da Santa Casa da Misericórdia*. Lisboa, Revista do Instituto Geográfico e Cadastral, n.º 4, p. 79-128.
- GARCIA DOMINGUES, José (1997) - *Portugal e o al-Andalus*. Ed. Hugin, Lisboa
- FONTES, Luís (2002) - Intervenções em conjuntos monásticos: o contributo da arqueologia. *Património. Estudos – Ciências e técnicas aplicadas ao Património*, Lisboa, IPPAR, n.º 3, p. 129-132.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2001) - *Catálogo da cerâmica, Museu de Mértola. Arte Islâmica*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 107-168.
- HAWQAL, Ibn (1971) - *Configuración del Mundo (Fragmentos alusivos alMagreb y España)*. Valência Anubar.
- KEIL, Luís (1943) - *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Portalegre*. Lisboa, Academia de Belas Artes, vol. I.
- MACEDO, José António Sousa (1995) - *Mosteiro de São Bento de Avis. Bases para uma proposta de recuperação*. Évora, Dissertação de

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 2 volumes policopiados.

PEREIRA, Armando de Sousa (1998-1999) - Avis, uma viagem a uma vila medieval. *A Cidade de Évora*, II série, n.º 3, p. 9- 35.

POMBO, Hugo, CORTE, Izelina Andrade e CUNHA, João Pedro Ferreira Gaspar Alves da (2001) – *O Convento de São Bento de Avis*. Lisboa, Estar.

RIBEIRO, Ana (2004) - Elementos para o estudo arqueológico do Centro Histórico de Avis. *Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Avis*, Gabinete Técnico Local de Avis, Câmara Municipal de Avis, volume A, p. 89-132, volume policopiado.

TORRES, Cláudio (1992) - O Garb-Al-Andaluz. *História de Portugal*, dir. José MATTOSO, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I, p.363-437.

## **Acompanhamento: o *Cadavre Exquis* da prática arqueológica (portuguesa)**

Gabriel Pereira<sup>1</sup>

Mauro Correia<sup>2</sup>

Gustavo Santos<sup>3</sup>

### **Resumo**

Neste estudo procuramos abordar o estado atual dos trabalhos de acompanhamento arqueológico em Portugal. Não obstante corresponder à medida de minimização mais comum na salvaguarda de Património Cultural e, conseqüentemente, aquela em que se enquadra a maior produção de relatórios e que contribui significativamente para a descoberta de novos sítios e evidências arqueológicas, é também aquela em que pouco escreve no sentido teórico-prático.

Partindo da análise de comportamentos e da literatura publicada, procuramos propor uma base metodológica adequada à realidade prática.

**Palavras-Chave:** Acompanhamento Arqueológico, Metodologias, Teoria, Prática

### **Abstract**

In this study we try to approach the current state of the Archaeological Watching Brief works in Portugal. Notwithstanding the fact that it corresponds to the most common measure of minimization of Cultural Heritage, and consequently, the one in which the highest production of reports is included and that contributes significantly to the discovery of

---

<sup>1</sup> pereira.gr@gmail.com

<sup>2</sup> maurocrorreia@gmail.com

<sup>3</sup> gus.msantos@protonmail.com

new archaeological sites and evidences, it is also the one in which it writes little in the theoretical-practical sense.

Starting from the analysis of behaviors and published literature, we try to propose a methodological basis adequate to the practical reality.

**Keywords:** Archaeological Watching Brief, Methods, Theory, Practice

*"(...) este lugar está en un monte tan alto que no se puede subir a caballo, y es difícil a pie; por bajo del monte corre un rio que se llama Tua; todos los caminos que van al pueblo son muy ásperos.*

*"En los montes de estas cercanías hay gran numero de lagartos, serpientes y alacranes. Las serpientes son pequeñas, pero gruesas, com alas parecidas a los murcielagos y com cabeza armada de un espelon o cornezuelo; siguen al hombre volando y a los ganados, y los hieren com el cornezuelo de la cabeza; suelen volar por espácio de dos estádios o más. Los escorpiones tienen el tamaño de perros medianos de caza, y la espalda pintada de colores, y son tales como jamás habíamos visto; los lagartos no son menores que gatos y con la cabeza semejante a la de estos y de color verde (...)"*

(GARCIA MERCADAL 1952: 272)

Entre os anos de 1465 e 1467 o nobre boémio Leon de Rosmithal de Blanta viajou pela Península Ibérica. Tratou-se, para ele, de um périplo por um *mundo exótico* onde o entusiasmo, a imaginação e, quem sabe, o cansaço o levaram a descrever *criaturas fantásticas* e oníricas, como serpentes grossas com asas semelhantes às dos morcegos e um corno na cabeça. Uma descrição, que se assemelha à colagem de características de diferentes animais, criativa de um ser compósito, irreal e desconcertante e que em muito lembra o jogo do

*Cadavre Exquis*, do Surrealismo, o qual consistia em criar, na sua vertente gráfica e visual, um texto ou desenho coletivo (MAIA 2011:14; PIANOWSKI 2007).

Para o efeito, o suporte era dobrado em tantas partes quantos os participantes que, sem verem o conteúdo do outro, apenas se serviam de algumas linhas e formas que chegavam ao limite da dobra e tinham de lhes dar continuidade, realizando no espaço que lhes era atribuído um desenho ou texto liberto de preocupação moral, apenas atendendo ao repertório imagético e onírico que se apresentasse em automatismo (PIANOWSKI 2007; MAIA 2011; THEOPHILO 2013).

No final, o resultado obtido, visual ou escrito, pauta-se pela pluralidade caótica e convulsiva, na medida que não se trata de uma atividade criativa conjunta «(...) *uma vez que cada agente pode actuar apenas sobre a porção da obra que lhe é destinada, não tendo o poder de modificar as outras partes ou de interagir com os restantes participantes no acto (...)*» (PIANOWSKI 2007:15).

É neste paradoxo imaginário, marcado por condicionalismos impostos a normas que visam «*a deteção, o estudo, a salvaguarda e a valorização de bens do património arqueológico*», alheias de uma metodologia específica que chegamos ao conceito de Acompanhamento Arqueológico enquanto *cadavre exquis*.

Devidamente enquadrada, e explicada, a nossa provocação, que teve como expoente máximo o poster apresentado, há que expor aquilo a que se propõe o presente artigo, também ele, quem sabe, uma manta de retalhos cosidos entre si sem o mais criterioso dos métodos, também ele um *cadavre exquis* resultante dos devaneios, das discussões, dos desencantos, das experiências e das leituras dos autores...



# ACOMPANHAMENTO

## O CADAVERE EXQUIS DA PRÁTICA ARQUEOLÓGICA PORTUGUESA

Gabriel Pereira / Maura Correia / Gustavo Santos

**Mal menor.** [Respondente 15] Medida preventiva de forma a minimizar impactos negativos sobre o património arqueológico. [Respondente 17] Conjunto de atividades desenvolvidas por um profissional de Arqueologia que visam identificar, sinalizar e salvaguardar eventuais vestígios patrimoniais no decurso de uma obra. [Respondente 19] **Presso por ter cão** (criticado ao mandar parar a obra) e **presso por não ter** (criticado se não aparecer nada). [Respondente 26] **O trabalho mais difícil que um arqueólogo pode fazer.** [Respondente 32] (...) a expressão "acompanhamento arqueológico" também é algo um pouco questionável. **Final o que é que estamos a acompanhar?** As máquinas, os trabalhadores, o património eventualmente existente. Será esta a expressão mais correcta/indicada para designar este tipo de trabalho? [Respondente 35]

**Sono e faz-me pensar no que estou de facto ali a fazer.** [Respondente 03] Trabalho, muitas vezes com poucas condições, especialmente de segurança. [Respondente 13] No estado em que se encontra a arqueologia portuguesa. [Respondente 22] Em como o papel do Arqueólogo é importante e desvalorizado pela sociedade. [Respondente 41] **Trabalho de "bombeiro".** [Respondente 44] Pergunta-lhe mt subjectiva pq o que é pretendido é que se diga - desisti da arqueologia. Certo? [Respondente 54] que em Portugal é um trabalho inglório e pouco reconhecido, social e cientificamente, mal remunerado e temporário, pois os profissionais não o aguentam por muito tempo. [Respondente 55] **Faz-me pensar na importância que o mesmo tem para a identificação de vestígios.** [Respondente 57] ... **uma enorme ansiedade daquilo que poderei ou não encontrar, fazendo-me feliz por alguém ter solicitado o acompanhamento arqueológico.** [Respondente 61] grandes descobertas. [Respondente 14]

**É de todas as intervenções a mais complexa** porque exige a tomada de decisões imediatas e sob a pressão exercida pelos intervenientes na obra. [Respondente 21] **Não. É sentar e olhar.** [Respondente 23] Só identificas o que conheces... [Respondente 33] Mais do ponto de vista das relações humanas, no sentido em que quando se encontra algo **tem de se ter a capacidade de explicar a todos os demais intervenientes na obra** e porquê da necessidade do registo. [Respondente 58] **Porque nunca se sabe o grau de complexidade de que se possa encontrar situação e como actuar face à importância do que se encontra tendo em conta que os métodos são intrusivos e implicam destruição de contextos, dos quais ficam apenas o espólio exumado e o relatório e interpretações de quem realizou o acompanhamento arqueológico.** [Respondente 69]

Não é visto com bons olhos, nem com que trabalhamos (municípios, empreiteiros, donos de obra em geral), porque só atrapalhamos (então e se agora aparece um osso, quem é que paga?!); nem mesmo pela comunidade arqueológica. Para os "académicos", os que fazem oficina à sério, **somos meros bibelots**, nem sequer merecemos ser chamados de arqueólogos, **somos acompanhamentistas**. É quem o faz acha um desperdício do seu tempo e conhecimento, um aborrecimento com o se tem de lidar para pagar as contas, e que deve ser feito pelos mais novos... **Gostava era de saber qual é a alternativa para minimizar a destruição desenfrada que se faz em tudo o lado, centros históricos, monumentos nacionais, etc.** Gostaria de conhecer a percentagem de sítios que se identificaram através do trabalho de acompanhamento arqueológico. Se a carta arqueológica do país aumentou significativamente desde que se tenta implementar esta prática de forma consistente... [Respondente 37]

Afinal de contas tudo partiu da ideia de instigar a comunidade arqueológica a sair da sua zona de conforto e debater a temática do acompanhamento arqueológico no país e, ao mesmo tempo, lançar a

mente para a, desejada, regulamentação metodológica (ou a revisão da mesma?).

### **Para uma Historiografia do Acompanhamento Arqueológico**

A atividade arqueológica em Portugal conheceu, nos últimos anos do século XX, um importante desenvolvimento, que inverteu a polaridade das intervenções do campo da investigação científica, efetuada preferencialmente em meio académico, para o domínio das ações preventivas e de salvaguarda exercidas de forma liberal (BUGALHÃO 2011; MARTINS 2012; SOUSA 2013; BRANCO 2017).

Contudo, o seu exercício ainda se revela de extrema delicadeza, procurando por um lado garantir a salvaguarda e preservação de qualquer elemento de interesse e por outro «*lidar com um promotor a quem "interessa ver-se livre do incómodo obstáculo"* (CARNEIRO 2003:130) *da sua obra o mais depressa possível e ao menor custo*» (MEIRINHO 2015:24). Se no atual panorama da atividade esta é uma realidade persistente, no exercício do Acompanhamento Arqueológico ela adquire uma proporção de maior grandeza e complexidade, à qual crescem outras figuras como, por exemplo, o empreiteiro que normalmente considera a atividade impeditiva e/ou restritiva à execução de determinada acção como a "simples" abertura de uma vala.

É na década de 90 do século XX que os trabalhos de acompanhamento arqueológico em Portugal dão os seus primeiros passos, ainda com valores francamente residuais (BRANCO 2015: 27). Neste primeiro momento, o Acompanhamento surge fortemente associado aos processos de Avaliação de Impacte Ambiental, sendo encarado como uma medida preventiva a aplicar em áreas arqueologicamente sensíveis, cujos vestígios são pouco evidentes (PEREIRA & MARTINS 1995:87-93). O projeto da Transgás,

protocolado em 1994, consiste num dos exemplos melhor conhecidos (BOTELHO 2016:116-117), não só porque “*constituía uma das maiores escavações contínuas do país como permitia uma observação arqueológica ao longo de todo o traçado da obra*” (MURALHA & MAURÍCIO 2004:45). Esta abordagem metodológica, à qual legislação em vigor, à data, era alheia (BOTELHO 2016:117), em muito se aproximava das monitorizações ambientais, cuja principal preocupação residia na observação de eventuais ocorrências arqueológicas ocultas no solo, e que, em caso afirmativo, seriam objeto de mitigação fosse pela alteração do projeto fosse pela escavação arqueológica.

Com a criação do IPA em Maio de 1997 (Decreto-lei 42/96, de 7 de Maio e Decreto-lei 117/97 de 14 de Maio) e do já revogado Decreto-lei n.º 270/99, de 15 de Julho, alterado pelo n.º 287/2000, de 10 de Novembro (Artigo 4º) que regulamentavam a actividade, assiste-se a um novo paradigma na atividade arqueológica. Inicia-se um novo ciclo, da Arqueologia Preventiva e de Salvaguarda, cujo estudo tem merecido várias reflexões acerca do rápido crescimento da atividade e suas repercussões futuras (BUGALHÃO 2011; MARTINS 2012; SOUSA 2013).

A esta rápida mudança de uma Arqueologia de Investigação para uma Arqueologia Preventiva e de Salvaguarda, não podem igualmente deixar de apontar-se críticas à legislação (regulamentação), mais concretamente à sua lenta adaptação às mudanças, classificada de «*insuficiente ou demasiado generalista*» (SILVA 2008:17), ao ponto de em matéria de Acompanhamento Arqueológico ser claramente omissa (SILVA 2005:460). Este interesse não estará, decerto, dissociado do incremento e ganho de importância deste instrumento de minimização de impacte sobre bens arqueológicos e patrimoniais, até porque, nos começos do século XXI, o Acompanhamento correspondia a 29,2% do total dos trabalhos arqueológicos (BRANCO 2015:27).

Alguns autores começam a pronunciar-se acerca das fragilidades deste exercício, alheio a um quadro legal, e da necessidade de se lhe

aplicarem pressupostos metodológicos que garantissem as suas “boas práticas” (SARRAZOLA 2000; SILVA 2005). Cientes das práticas adoptadas em outros pontos da Europa, sugere-se uma metodologia integrada composta pela consulta e análise documental e cartográfica (bibliografia, etc); pela consulta institucional; a realização de prospecção arqueológica (se aplicável); Acompanhamento de obra e suas fichas de acompanhamento; e pela aplicação de outras medidas de minimização devidamente fundamentadas (SARRAZOLA 2000:55-56).

Numa reflexão mais aprofundada, António Manuel Silva descortina, em âmbito urbano, uma diversidade de atitudes e variabilidades metodológicas resultantes de um processo intuitivo e desregulado: *«a obra que para uns exige acompanhamento diário e permanente, para outros “acompanha-se” através de simples visitas periódicas; o trabalho para o qual alguns reclamam uma equipa de pelo menos duas pessoas e um conjunto de meios de registo específicos, pode ser feito para outros de máquina fotográfica ao ombro»* (SILVA 2005: 450-460).

Na verdade, face à ausência de enquadramento legal o Acompanhamento Arqueológico acaba por se tornar refém de uma nota de rodapé de uma Circular normativa (SARRAZOLA 2006:26; SOUSA 2013:40), na qual se definiu o conceito e alguns aspectos “metodológicos”: *As medidas de minimização de carácter geral, contemplarão, necessariamente, o acompanhamento arqueológico de obra, o qual deverá ser sempre efectivo, continuado e directo de todas as mobilizações de solo. No capítulo das medidas de minimização deverá constar que, na circunstância da obra se desenvolver em mais do que uma frente em simultâneo, se garanta a presença dum arqueólogo por frente de obra. No caso de frentes muito próximas, o IPA admite a presença de um ou mais assistentes de arqueólogo sob a coordenação directa de um arqueólogo* (Termos de Referência para o

Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental – 10 de Setembro de 2004).

Embora não dispusesse de um enquadramento legal adequado, o Acompanhamento Arqueológico, paulatinamente, foi-se tornando numa prática preventiva recorrente, assumindo uma posição de destaque em relação aos demais trabalhos arqueológicos: 42,5% em 2010 (BRANCO 2015: 27), com resultados, quer em ambiente urbano quer em ambiente rural, evidentes no que concerne à identificação de vestígios arqueológicos não reconhecíveis em prospecção de superfície (BUGALHÃO 2011:26; MARTINS 2012:232). Com objetivos minimamente definidos, no que respeita à eventual detecção e identificação de vestígios arqueológicos significativos durante todos os trabalhos com afetação do solo, a ausência de uma metodologia, alicerçada em directivas específicas, com a finalidade de garantir a memória e salvaguarda, que regulamentassem o exercício, no registo e no conteúdo dos relatórios de Acompanhamento Arqueológico, continuava a proporcionar um acervo documental dominado pela heterogeneidade e subjectividade (BRANCO 2014:29-30).

Na análise ao exercício da atividade referente ao ano de 2009, Iva Botelho retrata o carácter desigual das metodologias em uso (2016; 2017). Em 237 processos relativos a Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos de Acompanhamento: 22 (9,28%) eram omissos quanto à indicação de metodologia e 32,82% apresentavam uma metodologia vaga que consistia “na execução de acompanhamento constante e/ou presencial, efetivo ou direto, integral ou sistemático ou contínuo” (BOTELHO 2017:267). De igual modo, na informação tida como positiva refere a autora que o procedimento proposto – 41,77% – visava o registo estratigráfico, ressaltando que 17,30% declaravam e/ou indicavam o uso da *Matriz de Harris*. Concluindo que a metodologia adoptada num cômputo geral não era concretizada, ficando aquém, consistindo, basicamente, na elaboração de registos fotográficos e, mais raramente, de registo gráfico, sendo

igualmente notória a variabilidade de critérios no que toca à recolha de espólio (BOTELHO 2017:267-268).

Na sequência das significativas alterações da realidade arqueológica portuguesa ocorridas até então (BUGALHÃO 2015:44), em 2014, é publicado o novo Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Dec. Lei n.º 164/2014). Neste quadro de renovação o Acompanhamento Arqueológico passa a estar regulamentado conforme notou Alexandre Sarrazola (2017), sendo mencionado entre as várias *«ações realizadas em meio terrestre e subaquático que, através de metodologias próprias da arqueologia, visem a identificação, registo, estudo, proteção e valorização do património arqueológico»* (Dec. Lei n.º 164/2014 Anexo alínea g) d art.º n.º 2).

Mais recentemente, os dados relativos ao ano de 2016 colocam o exercício do Acompanhamento Arqueológico como a principal atividade arqueológica, próxima dos 60% do total dos trabalhos/PATA, efetuada em Portugal (BRANCO 2017:36-37; 39-40). Esta soberania do Acompanhamento Arqueológico torna-se preocupante, na medida em que após a revisão do atual normativo, apenas se assistiu à sua introdução como tipologia de trabalho arqueológico, sendo ainda o texto da circular normativa, de 2004, o único documento tutelar a definir, em linhas gerais, aquilo em que deve consistir e como deve ser efetuado o Acompanhamento Arqueológico.

Concomitantemente, escasseiam as reflexões teóricas acerca das práticas e metodologias aplicadas em Acompanhamento Arqueológico, ainda que se verifique um acréscimo de trabalhos académicos (PEREIRA 2007, 2009; SILVA 2012; MEIRINHO 2015; BOTELHO 2016; SOARES 2016) e artigos científicos cujos conteúdos destacam o Acompanhamento Arqueológico no âmbito da Arqueologia Preventiva e sobretudo a ocorrência e estudo de vestígios arqueológicos resultantes desta atividade (BUGALHÃO 2008, 2015; CARVALHO 2013; BOTELHO 2017), são raros os trabalhos que expõem uma abordagem e ação metodológica da intervenção realizada.

## O Acompanhamento Arqueológico (em revista): uma abordagem prática

Após três décadas de exercício foi nosso intuito avaliar o desempenho, em termos metodológicos, dos trabalhos de Acompanhamento Arqueológico, cujos resultados são mais que evidentes, e inquirir a comunidade arqueológica quanto à sua funcionalidade e *modus operandi*.

Para isso elaboramos, no âmbito do presente artigo, um inquérito, em linha, no qual desafiamos a comunidade arqueológica, através das *redes sociais*, a responder acerca da situação, atual, do Acompanhamento Arqueológico em Portugal.

O inquérito foi realizado de modo a preservar o anonimato, tendo-se recorrido a uma plataforma digital para o efeito, e consistiu na resposta a dez questões - quatro de resposta escrita livre, e seis de escolha múltipla, com espaço para comentário ou desenvolvimento da opção escolhida por parte dos respondentes - sem que fosse obrigatória a resposta a todas elas para a sua conclusão (Fig. 1). A última das questões de escolha múltipla era a única que procurava aferir, ainda que sempre anonimamente, alguma informação acerca dos respondentes, nomeadamente, a sua profissão/posicionamento relativo à arqueologia.

<b>P1</b>	Defino o Acompanhamento Arqueológico como...	Pergunta Aberta
<b>P2</b>	Considero o Acompanhamento Arqueológico. Porquê?	Útil/Inútil Opcional
<b>P3</b>	O Acompanhamento Arqueológico encontra-se legalmente enquadrado? Porquê?	Sim/Não Opcional
<b>P4</b>	Para acompanhar uso...	Pergunta Aberta
<b>P5</b>	Para acompanhar levo...	Pergunta Aberta
<b>P6</b>	Considera a metodologia aplicada em Acompanhamento Arqueológico a mais indicada? Porquê?	Sim/Não/Parcialmente Opcional
<b>P7</b>	O Acompanhamento Arqueológico (e/ou o acto de acompanhar) provoca-me (faz-me pensar em)...	Pergunta Aberta

<b>P8</b>	O Acompanhamento Arqueológico é uma atividade complexa? Porquê?	Sim/Não Opcional
<b>P9</b>	Há que repensar o Acompanhamento Arqueológico enquanto atividade e conceito (teórico-prático)? Porquê?	Sim/Não Opcional
<b>P10</b>	Atividade	

Figura 1: Questionário no âmbito do Inquérito "O Acompanhamento Arqueológico (em revista)".

O inquérito, para os autores, prendeu-se na procura de suprir duas grandes lacunas naquilo que era o nosso plano de abordagem para este artigo: aferir da perceção coletiva e atualizada daquilo que identificamos como *a ausência de um pressuposto metodológico para o enquadramento do Acompanhamento Arqueológico*, ou (d) a sua arbitrariedade *prática*; o reconhecimento, ou não, do mesmo enquanto prática arqueológica (cientificamente reconhecida) dentro e fora da comunidade. Ao mesmo tempo, havia a expectativa de retirar do conjunto de respostas obtidas, alguns excertos de texto para a construção do nosso *cadavre exquis* (poster apresentado no IV CIAT), como *ato provocatório* e, desejavelmente, incitador à discussão do tema.

Neste sentido, e antes de avançar para o exame da amostra, há que tecer algumas considerações acerca do inquérito e fazer uma avaliação das suas virtudes e deficiências em jeito de *Análise FOFA* (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças). Não obstante os objetivos traçados, tínhamos consciência de que este tipo de abordagem se cobria de uma série de problemas (fraquezas e ameaças) que podiam fragilizar os dados obtidos e, conseqüentemente, a sua análise. A figura 2 representa de forma esquemática as principais relações predominantes (positivas e negativas) – que podem ser de quatro tipos: +/+, +/-, -/+ e -/- - que entendemos serem a sùmula da potencialidade do inquérito, entre os inquiridores e o público-alvo, respetivamente.

		Ambiente Interno (predominância de)	
		<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
Ambiente Externo (predominância)	<b>Oportunidades</b>	Anonimato	Perguntas abertas (nem sempre respondidas)
	Motivação	Respostas fora do espectável (dificuldade em analisar)	
<b>Ameaças</b>	Simplicidade (incompreensão)	Perguntas abertas	
	Fator surpresa (desconfiança)	Falta de controlo da amostragem	

Figura 2: Análise FOFA. Com aferição de fatores positivos [+] (forças e oportunidades) e negativos [-] (fraquezas e ameaças) no relacionamento entre *Ambiente Interno* (Autores) e *Ambiente Externo* (Público-alvo)

Nas relações de carácter +/+ destacamos: Anonimato, dos inquiridores e dos inquiridos, o que, em nosso entender, transmite uma potencial sensação de segurança e proteção (individuais) acrescida, permitindo uma maior quantidade de participantes e respostas mais concordantes e menos condicionadas, com a real conceção e conhecimento dos respondentes; Motivação, pois sendo o Acompanhamento Arqueológico uma medida de mitigação amplamente aplicada e praticada, cremos existir uma necessidade e vontade latente de a discutir, pensar e legitimar por parte da *comunidade arqueológica*.

Nas de carácter +/- destacamos: a Simplicidade do conteúdo do inquérito, que se para nós visava essencialmente uma maior liberdade no conteúdo, à margem das dificuldades acrescidas quanto ao tratamento dos dados, para o público-alvo podia ser interpretado como algo naïve (mal formulado) e amador, podendo ter gerado alguma condescendência nas respostas ou a não resposta de todo. A título de exemplo a questão 3, para estar, realmente, bem formulada, deveria

ser 'O Acompanhamento Arqueológico encontra-se legalmente BEM enquadrado?', mas tal poderia, em nosso entender, condicionar as respostas.

Fator surpresa, que se por nós foi discutido como algo que levaria à captação da atenção da comunidade, vista a pertinência deste tipo de abordagem e a vontade, que julgamos existir, de debater a temática. Ao mesmo tempo podemos referir como aspeto eventualmente negativo o sentimento de "desconfiança", quanto ao motivo/finalidade do inquérito, etc., bem como acerca do anonimato dos inquiridores.

No que concerne às relações de pendulo -/+ : as perguntas em aberto ou de resposta livre, é aquela que mais se evidencia, estando, inclusivamente, colocada numa relação de -/-. Em termos positivos, a formulação de questões desta natureza condiciona menos os respondentes, dando-lhes a liberdade de expressão e argumentação, ao mesmo tempo que convidam, a quem está aberto à mesma, à reflexão sobre o tema. Concomitantemente, permitem uma análise aos resultados sob uma perspetiva sensorial, em suma, o já amplamente mencionado objetivo de *medir o pulso ao acompanhamento arqueológico*. Já numa perspetiva negativista, este tipo de questões originou a que muitas das vezes não fossem respondidas, fossem tidas entre si como redutoras, redundantes (sobretudo entre as questões 4 e 5), subjetivas e, até, tendo no seu conteúdo intenções menos válidas (reflexo de sentimentos de "desconfiança", se associado ao anonimato dos autores), a título de exemplo, o respondente 54, na questão 7 escreve: "*Pergunta também muito subjectiva porque o que é pretendido é que se diga - desistir da arqueologia. Certo?*".

Respostas fora do expectável, de difícil análise e integração no estudo do inquérito, mas ao mesmo tempo potenciais no seu enriquecimento e na nossa própria reflexão acerca do tema.

A Falta de controlo da amostragem (relação -/-) ou a fiabilidade da mesma. Esta advém da conjugação das características menos

positivas que têm vindo aqui a ser referidas, como: anonimato, liberdade total para os respondentes e a possibilidade de preenchimento do inquérito a todos a quem fosse disponibilizada a sua ligação, por exemplo o respondente 23 no campo da atividade, questão 10, afirma ser *'trolha'*. Corresponderá à realidade ou estará apenas a procurar *ridicularizar* o inquérito ou a medida de mitigação Acompanhamento Arqueológico (nos moldes atuais)?

Por último as principais deficiências e lacunas identificadas consistem na fiabilidade (sua verificação) e na quantidade da amostra recolhida. A verificação da fiabilidade terá de ser empírica, na medida que nada nos garante que apenas responderam agentes ligados à atividade arqueológica.

Em relação à quantidade da amostra, tal como prevíamos, foi diminuta com um total de 69 respondentes, sem que nenhum seja assinante do presente artigo. Ainda que a amostra não deva ser encarada estatisticamente como significativa – seguramente abaixo dos 10% comparada à escala nacional – ela indicia-nos para algumas tendências proporcionadas por uma análise em profundidade das perguntas abertas e respetivas fundamentações deixadas pela maioria dos respondentes (66/69).

Esta abordagem qualitativa às informações suplementares, permitiu-nos identificar outros conteúdos que agrupamos em quatro categorias: **definição de acompanhamento arqueológico** (subjetividade); **reconhecimento da atividade** (relação entre promotor/empreiteiro e arqueólogo; relação entre arqueólogo e comunidade científica); **experiência/formação** (qualidade vs preço; arqueologia empresarial vs academia; arqueólogo “sénior” vs recém-licenciado); e, **metodologia(s)** (ausência e heterogeneidade).

Em relação aos dados obtidos relativos às (P) 2, 3, 6, 8, e 9 (Fig. 3), poder-se-á destacar que 97% dos respondentes reconhece valor/utilidade à medida de mitigação de impactes sobre o património

cultural do acompanhamento, com elevado grau de complexidade para 88% dos mesmos.

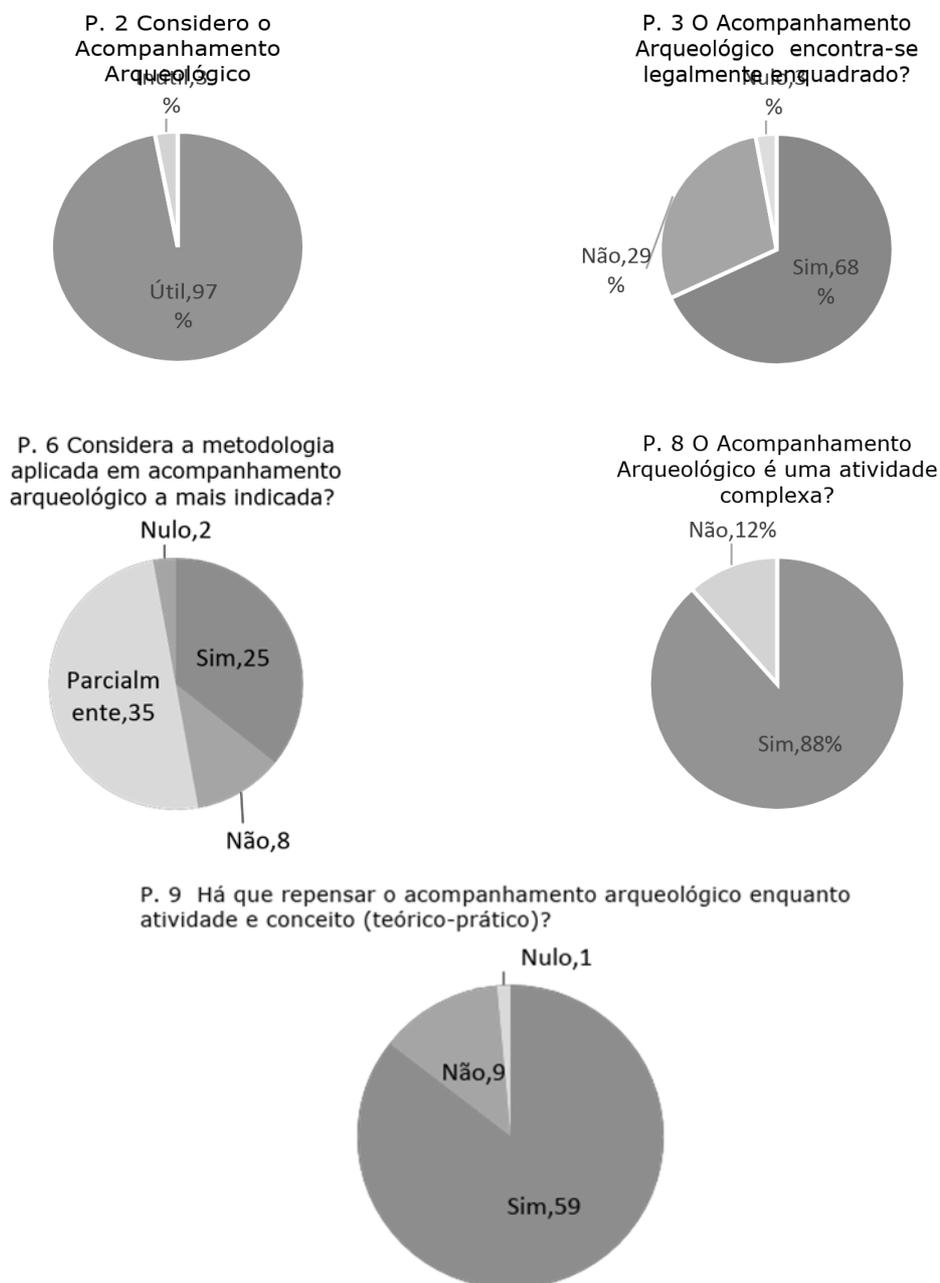


Figura 3: Gráficos de análise quantitativa às perguntas 2, 3, 6, 8, e 9 do Inquérito Acompanhamento Arqueológico (em revista)

De igual modo, 68% constata que existe enquadramento legal da atividade e 29% responde “não”. Quanto ao desenvolvimento da resposta, 5 dos 47 que responderam “sim”, demonstram conhecer o

enquadramento legislativo, mas consideram-no débil, com lacunas, não estipulando obrigações e protocolos; outros referem a ausência do mesmo no RTA e, inclusivamente, há quem que mencione uma certa falta de seriedade legislativa.

No que diz respeito à componente metodológica aplicada, a maioria - 25 (sim) e 35 (parcialmente) – acredita que o método que pratica é o mais indicado, havendo, no entanto, uma certa sensatez quanto à ausência de um regulamento, procedimentos e componentes de um trabalho de acompanhamento arqueológico, o que contribui para a heterogeneidade dos trabalhos e para a sua natureza de *cadavre exquis*.

De particular interesse, foi verificar: por um lado que 59/69 dos inquiridos consideram que o acompanhamento arqueológico, nas suas mais variadas vertentes e valências teóricas e práticas, se encontra num momento de charneira em que deve ser repensado e, conseqüentemente, discutido no seio da comunidade arqueológica, vindo de encontro a um dos objetivos deste estudo.

Por outro que as explicações que incentivam para a necessidade de reflexão são: a necessidade de maior rigor no registo e falta de estruturação teórica e técnica dos pressupostos do acompanhamento arqueológico (22/69); a questão de experiência vs formação (22/69); o alargamento/obligatoriedade da sua aplicação a todo o território nacional aquando de qualquer trabalho com intervenção no solo; a sua atualização e adaptação legislativa e metodológica à realidade atual; maior controlo por parte da Entidade de Tutela; ser menos aplicado como medida de mitigação em favor de, por exemplo, sondagens arqueológicas prévias; maior articulação e reconhecimento do acompanhamento arqueológico para com os vários agentes em obra, para com a academia, de onde se encontra arredado, e perante os pares (23/69); em suma, como escreve o respondente 48 "*Tem que se dotar os responsáveis científicos de métodos, práticas e legislação que*

*envolvem um acompanhamento (...) igualmente, a tutela ser mais interventiva e agir e obrigar ao respeito da lei (...)*".

Na pergunta número 1, quando se procura averiguar o que se entende (como se define) por Acompanhamento Arqueológico, 26 dos respondentes limitam-se a identifica-lo como uma *Medida de minimização/salvaguarda de impacto sobre o património arqueológico e/ou cultural*, e 15 deles referem que *é uma atividade necessária*, 2 que *é preventivo*, respondendo o mesmo número que *é algo: obrigatório, acompanhamento em obra, presença de arqueólogo... para averiguar da necessidade de intervenções arqueológicas*, e a *observação da remoção mecânica de sedimentos, com metodologia arqueológica*. Três respondem que *é um trabalho arqueológico*, 5 que *é uma atividade de fiscalização (monitorização) em contextos sensíveis*, e os restantes (7) ficam-se por conceitos que vão desde a *supervisão de trabalhos em contexto arqueológico*, passando pelo *mal menor* até aos desabafos de descontentamento.

Daqui, tal como em outras questões, é possível verificar algo que vai de entre a heterogeneidade de conceito e perceção daquilo que é acompanhamento arqueológico, até à incapacidade, quase congénita, de definir algo que, supostamente, é intrínseco da sua atividade profissional ou sobre a qual investigam. Tal, cremos, é sintomático da sua desvalorização, falta de reconhecimento científico e quadros legais e de práticas metodológicas fragilizadas, entre outros fatores que vêm sendo amplamente referidos ao longo do presente artigo e outros anteriores (SARRAZOLA 2000, 2006, 2017, 2018; SILVA 2005; BOTELHO 2016, 2017), legitimando a sua presente discussão.

### **Acompanhamento & Monitorização Arqueológica que discurso(s)**

Com base nos resultados amostrados, facilmente se entende que, a Definição e outros parâmetros metodológicos que permitam a

garantia da salvaguarda por intermédio do registo permanecem por se estabelecer. Embora o Acompanhamento Arqueológico esteja legalmente enquadrado e alguns dos seus pressupostos estejam timidamente delineados como sendo um exercício «*efectivo, continuado e directo de todas as mobilizações de solo*», realizado pelo menos por «*um arqueólogo por frente de obra*» (Circular Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental – 10 de Setembro de 2004) com o objetivo de «*identificar, registar, estudar, proteger e valorizar*» (Dec. Lei n.º 164/2014 anexo art.º 2).

António Manuel Silva propôs para o efeito que o Acompanhamento Arqueológico se traduzisse como «*uma observação arqueológica sobre uma escavação ou demolição que não é efectuada directamente pelo arqueólogo, mas que a este compete controlar da melhor forma que lhe seja possível*», com o objetivo «*de detectar, identificar e registar evidências materiais da ocupação humana anterior num dado local, sejam essas evidências construções, depósitos estratigráficos, restos artefactuais ou outras*» (2005:460-461), e que carece portanto de uma metodologia específica.

Contudo, aquela que nos parece mais adequada à atual realidade do exercício deriva de um documento de trabalho elaborado pela Associação Profissional de Arqueólogos no âmbito dos Cadernos de Encargos em Arqueologia (APA 2007) «*Acompanhamento de todo o tipo de trabalhos que possam afectar informação arqueológica existente no solo, subsolo ou em meio submerso (mobilizações de terreno, desmatação, dragagens ou outros). O acompanhamento consiste na permanência a tempo integral do arqueólogo na frente de obra em causa com registo da informação (ou ausência dela) revelada pela execução dos trabalhos*» e cujos pressupostos incluem «*todo o tipo de acções decorrentes, desde a caracterização das realidades identificadas, afectadas, acções de limpeza, desmatação, sinalização e acautelamento de áreas arqueológicas*».

É certo que o enquadramento do Acompanhamento Arqueológico tem surgido timidamente no quadro legal nacional, resumindo-se a uma breve nota informativa, com a qual vários trabalhos foram sendo executados por profissionais relativamente adaptados às condicionantes (SARRAZOLA 2017; 2018). No entanto, não podemos deixar de enfatizar que a legislação considera em prima instância a salvaguarda por intermédio do registo (Dec. Lei n.º 107/2001 art.º 75 n.º 1; MARTINS 2012:226), sendo de carácter excecional a preservação *in situ*, à semelhança de outros países como o Reino Unido e a Espanha (BOTELHO 2017:266-267). Neste contexto a necessidade de rigor metodológico assume particular relevância, não só pelo facto de a maioria dos vestígios de ocupação humana se encontrarem em vias de destruição (SARRAZOLA 2000, 2018: 25-26; BOTELHO 2016: 180), mas, também, pela uniformização de critérios que permitam uma avaliação eficaz dos conteúdos e métodos praticados em Acompanhamento Arqueológico (SILVA 2005; BRANCO 2009; BOTELHO 2017).

Neste sentido, e não menosprezando as propostas já apresentadas (SARRAZOLA 2000; SILVA 2005; BOTELHO 2017), fundamentais do nosso ponto de vista para a definição e estabelecimento de um “método”, não podemos deixar de enfatizar que elas resultam, maioritariamente, de reflexões e experiências em projetos de médio a longo prazo, nos quais o Acompanhamento Arqueológico foi assumido como uma macro-estrutura de gestão de obra, composta por equipas de arqueólogos e de que resultaram outras ações complementares (sondagens arqueológicas, escavações, etc.). À margem de particularismos, na figura 4, sintetizamos alguns dos critérios e procedimentos metodológicos que julgamos adequados ao exercício do Acompanhamento Arqueológico, em diferentes fases de um determinado projeto.

<b>Fase Prévia</b>	Recolha e análise bibliográfica e documental adequada; Recolha de memórias de tradição oral de modo a salvaguardar a memória viva (que é o primeiro registo a desaparecer e o mais frágil); Registo (gráfico e fotográfico) do local.
<b>Fase de Execução</b>	Acompanhamento Arqueológico, efetivo, de todas as operações que impliquem movimentações de solo e/ou afetação de elementos ou vestígios de valor patrimonial A informação recuperada através do acompanhamento, deverá salvaguardar a recolha e a execução de todos os registos arqueológicos necessários à rigorosa documentação das estruturas e dos depósitos identificados no decorrer dos trabalhos de acompanhamento, explicitados por natureza (valas, sapatas, etc.), quando existentes, devendo igualmente ser indicada para casos de ausência de quaisquer contextos e/ou estruturas, como elemento de suporte à caracterização das realidades observadas: Registo fotográfico detalhado dos momentos da intervenção (antes, durante e no final), cortes, planos, etc.; Inspeção e Análise dos terrenos escavados, com limpeza e caracterização estratigráfica; Registos diários em apontamentos ou fichas de campo pré-impresas Registo gráfico de cortes e planos mesmo nas situações onde não existem evidências arqueológicas Recolha de espólio (por amostragem ou total) segundo os depósitos observados e identificados. Caso se proceda a uma recolha seletiva deverão ser indicados, da forma mais objetiva possível, os critérios subjacentes a essa seleção.
<b>Relatório(s)</b>	Elaboração de Relatório Mensal (cf. Dec. Lei n.º 164/2014 Anexo 1 Art.º 15 n.º 3) Final (cf. Dec. Lei n.º 164/2014 Anexo 1 Art.º 15 n.º 1) Indicando-se a totalidade das áreas alvo de acompanhamento arqueológico de acordo com o projeto e sua natureza (valas, sapatas, infraestruturas, aterros, vazadouros, pedreiras, áreas de empréstimo, ligações aos serviços afetados – águas, esgotos, eletricidade, edifícios, acessos, etc.). Bem como a cota a que os trabalhos foram concluídos, limite de afetação da execução de determinado empreendimento, com indicação do substrato geológico (caso tenha sido observado).

Figura 4 – Proposta metodológica em Acompanhamento Arqueológico

Importa, sobretudo, frisar que os trabalhos de Acompanhamento Arqueológico requerem das entidades envolvidas e intervenientes uma preparação técnico-científica adequada, experiência e capacidade de decisão, bem como uma colaboração

estreita com outros responsáveis e intervenientes em projeto, a fim de assegurar-se que o empreendimento decorrerá com o mínimo prejuízo possível ao mesmo tempo que se garantem as condições mínimas basilares à boa execução dos trabalhos arqueológicos (SILVA 2005:467). Tais como: a possibilidade de o arqueólogo ter o poder legitimado de interrupção momentânea e/ou temporária da frente de obra. Este requisito deveria estar vertido em qualquer projeto sujeito à condicionante "Acompanhamento Arqueológico", sendo fundamental para que o arqueólogo disponha do tempo mínimo necessário para efetuar ações de inspeção, caracterização e registo das áreas afetadas pelo projeto, de acordo com as respetivas normas de segurança.

Concomitantemente a proposta que apresentamos considera um outro pressuposto complementar, distinto do anterior, o da *Monitorização Arqueológica* (Fig. 5). À semelhança do conceito de "Monitorização Ambiental" – «*processo de observação e recolha sistemática de dados sobre o estado do ambiente ou sobre os efeitos ambientais de determinado projeto e descrição periódica desses efeitos por meio de relatórios com o objetivo de permitir a avaliação da eficácia das medidas previstas na DIA e na decisão de verificação de conformidade ambiental do projeto de execução para evitar, minimizar ou compensar os impactes ambientais significativos decorrentes da execução do respetivo projeto*» (Decreto-Lei 152-B/2017, alínea I) do art.º 2.º) – o ato de monitorização arqueológica consiste, neste caso em particular, em assegurar que o Acompanhamento Arqueológico está a ser posto em prática dentro de determinados pressupostos metodológicos ou parâmetros. Por exemplo: se o registo de campo reúne a qualidade necessária para a salvaguarda de determinado elemento patrimonial ou vestígio arqueológico; se as equipas de Acompanhamento Arqueológico reúnem a experiência necessária e, caso não se verifique, deverá o Monitor, a Entidade Enquadrante e o Arqueólogo Responsável garantir a formação dos elementos que a compõem, etc.

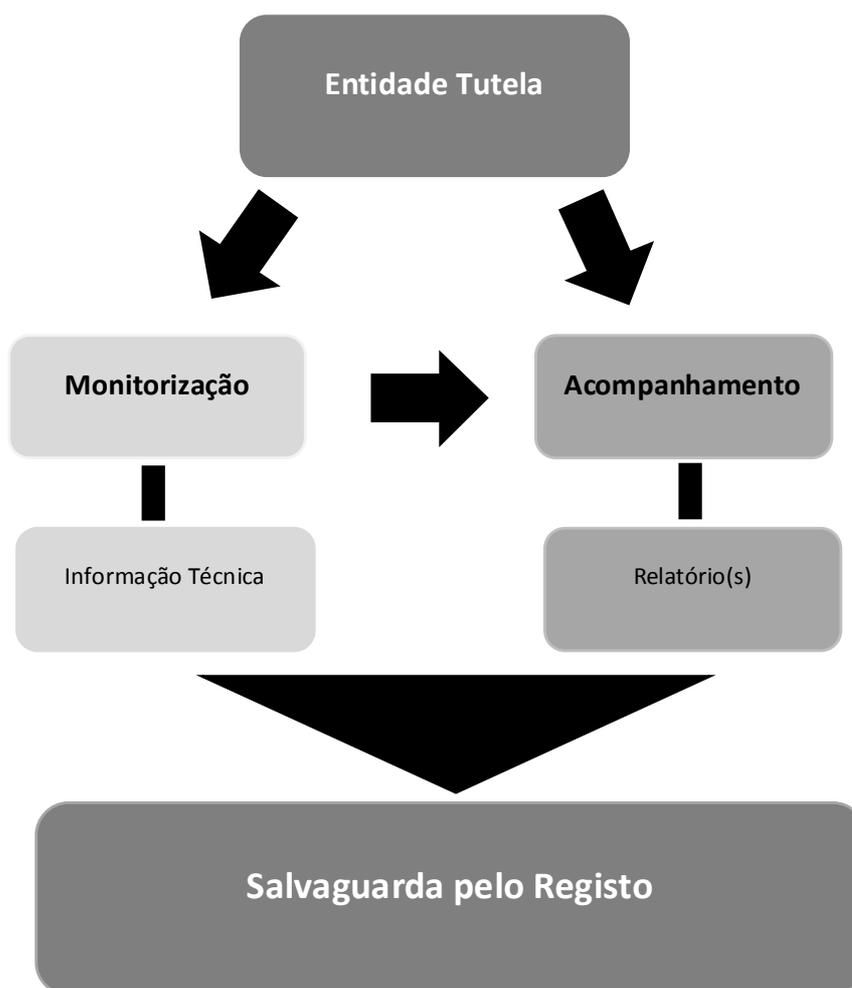


Figura 5 – Organograma de relações entre Monitorização & Acompanhamento Arqueológico

Certamente que a Monitorização Arqueológica se desenvolveria em níveis e com amplitudes de acção distintas, em função da natureza do projeto que requer a metodologia mais aconselhável, conforme António Silva: «*As obras de recuperação de um pequeno imóvel, a construção de uma auto-estrada, o arranjo de infraestruturas na via pública ou a preparação do solo para uma plantação são trabalhos muito diferentes que podem exigir igualmente abordagens e estratégias diversificadas*» (SILVA 2005:462). Neste sentido, a nossa proposta de Monitorização Arqueológica seria composta por dois planos de acção – interno (Arqueólogo Responsável e Entidade Enquadrante) e externo (entidade externa ao PATA) – variáveis consoante o tipo de empreendimento.

No âmbito dos grandes projetos, sujeitos a Licenciamento Ambiental, a Monitorização Arqueológica seria, em nosso entender, responsável por assegurar que as medidas de minimização propostas em DIA estavam a ser devidamente implementadas pela equipa responsável pelos trabalhos, procedendo à realização de visitas pontuais durante a execução do projeto. Podendo no decurso da fase de exploração encarregar-se, em caso de necessidade, de monitorizar os sítios identificados e redigir para o efeito relatórios de monitorização sujeitos a aprovação pela Entidade de Tutela.

Atendendo a dimensão destes empreendimentos parece-nos adequado que a Monitorização fosse assegurada por terceiros, contratados pelo Promotor, que na imparcialidade zelariam pela qualidade e cumprimento dos trabalhos de arqueologia, ficando igualmente sujeitos ao papel fiscalizador e regulador da Entidade tutelar. A presença de consultores (assessores), ou monitores, em grandes empreendimentos ou em instituições público/privadas não é de todo uma novidade, basta citarmos, a título de exemplo, casos como o IP, SA, a EDIA, ou mesmo projetos da EDP.

Noutro cenário, os pequenos empreendimentos promovidos pelo privado, normalmente em ambiente urbano, a Monitorização Arqueológica de obra poderia revelar-se fundamental como garantia que determinadas ações do projeto seriam cumpridas até à conclusão da obra, e não ficassem dependentes de algo vago como os trabalhos com afetação do solo. Recordamos, que neste caso específico, um imóvel em área classificada não deve ser sujeito apenas a condicionantes com implicações no solo mas também com a própria arqueologia vertical.

Num plano externo, cremos, que as melhores valências para, a Monitorização dos trabalhos arqueológicos poderiam ser desempenhados pelos técnicos que enquadram os Municípios. Ressalvando que, no caso de autarquias onde os técnicos são inexistentes ou em número que não permitisse albergar todo o

trabalho, seria da responsabilidade do Município a contratação, mais ou menos pontual, de técnicos ou empresas certificadas para o efeito. Conferindo-se assim às edilidades uma maior responsabilidade perante o Património Cultural, ao mesmo tempo que permitiria retirar o ónus de mais um encargo ao pequeno promotor.

No que respeita aos profissionais e entidades do sector privado que pudessem desempenhar funções como Monitor e com a finalidade de se evitarem eventuais conflitos de interesses e, até, clientelismos e lóbis, consideramos que estas ações nunca poderiam ser realizadas por empresas de arqueologia ou funcionários e técnicos prestadores de serviços às mesmas. Assegurando-se para o efeito o recurso a profissionais externos, com formação em arqueologia e património, em nome individual ou como funcionários de entidades externas (a título de exemplo de fiscalização de obra ou de higiene e segurança no trabalho), devidamente certificadas para o efeito.

Quanto a qualificação e reconhecimento dos Monitores, assunto que merece a devida discussão, parece-nos, numa primeira abordagem, que a sua creditação terá de passar pela criação de programas específicos de formação devidamente assegurados e certificados pela entidade tutelar.

Por outro lado, a Monitorização poderá ser igualmente campo para outros serviços como a Consultoria em Património, caso integre a obrigatoriedade participativa na realização dos Relatórios Prévios (Dec. Lei n.º 140/2009) à semelhança do modelo britânico – *Historic environment desk-based assessments* (CIfA 2014). Neste caso particular refira-se que, na atualidade, a participação de arqueólogos nestes estudos está dependente da sensibilidade do responsável pelo Relatório Prévio.

Por último, salientamos que esta perspetiva não substitui o Acompanhamento Arqueológico, o qual deverá ser efectivo em todos os momentos previamente definidos, sendo antes uma extensão do papel da Arqueologia, de modo activo e participativo na execução de

um determinado projeto como as restantes especialidades. Nem colide com a Missão e Atribuições da Entidade de Tutela em matéria de fiscalização, supervisão e tomadas de decisão (Dec. Lei n.º 115/2012 art.º 2.º). Pelo contrário consiste numa mera proposta aberta a discussão que, face ao atual panorama da atividade arqueológica nacional, procura garantir e salvaguardar a qualidade na preservação pelo registo.

A adoção de uma base metodológica possibilitará não só uma uniformização de critérios que permitam uma avaliação eficaz dos conteúdos e métodos praticados, mas também o processamento da informação arqueológica para a criação de mapas de potencial arqueológico ou de risco (SILVA 2005:463), a diferentes escalas de análise, seja pela distribuição e cronologia de achados, seja pela probabilidade de ocorrência de estruturas arqueológicas e a possança estratigráfica observada, entre outros.

### **Bibliografia**

APA – Associação Profissional de Arqueólogos (2007) - Cadernos de Encargos em Arqueologia - Documento de Trabalho Definitivo (25/Nov/2007); Documentos da Associação Profissional de Arqueólogos.

BRANCO, Gertrudes (2017) - *A Arqueologia Nacional: valores de referência*. AAP (Associação dos Arqueólogos Portugueses), Arqueologia em Portugal / 2017 – Estado da Questão, II Congresso dos arqueólogos portugueses - actas. Pp. 33-40

BRANCO, Gertrudes (2015) - *A actividade arqueológica e a salvaguarda do Património Arqueológico em Avaliação de Impacte Ambiental*. APRI – Arqueología y Prehistoria del Interior Peninsular 02. Pp.14-31

BRANCO, Gertrudes (2009) - *Ordenamento do território e a Salvaguarda do Património Arqueológico e Cultural*. DUNAS: revista anual sobre cultura e património da região de Ovar. Pp.113-118

- BRANCO, Gertrudes; REAL, Fernando (2009) - *Critérios para quantificar o valor do património arqueológico*. Praxis Archaeologica n.º4, APA (Associação profissional de Arqueólogos). Pp.15-19
- BOTELHO, Iva (2017) - *Acompanhamento arqueológico e métodos. Contributo para o seu enquadramento legal*. AAP (Associação dos Arqueólogos Portugueses), Arqueologia em Portugal / 2017 – Estado da Questão, II Congresso dos arqueólogos portugueses - actas. Pp. 259-271
- BOTELHO, Iva (2016) - *O Processo do Corgo. Do princípio da conservação pelo registo científico*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à FLUP, policopiado
- BUGALHÃO, Jacinta (2015) - *Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (decreto-lei n.º164/2014 de 4 de Novembro): versão anotada*. Revista Al-Madam: arqueologia | património | história local, II série, 19 Janeiro 2015. Pp. 40-48
- BUGALHÃO, Jacinta (2011) - Os desafios da Arqueologia nas últimas décadas em Portugal. Arqueologia e História. Lisboa. 60, pp. 19-43.
- BUGALHÃO, Jacinta (2008) - Lisboa e a sua Arqueologia: uma realidade em mudança, ERA Arqueologia, n.º 8, p. 218-230.
- BUGALHÃO, Jacinta ed. (2004) - Arqueologia na rede de transporte de gás: 10 anos de investigação. Trabalhos de Arqueologia, vol. 39. Lisboa: IPA.
- CARNEIRO, Sérgio (2003) - *Entre o Público e o Privado, conflito e ruptura na Arqueologia Portuguesa*. In. Arqueologia e História, n.º55. Lisboa. Pp.129-130
- CARVALHO, Pedro C. (2013) - Da Lei à Prática na Arqueologia Urbana Portuguesa. ALLEN, S.; CONCEIÇÃO LOPES, M.; ETCHEVARNE, C. (Org.) Arqueologia ao Serviço da Cidade. Anais do III Forum Luso-Brasileiro de Arqueologia Urbana. Ed. Universitária UFPE. Recife: pp. 159-177.

CIfA – The Chartered Institute for Archaeologists (2014) - *Standard and Guidance for an archaeological watching brief*. Miller Building, University of Reading.

CIfA – The Chartered Institute for Archaeologists (2014) - *Standard and Guidance for historic environment desk-based assessment*. Miller Building, University of Reading

FULFORD, Michael (2011) - The impact of commercial archaeology on the UK heritage. CUNLIFFE, Barry (Chair.) History for the taking? Perspectives on Material Heritage. A report prepared for the British Academy. British Academy: pp. 33-53

GARCIA MERCADAL, Jose (1952) - *Viajes de Extranjeros por España y Portugal, desde los tempos más remotos hasta fines del siglo XVI - Viaje del Noble Bonhemio Leon de Rosmithal de Blatna por España y Portugal, hecho del año 1465-1467* (p.271-275). Aguilar S.A: Ediciones Madrid.

MAIA, Mafalda (2011) - *Cadavre Exquis, exploração de um modelo criativo no contexto da produção contemporânea em vídeo*. Componente escrita para dissertação de Mestrado em Design da Imagem, Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, policopiado

MARTINS, Ana Margarida Nunes (2012) - A salvaguarda do património arqueológico no âmbito dos processos de avaliação de impacte ambiental e de ordenamento territorial: reflexões a partir do direito do património cultural, do ambiente e da gestão do território. Revista Portuguesa de Arqueologia. Lisboa: volume 15, pp. 219 -256

MARTINS, Ana Margarida Nunes (2010) - A protecção do Património arqueológico: proteger o quê, como e para quê. Reflexões a partir do direito do património cultural e do ambiente. Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa – Instituto de Ciências Jurídicas-Políticas.

MEIRINHO, Olímpia Cristina Silva (2015) - A Arqueologia Urbana em Lisboa e a Praxis Empresarial. Relatório de Estágio de Mestrado em

Arqueologia apresentado Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

MURALHA, João; MAURÍCIO, João (2004) - Sítios arqueológicos descobertos no âmbito da prospecção arqueológica dos Lotes 2 e 3B da construção do gasoduto. *Trabalhos de Arqueologia. Arqueologia na rede de transporte de gás: 10 anos de investigação*. Lisboa: IPA, 39, pp. 42-71.

PEREIRA; Jaqueline (2009) - Para um novo paradigma da Arqueologia de emergência em Portugal. *PROMONTORIA, Anos 7/8, Números 7/8*, pp.135-176

PEREIRA; Jaqueline (2007) - Arqueologia de emergência em Portugal. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de mestre em Arqueologia apresentada Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.

PEREIRA, João Paulo; MARTINS, Ivone Pereira (1995) - Estudos de Impacte Ambiental: a vertente arqueológica. In: *Al-Madan Arqueologia, Património e História Local, IIª Série, n.4, Outubro 1995*, p.87-93.

PIANOWSKI, Fabiene (2007) - Construção do Imaginário surrealista através do jogo do cadavre exquis. (p.1-10)

ROCHA, Leonor (2015) - *Arqueologia profissional versus Arqueologia de Investigação: a situação Portuguesa*.

SARRAZOLA, Alexandre (2018) - *Arqueologia de Salvaguarda, lei, território e desordem*. Ed. Mazu Press

SARRAZOLA, Alexandre (2017) - *Acompanhamento arqueológico em Lisboa- lei des(ordem) e procrastinação*. AAP (Associação dos Arqueólogos Portugueses), *Arqueologia em Portugal / 2017 – Estado da Questão, II Congresso dos arqueólogos portugueses - actas*. Pp.249-256

SARRAZOLA, Alexandre (2006) - *Regulamento legal associado a trabalhos de acompanhamento arqueológico (ou da arte de caçar com*

gato). Praxis Archaeologica nº1, APA (Associação profissional de Arqueólogos). Pp.52-67

SARRAZOLA, Alexandre (2000) - *Arqueologia e Acompanhamento de obras: um equilíbrio em construção*. ERA-Arqueologia, Lisboa. Pp.52-67

SILVA, António Carlos (2008) - *Arqueologia Empresarial: Questões legais a montante dos Cadernos de Encargos*. Era - Arqueologia. Revista de divulgação científica de estudos arqueológicos, Colóquio - Objectivos e Cadernos de Encargos em Arqueologia, Nº 8, Colibri, Lisboa, pp.14-18.

SILVA, António Manuel (2005) - *O Acompanhamento arqueológico de obras – uma intervenção muito própria*. Separata da Revista portuguesa de arqueologia, volume 8, nº1 de 2005, MC – ministério da Cultura, IPA – Instituto português de arqueologia. Pp.459-469

SILVA, Maria Antónia Lucas (2012) - *Planeamento Urbanístico e Gestão do Património Arqueológico. A Zona - Intra Muros do Centro histórico de Coimbra*; Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

SOARES, Helena Isabel Pinheiro (2016) - *A praxis empresarial em Arqueologia Urbana e os seus enquadramentos metodológicos e normativos: as práticas arqueológicas da Neoépica na cidade de Lisboa*. Relatório de Estágio de Mestrado em Arqueologia apresentado Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SOUSA, Ana Catarina (2013) - *A revisão do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos e os contextos sociais da arqueologia portuguesa no século 21: uma breve reflexão*. Revista Património. Lisboa: Direcção Geral do Património Cultural,1, pp. 36-42.

THEOPHILO, Gabriela A. M. M. C. (2013) - *Diversão e subversão nos jogos surrealistas (França, 1924-1930)*. Revista Anima, ano 3, p.23-34.



# **Resultados preliminares do acompanhamento arqueológico da obra de conservação da Capela de Nossa Senhora de Entre Águas**

Ana Cristina Ribeiro<sup>1</sup>

## **Resumo**

A Capela de Nossa Senhora de Entre Águas corresponde a imóvel datado do século XV, de elevado valor patrimonial histórico-arqueológico, que evidencia na sua construção um conjunto significativo de materiais romanos, entre os quais uma lápide funerária classificada como Monumento Nacional, testemunhos da preexistência no local de uma ocupação romana, confirmada pelos vestígios arqueológicos na zona contígua ao edifício. Trabalhos recentes permitiram confirmar a presença de estruturas romanas integradas no imóvel, identificar uma zona de enterramentos contígua à capela e descobrir um importante conjunto de pintura mural, datada do século XVI. Apresentam-se os resultados preliminares do acompanhamento arqueológico realizado entre Outubro e Novembro de 2018, assim como o respectivo enquadramento dos trabalhos e as perspectivas de continuidade do estudo desta estrutura.

**Palavra-Chave:** Arqueologia preventiva; Vestígios romanos; Arquitectura religiosa; Necrópole; Pintura Mural

## **Abstract**

The Chapel of Nossa Senhora de Entre Águas corresponds to a 15th century building with a high archaeological and historical value. The chapel shows in the structure a significant number of roman materials in granite, among which a tombstone classified as National Monument, that documenting a roman occupation at the site, confirmed by archaeological remains in the area adjacent to the building. Recent

---

<sup>1</sup> ana.ribeiro@cm-avis.pt. Centro de Arqueologia de Avis

archaeological work made it possible confirm the presence of roman structures integrated into the building, identify burials in a contiguous area to the chapel and discover an important set of mural paintings from 16th century, located in the interior of the temple. Preliminary results of the archaeological work, carried out between October and November 2018, are now presented, as well as the archaeological intervention framework and the prospects for continued study of this structure.

**Keywords:** Preventive archaeology; Roman remains; Religious architecture; Necropolis; Mural Paintings

### **A Capela de Nossa Senhora de Entre Águas: enquadramento histórico e arqueológico**

A Capela de Nossa Senhora de Entre Águas (CNS 29724) localiza-se próximo de Benavila, concelho de Avis. Situada entre as ribeiras de Seda e Sarrazola, corresponde a um edifício datado do século XV, que evidencia, na sua construção, um conjunto significativo de materiais romanos em granito, visíveis nas paredes e nos pavimentos, os quais documentam a preexistência no local de uma ocupação de período romano.

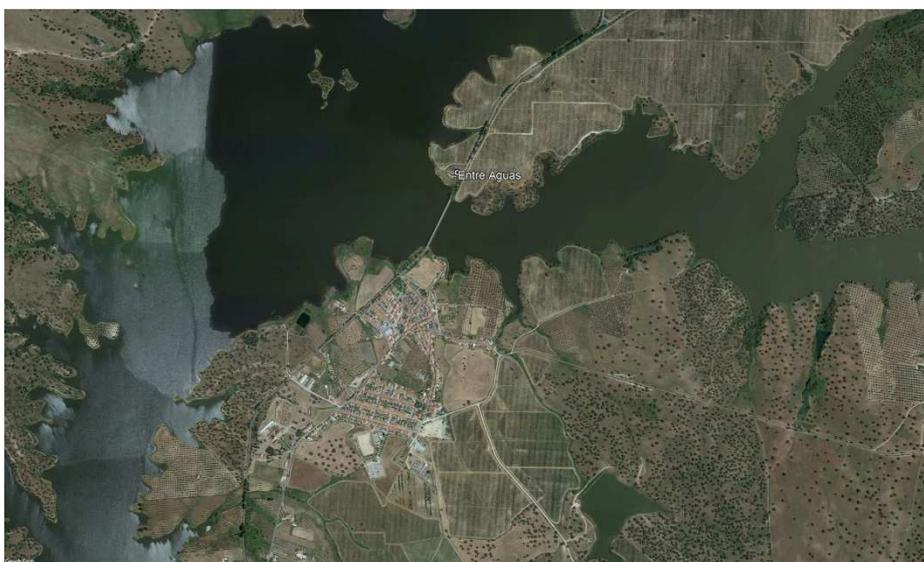


Figura 1 – Localização da Capela de Nossa Senhora de Entre Águas (Google Earth, 2013)

A antiguidade dessa ocupação, indiciada nas fontes (Santa Maria, 1718, p. 136-137; Cardoso, 1751, p. 161), foi confirmada pelos vestígios arqueológicos identificados na zona contígua ao edifício no decurso da Carta Arqueológica de Avis (Ribeiro, 2008, p. 8-9). A tipologia das evidências registadas e a sua área de dispersão sugerem que o sítio, Entre Águas 1 (CNS 29676), corresponde a uma *villa* romana (*idem*, 2015, p. 12).

No local, recentemente afectado pelo plantio de olival intensivo, encontrava-se um conjunto significativo de vestígios reveladores da vitalidade económica da *villa* e da adopção do gosto e valores da cultura clássica (*idem*, 2015, p. 20-23).



Figura 2 e 3 – Afectação do sítio de Entre Águas 1 por plantação de olival intensivo

As evidências arqueológicas apontam para uma estrutura social e cultural organizada desde os primeiros momentos de romanização, ideia reforçada pela presença de uma epígrafe que se encontra no local. Classificada como Monumento Nacional em 1910, a lápide de Entre Águas (CNS 1629) encontra-se embutida no alçado tardoz da capela. A placa (Vasconcelos, 1895, p. 224; IRCP, n.º 459), de cariz funerário, foi elaborada sobre um suporte de granito de grão fino e apresenta uma forma rectangular. Pela sua tipologia destinava-se a ser incluída numa estrutura ou edifício de cariz religioso ou funerário e caracteriza-se pela simplicidade de execução.



Figura 4 – Lápide de Entre Águas

O texto ocupa a metade inferior do campo epigráfico sugerindo que este monumento se destinava a ser colocado no alto.

Na transcrição da epígrafe é possível ler-se: “*Lobesa, filha de Lovésio, de cinquenta anos, está aqui sepultada. Que a terra te seja leve*”.

Pela tipologia da epígrafe e perante a ausência de consagração aos Deuses Manes, é possível integrar o monumento no século I d.C. (IRCP, n.º 459). A utilização de fórmulas finais mais elaboradas sugere que este monumento foi gravado já na segunda metade do século I. d. C. (*idem*).

Este exemplar epigráfico documenta a manutenção de uma forte componente indígena associada aos primeiros momentos da romanização deste território.

A distribuição dos vestígios de período romano, na confluência das ribeiras, deixa antever a importância da água na selecção do local de implantação, a qual desempenharia um papel determinante na vivência da *villa*, assegurando a sua estrutura económica e o quotidiano dos seus habitantes.

Pelas características do local, será admissível pensar-se também num espaço romano ou tardo-romano dedicado ao culto das águas ou de divindades que lhe estavam afectas, o qual foi posteriormente

cristianizado com a construção da capela, hipótese que carece, no entanto, de confirmação arqueológica.

A capela corresponde a uma construção datada do século XV (Keil, 1943, p. 24), com claras alterações nos séculos posteriores, evidentes ao nível da morfologia e do acervo artístico.

Trata-se de um edifício simples, envolvido por um alpendre, que se distribui pelas fachadas principal e sul. A documentação mais antiga indicia que esta estrutura seria mais extensa e envolveria toda a capela: *“Tem hũ alpendre q~ as toma ambas [as naves] e a porta principal ho qual cinge toda ha egreja saluante as costas da capella (...)”* (Lopes, 1950, p. 247).

O alpendre é constituído por arcos de volta perfeita, assentes sobre pilares quadrangulares de granito, provavelmente reutilizações de construções romanas.



Figura 5 – Vista geral da capela

No alçado norte encontram-se adossadas três construções, de planta simples e em banda, de carácter habitacional. O mesmo se verifica em parte do alçado sul, ocupado por anexos, correspondentes a dois compartimentos, também de uso habitacional. Na continuação desta zona, já no alpendre, são visíveis, sob a cal, silhares de granito na parede da capela.



Figura 6 – Pormenor do alpendre

No alçado tardoz encontra-se, para além do monumento epigráfico romano, um compartimento arruinado, onde são visíveis materiais de período romano incorporados na sua construção.



Figura 7 – Alçado tardoz

Na fachada principal encontram-se duas inscrições, em esgrafito de argamassa avermelhada, uma ilegível e outra que assinala as obras realizadas no século XVII: *“Esta obra man/dou · fazer o R do / Pe · Joam · Fortio · a / custa · da S R<sup>a</sup> · he / e devotos · no anno de 1696”*.

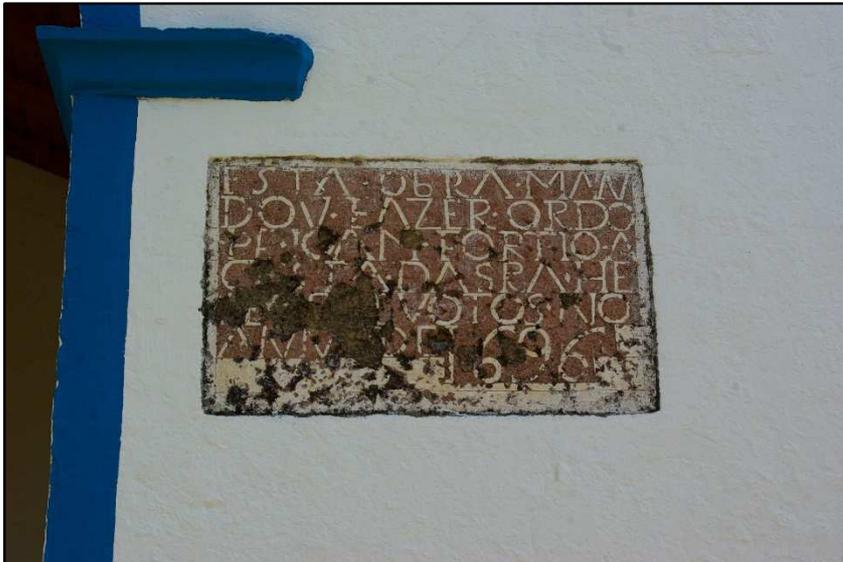


Figura 8 – Inscrição em esgrafito

Junto à porta principal da capela uma placa em mármore refere a intervenção realizada no século XX: *“No ano de 1963 / foi esta igreja / restaurada no pavimento / telhados e altares / por generosa oferta / de um filho desta terra / António Prates Pina”*.

No interior, a capela apresenta três naves, divididas, de cada lado, por três arcos e um outro mais pequeno *“com os chanfrados característicos da traça primitiva do século XV”* (Keil, 1943, p. 24). As descrições mais antigas, associadas ao Tombo de 1556, referem que o edifício teria duas naves (Lopes, 1950, p. 247).

A capela-mor está separada do corpo da igreja por um arco triunfal, de alvenaria e com marmoreados fingidos, cuja soleira, em blocos de granito, possivelmente utilizados, apresenta pequenas depressões circulares, que sugerem a presença de um gradeamento nesta zona. O altar-mor, assim como os altares laterais, são de alvenaria pintada de marmoreados fingidos e dourados. Estes elementos foram introduzidos no final do século XVIII (IPA.00004563).



Figura 9 - Aspecto geral do interior da capela

A capela apresenta uma porta lateral, no alçado sul, e em frente, evidências de uma outra porta onde se colocou posteriormente um altar com a imagem de São Pedro em madeira, datada do século XVII (Rodrigues, 1993, p.40). Neste local ficaria, segundo as referências documentais, o altar de São Bento (Lopes, 1950, p. 247).

Salienta-se ainda a pia de água benta, peça em mármore, possivelmente do século XV, que se encontra encastrada na primeira coluna, à direita da entrada principal. Apresenta dupla representação antropomórfica que teria repetição na face oposta, actualmente adossada à coluna. Num dos lados é visível a representação do escudo com cinco quinas, em disposição anterior a D. João II (Vasconcelos, 1917, p. 120), e ladeado por dois castelos. A pia encontra-se apoiada sobre uma coluna de cronologia mais recente e sem interesse.



Figura 10 e 11 – Pormenores da pia

Junto à porta lateral, do lado direito, existiria uma outra pia de água benta, também em mármore, de forma hexagonal, datada do século XVI (Keil, 1943, p. 24; Rodrigues, 1993, p. 40-41), cujo paradeiro actual se desconhece. Persiste no local a base em granito, encastrada na parede, e que poderá corresponder a mais um exemplo da reutilização de materiais romanos, possivelmente um elemento de coluna em granito. No interior do edifício persiste outro fragmento da mesma natureza.

No corpo da capela existem cinco sepulturas de campa rasa com tampa em mármore e inscrição (Teles, 1940, p. 32-36; Keil, 1943, p. 24). Nenhuma apresenta data inscrita.

A fundação da capela não é conhecida, mas já em 1556 era descrita como a única igreja da vila de Benavila, de evocação a N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> de Entre Águas (Lopes, 1950, p. 246). A igreja matriz era, “antigamente”, fora da vila “em huma igreja que está proxima a mesma, que tem o titulo da Senhora de Entre as Agoas (...) pella rezão de estar colocada, entre duas ribeyras não menos caudeloza huma, que outra chamadas huma a da Sarrazolla, e outra a de Seda” (ANTT, 1758, p. 724).

Deixou de ser igreja matriz “por causa das innundações das duas ribeiras acima ditas [Ribeiras de Seda e Sarrazola], que succede muitas vezes cobrirem as aguas as duas pontes, que há em huma, e outra ribeira” (Cardoso, 1751, p. 161).



Figura 12 – Ponte sobre a ribeira de Sarrazola (albufeira de Maranhão)

A capela corresponde a “*templo grãde, & muyto antigo*” (Santa Maria, 1718, p. 136) onde “*nas costas da igreja se vê metida na parede huma pedra, ou cipò romano, com humas letras (...) (idem, p. 137),* indicador de “*(...) que neste lugar houvesse povoação com este Templo já pelos anos de Christo de trezentos e setenta*” (CARDOSO, 1751, p. 161).

O Tombo de 1556 refere que a “*egreja era toda de cantaria (...)*” (Lopes, 1950, p. 247) e possuía dois altares laterais, consagrados a Santiago, do lado do Evangelho, e a Santa Ana, do Lado da Epístola, ambos pintados a fresco (*idem, 1950, p. 247*). As paredes seriam igualmente pintadas e existiria ainda um altar de São Bento (*idem, 1950, p. 247*).

A capela tinha uma confraria (*idem, 1950, p. 248; ANTT, 1758, p. 724*) e em 1740 (Leal e Ferreira, 1873, p. 25) foi constituído, por D. João V, “*um hospital em que se tratavam os pobres (...), com privilégio da Misericórdia*” (Esteves e Pereira, 1904, p. 296). Existem também referências à casa do ermitão (Lopes, 1950, p. 247).

## **Enquadramento da intervenção arqueológica**

Em 2018 o Município de Avis, em parceria com a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Benavila, proprietária do imóvel, desenvolvem um projecto de conservação da capela. Os trabalhos, destinados sobretudo à substituição da cobertura, previam igualmente a recuperação dos anexos, a colocação de instalação sanitária e das respectivas infraestruturas de água e saneamento, a substituição das infraestruturas de electricidade, a recuperação de vãos e a pintura integral do imóvel.

Tratando-se de um edifício de elevado valor patrimonial, enquadrado na Zona Especial de Protecção da Lápide de Entre Águas, teria sido desejável uma apreciação prévia do projecto, assim como a realização antecipada de trabalhos arqueológicos que avaliassem o potencial das áreas a intervencionar e determinassem eventuais condicionantes à execução da obra.

Desta forma teria sido possível delimitar zonas sensíveis e antecipar a minimização de impactos, definir áreas de intervenção, incorporar vestígios e valorizar elementos.

Porém, a intervenção arqueológica foi delegada para a fase final da empreitada, ficando reduzida ao acompanhamento dos trabalhos executados no exterior do edifício, correspondentes à abertura das valas para instalação de infraestruturas eléctricas e à construção da fossa séptica.

Considerando que a maioria dos trabalhos contemplados na obra já se encontravam concluídos ou em fase de conclusão, não foi possível acompanhar, no âmbito da intervenção arqueológica, as acções de demolição, assim como a limpeza e colocação de rebocos, realizadas no edifício da capela e anexos.

Teria sido igualmente relevante acompanhar a substituição da cobertura, uma vez que permitiria verificar, no topo das paredes, o tipo

de aparelho, em particular no alçado sul e fachada principal, onde era evidente a presença de materiais romanos nas paredes da capela.

Não houve também oportunidade de realizar sondagens parietais prévias para verificação do tipo de aparelho e da existência de pinturas murais, referidas na documentação (Lopes, 1950, p. 247), esgrafitos ou outros elementos a preservar. Assim, não foi possível limitar acções intrusivas, como a aplicação de rebocos e a colocação de tirantes, realizadas sem condicionantes.

Os trabalhos arqueológicos tiveram início no final de Outubro de 2018, prolongando-se até ao final de Novembro do mesmo ano. A intervenção foi realizada pela equipa do Centro de Arqueologia de Avis e contou com a colaboração de Paula Freire, Técnica de Conservação e Restauro do Museu do Campo Alentejano, e de Hugo Cortes, da Divisão de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Turismo do Município de Avis que apoiaram alguns dos trabalhos de definição e diagnóstico da pintura mural.

Os trabalhos arqueológicos tiveram ainda apoio logístico da empresa responsável pela empreitada, Argilândia - Construções, Unipessoal, Lda, e foram acompanhados, de forma assídua e entusiasta, pelo representante da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Benavila, o Pe. Domingos Miguel da Fonseca Coelho.

O enquadramento do edifício, a tipologia da intervenção e a natureza dos achados efectuados justificaram a visita da Direcção Regional de Cultura do Alentejo ao local.

### **Resultados obtidos**

O acompanhamento arqueológico da obra de conservação da Capela de Nossa Senhora de Entre Águas permitiu a recolha de novos elementos que contribuem para a caracterização do imóvel e abrem as perspectivas para uma fase subsequente de estudo do edifício e respectiva envolvente.

Apresentam-se, em seguida, os resultados preliminares da intervenção.

### ***Necrópole***

O acompanhamento arqueológico teve início no patamar junto aos anexos da parede sul e incidiu na abertura da vala para implantação da fossa séptica, que teria, de acordo com o projecto, cerca 200 x 100 cm e uma profundidade de 140cm.

A remoção de terras nesta área colocou a descoberto uma estratigrafia constituída por uma camada superficial, de terra escura, sem interesse arqueológico, que se sobrepunha a um estrato espesso, correspondente ao aterro que define o patamar que se encontra nesta zona.

O aterro é constituído por um estrato heterogéneo, de terras castanhas, com um elevado número de inclusões, nomeadamente cerâmica de cobertura e de revestimento, proveniente das obras realizadas na capela no século XX.

A este estrato encontra-se associado espólio osteológico descontextualizado e que documenta a destruição de enterramentos nos trabalhos efectuados em 1963. Registou-se a ocorrência significativa de ossos de crianças no material recuperado nesse nível, assim como uma laje em xisto gravada.



Figura 13 – Laje em xisto gravada

A presença de elementos pétreos, de grande dimensão, em xisto, inviabilizou os trabalhos de remoção de terra em profundidade, optando-se, em alternativa, pelo alargamento da fossa da área aberta que, no final apresentava uma dimensão aproximada de 310 x 200 cm.

Com o alargamento confirmou-se que os elementos pétreos se encontravam alinhados e que o afloramento rochoso calcário era já evidente em algumas zonas da vala.

Suspensos os trabalhos de remoção de terras, procedeu-se à limpeza e avaliação da área intervencionada, o que permitiu identificar, a cerca de 80/90 cm de profundidade, a presença de elementos de interesse arqueológico conservados sob o aterro, correspondentes a três estruturas funerárias:

- Sepultura 1 – corresponde a uma estrutura coberta por blocos de xisto, localizada na extremidade Norte da vala e apresenta uma orientação W-E, com uma ligeira declinação (OSO-ENE). Encontra-se a uma cota mais elevada que a restante área posta a descoberto.
- Sepultura 2 – corresponde a parte de uma sepultura que se prolonga no corte Oeste. O enterramento encontrava-se visível e apresentava-se parcialmente danificado, provavelmente na altura em que foi construído o aterro. No corte parece existir evidências de um outro enterramento, que poderia associado à mesma sepultura e que se encontra incompleto. A orientação é idêntica à verificada na sepultura 1.
- Sepultura 3 – corresponde a parte estrutura negativa junto ao perfil E. Não apresenta evidências de cobertura, nem de espólio osteológico, sendo apenas visível o contorno da fossa de inumação escavada na rocha, correspondente à zona da cabeceira. Tal como as restantes sepulturas, apresenta uma orientação idêntica.



Figura 14 – Aspecto geral da área intervencionada

Foi ainda registada uma mancha de ossos, a sul da sepultura 2, que poderá corresponder a outro enterramento.

Considerando a tipologia dos achados e a condições da sua descoberta, optou-se apenas pelo registo e conservação integral das realidades identificadas. Os vestígios foram sinalizados e a vala colmatada.

A construção da fossa séptica nesta zona foi totalmente inviabilizada, tendo sido sugerida a sua deslocação para o exterior do patamar, criando-se uma caixa de superfície, com a cota necessária e sem necessidade de recorrer a acções de remoção de terras.

A segunda área intervencionada localizava-se junto à fachada principal da capela e correspondia à vala para instalação de infraestruturas de electricidade, com cerca de 1200 cm de extensão e 80 cm de profundidade. Perante a possibilidade de se identificarem novos vestígios da necrópole sugeriu-se que a vala fosse aberta nos níveis de aterro, mesmo que isso implicasse uma profundidade mais reduzida, evitando-se a afectação de eventuais níveis arqueológicos.

Também aqui se confirmou a existência de um aterro, constituído por material de construção e incluindo igualmente espólio osteológico descontextualizado, evidente sobretudo na zona próxima da capela. A profundidade da vala foi limitada aos 40-50cm.

Ainda relacionadas com o espaço funerário assinalam-se as duas cabeceiras de sepultura que se encontravam depositadas na sacristia.

Tratam-se de duas peças em mármore que apresentam motivos frequentes em estelas funerárias de período medieval.

Um dos exemplares corresponde a um fragmento de cabeceira de sepultura discóide, que evidencia uma face gravada com motivo geométrico em alto-relevo, correspondente a um pentalfa inserido em moldura simples, também em alto-relevo. No centro parece conter vestígios de outra figura, cujo motivo é, no entanto, imperceptível. A face posterior apresenta-se afeiçãoada.



Figura 15 e 16 – Cabeceiras de sepultura

O outro exemplar corresponde também a uma cabeceira de sepultura discóide, com espigão triangular. A separação entre o disco e o espigão está bem marcada. Apenas uma das faces se encontra gravada, com a representação de um hexafólio em baixo relevo, organizado em torno de um ponto central e delimitado por cercadura. A face posterior e o espigão apresentam as superfícies irregulares.

Próximo da capela foi ainda registada uma estrutura negativa escavada no afloramento rochoso, de cronologia e função ainda por determinar. Apresenta planta rectangular, com 110 x 95 cm, localizada na margem direita da Ribeira de Sarrazola, numa zona afastada do local onde ocorrem os vestígios da *villa*.



Figura 17 – Estrutura escavada na rocha

### ***Vestígios de estruturas de período romano***

A presença de materiais de período romano integrados na capela de Entre Águas era já evidente. No alçado tardoz e no alpendre, em particular na fachada sul da capela, persistiam grandes blocos de granito aparelhado, que contrastam com a simplicidade do tipo de construção da capela. Estes materiais eram também evidentes no pavimento, soleira, escadas e em alguns elementos dispersos, indiciando a reutilização de materiais romanos.



Figura 18 e 19 – Escadaria de acesso à torre

Com o acompanhamento da obra foi possível confirmar a presença *in situ* de uma parede de período romano, que ocupa a quase totalidade do alçado sul da capela, sendo ainda pouco claro o seu traçado na área correspondente à sacristia. Na extremidade oposta, conserva parte do canto, aproveitado posteriormente como escadaria de acesso à torre sineira, cujos degraus revelam igualmente a presença de grandes blocos de granito.



Figura 20 e 21 – Troços da estrutura identificada no anexo sul

Para além dos silhares, foram identificados vestígios de friso, igualmente em granito, sendo necessário determinar se se encontram *in situ* ou se se trata de uma reutilização.

Como não foi possível verificar os topos das paredes aquando da substituição da cobertura, não houve oportunidade de determinar se existiam mais troços de parede em granito conservados noutras zonas da capela.

Mesmo assim, foi possível registar outros indícios da integração de elementos construtivos de período romano um pouco por todo o edifício da capela.

No alçado tardoz persistem evidências de um cunhal em granito, sugerindo a existência de um outro troço de parede em silhares conservada no alçado norte e encoberta pelos anexos existentes nesta zona.



Figura 22 – Vestígios de estrutura em granito preservada no alçado tardoz

Na fachada principal, conservam-se também evidências de blocos de granito, salientes da parede e que se encontram alinhados com a estrutura que se desenvolve a partir do cunhal conservado na fachada posterior.



Figura 23 – Elementos evidentes na fachada principal

Na sacristia, localizada à direita da capela-mor, verifica-se a ocorrência de indícios de estruturas mais antigas, cuja origem e características importam registrar. Nos anexos a situação é idêntica, com a existência de indícios que poderão estar associados a estruturas mais antigas.

### ***Pintura mural***

O acompanhamento arqueológico da empreitada permitiu igualmente a descoberta de um importante conjunto de pintura mural a fresco – no interior da capela, cujas evidências se concentram nas paredes Norte e Sul.

Considerando que já haviam sido efectuados trabalhos de aplicação de rebocos e de colocação de tirantes no interior da capela sem uma intervenção prévia de sondagens parietais, seria fundamental, nesta fase final da obra e antes da pintura integral do edifício, evitar mais dados sobre as pinturas e assegurar o registo adequado destes vestígios, determinando a extensão da zona pintada, o estado de conservação, o valor patrimonial e a respectiva integração cronológica.

Nas zonas onde existiam evidências de pintura mural procedeu-se à limpeza e remoção da tinta/cal destacada, de forma a efectuar o seu zonamento através da abertura de sondagens parietais.



Figura 24 – Trabalhos de limpeza

Igualmente importante era perceber a extensão da área pintada, pelo que se optou pela abertura de janelas, com uma dimensão de 20 X 20 cm. Foram definidas quatro sondagens e vinte e oito janelas distribuídas pela capela, mas com particular incidência no alçado Norte, onde o estado de conservação da parede aumentava a probabilidade de existirem vestígios de pintura conservados.

As janelas forma abertas em dois níveis, o superior, entre 250 e 300 cm de altura, onde as evidências de pintura eram claras, a avaliar pelas sondagens já definidas, e o inferior, entre 100 e 150 cm de altura, onde a informação era apenas residual.



Figura 25 – Algumas das janelas abertas no alçado Norte

Foram abertas treze janelas no alçado Norte e cinco janelas no alçado Sul. O altar-mor foi também objecto de análise, com a abertura de seis janelas, assim como nos arcos centrais, onde foram abertas três zonas.

A pintura encontra-se, de um modo geral, em estado de conservação regular verificando-se, no entanto, algumas situações que apresentam claros sinais de degradação, resultante, sobretudo, da deterioração do próprio suporte e da realização de intervenções inadequadas.



Figura 26 – Sondagem 1 no final dos trabalhos

Numa leitura preliminar das áreas abertas, foi possível identificar, na sondagem 1, dois painéis, um com uma representação da Anunciação, e outro com uma imagem de São Pedro entronizado; na sondagem 2, uma representação de Santo António; e na sondagem 4, resultante do alargamento das janelas 7 e 8, a representação, ainda pouco clara, de uma figura aparentemente sentada e um conjunto de imagens possivelmente em veneração.

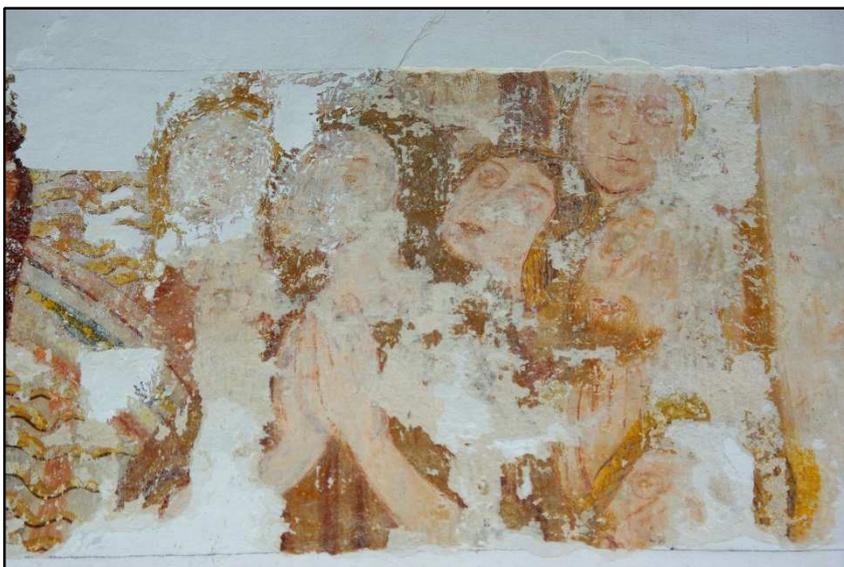


Figura 27 – Pormenor de representação na Sondagem 4

Na sondagem 3 os vestígios postos a descoberto são dispersos, devido ao mau estado do suporte, e, por isso, de difícil interpretação neste momento.



Figura 28 – Aspecto geral da Sondagem 3 e parte das janelas abertas no alçado Sul

Entre as sondagens 1 e 2 foi registada uma outra representação, cuja definição foi impossibilitada, nesta fase, pela degradação do suporte.

Nas janelas de diagnóstico são evidentes os motivos decorativos e indícios de outras representações figurativas que ainda não são perceptíveis, dado a dimensão reduzida das áreas abertas.



Figura 29 – Pormenor da janela aberta na arcaria

No decurso dos trabalhos foram identificadas, em algumas zonas e em particular na sondagem 2, sobreposição de pintura ou possivelmente repinte, evidentes no fundo, nas molduras, e na inscrição que figuram neste painel.



Figura 30 – Sondagem 2 no final dos trabalhos

Nas sondagens 1 e 3 são visíveis marcas do trabalho preparatório, tendo sido identificado, em algumas zonas pintadas, traços da execução do trabalho.



Figura 31 – Pormenor da Sondagem 3

As evidências registadas nas sondagens 1 e 3 confirmam que a zona pintada se prolonga por detrás dos altares laterais, o que já havia sido sugerido pelas referências documentais: “(...) *Tem dous alteres no cruzeiro, ho da banda do Enuangelho he da inucacão de Santiago, e o da Epistola de Santa Anna, ambos pintados a fresco. As paredes da igreja sam todas pintadas de ymages (...)*” (Lopes, 1950, p. 247).



Figura 32 – Aspecto geral da capela no final dos trabalhos

Não foram identificados vestígios de picagem das pinturas, mas a quase totalidade da área posta a descoberto evidencia uma camada de nivelamento, possivelmente de argamassa, muito compacta, aplicada directamente sobre os motivos e que estará relacionada com as campanhas posteriores, documentadas para o século XVII e final do século XVIII (IPA.00004563).

O núcleo de pinturas registado apresenta uma paleta de cores variada, integrando vermelho, amarelo, rosa, castanho, preto, cinzento e bege. Registou-se ainda, embora com menor frequência, a aplicação de verde, possivelmente associado a campanhas mais recentes, registado no limite da sondagem 2, na moldura adossada ao painel de Santo António, e no elemento decorativo, do altar-mor, representando um possível ramo de oliveira.



Figura 33 – Pormenor de representação vegetalista identificada junto ao altar-mor

Nas áreas não pintadas verifica-se a aplicação de revestimentos claros, predominantemente bege, que, de acordo com as zonas de diagnóstico, são contemporâneos do núcleo de pinturas.

As janelas de diagnóstico permitiram igualmente identificar outras situações decorativas no interior da capela, de cronologia posterior

Foram registadas argamassas decorativas, com a utilização da técnica de esgrafito, no exterior em duas placas (Salema e Aguiar, 2009, p. 14) colocadas na fachada principal, datadas de final do século XVII, e no interior do edifício, evidente na abóbada do altar lateral (Evangelho), com uma composição geométrica definida por rosetas hexafólias, e no arranque dos arcos que definem as naves, com a aplicação de massas claras em relevo sobre o revestimento, imitando a estereotomia do aparelho regular em pedra.



Figura 34 – Aplicação da técnica de esgrafito

Verifica-se ainda a aplicação de marmoreados nos altares laterais, no arco triunfal e no altar-mor, e cuja degradação deixa antever elementos decorativos anteriores, possivelmente associados à campanha decorativa realizada no final do século XVIII e repintados em fases posteriores.

### **Notas finais**

A intervenção realizada permitiu identificar um conjunto de testemunhos que confirmam a antiguidade de ocupação do local, já sugerida nas fontes, e acrescentar dados fundamentais para o estudo da Capela de Nossa Senhora de Entre Águas.

No decurso dos trabalhos foi possível confirmar que a presença de materiais construtivos de período romano na capela corresponde ao aproveitamento de estruturas desse período, permanecendo por esclarecer se este aproveitamento é pontual ou se estende a todo o edifício, confirmando que “*egreja era toda de cantaria (...)*” (Lopes, 1950, p. 247).

A manutenção de paredes, ou de um edifício, de período romano reforça a ideia de sobreposição do edifício de culto cristão ao sítio mais antigo que poderia incluir, pela presença da lápide, um mausoléu. Esta

sobreposição deixa antever a relevância simbólica do local que se perpetuou ao longo do tempo na paisagem e junto das comunidades.

Esta ligação ao local é também reforçada pelo espaço funerário, cujos testemunhos foram registados no exterior do edifício. Porém, os dados reunidos são, neste momento, insuficientes para a caracterização da necrópole. A sua utilização poderá ser contemporânea da construção da capela, e possivelmente prolonga-se durante o período em que desempenhou as funções de igreja paroquial.

O valor patrimonial da capela é reafirmado e reforçado com a descoberta de um extenso núcleo de pinturas tardo-medievais.

Trata-se de um conjunto de valor excepcional devido ao estado de conservação, à extensão da área pintada, ao contexto cronológico, à qualidade da execução e ao enquadramento histórico-artístico.

Com base na avaliação preliminar realizada no âmbito dos trabalhos arqueológicos foi possível definir um plano de intervenção que prevê o alargamento das áreas de sondagens e o tratamento das pinturas, promovendo igualmente o seu estudo e integração no edifício.

Reconhecendo a importância das ocorrências registadas do decurso do acompanhamento da obra, importa agora implementar um plano de intervenção que dê continuidade ao estudo, conservação e valorização destas realidades, e assegurar que, intervenções futuras de manutenção ou requalificação da capela e respectiva envolvente, estejam sujeitas a uma avaliação arqueológica prévia.

A estratégia delineada para esta fase subsequente pressupõe a continuação dos trabalhos arqueológicos e o desenvolvimento de uma intervenção de conservação e restauro das pinturas.

Ao nível do edifício pretende-se avaliar a extensão conservada de estruturas de período romano integradas na capela, através da abertura de sondagens parietais, em particular nos anexos norte,

sacristia e alçado tardoz, e realizar o levantamento exaustivo desses elementos com vista à recuperação gráfica da planta.

A intervenção arqueológica contempla ainda a realização de sondagens, a iniciar na ruína localizada no alçado tardoz da capela e que, posteriormente, se poderão estender a outras zonas do edifício e envolvente.

Com a identificação de pinturas murais no interior da capela impõe-se uma avaliação detalhada do seu estado de conservação e a aplicação de medidas que assegurem a sua preservação.



Figura 35 – Aspecto geral do interior da capela

Será, por isso, necessário o desenvolvimento de uma intervenção de conservação e restauro, a qual poderá também contemplar, dado o carácter extraordinário da descoberta, o alargamento das áreas abertas para uma melhor caracterização do conjunto e, assim, reunir novos elementos que permitam compreender a relação entre as pinturas e o edifício e o contexto em que a obra foi realizada.

A descoberta deste núcleo de pinturas tardo-medievais captará novas abordagens e leituras<sup>2</sup> que contribuirão, a par dos testemunhos

---

<sup>2</sup> A este propósito: MONTEIRO, Patrícia (no prelo) – “As pinturas tardo-medievais da Ermida de Nossa Senhora de Entre Águas, em Benavila”. *Callipole*, Revista de Cultura de Vila Viçosa, Câmara Municipal de Vila Viçosa, n.º 26; *idem* (no prelo) – “Evocaciones de la justicia terrena y divina en la pintura mural del Alentejo, entre el final de la Edad Media y el período moderno”. *Juicio y*

arqueológicos, para o estudo e valorização da Capela de Nossa Senhora de Entre Águas.

Março de 2019

## **Bibliografia**

AFONSO, Luís Urbano (2010) – A pintura mural portuguesa entre 1400 e 1550. *Primitivos Portugueses. 1450-1550. O SÉCULO DE Nuno Gonçalves*, Lisboa, MNAA, p. 82-93.

ANTT (1758) - *Memórias Paroquiais. 1758*. Tomo 7, n.º 2, p. 723-728.

CARDOSO, Luís (1751) – *Diccionario geográfico*. Lisboa, Regia Officina Sylvana e da Academia Real, Tomo II.

COSTA, António Carvalho da (1708) – *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal*. Lisboa, Valentim Deslandes, volume 2.

LEAL, Pinho; FERREIRA, Pedro Augusto (1873) – *Portugal antigo e moderno: diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Lisboa, Mattos Moreira & companhia, Volume 1.

LOPES, Jorge (1950) – *Direitos, bens e propriedades da Ordem de Avis nas suas três vilas de Avis, Benavila e Benavente e seus Termos. Tombo feito pelo licenciado Jorge Lopes*. Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, prefácio de José Mendes da Cunha SARAIVA.

MONTEIRO, Patrícia (2013) - *A pintura mural no Norte Alentejo (séculos XVI a XVIII): núcleos temáticos da Serra de S. Mamede*. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2 volumes policopiados.

PEREIRA, João Manuel Esteves Pereira; RODRIGUES, Guilherme (1904) – *Portugal: diccionario historico, chorographico, heraldico,*

---

*Justicia. Arte sacro y profano medieval y moderno*, Barcelona, V Simposio Internacional del Grupo EMAC, Departamento de Historia del Arte, Universitat de Barcelona, 8-11 Maio 2019.

*biographico, bibliographico, numismatico e artístico*. Lisboa, J. Romano Torres, Volume II.

RIBEIRO, Ana (2008) - Uma primeira leitura da Carta Arqueológica de Avis. *Al-madan* adenda electrónica, n.º 16, p. 1-12.

*Idem* (2015) – O povoamento rural romano no concelho de Avis: uma primeira abordagem interpretativa dos dados reunidos no decurso da Carta Arqueológica. *Alberterium*, Revista online de Arqueologia e História do Município de Alter do Chão. Volume II, p. 8-25.

RODRIGUES, Jorge (1993) – *Guia Artístico de Avis*. Câmara Municipal de Avis, Avis.

SALEMA, Sofia; AGUIAR, José (2009) – Cor e esgrafito no Alentejo. *Conservar Património*, Revista da Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal, n.º 9, p. 13-25.

SANTA MARIA, Fr. Agostinho (1718) - *Santuário Mariano e Historia das Imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas (...)*. Lisboa, Antonio Pedrozo Galram, Tomo 6.

TELES, Noel (1940) – *Cartas do Êrmo*. Lisboa, Portugália.

VASCONCELOS, José Leite de (1895) – Notícias várias. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, volume I, p. 222-224.

*Idem* (1917) – Coisas velhas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, volume XXII, p. 107-169.

Ficha de sítio disponível em:

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4563](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4563) (IPA.00004563)

## **Minimizando impactos. Tavira Verde 2012/2014**

Jaquelina Covaneiro<sup>1</sup>

Sandra Cavaco<sup>2</sup>

### **Resumo**

Nas duas últimas décadas a cidade de Tavira tem registado um aumento significativo de intervenções arqueológicas no espaço urbano. Em resultado do incremento da actividade arqueológica o conhecimento sobre a ocupação da colina de Santa Maria, e da cidade em sentido lato, tem crescido exponencialmente.

No presente trabalho pretendemos dar a conhecer os resultados dos trabalhos arqueológicos efectuados pela equipa de arqueologia municipal, no que respeita a instalação de infraestruturas na via pública pela empresa municipal de águas (Tavira Verde).

Os trabalhos reportam-se aos anos de 2012, 2013 e 2014 e possibilitaram, entre outros aspectos, constatar a manutenção do traçado urbanístico nos últimos séculos.

**Palavras-Chave:** Cidade; Salvaguarda; Minimização.

### **Abstract**

In the last two decades the city of Tavira has recorded a significant increase of archaeological interventions in urban space.

As a result of the increase of archaeological activity, knowledge about the occupation of Santa Maria hill, and of the city in a broad sense, has grown exponentially.

In this work we aim to make known the results of the archaeological work carried out by the municipal archeological team, regarding the

---

<sup>1</sup> jcovaneiro@cm-tavira.pt. Câmara Municipal de Tavira

<sup>2</sup> scavaco@cm-tavira.pt. Câmara Municipal de Tavira

installation of infrastructures in the public road by the municipal water company (Tavira Verde).

The works refer to the years 2012, 2013 and 2014 and allowed, among other aspects, to observe the maintenance of the urban layout in the last centuries.

**Keywords:** City; Safeguard; Minimization.

## 1. Enquadramento histórico-arqueológico.

Tavira localiza-se no sul de Portugal, junto à foz do rio Gilão, nas suas margens, ao abrigo da restinga que protege a ria formosa de Faro até Cacela.



Figura 1. Localização de Tavira

Os trabalhos arqueológicos realizados um pouco por toda a cidade, nos últimos 20 anos, têm contribuído para o desvendar do passado histórico-arqueológico da cidade de Tavira.

A ocupação mais antiga desenvolveu-se na colina de Santa Maria, e deverá remontar à Idade do Bronze Final, tendo registado uma ocupação significativa no decurso da primeira metade do primeiro milénio a.C.. Em resultado das intervenções arqueológicas realizadas foram colocadas a descoberto estruturas e espólios, relacionados com o mundo mediterrânico e oriental, que levam a considerar que esta ocupação está relacionada com a colonização fenícia ocidental (Arruda *et al*, 2008).

Até ao momento não foram identificados níveis romanos na colina. Aparentemente ter-se-á registado uma deslocação populacional para um local situado a sul da povoação de Luz de Tavira (Mantas, 2003: 86). Os dados disponíveis indiciam o regresso de populações à colina de Santa Maria, após um abandono de 14 séculos, vindas da antiga *Balsa*, entre os séculos VI e VIII (Mantas, 2003: 93). Contudo, os dados das intervenções arqueológicas realizadas em Tavira não comprovam, até ao momento, esta hipótese.

Os primeiros indícios da ocupação da colina de Santa Maria em época islâmica remontam ao século XI, na face virada a Sul-Sudeste. No decurso dessa ocupação Tavira transforma-se, de uma pequena *qarya* (alcaria), protegida por um pequeno *hisn*, em *mādina* (cidade), em meados do século XII.

Após a conquista cristã, em 1242, a cidade regista um contínuo crescimento urbano verificando-se que, em finais do século XIII, esta ocuparia uma área muralhada de cerca de cinco hectares. No decurso dos séculos XIV, XV e XVI a actividade comercial e marítima registada pelo porto de Tavira traduz-se num acentuado desenvolvimento económico e crescimento urbano.

## **2. A criação do Serviço de Arqueologia Conservação e Restauro**

Os primeiros trabalhos arqueológicos realizados em Tavira datam de 1996 e tiveram lugar na antiga agência do Banco Nacional Ultramarino (BNU), tendo sido dirigidos por Manuel Maia. A realização de outros trabalhos nos anos subsequentes levou à criação da Associação Campo Arqueológico de Tavira (CAT) e, posteriormente, à assinatura de um Protocolo de Colaboração (1999) entre o Instituto Português de Arqueologia, a Câmara Municipal de Tavira e a Associação Campo Arqueológico de Tavira.

De modo a dar cumprimento ao Protocolo de Colaboração, a autarquia procedeu à contratação de um técnico superior de arqueologia, que se veio juntar ao técnico de Conservação e Restauro que aí exercia funções desde 1998. Nesse mesmo ano foi criado o Serviço de Arqueologia, Conservação e Restauro (SACR), encontrando-se inserido na Divisão de Património e Reabilitação Urbana, tendo o mesmo sido extinto em 2010, a equipa integrada no Departamento de Cultura, Património e Turismo e, conseqüentemente, no Museu Municipal de Tavira (Cavaco e Covaneiro, 2015).

A actual equipa é composta por três arqueólogos, uma técnica de Conservação e Restauro, uma técnica de Museografia Arqueológica e uma técnica de Património Cultural – Gestão e Divulgação.

Ao longo dos anos, a equipa de arqueologia desenvolveu as mais diversas actividades, de que se destacam os trabalhos e a divulgação de resultados, bem como o apoio e produção de exposições, sendo ainda de destacar acções realizadas junto da comunidade local (oficinas, visitas orientadas, apoio técnico aos munícipes, etc.).

## **3. A arqueologia em Tavira.**

3.1. O património arqueológico e as problemáticas da arqueologia de salvaguarda.

Tavira, à semelhança de outras cidades portuguesas, regista nas duas últimas décadas um aumento do número de intervenções arqueológicas sendo de referir que estas centram-se, sobretudo, no seu casco urbano. Este facto decorre, entre outros factores, de uma procura crescente do nosso país como destino turístico no mercado internacional.

Assim, a maioria das intervenções arqueológicas realizadas na cidade decorrem de projectos de reabilitação e requalificação de edifícios privados e/ou públicos e de espaços públicos. Estes trabalhos de minimização e de salvaguarda patrimonial estão associados a acções preventivas e de minimização de impactes que são assim potenciados pelo desenvolvimento de projectos públicos e privados.

Os trabalhos arqueológicos acima mencionados decorrem sobretudo em contexto de obra. Este ambiente não proporciona as condições de segurança necessárias de visita ao local por parte do público interessado no património arqueológico e sua salvaguarda. Deste modo, o trabalho arqueológico permanece “escondido”, pouco acessível e, em muitos casos, encarado como força de bloqueio ao desenvolvimento económico e à expansão urbana.

Este incremento no número de trabalhos arqueológicos na cidade de Tavira não se reflecte na produção e divulgação pública do conhecimento. Isto é, os relatórios, quando produzidos e entregues à tutela para arquivo, obedecem a critérios técnicos específicos, de acordo com a legislação em vigor, pouco adequados à divulgação pública.

Deparamo-nos assim com um paradoxo, por um lado, verifica-se a identificação de importantes contextos arqueológicos preservados, por outro lado, a produção científica daí resultante é escassa, já para não dizer inexistente.

Em resultado do aumento das acções arqueológicas verifica-se o aumento do espólio arqueológico recolhido e “armazenado”. Pese embora esteja previsto na legislação em vigor a entrega da

documentação produzida no decurso dos trabalhos de campo e de gabinete aquando do depósito do espólio arqueológico, esta nem sempre ocorre. De igual modo, o estudo, e posterior entrega do espólio nas Reservas do Museu Municipal de Tavira, instituição creditada pela tutela, não é prática corrente entre todos os profissionais da arqueologia.

Por outro lado, constatamos que os espólios entregues apresentam falhas significativas ao nível do estudo, facto que dificulta o conhecimento das realidades histórico-arqueológicas da cidade de Tavira.

Os dados procedentes das intervenções arqueológicas, no caso em apreço, as realizadas no âmbito da arqueologia de salvaguarda em Tavira, não têm contribuído de modo significativo para o conhecimento científico. De igual modo, o seu contributo para o planeamento e gestão territorial, e valorização e divulgação patrimonial é limitado.

3.2. Acompanhamento arqueológico das obras da empresa municipal de águas Tavira Verde: anos 2012, 2013 e 2014.

A equipa de arqueologia municipal tem desenvolvido ao longo dos anos um conjunto significativo de trabalhos arqueológicos, decorrentes, maioritariamente de projectos de reabilitação e requalificação de edifícios (Convento de Nossa Senhora do Carmo, Convento de Nossa Senhora da Graça, Edifício Irene Rolo, Antigo Orfeão, Compromisso Marítimo, entre outros) e/ou espaços públicos (Largo de Santa Ana, Bela Fria...).

No entanto, o processo de reabilitação urbana implica a envolvência de um conjunto diverso de agentes cujos conceitos de valorização do património são díspares. A coexistência entre estes agentes nem sempre é pacífica, pelo que a adopção de uma atitude esclarecida e positiva por parte dos técnicos de arqueologia municipal tem-se revelado fundamental à protecção e valorização do património

arqueológico. Em última instância, cabe ao arqueólogo a salvaguarda da informação arqueológica.

É na sequência dessa necessária valorização do património arqueológico que em 2012 os técnicos da autarquia solicitam autorização, junto da Direcção Geral do Património Cultural, para realizar o acompanhamento arqueológico das obras efectuadas pela empresa de águas municipais, Tavira Verde. Estas localizam-se na via pública e destinam-se a instalar e/ou substituir infraestruturas de águas pluviais e residuais, bem como de ramais de abastecimento de água.

Por forma a salvaguardar os testemunhos arqueológicos, que são património de todos, e possibilitar a identificação de novos bens, solicitou-se, a partir de 2018, autorização para realizar o acompanhamento de obras, a efectuar pelo município na zona histórica de Tavira, que digam respeito a ligações de imóveis ou mobiliário urbano à rede eléctrica ou sistemas de abastecimento de água e saneamento, reparação de infraestruturas de abastecimento de água ou saneamento. Este acompanhamento inclui ainda a envolvente à igreja matriz de Nossa Senhora da Luz, igreja de Nossa Senhora da Conceição e igreja matriz de Santo Estevão.

A possibilidade de se verificar a ocorrência de vestígios arqueológicos durante os trabalhos de acompanhamento, e destes poderem provocar atrasos no prazo de execução da obra, é real, embora, e, pela nossa experiência, a arqueologia não seja a única a quem se possa imputar essa responsabilidade. Em todo este processo o esclarecimento dos intervenientes é fundamental por forma a diminuir possíveis atritos.

De igual modo, aquando da identificação de vestígios preservados, e por forma a “minimizar” o seu impacte sobre o normal decurso da obra, a capacidade de gestão e decisão do arqueólogo é fundamental.

### 3.2.1. Ano de 2012.

No decurso de 2012 os serviços acompanharam a abertura de duas (2) valas destinadas a instalar ramais de águas pluviais e residuais (Covaneiro e Cavaco, 2015).



Figura 2. Vista dos trabalhos na Rua D. Paio Peres Correia n.º 12 a 16.

Os trabalhos realizados não revelaram a presença de níveis ou estruturas arqueológicas preservadas. De igual modo, os materiais cerâmicos reconhecidos apresentam uma cronologia de época contemporânea.

### 3.2.2. Ano de 2013.

No que concerne o ano de 2013 a equipa acompanhou os trabalhos de abertura de valas para a instalação de ramais de abastecimento de água, ramais de saneamento doméstico ou de águas pluviais (9). Destas, cinco referem-se à abertura de valas e as restantes relacionam-se com obras de reparação, substituição ou eliminação de ramais (Covaneiro e Cavaco, 2015).

Os trabalhos de acompanhamento efectuados não revelaram vestígios arqueológicos preservados.

Apenas na vala aberta na Praça da República foi identificado material cerâmico. Este encontra-se muito fragmentado, tendo sido

estabelecido um número mínimo de 28 indivíduos relativo aos 28 fragmentos exumados. Verifica-se a presença de 27 fragmentos de cerâmica comum e um fragmento vidrado, tendo sido contabilizados cinco (5) asas e três (3) bordos.

No conjunto em análise apenas quatro indivíduos apresentam ornamentação, sendo que outros cinco apresentam caneluras (quatro cântaros e um fragmento indeterminado). Está presente a pintura a preto (1) ou a vermelho (1) em dois cântaros, uma estampilha com motivo indeterminado num fragmento de talha e uma tampa com traços incisos.

De um modo geral, o conjunto cerâmico apresenta uma grande coesão cronológica, com materiais com uma evidente cronologia almorávida/almóada. Contudo, a dimensão reduzida da amostra não permite retirar quaisquer conclusões.

As intervenções efectuadas revelaram a presença de contextos revolvidos em resultado da instalação de várias infraestruturas de época contemporânea.



Figura 3. Vista dos trabalhos na Praça da República.

### 3.2.3. Ano de 2014.

No curso do ano de 2014 foram acompanhados 13 trabalhos de abertura de valas para a instalação de ramais de águas pluviais e residuais e ramais de abastecimento de água. Destas, oito respeitaram a abertura de valas e as restantes relacionam-se com obras de reparação, substituição ou eliminação de ramais (Covaneiro e Cavaco, 2015).

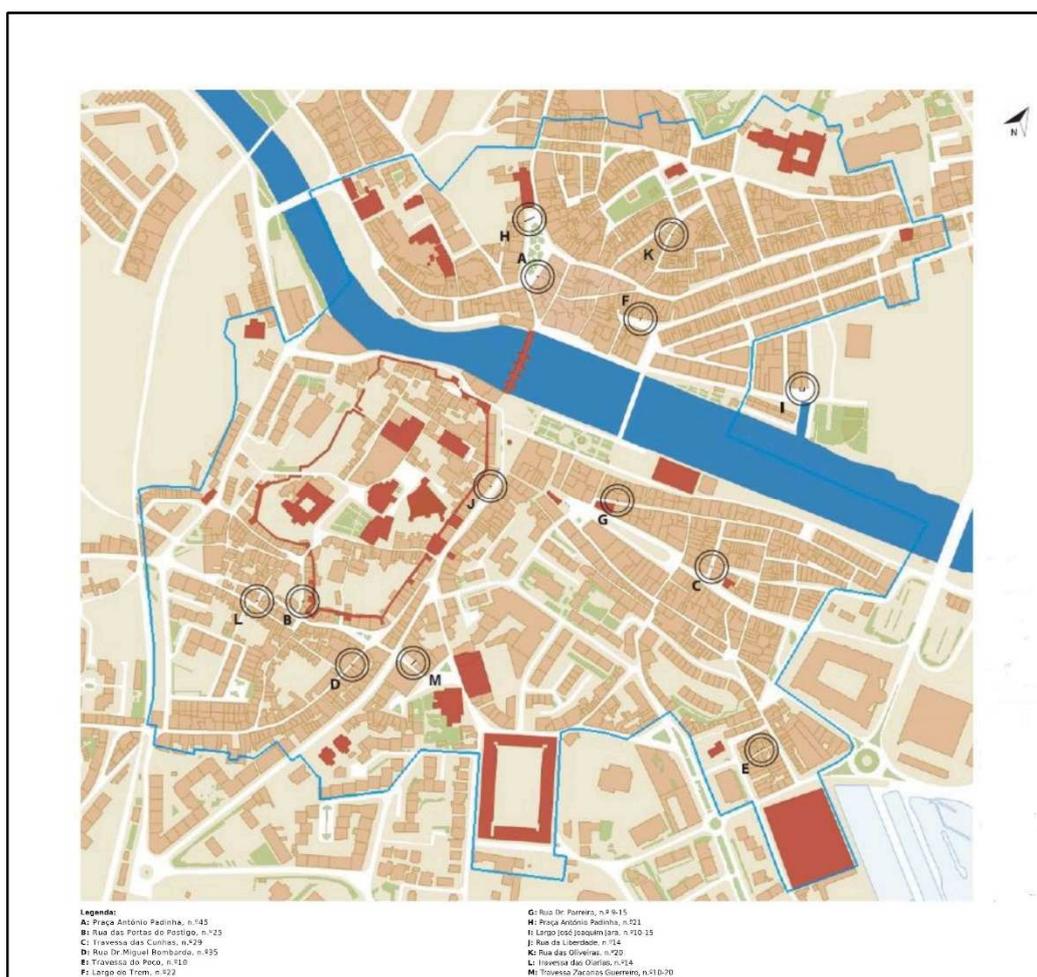


Figura 4. Implantação dos locais alvo de acompanhamento arqueológico (2014).

De entre os trabalhos efectuados, apenas na Praça António Padinha n.º 21 e n.º 45 foram registados contextos arqueológicos preservados. Nos restantes locais registou-se a presença de contextos alterados resultantes de aterros relacionados com a instalação de outras infraestruturas colocadas recentemente.

Na Praça António Padinha n.º 21 foi registada uma estrutura de grandes dimensões, afectada em, pelo menos, dois momentos, um para a instalação de um ramal de rega, e outro por motivo desconhecido.



Fotografia 3. Vista dos trabalhos na Praça António Padinha n.º 21.

A estrutura é composta por pedras calcárias de tamanho diverso, interligadas por argamassa de cal, com uma largura reconhecida de 80cm e 2.50m de comprimento. Não foram identificados materiais arqueológicos associados. No entanto, e tendo em conta as características construtivas, pensamos ser exequível uma cronologia de Época Moderna e/ou Contemporânea.

Após limpeza e respectivo registo efectuou-se a retirada da primeira fiada de pedras, tendo-se de seguida coberto a estrutura com sedimento proveniente da vala. Seguidamente procedeu-se à colocação das tubagens de saneamento.

Na Praça António Padinha n.º 45 foram identificadas várias infraestruturas, colocadas no decurso do século XX, pelo que os

sedimentos se apresentam alterados [00], correspondendo a deposições antrópicas de formação recente. Estes sedimentos cobriam as estruturas arqueológicas aí identificadas, respectivamente um muro (estrutura n.º 3), um pavimento (estrutura n.º 2) e três canalizações (estruturas n.º 1, 4 e 5).

As características e dimensões da estrutura n.º 1 sugerem estarmos na presença de uma canalização pública para águas pluviais, sendo constituída por dois muretes em alvenaria de pedra calcária e argamassa de cal. A cobertura é feita com pedras calcárias de maior dimensão e argamassa de cal.

Tendo em conta as dimensões da canalização (estrutura n.º 1), o tipo de argamassa utilizada e o acabamento grosseiro das paredes interiores, avançamos a hipótese de ter sido construída em Época Contemporânea.

No extremo sul da vala foi identificado um muro (estrutura n.º 3), em alvenaria de pedra calcária e argamassa de cal, que se sobrepõe a um pavimento (estrutura n.º 2) constituído em argamassa de cal. Ambas as estruturas evidenciavam vestígios de destruição, não tendo sido possível determinar o momento em que ocorreu.

Dado que não se procedeu à escavação do muro (estrutura n.º 3) e das canalizações (estruturas n.º 4 e 5) não foi possível determinar as inter-relações físicas entre cada uma das estruturas em análise. De igual modo, não foi exequível determinar o carácter público e/ou privado das estruturas de condução de águas, bem como o momento de fundação das mesmas.

Após a conclusão dos trabalhos arqueológicos, procedeu-se ao desmonte parcial da canalização [01] e à protecção de todas as outras estruturas mediante a utilização de pó de pedra e geotêxtil. Posteriormente, e após a colocação das infraestruturas, recorreu-se ao enchimento da vala com terra proveniente da abertura da mesma.

No que compreende os materiais cerâmicos verifica-se que estes se encontram muito fragmentados tendo sido estabelecido um

número mínimo de nove indivíduos relativo aos dez fragmentos exumados. Verifica-se a presença de sete fragmentos de cerâmica comum e três fragmentos vidrados, tendo sido contabilizados dois bordos e um fundo.

O conjunto cerâmico em análise apresenta pouca diversidade nas soluções escolhidas pelo oleiro como acabamento das peças, estando presentes o engobe/aguada e o vidrado monocromático verde. O engobe/aguada pode observar-se na superfície interna de sete exemplares e na superfície externa de 10 exemplares, enquanto o vidrado monocromático está presente na superfície interna de três fragmentos e na superfície externa de um único fragmento.

No conjunto em análise apenas dois indivíduos apresentam ornamentação, a qual consiste numa simples incisão.

As cerâmicas analisadas apresentam uma grande coesão cronológica, com materiais com uma evidente cronologia medieval/moderna.

#### **4. Algumas considerações**

Os trabalhos de minimização e de salvaguarda patrimonial levados a cabo no âmbito das obras realizadas pela Tavira Verde na via pública possibilitaram reconhecer a presença de aterros afectados pela instalação de diversas infraestruturas (águas, electricidade, gás, fibra óptica, entre outras). A colocação dessas infraestruturas terá produzido um impacto profundo no subsolo, desconhecendo-se, na maioria dos casos o momento da afectação ou o impacto provável sobre o património arqueológico. Dos locais intervencionados apenas foram registados vestígios arqueológicos preservados em dois deles.

As intervenções arqueológicas realizaram-se um pouco por todo o centro histórico da cidade e, pese embora a reduzida área intervencionada, os elementos recolhidos permitem considerar a

continuidade do traçado viário urbano da cidade de Tavira nos últimos séculos.

Embora os dados resultantes destes trabalhos não sejam relevantes são, igualmente, necessários para a (re)construção de um património que é colectivo. A sua valoração é relevante, quer para a gestão e planeamento do território, quer para a construção da memória e identidades das comunidades.

A divulgação pública da informação obtida a partir de trabalhos arqueológicos é para nós essencial, pois a sua publicação possibilita a sua fruição pelo público em geral. Para nós esta é a única forma de salvaguardar e valorizar o património arqueológico.

## **5. Bibliografia**

ARRUDA, Ana Margarida; COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra (2008) - A necrópole da Idade do Ferro do Convento da Graça, Tavira. *Xelb.* 8: I. p. 117-135.

CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaquelina (2015) – 150 anos de investigação arqueológica em Tavira. *Memória e Futuro*. Tavira. Câmara Municipal de Tavira. p. 16-32.

COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra (2015) – *Relatório Final. Acompanhamento Arqueológico de Infra-estruturas de Águas e Saneamento de Tavira: Tavira Verde (2014)*.

COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra (2015) – *Relatório Final. Acompanhamento Arqueológico de Valas de Águas Pluviais e Residuais no Centro Histórico de Tavira (2013)*.

COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra (2015) – *Relatório Final. Acompanhamento Arqueológico de Valas de Águas Pluviais e Residuais no Centro Histórico de Tavira (2012)*.

MANTAS, Vasco (2003) - A cidade de Balsa. *Tavira Território e Poder*. Lisboa. Câmara Municipal de Tavira. IPM. Museu Nacional de Arqueologia. p. 85-94.

# **ESTRATÉGIAS DE RECUPERAÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO DE VOUZELA (VISEU, PORTUGAL) APÓS OS INCÊNDIOS FLORESTAIS DE OUTUBRO DE 2017**

Manuel Luís Real (1)  
António Faustino Carvalho (2)  
Catarina Tente (3)  
Daniel de Melo Branco (4)  
Luís André Pereira (5)  
Pedro Sobral de Carvalho (6)  
Tiago Ramos (7)

## **Resumo**

O projeto de investigação do património histórico-arqueológico de Vouzela (2016-2019) previa a prospeção do território, apesar de a densa cobertura florestal limitar severamente a sua realização. Porém, os trágicos incêndios de 15 de outubro de 2017 permitiram a abordagem extensiva das áreas ardidas (73% do território), o que resultou num aumento exponencial do número de registos em todas as categorias. Em termos da sua salvaguarda, implementaram-se medidas integradas no terreno (sinalização de sítios, contactos com proprietários, acompanhamento e fiscalização de trabalhos silvícolas, definição de áreas de não reflorestação, e ações de divulgação e sensibilização junto das populações locais) e em gabinete (inventário sistemático de ocorrências e definição de áreas de proteção georreferenciadas).

---

<sup>1</sup> CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória" / Universidade do Porto; IEM - Instituto de Estudos Medievais / Universidade Nova de Lisboa. E-mail: manuelluisreal@gmail.com

<sup>2</sup> CEAACP - Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património / Universidade do Algarve / E-mail: afcarva@ualg.pt / Autor para correspondência.

<sup>3</sup> IEM - Instituto de Estudos Medievais / Universidade Nova de Lisboa / E-mail: catarina.tente@gmail.com

<sup>4</sup> Câmara Municipal de Vouzela / E-mail: dmelobranco@gmail.com

<sup>5</sup> Câmara Municipal de Vouzela / E-mail: saturno\_lp@live.com.pt

<sup>6</sup> EON - Indústrias Criativas, Lda. / E-mail: pedrosobraldecarvalho@eonic.pt

<sup>7</sup> IEM - Instituto de Estudos Medievais / Universidade Nova de Lisboa / E-mail: tiagopinheiroamos@gmail.com

**Palavras-chave:** Património histórico-arqueológico; Vouzela; incêndios florestais; salvaguarda.

**Abstract:**

The research project on the historical-archaeological heritage of Vouzela (2016-2019) aimed at the survey of the territory, although this was severely limited by the dense forest cover. However, the tragic forest fires of October 15<sup>th</sup> 2017 allowed a more extensive approach to the burnt areas (73% of the territory) to be carried out. This resulted in an exponential increase in the number of sites in all categories. In terms of safeguarding, integrated measures have been implemented both in the field (site signalling, contacts with owners, monitoring and surveillance of forestry works, definition of non-reforestation areas, outreach and awareness-raising actions among local populations) and in the municipality's services (systematic inventories and definition of georeferenced protection areas).

**Key-words:** Historical-archaeological heritage; Vouzela; forest fires; safeguard.

## **1. Introdução: o projeto de investigação “Lafões”**

A região histórica de Lafões, cuja origem remonta à Idade Média, ocupa o médio curso do Rio Vouga, encaixada entre o Maciço da Gralheira e a Serra do Caramulo. A coerência histórica, mais do que geográfica, deste território é visível no facto de se ter configurado como município até à reforma administrativa definida pelo Decreto de 6 de novembro de 1836. Com a reorganização territorial saída desta lei, o concelho de Lafões foi extinto e deu lugar aos atuais municípios de S. Pedro do Sul, Oliveira de Frades e Vouzela. O património histórico-arqueológico deste espaço é, assim, testemunho de um percurso histórico e de uma identidade regional singulares, tal como aliás foi desde cedo apontado pelo pioneiro destes estudos na região,

o geógrafo A. de Amorim Girão (1921).

É o estudo destes elementos que se tem vindo a realizar nos últimos anos no concelho de Vouzela, através de um projeto de investigação solicitado pela autarquia e inteiramente suportado pela mesma, o Projeto Lafões (Real *et al.*, 2017). O objetivo principal desse Projeto é, pois, a realização de estudos prévios conducentes à elaboração subsequente de um programa de valorização do conjunto do património histórico-arqueológico concelhio. Estes estudos, que decorrem desde 2016 e terminarão em 2019, abrangem a totalidade do território vouzelense e encontram-se estruturados em quatro eixos de investigação fundamentais — levantamento toponímico e documental, prospeção arqueológica, estudo de materiais de escavações arqueológicas antigas, e escavação de sítios selecionados para o efeito — que produzirão os conhecimentos científicos necessários. Como resultado final, obter-se-ão não apenas as bases programáticas do referido projeto de valorização (que se constitui, portanto, como o seu maior *output*), mas também um inventário detalhado do património vouzelense, permitindo a atualização e aprofundamento da carta arqueológica já existente com dados inéditos e outros que se encontram por ora dispersos.

O presente trabalho apresenta as opções metodológicas subjacentes aos trabalhos de prospeção arqueológica (as inicialmente previstas e as que visaram a sua adaptação à realidade de terreno resultante dos incêndios florestais de 2017), uma síntese dos resultados obtidos até ao momento com estes trabalhos, e as medidas de proteção implementadas na sequência daqueles incêndios.

## **2. O impacto do incêndio de outubro de 2017 nos trabalhos de prospeção arqueológica: estratégias e primeiros resultados**

Como referido acima, o Projeto Lafões visa principalmente a sistematização da informação histórico-arqueológica do concelho de

Vouzela e a obtenção de novos dados que permitam colmatar algumas das lacunas de conhecimento mais salientes. Entre os diversos eixos estruturantes do Projeto, que se constituem como os objetivos principais do mesmo, previa-se a realização de ações de prospeção arqueológica direcionada para pontos-chave do território (ver acima), fosse pelas suas características geomorfológicas, fosse pela existência de outros indicadores da potencial presença de vestígios do seu passado. O recurso a elementos toponímicos contidos na documentação escrita ou a informações orais recolhidas em entrevistas às populações locais são os melhores exemplos destes indicadores.

Esta opção de se proceder preferencialmente a prospeção orientada derivava, em grande medida, da própria configuração do território lafonense e, em particular, do espaço pertencente a Vouzela. Com efeito, este município ocupa os setores norte e noroeste da Serra do Caramulo, onde se desenvolvem cumeadas e plataformas graníticas elevadas (os “granitos de Lafões”), que atingem cerca de 1050 m acima do nível do mar, rodeadas por extensas vertentes, por vezes muito abruptas nos flancos virados para os planaltos centrais da Beira Alta. Portanto, os vales adjacentes, correspondentes ao médio curso do Vouga e seus tributários da margem esquerda, são frequentemente muito encaixados. Este quadro físico resulta, em suma, numa paisagem muito contrastante em orografia e altitude, e numa rede viária tradicional de configuração muito complexa. Porém, o principal obstáculo a uma prospeção de tipo extensivo era a densa cobertura vegetal, arbórea e sobretudo arbustiva, que caracterizava a região e impossibilitava a visualização do solo ou mesmo a própria progressão no terreno.

Assim, em 2016 e 2017 fizeram-se visitas de reconhecimento ao território e iniciaram-se, no segundo daqueles anos, as ações de prospeção sistemática seguindo os princípios metodológicos referidos acima. Deste modo, até final do Verão de 2017, a prospeção arqueológica havia sido dirigida para a relocalização de sítios já

referenciados na bibliografia, verificação de elementos obtidos através da toponímia e informações orais, e avaliação das condições de conservação que os sítios arqueológicos assim (re)visitados apresentavam. Esta estratégia tinha, ainda assim, permitido elencar um número significativo de sítios inéditos ou até então deficientemente assinalados.

Porém, o devastador incêndio de 15 de outubro de 2017, não só consumiu cerca de 85% da área florestal e mais de 70% do território do concelho (Fig. 1), como atingiu algumas infraestruturas de sinalização de elementos do património já objeto de ações de valorização anteriores (Fig. 2). Por outro lado, a eliminação das giestas e do mato rasteiro permitiu a obtenção de condições de visibilidade do solo verdadeiramente excepcionais e seguramente únicas em todo o historial de investigação arqueológica na região (Fig. 3).

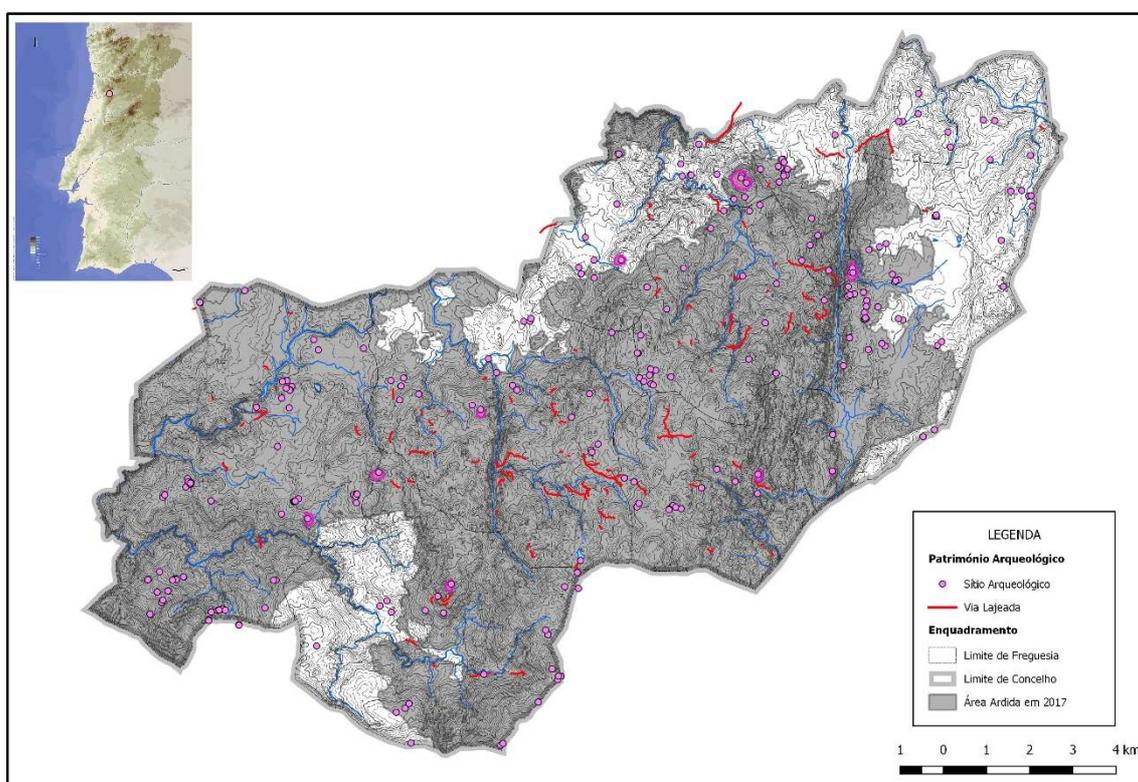


Figura 1. Mapa do município de Vouzela com indicação da área ardida em 2017 e da dispersão das ocorrências arqueológicas (dados de março de 2019).



Figura 2. Impacto dos incêndios de 2017 sobre infraestruturas de apoio aos elementos de património arqueológico, neste caso da anta da Lapa da Meruje.



Figura 3. Aspeto da área envolvente da anta da Lapa da Meruje antes (julho de 2016) e após (janeiro de 2018) os incêndios de outubro de 2017.

Estas novas condições de prospeção permitiram muito rapidamente o aumento exponencial do número de sítios inéditos. Por exemplo, o reconhecimento de monumentos tumulares pré e proto-históricos, alguns deles de evidência muito ténue no terreno, ganhou condições de visibilidade ímpares (Carvalho e Carvalho, 2018), o mesmo podendo ser dito a respeito, por exemplo, do reconhecimento de caminhos vicinais ou outras estruturas agrárias tradicionais até aqui camufladas pela vegetação. Nalguns casos em que já estávamos em busca de sítios arqueológicos e que foram visitados sem o mínimo sucesso, atendendo à mata impenetrável que os cobria, foi agora possível encontrar estruturas testemunhais daquilo que se procurava.

Esta inversão nas estratégias e na metodologia de prospeção, agora de tipo extensivo e aplicada a todo o território e não apenas direcionada em função de critérios apriorísticos, foi tomada imediatamente após os incêndios e passou também pelo aumento do número de investigadores da equipa. Este aumento visou aumentar a nossa capacidade de resposta a três níveis: a realização de trabalho de campo de forma continuada; a consignação a esta ação de um maior volume de tempo; e o desdobramento da equipa de prospeção em duas vertentes (uma para o reconhecimento de realidades pré-históricas e outra para épocas históricas).

A celeridade com que o coberto vegetal se começou a regenerar e a quase imediata movimentação de máquinas, para corte de árvores e replantação florestal, muitas vezes fora de controlo, viriam a dar razão à estratégia seguida.

Há que referir, porém, que uma parte do concelho se apresentava já com o subsolo extremamente revolvido, devido à intensa pesquisa de volfrâmio de que foi alvo ao longo de quase uma centúria. Tal circunstância conduziu ao revolvimento de inúmeros sítios arqueológicos, dos quais apenas hoje restam a memória ou poucas evidências. Com a mecanização da agricultura e, sobretudo, com a entrada de potentes máquinas de arrasto na gestão da floresta, as

destruições têm prosseguido, o que está a causar grande alarme à autarquia, que se vê impotente perante a descoordenação que existe entre as várias entidades que têm por missão o ordenamento do território, a inspeção da floresta, a manutenção dos caminhos vicinais e a defesa do património.

Está presentemente em curso de elaboração o balanço dos dados quantitativos resultantes dos trabalhos de prospeção de 2017 e 2018 por categoria de sítio, uma vez que a própria prospeção tem contribuído para o reconhecimento de ocorrências até agora inéditas na área de Vouzela, ou das quais não se havia feito registo sistemático. Entre a primeira situação contam-se locais de ocupação pré-histórica, de que é exemplo a Casa dos Mouros do Vale da Redonda (freguesia de Queirã), uma gruta-abrigo que, sondada em 2017, revelou vestígios da sua utilização temporária no período neolítico. O mesmo pode ser dito no respeitante à Proto-História, período para o qual se conheciam já importantes povoados fortificados (Girão, 1921; Marques, 1999). Os recentes trabalhos de prospeção permitiram verificar que locais abertos — isto é, aparentemente sem estruturas defensivas de qualquer tipo — também existiram neste período e cuja correlação com aqueles povoados deverá ser estudada no futuro. Um tipo de estrutura de que não se dispunha de registo sistemático, conquanto abundante na área, eram as calçadas (por exemplo, note-se que estão ausentes da base de dados Endovélico). Porém, hoje conta-se com um número total de 81 ocorrências correspondentes a troços de calçadas de diversas cronologias, alguns remontando mesmo à época romana.

Porém, os resultados mais espetaculares, permitidos pela libertação dos solos de toda a vegetação rasteira, tiveram a ver com as tumulações pré e proto-históricas — isto é, estruturas de tipo mamoa — que se apresentam, a maior parte das vezes, de reduzida expressão topográfica e praticamente soterradas pelos sedimentos envolventes. Com efeito, na base de dados Endovélico, em vários estudos de impacte ambiental e na abundante bibliografia arqueológica

sobre o tema (p. ex., Girão, 1921; Leisner, 1998), podia-se contabilizar, à data de início dos nossos trabalhos, 44 ocorrências singulares (por vezes aglomeradas em necrópoles constituídas por duas ou mais mamoadas). Os trabalhos levados a cabo após os incêndios permitiram relocalizar alguns monumentos que se julgava desaparecidos e identificar o impressionante número de 77 mamoadas inéditas, correspondendo esta cifra a 64% dos exemplares hoje registados e significando, portanto, um aumento para mais do dobro do inventário disponível antes do arranque do Projeto (Carvalho e Carvalho, 2018).

### **3. Medidas de salvaguarda**

Para além do inventário sistemático de sítios e de achados arqueológicos (tanto nos competentes serviços da autarquia como junto da tutela através dos relatórios anuais de progresso do Projeto), foi também colocado em prática um conjunto alargado de formas de proteção das ocorrências que se têm vindo a identificar e registar. Assim, a definição de áreas de proteção georreferenciadas para gestão e planeamento territorial por parte dos serviços municipais foi, sempre que se revelava pertinente a outros níveis, acompanhada de um leque de medidas adicionais, que poderão ser descritas como segue.

- Sinalização de sítios arqueológicos através de faixa sinalizadora com o logotipo da Câmara Municipal de Vouzela (Fig. 4). Muito em particular, esta sinalização visa impedir o atravessamento de maquinaria pesada, usada em trabalhos de silvicultura, por áreas onde a preservação de vestígios arqueológicos, designadamente aqueles menos visíveis, poderia ser ameaçada por estas atividades.
- Contacto com os proprietários ou usufrutuários dos terrenos onde se localizem os sítios. Esta medida visa muito diretamente o alerta prévio dos proprietários acerca dos bens

patrimoniais efetivamente existentes nos seus terrenos, por forma a consciencializá-los acerca das medidas que deverão adotar para evitar a sua destruição ou dano.

- Acompanhamento/fiscalização dos trabalhos de abate de árvores e de abertura de estradões de acesso aos terrenos. Este objetivo é levado a cabo não apenas pela equipa camarária que colabora com o Projeto, mas também pelos respetivos fiscais do município. Como se pode imaginar, esta ação, que deve ser seguida indefinidamente, foi no entanto particularmente vital nos meses que se seguiram ao incêndio, uma vez que os trabalhos de recolha da madeira queimada e a reflorestação de algumas parcelas ardidadas tiveram início quase imediatamente.

- Definição das áreas de não reflorestação para os sítios arqueológicos mais suscetíveis de destruição em caso de alteração do subsolo.

- Ações de divulgação e sensibilização do património inventariado junto das populações locais, próximas dos sítios arqueológicos. O objetivo desta medida é a chamada de atenção acerca da presença destes locais de interesse patrimonial, a qual contou com a intervenção dos presidentes de juntas de freguesia e, por vezes também, com a presença do próprio presidente da câmara. Cremos ser esta uma das medidas mais eficazes para a preservação das ocorrências arqueológicas detetadas, ainda que se deva reconhecer que o abandono progressivo de algumas das áreas mais interiores do município dificulta de alguma forma o seu impacto positivo. Deve referir-se que a sensibilização das populações locais se têm vindo a materializar também em ações de carácter mais pontual. São exemplo a mobilização de voluntários para a limpeza da via romana entre as Caldas de Lafões e Vouzela, que teve lugar a 17 de novembro de 2018 (Fig. 5).

- Ações de divulgação no meio científico. Paralelamente às ações especificamente voltadas para a população do concelho e outros

agentes locais, tem-se procedido igualmente à divulgação dos resultados do Projeto junto da comunidade científica. Até ao momento, e para além da presença neste encontro científico, foram já apresentadas comunicações ao “II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses”, realizado em Lisboa em novembro de 2017 (Real *et al.*, 2017), e ao congresso internacional “De Gibraltar aos Pirenéus: Megalitismo, vida e morte na fachada atlântica peninsular”, que ocorreu em Nelas em novembro de 2018 (Carvalho, 2018; Carvalho e Carvalho, 2018; Carvalho *et al.*, 2018).



Figura 4. Modelo de cartaz sinalizador da presença de património arqueológico em áreas ardidas.



Figura 5. Imagem dos trabalhos voluntários de limpeza da calçada romana entre Valgode e Caldas de Lafões (17 de novembro de 2018).

#### **4. Conclusões e perspectivas de futuro**

À data de redação do presente texto, continuam em curso, e prevê-se que prossigam, todas as ações acima enumeradas. Porém, um duplo aspeto estrutural, em termos de disponibilização de meios humanos e materiais para o desempenho adequado de todo este conjunto de ações, será a criação formal a breve trecho de um corpo técnico no quadro permanente do município para assegurar o acompanhamento daquelas medidas, e a adaptação de um grande armazém camarário para centro de recursos do património histórico-arqueológico de Vouzela, onde será instalado um Gabinete de Arqueologia com espaços próprios para armazenamento de materiais e seu tratamento.

No quadro destas medidas internas por parte do Município de Vouzela, irá promover-se também a realização das “I Jornadas de Arqueologia de Vouzela-Lafões”, calendarizadas para novembro do

presente ano, e onde se procurará reunir os investigadores participantes deste Projeto e outros que, trabalhando presentemente na região, poderão aportar contribuições relevantes para o conhecimento das realidades locais. A publicação de uma versão atualizada e desenvolvida da Carta Arqueológica de Vouzela, que se prevê para 2020, fornecerá uma base de dados incontornável para a valorização e proteção do património histórico-arqueológico vouzelense, seja por parte do próprio município, seja por terceiros.

Uma vertente menos formal daquele conjunto de ações foi o contacto com a população local. Esta ação em particular gerou um “passa-a-palavra” que começa a manifestar-se numa tendência inversa à que tinha vindo a ter lugar: é agora a população local que aborda os membros do Projeto e os técnicos camarários com indicações de possíveis vestígios arqueológicos. Crê-se que este movimento, que representa um salto qualitativo importante na consciencialização das populações locais, possa ganhar maior fôlego com a realização futura de ações e atividades com a comunidade infanto-juvenil focando o património local e a sua proteção, envolvendo os técnicos municipais, serviços educativos e a comunidade escolar. Do mesmo modo, a visita do Presidente da República, conquanto a propósito do reordenamento florestal do município (Fig. 6), serviu também para a sensibilização tanto do património natural como cultural, que devem ser abordados conjuntamente.



Figura 6. Visita do Presidente da República (ao centro da imagem, acompanhado do Presidente do Município de Vouzela) e do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas (à direita da imagem) para sensibilização sobre o reordenamento florestal (16 de outubro de 2018).

Espera-se que o programa de valorização de conjunto do património histórico-arqueológico concelhio, que se tenciona levar a cabo após o termo do presente Projeto, possa constituir-se como a materialização definitiva de todas estas ambições.

### **Nota final**

No contexto da estratégia colocada no terreno para responder adequada e rapidamente ao rastreio e defesa do património histórico-arqueológico municipal deve ser salientado a sensibilidade e o invulgar empenho do Presidente do Município de Vouzela, o Sr. Eng.º Rui Ladeira, sem o qual não teria sido possível obter o necessário apoio logístico e operacionalizar o conjunto de medidas tomadas.

## Referências

- CARVALHO, António Faustino (2018) - Anta da Lapa da Meruje (Vouzela, Portugal). Resultados preliminares dos trabalhos em curso. In SENNA-MARTÍNEZ, J. C; DINIZ, M; CARVALHO, A. F., eds. - *De Gibraltar aos Pirenéus. Megalitismo, vida e morte na fachada atlântica peninsular*. Nelas: Fundação Lapa do Lobo, p. 201-216.
- CARVALHO, António Faustino; PEREIRA, Telmo; GIBAJA, Juan Francisco (2018) - Proveniências e utilização do sílex no megalitismo de Lafões (Viseu, Portugal). Primeira abordagem a partir dos conjuntos dos dólmens da Lapa da Meruje e de Antelas. In SENNA-MARTÍNEZ, J. C; DINIZ, M; CARVALHO, A. F., eds. - *De Gibraltar aos Pirenéus. Megalitismo, vida e morte na fachada atlântica peninsular*. Nelas: Fundação Lapa do Lobo, p. 217-232.
- CARVALHO, Pedro Sobral de; CARVALHO, António Faustino (2018) - Para uma recuperação do megalitismo de Lafões (Viseu, Portugal). O concelho de Vouzela enquanto *case-study*. In SENNA-MARTÍNEZ, J. C; DINIZ, M; CARVALHO, A. F., eds. - *De Gibraltar aos Pirenéus. Megalitismo, vida e morte na fachada atlântica peninsular*. Nelas: Fundação Lapa do Lobo, p. 37-50.
- GIRÃO, Aristides de Amorim (1921) - *Antiguidades pré-históricas de Lafões. Contribuição para o estudo da arqueologia portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- LEISNER, Vera (1998) - *Die megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Die Westen*. Berlin: Walter de Gruyter.
- MARQUES, Jorge Adolfo M. (1999) - *Carta Arqueológica do Concelho de Vouzela*. Vouzela: Câmara Municipal de Vouzela.
- REAL, Manuel Luís; CARVALHO, António Faustino; TENTE, Catarina (2017) - Projeto de estudo do património histórico-arqueológico de Vouzela (Viseu): objetivos e primeiros resultados. *II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Arqueologia em Portugal. 2017: Estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 113-123.



# **BALANÇO DOS INCÊNDIOS 2017: Região de Lisboa e Vale do Tejo**

Filipa Bragança<sup>88</sup>  
Gertrudes Zambujo<sup>89</sup>  
Sandra Lourenço<sup>90</sup>

## **Resumo**

Apresentam-se os resultados da monitorização dos sítios arqueológicos localizados na região de Lisboa e Vale do Tejo, afetados pelos grandes incêndios ocorridos entre Junho e Outubro de 2017, que causaram uma situação de calamidade e afetação do território nacional atípico, e à qual o património arqueológico não ficou a salvo.

Após uma primeira fase, de trabalho de gabinete com a preparação da informação cartográfica e documental, seguiu-se a visita aos sítios arqueológicos, efetuando-se um diagnóstico e avaliação dos impactes diretos e indiretos dos incêndios sobre o Património Arqueológico inventariado, e, preconização de medidas de salvaguarda.

**Palavras-chave:** Incêndios florestais; património arqueológico; avaliação de impactes; salvaguarda.

## **Abstract**

This paper presents the monitoring results of archaeological sites located in the region of Lisbon and Vale do Tejo that were affected by the forest fires that occurred between June and October 2017, resulting in a national calamity situation and endangered heritage sites. After the first phase of cabinet work, consisting in the preparation of cartographic charts and documentation review, field visits were made to the archaeological sites to diagnose and evaluate the direct and indirect impacts of the fires in order to propose safeguard measures to protect the inventoried Archaeological Heritage.

---

<sup>88</sup> fbraganca@dgpc.pt – Inventário de Arqueologia da DGPC

<sup>89</sup> gzambujo@dgpc.pt – Extensão Territorial de Torres Novas da DGPC

<sup>90</sup> slourenco@dgpc.pt – Extensão Territorial de Torres Novas da DGPC

**Keywords:** Forest fire; archaeological heritage; impact assessment; safeguarding.

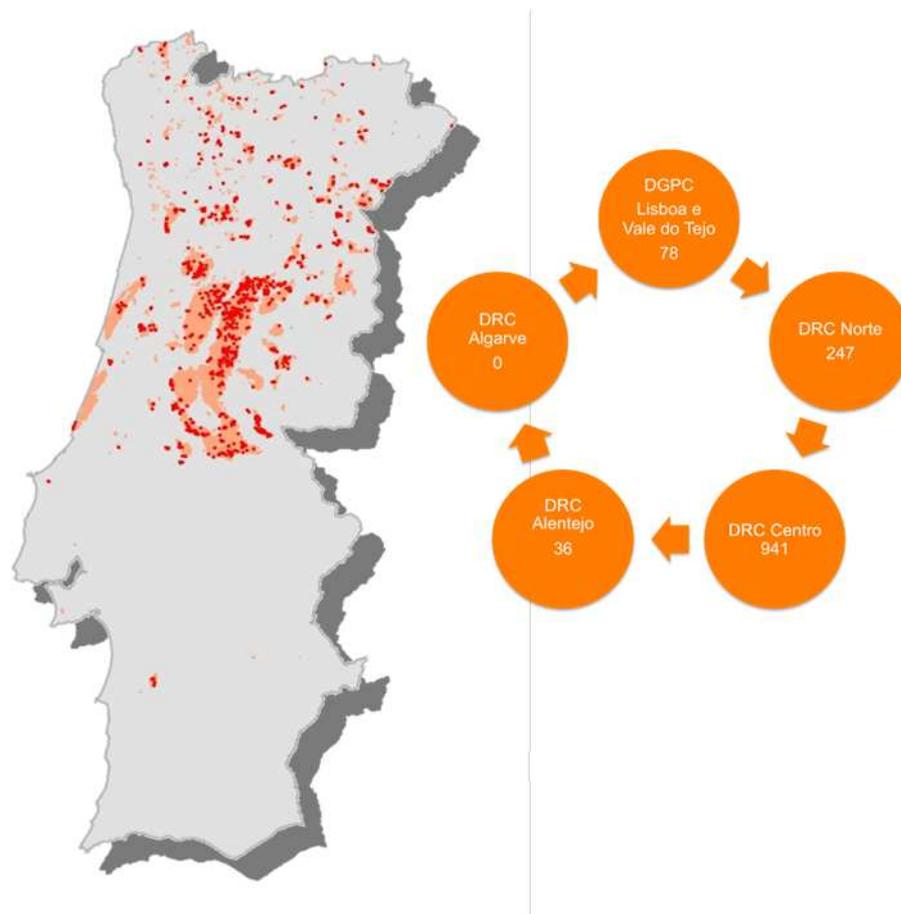


Figura 1 – Sobreposição da distribuição das áreas queimadas com os sítios arqueológicos potencialmente afetados pelos incêndios de 2017.

Este trabalho de monitorização surgiu no decurso da situação de calamidade gerada pelos incêndios florestais ocorridos entre junho e outubro de 2017 que originaram um quadro de afetação do território nacional atípico, nem mesmo comparável com os ocorridos em 2003 (CANINAS *et al*, 2008) (CRUZ *et al*, 2006). Tornou-se assim emergente

a necessidade de proceder ao levantamento do impacte que estes incêndios tiveram sobre o património arqueológico.

Esta ação teve como principais **objetivos** ao nível do Património Arqueológico:

- o diagnóstico e avaliação de impactes diretos e indiretos dos incêndios;
- a descrição do estado atual dos sítios, o seu estado de conservação e os danos causados pelos incêndios;
- identificação de potenciais riscos no âmbito dos trabalhos de limpeza, ordenamento e reflorestação.
- deteção de novos sítios nas áreas ardidas;
- propostas de medidas de salvaguarda.

O presente trabalho de levantamento incidiu exclusivamente obre a área de Lisboa e Vale do Tejo, área de atuação da Direção Geral do Património Arqueológico – DGPC, do qual resultou a elaboração de um relatório técnico-científico apresentado à Tutela (BRAGANÇA *et al*, 2018). Refira-se ainda que foi excluído do presente trabalho de campo a área de Mação uma vez que foi alvo de um reconhecimento no terreno específico, levado a cabo pelo Instituto Terra e Memória - Centro de Estudos Superiores de Mação (GARCÊS, *et al*, 2017).

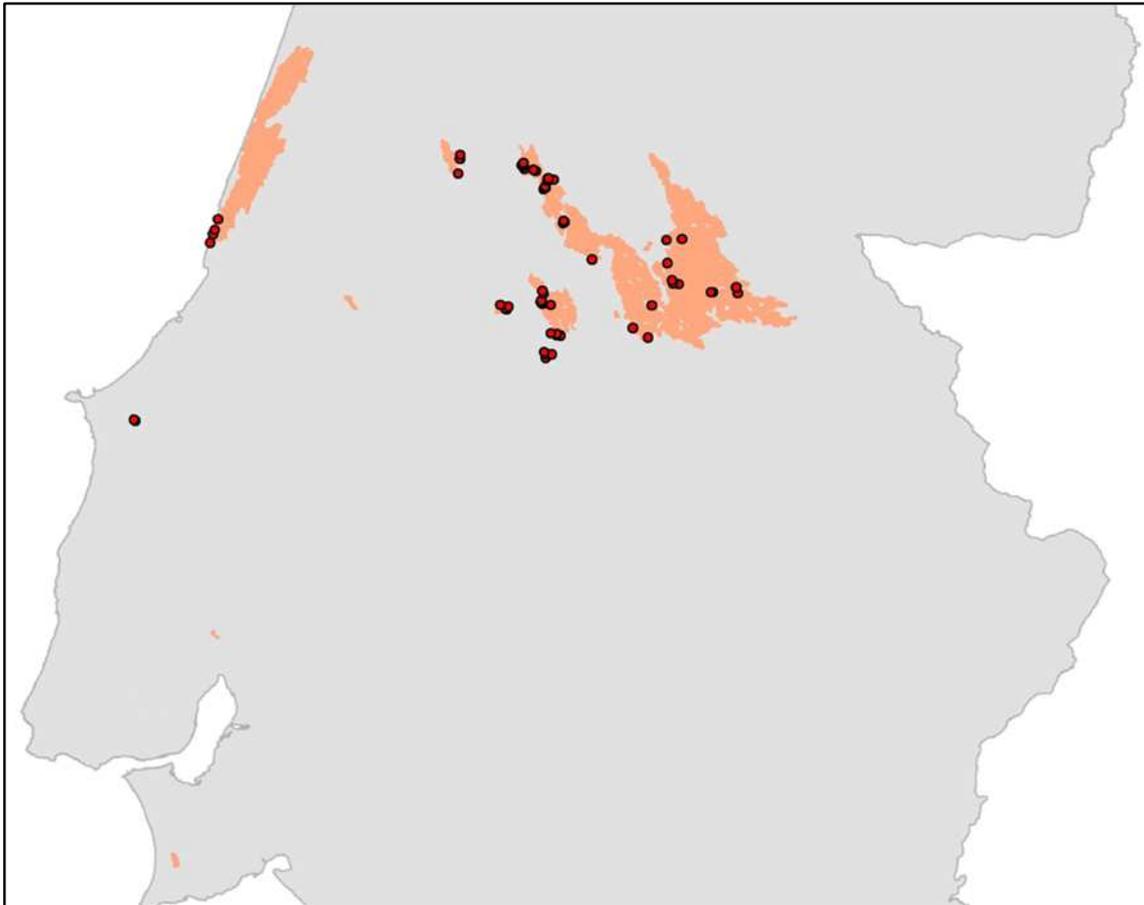


Figura 2 - Sobreposição da mancha de áreas ardidas e dos sítios arqueológicos potencialmente afetados na área de Lisboa e Vale do Tejo.

A nível **metodológico** procedeu-se:

- ao cruzamento do *shapefile* das áreas ardidas, disponibilizado pelo ICNF (estes dados, à data, não correspondiam a uma avaliação real da dimensão das afetações, uma vez que não contemplavam áreas inferiores a 10ha) com o *shapefile* dos sítios arqueológicos da DGPC;
- à elaboração de cartografia com a inclusão das áreas ardidas e a implantação dos sítios arqueológicos tendo por base as CMP;
- à criação de uma ficha tipo de monitorização dos sítios, à consulta das cartas arqueológicas dos municípios (BATATA, 1997), (BATATA *et al*, 2006), (PEREIRA, 2006), (SILVA *et al*, 2009) e ao contato com os arqueólogos das autarquias e investigadores com projetos nas área afetadas.

Os resultados obtidos com os trabalhos realizados encontram-se vertidos na Tabela 1, que sintetiza a avaliação do impacto dos incêndios nos sítios arqueológicos da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Concelhos	Levantamento Inicial <sup>1)</sup>	Sítios Potencialmente em Risco		Novos Sítios	Localização no Terreno		Grau de afetação de área ardida		
		Relocalizados	Não Relocalizados		Área Ardida	Área Não Ardida	Total	Parcial	Não Afetado
<b>Óbidos</b>	8	8	-	-	8	-	7	-	1
<b>Tomar</b>	4	1	3	1?	1	1	1	-	-
<b>Ourém</b>	4	2	2	-	2	-	2	-	-
<b>Abrantes</b>	14	14	-	-	10	4	10	-	-
<b>Ferreira do Zêzere</b>	22	9	13	1	6	4	4	2	-
<b>Alcobaça</b>	3	3	1	-	3	-	2	-	1
<b>Caldas da Rainha</b>	1	1	-	-	1	-	-	1	-
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>38</b>	<b>19</b>	<b>2</b>	<b>31</b>	<b>9</b>	<b>26</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
<b>Mação</b>	12								
<b>Total Geral</b>	<b>68</b>								

**Tabela 1.** 1) Nesta tabela este número de Levantamento Inicial já não inclui os sítios localizados no perímetro de 200m em torno das áreas ardidas apresentadas pelo ICNF.

### Impactes identificados

Atendendo à natureza dos sítios visitados reduziram-se a três aqueles que sofreram **impacte direto dos incêndios** na sua estrutura, destacando-se: as duas sepulturas escavadas na rocha da Fonte Seca (CNS 24813), cujas altas temperaturas provocaram alguns destacamentos de rocha, agravando o seu estado de conservação; os

casais de época moderna de Vale Carvalho (CNS 25199) e Ribeira de Vale de Castro (CNS 37647), nos quais foram queimados todos os blocos pétreos das estruturas e argamassas à superfície.



Figura 3 – Sepulturas da Fonte Seca, diretamente afetadas pela ação do incêndio cujas altas temperaturas provocaram alguns destacamentos de rocha.



Figura 4 – Vale Carvalho, habitat/casal rústico onde foram queimados todos os blocos pétreos das estruturas e argamassas à superfície.

Em relação ao **corte e remoção de árvores**, verificaram-se duas situações distintas que poderão estar relacionadas quer com o tipo de maquinaria utilizada, quer com o tipo de operação realizada:

No caso do marco da Ordem de Cristo da Senhora da Orada IV (CNS 24853), da conheira do Bairro Cimeiro I (CNS 27587) e do povoado do Maxial (CNS 13142), que integram diferentes tipologias, os mesmos sofreram afetação direta decorrente das ações de corte e remoção de árvores queimadas, nomeadamente fragmentação do marco e movimentações de solos resultante do corte e/ou queda de árvores.



Figura 5 - Senhora Orada IV, marco templário com fragmentação provocada pelas movimentações de solos resultante do corte e/ou queda de árvores.



Figura 6 – Bairro Cimeiro I, conheira com afetação direta decorrente das ações de corte e remoção de árvores queimadas.



Figura 7 – Povoado do Maxial com afetação direta decorrente das ações de corte e remoção de árvores queimadas.

No casal de época moderna de Ribeira de Vale de Castro (CNS 37647) e no casal de época romana de Bairro Cimeiro II (CNS 27595),

constatou-se que apesar de ter havido corte de árvores, o mesmo não causou grande afetação ao nível do subsolo, não se tendo observado destruição de vestígios arqueológicos.

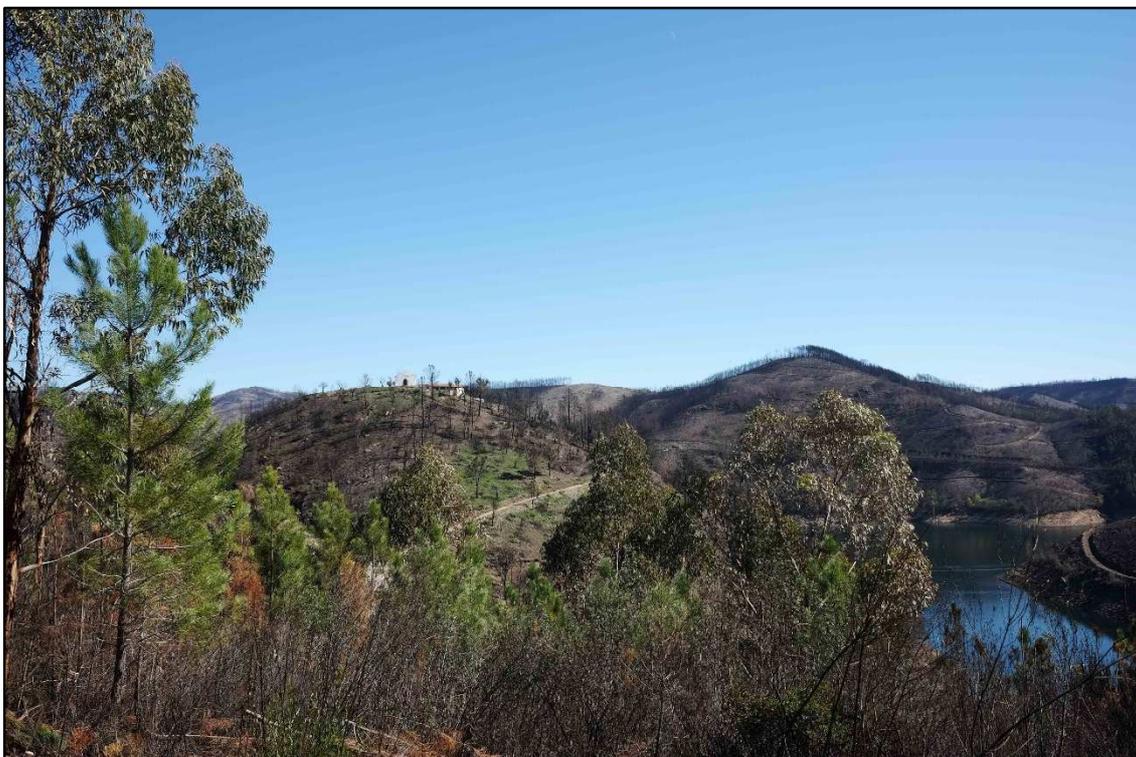


Figura 8 – São Pedro do Castro e Ribeira do Vale de Castro, casal rústico onde foram queimados todos os blocos pétreos das estruturas e argamassas à superfície.

### **Impactos expectáveis**

Na grande maioria dos sítios arqueológicos ainda que não se tenha observado, no momento dos trabalhos de campo, **ações de corte** e/ou **limpeza do terreno**, é de conhecimento comum que estas ações, conjugadas com a **reflorestação**, são uma consequência direta dos incêndios, colocando em risco de destruição 13 sítios inventariados/visitados e, certamente, muitos outros que ainda não foram descobertos.

Verifica-se que os sítios que se localizam em área florestal são os que virão a ter maior afetação com as **reflorestações**, ao contrário dos que se encontram em baldios, zonas de pasto e áreas de culto,

onde o fogo não teve tanta intensidade e onde não é expectável grande alteração topográfica, caso se mantenha o mesmo uso do solo (pastoreio e/ou baldio).

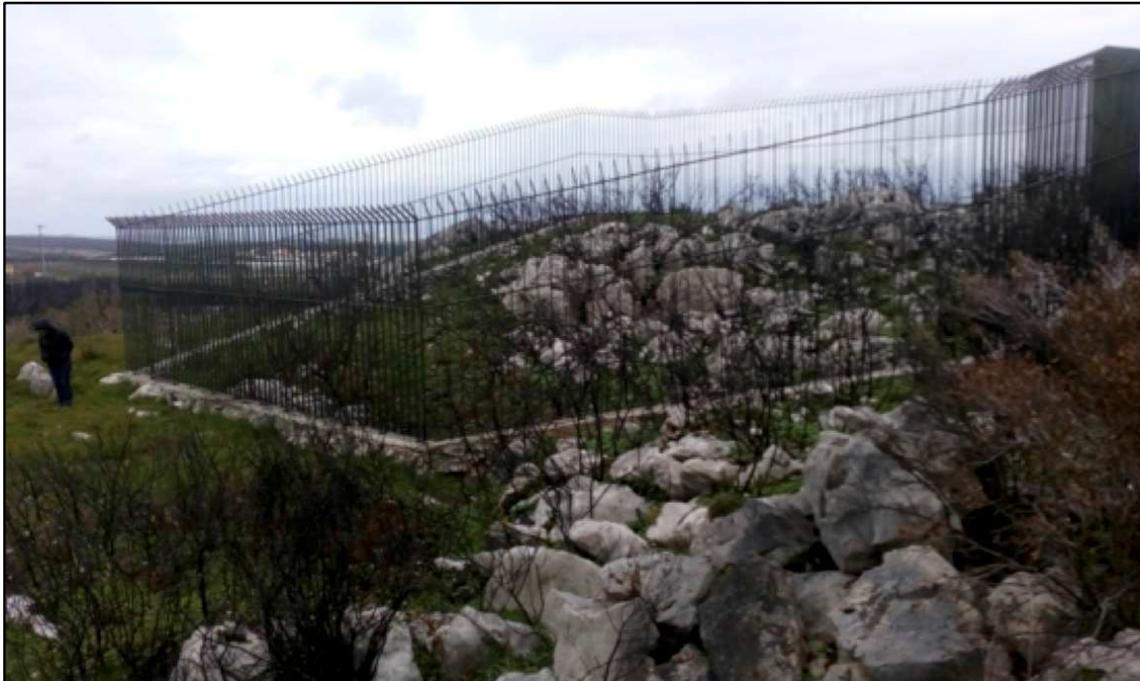


Figura 9 – A Gruta da Casa da Moura, embora se localizasse dentro de uma área ardida, dada a sua tipologia e o facto de se localizar em zona de baldio, acabou por não sofrer impactes significativos.

Ainda que os sítios tenham sido visitados num período de secas, pós-incêndio, importa ressaltar que muitos deles, desprotegidos da sua cobertura vegetal ficam facilmente expostos e vulneráveis aos **agentes climáticos**, nomeadamente à erosão quer por ação da chuva, quer por ação do vento, sobretudo nos casos dos depósitos arenosos de Alcobaca e Caldas da Rainha.



Figura 10 – Vista geral do sítio arqueológico de Vale Pardo I, o qual foi integralmente afetado pelo incêndio.

### **Considerações Finais**

Atendendo os recursos humanos e técnicos, este trabalho apenas foi possível atendendo ao número reduzidos de sítios conhecidos potencialmente afetados e por se ter excluído o concelho de Mação, alvo de levantamento próprio efetuado pelos técnicos do Instituto Terra e Memória - Centro de Estudos Superiores de Mação (GARCÊS, *et al*, 2017).

Lamentavelmente este facto excluiu a possibilidade de realizar trabalhos de prospeção sistemática das áreas ardidas o que iria, necessariamente, levar à identificação de novos sítios arqueológicos.

Para os sítios que se verificou estarem afetados ou em risco de afetação foi proposto um conjunto de medidas de minimização a implementar, as quais incluem levantamentos topográficos, sondagens arqueológicas e acompanhamento dos trabalhos associados à reflorestação.

Considera-se que de um ponto de vista estratégico deverá ser dada primazia:

- à **sensibilização** das entidades com responsabilidade direta nos programas de florestação e reflorestação (ICNF, autarquias e gestores florestais), alertando-as para a necessidade de serem adoptadas medidas de salvaguarda do património arqueológico;
- à notificação e sensibilização dos proprietários e entidades de Gestão Florestal sobre a existência de sítios arqueológicos nas suas propriedades.

### **Agradecimentos**

Gostaríamos de agradecer o apoio prestado pelo Dr. Sérgio Pinheiro e Dina Matias da Câmara Municipal de Óbidos; pela Dr.ª Filomena Gaspar e Dr. Álvaro Batista da Câmara Municipal de Abrantes; pelo Dr. Jorge Figueiredo da Câmara Municipal de Alcobaca; pela Professora Doutora Ana Rosa Cruz do IPT e pela Dr.ª Jaqueline Pereira.

### **Bibliografia**

BATATA, C. (1997) - As Origens de Tomar. *Carta Arqueológica do Concelho*. Centro de Estudos e Protecção do Património da Região de Tomar: Coimbra, p.359.

BATATA, C. ARSÉNIO, P. (2006) - *Carta Arqueológica do Concelho de Ferreira do Zêzere*. Câmara Municipal Ferreira do Zêzere/Ozecarus: Ferreira do Zêzere, 147.

BRAGANÇA, F; ZAMBUJO, G.; LOURENÇO, S. (2018) - *Relatório dos Trabalhos de Monitorização dos Sítios Arqueológicos Afectados Pelos Incêndios de 2017 na Região de Lisboa e Vale do Tejo*. Documento policopiado.

CANINAS, J.; HENRIQUES, F., GOUVEIA, J. (2008) - Contributos para uma caracterização do impacte dos fogos florestais de 2003 sobre o património arqueológico e o património construído no distrito de Castelo Branco. *AÇAFA On Line*. 1. Associação de Estudos do Alto Tejo, [www.altotejo.org](http://www.altotejo.org)

CRUZ, A; OOSTERBEEK, L.; DELGADO, C. (2006) - Incêndios 2003, estratégias e resultados. *Arkeos: perspectivas em diálogo*. 16. págs. 77-88.

GARCÊS, S; OOSTERBEEK, L. (2017) - *Intervenção de Emergência – Relatório de Impacto dos Incêndios de 2017 nos Sítios Arqueológicos do Município de Mação*. Documento policopiado.

PEREIRA, J. (2006) - *Carta arqueológica do concelho de Ourém*. Câmara Municipal de Ourém, 221 p.

SILVA, J. C., BATISTA, Á., GASPAR, F. (2009) - *Carta Arqueológica do Concelho de Abrantes*. Câmara Municipal de Abrantes.



## **La combinación de la investigación con la protección del patrimonio arqueológico rural en la provincia de Salamanca: el caso de Los Villares (Fresno Alhándiga, Salamanca)<sup>91</sup>.**

M<sup>a</sup> de los Reyes de Soto García<sup>92</sup>

Verónica Pérez de Dios<sup>93</sup>

### **Resumen**

En el año 2015 mientras se estaban llevando a cabo unos sondeos polínicos en una zona no catalogada, pero con abundantes restos cerámicos en superficie, se descubrió un mosaico a escasos 20 cm. de la superficie de cultivo. Puesto en conocimiento de las autoridades competentes comenzaron los trabajos encaminados a su salvaguarda, primero mediante una excavación para conocer el estado de conservación del mismo y su extensión, y en segundo lugar para poder plantearse medidas protectoras. Las labores arqueológicas determinaron la importancia de este asentamiento rural a la vez de que se planteó la necesidad de profundizar en su estudio ya que es una zona de cultivo de regadío.

En los años sucesivos se han desarrollado otras excavaciones arqueológicas con el deseo de conocer el estado de conservación de las estructuras, la propia tipología del yacimiento y la posibilidad de la existencia de más pavimentos musivos. En esta comunicación pretendemos señalar los trabajos llevados a cabo en el yacimiento de Los Villares (Fresno Alhándiga, Salamanca) con el fin poder conocer y conservar un yacimiento con una grave problemática de conservación debido a la escasa profundidad de los restos y de su cultivo continuado.

---

<sup>91</sup> Agradecer a la Junta de Castilla y León y a Esther González, Arqueóloga Territorial de Salamanca, su ayuda y la financiación económica de todas las campañas. Así mismo, agradecer a todos los voluntarios que han colaborado en las campañas, especialmente a Paula Ortega, Francisco J. Vicente, Miguel Ángel Galán, Pablo González y Alejandro Pereira.

<sup>92</sup> reyesdesoto@gmail.com, Instituto de Arqueología de Mérida (CSIC-Junta de Extremadura)

<sup>93</sup> veropdd@gmail.com, Arqueóloga

**Palabras clave:** Salamanca, mosaico, poblamiento rural, época romana.

### **Abstract**

In 2015, while pollen surveys were being carried out in an area not cataloged, but with abundant ceramic remains on the surface, a mosaic was discovered at only 20 cm. of the cultivation surface. To the knowledge of the competent authorities began the work aimed at safeguarding, first by means of an excavation to know the state of conservation of the same and its extension, and secondly to be able to consider protective measures. The archaeological work determined the importance of this rural settlement while also considering the need to deepen its study as it is an irrigated area.

In the following years other archaeological excavations have been developed with the desire to know the state of conservation of the structures, the own typology of the site and the possibility of the existence of more pavements. In this communication we intend to point out the work carried out in the Los Villares field (Fresno Alhándiga, Salamanca) in order to know and conserve a site with a serious conservation problem due to the low depth of the remains and its continued cultivation.

**Keywords:** Salamanca, mosaic, rural settlement, Roman period.

## **1. Introducción**

La comunidad autónoma de Castilla y León posee un rico patrimonio arqueológico, lo que motiva la necesidad constante de llevar a cabo excavaciones arqueológicas de control y actualización de los listados de yacimientos. El amplio territorio que la conforma puede ser un gran problema a la hora de realizar estos trabajos, a pesar de que se trata de uno de las prioridades de la administración. En una mesa redonda celebrada en un ya lejano 1993 dedicada a los

inventarios arqueológicos, ya se apuntó "pocas son las provincias en las que un tercio del territorio puede considerarse cubierto" (Delibes *et al.*, 1993: 253). Lamentablemente, poco ha cambiado desde la última década del siglo pasado.

En los últimos años hemos asistido a un cambio de paradigma en las investigaciones arqueológicas. Desde principios del siglo XX, la mayoría de intervenciones arqueológicas estaban insertas en proyectos de investigación ligados a Universidades o Centros de Investigación que las dotaban de un sentido histórico y patrimonial, siendo los fines últimos de estas excavaciones los ligados a salvaguarda del patrimonio y la reconstrucción de la historia. Desde los años 90 del siglo XX se ha producido una profunda transformación del trabajo arqueológico. La "fiebre constructiva" ha favorecido a la profesionalización de la arqueología, pero en algunas ocasiones también ha contribuido a desvirtuar los tradicionales principios de protección del patrimonio y reconstrucción histórico-arqueológica. Tanto en grandes ciudades, como en pequeños cascos históricos, cada vez es más habitual la colaboración laboral entre arquitectos, aparejadores, albañiles y arqueólogos, que frecuentemente trabajan con intereses contrapuestos. En buena parte de las denominadas excavaciones de "gestión", ligadas plenamente al comportamiento del mercado, los arqueólogos priman las actuaciones rápidas frente al trabajo pausado de las tradicionales excavaciones de "investigación".

Algo similar ha ocurrido con las prospecciones realizadas para la creación de los inventarios arqueológicos provinciales. En algunas ocasiones, los inventarios, vistos como una mera herramienta administrativa, presentan errores en la ubicación, cronología o tipología de los yacimientos arqueológicos catalogados (de Soto 2015; Ariño y de Soto 2016: 51). Aunque los inventarios son primordiales para controlar el patrimonio arqueológico y cultural de una región, es necesario realizar una continua puesta al día, a través de la actualización de datos y la realización de nuevas campañas de

prospección destinadas a la detección de nuevos emplazamientos. Este artículo muestra uno de esos casos de descubrimiento de un yacimiento arqueológico a través de una prospección ligada a un proyecto de investigación que motivó una rápida actuación de la administración para su salvaguarda.

En el año 2014 se comenzó un proyecto de investigación cuyo deseo era analizar el poblamiento romano del valle medio del río Tormes empleando la prospección arqueológica como base fundamental<sup>94</sup>. Este ambicioso proyecto llevaba aparejado no sólo el estudio de contextos superficiales, sino también el análisis de zonas donde existía potencialidad de nuevos enclaves y estudios polínicos de la comarca<sup>95</sup>. El conocimiento de la existencia de un campo, denominado "Los Villares", con abundante material cerámico y constructivo, pero no catalogado e inventariado por la Junta de Castilla y León<sup>96</sup>, motivó la realización de una prospección arqueológica y una campaña de sondeos polínicos realizada en el verano de 2015 se incluyera estos campos, no catalogados anteriormente, ubicados en el término municipal de Fresno Alhándiga (Salamanca).

En julio de 2015 mientras se estaban realizando las catas pertinentes se descubrió parte de un mosaico geométrico con representaciones de peces y delfines a tan solo 20 cm. de la superficie (Pérez y de Soto 2017). Este descubrimiento motivó una serie de intervenciones financiadas por la Junta de Castilla y León en las que colaboró la Universidad de Salamanca.

En este artículo vamos a exponer el ejemplo seguido por la administración castellanoleonesa para primero, conocer primero el estado de conservación de los restos y la categoría del enclave sobre el que se estaba trabajando y en segundo lugar y enlazando con el

---

<sup>94</sup> Tesis Doctoral en curso.

<sup>95</sup> Dinámicas socio-ecológicas, resiliencia y vulnerabilidad en un paisaje de montaña: el Sistema Central (9000 cal. BC-1850 cal. AD)" (DÉSIRE).

<sup>96</sup> Existía un yacimiento denominado Los Villares ubicado al lado contrario del río Alhándiga.

punto anterior, exponer las actuaciones llevadas a cabo hasta el año 2018.

## 2. Situación geográfica

Geográficamente el enclave de Los Villares se localiza en el término municipal de Fresno Alhándiga, al sureste de la provincia de Salamanca, en terrenos fértiles de la vega del arroyo Alhándiga, uno de los afluentes más importantes del río Tormes a su paso por dicha provincia (Fig. 1). El valle del Tormes es una unidad geográfica que presenta unas características óptimas para la ubicación de asentamientos de aprovechamiento ganadero y cerealístico. Sin lugar a dudas, estas condiciones favorables fueron conocidas y explotadas por los distintos pueblos que habitaron la zona (Maluquer 1956).

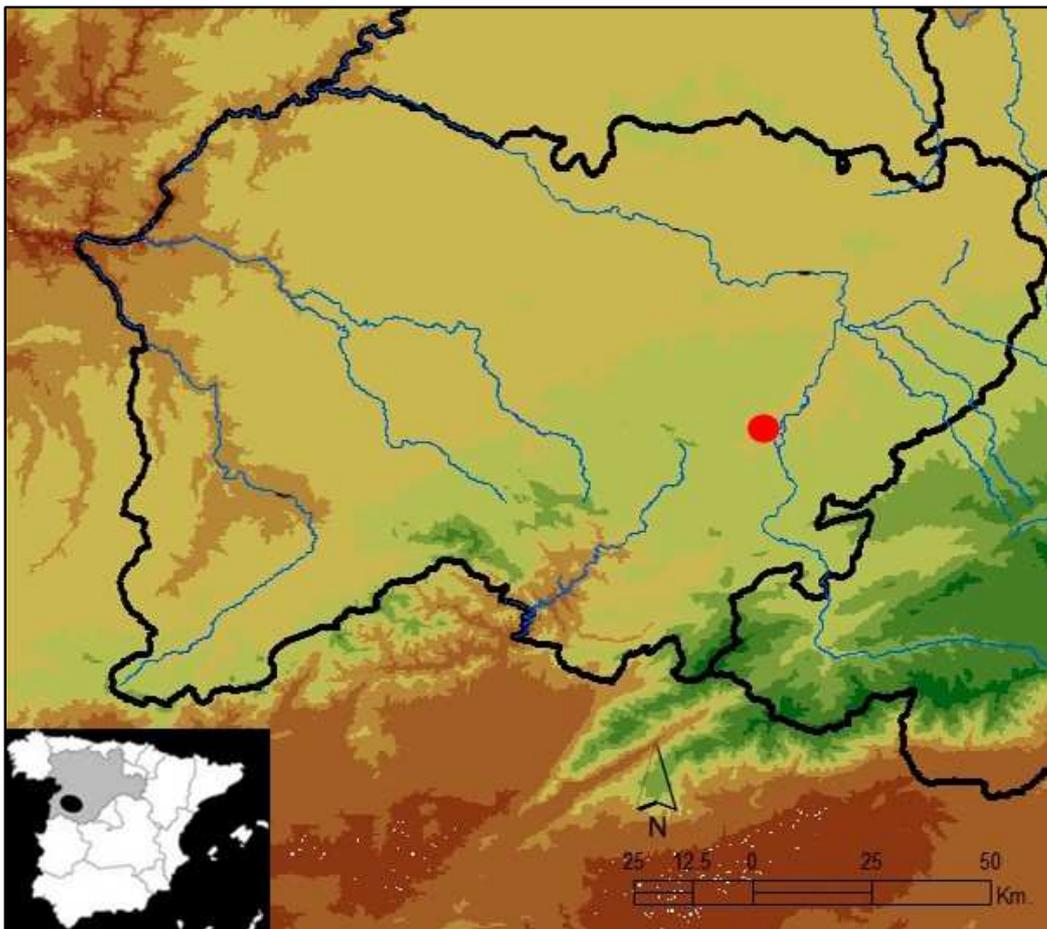


Figura 1 - Situación de Los Villares (Fresno Alhándiga)

### 3. Primera campaña de excavación

El hallazgo de un mosaico a tan solo 20 cm. de la superficie de arada requería una respuesta rápida de la administración competente para poder plantear actuaciones sobre un bien hasta el momento desconocido. El factor tiempo siempre corre en contra de la arqueología y la conservación, de ahí que fuera necesario conocer la superficie total del pavimento musivo, su estado de conservación y la posible existencia de más pavimentos del mismo tipo.

Los trabajos de excavación se llevaron a cabo entre octubre y diciembre del año 2015 y pusieron de manifiesto algo que era obvio si se tenía en cuenta la escasa potencia del nivel de arada, el elevado grado de arrasamiento al que se había visto sometido el yacimiento por las continuas labores agrícolas. Sin embargo, se pudo recuperar parte de un complejo termal en el que fue posible diferenciar varias estancias, una de ellas pavimentada con mosaico y otras dos con *opus signinum*, y un *hypocaustum* en perfecto estado de conservación. En esta campaña, en la que realizaron dos sondeos, se pudo constatar arqueológicamente un asentamiento rural romano de grandes dimensiones cuya ocupación quedaría constatada gracias al material cerámico de los siglos III al V-VI d. C., aunque posiblemente exista una fase de ocupación anterior que por el momento no ha podido ser detectada. El yacimiento, de cronología romana-tardorromana, presentaba unas características similares a los hallados en otras áreas de la provincia salmantina como Los Villares (Forfoleda), La Mina (Pedroso de la Armuña), Aldealama (La Vellés) (Ariño, 2006), Vega de Santa Bárbara (Alconada) (STRATO, 2003; de Soto, 2015) o La Vega (Villoria y Villoruera) (García Figuerola y Angoso, 1986; Regeras y Pérez, 1997: 51-60).

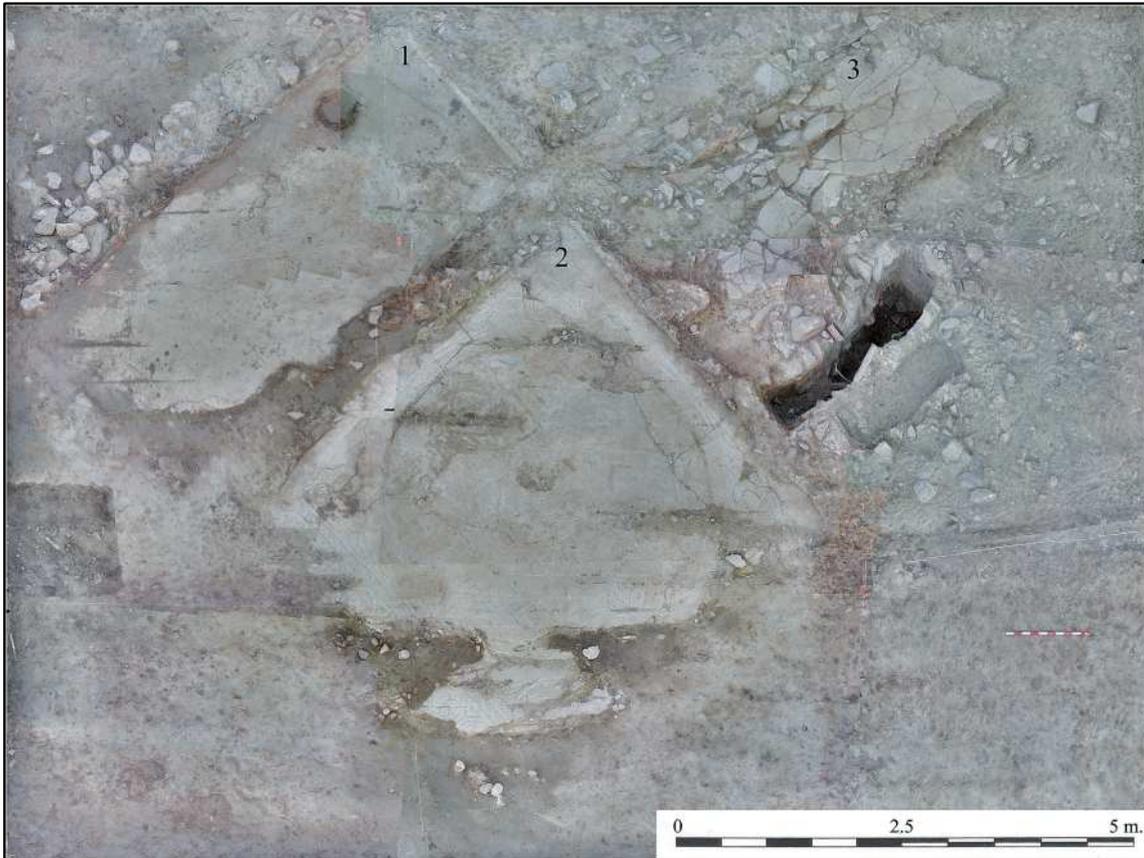


Figura 2 - Fotografía de las estancias documentadas en la primera campaña de excavaciones: (1) *Frigidarium*; (2) *tepidarium*; (3) *caldarium*.

A pesar de la escasa potencia la excavación permitió documentar tres estancias, una pavimentada con *opus tessellatum* y otras dos con *opus signinum*. Los pavimentos de las estancias estaban bajo un pequeño nivel de derrumbe de *tegulae* e *imbrices* que tuvo que ser retirado para poder observar con claridad el sondeo. La localización de un *hypocaustum* bajo una de las habitaciones permitió la identificación de las estancias y conocer que se estaba trabajando en un complejo termal. De este modo la habitación pavimentada con *opus signinum*, bajo el cual estaba dicha estructura caliente, es el *caldarium*, la habitación del mosaico se corresponde con el *tepidarium* y la tercera habitación, con un pequeño pozo destinado a contener el agua de la limpieza de la habitación, es el *frigidarium* (Fig. 2).

La estancia pavimentada con un mosaico poseía unos muros prácticamente desaparecidos, aunque sí que se pudo documentar el vano de acceso a la habitación. Al igual que los muros de la habitación,

el mosaico hallado no se conservaba entero. Posee unas medidas de 17 m<sup>2</sup>, está enmarcado por un cuadrado de nudos salomónicos, un motivo ornamental frecuentemente en los motivos de los pavimentos de yacimientos hispanorromanos (Blázquez Martínez *et alii*, 1993). En los ángulos del cuadrado se representaron cráteras gallonadas de las que brotan hojas de hiedra. El centro presenta un elemento octogonal en cuyo centro se ha representado un soliforme. El motivo central aparece rodeado por ocho cuadrados en cuyo interior son distinguibles hojas y flores. En la parte intermedia de estos cuadrados se forman ocho triángulos en los que es posible identificar cuatro motivos pisciformes y cuatro delfines (Fig.3) (Pérez y de Soto 2017: 242-244).

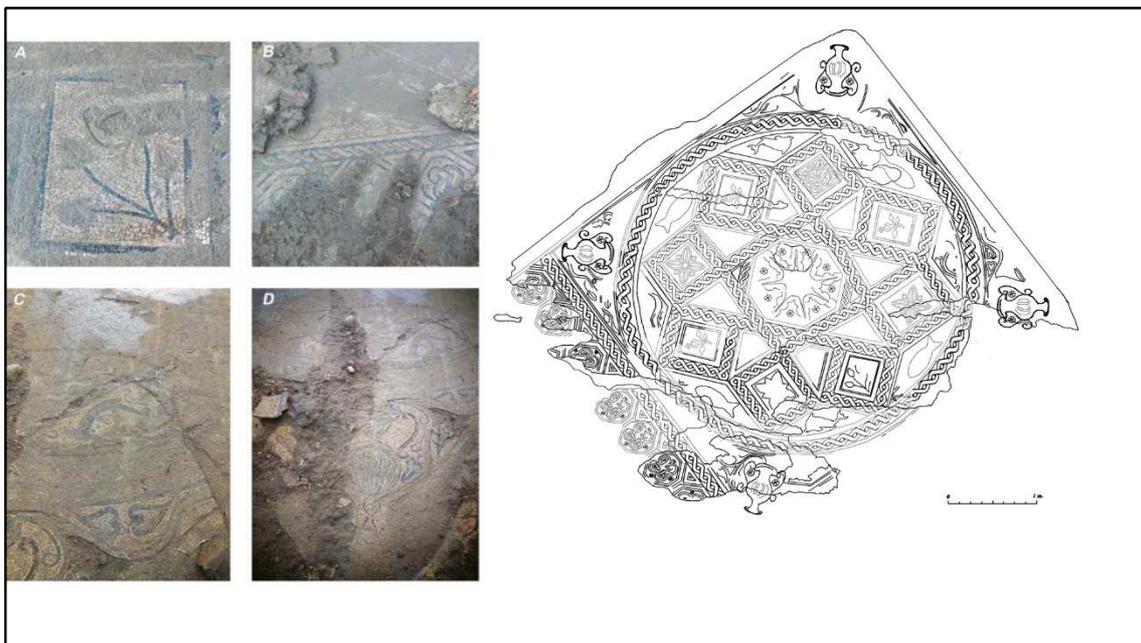


Figura 3 - Detalles del mosaico encontrado (A. motivo vegetal; B. nudos salomónicos; C. delfin; D. delfin y crátera) y reconstrucción hipotética.

El segundo de los sondeos realizado en la campaña del 2015, situado a 40 metros de distancia del principal, pretendía documentar la posible existencia de más estructuras y la profundidad de las mismas. A 40 cm. de profundidad se halló una estructura muraria rectangular que se extendía hacia el este-oeste y estaba cerrada al norte (Pérez y de Soto 2017: 246).

Tras esta campaña se decidió cubrir todas las catas y replantear las formas y los medios por los que enfrentarse al conocimiento de este yacimiento.

#### **4. Estudios no destructivos y excavaciones de 2017 y 2018.**

Ante la imposibilidad de detectar un posible límite de las estructuras se decidió utilizar técnicas no invasivas. Las técnicas no invasivas son especialmente útiles para casos como el que se está exponiendo, dificultad para la excavación motivada por ser un campo en uso y desconocimiento prácticamente total del enclave. La empresa *Sot Prospeció* realizó un estudio de georradar y un estudio magnético en el campo principal de los Villares. Este trabajo ayudó a definir los límites del enclave y a poseer un plano aproximado de las estructuras, sus profundidades y las zonas que corrían especial peligro.

Partiendo del plano ofrecido por la empresa de arqueología, la Junta de Castilla y León en colaboración con las dos arqueólogas directoras del proyecto, decidieron comprobar si los datos ofrecidos por el georradar eran correctos y excavar en cinco sectores diferentes donde se presuponía la existencia una vez más de pavimentos duros. Con esto la administración pública sufragaba un proyecto de recuperación y salvamento de un yacimiento, pero también ofrecía por otro lado datos para un proyecto de investigación que de otra forma no podían recuperarse.

La segunda campaña de excavación se realizó en los meses de octubre-diciembre del año 2017. En esta ocasión se realizaron cinco sondeos que resultaron relevantes para conocer el yacimiento arqueológico, pero no tan espectaculares como en la campaña anterior. En todos los sondeos realizados se descubrieron estructuras murarias, pero en ningún caso se conservaban restos de pavimentos duros. Dichas estructuras eran habitaciones cuadrangulares, con suelos de

tierra pisada. Destaca el sondeo número 3, en el que se excavó una escalera que daba acceso a una habitación que quedó fuera de los límites de la cata (Fig. 4).



Figura 4 - Fotografía de sondeos 3 y 4 realizados en el año 2017

A pesar de ser una campaña en la que no se encontraron pavimentos duros sí que se pudo comprobar la extensión del enclave, así como la existencia de materiales relevantes, véase abundancia de *terra sigillata africana* (Pérez et al. e. p.), y pintura mural.

En el año 2018 se volvió a plantear una excavación que deseaba recuperar datos de zonas que corrían especial peligro de destrucción por el arado del campo. Se llevó a cabo una única cata de 12 x 9 metros, a 15 metros de distancia de la cata principal realizada en el primer año (2015), es decir, de la zona termal. Se trataba de una zona absidiada y toda ella recubierta de algún tipo de pavimento duro, lo que motivó la intervención.

La excavación ha puesto al descubierto una compleja estructura absidiada que únicamente conserva un pavimento de *opus signinum* en la zona circular. Además, se documentó una habitación circular con un banco corrido adosado al lateral que iba recubierto de baldosas. Esta habitación no había sido detectada como tal por el georradar debido a la cantidad de derrumbes que poseía sobre sus muros. Su

forma real únicamente fue rebelada cuando se levantaron todas esas capas. Gracias a la cantidad de restos de pintura mural conservados podemos afirmar que esta estancia debía estar decorada con pinturas murales de diversas tonalidades. Esta decoración mural, prácticamente destruida, debía ser geométrica a bandas de colores rojo, blanco, negro y amarillo, ya que no se ha documentado ningún resto con posibles representaciones de otro tipo, ya sea zoomorfa o antropomorfa.

En esta zona llama la atención el potente derrumbe que se excavó, formado por hasta tres capas de derrumbe de tejas curvas y tegulas. A pesar de que los restos principales estaban a tan solo 30-40 cm. de profundidad, los derrumbes han resultado ser preservadores de las estructuras y demás materiales (Fig. 5).



Figura 5 - Excavación practicada en el año 2018

## **5. Conclusiones**

En este breve artículo se ha expuesto la colaboración llevada a cabo durante varios años entre la Junta de Castilla y León y un equipo de arqueólogas que trabajan sobre estructuras de poblamiento en la provincia de Salamanca. La casualidad de un hallazgo fortuito de cierta envergadura motivó una necesidad de conocimiento del yacimiento que beneficiaba a ambas partes. Es decir, se ha llevado a cabo una excavación que podríamos denominar de investigación, pero con todos los trámites de una excavación de urgencia.

Se combinaron los medios económicos de la administración castellanoleonesa con los medios físicos puesto por la investigación para hacer un extraño tándem donde los intereses de ambas partes eran satisfechos. Por un lado, la administración necesitaba conocer un yacimiento de nueva catalogación que corría serio peligro de desaparecer, además de que requería un trabajo inmediato. Por otro lado, las investigadoras necesitaban datos de un yacimiento en el que se estaba trabajando desde el año 2014, ya que todo hacía indicar que era un centro articulador del territorio vinculado a la cercana Vía de la Plata.

Por la experiencia que se ha expuesto en este foro, la administración y la investigación pueden, y deben, colaborar en la salvaguarda del patrimonio. Los intereses no deben estar reñidos siempre que trabajen al compás, los datos obtenidos en estas campañas sirven tanto a unos como a otros, a pesar de parecer intereses lejanos en algunos momentos. En colaboraciones de este tipo evitaríamos la abundante literatura gris que se acumula en las Instituciones públicas sin que se hagan públicos los datos.

## 6. Bibliografía

ARIÑO GIL, Enrique (2006) - Modelos de poblamiento rural en la provincia de Salamanca (España) entre la Antigüedad y la Alta Edad Media. *Zephyrus*. 59, pp. 317-337.

ARIÑO GIL, Enrique; DE SOTO GARCÍA, M<sup>a</sup> de los Reyes (2016) - Técnicas de muestreo en la prospección arqueológica: la experiencia del *Ager Salmanticensis* (Salamanca, España). *Anales de Arqueología Cordobesa*. 27, pp. 35-58.

DELIBES DE CASTRO, Germán.; KEY, Simon; FERNÁNDEZ MORENO, José Javier; RUIZ ZAPATERO, Gonzalo; ANTONA DEL VAL, Víctor; FERNÁNDEZ-POSSE, María Dolores; DEL VAL RECIO, J. (1993) - Los Inventarios al servicio de la Gestión e Investigación Arqueológicas. JIMENO MARTÍNEZ, A.; DEL VAL RECIO, J. M.; FERNÁNDEZ MORENO, José Javier (Ed.): *Inventarios y cartas arqueológicas. Homenaje a Blas Taracena, Soria 1991*. Valladolid: Junta de Castilla y León, pp. 251-262.

GARCÍA FIGUEROLA, M., Angoso, L., (1986) - *Informe de la excavación de la villa romana de "La Vega" (Villoria-Villoruela, Salamanca)*, Informe inédito. Biblioteca del Museo de Salamanca, Salamanca.

MALUQUER DE MONTES, Juan (1956) - *Carta Arqueológica de España. Salamanca*. Salamanca: Diputación Provincial de Salamanca, Servicio de Investigaciones Arqueológicas.

PÉREZ DE DIOS, Verónica (2014) - *El poblamiento romano y tardoantiguo en el Sureste de la provincia de Salamanca*. Trabajo de Fin de Máster UNED (Inédito). Salamanca.

PÉREZ DE DIOS, Verónica.; DE SOTO GARCÍA, M<sup>a</sup> de los Reyes (2017) - Los Villares (Fresno Alhándiga, Salamanca): un complejo termal junto a la Vía de la Plata. *Munibe* 68: 237-249.

PÉREZ DE DIOS, Verónica; DE SOTO GARCÍA, M<sup>a</sup> de los Reyes; DE SOTO GARCÍA, Isabel; GARCÍA GIMÉNEZ, Rosario (e. p.) - La *terra sigillata* y la cerámica común africana en el yacimiento de Los Villares (Salamanca). Análisis del contexto cerámico y estudio arqueométrico.

REGUERAS, F., PÉREZ OLMEDO, E., (1997) - *Mosaicos romanos de la Provincia de Salamanca*. Salamanca: Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo.

DE SOTO GARCÍA, M<sup>a</sup> de los Reyes (2015) - *El Valle del Río Almar entre la II Edad del Hierro y la Alta Edad Media. Estudio de un microespacio en la Meseta Norte*. Tesis Doctoral (inédita). Universidad de Salamanca.

STRATO (2003) - *Informe técnico. Trabajos de excavación arqueológica integrados en el proyecto de la Red de Riego para la mejora y modernización del regadío de la comunidad de regantes "Vegas del Almar". Términos municipales de Alconada, Coca de Alba, Garcihernández, Peñarandilla y Ventosa del Río Almar (Salamanca)*. Informe inédito. Biblioteca del Museo de Salamanca, Salamanca.